

THESIS

REVISTA DA ANPARQ

03

5

4

3

2

1



Os direitos de publicação desta revista são da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - ANPARQ.
Os textos publicados na revista são de inteira responsabilidade de seus autores.

Projeto gráfico, diagramação e capa
NONE Design Gráfico Ltda. | Romero Pereira

Imagem da capa
Xico Costa

ANPARQ - Diretoria executiva gestão 2015/2016

Presidente

Carlos Eduardo Comas (UFRGS)

Secretária executiva

Cláudia Piantá Costa Cabral (UFRGS)

Tesoureira

Marta Peixoto (UNIRITTER)

Diretores

Rachel Coutinho Marques da Silva (UFRJ)

Angela Gordilho (UFBA)

Eduardo Pierrotti Rossetti (UN)

Conselho Fiscal

Angélica T. Benatti Alvim (Mackenzie)

Maria de Lourdes Zuquim (USP)

Francisco Costa (UFPB)

Suplente: Renato Luiz Sobral Anelli (USP)

Thésis, revista semestral online da ANPARQ – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, é um periódico científico que tem por objetivo a divulgação dos trabalhos de pesquisa, análises teóricas, documentos, textos fundamentais e resenhas bibliográficas na área de arquitetura e urbanismo. Seu conteúdo é acessado online através do endereço eletrônico [www.thesis.anparq.org.br].

O endereço eletrônico para contato é thesis.anparq.org.br

Copyright - 2016 ANPARQ

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Thésis / vol.2, n.3 (2017) – Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo [ANPARQ], 2017.

v.

Semestral

ISSN 2447-8679

1. Arquitetura. 2. Urbanismo. 3. Pesquisa. I. ANPARQ.

CDD 720

Corpo editorial

Comissão editorial

A comissão editorial da revista *Thésis* é composta pelos docentes e pesquisadores:

Luiz Amorim (MDU-UFPE), **Marcio Cotrim** (PPGAU-UFPB), **Rachel Coutinho** (PROURB-UFRJ) e **Xico Costa** (PPGAU-UFPB).

Conselho editorial

Akemi Ino | Universidade de São Paulo - São Carlos | Brasil
Ana Carolina Bierrenbach | Universidade Federal da Bahia | Brasil
Ana Luiza Nobre | Pontifícia Universidade Católica - RJ | Brasil
Ana Rita Sá Carneiro | Universidade Federal de Pernambuco | Brasil
Anália Amorim | Universidade de São Paulo | Brasil
Angélica Benatti Alvim | Universidade Presbiteriana Mackenzie | Brasil
Anthony Vidler | Brown University | Estados Unidos da América
Carlos Eduardo Dias Comas | Universidade Federal do Rio Grande do Sul | Brasil
Carlos Martins | Universidade de São Paulo - São Carlos | Brasil
Cristiane Rose Duarte | Universidade Federal do Rio de Janeiro | Brasil
Eneida Maria Souza Mendonça | Universidade Federal do Espírito Santo | Brasil
Fernando Alvarez Prozorovich | Universitat Politècnica de Catalunya | Espanha
Frederico de Holanda | Universidade de Brasília | Brasil
Gabriela Celani | Universidade Estadual de Campinas | Brasil
Gustavo Rocha Peixoto | Universidade Federal do Rio de Janeiro | Brasil
Jorge Moscato | Universidad de Buenos Aires | Argentina
Maisa Veloso | Universidade Federal do Rio Grande do Norte | Brasil
Maria Cristina Cabral | Universidade Federal do Rio de Janeiro | Brasil
Nelci Tinem | Universidade Federal da Paraíba | Brasil
Renato Saboya | Universidade Federal de Santa Catarina | Brasil
Sophia Psarra | University College London | Reino Unido
Teresa Heitor | Instituto Superior Técnico | Portugal
Yasser Elsheshtawy | United Arab Emirates University | Emirados Árabes

Editorial 03	06
<i>Luiz Amorim, Marcio Cotrim, Rachel Coutinho e Xico Costa</i>	
Ensaaios	
A fotografia de portfólio da arquitetura contemporânea: estudo de caso Jacobsen Arquitetura	11
<i>Gisele Pinna Braga, Monika Maria Stumpp, Fernando Macedo</i>	
O redesenho como ferramenta de construção de conhecimento na história da arquitetura: pesquisa e fomento	34
<i>Ana Gabriela Godinho Lima e Julio Luiz Vieira</i>	
Por uma arquitetura elementar	54
<i>Mara Oliveira Eskinazi</i>	
O Racionalismo Estrutural e as fontes da Arquitetura Moderna Brasileira: método, definições e potencial da pesquisa	77
<i>Marcelo Puppi</i>	
Estrutura independente e parede portante: origem e evolução da proposição de Lucio Costa	88
<i>Carlos Fernando Silva Bahima</i>	
O Instituto de Arquitetos do Brasil – a instalação do núcleo paulista e a construção de sua sede	109
<i>Ana Reis de Goes Monteiro e Taiana Car Vidotto</i>	

Debates recentes sobre o restauro da arquitetura moderna na Itália <i>Ana Carolina de Souza Bierrenbach</i>	137
João Pessoa (PB) e Aracaju (SE): sobre processos de modernização e Arquitetura Moderna <i>Carolina Chaves</i>	158
Arquitetura assistencial e saúde: discutindo concepções e protagonistas <i>Cybelle Miranda e Marcia Monteiro</i>	180
Uma mirada no espelho: as práticas de assessoria técnica a movimentos sociais no Brasil vis-tas pela experiência uruguaia <i>João Paulo Oliveira Huguenin</i>	198
Escritas urbanas, corpo e cidade contemporânea: pelo enriquecimento da experiência urbana <i>Barbara Hypolito</i>	217
Entre o projeto e o cotidiano – o caso Guajuviras <i>William Mog</i>	241
Patrimônio Ambiental Urbano e Revitalização Urbana <i>Rodrigo Poltosi</i>	264
Contribuições do conceito e da abordagem de metabolismo urbano para avaliação do custo das decisões ambientais <i>Eugenia Aumond Kuhn</i>	282
Convergências dos campos urbano e ambiental em propostas conceituais que visam a sus-tentabilidade urbana: avanços e desafios <i>Nícolas Guerra Rodrigues Tão, Alexandre da Silva Faustino, Ricardo Siloto da Silva e Renata Bovo Peres</i>	299
À margem da cidade ou à margem da lei? Estado da arte e desafios da regulamentação dos condomínios fechados <i>Raquel Tomanik</i>	318
Turismo e litoral: Transformações espaciais, fragmentação urbana e exclusão social no Nordeste do Brasil <i>Luciano Muniz Abreu e Aline Nogueira Costa</i>	334

**Especulação, segregação e (ausência de) conflitos:
matizes na produção do espaço urbano de Palmas/TO** 357
Ana Carla Bottura

Arquivo

A matemática da *Villa* ideal 375
Colin Rowe

Recensão

***Diagramática*, em vogais e consoantes consonantes e
dissonantes** 397
Luiz Amorim

Passagens

Passagem 004 404
Xico Costa

Luiz Amorim, Marcio Cotrim, Rachel Coutinho e Xico Costa

A edição número 3 da *Thésis*, revista da ANPARQ, aponta em direção da sua consolidação como importante veículo de divulgação da produção científica e de assuntos do interesse da área de Arquitetura e Urbanismo. Podemos constatar o interesse que o periódico despertou na nossa comunidade científica por o número e por a qualidade dos artigos submetidos para apreciação, que veio a permitir a edição dos números 3 e 4 quase simultaneamente, bem como no número expressivo de visualizações da revista, tanto no Brasil, quanto no exterior. Acreditamos que alguns fatores tenham contribuído para que tais resultados tivessem sido atingidos. Em primeiro lugar, o aprimoramento do projeto editorial ensaiado e aperfeiçoado nos dois primeiros números. Em segundo, o firme propósito da Comitê Editorial de contemplar diversos temas correlatos à nossa área, demonstrando o propósito que um periódico associado à uma associação de pós-graduação e pesquisa deve ter: divulgar as mais relevantes contribuições dos pesquisadores que atuam nas diversas áreas que a compõe. Também foi fundamental o o rigoroso trabalho do corpo de pareceristas *ad-hoc* e do Conselho Editorial ao garantir a seleção de artigos relevantes.

Assim como nas duas edições anteriores, o leitor encontrará as quatro seções que constam no Plano Editorial Bienal: *Ensaios*, destinada a divulgar a produção originada em pesquisas acadêmicas; *Arquivo* que abriga textos de notória relevância para a cultura arquitetônica ainda não traduzidos para a língua portuguesa; *Recensão* na qual são publicadas resenhas de documentos científicos relevantes, como livros publicados no Brasil e no exterior, bem como dissertações e teses defendidas em universidades nacionais e estrangeiras; e *Passagens*, lugar de narrativas experimentais que exploram velhas e novas linguagens em insights sobre o edifício, a cidade e a paisagem.

No presente número, a seção *Ensaios* conta com 18 textos, agrupados sob cinco temas. Os três primeiros

artigos - ainda que em direções distintas - tratam de aspectos teóricos ligados ao projeto arquitetônico, seja por meio da forma de divulgação dos projetos, como no texto de **Gisele Pinna Braga, Monika Maria Stumpp, e Fernando Macedo**, *O papel da fotografia na arquitetura contemporânea*; ou por meio da discussão sobre o redesenho como “estratégia projetual fundamental na construção do conhecimento na pesquisa em arquitetura”, levada a cabo por **Ana Gabriela Godinho Lima e Julio Luiz Vieira**; e, finalmente, por meio do ensino de projeto, em *Por uma arquitetura elementar*, de **Mara Oliveira Eskinazi**.

O segundo conjunto é marcado pelo enfoque na arquitetura moderna. Desde uma perspectiva historiográfica, como é o caso dos textos de **Marcelo Puppi**, *O Racionalismo Estrutural e as fontes da Arquitetura Moderna Brasileira: método, definições e potencial da pesquisa*, e **Carlos Fernando Silva Bahima**, *Estrutura independente e parede portante: origem e evolução da proposição de Lucio Costa*. Através da discussão e análise de um edifício exemplar, como faz **Ana Reis de Goes Monteiro**, juntamente com **Taiana Car Vidotto** em *O edifício do IAB/SP – espaço de representações do moderno e de sociabilidade dos arquitetos*. Ou ainda a partir de processos de modernização paralelos como propõe **Carolina Chaves**, em *João Pessoa (PB) e Aracaju (SE): sobre processos de modernização e Arquitetura Moderna*. Fechando este segundo conjunto, **Ana Carolina de Souza Bierrenbach** atualiza o debate sobre restauro de edifícios do século XX, *Debates recentes sobre o restauro da arquitetura moderna na Itália*.

O grupo mais heterogêneo coloca em evidência a perspectiva do usuário por meio de concepções de arquitetura assistencial, entrelaçando saúde e arquitetura, como no texto de **Cybelle Miranda e Marcia Monteiro**, ou no de **João Paulo Oliveira Huguenin** dedicado à discussão de práticas de assessoria técnica a movimentos sociais no Brasil. Ainda no mesmo conjunto, **Barbara Hypolito** trata da relação estabelecida, por meio da experiência urbana, “entre corpo e cidade através da intervenção das escritas urbanas no espaço público”. **William Mog** relata uma história repleta de “conflitos e tensões” delimitada pelo projeto do Conjunto Habitacional Guajuviras (Canoas/RS) e o cotidiano vivido dos seus moradores.

Nos dois últimos grupos a escala dos objetos é claramente ampliada. Por um lado, temas como patrimônio ambiental, metabolismo e sustentabilidade urbana são tratados em três textos pelos autores **Rodrigo Polto-**

si, Eugenia Aumond Kuhn, Nicolás Guerra Rodrigues Tão, Alexandre da Silva Faustino, Ricardo Siloto da Silva e Renata Bovo Peres. Enquanto os condomínios fechados, turismo e especulação urbana - discutidos através de estudos de casos espalhados pelo país - são abordados nos último três artigos da seção *Ensaio*s por **Raquel Tomanik, Luciano Muniz Abreu, Aline Nogueira Costa e Ana Carla Bottura.**

A seção *Arquivo* neste número traz a tradução do clássico texto de **Colin Rowe** - *The mathematics of the ideal Villa* - publicado originalmente em Março de 1947 na revista *Architectural Review*, depois abre a coletânea de textos intitulada *The mathematics of the ideal Villa and other essays*, publicada pela *MIT Press*, em 1982, e, republicado em 1999, pela mesma *MIT Press*, em um dos três volumes que formam *As I Was Saying: Recollections and Miscellaneous Essays, Collected essays, letters, and papers*. O artigo talvez seja dos mais importantes documentos críticos publicados no século XX, cuja acurada comparação entre as ordens compositivas da Villa Malcontenta, de Palladio, e da Villa Garches, de Le Corbusier, estendeu os limites da reflexão acerca do objeto arquitetônico moderno logo após o término da Segunda Guerra Mundial. O direito de reprodução nos foi obtido junto ao *MIT Press*. A atualidade dos argumentos do texto original e a pertinência da tradução feita por **Aurora Neiva**, revisada de **Rachel Coutinho M. da Silva**, nos parece notória. Vale ainda destacar que a seção *Arquivo* foi, nos dois primeiros números, a mais acessada da revista, somando juntos, entre janeiro de 2016 e 2017 mais de 600 visualizações.

A sessão *Recensão* foi dedicada ao Prêmio ANPARQ 2106 na categoria melhor Tese. Para **Luiz Amorim**, autor da resenha, a investigação doutoral de Gabriela Izar, intitulada *Diagramática: descrição e criação das formas na arquitetura seriada de Peter Eisenman* constitui peça teórica exemplar sobre a obra do arquiteto Peter Eisenman, em particular sobre o papel do diagrama no seu projeto teórico. O trabalho de investigação esta solidamente baseado em rico acervo documental pertencente ao *The Canadian Centre for Architecture* e ao *The Getty Research Institute*, em Los Angeles, Califórnia.

Finalmente, na *Passagem* número 4, **Xico Costa** propõe uma reflexão sobre de que maneira podemos utilizar a imagem, “numa lógica dialética, para recuperar, no âmbito da representação, a ideia de cidade” tendo como referencia três autores: Santos, Benjamin e Lefebvre.

THÉSIS

Ensaaios

STUMPP, Monika Maria; BRAGA, Gisele Pinna; MACEDO, Fernando. A fotografia de portfólio da arquitetura contemporânea: estudo de caso Jacobsen Arquitetura. *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 11-33, jan/out. 2017

data de submissão: 14/10/2016

data de aceite: 25/04/2017

A fotografia de portfólio da arquitetura contemporânea: estudo de caso Jacobsen Arquitetura

Monika Maria Stumpp, Gisele Pinna Braga, Fernando Macedo

Monika Maria Stumpp é doutora em Arquitetura; Professora FAU UFRGS; monistumpp@hotmail.com[0]

Gisele Pinna Braga é doutora em Arquitetura e Urbanismo; Professora Universidade Positivo; gbraga@up.edu.br

Fernando Macedo é acadêmico de Arquitetura; Universidade Positivo; fernandomcdo@gmail.com

Resumo

A fotografia é historicamente utilizada para apresentar obras arquitetônicas a públicos distantes. Os meios digitais, em especial a Internet, ampliaram a distribuição das imagens, especialmente através dos websites dos escritórios de arquitetura, que neles encontraram um instrumento acessível para a divulgação de seu portfólio. A apresentação em meios digitais tem especificidades. Apesar da técnica de registro ser única, as características do meio de divulgação modificam a percepção da imagem fotográfica. A partir do reconhecimento dessas diferenças surgem os questionamentos que motivaram a investigação aqui apresentada: como essas imagens estão sendo utilizadas pelos escritórios para divulgar suas obras em seu portfólio eletrônico? Existe uma estratégia de comunicação predominante? Com base nesses questionamentos, surge uma pesquisa que analisa as fotografias de obras apresentadas digitalmente por escritórios contemporâneos brasileiros de arquitetura e que pretende construir um diagnóstico do uso da fotografia em seus portfólios, buscando identificar estratégias e técnicas recorrentes. Nesse artigo, são consideradas as imagens fotográficas apresentadas no website do escritório Jacobsen Arquitetura, um escritório com ampla produção no cenário brasileiro contemporâneo. Os procedimentos trataram de pesquisa bibliográfica e documental, seguidas de análise. A pesquisa bibliográfica abordou a fotografia de arquitetura e a pesquisa documental explorou as imagens fotográficas disponíveis no website do escritório. Foram estabelecidos 25 parâmetros objetivos, identificados em cada imagem e realizada a tabulação dos dados. Os resultados do levantamento são apresentados, sendo relativos a todas as fotografias constantes no website daquele escritório, totalizando 418 imagens. Os dados da totalidade do universo permitiram sua análise estatística e comparativa. O cruzamento de dados e os resultados identificam a prática de representação fotográfica mais recorrente e suas especificidades. As análises resultantes caracterizam as imagens fotográficas daquele escritório.

Palavras-chave: Fotografia de arquitetura, Portfólio, Arquitetura contemporânea.

Abstract

Photography is historically used to display architectural works to distant audience. Digital media, mainly the Internet, have expanded the distribution of images, especially through the websites of architecture offices, which found a handy tool for the dissemination of its portfolio. The perception of the resulting image from the photographic registration technique varies depending on the

means it is presented, either digital or analogical. This finding led the investigation presented in this article: How architecture design companies present photographic images to promote their work through electronic portfolios? Is there any strategy that prevails? These questions inspired a research that analyses the architectural photographs digitally presented by Brazilian contemporary architecture offices. The goal is to build a diagnosis of the use of photography on their website by identifying recurrent strategies and techniques. This article presents the examination of photographic images displayed in the Jacobsen Architecture office site, which is relevant in the contemporary Brazilian scene. Procedures consisted of bibliographical and documentary researches, followed by analysis. The literature was addressed to the architectural photography. The documentary research explored all the photographs available on the office's website, totalling 418. It was established 25 objective parameters, which were recognized in each image, and the data were tabulated. The operation of the entire universe of data allowed the statistical and comparative analysis. The result identifies the most common practices and the nature of the photographic image from that office.

Keywords: Architectural Photography, Website, Contemporary Architecture.

Resumen

La fotografía ha sido utilizada históricamente para presentar obras arquitectónicas a públicos distantes. Los medios digitales, en especial internet, ampliaron la distribución de las imágenes, especialmente a través de las páginas web de los estudios de arquitectura, que en ellos encontraron un instrumento accesible para la divulgación de su portafolio. La presentación en medios digitales posee particularidades. A pesar de que la técnica de registro es única, las características del medio de divulgación modifican la percepción de la imagen fotográfica. A partir del reconocimiento de esas diferencias surgen los cuestionamientos que motivaron esta investigación: ¿Cómo estas imágenes están siendo utilizadas por los estudios de arquitectura para divulgar sus obras en su portafolio electrónico? ¿Existe alguna estrategia de comunicación predominante? Con base en estas interrogantes surge una investigación que analiza las fotografías de obras presentadas digitalmente por los estudios de arquitectura contemporáneos brasileños y que pretende construir un diagnóstico del uso de la fotografía en sus portafolios, buscando identificar estrategias y técnicas recurrentes. En este artículo son consideradas las imágenes fotográficas presentadas en el sitio web del estudio Jacobsen Arquitectura, que posee una amplia producción en el escenario brasileiro contemporáneo. Los procedimientos trataron una pesquisa bibliográfica y documental seguida de análisis. La investigación bibliográfica se enfocó en la fotografía de la arquitectura y la pesquisa documental exploró las imágenes fotográficas disponibles en la página web del estudio. Fueron establecidos 25 parámetros objetivos identificados en cada imagen y fue realizada la tabulación de los datos. Se presentan los resultados del levantamiento que se refieren a todas las fotografías que constan en el sitio web: 418 imágenes. Los datos de la totalidad del universo permitieron su análisis estadístico y comparativo. El cruce de datos y los resultados identifican la práctica de representación fotográfica más recurrente y sus especificidades. Los análisis resultantes caracterizan las imágenes fotográficas de dicho estudio de arquitectura.

Palabras clave: Fotografía de arquitectura, Portafolio, Arquitectura Contemporánea.

Introdução

A fotografia é historicamente utilizada para apresentar obras arquitetônicas a públicos distantes. A condição física das publicações impressas limitava o acesso a elas.

Desde o anúncio oficial da invenção da fotografia, em 1839, a arquitetura foi um dos principais temas do novo aparato. Além da ampla circulação alcançada por imagens de arquitetura de caráter turístico por meio de periódicos, álbuns e postais, ao longo do século XIX, as fotografias documentaram grandes reformas urbanísticas realizadas em cidades como Paris, registrando também as ruas e as construções que desapareceram com as mudanças (Espada, 2012).

Os meios digitais, em especial a Internet, ampliaram a distribuição das imagens, agora sem limites geográficos. Publicações especializadas passaram a coexistir com os *websites* dos escritórios, que neles encontraram um instrumento acessível para a divulgação de seu trabalho. Ambos os meios se valem, em muito, da fotografia como registro, representação e comunicação das obras apresentadas (Vieira, 2012).

A apresentação em meios digitais tem especificidades: a luminosidade da tela estimula mais os nervos ópticos; o tamanho das imagens influencia a porção que elas ocupam no campo visual; a resolução da imagem determina a capacidade de perceber detalhes; o *zoom* possibilita ampliar a área de interesse, dentre outras. Assim, apesar da técnica de registro ser única, as características do meio de divulgação modificam a percepção da imagem fotográfica.

A partir do reconhecimento dessas diferenças advém o questionamento: como essas imagens estão sendo utilizadas pelos escritórios para divulgar suas obras? Existe uma estratégia de comunicação predominante? Com base nesses questionamentos, surge uma pesquisa que analisa as fotografias de obras apresentadas digitalmente por escritórios contemporâneos brasileiros de arquitetura e que pretende construir um diagnóstico do uso da fotografia em seus portfólios.

O estudo aqui apresentado faz parte de uma pesquisa que analisa o material de 25 escritórios eleitos, em 2010, como a "nova geração da arquitetura brasileira" (Editora PINI, 2010). Tal pesquisa pretende identificar as principais estratégias de representação e comunicação utilizadas, fornecendo subsídios para a reflexão sobre o trabalho do arquiteto de hoje e sobre a formação de arquitetos e urbanistas (<https://www.ufrgs.br/representacaograficaarq/>).

Nesse artigo, especificamente, são consideradas as imagens fotográficas apresentadas no *website* do escritório Jacobsen Arquitetura, um escritório daquele grupo com ampla produção no cenário brasileiro contemporâneo. A busca é por identificar estratégias e técnicas recorrentes, que representem a fotografia daquele escritório.

Os procedimentos trataram de pesquisa bibliográfica e documental, seguidas de análise. A pesquisa bibliográfica abordou a fotografia de arquitetura. A pesquisa documental explorou as imagens fotográficas disponíveis no *website* do escritório. Foram estabelecidos 25 parâmetros objetivos, identificados em cada imagem e realizada a tabulação dos dados.

Os resultados do levantamento apresentam a tabulação dos dados relativos a todas as imagens fotográficas do *website* daquele escritório, totalizando 418 imagens. Os dados da totalidade do universo permitiram sua análise estatística e comparativa.

O cruzamento de dados e os resultados estatísticos identificam a prática de representação mais recorrente e suas especificidades. As análises resultantes caracterizam as imagens fotográficas e verificam as similaridades e as diferenças da produção das imagens nas diversas técnicas.

A Fotografia de Portfólio do Escritório Jacobsen Arquitetura

Escritórios de arquitetura dispõem de diversas ferramentas de representação para apresentar seus projetos à sociedade. Dentre elas, a fotografia de arquitetura, que aparece na taxonomia de Cattani (2011), na categoria de imagens bidimensionais.

Para ser classificada como ferramenta de representação, a fotografia de arquitetura tem que ter a 'intenção' de apreender algum atributo, algo do ente arquitetônico, ainda que não seja óbvio o que se desejou mostrar e se tenha que esclarecer com uma legenda. A fotografia de arquitetura, assim como a planta de arquitetura, são meios de representação, apresentação e comunicação e por isso precisam ter algo a dizer (Vieira, 2012, p. 327).

Todas as fotografias constantes no *website* do escritório Jacobsen Arquitetura se enquadram nesta classificação, pois mostram as edificações relativas aos projetos apresentados. Assim, o estudo das imagens fotográficas daquele *website* refere-se às fotografias de arquitetura do escritório, que refletem do modo

como o escritório escolheu para se apresentar e falar sobre os seus projetos.

A fotografia de arquitetura se configura em um tipo específico de registro fotográfico (Vieira, 2012), que, segundo Shulman (2000), sempre teve dois propósitos fundamentais:

O primeiro é a de criar uma imagem que é, em si, uma obra de arte e não depende primariamente do assunto; os elementos deste tipo de fotografia são próximos aos de uma pintura. O segundo propósito é transmitir uma mensagem sobre o assunto. Esta mensagem pode ser um esclarecimento, uma simplificação ou uma ilustração. [...] Neste segundo propósito, que é levar uma mensagem, a fotografia é um meio de comunicação e é com esta função que estamos primariamente preocupados aqui (Shulman, 2000, p.1).

O segundo propósito, especialmente presente neste estudo, dá a entender que intenções de comunicação foram consideradas no ato de fotografar. É possível então supor que este intuito deriva em decisões técnicas estratégicas, que são tomadas pelos fotógrafos de arquitetura para comunicar a mensagem desejada.

Tal indicação é relatada pelo fotógrafo de arquitetura João Alberto Fonseca da Silva:

sempre que possível, sair para fotografar arquitetura em dias com sol forte e nuvens, aquelas grandes e dispersas que estão em constante movimento com o vento. Além de proporcionarem céus mais dramáticos e com profundidade, diferente do 'céu de brigadeiro' (céu sem nuvens), a movimentação delas possibilita várias situações diferentes de luz num mesmo dia, em uma mesma hora. Servem, inclusive, como rebatedores, iluminando as áreas em sombra (Vieira, 2012, p.109).

Outras argumentações consideram as decisões compositivas vinculadas às intenções de comunicação:

Há também uma questão importante sobre a linha de horizonte. Quando posta no meio da fotografia resulta em uma fotografia monótona. Explorar a colocação da linha de horizonte alinhada com as linhas imaginárias dos terços horizontais ou mais acima e abaixo delas resulta em fotografias mais dramáticas e com maior impacto visual (Vieira, 2012, p. 207).

Decorre deste fato, que a análise dos aspectos técnicos das imagens pode indicar recorrências que apontem para intenções de comunicação.

No que diz respeito aos efeitos advindos das imagens dos websites dos escritórios de arquitetura, algumas

variáveis devem ser consideradas, as quais são apresentadas a seguir.

A influência do fotógrafo

De um lado está a fotografia e de outro, o fotógrafo com seus olhares e pontos de vista. Conforme Fernando de Tacca (2012, p.80) “o fotógrafo sempre foi um indivíduo livre, um viajante, flâneur, [...] que almejava não viver enclausurado em normas produtivas rígidas” (Tacca apud Quinto, 2012).

O fotógrafo de arquitetura apresenta, em suas imagens, uma marca pessoal, especialmente por ser o ato de fotografar uma ação que envolve escolhas subjetivas, condicionadas aos objetivos de comunicação, portanto sujeitos a interpretações e vulneráveis à sensibilidade artística de quem o faz. Quinto (2012) explica que “por ser um intermediário visual, o profissional também filtra e altera a realidade a ser mostrada, no sentido de que escolhe o quê, como e quando fotografar” (Quinto, 2012, p.72).

Independentemente do motivo gerador, as decisões recorrentes implicam a construção do caráter da fotografia daquele profissional. Visto que as decisões do ato fotográfico necessariamente precisam ser viabilizadas por escolhas técnicas, compreendê-las contribui para o entendimento das imagens apresentadas.

No caso do Jacobsen Arquitetura, a trajetória do escritório foi retratada pelas lentes de poucos fotógrafos, dentre os quais se destaca Leonardo Finotti, arquiteto e fotógrafo brasileiro, colaborador do livro *Claudio Bernardes & Paulo Jacobsen* (Editora Capivara, 2009). “Finotti já documentou várias obras importantes projetadas no Brasil, Portugal e América Latina, as quais aparecem vinculadas constantemente em vários meios da arquitetura” (Delaqua, 2012). Ele foi e continua sendo uma espécie de fotógrafo oficial do escritório, autor de quase 60% das fotografias apresentadas no *website* do escritório.

Segundo Finotti (2012), um dos lados positivos de ser um fotógrafo de arquitetura “é que você está em constante contato com arquitetos que melhoram suas impressões quando você está mais próximo. No entanto, é muito difícil expor todos os distintos aspectos e qualidades unidos em apenas um arquiteto (...)” (Delaqua, 2012).

A adequação de imagens para o website

A produção de um *website* implica a estruturação e a organização de informações gráficas e textuais. Tal procedimento pressupõe a determinação de padrões técnicos, por exemplo, a proporção da imagem, o que requer uma ressalva neste estudo.

Técnicas de manipulação, edição e remixagem de conteúdo estão incorporadas à montagem de projetos digitais e devem ser consideradas desde o início [...] O desenvolvimento de um projeto digital requer conhecimentos específicos da linguagem hipermidiática, padrão de cores, manipulação correta das imagens e outros símbolos visuais, tamanho dos arquivos disponibilizados para download, dimensão, resolução, formato (imagem, vetor, código), entre outros conceitos de interatividade, estrutura de projeto, comunicação digital e a criação de diferentes efeitos visuais compatíveis com a produção para novas tecnologias (Toledo Fº e Moraes Jr, 2010, p.136).

No que diz respeito à análise do caráter da imagem do portfólio do escritório, tal fato não produz impacto. As análises de autoria devem, porém, ser relativizadas pelo fato de a aparência da imagem fotográfica estar sujeita a transformações para publicação em diferentes plataformas.

O Posicionamento de Mercado do Escritório

Segundo a interpretação dos princípios de *marketing* pelo Instituto Americano de Arquitetos (2011), o conceito de posicionamento de mercado aplicado em arquitetura refere-se às estratégias de um escritório para atuar em um mercado-alvo específico. Na construção dessas estratégias, encontram-se decisões sobre como apresentar a empresa ao mercado e como diferenciá-la da concorrência.

O *website* de um escritório se inclui na estratégia de comunicação da empresa. Consequentemente, o que é apresentado impacta o entendimento de seu posicionamento.

Assim é possível deduzir que os projetos escolhidos e o caráter das imagens apresentadas no *website* refletem a intenção de posicionamento do escritório. Independente de quem produziu as fotografias, o conjunto apresentado sintetiza o que o escritório, considerando sua estratégia, quer dizer sobre as obras.

O escritório Jacobsen Arquitetura possui tradição de três gerações no cenário brasileiro, sendo atualmente

formado pelos arquitetos Paulo Jacobsen e Bernardo Jacobsen, pai e filho.

Paulo Jacobsen (Rio de Janeiro, 1954) graduou-se em 1975, pela Universidade Bennett. Na década de 1970, a partir da sociedade com Cláudio Bernardes (filho do arquiteto Sérgio Bernardes), surgiu a Cláudio Bernardes & Jacobsen Arquitetura (<http://www.jacobsenarquitetura.com/pagina/?CodSecao=6>).

Após a morte de Cláudio Bernardes, em 2001, Jacobsen iniciou o novo escritório, associando-se com Thiago Bernardes, filho de Cláudio. Em 2012, o escritório passou por nova reformulação: Thiago Bernardes deixou o escritório, surgindo então a Jacobsen Arquitetura, que tem como sócios Paulo Jacobsen, Bernardo Jacobsen e Eza Viegas. Atualmente, o escritório emprega em torno de 20 arquitetos, nas sedes de São Paulo e Rio de Janeiro, e desenvolve projetos em todo o Brasil e no exterior.

Com uma história que atravessa três gerações, traz em seu portfólio aproximadamente mil projetos, entre restaurantes, lojas, residências, escritórios, empresas, condomínios de luxo, *resorts*, etc.

Costa, Picolli e Caon (2015) comentam que a produção do escritório, nos últimos anos, principalmente no período compreendido entre 2001 e 2010, ganhou destaque por incorporar diferentes gerações, fazendo com que, em suas obras, potencialmente, se tensionem heranças do modernismo brasileiro e inovações contemporâneas, quer através da natureza dos programas arquitetônicos, quer por meio da linguagem formal e das técnicas e materiais empregados.

Deste modo, o escritório coloca-se como um dos principais escritórios do cenário brasileiro contemporâneo. Fato comprovado pela eleição, no ano de 2010, por um grupo de críticos de arquitetura, como um dos 25 escritórios brasileiros da “nova geração da arquitetura brasileira” (Editora PINI, 2010).

Com um trabalho diferenciado e premiado, reconhecido pela revista *Architecture Digest*, no ano de 2002, como um dos cem arquitetos mais importantes do mundo, Jacobsen teve, em 2009, a oportunidade de assinar, juntamente com o escritório, o Museu de Artes do Rio de Janeiro, importante obra arquitetônica na capital fluminense.

Levando em consideração a forte presença do escritório no cenário brasileiro contemporâneo e identificando

a imagem fotográfica como um meio importante de divulgação do trabalho do escritório, surgiu a necessidade de conhecer suas características para compreender o caráter da imagem fotográfica apresentada no *website* do JA.

Procedimentos

Os procedimentos trataram de pesquisa bibliográfica e documental, seguidas de análise. A pesquisa bibliográfica abordou a fotografia de arquitetura e a pesquisa documental explorou as imagens fotográficas disponíveis no *website* do escritório.

Foram estabelecidos 25 parâmetros objetivos e identificados em cada imagem (Tabela 1). A tabulação dos dados foi realizada por meio de observação das imagens em um computador Desktop. Para cada parâmetro, foram estabelecidas as subcategorias, apresentadas na Tabela 1.

Categoria	Quant.	Itens tabulados
Caracterização do projeto	4	ID do projeto, ano, classificação de uso (residencial, comercial, cultural, institucional) e tipo de cliente (particular ou concurso).
Técnica gráfica	2	Gradação de cor (PB, tons de cinzas, sépia ou colorida); tipo de representação (convencional ou interativa).
Caracterização da luz	2	Horário da luz (diurna, noturna ou lusco-fusco); tipo de luz representada (natural, artificial ou sem efeito).
Composição	6	Proporção da imagem, orientação (retrato ou paisagem); enquadramento (centralizado ou descentralizado) e posição do observador (angulação lateral, vertical e altura de visualização).
Conteúdo	3	Ambiente (interno ou externo), conteúdo apresentado (total ou parcial), verificação da apresentação do contexto.
Humanização	5	Figuras humanas com quantificação, vegetação, veículos, móveis ou mobiliário urbano e animais.
Estratégia	2	Relação entre o posicionamento das figuras humanas e os edifícios, estratégia de iluminação para direcionar o olhar.
Autoria	1	Identificação do fotógrafo.

TABELA 1
Parâmetros tabulados para cada imagem
Fonte: Autores, 2016

Dos itens da Tabela 1, angulação lateral e angulação vertical seguiram critérios segundo o esquema apresentado na Figura 1.

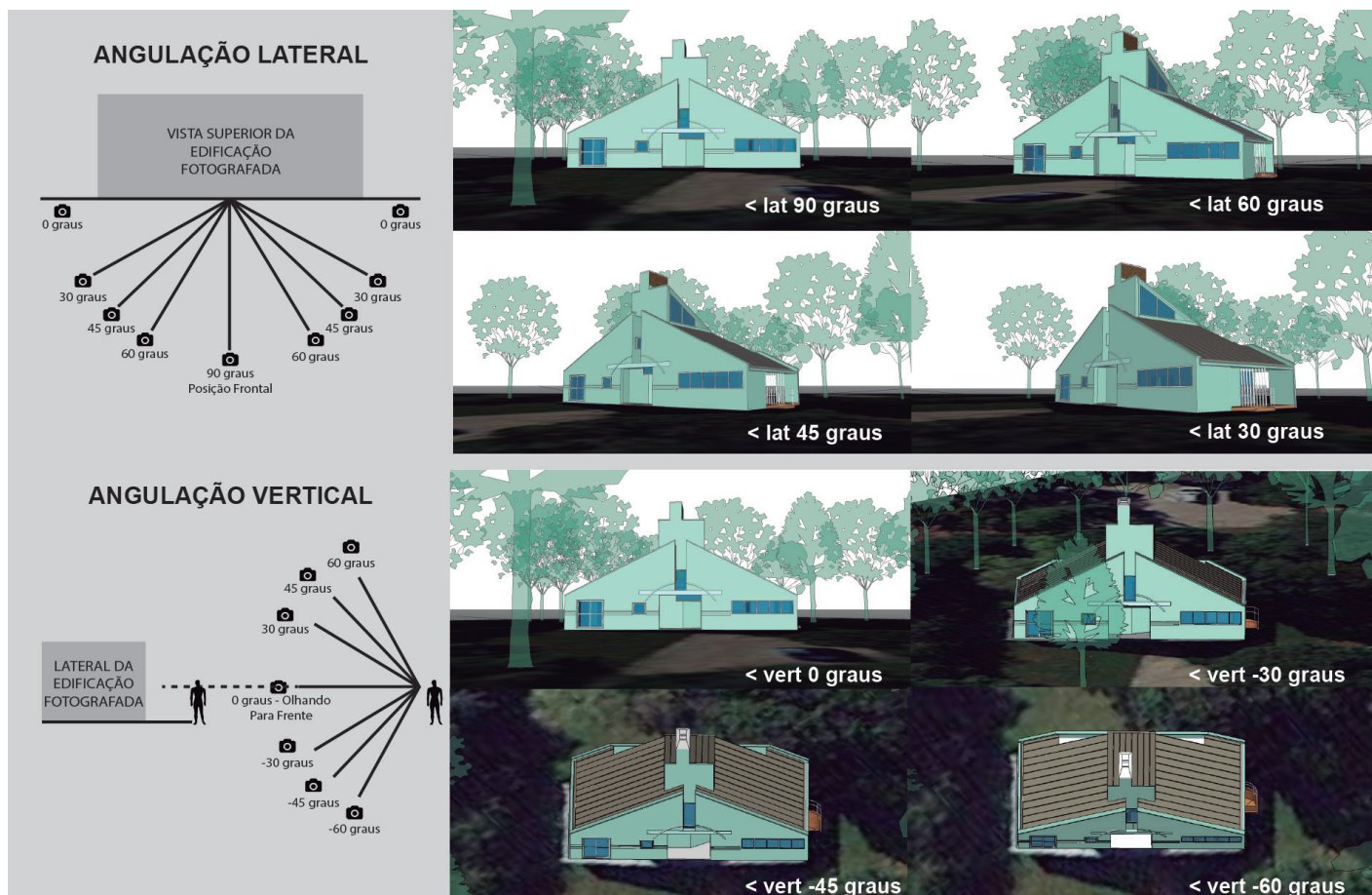


Figura 1
Ilustração sobre angulação lateral e vertical.
Fonte: Braga e Stumpp, 2015.

A base de dados criada possibilitou a contabilização, a geração de gráficos e a consequente análise inicial, que indicou caminhos para uma análise complementar, de possíveis relações entre os itens mapeados.

A partir dos resultados gerais, foram esboçados alguns questionamentos: observa-se um padrão na apresentação do edifício pelas fotografias ao longo dos anos? Podem ser observadas relações entre aspectos referentes ao conteúdo e à apresentação? Existe algum padrão de fotografia por fotógrafo? Os resultados que podem responder a tais questionamentos estão ilustrados nos resultados complementares.

Os resultados gerais e os que mostram relações entre dados são, a seguir, apresentados.

Resultados

Dentre todas as imagens que apresentam a arquitetura em seu aspecto tridimensional, constantes no *website* do escritório, as fotografias correspondem a 90% do material exposto no *site*, o que faz o recurso fotográfico ser majoritário dentre os utilizados, para divulgar o portfólio do escritório.

No que diz respeito à caracterização da imagem apresentada no *website*, foram mapeados os aspectos presentes na Tabela 1 cujos resultados são descritos a seguir.

Sobre a caracterização dos projetos

O gráfico inserido na Figura 2 apresenta a quantidade de projetos disponíveis no site de acordo com o ano de seu término.

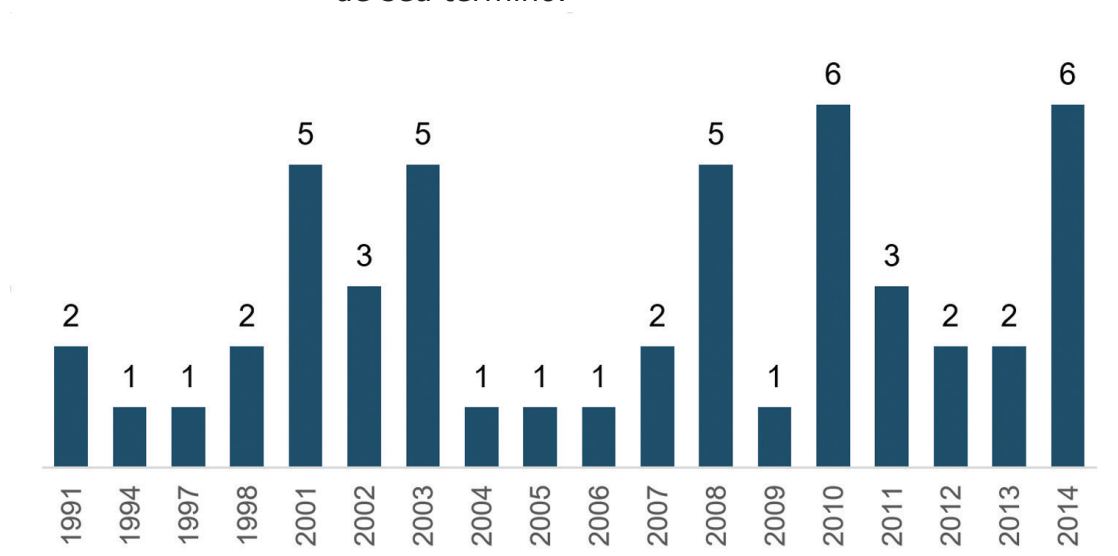


Figura 2
Quantidade de projetos x Ano de término.
Fonte: Autores, 2016.

Na identificação dos usos, prevalecem os projetos habitacionais (Figura 3). Observou-se que 100% das fotografias são de clientes particulares.

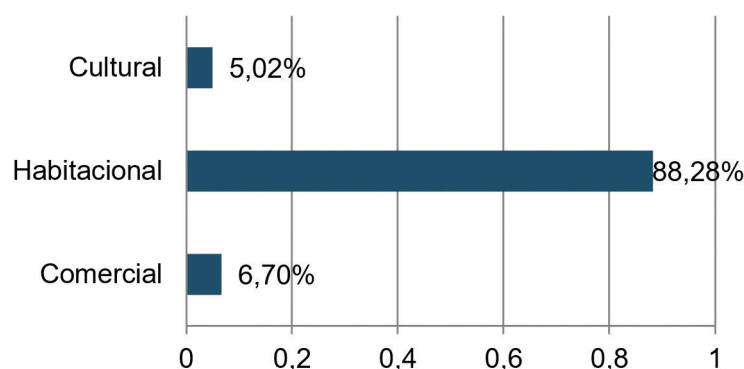


Figura 3
Distribuição de fotografias por uso.
Fonte: Autores, 2016.

Sobre a técnica gráfica

Observou-se predominância de imagens coloridas. Há somente uma fotografia em preto e branco e inexistem fotos com acabamento sépia. Cem por cento das imagens são convencionais e nenhuma delas é interativa.

Sobre a luz

Com relação à incidência da luz, a tabulação mostra que a maior parte das imagens são com iluminação diurna (81%) e praticamente inexistem imagens noturnas. A iluminação natural é preponderante (64%) e cerca de um terço das imagens tem luz mista (Figura 4).

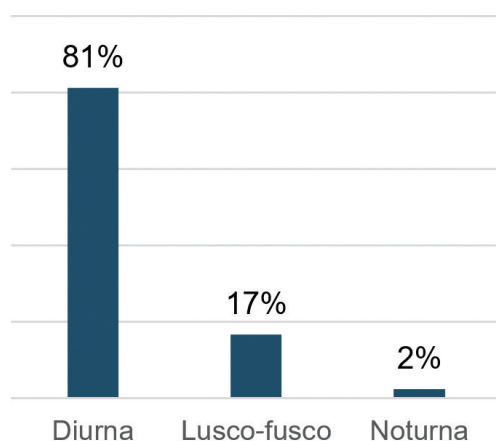


Figura 4
Gráficos (a) horário da luz; (b) tipo de luz representada.
Fonte: Autores, 2016.

Sobre a composição

Majoritariamente, as imagens estão na proporção 1:1,5 (2:3) (78%), seguidas pelo padrão 4:3, que apresenta a proporção 1,33 (8,1%) e 1:1,6 (6,2%) (Figura 5).

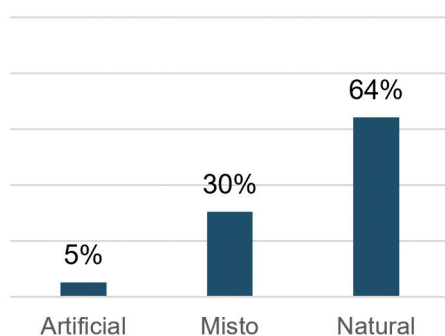


Figura 5
Proporção da imagem: relação entre dimensão maior e menor.
Fonte: Autores, 2016

Há evidente predomínio das imagens em formato paisagem (87,6%) (Figura 6). O enquadramento é centralizado em 72% das fotografias e descentralizado em 28%.

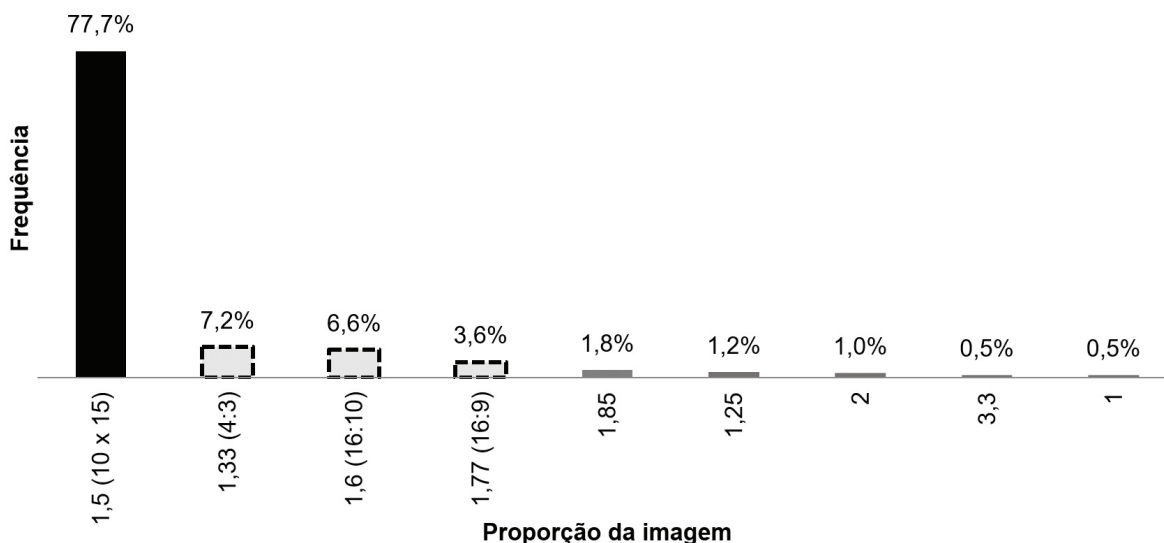


Figura 6
Orientação das imagens.
Fonte: Autores, 2016.

A posição do observador predominante, com relação à angulação lateral, é a posição frontal (77%), seguida por aquela de 45 graus (12%). As demais angulações laterais estão presentes em um número reduzido de fotografias, sendo a angulação de 60 graus praticamente inexistente (Figura 7).

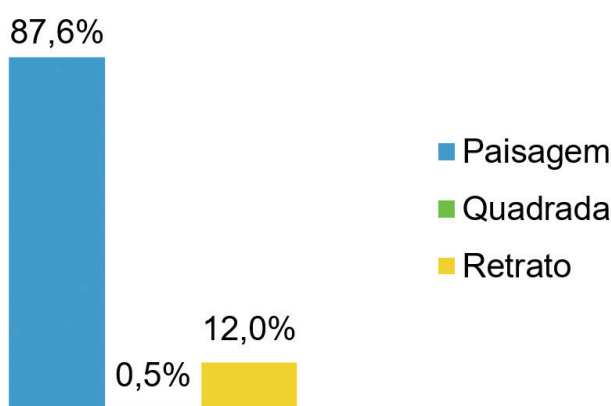


Figura 7
Angulação lateral nas imagens.
Fonte: Autores, 2016.

No critério angulação vertical, predominam as fotografias nas quais o observador olha o edifício de frente, como era previsível (90% das imagens). Os demais posicionamentos somam juntos 10% (Figura 8).

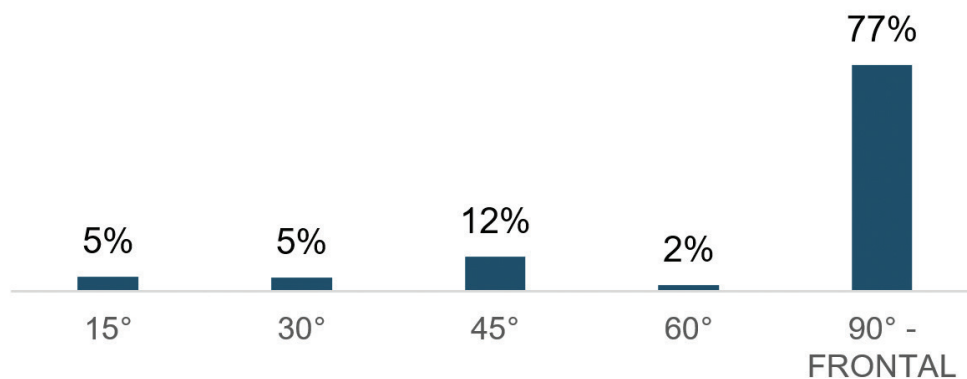


Figura 8
Angulação vertical nas imagens.
Fonte: Autores, 2016.

A tomada a partir da altura do observador prevalece, presente em mais de 90% das fotografias, 3,6% também apresentam altura do observador, porém em outro nível que o térreo (Figura 9).

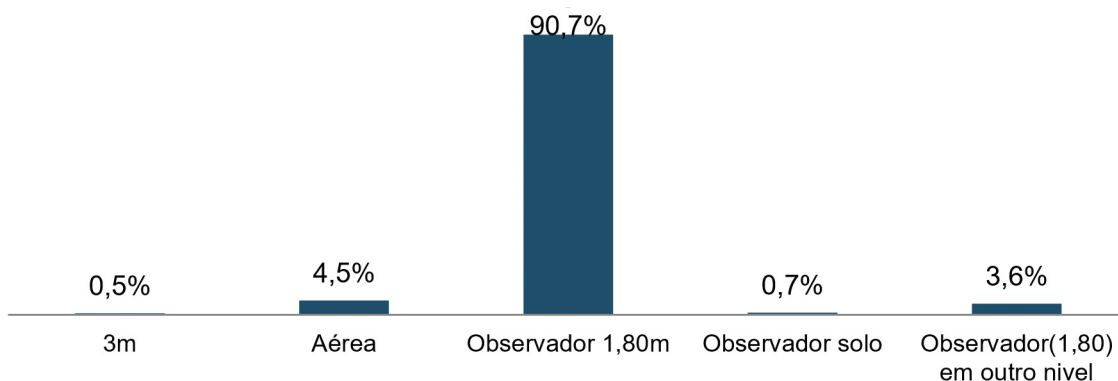


Figura 9
Altura da visualização
Fonte: Autores, 2016.

Sobre o conteúdo

No item referente ao ambiente, observa-se uma diferença menor quanto ao número de fotografias que mostram ambientes externos (60%) e internos (40%). O conteúdo apresentado é parcial em 88% das imagens, com fotografias que retratam determinada parcela da edificação, e total em 12% delas. Com isso 76% das imagens apresentam o contexto e 24% não.

Sobre a humanização

A humanização verificou a presença de figuras humanas, vegetação, veículos, móveis ou mobiliário urbano e animais. O padrão observado é de fotografias sem figuras humanas, totalizando 93% das imagens (Figura 10).

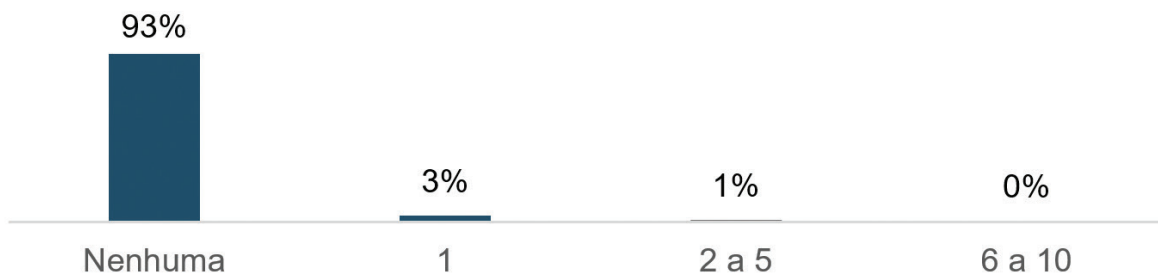


Figura 10
Contabilização de figuras humanas.
Fonte: Autores, 2016.

Valor parecido é encontrado para o item veículos, que inexistem em 96% das imagens. Predominam, no entanto, fotografias com vegetação (94%) e mobiliário (74%) (Figura 11).

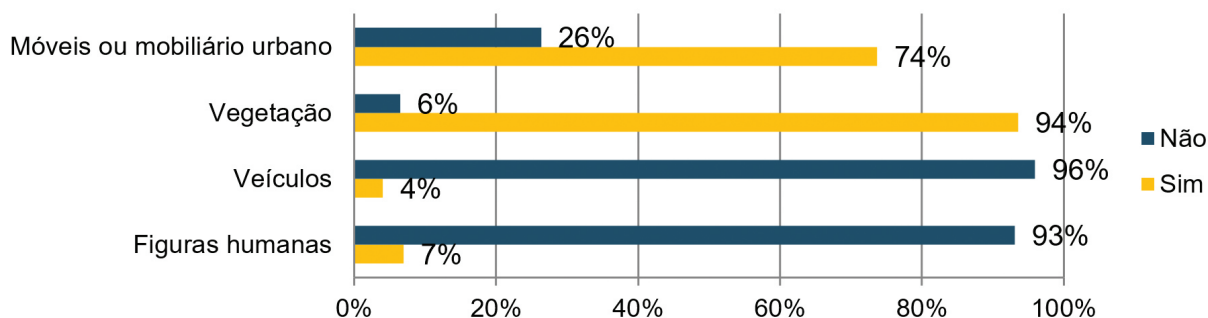


Figura 11
Resumo de itens presentes na humanização.
Fonte: Autores, 2016.

Estratégia

Neste item foi analisado se as figuras humanas olhavam para o edifício, fato que ocorreu em 53% das imagens com figuras humanas. Foi também observado se a luz na imagem está posicionada para direcionar o olhar para o edifício. Neste caso, o que prevaleceu foi a predominância da luz não posicionada para se olhar o edifício, situação presente em 63% das imagens.

Considerações

Os resultados gerais demonstram forte caráter da imagem do portfólio do escritório, pois os valores predominantes são altos. Em 74% dos itens, o valor do item mais encontrado nas imagens varia de 74% a 100%, segundo a distribuição indicada na Figura 12, que evidencia, em ordem decrescente, a frequência do resultado mais presente em cada um dos itens analisados nas imagens.

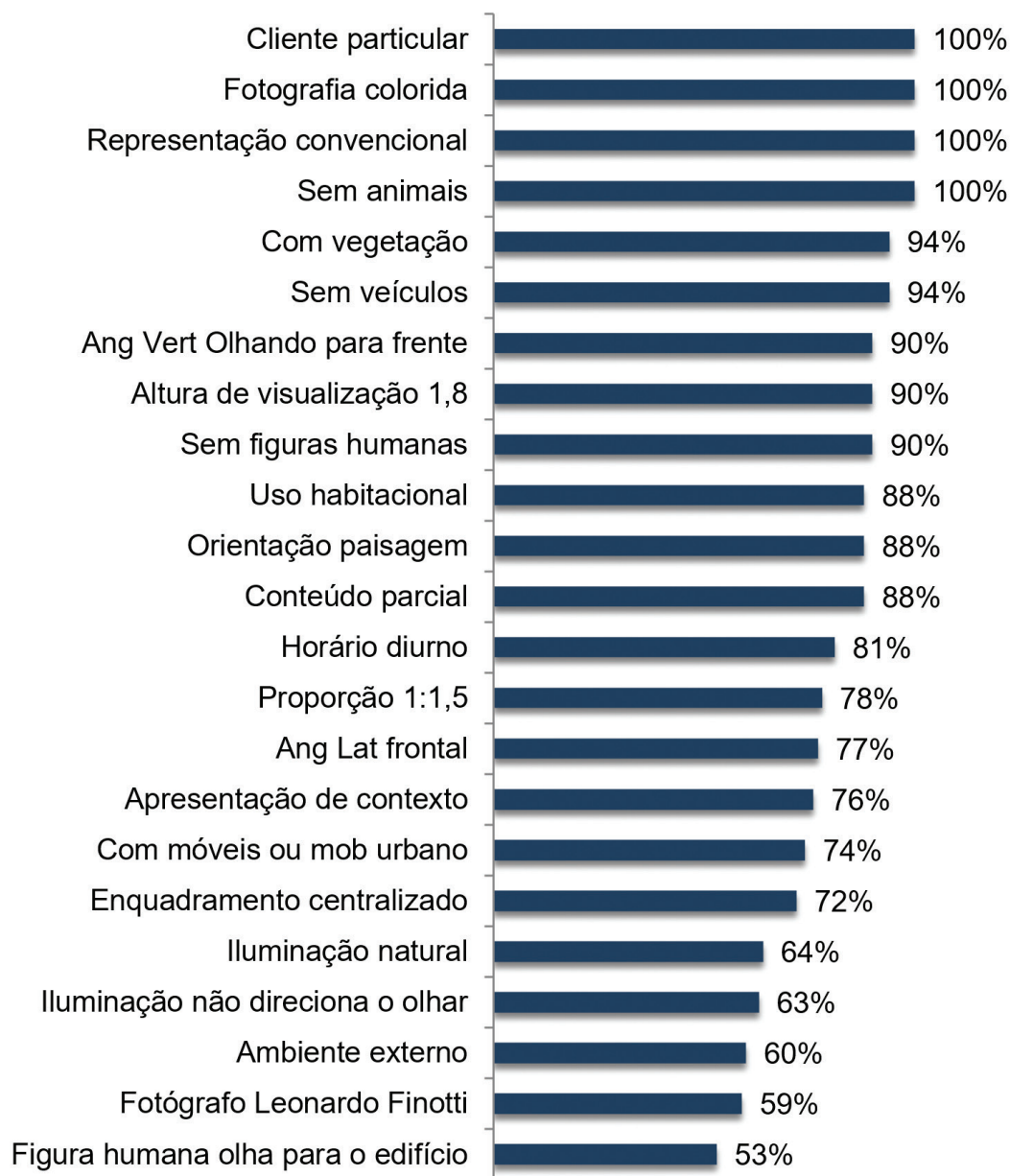


Figura 12
Itens predominantes, com respectiva porcentagem.
Fonte: Autores, 2016.

Através desses dados, é possível considerar que a imagem síntese representativa do portfólio do escritório Jacobsen Arquitetura, apresentado em seu *website*, corresponde à Figura 13, que apresenta todos os itens mais presentes no conjunto de imagens daquele portfólio.



Figura 13
Imagem síntese que representa o portfólio no *website* do JA, foto tirada por Leonardo Finotti.
Fonte: *site* JA, 2016. © Leonardo Finotti.

Algumas análises podem ser tecidas, relacionando os dados.

Na observação dos índices de angulação lateral frontal ao longo do tempo, identifica-se tendência de consolidação deste parâmetro na imagem. Tal evolução da distribuição do uso de angulação lateral, nas fotografias utilizadas no *site*, consta na Figura 14. É necessário considerar a ressalva de que as datas referem-se ao ano de finalização da construção, e não necessariamente ao da tomada fotográfica.

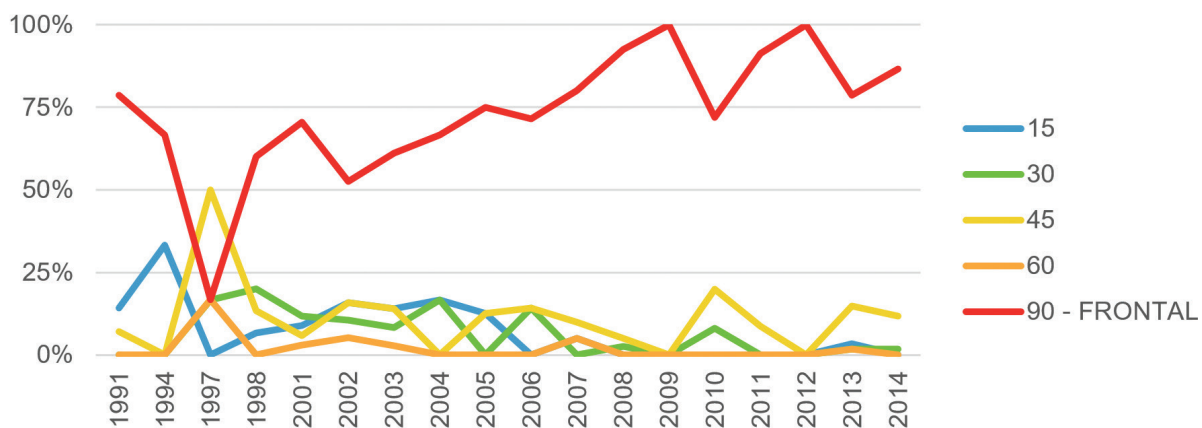


Figura 14
Evolução histórica da angulação lateral.
Fonte: Autores, 2016.

Outra relação possível foi realizada com os dados de enquadramento e angulação vertical. O gráfico da Figura 15, que ilustra esta relação, indica que quanto mais o ângulo lateral se aproxima do frontalidade, mais imagens com enquadramento centralizado aparecem. A proporção de imagens com enquadramento centralizado no universo das imagens com angulação lateral frontal é consideravelmente maior do que nas imagens de outras angulações.

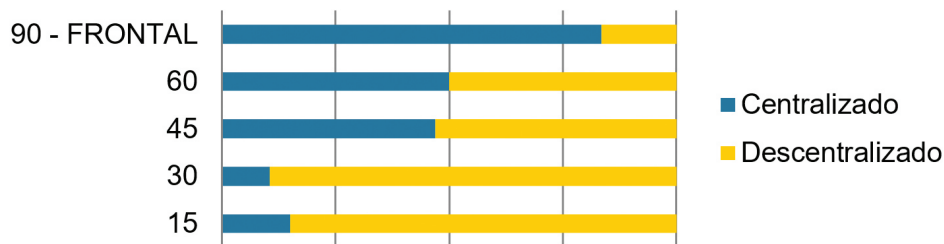


Figura 15
Relação de proporção entre Enquadramento e Angulação lateral para cada item.
Fonte: Autores, 2016.

No que diz respeito à angulação vertical, a evolução histórica da distribuição de cada valor de angulação vertical mostra a tendência perene do olhar para frente (Figura 16), ainda que, sensivelmente, note-se, assim como na angulação lateral, a consolidação da imagem com zero grau de inclinação vertical (olhando para frente).

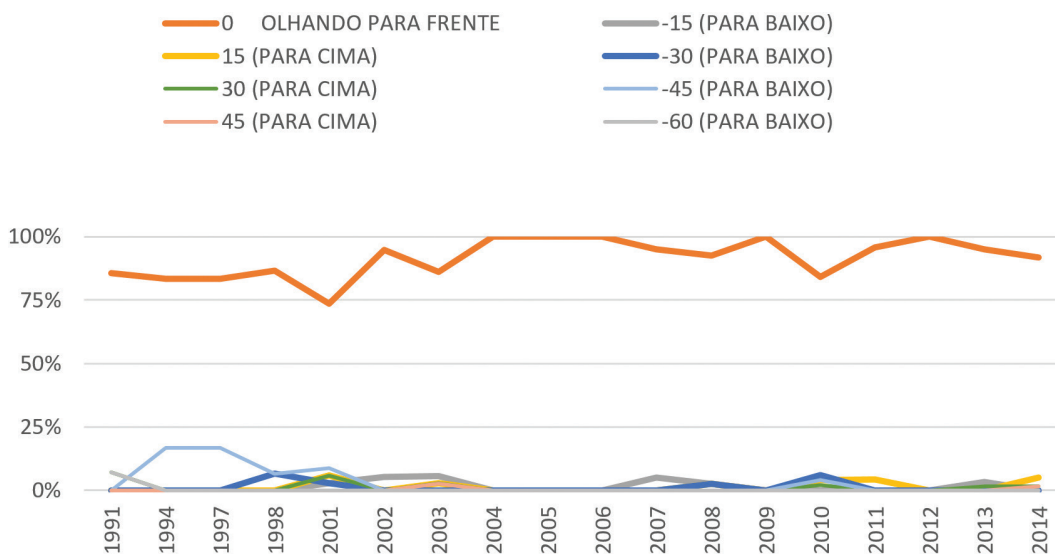


Figura 16
Evolução histórica da angulação vertical.
Fonte: Autores, 2016.

Ao analisar a relação entre enquadramento e angulação vertical, na proporção de cada universo, destacam-se as imagens de zero grau (olhando para frente), cuja proporção de imagens com enquadramento centralizado é consideravelmente maior que nos demais valores. O ângulo de 45 graus para cima pode ser desconsiderado, devido à pequena quantidade de imagens, o que inviabiliza a amostra (Figura 17).

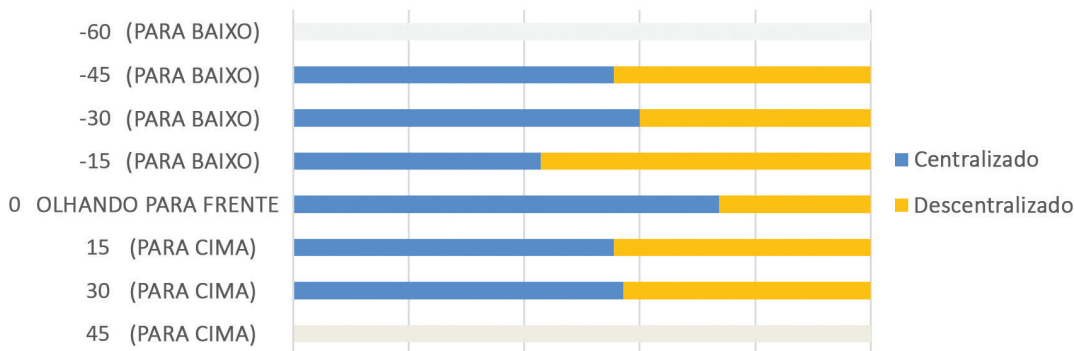


Figura 17
Relação entre Enquadramento e Angulação vertical.
Fonte: Autores, 2016.

A apresentação de conteúdo não se mostrou uma variável relevante para a variação do tipo de enquadramento. Observa-se pouca variação na proporção dos enquadramentos em ambas as situações de apresentação de conteúdo (Figura 18).

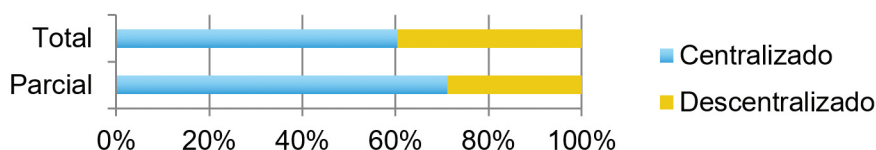


Figura 18
Relação entre Enquadramento e Conteúdo apresentado.

Para identificar as características de cada fotógrafo, a Figura 19 mapeia as características de enquadramento. Ressalta-se que André Nazareth e Andres Otero participam com pouquíssimas fotografias (2 e 5 fotos, respectivamente), sendo suas amostras passíveis de desconsideração. Observa-se predominância de enquadramento centralizado em todos os fotógrafos, exceto no trabalho de Kitty Paranaguá, no qual se encontra equilíbrio entre os dois tipos de enquadramento.

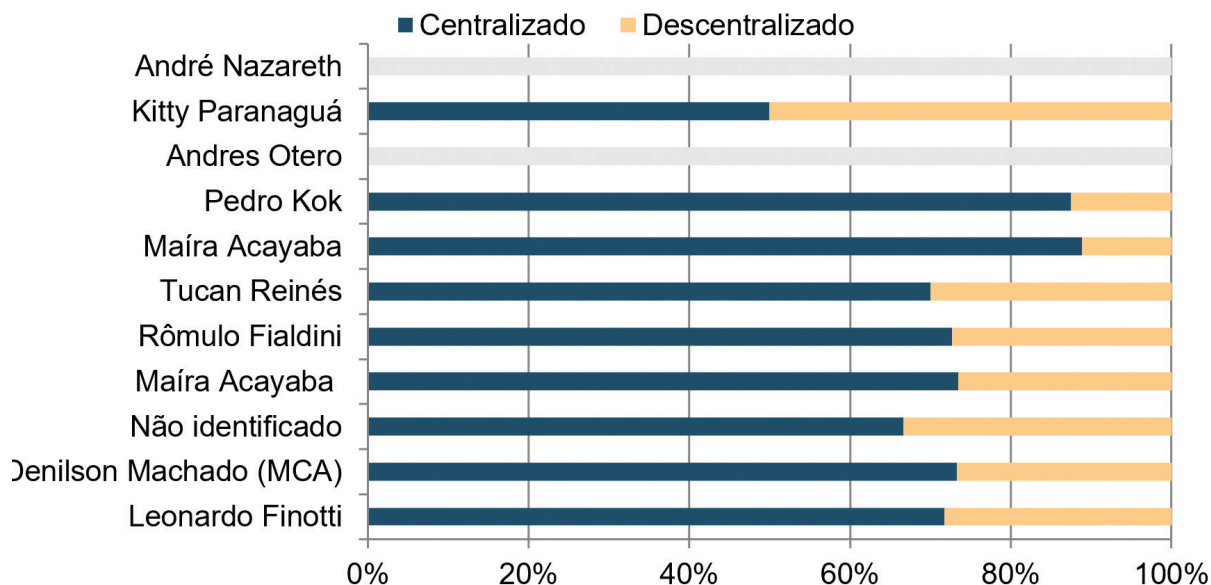


Figura 19
Característica de enquadramento por fotógrafo.
Fonte: Autores, 2016.

Ao reconhecer a proporção do uso das angulações lateral por cada fotógrafo, relativas aos itens de angulação lateral (Figura 20), salvo a prevalência da angulação frontal, nota-se variação consistente dos demais ângulos. Tal diagnóstico abre espaço para explorações posteriores.

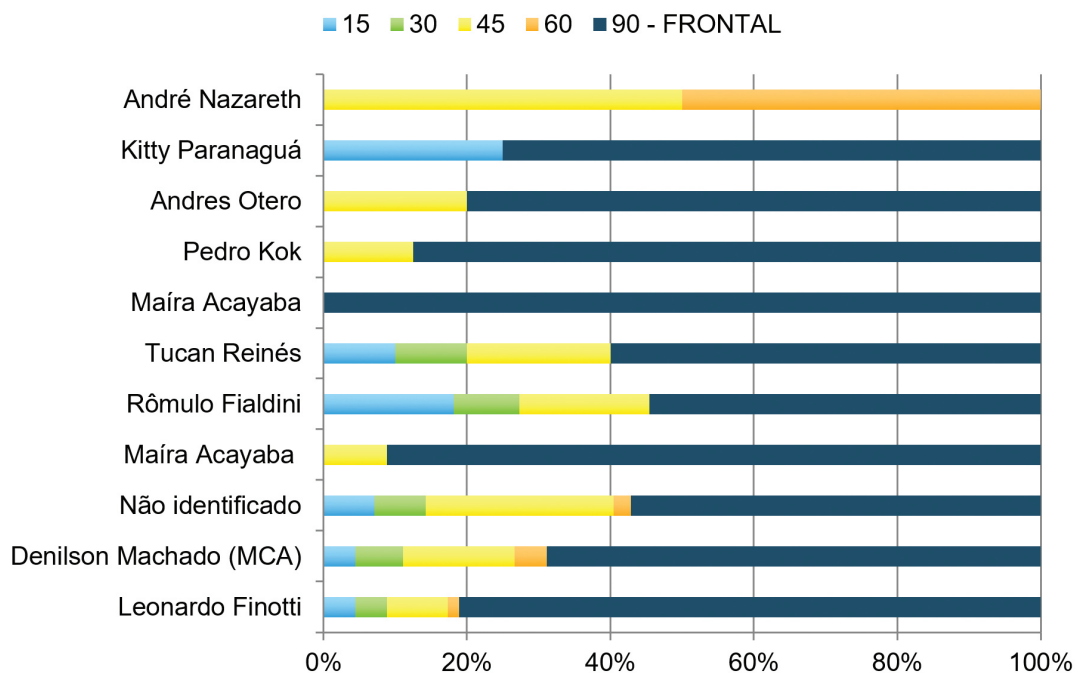


Figura 20
Proporção de cada angulação lateral por fotógrafo.
Fonte: Autores, 2016.

Do mesmo modo, excluindo-se as imagens predominantes que olham para frente, não é possível identificar um padrão para os demais itens de angulação vertical por fotógrafo (Figura 21). Isto também sugere investigação complementar.

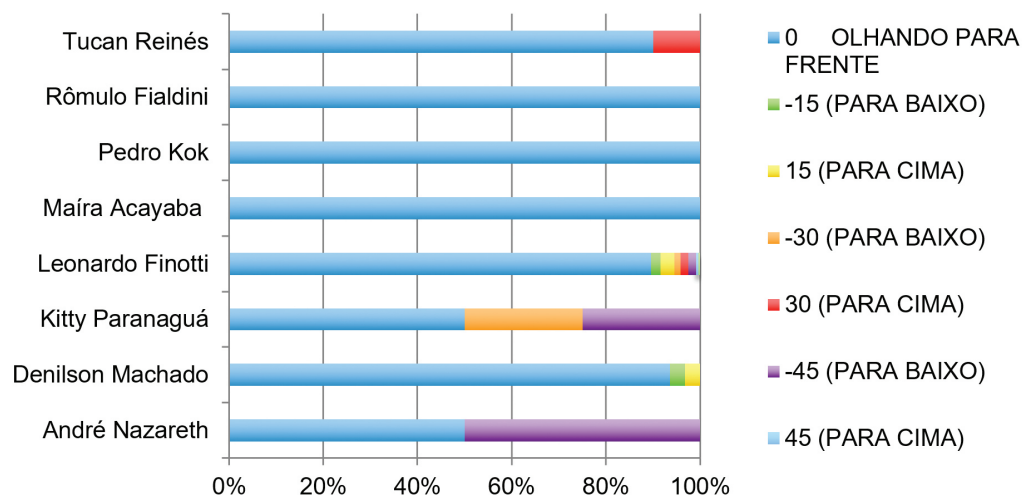


Figura 21
Característica de angulação vertical por fotógrafo.
Fonte: Autores, 2016.

Considerações Finais

O presente artigo apresentou os resultados de uma pesquisa que analisou 418 imagens do portfólio de projetos do escritório Jacobsen Arquitetura. Apresentou a tabulação dos dados, cuja análise buscou reconhecer relações entre os parâmetros estabelecidos. Os resultados apresentados verificaram as características destas imagens, a fim de esboçar a imagem síntese daquele portfólio.

Pode-se caracterizar uma imagem fotográfica que refletiria a síntese do escritório como: de cliente particular com uso habitacional; de representação convencional, colorida, diurna; com iluminação natural, enquadramento centralizado, visão frontal, olhando para frente; com altura de um observador em pé; apresentando uma visão parcial do edifício, em sua visão externa; mostrando seu contexto, com vegetação e móveis/mobiliário urbano, mas sem figuras humanas, veículos ou animais.

Para as análises posteriores, permanece o questionamento sobre o caráter das imagens fotográficas que estão sendo divulgadas pelos escritórios brasileiros. A representação gráfica, por meio de imagens fotográficas, apresenta algum padrão? O caráter da

imagem fotográfica do escritório Jacobsen é repetido em outros escritórios? Tal caráter está subordinado à identidade do trabalho do fotógrafo a seu processo de produção? Quais as relações possíveis de serem deduzidas, fazendo a comparação entre as características das imagens fotográficas e das imagens de render fotorealista? Em que elas se diferenciam ou se assemelham? Tais diferenças ou semelhanças subordinam-se às particularidades de cada meio de produção?

Estas são algumas perguntas que apareceram durante as análises dos dados apresentados nesse trabalho. Investigações futuras poderão partir destes questionamentos.

Referências

- AMERICAN INSTITUTE OF ARCHITECTS. *The Architecture Student's Handbook of Professional Practice*. New Jersey: Wiley: 2011.
- BRAGA, G. P.; STUMPP, M.M.; RIGO, V. *Imagens Digitais de Perspectiva na Apresentação de Projetos: Estudo de caso escritório MAPA*. Seminário Ibero-Americano Arquitetura e Documentação 4 (2015).
- CATTANI, A. *Por uma taxonomia da representação em arquitetura*. Seminário Ibero-Americano Arquitetura e Documentação 2 (2011): 1-12
- COSTA, A. E. da; PICCOLI, C.; CAON, S. *Casas lineares de Bernardes e Jacobsen Arquitetura: apontamentos sobre herança e inovação*. PROJETER 7 (2015): 1-15.
- DELAQUA, V. *Fotografia e Arquitetura: Leonardo Finotti*. <http://www.archdaily.com.br/01-38782/fotografia-e-arquitetura-leonardo-finotti> (Acesso Fevereiro 10, 2016).
- ESPADA, H. *Fotografia, arquitetura, arte e propaganda: a Brasília de Marcel Gautherot em revistas, feiras e exposições*. Museu Paulista 22 (2014): 81-105.
- JACOBSEN ARQUITETURA. "Estúdio-Biografia". <http://www.jacobsenarquitetura.com/pagina/?CodSecao=6> (Acesso Fevereiro 10, 2016)
- JACOBSEN ARQUITETURA. "Estúdio-Cronologia". <http://www.jacobsenarquitetura.com/pagina/?CodSecao=7> (Acesso Fevereiro 10, 2016)
- QUINTO, M. C. *Por trás das lentes, uma história: a percepção dos fotógrafos sobre a mídia impressa*. In: MONTEIRO, C. (Org.) *Fotografia, história e cultura visual: pesquisas recentes*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012, pp. 72-88.
- SHULMAN, J. *Photographing architecture and interiors*. Los Angeles: Balcony Press, 2000.
- TACCA, F. de. *A morte fotográfica*. In: QUINTO, M. C. (Org.) *Por trás das lentes, uma história: a percepção dos fotógrafos sobre a mídia impressa*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012, pp. 72-88.

TOLEDO FILHO, C. L.; MORAES JUNIOR, J. K. S. *Interface Gráfica do Usuário: O papel do designer digital*. In: BARBOZA, P. C. e FONSECA, R. (OrgS.). *Arte, Novas Tecnologias e Comunicação: Fenomenologia da Contemporaneidade*. São Paulo: CIANTEC 2010.

VIEIRA, C. B. de M. *A fotografia na percepção da arquitetura*. Tese (doutorado) -Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Arquitetura. Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura: Porto Alegre, 2012.



O redesenho como instrumento de construção de conhecimento em arquitetura

Ana Gabriela Godinho Lima, Júlio Luiz Vieira

LIMA, Ana Gabriela Godinho, VIEIRA, Júlio Luiz. O redesenho como instrumento de construção de conhecimento em arquitetura. *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 34-53, jan./out. 2017

data de submissão: 14/10/2016
data de aceite: 26/04/2017

Ana Gabriela Godinho Lima é doutora em Arquitetura e Urbanismo; professora e pesquisadora na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Mackenzie e no PPG-FAUMACK; godinholima.ag@gmail.com

Júlio Luiz Vieira é doutor em Arquitetura e Urbanismo; professor e pesquisador na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Mackenzie; julio.vieira@mackenzie.br

Resumo

Esta comunicação examina o papel do redesenho como instrumento de construção de conhecimento na pesquisa acadêmica em arquitetura. Para tanto estrutura-se em duas partes: a primeira dá conta do suporte teórico construído ao longo do desenvolvimento de projetos de pesquisa em que os autores estiveram engajados, apontando para a formulação e emprego de dois indicadores de avaliação da pesquisa acadêmica em áreas de prática projetual - o indicador histórico/historiográfico e o indicador projetual. A segunda parte detém-se na análise da tese de doutoramento de um dos autores, procedendo à verificação da operação dos indicadores enunciados nas estratégias de investigação adotadas. O foco da argumentação recai sobre o redesenho como estratégia projetual fundamental na construção do conhecimento na pesquisa em arquitetura. Tem ainda em vista que a atividade de redesenhar é sempre situada historicamente.

Palavras-chave: Recursos gráficos. Pesquisa. Historiografia arquitetônica. Pesquisa Acadêmica

Abstract

This communication examines the redrawing role as instrument of knowledge building in academic research in areas of design practice. It structure is two folded: the first part deals with the theoretical foundation which has been built through research projects with which the authors had took part in. It points out the development and the operation of two indicators in the assessment of academic research in areas of design practice: the historic/historiographical indicator and the design indicator. The second part is dedicated to one of the authors doctoral research analysis. It proceeds to the verification of how the indicators may be operated regarding the investigation strategies adopted. The discussion focus is adjusted on the redrawing as a fundamental strategy in building knowledge in architecture. It also takes into account that the redrawing activity is always historically situated.

Keywords: Graphic resources. Research. Architectural Historiography. Academic Research.

Resumen

Este artículo examina el papel del rediseño como herramienta de construcción de conocimiento en la investigación académica en la arquitectura. Para tanto se estructura en dos partes: la primera presenta una relación de apoyo teórico construído sobre el desarrollo de proyectos de investigación a la que se dedicaban los autores, que apunta a la preparación y la utilización de dos indicadores de evaluación de la investigación académica en las áreas



de práctica proyectual - un indicador histórico / historiográfico y outro proyectual. La segunda parte consiste en la análisis de la tesis doctoral de uno de los autores, procediendo a verificar el funcionamiento de los indicadores establecidos en las estrategias de investigación adoptadas. El enfoque del argumento se basa en el redesenho como estrategia proyectual fundamental en la construcción del conocimiento en la investigación de la arquitectura. Además, considera que la actividad de redesenhar se sitúa siempre históricamente.

Palavras-clave: Capacidades graficas. Investigación. La historiografía arquitectónica. La investigación académica.

Introdução

O objetivo desta comunicação é analisar e descrever, nos termos do rigor da pesquisa acadêmica, características essenciais do papel dos instrumentos de redesenho na pesquisa em projeto de arquitetura.

O marco fundador da análise teórica que aqui empreendemos é constituído pelo relatório do projeto "Pesquisa Acadêmica em Áreas de Prática Projetual: Arquitetura e Urbanismo" - PAAPP, (LIMA et. al. 2011) cujos resultados incluem publicações e desenvolvimento de projetos de pesquisa de Doutorado, Mestrado e Trabalho Final de Graduação. Dentre estes se destacam algumas publicações, como "Proyectos e Métodos proyectuales en La Investigación Académica: Algunos indicadores útiles" (LIMA e ZEIN, 2011), em que se discute a presença constante e a relação entre o que chamamos de indicadores históricos e historiográficos e os indicadores projetuais, na investigação acadêmica em áreas de prática projetual. Com efeito, a constatação de que tais indicadores, um de natureza textual (histórico e historiográfico) e outro de natureza gráfica (projetual), podem ser de grande eficácia no reconhecimento e avaliação da pesquisa acadêmica em áreas projetuais constitui um dos principais resultados do projeto PAAPP.

Evidências da relevância da consideração destes indicadores não apenas como auxiliares no reconhecimento e avaliação da pesquisa que se vale de métodos projetuais (como o redesenho) para a construção de argumentação, mas também como instrumento útil no próprio processo de condução da investigação podem ser encontradas nas publicações, orientações e interlocuções acadêmicas que se seguiram ao projeto. Dentre estas repercussões cabe mencionar ao menos dois artigos. O primeiro, "Proyectos, teorías e investigación: tendencias de la enseñanza en arquitectura y urbanismo." (LIMA et. al. 2011), incorpora alguns elementos da relação entre os modos de produção de conhecimento histórico e projetual na reflexão sobre

o ensino e a pesquisa em arquitetura e urbanismo no âmbito dos programas de pós-graduação stricto sensu.

Em “Indicadores de Pesquisa Acadêmica em Áreas de Prática Projetual” (LIMA et. al., 2011), os autores foram adiante em relação ao artigo anterior, publicado no mesmo ano por Lima e Zein, propondo alguns desdobramentos do papel do uso dos indicadores, histórico/ historiográfico e projetual no entendimento das estruturas da pesquisa acadêmica em áreas de prática projetual. Diante do exposto, importa descrever, ainda que de modo sucinto, os dois indicadores acima mencionados, históricos e projetual, e os procedimentos adotados para que fossem estabelecidos. Iniciemos pelos procedimentos:

Com base em revisão bibliográfica e discussões entre os membros da equipe do projeto de pesquisa¹, foram estabelecidas delimitações iniciais dos elementos que compõem o que chamamos de “prática projetual”, e de que forma poderiam ser identificados na pesquisa acadêmica;

Como resultado da pesquisa foram construídos argumentos iniciais sobre as características efetivamente encontradas em teses e dissertações de arquitetura e urbanismo que empregam elementos do projeto de arquitetura como parte essencial de sua argumentação. Entretanto, não foi possível propor a existência de diferenças evidentes em relação aos métodos tradicionais de pesquisa. O que se observou foi a associação eficaz entre métodos tradicionais, em especial de natureza histórico/historiográfica, e métodos projetuais. O que se conseguiu foi estabelecer com clareza dois indicadores que caracterizam as pesquisas que se utilizam de métodos projetuais como parte fundamental de sua argumentação.

Projetual:

O emprego dos métodos projetuais, tal como empregados no universo de trabalhos analisados, sugere aproximações com a noção de artefato, ou seja, parecem constituir-se em construções não-textuais que têm como objetivo trazer à tona um elemento da problemática envolvida no trabalho que não seria passível de descrição, ou compreensão, por métodos textuais tradicionais.

A construção conceitual deste indicador visa permitir a identificação e legitimação de teses e dissertações que, ao empregarem métodos não-textuais, os aqui chamados artefatos não-textuais, implicam que o pro-

¹ Equipe do projeto “Pesquisa Acadêmica em Áreas de Prática Projetual”: Profa. Dra. Ana Gabriela Godinho Lima (líder), Prof. Dr. Rafael Perrone, Profa. Dra. Ruth Verde Zein, Profa. Dra. Cecília Rodrigues dos Santos, Profa. Dra. Maria Isabel Villac, Prof. Ms. Angelo Cecco. Discentes: Agnes del Comune, Maryellen Sanchez, Matheus Vasconcellos, Financiamento: Fundo Mackenzie de Pesquisa – Mackpesquisa.

cesso de decisões metodológicas e a contextualização e solução do problema podem ser claramente descritos. Ou, poderiam responder ao seguinte questionamento de Scrievener (2000): o pesquisador ou a pesquisadora “demonstrou ter consciência do que estava fazendo e mostrou-se ser capaz de propor e resolver problemas”, e adicionamos aqui, por meio do emprego dos artefatos não-textuais?

Histórico / Historiográfico:

Utilização de métodos históricos ou historiográficos, textuais que contextualizem, justifiquem e situem a preocupação de cunho projetual. O que se observou foi o recurso a métodos históricos/historiográficos como forma de situar com maior precisão o contexto cultural, os tópicos, preocupações e interesses culturais pertinentes aos temas abordados. Esses métodos parecem alinhar-se com os métodos adotados para pesquisas acadêmicas em áreas de arquitetura e urbanismo na Europa e nos EUA. Essa impressão é corroborada pelo trabalho de Borden e Ray, *The Dissertation: an architecture student's handbook* (2009). Os autores concordam entre si que a pesquisa acadêmica em arquitetura e urbanismo pode assumir características muito variadas e que não há realmente um consenso sobre qual ou quais formas específicas este tipo de pesquisa deveria assumir. Enfatizando os aspectos mais comumente aceitos para a pesquisa acadêmica, como a necessidade de originalidade, assumida pelo/a próprio/a pesquisador/pesquisadora e o reconhecimento das ideias e trabalhos de outros autores quando apropriado. Esse reconhecimento, a nosso ver, passa pelas conexões que a pesquisadora ou pesquisador constrói entre seu trabalho e o saber estabelecido e organizado historicamente.

As conclusões a que o relatório chegou, em 2011, refletiam sobre a relevância do estabelecimento destes indicadores. Para a equipe, esta situava-se principalmente na contribuição para o reconhecimento e legitimação das dissertações de mestrado e teses de doutorado que empregam artefatos não-textuais como meio, método e/ou tema de pesquisa. Nos anos subsequentes, explorações destes resultados tomaram lugar.

Dentre estas, cabe comentar sucintamente o projeto intitulado “Práticas Projetuais: práticas de projeto de arquitetas, arquitetos e designers: análise dos instrumentos de prática projetual e possíveis empregos, de forma direta ou não - na pesquisa acadêmica stricto sensu” (2012/2014)². Dedicou-se à investigação das

² Financiamento Fundo Mackenzie de Pesquisa: Mackpesquisa.

práticas projetuais em arquitetura, urbanismo e design, buscando identificar e descrever os modos pelos quais estas podem ser empregadas como forma de construção do conhecimento acadêmico. Instrumentos projetuais incluindo croquis, estudos preliminares, construção de modelos físicos e virtuais, elaboração de plantas, cortes e elevações - em versões de estudo e versões representadas tecnicamente - além de estudos fotográficos e de natureza visual, compõem a prática habitual do projeto de arquitetura e urbanismo. Entretanto, quando utilizados como procedimento para a construção do conhecimento acadêmico em teses de doutorado, dissertações de mestrado e até mesmo pesquisas de Iniciação Científica, enfrentam alguns aspectos problemáticos.

O principal problema abordado consistiu na identificação e descrição das relações entre as práticas profissionais em projeto de arquitetura e urbanismo e as concepções e implicações envolvidas quando o pesquisador engaja-se na pesquisa acadêmica, notadamente teses de doutorado, dissertações de mestrado e iniciações científicas, em projeto de arquitetura e urbanismo. O projeto pretendeu formular enunciados que contribuíssem para a literatura de auxílio a orientadores, membros de bancas examinadoras e membros de órgãos de fomento à pesquisa. Orientadores, por exemplo, podem achar útil contar com enunciados claros e que contemplem o contexto brasileiro, sobre tópicos como: 1. modos de abordagem à literatura convencional versus outras fontes mais específicas ao projeto; 2. Estratégias de construção da argumentação; 3. Metodologias válidas de pesquisa utilizando métodos projetuais; 4. Demonstração e comunicação clara.

As conclusões iniciais indicam por um lado, que as práticas habituais do fazer e pensar da vida profissional são profundamente desafiadas ao longo do processo de construção da dissertação ou tese, em especial no que se refere à elaboração do texto acadêmico. Por outro, aspectos como intuição sobre o caminho correto a seguir, estratégias para organização do trabalho e, principalmente, os recursos visuais, como o emprego de fotografias, mapas, reprodução de desenhos e o redesenho constituíram-se no elemento essencial na construção da argumentação e desenvolvimento do trabalho.

A nosso ver, esses resultados corroboraram a validade dos dois indicadores acima mencionados: histórico/historiográfico e projetual. No que tange ao indicador histórico, verificamos sua relevância no exame dos

seguintes aspectos das pesquisas encaminhadas pelos profissionais entrevistados:

- delimitação do recorte da pesquisa;
- seleção de bibliografia a ser revisada;
- estabelecimento do referencial teórico;
- desenvolvimento das analyses.

Cada um destes aspectos é orientado por elementos de raiz histórico/historiográfica. Cabe notar, entretanto, que os pesquisadores e pesquisadoras elaboram seleções bibliográficas e referenciais teóricos de modo mais guiado pelos autores e publicações valorizados ao longo do ensino de graduação e aulas da pós-graduação e em conversas com os orientadores e orientadoras, do que por uma construção metodológica, embasada nas vertentes historiográficas correntes. Em outras palavras, muitas vezes o pesquisador ou pesquisadora pode utilizar, em uma mesma análise, autores de diferentes correntes de pensamento, sem sentir a necessidade de explicitar, em seu argumento, o porquê da articulação de argumentos provenientes de autores que são considerados, muitas vezes, bastante antagônicos ou cujas perspectivas parecem incompatíveis.

No contexto desta comunicação não cabe discutir a validade ou não de operações metodológicas dessa natureza, mas apenas apontar para o fato de que talvez seja desejável fortalecer o debate no sentido de se discutir a conveniência de se tornarem mais explícitas as abordagens historiográficas efetivamente empregadas na pesquisa acadêmica em áreas de prática projetual.

O emprego do indicador projetual nos permite focalizar as estratégias de trabalho cuja fundamentação principal é a experiência adquirida ao longo da prática profissional. Acerca deste indicador é interessante notar o que nos parecem ser áreas de sobreposição com relação ao indicador histórico/historiográfico. Isto ocorre em particular na seleção de obras e autores, que, para praticantes experientes, tende a ser uma opção guiada pelas leituras ocorridas nos períodos de formação, leituras de atualização profissional e também uma identificação de edifícios e profissionais que contam com reconhecimento entre os pares no meio profissional.

De qualquer modo, os principais aspectos avaliados por esse indicador são aqueles ligados à elaboração

de modelos físicos, mapas, plantas, cortes, fachadas, elevações, esquemas, croquis. Também a seleção e organização de fotografias nas páginas que compõem o trabalho são realizadas com base na experiência adquirida ao longo dos anos de prática profissional. Nesse conjunto, o redesenho é adotado como estratégia privilegiada na construção e explicitação dos entendimentos decorrentes das análises empreendidas no contexto da pesquisa.

O trabalho que aqui elegemos para análise ilustra aspectos específicos do emprego do redesenho como ferramenta construída com base na prática projetual do autor, como veremos mais adiante. Por ora, nos detemos em algumas considerações que nos parecem oportunas acerca do modo como os indicadores podem ser manejados na análise de trabalhos acadêmicos.

Identificação e verificação dos indicadores histórico/historiográfico e projetual na pesquisa acadêmica

Uma vez enunciados e descritos os indicadores acima, a pergunta é: como efetivamente identificar, descrever e analisar seu emprego na pesquisa acadêmica que emprega instrumentos da prática projetual, como o redesenho, como parte essencial na construção da argumentação?

Em primeiro lugar, como já dissemos, é necessário ter em vista de que toda construção intelectual, textual e não-textual, está situada dentro de um campo disciplinar construído historicamente, e é neste contexto que empregamos o indicador histórico/historiográfico em primeiro lugar, no intuito de verificar o posicionamento histórico, explicitado ou não, do pesquisador.

Verificação do indicador histórico/historiográfico

A história, a historiografia e a bibliografia da arquitetura têm, nesse contexto, um papel importante ao conferir sentido à produção arquitetônica, organizando arquiteturas, projetistas e lugares em escalas de valores específicas. Sendo ensinada parte sob a forma de texto, parte sob a forma de imagens, a história da arquitetura tem um efeito importante na criação do sentido de realidade que as e os estudantes constroem mentalmente. Como pondera Marina Waisman (2009), enquanto os problemas históricos se referem à existência do fato histórico - sua verossimilhança, a data, a autora ou autor, as circunstâncias de sua pro-

dução - os problemas historiográficos comprometem diretamente a ideologia do historiador, implicada na seleção do objeto de estudo, de seus instrumentos críticos, da estrutura do texto e "tudo aquilo que conduzirá à interpretação do significado dos fatos e, em definitivo, à formulação de sua versão do tema escolhido" (Waisman: 2009, pg. 15).

Com isso em vista, o exame do indicador histórico/historiográfico exige, por parte do examinador, algum conhecimento prévio sobre as principais correntes historiográficas empregadas na pesquisa acadêmica em arquitetura e urbanismo. Borden e Ray (2009) compilam, em âmbito internacional, as vertentes historiográficas mais comumente empregadas nesse campo de pesquisa: empirismo; iconografia; história e teoria hegeliana; história social; história e teoria política; história e teoria operativas; estudos teóricos e interdisciplinares; ciências sociais; escrita pessoal; estudos fundamentados em análises visuais.

Verificação do indicador projetual

A verificação do indicador projetual em pesquisas acadêmicas fundamentadas na prática projetual convocaria um examinador que possuísse, necessariamente, experiência na prática de projeto? Este é certamente um ponto que merece reflexão e debate cuidadosos. O que se pode dizer, por certo, é que é necessário que o examinador esteja a par do debate sobre a pesquisa nesse âmbito e suas características essenciais. Como nos lembra Doris Kowaltowsky, em sua apresentação à edição brasileira do livro de Bryan Lawson, "Como Arquitetos e Designers pensam" (2011), foi o pesquisador inglês Nigel Cross, um dos fundadores do periódico *Design Studies* que identificou os principais assuntos discutidos acerca dos métodos de projeto:

1. o controle do processo de projeto;
2. a estrutura dos problemas de projeto;
3. a natureza da atividade de projeto;
4. a filosofia do método de projeto.

A aferição do indicador projetual poderia passar, a critério do examinador, por um primeiro estágio em que se verifica se, de fato, o trabalho em questão caracteriza-se como pesquisa fundamentada na prática projetual. Isso implicaria na presença de dois elementos:

1. a construção da argumentação central do trabalho envolve necessariamente o emprego de instrumentos projetuais, ou seja, não prescinde do desenho e de elementos gráficos para sua construção e demonstração e

2. enquadra-se em um contexto mais amplo do debate acadêmico, como as quatro vertentes enumeradas acima ou, possivelmente, outras que estejam em atuação. Isso garantiria que se trata de pesquisa em nível acadêmico, e não de natureza técnica, cujas finalidades são, como se sabe, muito diferentes.

Uma vez constatada a adequação da pesquisa às temáticas ligadas à prática projetual, a verificação passaria então a examinar a construção e demonstração dos argumentos, com ênfase no processo, mas não perdendo de vista os resultados alcançados no final. Do ponto de vista do processo, importa analisar a presença dos elementos não-textuais sob pelo menos três ângulos: o enunciado do objetivo que indica a necessidade do uso de elementos gráficos para que seja atingido; o modo como os recursos gráficos foram construídos para atingir o objetivo; a habilidade demonstrada na apresentação dos elementos gráficos elaborados deste modo. Do ponto de vista do produto final, a resposta a três questões essenciais pode contribuir para um exame mais acurado (LIMA et al. 2011):

O trabalho apresenta claramente a caracterização do problema e o uso de elementos gráficos é a solução mais apropriada para respondê-lo?

É possível demonstrar ou constatar claramente que o uso dos elementos gráficos foram a solução mais apropriada para resolver o problema;

A utilização da solução adotada pode ser comunicada coletivamente e beneficiar outros pesquisadores que se deparem com problemas semelhantes?

Em síntese, os tópicos que compõem esse indicador visam contribuir para a identificação, reconhecimento e valorização da pesquisa acadêmica que, ao utilizar métodos gráficos, como o redesenho, constrói um tipo de conhecimento que não poderia ser atingido por outra via. No presente trabalho, buscamos refletir especificamente sobre como a prática do redesenho constitui-se em ferramenta essencial para o desenvolvimento da construção dos conhecimentos históricos e historiográficos em arquitetura. De modo a substanciar a primeira parte deste trabalho, em que propomos a definição de dois indicadores de análise para a pesquisa acadêmica em áreas de prática projetual, na segunda parte, discutimos uma pesquisa específica, uma tese de doutorado, em que os elementos discutidos na primeira parte comparecem como estratégia de execução do

trabalho e recurso para a reflexão a posteriori sobre os resultados alcançados ao seu final.

Reconstrução de um percurso de pesquisa: vias de aproximação para uma leitura da condição espacial na arquitetura

A construção de uma abordagem pelo redesenho

No âmbito da crítica arquitetônica ou da pesquisa historiográfica, o redesenho de obras de arquitetura, construídas ou não, representa um recurso cujo poder elucidatório sobre as qualidades espaciais de uma obra não pode ser substituído por formas textuais de descrição. Esse é um dos pressupostos da tese “Vias de Aproximação para uma Leitura da Condição Espacial na Arquitetura” (2015), que buscou traçar uma estratégia de abordagem da “leitura” das qualidades espaciais de obras arquitetônicas, fazendo uso de elementos gráficos obtidos a partir da interação com a documentação gráfica sobre uma seleção de obras.

As qualidades espaciais com poder de determinar experiências vitais do homem em seu ambiente, tomadas em conjunto, caracterizarão uma condição particular, uma natureza, uma índole dos espaços para a arquitetura. Algo que possibilite defini-la como um organismo espacial com uma marca identitária; que ao mesmo tempo ajude a singularizá-la como fenômeno, mas que também auxilie na identificação de sua linhagem histórica.

A ação de redesenho das obras, com o propósito específico de utilização como instrumento de visualização desta “condição espacial”, como mencionado acima, requereu alguns instrumentos específicos. Foi necessário intervir sobre os desenhos “originais” no sentido de produzirem-se “filtros” condizentes com as informações que se desejavam flagrar e que associavam-se com os conceitos espaciais elencados para as leituras.

Vale salientar que a intervenção nos desenhos originais foi o que permitiu a explicitação de certos “valores espaciais” recônditos, constituindo-se em artifício basilar para os confrontamentos que se sucederam. Não obstante a circunstância de que o estudo teve como eixo a ponderação sobre edifícios urbanos públicos ou semipúblicos, observa-se que o método utilizado aplica-se igualmente a outros tipos de edifício, em que pese o fato de que ajustes em relação ao conjunto de conceitos observáveis podem vir a ser necessários.

No caso específico da tese em questão, o que se objetivou com cada leitura foi captar aspectos da espacialidade arquitetônica que permitissem a identificação de sua natureza particular. Cada conceito utilizado correspondeu a um aspecto espacial que se buscou entender.

O indicador histórico / historiográfico é representado pela escolha da literatura que deu suporte à construção da estrutura temática conceitual para as leituras, que foi constituída em função da objetividade das abordagens empregadas, avaliadas como detentoras de um grau significativo de operatividade.

Nesse conjunto destacam-se os trabalhos de Herman Hertzberger (2006 e 2010), Bernard Leupen (1999) e Simon Unwin (2003), quem tem em comum o fato de seus autores serem arquitetos contemporâneos dedicados ao estudo analítico da arquitetura, que se utilizam de métodos que envolvem o uso de iconografias das obras e redesenhos dos projetos com o intuito de enfatizar aspectos específicos do estudo do espaço. Do mesmo modo, tais autores apresentam afinidades ideológicas, no sentido de incorporarem em suas análises, visões revisionistas em relação ao ideário moderno característico dos primeiros anos do século XX. Notadamente, esses autores incorporam em suas análises discussões que apenas se tornaram comuns para o campo da crítica arquitetônica nos anos 1950, como a consideração do contexto físico circundante na determinação das premissas ao projeto arquitetônico, o conceito de "lugar", ou espaço existencial, no entendimento e resgate das qualidades urbanas da cidade tradicional para o pensamento do espaço urbano contemporâneo.

Os indicadores projetuais estão representados pela reunião dos conceitos que fundamentam as principais reflexões contidas no trabalho. A eleição dos conceitos para constituição da estrutura temática para as leituras se deu, preliminarmente, como uma reflexão sistemática ensejada pela experiência de anos na prática e no ensino do projeto arquitetônico, tendo sido pautada por uma visão de raiz humanista, na tradição desenvolvida por Ernesto Nathan Rogers (apud Montaner, 2002), para quem a arquitetura deveria ser a grande peça integradora nas ações de reparação do espaço urbano, que deveria partir necessariamente das condições da realidade existente, superando os modelos uniformizadores do estilo internacional. Uma abordagem existencialista do espaço urbano está contida também no trabalho de Christian Norberg-Schulz (1975) com a definição do *genius loci* (ou espírito do

lugar) para construir um conceito de espaço existencial, ou simplesmente 'lugar', que se desenvolve usando os instrumentos da fenomenologia e da obra filosófica de Martin Heidegger.

A partir daí enumeraram-se sete elementos essenciais de análise: contexto; ocupação; permeabilidade; sociabilidade; fluxos; estratificação e estrutura. Para esta estrutura temática adotou-se, no trabalho, a denominação de "vias de aproximação", sugerindo a ideia de "caminho", "meio".

Sete vias de aproximação: estratégias de redesenho³

³ As versões em língua inglesa utilizadas originalmente para o termo "via" dividem-se entre os termos "routes" e "ways". Na versão original da tese em análise, o termo "ways" foi empregado na versão em inglês do resumo e do próprio título, como pode ser constatado no cadastro do banco de dados da Biblioteca de teses e dissertações da Universidade de São Paulo.

Para esta estrutura temática assumiu-se no trabalho a denominação de "vias de aproximação", sugerindo a ideia de "caminho", "meio". A organização sequencial das "vias de aproximação" responde a um critério que reproduz um percurso que se traça do geral ao específico, da maior para a menor escala, o que justifica iniciar-se pelo item que trata das relações da arquitetura com seu contexto físico e, gradativamente, direcionar-se ao interior dos objetos. De certo modo, busca também reproduzir os passos do processo de projeto de arquitetura, identificando-se com o processo de tomadas de decisão.

Primeira via: contexto

A via correspondente ao "contexto", tem como estratégia o confrontamento das geometrias do perímetro do conjunto edificado (em planta e elevação) com as geometrias planificadas das massas edificadas que compõem o entorno imediato.

No primeiro diagrama (Figura 01), a planta de situação com foto aérea ao fundo destaca o perfil da projeção da massa edificada sobre o terreno, assim como os limites do lote de implantação e a marcação das linhas de referência traçadas junto (paralelas) ao perfil da projeção da massa edificada sobre o terreno. O segundo diagrama (Figura 02) apresenta os mesmos elementos gráficos, porém sem o fundo fotográfico, para melhor visualização das geometrias que compõem a forma projetada. Os perfis das massas edificadas são confrontados com o perfil dos edifícios circundantes também em altura por meio de uma elevação urbana esquemática (Figura 03).

O conjunto dos diagramas visa a leitura da condição es-

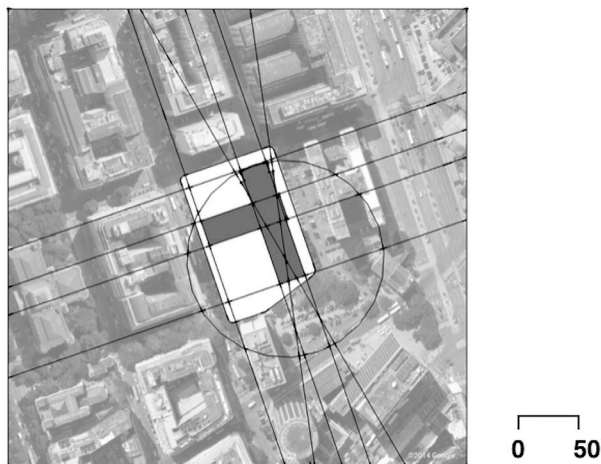


Figura 01
Ministério da Educação e Saúde do Rio de Janeiro. Lucio Costa, Oscar Niemeyer e equipe. Planta de situação com foto aérea ao fundo. Fonte: Vieira, 2015, p. 151 (publicação autorizada pelo autor).

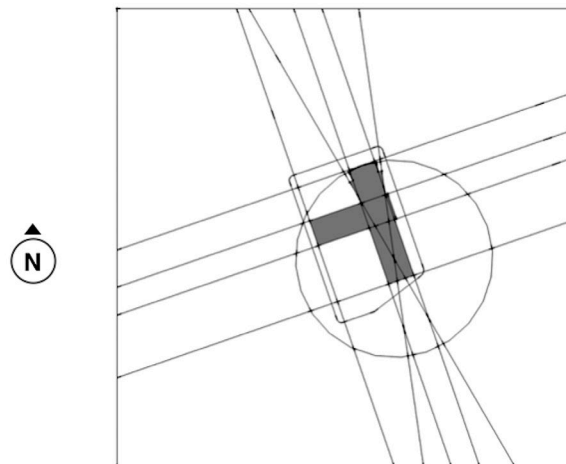


Figura 02
Ministério da Educação e Saúde do Rio de Janeiro. Lucio Costa, Oscar Niemeyer e equipe. Planta de situação. Fonte: Vieira, 2015, p. 151 (publicação autorizada pelo autor).

pacial determinada pela relação geométrica entre o contexto e o conjunto edificado. Essa relação pode se estabelecer por ideias visuais que expressem integração; articulação; repetição; ajuste; continuidade e ruptura.

Segunda via: ocupação

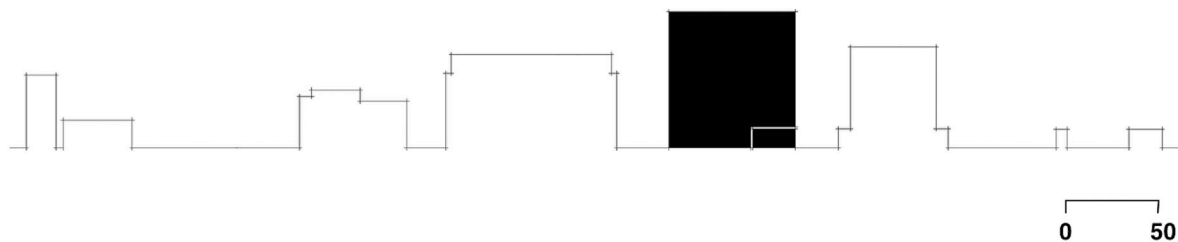


Figura 03
Ministério da Educação e Saúde do Rio de Janeiro. Lucio Costa, Oscar Niemeyer e equipe. Elevação urbana esquemática feita com base nos dados adquiridos do Google Earth. Fonte: Vieira, 2015, p. 152 (publicação autorizada pelo autor).

Para possibilitar a leitura da condição espacial determinada pela morfologia da projeção do conjunto edificado sobre a área de intervenção, desenvolveu-se um conjunto de peças gráficas destinado a compreender as relações ambivalentes entre geometria da ocupação e do espaço livre, entre massa e vazio.

No diagrama de figura e fundo da implantação (Figura 04), a cor escura (figura) representa a projeção do conjunto edificado e as linhas espessas, as barreiras representadas pelos muros laterais e empenas vizinhas. Na Figura 05, a síntese gráfica da implantação incorpora as linhas normais externas às fachadas tomadas em cada segmento de inflexão direcional. O encontro de duas ou mais linhas normais indicará uma configuração de envoltória formal.

A ideia subjacente à verificação da envoltória das formas edificadas em relação aos vazios, é a de que perímetros envoltivos têm mais capacidade de gerar recintos externos.

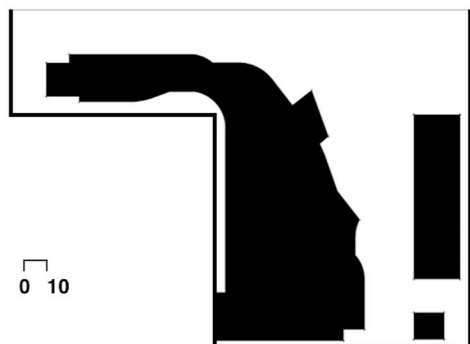


Figura 04
Museu de Arte Nacional do século XX, Roma. Zaha Hadid.
Figura-fundo da implantação.
Fonte: Vieira, 2015, p. 182 (publicação autorizada pelo autor).

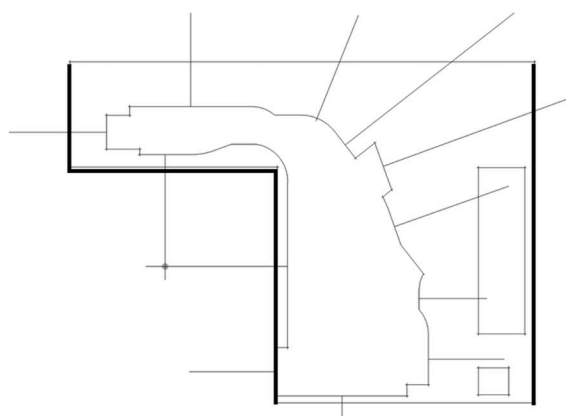


Figura 05
Museu de Arte Nacional do século XX, Roma. Zaha Hadid. Perímetro Envolvente.
Fonte: Vieira, 2015, p. 182 (publicação autorizada pelo autor).

Terceira via: permeabilidade

A leitura da condição de permeabilidade espacial na arquitetura é mais difícil sem o auxílio de instrumentos gráficos adequados. A mera observação dos desenhos convencionais não permite aferir com rapidez e clareza a gradação e as características desta condição. O diagrama de permeabilidade da Figura 06, construído a partir da implantação (térreo) do conjunto, tendo como referência os limites do lote, registra os principais eixos de percursos peatonais e pontos de acesso internos e externos. O diagrama de acessibilidade (Figura 07), feito com base na planta de acesso ao edifício, mostra as gradações de acessibilidade definidas para o piso principal de acesso por meio de um recurso de diferenciação por áreas cromáticas em tons de cinza, que variam do branco (máxima acessibilidade) para o preto (mínima acessibilidade). O objetivo é o

de identificar as situações de penetrabilidade e trespasses de percursos, e avaliar a gradação de acessibilidade das áreas de acesso (internas e externas) ao conjunto.

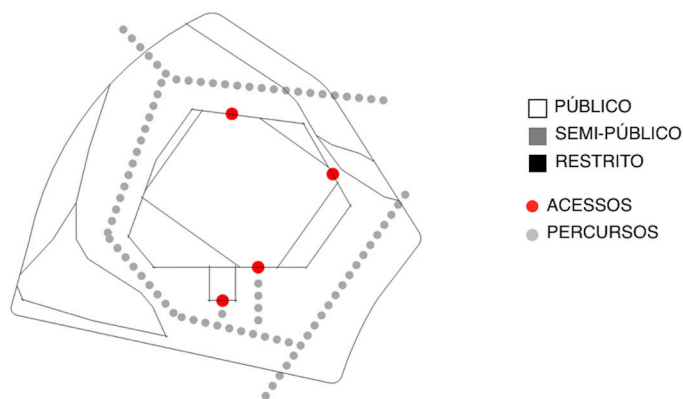


Figura 06
Casa da Música do Porto, Porto. OMA. Permeabilidade.
Percursos peatonais e acessos.
Fonte: Vieira, 2015, p. 169 (publicação autorizada pelo autor).

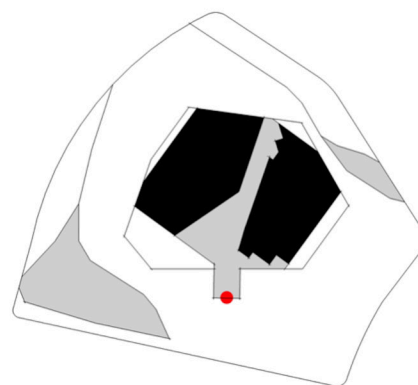


Figura 07
Casa da Música do Porto, Porto. OMA. Acessibilidade.
Fonte: Vieira, 2015, p. 169 (publicação autorizada pelo autor).

Quarta via: sociabilidade

O uso de elementos gráficos para a leitura da condição espacial arquitetônica em relação à sociabilidade dos espaços visa reconhecer condições geométricas que estimulem o uso público coletivo, como por exemplo aquelas geradas pelas coberturas e ou avanços dos edifícios sobre as áreas externas de uso franco.

Para tanto, buscou-se identificar a incidência e a geometria do “espaço positivo” nas áreas externas. Do mesmo modo, interessa a incidência e a geometria dos “espaços de abrigo” externos ao edifício. O registro do “espaço positivo” (Figura 08) é construído a partir da implantação (térrea) do conjunto, tendo como referência os limites do lote. Nele são registrados os prolongamentos das linhas dos trechos de fachadas para facilitar a identificação e marcação dos “espaços positivos”. O diagrama destinado à demonstração dos espaços de abrigo externo (Figura 09) foi construído a partir da implantação (térrea) do conjunto, tendo como referência os limites do lote. Nele são demarcados os espaços externos abrigados junto ao(s) edifício(s). Visa-se identificar áreas de estímulo às atividades de socialização.

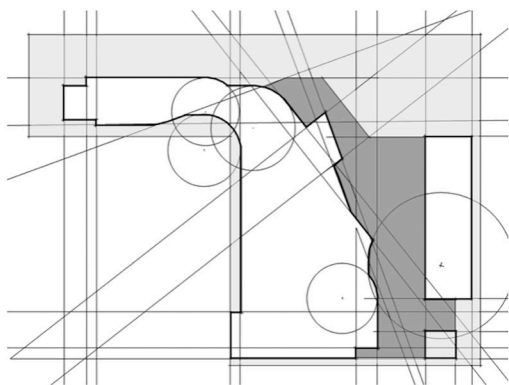


Figura 08
Museu de Arte Nacional do século XX, Roma. Zaha Hadid.
Espaço positivo.
Fonte: Vieira, 2015, p. 184 (publicação autorizada pelo autor).



Figura 09
Museu de Arte Nacional do século XX, Roma. Zaha Hadid.
Espaços de abrigo externo.
Fonte: Vieira, 2015, p. 184 (publicação autorizada pelo autor).

Quinta via: fluxos

Verificar a incidência e as características geométricas e posicionais dos espaços servidos e servidores é o que se pretende com a leitura da condição espacial arquitetônica em relação ao sistema de circulações. No diagrama que mostra a planta de setorização e fluxos do piso térreo (Figura 10) são marcados os principais eixos de circulação e distinguidas as áreas de circulação (espaços servidores) em relação aos espaços-uso (espaços servidos). O cálculo de suas áreas e a anotação de suas proporções possibilita um estudo comparativo. O segundo diagrama (Figura 11) apresenta as mesmas informações que o anterior tomadas dos pisos superiores.

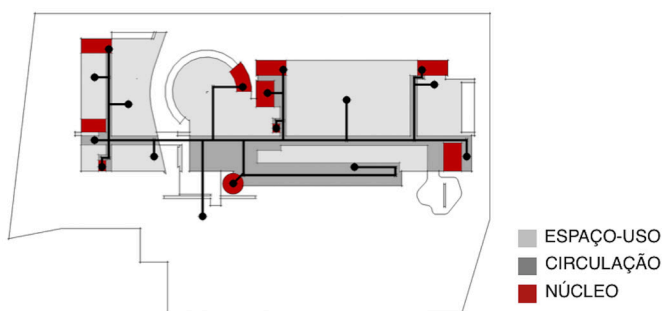


Figura 10
Museu de Arte Contemporânea de Barcelona, Barcelona.
Richard Meier. Setorização e fluxos do piso térreo.
Fonte: Vieira, 2015, p. 208 (publicação autorizada pelo autor).

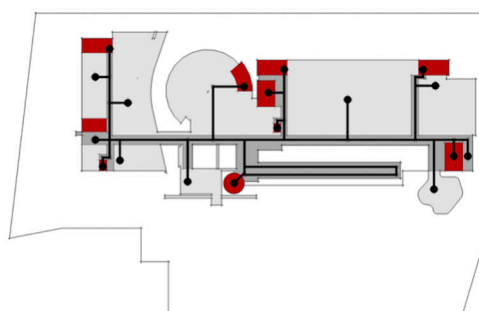


Figura 11
Museu de Arte Contemporânea de Barcelona, Barcelona.
Richard Meier. Setorização e fluxos dos pisos.
Fonte: Vieira, 2015, p. 208 (publicação autorizada pelo autor).

Sexta via: estratificação

Nesta “via”, busca-se registrar a incidência e a geometria dos espaços verticais em um edifício, assim como

identificar a interação espacial entre os vários estratos (camadas) do edifício. Outro objetivo é a verificação da relação geométrica entre os pisos e entre estes e a cobertura. A isométrica do conjunto e sua versão seccionada são representadas em dois diagramas (Figura 12 e 13) que, juntamente com a anotação dos espaços verticais no corte transversal (Figura 14) dão conta de registrar a verticalidade espacial arquitetônica.

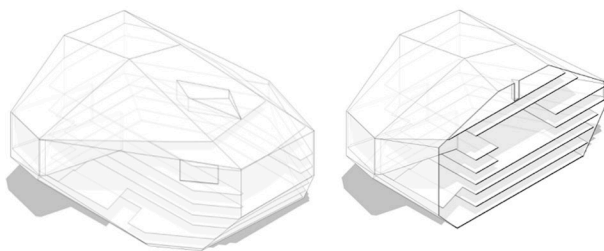


Figura 12 e 13
Casa da Música do Porto, Porto. OMA. Esq.: Isométrica do volume principal. Dir.: Isométrica seccionada.
Fonte: Vieira, 2015, p. 171 (publicação autorizada pelo autor).

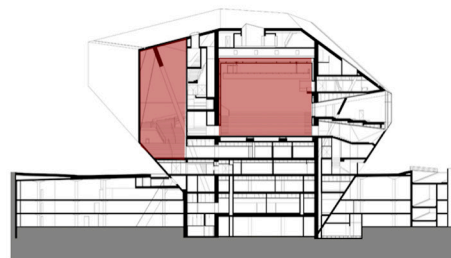


Figura 14
Casa da Música do Porto, Porto. OMA. Verticalidade espacial.
Fonte: Vieira, 2015, p. 172 (publicação autorizada pelo autor).

Sétima via: estrutura

A concepção estrutural adotada em uma obra de arquitetura corresponde à última "via" de leitura da condição espacial. Nela busca-se verificar a incidência e as características geométricas e posicionais dos elementos estruturais visíveis e identificar as características da estrutura de ordenação dos elementos estruturais, assim como descrever a relação de interdependência entre os elementos estruturais e a configuração dos espaços. No diagrama principal (Figura 15) apresenta-se a planta térrea com a marcação dos principais eixos de estrutura. As perspectivas seccionadas do conjunto (Figura 16 e 17), com a marcação dos elementos de estrutura internos, completam os diagramas.

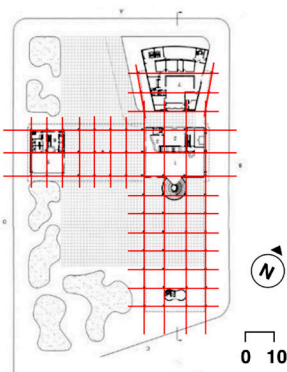


Figura 15
Ministério da Educação e Saúde do Rio de Janeiro. Lucio Costa, Oscar Niemeyer e equipe. Planta térrea com a marcação dos principais eixos de estrutura.
Fonte: Vieira, 2015, p. 159 (publicação autorizada pelo autor).

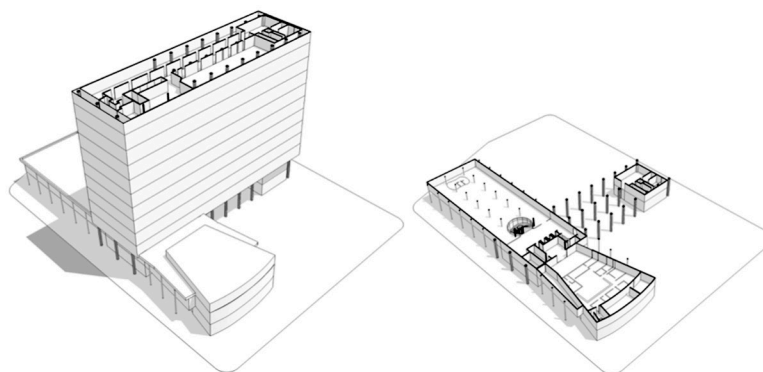


Figura 16 e 17
Ministério da Educação e Saúde do Rio de Janeiro. Lucio Costa, Oscar Niemeyer e equipe. Perspectivas seccionadas do conjunto.
Fonte: Vieira, 2015, p. 160 (publicação autorizada pelo autor).

Considerações finais

Retomando o fio de nossa discussão, na primeira parte deste artigo traçamos um sintético histórico do desenvolvimento dos projetos de pesquisa em áreas de prática projetual desenvolvidos desde 2006, no âmbito da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie e suas parceiras. Neste processo, destacam-se principalmente o estabelecimento dos indicadores de reconhecimento e análise da pesquisa acadêmica que fundamenta-se nas práticas projetuais, privilegiadamente o desenho, e redesenho, como modo de construção da argumentação fundamental de pesquisa. Os indicadores são: 1.) histórico/historiográfico e 2.) Projetual.

No presente artigo, que buscou especificamente estabelecer uma interlocução produtiva a partir da temática da mesa deste evento, buscamos examinar a tese de doutoramento de um dos autores, em busca de explicitar aspectos de como o redesenho (que se enquadra no indicador “projetual”) é empregado como modo de construção de conhecimento cuja construção emerge de uma raiz histórico/historiográfica. Como esperamos ter sido possível observar, a prática do redesenho implica na construção de um olhar específico, construído com base em valores arquitetônicos cujo peso específico nos é dado pelos estudos de base histórico/historiográfica, mas cujas características só podem ser conhecidas via imagem. No caso do trabalho aqui examinado, por vias de aproximação construídas por meio do redesenho.

Um dos aspectos importantes na elaboração do método de aproximações proposto por Vieira (2015), residiu na abordagem por aproximações sucessivas, que propositadamente evocassem o processo de projeto em arquitetura. Nesse sentido, os elementos que aqui comparecem redesenhados consistem também em prática metalinguística, uma vez que consistem na construção de um discurso, ainda que imagético, sobre o processo de projeto.

No âmbito do processo de desenvolvimento da pesquisa acadêmica em áreas de prática projetual, o que encontramos no trabalho de Vieira é, em essência, uma articulação entre os indicadores projetual e histórico e historiográfico em que a própria construção da forma de “olhar o objeto” é construída intrinsecamente na articulação entre conhecimentos históricos e projetuais. Cada uma das sete vias: contexto, ocupação, permeabilidade, sociabilidade, fluxos, estratificação e estrutura reflete, em suas própria denominação, sig-

nificados que se desdobram em duas vertentes: os significados projetuais permeados de valores construídos historicamente.

Do ponto de vista da contribuição ao debate mais amplo acerca da pesquisa acadêmica em áreas de prática projetual, este artigo procurou ainda corroborar as pesquisas e publicações que vêm reforçando a importância não apenas do reconhecimento da relevância da experiência profissional nos estudos acadêmicos sobre projeto e história da arquitetura, mas também da necessidade de se levar adiante o debate sobre os modos pelos quais a expertise profissional pode ser efetivamente convocada a serviço das interpretações histórico/historiográficas da arquitetura.

Referências

BORDEN, I.; RAY, K. R. **The Dissertation: an architecture student's handbook**. Architectural Press, 2009.

CROSS, N. *Designerly ways of knowing: design discipline versus design science*. Design Issues, Volume 17, No. 3, 2001.

CROSS, N. *Designerly ways of knowing*. *Design Studies*, 3 (4): 221-227.

FOQUÉ, R. *Building Knowledge in Architecture*. Asp / Vubpress / Upa, 2010.

LIMA, A. G. G.; BIGGS, M.; BÜCHLER, D. *The Value of Architectural Sketches*. *Working Papers on Design*, 4, ed. Grace Lees-Maffei. (Acesso em 04 de Junho de 2016).

LIMA, A. G. G.; BIGGS, M.; BÜCHLER, D. "Drawing about images: textual and non textual interpretation". *Working Papers in Art and Design*, 5, 2009. (Acesso em 04 de Junho de 2016).

LIMA, A. G. G.; ZEIN, R. V. *Proyecto y Métodos proyectuales en La Investigación académica: algunos indicadores útiles*. In: *IV Jornadas Internacionales sobre Investigación en Arquitectura y Urbanismo*, 2011, Valencia. *Annales de las IV Jornadas Internacionales sobre Investigación en Arquitectura y Urbanismo*. Valencia: General de Ediciones de Arquitectura, 2011.

LIMA, A. G. G.; SOUZA, C. L.; MEIRELLES, C.; CASTRO, L. G.; PISANI, M. A. J.; VILLAC, M. I.; MEDRANO, R. *Proyectos, teorías e investigación: tendencias de la enseñanza en arquitectura y urbanismo*. In: *100 years of teaching in architecture*, 2011, Lima. *Anais - 100 years of teaching in architecture*. Lima: Facultad de Arquitectura, Urbanismo y Artes - Universidad Nacional de Ingeniería, 2011.

LIMA, A. G. G.; BIGGS, M.; BÜCHLER, D.; PERRONE, R. A. C.; ZEIN, R. V. ; SANTOS, C.; VILLAC, M. I. BASTOS, M. A. *Indicadores de Pesquisa Acadêmica em Áreas de Prática Projetual*. In: *V Projetar Processos de Projeto: Teorias e Práticas*, 2011, Belo Horizonte. *Anais do Congresso Projetar: Processos de Projeto: Teorias e Práticas*. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG; NPGAU, 2011. V. 1.

LAWSON, B. *Como Arquitetos e Designers pensam*. São Paulo: Oficina dos textos, 2011.

LIMA, A. G. G.; PERRONE, R. A. C.; ZEIN, R. V.; SANTOS, C. R. dos; FAVARO, H. A.; BIGGS, M.; VIEIRA, J. L.; JÚNIOR, M. A. C. *Práticas Projetuais: práticas de projeto de arquitetas, arquitetos e designers: análise dos instrumentos de prática projetual e possíveis empregos, de forma direta ou não - na pesquisa acadêmica stricto sensu*. Disponível em: < <https://praticasprojetuais.wordpress.com/>>.

MONTANER, J. M. *As formas do século XX*. Barcelona: Gustavo Gili, 2002.

NORBERG-SCHULZ, C. *Existencia, Espacio y Arquitectura*, Barcelona: Blume, 1975.

PERRONE, R. A. C.; LIMA, A. G. G.; FLÓRIO, W. (2006) *The sketches and the design process in architecture*. Working Papers in Art and Design 4, 2006. (Acesso em 04 de Junho de 2016).

SCRIVENER, S. *Reflection in and on action and practice in creative-production doctoral projects in art and design*. Working Papers in Art and Design 1, 2000. (Acesso em 30 de Maio de 2016).

WAISMAN, M. *El Interior de la Historia: Historiografía Arquitectónica para Uso de Latinoamericanos*. Bogotá: Escala, 2009.

VIEIRA, J. L. *Vias de aproximação para uma leitura da condição espacial na arquitetura*. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. 2015.



Por uma arquitetura elementar

Mara O. Eskinazi, Pedro Engel

ESKINAZI, Mara O., ENGEL, Pedro. Por uma arquitetura elementar. *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 54-76, jan./out. 2017

Mara O. Eskinazi é Mestre em Arquitetura, Doutora em Urbanismo e professora na FAU-UFRJ; maraeskinazi@gmail.com.

data de submissão: 15/10/2016
data de aceite: 25/04/2017

Pedro Engel é Mestre em Arquitetura, Doutor em Arquitetura e professor na FAU-UFRJ; pedroengel@fau.ufrj.br

Resumo

O ensino de projeto no primeiro ano do curso de arquitetura possui caráter propedêutico. Isto é, deve possibilitar aos estudantes desenvolver habilidades e conhecimentos básicos que lhes permitirão realizar atividades mais complexas nas etapas subsequentes. No curso de arquitetura da FAU UFRJ, a propedêutica para o projeto se transformou progressivamente nas duas últimas décadas: afastou-se das práticas historicamente vinculadas à tradição bauhausiana do Estudo da Forma – baseada na criação de composições plásticas de caráter abstrato e na compreensão dos seus efeitos sobre a percepção – e aproximou-se do projeto de arquitetura e urbanismo. Este artigo apresenta a descrição de exercício concebido na disciplina Concepção da Forma Arquitetônica II, do segundo semestre da FAU/UFRJ, com o objetivo de tornar explícita a agenda pedagógica da disciplina, que tem entre suas premissas a valorização de uma chamada arquitetura “elementar”, que se baseie no sintetismo e na elementaridade visual do objeto. O exercício consiste em projeto de edificação sem programa definido, em lote urbano estreito, a partir da manipulação de uma estrutura independente formada por pilares e vigas e baseada numa trama modular. O foco está nas relações entre forma, estrutura e espaço. Esta agenda, além de mostrar-se como ajustada ferramenta para ensino e reflexão sobre a prática de projeto, também alinha-se com problemas arquitetônicos mais prementes na construção das cidades brasileiras. Isso porque abre espaço para a reflexão acerca de princípios de projeto baseados no emprego de formas básicas combinadas em um sistema formal compatível com os meios construtivos disponíveis, aliados a conceitos espaciais e diretrizes urbanas capazes de nortear a ocupação desses territórios.

Palavras-chave: concepção da forma, ensino de projeto, modulação, arquitetura elementar.

Abstract

The design teaching in the first year of the architecture courses has a propaedeutic character. That is, it should allow students to develop basic skills and knowledge that will enable them to undertake more complex activities in subsequent stages. In the architecture course of FAU UFRJ, the propaedeutics for the architectural project has been gradually transformed in the last two decades: it moved away from practices historically linked to the Bauhaus tradition of the Study of Form – based on the creation of plastic compositions of abstract character and on the understanding of their effects on perception – and towards the project of architecture and urbanism. This article presents the description of an exercise conceived in the discipline Conception of Architectural Form II, of the second semester of the architecture course in FAU / UFRJ, with the purpose of making explicit the pedagogical agenda of the discipline, which has among its premises the valuation of a so called “elementary architecture”, which is based on the synthetism and visual elementarity of the object. The exercise consists of conceiving a project without a defined program, in a narrow urban lot, by means of manipulating an independent structure formed by pillars and beams and based on a modular frame. The focus is on the relationships between form, structure and space. This agenda, besides being



a suited tool for teaching and reflecting on the project practice, also aligns itself with more pressing architectural problems in the construction of Brazilian cities. This is because it opens space for reflection on project principles based on the use of basic forms combined in a formal system compatible with the available constructive means, allied to spatial concepts and urban guidelines capable of guiding the occupation of these territories.

Keywords: *design of form, design education, modulation, elementary architecture.*

Resumen

La enseñanza del proyecto en el primer año de arquitectura tiene carácter propedéutico. Es decir, debe permitir a los estudiantes a desarrollar habilidades y conocimientos básicos que les permitan realizar actividades más complejas en etapas posteriores. En el curso de la arquitectura FAU UFRJ, la enseñanza propedéutica para el proyecto ha sido transformada poco a poco en las últimas dos décadas: se apartó de las prácticas históricamente vinculados a la tradición de la Bauhaus y del estudio de la forma – basada en la creación de composiciones visuales abstractas y en la comprensión de sus efectos sobre la percepción – y se acercó al diseño arquitectónico y urbano. En este artículo se presenta la descripción de un I ejercicio concebido en el curso de Concepción de la Forma Arquitectónica II, parte del segundo semestre del curso de arquitectura de la FAU / UFRJ, con el fin de hacer explícita la agenda pedagógica de la disciplina, que tiene entre sus premisas la valoración de una arquitectura denominada "elemental" que se basa en el sintetismo y en la elementalidad visual del objeto. El ejercicio consiste en el diseño de un edificio sin programa definido, en un solar urbano estrecho, mediante la manipulación de una estructura independiente formada por pilares y vigas y con base en una trama modular. La atención se centra en la relación entre forma, estructura y espacio. Esta agenda se muestra como herramienta ajustada para la enseñanza y la reflexión sobre la práctica de diseño y también se alinea con los problemas arquitectónicos más acuciantes en la construcción de las ciudades Brasileñas. Esto se debe a el espacio abierto para la reflexión sobre los principios de diseño basados en el uso de formas básicas acordadas en un sistema formal compatible con medios constructivos disponibles, combinados con conceptos espaciales y directrices urbanas capaz de guiar a la ocupación de estos territorios.

Palabras-clave: *diseño de la forma, enseñanza del proyecto, modulación, arquitectura elemental.*

Introdução: uma agenda para o ensino de concepção da forma arquitetônica no primeiro ano do curso

O ensino de projeto no primeiro ano do curso de arquitetura possui caráter propedéutico. Isto é, deve possibilitar aos estudantes desenvolver habilidades e conhecimentos básicos que lhes permitirão realizar atividades mais complexas nas etapas subsequentes. No curso de arquitetura da FAU UFRJ, a propedéutica para o projeto se transformou progressivamente nas duas últimas décadas: afastou-

se das práticas historicamente vinculadas à tradição bauhausiana do Estudo da Forma – baseada na criação de composições plásticas de caráter abstrato e na compreensão dos seus efeitos sobre a percepção – e aproximou-se do projeto de arquitetura e urbanismo. Essa inflexão propõe que os estudantes ingressem no exercício do saber-fazer do projeto através do manejo de elementos tipicamente arquitetônicos respondendo a questões pertinentes ao universo dos edifícios e da cidade. Se trata de uma nova agenda pedagógica que ambiciona uma base propedêutica mais claramente alinhada a questões recorrentes na construção das cidades brasileiras, e que se apoia em reflexões no âmbito da teoria, história e crítica da arquitetura.

Este artigo apresentará aspectos desta agenda através da descrição do chamado Exercício de Modulação – concebido em 2012 pela disciplina Concepção da Forma Arquitetônica 2, do segundo semestre da FAU UFRJ¹ – e da explicitação das premissas teóricas e arquitetônicas que sustentam a nova agenda pedagógica. O exercício sintetiza em grande medida os aspectos fundamentais da abordagem de projeto preconizada pela agenda pedagógica da disciplina. Em linhas gerais, se pode dizer que a agenda valoriza uma concepção do projeto focada em aspectos relevantes e transcendentais do programa, do lugar e do sistema construtivo ao mesmo tempo que valoriza a adoção de uma chamada arquitetura “elementar”, fundamentada no sintetismo, na elementaridade visual do objeto e na adoção de um sistema formal que relaciona um número restrito de elementos físicos ou conceituais. Esse sistema formal é marcado pelo uso da estrutura resistente como organizadora do projeto e pela pertinência construtiva da forma arquitetônica. Além de mostrar-se como ajustada ferramenta para o ensino e a reflexão sobre a prática de projeto, esta agenda também alinha-se com problemas arquitetônicos mais prementes na construção das cidades brasileiras, especialmente em suas áreas periféricas, onde é comum que se prescindia do projeto arquitetônico. É relevante apontar que a agenda também vincula-se às investigações do grupo de pesquisa TEMPU – Teoria, Ensino e Metodologia do Projeto Urbano – do qual os autores são integrantes.² O grupo foca, por um lado, no papel do projeto de arquitetura e de seus artefatos, repetidos ou singulares, para a construção da cidade no contexto contemporâneo de urbanização. Além disso, aborda os impactos da implementação recente de projetos de infraestrutura em territórios periféricos das grandes cidades brasileiras e, reconhecendo a urgência em pensar alternativas de expansão e densificação

¹ O exercício foi concebido em 2012 pelo grupo de professores efetivos da disciplina – Ana Amora, Flavia de Faria, Mara Eskinazi e Pedro Engel. A concepção do exercício foi em parte baseada na experiência de Mara Eskinazi na disciplina de Projeto Arquitetônico I na Faculdade de Arquitetura da UFRGS, ministrada pelo professor Edson Mahfuz, em que uma variante do problema dos 9 quadrados era aplicada como exercício inicial aos alunos.

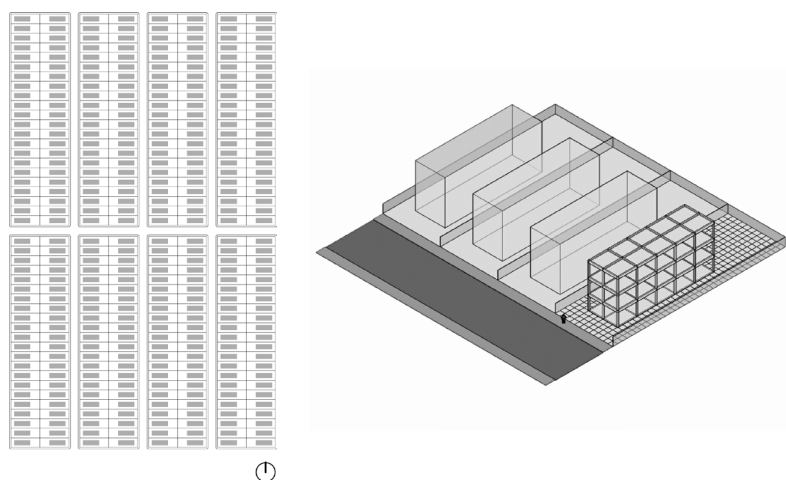
² A agenda do grupo TEMPU, coordenado pelo prof. Guilherme Lassurance e do qual também fazem parte os professores Ana Slade, Mara Eskinazi e Pedro Engel, vincula-se, entre outros, à pesquisa “Infraestrutura e urbanização na periferia das metrópoles: análise comparativa de padrões de ocupação do território”. A pesquisa é desenvolvida no PROURB – FAU/ UFRJ.

suburbana que antecipem-se ao simples alastramento da ocupação informal, propõe novos padrões de urbanização baseados na chamada "arquitetura elementar" aplicada em modelos compactos de construção habitacional. Cabe mencionar que, além da disciplina Concepção da Forma Arquitetônica II, outros ateliês de projeto da FAU UFRJ também repercutem as discussões e reflexões do grupo de pesquisa, incorporando princípios comuns nas suas abordagens de ensino. Tal alinhamento proporciona um ambiente propício para o desenvolvimento de agendas pedagógicas comuns, possibilitando o compartilhamento de conceitos, instrumentos, referências arquitetônicas e estratégias de projeto que poderiam ser cultivadas pelos estudantes ao longo de sua formação. É justamente por tratar-se de uma situação potencial, não ainda consolidada, que se faz necessário expor, em trabalhos como este, as premissas e estratégias que orientam o ensino nos diferentes ateliês.

Roteiro: o exercício de modulação na FAU/ UFRJ

O Exercício de Modulação, aplicado no início do semestre da disciplina de Concepção da Forma Arquitetônica II da FAU/ UFRJ, é preparatório para o exercício principal da disciplina – o projeto de uma pequena casa unifamiliar– e consiste no projeto de uma edificação de até três pavimentos, sem programa definido, em lote urbano estreito característico dos subúrbios brasileiros, a partir de uma trama modular (Figuras 01 e 02).³ O objetivo é a elaboração de uma composição arquitetônica a partir da manipulação – essencialmente por meio de modelos físicos e desenhos – de uma estrutura independente formada por pilares, vigas e lajes e dos elementos de fechamento.

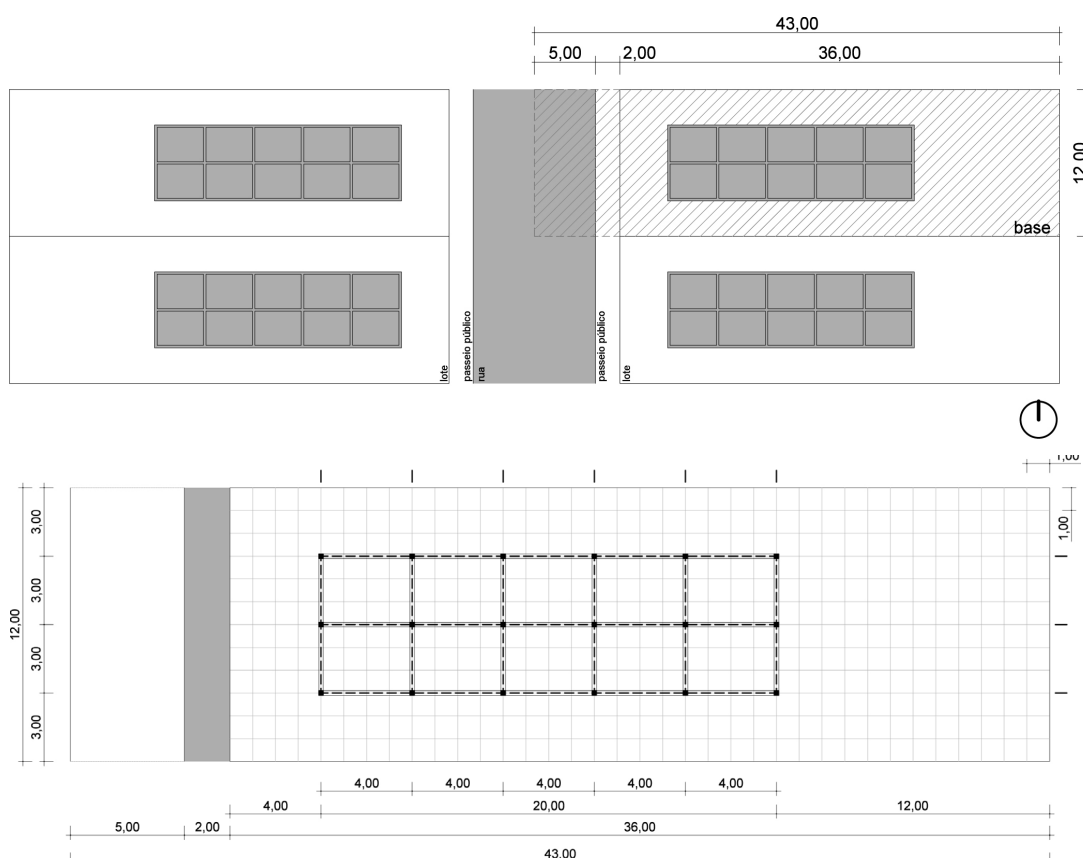
³ No universo da disciplina, o exercício é desenvolvido num curto espaço de tempo, aproximadamente 3 semanas.



Figuras 01 e 02
Implantação mostrando a junção dos lotes formando hipotético trecho de cidade e perspectiva axonométrica de um trecho de rua mostrando a volumetria dos edifícios e a respectiva trama modular tridimensional.
Desenho: Pedro Engel, 2016.

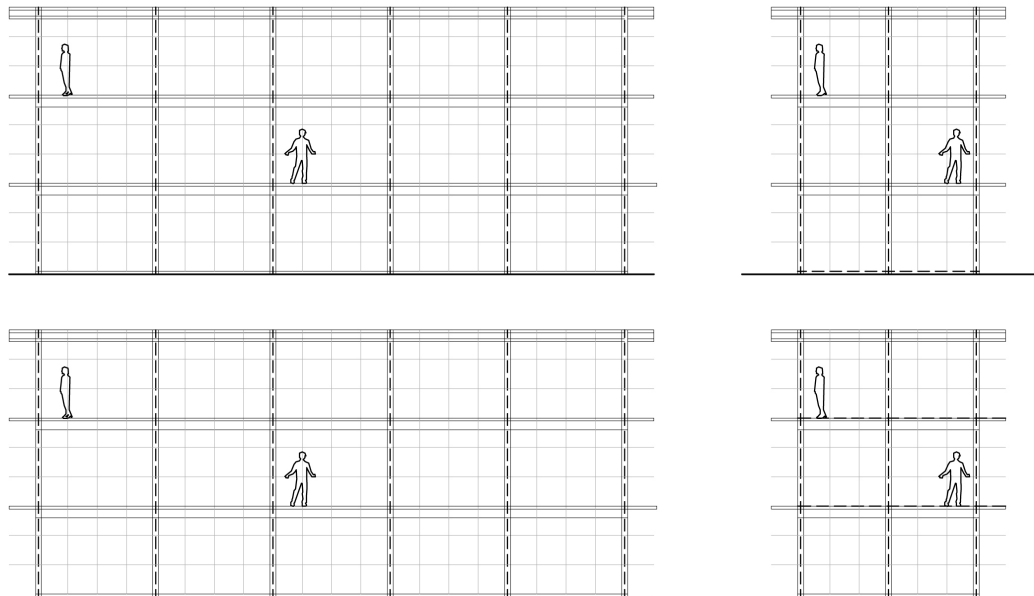
O objetivo é vincular a concepção plástica a um rol de formas recorrentes no universo da construção civil, dotando as composições de uma pertinência construtiva intrínseca. O sistema modular-visual que pauta as operações do projeto é formado por uma grelha modular de 3m x 4m que é coincidente com a estrutura resistente. A grelha, entendida como conjunto de linhas paralelas que se cruzam ortogonalmente no âmbito de uma forma regular, constitui um dos sistemas mais característicos da arquitetura moderna, ainda que não exista nenhum edifício relevante em que a grelha esteja presente tal qual sua representação diagramática, uma vez que em geral ela é transformada para acomodar o programa e dialogar com o contexto.⁴ Se faz, portanto, uma distinção conceitual entre a estrutura formal do projeto – em que o conjunto das linhas da grelha modular constitui o sistema ordenador – e a estrutura resistente do edifício – onde os pilares, vigas e lajes aparecem como elementos físicos, tendo as linhas da modulação como eixos. Esta distinção facilita a explicitação, para o estudante, de que a presença de um sistema baseado no ordenamento modular oferece critérios ordenadores que orientam a disposição de diferentes partes de um projeto. (Figuras 03 e 04)

⁴ Mahfuz, Edson. *Edson Mahfuz fala sobre os processos sistemáticos no projeto*. Revista AU, maio de 2009. Acessível em: <http://au.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/182/artigo134779-2.aspx>.



Figuras 03 e 04
Implantação mostrando quatro lotes e o trecho de rua formado pela sua junção lado a lado, e implantação no lote da trama modular tridimensional fornecida como base para o exercício. Sem escala.
Desenho: Pedro Engel, 2016

Os elementos físicos da estrutura resistente não possuem, no âmbito do exercício, definição quanto ao material construtivo. Ainda que se faça menção às estruturas de concreto armado enquanto sistema construtivo característico da expansão urbana das grandes cidades brasileiras, o exercício trata os elementos viga, pilar e laje a partir de características formais recorrentes e reconhecíveis nos edifícios da cidade. Basicamente as vigas possuem seções retangulares e altura de 10% do vão, os pilares possuem seção quadrada de 20x20cm, e as lajes são planos com cerca de 10cm de espessura. Algumas regras definem pré-dimensionamentos para balizar o uso de balanços, eventuais aumentos nos vãos ou supressões de apoios, permitindo ao estudante operar modificações na estrutura com critérios claros. (Figuras 05 e 06



Figuras 05 e 06
Cortes longitudinal e transversal da trama modular tridimensional fornecida como base para o exercício. Sem escala.
Desenho: Pedro Engel, 2016.

Face às limitações comuns dos estudantes iniciantes – manejo ainda incipiente dos meios de representação; escasso repertório de soluções de projeto; falta de critérios consolidados e dificuldade de responder a problemas complexos – o exercício foi concebido como um problema de projeto pré-estruturado. A complexidade do problema é reduzida por meio do “desligamento” de certos condicionantes de projeto como lugar, programa e materialidade, colocando ênfase nas relações entre forma, estrutura e espaço. Além disso, as possibilidades de ação são limitadas e ordenadas com a adoção da trama modular tridimensional e de um vocabulário formal elementar, facilmente manejável, baseado em

elementos simples e no ângulo reto. Assim o exercício deixa aberto, porém controlado, um espaço onde a investigação compositiva, a experimentação e a verificação de soluções de projeto encontram campo para se desenvolver.

Uma vez que não há programa definido, o enunciado do exercício propõe dois temas em que os estudantes devem focar ao exercitar o manejo da forma: "projetando com o vazio" e "fachada como interface". O primeiro diz respeito ao uso da subtração volumétrica como operação prioritária de manipulação plástica, que se dá mediante a criação de espaços como terraços, pilotis, *loggias*, subtrações intermediárias e vazios internos. Estes dispositivos de projeto são apresentados em uma aula introdutória através de imagens de exemplos pertencentes à tradição da arquitetura moderna acompanhadas de uma série de esquemas gráficos que, por sua característica diagramática, possibilitam evidenciar não somente as próprias estratégias de subtração, mas também a estrutura formal adotada no exercício. Além disso, a estratégia de projetar por meio de subtrações permite abordar a ideia de construção do espaço vazio. Este modo aparentemente contraditório de entender a concepção arquitetônica – onde o vazio é, por assim dizer, positivado – é tornado evidente tanto no interior da edificação por meio de espaços de pé-direito duplo, mezaninos e pátios, como no exterior, através da articulação de planos horizontais e verticais e de estruturas vazadas que atuam na conformação do volume vazio. (Figura 07)

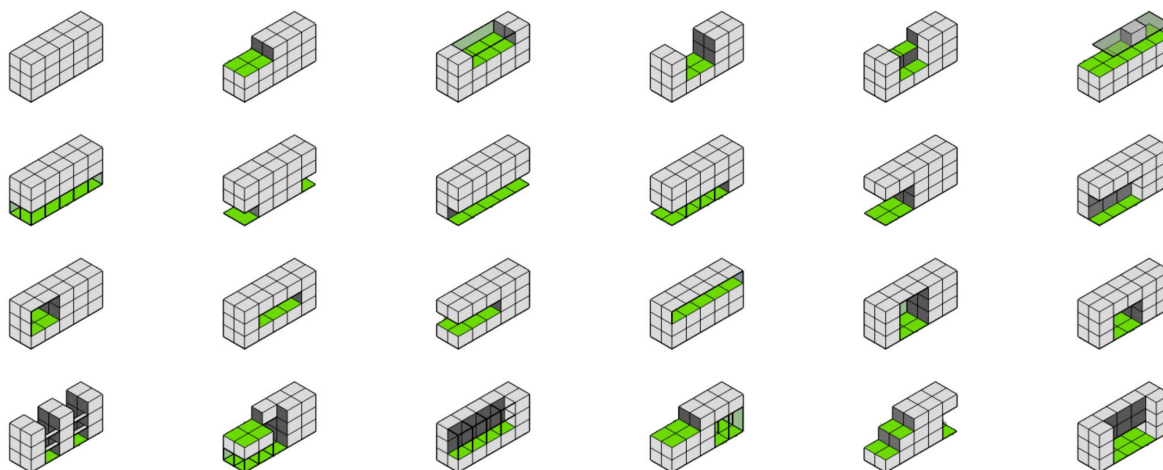


Figura 07
Exemplos de manipulação volumétrica por meio da estratégia de controle da forma "projetando com o vazio".
Desenho: Pedro Engel, 2016

O segundo tema, fachada como interface, relaciona-se com a ideia de composição plástica dos planos de

fechamento do edifício. Ele se baseia no entendimento de que a estrutura resistente e o envelope não são necessariamente coincidentes. Este tema é apresentado em uma aula expositiva que trata da evolução da estrutura independente na arquitetura e da importância do concreto armado na consolidação do sistema formal da arquitetura moderna. Os estudantes iniciantes devem experimentar possibilidades compositivas relacionando estrutura e fechamento de diferentes modos – em mesmo plano, em planos distintos, ou em situações híbridas. Deste modo eles entram em contato com um vocabulário de elementos de arquitetura próprios dos invólucros dos edifícios, como paredes, esquadrias, planos vazados, vãos e aberturas, elementos de proteção solar, varandas, guarda-corpos, balcões, *loggias*, etc. A fachada e seus elementos aparecem em um registro ambivalente: por um lado se trata de um espaço de composição visual onde atuam princípios como ritmo e repetição, sistemas de proporção, expressão de ênfase, como horizontalidade, verticalidade, centralidade, simetria, assimetria, etc.; por outro lado, o envelope é visto como definidor da separação entre interior e exterior, capaz de mediar diferentes aspectos dessa relação, como acesso, vistas, privacidade, iluminação e insolação. As sínteses compositivas concebidas pelos estudantes no âmbito da fachada como interface devem contemplar estes aspectos em resposta às condições contextuais dadas, como veremos adiante.

Aliando esses dois temas como principais “problemas” a serem enfrentados no exercício, busca-se dar continuidade a objetivos presentes na tradição da propedêutica bauhausiana, em especial ao desenvolvimento do controle intelectual sobre a forma através de critérios ordenadores (neste caso a modulação) e ao exercício de habilidades compositivas ligadas à configuração visual da forma e seus efeitos estéticos. Deste modo, o exercício oferece oportunidade para contrapor-se a um problema encontrado no ensino de projeto atualmente: a arbitrariedade que rege as determinações formais e figurativas. Ao apoiar-se em princípios lógicos e reconhecíveis, o aluno adquire maior segurança no modo de projetar, uma vez que torna-se apto a conhecer e fazer uso de um universo de relações formais e figurativas que obedecem a lógicas próprias a partir de um sistema controlado e identificável. Ou seja, a estrutura resistente ordenada a partir da grelha modular é utilizada como instrumento para o reconhecimento da ordem formal e para identificação de estratégias e táticas de projeto que lancem mão desses padrões ordenadores; ao mesmo tempo, quando aparece explícita na fachada, a estru-

tura resistente pode também ela mesma ser usada como elemento compositivo.

Além disso, o universo de formas ao qual se restringe o exercício remete diretamente a elementos arquitetônicos reconhecidos – pilares, vigas, lajes, paredes, escadas, varandas, esquadrias, elementos de proteção solar, pisos, tetos, coberturas. Estes constituem as peças, partes e fundamentos que compreendem as edificações. Com isso, o exercício se coloca como oportunidade para os estudantes não só ampliarem seu conhecimento e seu repertório de referências com relação a estes elementos de arquitetura, mas também para exercitarem possibilidades de combinações e modos de articulá-los. Além disso, as condições propostas pelo exercício tornam-se facilitadoras dos processos compositivos, permitindo aos alunos, mesmo que iniciantes, o enfrentamento de questões relativamente complexas e tipicamente arquitetônicas, tais como relações entre forma tridimensional e diagramas bidimensionais; relações espaciais internas como provedoras de qualidade do ambiente; relação entre estrutura e vedação, e entre estrutura e vazios.

O emprego do módulo e da trama modular tridimensional, por sua vez, traz uma série de vantagens – talvez óbvias ou mais facilmente perceptíveis para alunos ou arquitetos mais experientes, mas cuja explicitação, prática e fixação é premente para estudantes iniciantes – relacionadas com a eficiência tanto no enfrentamento do projeto quanto da construção. A modulação como procedimento de composição possibilita, por um lado, operar sistematicamente, o que, de acordo com Mahfuz, auxilia na “definição de regras compositivas que orientam tanto a definição das partes maiores como das partes menores de um projeto”.⁵ Por outro, possibilita uma simplificação na elaboração do projeto e da obra, uma vez que facilita e flexibiliza a combinação das medidas. Com isso, se obtém expressiva redução na variedade de tipos e de dimensões de seus componentes, padronização dos detalhes e precisão dimensional, redução na quebra de materiais, aumento da produtividade na execução da obra (e do modelo), e por fim, repetição de técnicas e processos. (Figuras 08 a 17)

⁵ Mahfuz, Edson. *Reflexões sobre a construção da forma pertinente*. *Arquitextos Vitruvius*, 045.02, ano 04, fevereiro de 2004.

Por fim, cabe menção quanto à definição contextual do exercício. Ao sugerir a criação de trecho de rua a partir da junção lado a lado dos lotes de cada aluno gera-se dados mínimos relativos a uma situação urbana. Ainda que não se trata de um lugar específico na cidade, as condições geradas permitem apresentar elementos típicos do parcelamento de lotes caracte-

⁶ Assim, conecta-se com a agenda do grupo TEMPU, ao mesmo tempo em que atua numa busca por auxiliar a reverter o processo, ainda presente no Brasil, de configuração da arquitetura e do urbanismo como campos excludentes ou quase opostos. A ideia de focar simultaneamente em arquitetura e urbanismo considera como correta a recusa de Le Corbusier em estabelecer qualquer distinção entre esses dois campos, já que, para ele, "o urbanismo é o suporte da arquitetura" (Le Corbusier. *Precisões: sobre um estado presente da arquitetura e do urbanismo*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004, p. 78). No entanto, Le Corbusier não foi nem o primeiro nem o único a dirigir o olhar para esse problema. Ainda no século XIX, Camillo Sitte atenta para a mesma questão. Sitte trata a cidade como obra de arquitetura, e investiga, a partir disso, as possibilidades urbanísticas da arquitetura, como proporções, e formas de inserir e combinar não só os edifícios, mas também os monumentos nos espaços públicos. Sitte explora, ainda, o potencial estético de alguns elementos urbanos, como uso do solo, alinhamento dos edifícios, fluxos de circulação, densidade e vegetação (Sitte, Camillo. *Der Städtebau nach seinen künstlerischen Grundsätzen*. Viena: Verlag Carl Graeser, 1889. Em: <http://www.architekturtheorie.tu-berlin.de/architekturtheorie/menue/architekturtheorie/>). Já nos anos 1950, destaca-se o esforço empreendido por Josep Sert durante CIAM 8, sob tema "The Heart of the City". Sert argumenta que desde o CIAM 2, Frankfurt, 1929, já havia um reconhecimento de que não se poderia traçar linha de separação clara entre o estudo dos problemas arquitetônicos dos de urbanismo, e os congressos passariam então a abordar ambos campos em todos os encontros (Tyrwhitt, J; Sert, J. L., Rogers, E. N.. *CIAM 8 – The Heart of the City: towards the humanisation of urban life*. Londres: Lund Humphries, 1952).

rístico das expansões urbanas nos subúrbios do Rio de Janeiro e demais cidades brasileiras – rua, passeio público, quadra, lote. Deste modo o exercício se coloca como instrumento para pensar a arquitetura em conjunto com o espaço urbano, bem como para discutir o papel do projeto de arquitetura na constituição da cidade.⁶ Além disso, tais condições geram forças contextuais às quais os estudantes devem responder ao operarem com as subtrações volumétricas e definição das interfaces na composição da edificação. São condições que geram pressões externas relativas, por exemplo, à privacidade (há sempre vizinhos próximos nas fachadas laterais), à incidência solar e aos acessos desde o espaço público e desde o fundo do lote. Deste modo elas permitem antecipar temas que serão abordados com maior profundidade no segundo exercício da disciplina, onde o projeto estará inserido em um sítio existente.





Figuras 08 a 17
Trabalhos de alunos realizados em 2016-01.
Fotos: Mara Eskinazi, 2016.

Referencias históricas: o problema dos nove-quadrados, ou estrutura x espaço

O problema dos nove quadrados é usado como ferramenta pedagógica na introdução da arquitetura para novos estudantes. Trabalhando com o problema, o estudante começa a descobrir e entender os elementos da arquitetura. Grelha, estrutura, grupo, painel, centro, periferia, campo, limite, linha, plano, volume, extensão, compreensão, tensão, corte, etc. O estudante começa a explorar o significado de plano, elevação, corte e detalhes. Ele aprende a desenhar. Ele começa a compreender as relações entre desenhos bidimensionais, projeções axonométricas, e a forma (modelo) tridimensional. O aluno estuda e desenha seu esquema em planta e axonométrica, e busca as implicações tridimensionais no modelo. Um entendimento dos elementos é revelado, uma ideia de fabricação emerge. (HEJDUK, 1985, p: 37)

A proximidade da descrição de John Hejduk para o problema dos nove-quadrados com o exercício aqui em análise explicita sua relação de origem. O Exercício de Modulação atualmente aplicado no segundo semestre na FAU/UFRJ foi baseado no mais duradouro e difundido problema inicial de projeto do pós-guerra. O exercício foi instituído nas aulas de Hejduk oficialmente em 1954 na Universidade do Texas, em Austin, mas foi disseminado em toda a rede de escolas de arquitetura norte-americanas após a II Guerra, tendo se desdobrado em um tipo de estratégia didática genericamente conhecida como kit de partes.

Nele, Hejduk apresenta uma estrutura com um pavimento de base quadrada formada por uma grelha de pilares, vigas e lajes, e solicita que os alunos construam seu modelo na escala 1/25 e desenhem sua perspectiva isométrica 30/60; a partir daí, ele utiliza-se dos modelos tridimensionais e dos desenhos como ferramentas básicas de trabalho para pesquisa e estudo. Hejduk sugere que o exercício dos nove quadrados permite ao aluno transitar entre dois polos, o da fluidez e o da contenção completas; além disso, permite elaborar as ideias de centro e periferia, já que seu esquema diagramático apresenta uma célula central e 8 periféricas. Ele propõe uma sequência de passos a serem trabalhados para adição e articulação dos elementos, que incluem desde inserção de painéis lineares e curvos, painéis em diagonal, volumes, séries com diferentes combinações entre colunas e painéis, passando pela inserção de elementos de arquitetura como escadas e rampas e até a inclusão de mais pavimentos. Com isso, a trama modular tridimensional, que se explicita através dos modelos, fornece os insumos e o contexto para as operações arquitetônicas, pautadas na adição de elementos. E os desenhos são utilizados para elaboração de diagramas pedagógicos

e projetivos, de inspiração bauhausiana, que atuam evidenciando as potencialidades da forma e indicando as forças de sua própria emergência e, com isso, funcionem como ferramenta para a tomada sequencial de decisões de projeto. Deste modo, o problema dos nove-quadrados se coloca como dispositivo pedagógico para a configuração de um método básico de construção arquitetônica baseado no binômio espaço e estrutura como favorecedor da articulação de relações plástico-formais. (Figura 18)

Tal método emerge essencialmente da fusão de dois diagramas modernos – o Sistema Dominó de Le Corbusier (1914-1917), como representante das questões relativas à estrutura, e a axonométrica Contra-Construction de Theo van Doesburg e Cornelis van Eesteren (1923), referenciando temas relativos ao espaço.

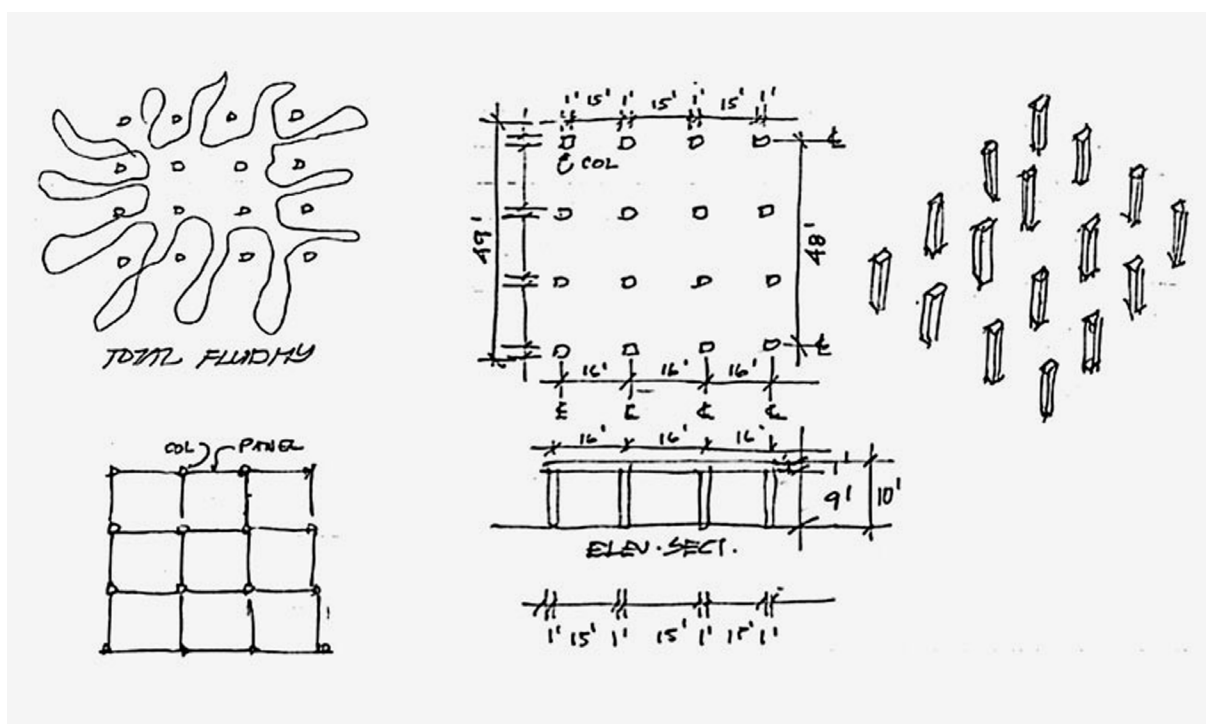
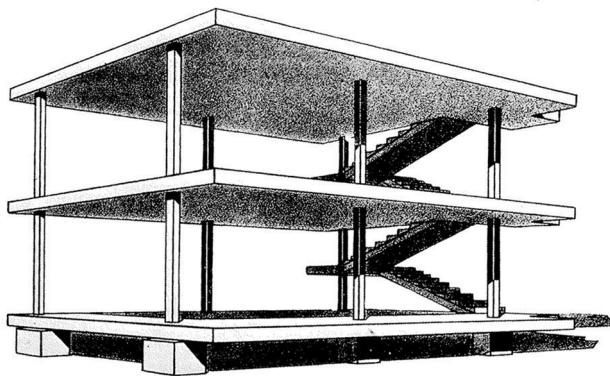


Figura 18
Problema dos nove quadrados.
Fonte: Hejduk, 1985, p: 37-38

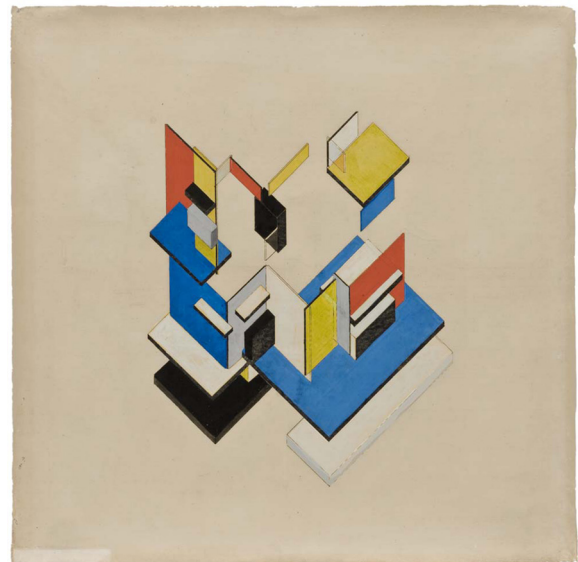
O Dom-inó (do Latim *dooms*, "casa", e uma abreviação de "inovação") é um sistema construtivo constituído por elementos pré-moldados – lajes planas, pilares e fundações em concreto armado – combináveis de diversas formas, aberto a ser subdividido de diferentes maneiras e, conseqüentemente, a qualquer interpretação espacial. Este sistema, baseado na ideia de estrutura independente ou esqueleto, é o fundamento técnico-construtivo da arquitetura moderna, e a denominação dada por Corbusier destaca tanto

⁷ Comas, Carlos Eduardo Dias. *Arquitetura moderna, estilo Corbu, Pavilhão brasileiro*. Em: Revista AU, número 26, p. 94

o caráter combinatório do jogo arquitetônico quanto a "autoridade da regra sem a qual nenhum jogo pode começar"⁷. O Sistema Dominó cumpre também o papel de representar a ruptura na técnica revelada pela passagem da construção de pedra, onde estrutura e vedação são necessariamente coincidentes, para construção de concreto com estrutura independente, a partir da qual sistema estrutural e sistema de fechamento tornam-se elementos independentes e não mais obrigatoriamente coincidentes. Tal independência constitui-se também questão central no Exercício de Modulação, uma vez que a consideração da estrutura resistente e do plano de fechamento como sistemas independentes e não necessariamente coincidentes exerce influência direta sobre as estratégias de controle da forma relacionadas ao tema da fachada como interface, bem como às alternativas de explorações espaciais internas. (Figura 19)



L'ossature standard « Dom-ino », pour exécution en grande série



Figuras 19 e 20
Estrutura Dom-ino e Contra-Construction.
Fonte: Corbusier, 1964, p: 23 e www.moma.org

Já a Contra-Construction, perspectiva axonométrica de Theo van Doesburg e Cornelis van Eesteren foi concebida como uma reflexão sobre um novo modelo espacial e estrutural. Nela, planos horizontais e verticais definem um conjunto de volumes assimétricos em torno de um núcleo central aberto. Porém, os planos tem caráter atectônico, divorciados da função de suportar. A elevação do ponto de vista permite visualizar vários lados ao mesmo tempo, mas não dá entendimento claro sobre o que é frente, lado, atrás, dentro ou fora. Contudo, elementos tipicamente arquitetônicos, tais como paredes, esquadrias, pisos, lajes, coberturas, etc., são eliminados. Ou seja, a Contra-Construction explicita a essência do modo de conceber das vanguardas construtivas, em especial o neoplasticismo, cujas ideias de forma culminaram nas bases teóricas

e na linguagem formal e espacial características da arquitetura moderna, e é chave para compreender seus objetivos. Com isso, se coloca como pertinente modelo para explorações abstratas de relações espaciais. (Figura 20)

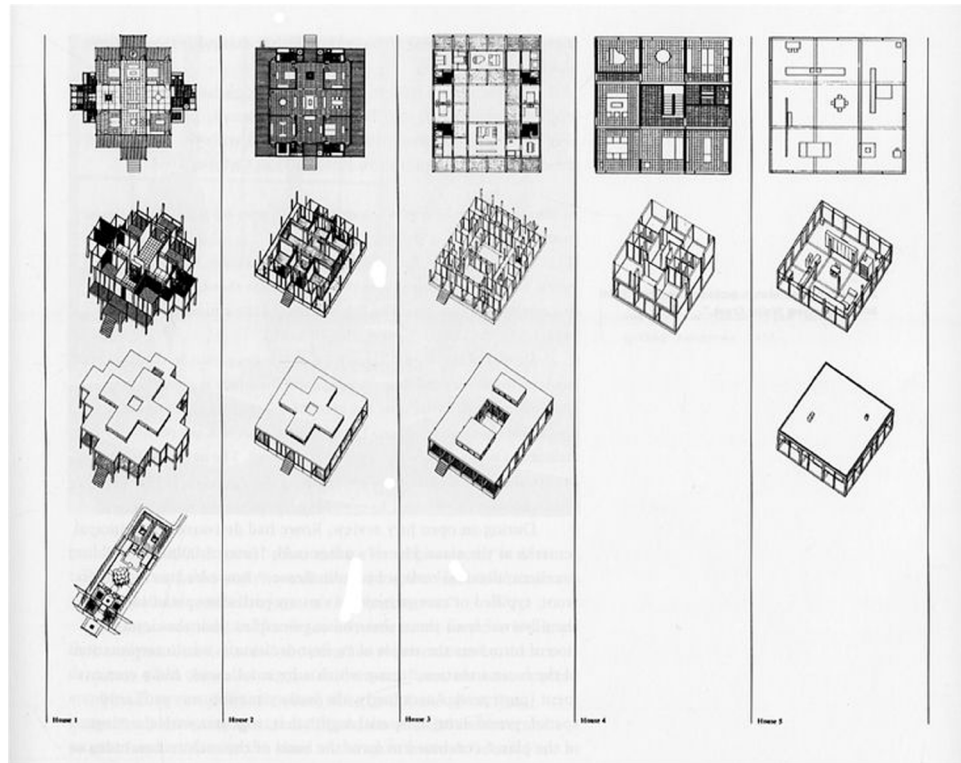
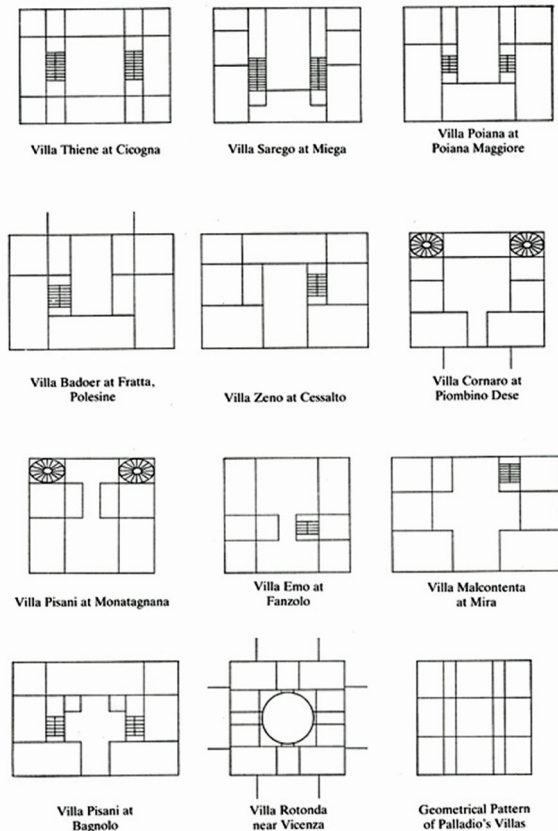
Dominó e Contra-Construction, somados à lógica planimétrica de Rudolph Wittkower que permeia sua análise das 11 vilas de Palladio e do diagrama síntese da que seria a “décima-segunda vila” (Figura 21) forneceram para o problema dos nove-quadrados, e, conseqüentemente, para o exercício aqui em questão, a base disciplinar da arquitetura moderna, fundada nas invenções plásticas e espaciais do cubismo e na articulação de lógicas como centro e periferia, vertical e horizontal, dentro e fora, frontalidade e rotação, sólido e vazio, etc.

Porém, à ideia de vinculação do problema dos nove-quadrados diretamente com o vocabulário moderno, pode-se acrescentar a visão de Love, que argumenta que, ao focar na pureza de problemas arquitetônicos autônomos, o exercício acaba por aproximar-se também do minimalismo americano. Para ele, os limites conceituais e as estratégias de projeto empregados nos kits de partes estão mais próximos formalmente daqueles que caracterizam a obra de artistas como Sol Le Wit e Donald Judd do que de composições bidimensionais tradicionais na história e teoria da arte.⁸

⁸ Love, Timothy. *Kit-of-Parts Conceptualism*. In: Harvard Design Magazine, número 19, 2003

Em sequência ao exercício dos nove quadrados, como resultado de sua busca por princípios geradores de forma e espaço na arquitetura, e com o objetivo de experimentar os limites e as potencialidades das bases teóricas e pedagógicas que fundamentam o exercício, Hejduk desenvolve entre 1954 e 1963 uma série de sete casas denominadas “Texas Houses”. (Figura 22) Dedicadas a Rowe e Slutzky, as Texas Houses são desenvolvidas como variações dos diagramas idealizados no exercício, e se amparam na primazia do diagrama como meio para explorar princípios arquitetônicos que persistem na história, gerando projetos de arquitetura completos. Com isso, podem ser pensadas em analogia aos diagramas de Wittkower para as vilas Palladianas.

Ou seja, tanto o exercício dos nove quadrados e os projetos que dele partiram, quanto sua derivação atualmente aplicada na FAU/ UFRJ, têm em comum a pertinência de colocar-se como ferramenta que permite, ao mesmo tempo, enfrentar um corpo de ensinamentos introdutório de forma abstrata, operando no contexto de um problema de concepção, aliados a



Figuras 21 e 22
 Diagramas de Wittkower para as villas Palladianas, e Texas Houses de Hejduk.
 Fontes: www.smallhouseelab.com e Hejduk, 1985, p: 223-233.

⁹ Engel, Pedro. *Cubos, tramas e jogos de armar. Notas sobre exercícios de concepção da forma no ensino de introdução ao projeto de arquitetura*. Rio de Janeiro, 2011, pp. 13-14.

questões tipicamente arquitetônicas e à introdução de um rol de elementos de arquitetura. Os artifícios que permitem alcançar tais objetivos vinculam-se, por um lado, com a semi-estruturação do exercício, e, por outro, com sua vinculação ao vocabulário arquitetônico da arquitetura moderna – o que revela um posicionamento frente à história da arquitetura. A redução das possibilidades de ação e a oferta de recursos materiais são estratégias compatíveis com as habilidades dos alunos, ainda escassas e em processo de formação. Já o repertório de soluções de elementos de arquitetura e de estratégias de composição oferecido pela arquitetura moderna é utilizado como modo para ensinar e conceber arquitetura. Ou seja, os exercícios permitem que os alunos se envolvam com atividades de concepção, ainda que com limitações de recursos para pensar espacialmente e representar graficamente, ao mesmo tempo que estão sendo preparados para o enfrentamento de problemas mais complexos.⁹

Forma x estrutura x espaço

No Exercício de Modulação, à dialética entre espaço e estrutura herdada do exercício dos nove quadrados, acrescentamos o item forma, tratando de entender o termo forma como a estrutura de relações que regem um projeto, ou como a síntese entre programa, lugar

e técnicas de construção, obtida por meio de uma ordem visual.¹⁰ Ao reduzir as possibilidades de soluções de projeto por meio da utilização de um repertório conhecido de elementos de arquitetura já amplamente testados em edificações vinculadas à tradição moderna e em suas manifestações contemporâneas, o exercício obriga o estudante a centrar o foco nas relações espaciais potencializadas pelo trinômio forma x estrutura x espaço, o que conduz à identificação de uma ideia de forma relacionada com o conceito moderno de estrutura. Para Mahfuz, na arquitetura moderna, forma se refere à estrutura relacional ou sistema de relações internas e externas que configuram um artefato ou episódio arquitetônico e determinam a sua identidade.¹¹ Ou seja, a delimitação de uma base conceitual se coloca como uma das chaves para a estruturação do exercício e para a exploração de questões arquitetônicas vinculadas à manipulação formal. Além disso, a articulação e a combinação dos elementos de arquitetura por meio dos princípios de sintetismo e elementaridade visual também são utilizados como ferramentas para a configuração da forma do objeto.

¹⁰ Mahfuz, 2004, op. cit.

¹¹ Mahfuz, 2004, op. cit.

A trama tridimensional

Em Chicago Frame, Rowe coloca que o *frame*, ou a trama tridimensional, é a essência da arquitetura moderna. Para ele, apesar de a trama tridimensional ter aparecido de modo explícito e sem disfarces em diversos lugares do mundo, o papel exercido por ela, a explicitação de sua universalidade, bem como a elucidação de seus resultados formais, foram antecipados com a arquitetura comercial produzida em Chicago nas últimas décadas do século 19 e primeiras do 20. Analogamente à ligação determinante que se pode estabelecer entre os arquitetos renascentistas e Florença, ou entre os arquitetos góticos e a Ile-de-France, se pode ligar umbilicalmente os arquitetos modernos a Chicago através do papel desempenhado pela trama tridimensional no estabelecimento das relações plástico-espaciais nesse contexto.¹² Além disso, cabe destacar a relação também umbilical entre o ímpeto urbanizador presente no contexto de Chicago e o papel da trama tridimensional como resposta arquitetônica eficaz e economicamente viável para o desenvolvimento desta urbanização.

¹² Rowe, Colin. *Chicago Frame. Em: The mathematics of the ideal villa and other essays*. Cambridge: The MIT Press, 1976, pp. 90.

A trama tridimensional estabelece com o edifício uma lógica ou sistema comum segundo o qual todas as partes são relacionadas ou subordinam-se. Se a estrutura independente delimita um grid espacial neutro que fornece alguns símbolos, e por esta razão estabelece relações, define a disciplina, e, com isso, atua

¹³ Rowe, 1976, op. cit., p. 90.

na geração da forma, a trama tridimensional, por sua vez, além de definir uma posição para a estrutura resistente, é empregada também como instrumento que orienta a estruturação compositiva do conjunto, atuando portanto como dispositivo de referência espacial. Com isso, a trama tridimensional tem atuado como elemento catalisador da arquitetura – em alguns casos se tornando até a própria arquitetura – de tal forma que, para Rowe, a arquitetura então contemporânea seria inconcebível na sua ausência.¹³

No Exercício de Modulação, a trama tridimensional vincula-se diretamente com o emprego do módulo como medida reguladora e estrutura organizadora do projeto, já que a trama e a modulação são coincidentes e partes do mesmo sistema. Além disso, a trama tridimensional proporciona, ao mesmo tempo, o contexto para as operações arquitetônicas subsequentes, e o sistema dentro do qual os elementos de arquitetura serão adicionados. Assim, a partir da consideração de sua universalidade, aliada às estratégias de projetar com o vazio com o emprego da subtração volumétrica como operação de manipulação plástica, a trama tridimensional exerce papel fundamental como produtora de espaços. Isso porque ela funciona, do ponto de vista pedagógico, como dispositivo que fornece uma base instrumental onde o estudante pode se amparar nas mais diversas etapas do processo de projeto – no momento inicial de concepção, na hierarquização de soluções, bem como em sua verificação. Ou seja, apesar de seus elementos essenciais serem limitados por intenções pedagógicas, o potencial da trama tridimensional como sistema gerador de espaços e de forma configura-se como dispositivo aberto de manipulação.

No Exercício de Modulação, a trama tridimensional vincula-se diretamente com o emprego do módulo como medida reguladora e estrutura organizadora do projeto, já que a trama e a modulação são coincidentes e partes do mesmo sistema. Além disso, a trama tridimensional proporciona, ao mesmo tempo, o contexto para as operações arquitetônicas subsequentes, e o sistema dentro do qual os elementos de arquitetura serão adicionados. Assim, a partir da consideração de sua universalidade, aliada às estratégias de projetar com o vazio com o emprego da subtração volumétrica como operação de manipulação plástica, a trama tridimensional exerce papel fundamental como produtora de espaços. Isso porque ela funciona, do ponto de vista pedagógico, como dispositivo que fornece uma base instrumental onde o estudante pode se amparar nas mais diversas etapas do processo de projeto – no momento inicial de concepção, na hierarquização de

soluções, bem como em sua verificação. Ou seja, apesar de seus elementos essenciais serem limitados por intenções pedagógicas, o potencial da trama tridimensional como sistema gerador de espaços e de forma configura-se como dispositivo aberto de manipulação.

Considerações finais: o projeto de arquitetura e a construção da cidade

Modelos de expansão habitacional e o papel da estrutura

A agenda do grupo de pesquisa TEMPU volta o foco para o papel em que o projeto de arquitetura pode desempenhar como catalizador na constituição da cidade e na sua relação com o contexto contemporâneo da urbanização. Se trata de explorar o papel da arquitetura como construção da cidade e como operante do resgate do sentido urbano de *civitas*.¹⁴ A partir disso, se busca entender a cidade como soma dos artefatos concretos, seja repetidos ou singulares, que constituem seus espaços urbanos.

Este tema se relaciona, na realidade das cidades brasileiras, por um lado, com os impactos causados pela implementação de novos projetos de infraestrutura em áreas pouco urbanizadas dos subúrbios; por outro, com o ressurgimento, nos anos recentes, da “cidade informal” no discurso e na prática da arquitetura e do urbanismo. Tais fatores, aliados, tem determinado um alastramento de expansões habitacionais com ocupação de caráter informal nas áreas periféricas das cidades brasileiras. Em função disso, se torna imperativa a discussão e a experimentação de alternativas para a expansão dessas áreas que antecipem-se a simples propagação da ocupação de cunho informal, propondo novos padrões de urbanização para as cidades brasileiras.

Deste modo, o Exercício de Modulação aqui em análise, utilizando-se do projeto como meio alimentador da investigação, se coloca como instrumento para experimentação de alternativas formais e arquitetônicas inscritas dentro de um determinado sistema de construção. Isso se dá, de forma mais explícita e conectada à agenda da disciplina, explorando o papel exercido por um sistema estrutural simples – composto por vigas, pilares e lajes em concreto armado, aliado a uma trama modular tridimensional, que vem sendo extensamente reproduzido nos subúrbios brasileiros – como pertinente ferramenta para o emprego da chamada “arquitetura elementar” na construção das cidades. Neste sentido, cabem algumas considerações a respeito do papel desempenhado pelo sistema es-

¹⁴ Em *Toward the Archipelago*, Aureli define o conceito de *civitas* diferenciando-o do de *urbs*. Para ele, enquanto *urbs* designa uma condição genérica e universal de coabitação, ou uma simples e genérica agregação de pessoas e casas, *civitas* se refere a uma aglomeração de indivíduos livres que se juntam por reconhecer e dividir uma esfera pública comum, e é justamente o compartilhamento deste domínio o que os fornece a condição de cidadãos. Em: Aureli, Pier Vittorio. *Toward the Archipelago*. Nova York: Anyone Corporation. Revista Log, número 11, inverno de 2008, pp. 91-120.

trutural adotado no exercício como ferramenta pedagógica e de investigação projetual. Le Corbusier, ao desenvolver seu modelo para o sistema Dom-ino, utilizou-se de duas fontes principais como inspiração: os edifícios com pilares de madeira na Turquia, e as casas da região de Flandres. Ambas referências remetem à ideia de olhar atentamente para os sistemas de construção vernacular e para os processos construtivos que constituem o cotidiano das cidades. Contudo, no Dom-ino, Le Corbusier alia a este olhar, de modo inovador para a época, a lógica de um sistema tipicamente industrial e das novas possibilidades advindas com a construção em concreto. Além disso, cabe lembrar que o sistema de Le Corbusier foi desenvolvido, segundo suas próprias palavras, “para execução em grande série”. Ou seja, no contexto de reconstrução após a I Guerra Mundial, a urgência de reconstrução habitacional demandaria o desenvolvimento de novos e flexíveis métodos para construção habitacional.¹⁵

Neste sentido, a agenda da disciplina propõe a adoção de um sistema estrutural de pilares, vigas e lajes em concreto armado, encontrado em locais de construção supostamente espontânea e informal, como as favelas ou os subúrbios das cidades brasileiras, como ferramenta para a produção de estruturas arquitetônicas para o ordinário. Este sistema construtivo, baseado no Dom-ino, é genérico, adaptável e flexível, o que torna a seleção das formas e das regras de combinação entre elas apropriadas para a experimentação tanto de articulações espaciais por meio do recurso da subtração volumétrica, quanto de configurações formais por meio das estratégias de composição da fachada como interface. Ou seja, o exercício tem o formato geométrico ideal para o entendimento das interrelações entre os componentes do edifício no tocante a suas qualidades espaciais e formais. Além disso, é compatível com os meios de produção industrial e com os meios construtivos disponíveis na realidade brasileira, o que o torna, ao mesmo tempo, muito próximo da realidade de muitos dos estudantes que frequentam atualmente a FAU/ UFRJ – bem como das necessidades e demandas de construção habitacional das cidades brasileiras.

Contudo, o exercício também possibilita, ao mesmo tempo, ao juntar os lotes lado a lado, o apontamento de perspectivas relacionadas a proposição de um modelo morfológico de construção habitacional baseado na ideia de construção de cidade compacta, em baixa altura e alta densidade. Tal modelo poderia ser desenvolvido, em etapa subsequente, também por meio da transformação do tecido conjuntivo da habitação em formas urbanas coletivas a partir da sua conexão com elementos urbanos como o quarteirão, o pátio, a rua e o pavimento térreo – em essência, a camada mais coletiva da cidade.

Por uma arquitetura elementar para a construção habitacional nos subúrbios das cidades brasileiras

A agenda para o ensino de projeto idealizada para a disciplina de Concepção da Forma Arquitetônica II, que sintetiza e fecha o ciclo do primeiro ano do curso de arquitetura na FAU/ UFRJ, está alinhada com a agenda do grupo TEMPU na medida em que o modo de ensinar o projeto de arquitetura procura ser compatibilizado com um modo de pensar a construção da cidade. Para além da preocupação com questões internas e essenciais à disciplina que articulam temas como composição, espaço e movimento, manejo da luz, relação entre elementos, relação entre interior e exterior, adequação do espaço ao uso, controle da estrutura, relação com o contexto ou significados, a agenda do ensino de projeto para estudantes iniciantes volta o foco para a reflexão acerca de princípios de projeto baseados no sintetismo, na elementaridade visual do projeto e no emprego de formas básicas combinadas em um sistema formal compatível com os meios construtivos disponíveis. Tais princípios, aliados a conceitos espaciais e diretrizes urbanas, podem ser capazes de nortear a ocupação habitacional dos territórios dos subúrbios das cidades brasileiras, antecipando-se com isso à ocupação de cunho mais informal. Isso porque eles se mostram adequados à realidade brasileira, tanto no que diz respeito aos meios construtivos disponíveis, quanto à pertinência de uma linguagem arquitetônica baseada na produção de estruturas arquitetônicas para o ordinário ou no emprego da chamada arquitetura elementar no estudo de modelos e padrões para a construção habitacional das áreas periféricas das cidades brasileiras.





Figura 23
Típica ocupação informal em favelas brasileiras. Os edifícios são baseados em sistema construtivo simples de pilares, vigas e lajes de concreto.
Fonte: www.oglobo.globo.com

Referências

- ALMEIDA, Paulo R. *Sobre o ensino do projeto*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PROPAP/ UFRGS, 2001.
- ARIS, Carlos Marti. *Silencios Elocuentes*. Barcelona: Edicions UPC, 1999.
- AURELI, Pier Vittorio. *Toward the Archipelago*. Nova York: Anyone Corporation. Revista Log, número 11, inverno de 2008, pp. 91-120.
- AURELI, Pier Vittorio; Giudici, Maria S.; Issaias, Platon. *From Dom-inó to Polykatoikia*. Revista Domus, número 962, outubro de 2012.
- BALMER, Jeffrey e SWISHER, Michael T. *Diagramming the Big Idea. Methods for Architectural Composition*. Nova York: Routledge, 2012.
- COMAS, Carlos Eduardo Dias (Org.). *Projeto Arquitetônico: Disciplina em crise, disciplina em renovação*. São Paulo: Projeto CNPq, 1985.
- EISENMAN, Peter. *The formal basis of modern architecture*. Baden: Lars Müller Publishers, 2006.
- ENGEL, Pedro. *Cubos, tramas e jogos de armar. Notas sobre exercícios de concepção da forma no ensino de introdução ao projeto de arquitetura*. Rio de Janeiro, 2011.
- HEJDUK, John. *Mask of Medusa. Works 1947-1983*. Nova York: Rizzoli, 1985.
- LE CORBUSIER; JEANNERET, Pierre. *Oeuvre Complete – Volume 1, 1910-1929*. Zurique: Les Editions d'Architecture Artemis, 1964.

LE CORBUSIER. *Por uma arquitetura*. São Paulo: Perspectiva, Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.

LOVE, Timothy. *Kit-of-Parts Conceptualism*. Em: Harvard Design Magazine, número 19, 2003.

MAHFUZ, Edson. *Reflexões sobre a construção da forma pertinente*. Arqtextos Vitruvius, 045.02, ano 04, fevereiro de 2004.

PIÑON, Helio, *Teoria do Projeto*. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2006.

ROWE, Colin. *Chicago Frame*. Em: The mathematics of the ideal villa and other essays. Cambridge: The MIT Press, 1976, pp. 89-117.

ROWE, Colin e SLUTZKY, Robert. *Transparency: literal and phenomenal*. Em: The mathematics of the ideal villa and other essays. Cambridge: The MIT Press, 1976, pp. 159-183.

SOMOL, Robert E. *Texto sonso, ou a base diagramática da arquitetura contemporânea*. Em: Risco, Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: Programa de Pós-Graduação do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, EESC-USP, 2007, pp.179-191.

WITTKOWER, Rudolph. *Palladio's fugal system of proportion*. Em: Architectural Principles in the age of humanism. Nova York: W. W. Norton and Company, 1962.



O racionalismo estrutural e as fontes da arquitetura moderna brasileira: método, definições e potencial da pesquisa

Marcelo Puppi

Marcelo Puppi é Doutor em História da Arte pela Universidade de Paris 1 Panthéon-Sorbonne; professor na Universidade Estadual de Londrina; marcelopuppi@uol.com.br

Resumo

A pesquisa tem dois objetivos principais: primeiro, ampliar o conhecimento das fontes da teoria e da prática da arquitetura moderna brasileira e, segundo, contribuir para a consolidação da história cultural da arquitetura no Brasil. Estudar o racionalismo estrutural como fonte da arquitetura moderna brasileira não significa apenas aprofundar o conhecimento já em curso sobre esta última, mas também aplicar o método da história cultural ao estudo da história da arquitetura no Brasil. Pois a pesquisa recente sobre o racionalismo estrutural beneficiou-se do método da história cultural e é parte da nova história da arquitetura do século XIX elaborada a partir de 1990 aproximadamente. Nesse contexto, a própria definição de racionalismo estrutural é ampliada e aprofundada. Ao invés de significar simplesmente uma relação de causa e efeito entre estrutura e arquitetura na qual a estrutura é um dos fins da arquitetura, o racionalismo estrutural passou a ser compreendido como parte da nova concepção dinâmica e orgânica da arquitetura que emerge no século XIX, para a qual, particularmente, a estrutura é o meio capaz de gerar plenamente a unidade orgânica da forma. Nessa perspectiva, demonstrar que o racionalismo estrutural é uma das fontes, e mais precisamente uma das grandes fontes da arquitetura moderna brasileira, permite aprofundar o conhecimento tanto dos pressupostos teóricos quanto das qualidades formais dessa arquitetura. Bem como, conseqüentemente, de questões mais gerais como o método de composição e o papel cultural da arquitetura que interessam hoje e sempre à teoria e à prática da arquitetura.

Palavras-chave: fontes teóricas, arquitetura moderna brasileira, racionalismo estrutural, história cultural da arquitetura.

Abstract

The research has two main objectives: first, expand the knowledge of the sources of the theory and practice of Brazilian modern architecture and, second, contribute to the consolidation of the cultural history of architecture in Brazil. Studying the structural rationalism as source of the Brazilian modern architecture does not only mean to deepen the knowledge already in progress on the latter, but also to apply the cultural history method to the study of the history of architecture in Brazil. For the recent research about the structural rationalism benefited from the cultural history method and is part of the new architectural history of the XIX century, elaborated since 1990, approximately. In this context, the very definition of structural rationalism is amplified and deepened. Instead of simply meaning a relation of cause and effect between structure and architecture in which the structure is one of the architecture's purposes, the structural rationalism is now understood as part of the new dynamic and organic conception of the architecture that emerges in the XIX century, for which, particularly, the structure is the means capable to fully generate the organic unity of the form. In this perspective, demonstrate

that the structural rationalism is one of the sources, and more precisely one of the greatest sources of Brazilian modern architecture, not only permit to deepen the knowledge of the theoretical assumptions, but also the formal qualities of this architecture. As well as, consequently, the more general matters as the composition method and the architecture's cultural role that are relevant today and ever to the theory and the practice of the architecture.

Keywords: *theoretical sources, brazilian modern architecture, structural rationalism, cultural history of architecture.*

Resumen

La investigación tiene dos objetivos principales: primero, aumentar el conocimiento de las fuentes de la teoría y la práctica de la arquitectura moderna brasileña y, segundo, contribuir a la consolidación de la historia cultural de la arquitectura en Brasil. Estudiar el racionalismo estructural como fuente de la arquitectura moderna brasileña no solo significa profundizar el conocimiento ya en progreso, sino también aplicar el método de la historia cultural a la historia de la arquitectura en Brasil. La reciente investigación sobre el racionalismo estructural se benefició del método de la historia cultural y es ahora una parte de la nueva historia arquitectónica del siglo XIX, elaborada desde 1990 aproximadamente. En este contexto, la definición exacta del racionalismo estructural está amplificada y profundizada. En lugar de simplemente buscar una relación de causa y efecto entre la estructura y la arquitectura, en el cual la estructura es uno de los fines de la arquitectura, el racionalismo estructural es ahora entendido como parte de una nueva dinámica y orgánica concepción de la arquitectura que emerge en el siglo XIX, en la que, particularmente, la estructura es el medio capaz de generar completamente la unidad orgánica de la forma. En esta perspectiva, demostrar que el racionalismo estructural es una de las fuentes, y más concretamente, una de las más grandes de la arquitectura moderna brasileña, no solo permite profundizar la información de las suposiciones teóricas, sino también las cualidades formales de la arquitectura. Además, como consecuencia, los asuntos más generales como el método de composición y el papel cultural de la arquitectura tan relevantes hoy y como siempre a la teoría y práctica de la arquitectura.

Palabras-clave: *fuentes teóricas, arquitectura moderna brasileña, racionalismo estructural, historia cultural de la arquitectura.*

Uma questão de método

Postular o racionalismo estrutural como fonte da arquitetura moderna brasileira não constitui somente uma questão de fontes de pesquisa, mas também a questão do como se faz a história. No caso particular, do como se faz e se pode fazer a história da arquitetura moderna brasileira ou, mais geralmente, a história da arquitetura no Brasil.

A historiografia da arquitetura moderna brasileira é bastante jovem, como sugere Abílio Guerra¹, e ainda não se libertou completamente dos preconceitos e das simplificações do passado². Se essa historiografia já deu grandes passos nas últimas três décadas, a pesquisa sempre pode ou deve continuar avançando, tanto para se produzir novos conhecimentos, natural-

¹ Ver Abílio Guerra, "A construção de um campo historiográfico", in: Abílio Guerra (Org.), *Textos Fundamentais sobre História da Arquitetura Moderna Brasileira*, v. 1, São Paulo, Romano Guerra, 2010, pp. 11-22.

² Ver Marcelo Puppi, *Por uma História Não Moderna da Arquitetura Brasileira*, Campinas, Pontes/CPHA-IFCH-Unicamp, 1998.

mente, quanto para incorporar novos métodos e novos objetos de pesquisa que contribuam justamente para aprofundar a revisão historiográfica em curso e, por consequência, para superar definitivamente, ou pelo menos cada vez mais, os preconceitos e as simplificações do passado. Nesse contexto, olhar para a arquitetura moderna brasileira a partir do racionalismo estrutural, ou mais precisamente incorporar a história do racionalismo estrutural à história da arquitetura moderna brasileira pode ser duplamente benéfico.

Primeiro porque esta última inseriu-se metodologicamente no contexto da história cultural, a exemplo das pesquisas recentes dedicadas de modo mais geral à história da arquitetura do século XIX³, e produziu um conhecimento capaz de ampliar a compreensão não apenas da teoria da arquitetura do século XIX como também da teoria (e da prática) do século XX. No sentido preciso em que a história cultural do racionalismo estrutural pode revelar aspectos da arquitetura do século XX ainda pouco conhecidos ou mesmo desconhecidos. Segundo porque o estudo comparado de uma e outra permite aprofundar o conhecimento das fontes da arquitetura moderna brasileira, ampliando a pesquisa já iniciada destas fontes e contribuindo para a descoberta de questões que ainda não fazem parte dela, isto é, produzindo novos objetos e novos problemas de pesquisa. Ou, em outros termos, conhecer comprovada e documentadamente o pensamento que a arquitetura moderna brasileira herdou voluntária e involuntariamente do racionalismo estrutural pode aprofundar o que já sabemos, pode revelar um novo ponto de vista de um objeto já conhecido ou mesmo revelar uma arquitetura diferente da que nos acostumamos a olhar. Como é de resto o objetivo do estudo das fontes na história.

Em suma, trata-se não apenas da indispensável pesquisa das fontes, mas também de aplicar o método da história cultural ao estudo da arquitetura moderna.⁴ Uma aplicação que ainda é bastante rara mesmo no plano internacional da pesquisa em história da arquitetura, que pode no mínimo contribuir para diversificar e enriquecer a pesquisa sobre a história da arquitetura moderna brasileira e que tem também o potencial de contribuir para aprofundar o conhecimento da própria história geral da arquitetura moderna.

Das definições

O que é o racionalismo estrutural?

A ampliação da pesquisa das fontes da arquitetura moderna brasileira pressupõe a definição do que é o

³ Sobre a historiografia atual da arquitetura do século XIX, ver François Loyer (Org.), *L'Architecture, les Sciences et la Culture de l'Histoire au XIXe siècle*, Saint-Etienne, Publications de l'Université de Saint-Etienne, 2001; Marcelo Puppi, "A nova história do século XIX e a redescoberta da dimensão imaginária da arquitetura", *Arquitextos*, n. 058.02, março 2005, http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq058/arq058_02.asp.

⁴ Para a definição do método e dos problemas da história cultural, ver Roger Chartier, *Au Bord de la Falaise. L'Histoire entre Certitudes et Inquiétude*, Paris, Albin Michel, 1998, e particularmente o capítulo "Le monde comme représentation", pp. 67-86. Em linhas gerais, a história cultural substitui a história social da cultura pela história cultural do social.

racionalismo estrutural. Mas antes de apresentar o que ele é, é indispensável dizer o que ele não é. Primeiro, racionalismo estrutural não significa subordinar ou reduzir a arquitetura à estrutura. Na melhor, quer dizer, na pior das hipóteses se afirma a igualdade dos termos, ou dos princípios da estrutura e da forma. É o caso mais conhecido de Viollet-le-Duc para quem estrutura e forma devem se confundir formando uma unidade indissociável e indistinguível, no sentido em que não se pode, nessa unidade, identificar o que pertence a uma ou a outra. Aos olhos de Viollet-le-Duc, a estrutura gótica exemplifica precisamente essa unidade que confunde estrutura e forma confundindo também, pode-se acrescentar, o observador. Razão pela qual, sempre para o teórico francês, a arquitetura gótica deve servir como fonte de inspiração para os arquitetos contemporâneos (do seu tempo), não por imitação, mas nos seus princípios. Entretanto, e justamente, defender que estrutura e forma devem se confundir não quer dizer que a arquitetura se submeta à estrutura. Para ele, como também para seu arquirrival Léonce Reynaud, a forma deriva sim da estrutura, mas está já é uma outra história, pois derivação não estabelece nem implica subordinação.

Segundo, e conseqüentemente, o racionalismo estrutural não afirma a primazia da técnica. Defender a incorporação, ou reincorporação da técnica tanto no objeto construído quanto no processo de concepção da arquitetura não equivale nem necessariamente nem predominantemente a subordinar a forma à estrutura. Equivale sim a atribuir à forma um fundamento racional, daí o nome racionalismo; mas, igualmente, atribuir fundamento racional à forma é uma coisa, conceder primazia à técnica é outra coisa. No racionalismo estrutural, o fundamento racional da forma é um meio para inserir a arquitetura no contexto da época (o século XIX é ou já foi definido como o século da ciência — embora também seja mais do que isso) tornando-a novamente capaz de interagir com a sociedade à qual ela pertence. A forma deve ser racional para que a arquitetura torne-se dinâmica e possa exercer uma ação ativa sobre a sociedade, uma ação distinta e mais elevada que a técnica e que a ciência. Não para deixar de ser arquitetura, isto é, de ser forma. Porém, isto já é o que é o racionalismo estrutural, não ainda o que ele não é.

Por fim, e justamente, o racionalismo estrutural não põe em questão a natureza estética da arquitetura, nem muito menos se opõe a ela. Para se defender das acusações de sectarismo medieval, o próprio Viollet-le-Duc se dedica a valorizar indiretamente a di-

mensão estética nos seus *Entretiens sur l'architecture* no qual o refinamento artístico dos templos gregos rivaliza com as proezas estético-estruturais das catedrais góticas. No outro extremo, Léonce Reynaud que formou-se engenheiro, que exercia a profissão de engenheiro e que não se distingue pela clareza dos seus escritos, declara explicitamente que a arte está acima da ciência e que, conseqüente e implicitamente, a arquitetura está acima da engenharia. Para Reynaud, nem a arquitetura se confunde com a engenharia, nem a forma se confunde com a estrutura (ao contrário portanto de Viollet-le-Duc). Nunca é demais lembrar que, além de ser o século da ciência, o século XIX é também o século do romantismo e da redescoberta da dimensão estética, não somente no plano da arte, mas igualmente e sobretudo no plano do conhecimento. Um século contraditório em suma, para o prazer dos espíritos contraditórios a exemplo de Reynaud e de arquitetos contemporâneos como Labrouste e Vaudoyer que foram seus colegas quando ele frequentou a *Ecole des Beaux-arts* na segunda década do século XIX. Podemos enfim chegar ao que é o racionalismo estrutural.

Na sua definição mais geral, o racionalismo estrutural é uma nova concepção orgânica e dinâmica da arquitetura, que visa inseri-la na cultura de seu tempo e torná-la novamente capaz de interagir com a sociedade à qual ela pertence. Nestes termos, a definição é comum ao historicismo romântico que lhe é contemporâneo e com o qual, conseqüentemente, ele tem grandes afinidades (não é por acaso que um arquiteto como Henri Labrouste é considerado ora racionalista, ora historicista romântico). Com a grande diferença que, no racionalismo estrutural, a estrutura é justamente o meio através do qual a arquitetura pode tornar-se orgânica integrando-se plenamente à cultura da época e exercendo uma ação ativa sobre o público. No contexto da cultura romântica da qual emerge o racionalismo estrutural, a estrutura é concebida como um organismo indivisível, no sentido propriamente físico de constituir um conjunto de partes que dependem umas das outras e que se encontram em estado de equilíbrio. Por sua vez, enquanto organismo, a estrutura é o meio através do qual a arquitetura, ou seja, a forma pode tornar-se ela mesma orgânica. A estrutura constitui assim a fonte da arquitetura, ou precisamente a fonte da unidade orgânica da arquitetura. Enquanto fonte, a estrutura não precisa necessariamente estar presente, ou visível, na arquitetura. Se, para Viollet-le-Duc, estrutura e forma devem permanecer visíveis se confundindo, para Reynaud a forma nasce da estrutura mas a estrutura desaparece.

ce na forma, permanecendo apenas em estado vestigial. Isto em menor ou maior escala, segundo exemplificam as três ordens gregas que se organizam do mais ao menos vestigial e segundo o caráter que se quer atribuir à obra. Como engenheiro, e como um engenheiro que adquiriu um amplo conhecimento das ciências de sua época, das exatas às biológicas, Reynaud considerava que a unidade científica, ou racional da estrutura era incompleta, no sentido em que, ainda que toda estrutura constitua necessariamente um conjunto indivisível, a natureza orgânica da própria estrutura raramente é visível a olho nu. Para ele, somente a arte tem a capacidade de gerar uma verdadeira unidade orgânica, isto é, uma unidade orgânica completa e visível, completando mas indo além, e mesmo muito além, da unidade físico-matemática da estrutura. Se a estrutura é a fonte da arquitetura, esta por sua vez, nas suas palavras, é um ser que cabe ao arquiteto imaginar e criar. Razão pela qual, para Reynaud, a arte está além e acima da ciência, assim como a forma está além e acima da estrutura.

Para se compreender o racionalismo estrutural, é preciso portanto saber, primeiro, que ele se insere ou deriva da cultura romântica da primeira metade do século XIX, isto é, que o racionalismo estrutural é uma teoria (da arquitetura!) que pertence ao contexto da cultura do século XIX e, segundo, que para ele a estrutura é um meio, não o objetivo nem muito menos o fim da arquitetura. Se, como vimos, existem grandes diferenças entre os dois maiores teóricos racionalistas franceses do século XIX, e se o arquiteto Viollet-le-Duc desaprova as prerrogativas da arte defendidas significativamente pelo engenheiro Reynaud, ambos os dois buscam princípios ou métodos capazes de tornar a arquitetura orgânica, ao invés de pura e simplesmente valorizar a estrutura. A definição mais simples, ou mais prática do racionalismo estrutural como estrutura ornamentada somente adquire todo seu sentido dentro desse contexto, que era suficientemente evidente para os contemporâneos, mas que não o é mais absolutamente aos olhos de outra época e de outra cultura.

Qual Arquitetura Moderna Brasileira?

Em tempos de arquiteturas no plural, propor o racionalismo estrutural como fonte da arquitetura moderna brasileira, no singular, pede uma breve explicação. Que a arquitetura moderna no Brasil engloba manifestações distintas e uma grande variedade de formas, é conhecido e evidente. Mas sabe-se também que a variedade não exclui a unidade e que ela é justamente

⁵ Sobre o princípio da unidade na variedade na cultura do século XIX, ver Marcelo Puppi, *La Dimension Culturelle du Rationalisme Structural. Architecture, histoire et utopie chez Léonce Reynaud, Fernand de Dartein et Auguste Choisy*, Tese de Doutorado, Paris, Universidade de Paris 1 Panthéon-Sorbonne, 2013, pp. 91-134.

uma das formas de enriquecer a unidade; ou, na terminologia da própria teoria da arquitetura, de torná-la complexa e contraditória. Razão pela qual a arquitetura, nas suas grandes manifestações, sempre se caracterizou tanto pela unidade quanto pela variedade ou, na definição mais precisa e mais penetrante do século XIX, pela “unidade na variedade”⁵. Eis justamente porque o racionalismo estrutural, que defendia e valorizava ao mesmo tempo a unidade e a variedade e que abrange ele próprio princípios distintos e mesmo opostos enquanto teoria da arquitetura, também pode ser definido e nomeado no singular. As qualidades já conhecidas e reconhecidas da arquitetura moderna no Brasil permitem afirmar que ela faz parte dessa regra, não das exceções.

Entretanto, na historiografia atual da arquitetura moderna no Brasil tudo se passa como se a descoberta da pluralidade excluísse a unidade e, conseqüentemente, a pesquisa das fontes que permitam compreender o porquê da unidade (entre outras coisas, naturalmente). Ou, pelo menos, como se a redescoberta da pluralidade menosprezasse a unidade identificando-a a uma visão ultrapassada da história. Nesse sentido, a historiografia atual comete o mesmo pecado que a precedente, substituindo tão somente (no método, não na quantidade de informação) o extremo da unidade pelo extremo oposto da pluralidade. Ou unidade, ou pluralidade. Mas os dois extremos sugerem haver tanto a história da unidade quanto a da pluralidade na arquitetura moderna do Brasil, e isto independentemente dos pontos de vista de um e de outro. Nem uma história no singular, nem uma história no plural. Uma história do singular e do plural tudo ao mesmo tempo.

Pode-se mesmo dizer que, embora pouco reconhecida, essa história da unidade e da pluralidade já existe, ou já começou. Refiro-me à história e à cronologia da arquitetura moderna brasileira exposta e proposta por Carlos Eduardo Comas no conjunto dos seus estudos seminiais e finíssimos sobre o assunto. Em linhas gerais, para o que interessa aqui, essa história compreende um grande período inicial que se caracteriza pela unidade e um período posterior que nasce da, ou a partir da perda dessa unidade. Do ponto de vista cronológico, a unidade corresponde ao período 1930-1960 e, a partir de então, “para bem ou para mal, a unidade está perdida e é sem volta” (COMAS, 2002, p. 237); época que, se vejo bem, pode-se chamar de pluralidade. Nessa história una e plural ao mesmo tempo, o período da unidade é justamente nomeado arquitetura moderna brasileira, no singular.

O potencial

Teoria

A identificação das fontes teóricas da arquitetura moderna brasileira e a análise comparativa dos escritos constitutivos do racionalismo estrutural e da arquitetura moderna brasileira é a contribuição mais evidente da pesquisa. Aqui igualmente o objetivo não é reescrever essa história mas continuar e aprofundar um trabalho já em curso, exemplificado igualmente pelos estudos fundamentais de Carlos Eduardo Comas. Por sua vez, as comunicações reunidas na sessão “O Racionalismo Estrutural e as fontes da Arquitetura Moderna Brasileira: teoria, história e imaginário”, coordenada pela autor no IV ENANPARQ, dedicam-se a verificar de ângulos distintos e de maneiras distintas as relações teóricas existentes entre um e outro, e têm em comum demonstrar, direta ou indiretamente, que o racionalismo estrutural constitui de fato uma das grandes fontes da arquitetura moderna brasileira⁶.

O conhecimento do racionalismo estrutural enquanto uma nova teoria da arquitetura (do século XIX) e a demonstração que ele constitui uma das grandes fontes da concepção da arquitetura moderna brasileira (e dos escritos que a fundamentam) podem contribuir para se esclarecer ainda mais sua teoria e sua prática. No sentido em que a arquitetura moderna brasileira se propõe ou, por ora, sugere se propor a pôr em prática os grandes princípios teóricos do racionalismo estrutural, e que parte de suas melhores qualidades formais decorrem desse propósito. Uma hipótese que, se demonstrada, contribuiria para explicar também a unidade existente por trás da grande diversidade de formas, ou precisamente da materialização formal da arquitetura moderna brasileira. Entre muitas outras coisas, como por exemplo a natureza ao mesmo tempo orgânica e contraditória, isto é, dupla ou ambivalentemente contraditória dessa arquitetura, da qual emerge igualmente seu encanto⁷. Bem como o potencial cultural que ela sutil e implicitamente reivindica, isto é, o potencial, ou função, no sentido propriamente orgânico, de exercer uma ação ativa sobre o pensamento do público.

História

A segunda grande contribuição da pesquisa diz respeito ao modo como o pensamento do racionalismo estrutural se transmitiu à arquitetura moderna brasileira. Pois, se do lado do racionalismo estrutural há artigos, livros, dicionários e tratados que se pode in-

⁶ Ver Anais do IV ENANPARQ, Porto Alegre, 25-29 jul. 2016 [recurso eletrônico]/ Organização: Cláudia Costa Cabral, Carlos Eduardo Comas. – Porto Alegre: PROPAR/UFRGS, 2016.

⁷ Sobre o encanto da contradição, ver justamente Carlos Eduardo Comas, “O encanto da contradição: Conjunto da Pampulha, de Oscar Niemeyer”, *Arquitextos*, texto especial 011, setembro de 2000, <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arc000/esp011.asp>.

titular de escritos teóricos e que formam um corpo teórico suficientemente vasto e completo, do lado da arquitetura moderna brasileira não há o que se poderia chamar de teoria da arquitetura. Salvo, como se sabe, alguns escritos fundamentais porém raros de Lucio Costa que decorrem com toda evidência de um pensamento fundamentado e elaborado mas que expõem somente os argumentos principais ou mais urgentes do teórico. Mesmo em Lucio Costa, os escritos de caráter histórico são mais numerosos que os poucos escritos de natureza teórica.

Se hoje pode-se lamentar que Lucio Costa nos privou de conhecermos todo seu pensamento, o modo como ele próprio o expunha nos revela muito do como ele concebia o papel da teoria na arquitetura. Para ele, a teoria não se transmitia exclusivamente nem principalmente através da razão argumentativa do autor e da pura inteligência do leitor, mas na forma muito mais sutil e incisiva do relato histórico. Ou do relato aparentemente histórico que transmite nas entrelinhas uma teoria que se destina não a convencer pela razão mas a persuadir pela imaginação, uma imaginação de natureza teórica mas que se alimenta das bases mais profundas do pensamento, isto é, de um imaginário. Em outros termos, Lucio Costa expunha predominantemente a teoria na forma de história (da arte, da arquitetura e da civilização), ou mais precisamente concebia a história como teoria da arquitetura⁸.

⁸ Sobre a história como teoria da arquitetura, ver Marcelo Puppi, *La Dimension Culturelle du Rationalisme Structurel. Architecture, histoire et utopie chez Léonce Reynaud, Fernand de Dartein et Auguste Choisy*, op. cit., pp. 386-475; Marcelo Puppi, "Do século XIX ao XX. O papel da história na representação e na prática da arquitetura", 19&20, v. VII, n. 2, abril/junho 2012, http://www.dezenovevinte.net/artedecorativa/mpuppi_representacao.htm.

A cultura romântica do século XIX favorecendo a transmissão do pensamento na forma do relato histórico, os arquitetos e teóricos da arquitetura do século XIX não hesitaram em se apropriar dele para a difusão da sua teoria da arquitetura. No racionalismo estrutural, particularmente, o relato histórico tornou-se um dos meios privilegiados para a disseminação da teoria. Mesmo quando se tratava de escritos de natureza teórica, isto é, de uma argumentação dirigida à razão, eles eram acompanhados ou completados com um relato histórico ilustrativo, ou persuasivo. Isto se aplica tanto a Viollet-le-Duc quanto à Reynaud, mas mais a Reynaud que a Viollet-le-Duc, para nos limitarmos aos exemplos dados acima. Não por caso, para Reynaud e para seus alunos e discípulos Fernand de Dartein e Auguste Choisy o relato histórico é capaz de exercer uma ação muito mais poderosa, profunda e duradoura sobre os arquitetos que o escrito teórico. Isto porque ele é capaz de atingir diretamente o imaginário do público, transmitindo por sua vez todo um imaginário, ao invés de somente uma teoria. Mas esta já é a terceira grande contribuição que a pesquisa pretende dar ao estudo da arquitetura moderna brasileira.

Imaginário

A dimensão imaginária da arquitetura é a contribuição menos evidente, mas não menos importante da pesquisa. Para os arquitetos do século XIX em geral, e para o racionalismo estrutural em particular, a dimensão imaginária é fundamental tanto para a própria definição da arquitetura quanto, principalmente, para seu processo de concepção. Para Reynaud que abraçou a cultura romântica e o pensamento saint-simoniano, o ser que cabe ao arquiteto criar nasce da sua imaginação e fala diretamente à imaginação do público⁹. Uma imaginação criadora que, por sua vez, pode-se acrescentar, deriva de um imaginário materializando e transmitindo justamente esse imaginário. Se a dimensão imaginária tem um papel menor, ou talvez seja apenas menos evidente em Viollet-le-Duc, ela é igualmente relevante para alguns dos grandes representantes da arquitetura do século XIX como, no mínimo, Vaudoyer e Labrouste que têm muito em comum com Reynaud.

Mas é o racionalismo estrutural, ou Reynaud particularmente quem eleva plenamente a arquitetura ao plano do imaginário atribuindo-lhe a capacidade ou o poder de representar formalmente um novo pensamento, isto é, de materializar uma representação intelectual, e de convidar o público a descobrir e a se apropriar de uma nova representação da realidade. Ele jamais o afirmou na forma direta e discursiva da teoria da arquitetura, mas ele o revela indireta e implicitamente na forma persuasiva do relato histórico e da composição arquitetônica¹⁰. Eis novamente porque, como dito acima, o relato histórico é o meio privilegiado de ensinar a teoria da arquitetura, para ele como para a maioria de seus contemporâneos. Quanto à dimensão imaginária da composição, o próprio Reynaud dedicou-se a experimentá-la na prática em seus raros trabalhos de arquitetura que, com toda evidência, eram por ele considerados precisamente criações experimentais. Seu projeto mais conhecido, o Farol de Bréhat que ele mesmo valoriza e reproduz em seu *Traité d'Architecture*, pode ser compreendido como a materialização formal de uma nova representação da realidade, ou ainda como uma obra de arte que se alimenta de um imaginário para disseminá-lo despertando e tocando a imaginação do público¹¹.

Em suma, para Reynaud e para seus discípulos diretos e indiretos, a arquitetura não somente pertence inteiramente ao plano da cultura como, principalmente, é capaz de elevar-se e de elevá-la ao patamar mais alto da criação humana. A exemplo do seu Farol de

⁹ “[L’architecture] est l’art de projeter et d’élever des édifices destinés non seulement à satisfaire aux besoins physiques des hommes, mais encore à parler à leur imagination” (Léonce Reynaud, “Architecture”, *Encyclopédie Nouvelle*, t. 1, Paris, Librairie de Charles Gosselin, 1836, p. 770).

¹⁰ Sobre a dimensão imaginária na história da arquitetura, ver igualmente Marcelo Puppi, *La Dimension Culturelle du Rationalisme Structural. Architecture, histoire et utopie chez Léonce Reynaud, Fernand de Dartein et Auguste Choisy*, op. cit., pp. 386-475.

¹¹ Sobre a dimensão imaginária no farol de Bréhat, ver Marcelo Puppi, “L’imagination des phares chez Léonce Reynaud”, *Livraisons d’histoire de l’architecture*, v. 24, dezembro 2012, pp. 63-83.

Bréhat que se ergue em direção ao céu infinito elevando igualmente o espírito e apontando para um pensamento e para uma forma de organização social mais altos, mais complexos e mais potentes.

Como não reconhecer que esta é uma das fontes do pensamento do Lucio Costa e uma das, senão a grande fonte das composições da arquitetura moderna brasileira? Eis o que se pode, e mesmo se deve demonstrar nessa história. Não somente para se compreender melhor a fonte de inspiração de obras que, várias delas, pertencem ao conjunto das mais elevadas criações arquitetônicas e culturais do século XX, mas também para continuarmos o trabalho de redescobrir hoje no Brasil o que é e como se faz arquitetura.

Referências

- CHARTIER, Roger. *Au Bord de la Falaise. L'Histoire entre certitudes et inquiétude*. Paris: Albin Michel, 1998.
- COMAS, Carlos Eduardo. "O encanto da contradição: Conjunto da Pampulha, de Oscar Niemeyer". *Arquitextos*, texto especial 011, setembro de 2000, <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp011.asp>.
- COMAS, Carlos Eduardo. "Moderna (1930 a 1960)". In: MONTEZUNA, Roberto (Org.). *Arquitetura Brasil 500 anos*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2002, v. 1.
- GUERRA, Abílio (Org.). *Textos Fundamentais sobre História da Arquitetura Moderna Brasileira*. São Paulo: Romano Guerra, 2010, v. 1.
- LOYER, François (Org.). *L'Architecture, les Sciences et la Culture de l'Histoire au XIXe Siècle*. Saint-Etienne: Publications de l'Université de Saint-Etienne, 2001.
- PUPPI, Marcelo. *Por uma História Não Moderna da Arquitetura Brasileira*. Campinas: Pontes/CPHA-IFCH-Unicamp, 1998
- PUPPI, Marcelo. "A nova história do século XIX e a redescoberta da dimensão imaginária da arquitetura". *Arquitextos*, n. 058.02, março 2005, http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq058/arq058_02.asp.
- PUPPI, Marcelo. "Do século XIX ao XX. O papel da história na representação e na prática da arquitetura". 19&20, v. VII, n. 2, abril/junho 2012, http://www.dezenovevinte.net/artedecorativa/mpuppi_representacao.htm.
- PUPPI, Marcelo. "L'imagination des phares chez Léonce Reynaud". *Livraisons d'histoire de l'architecture*, v. 24, dezembro 2012, pp. 63-83.
- PUPPI, Marcelo. *La Dimension Culturelle du Rationalisme Structurel. Architecture, histoire et utopie chez Léonce Reynaud, Fernand de Darstein et Auguste Choisy*. Tese de Doutorado. Paris: Universidade de Paris 1 Panthéon-Sorbonne, 2013.

Estrutura independente e parede portante: origem e evolução da proposição de Lucio Costa

Carlos Fernando Silva Bahima

BAHIMA, Carlos Fernando Silva. Estrutura independente e parede portante: origem e evolução da proposição de Lucio Costa. *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 88-108, jan./out. 2017

data de submissão: 13/10/2016
data de aceite: 25/04/2017

Carlos Fernando Silva Bahima é Arquiteto, Doutor em Teoria, História e Crítica PROPARG/ UFRGS; Professor Adjunto do Departamento de Arquitetura da UFRGS; cfbahima@hotmail.com

Resumo

A assimilação do esqueleto estrutural em concreto armado ou aço é um dos problemas que os arquitetos enfrentam no último terço do século XIX. Modo de construção característico da idade da máquina, viabilizando tanto separar apoio de vedação quanto levantar arranha-céus, o esqueleto independente com seus suportes pontuais torna antiquados os sistemas construtivos contínuos e maciços de paredes portantes. Aliado a paredes de vidro e tabiques leves, alimenta visões de uma arquitetura de colunas remetendo ao Partenon, tanto quanto preferia Quatremère de Quincy, como à “cabana primitiva” do abade Marc-Antoine Laugier, inspirada numa arquitetura de pura estrutura à emulação da arquitetura gótica, como queria Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc. A assimilação desse esqueleto implica disputas acirradas entre defensores de uma “nova tradição” e “novos pioneiros” mais jovens, dentre quais estava Le Corbusier, que proclamava que “as grandes épocas de arquitetura dependem de um sistema puro de estrutura”, e promovia em sua obra uma estrutura independente específica, do tipo proposto nas casas Dom-ino de 1915, sem vigas aparentes que comprometessem a livre disposição das paredes internas e externas.

Para Lucio Costa, a entrada em cena da ossatura independente tipo Dom-ino, é vista como a estrutura característica e preferencial da nova arquitetura. Tal atribuição leva o esquema de placas paralelas estratificadas sobre grelha de suportes à condição de estatuto paradigmático em *Razões da nova arquitetura* (1936) e da definição da arquitetura moderna como arquitetura inclusiva em *Universidade do Brasil* (1937) que leva à noção da arquitetura moderna como sistema triarticulado em termos de tipologias estruturais e programáticas, implicando um sistema de viés hierárquico, mas que inclui estruturas especiais referenciadas à arquitetura gótica e estruturas de apoio contínuo de referencial clássico para alternativas híbridas com a estrutura preferencial. Tal assimilação equaciona longa crise disciplinar gestada no século XIX, identificada por Costa entre “duas concepções opostas em que sempre se baseiam todas as manifestações” e que se só se encerra definitivamente com a hegemonia da arquitetura moderna por toda a parte no pós-guerra, transformação revolucionária antecipada pela vanguarda européia nos anos 1920 e pela vanguarda carioca nos anos 1930.

Este artigo discute as fontes da proposição inclusiva de Costa que estiveram no centro dos debates ao longo do século XIX e que fundamentam a arquitetura moderna brasileira. A investigação relaciona a evolução do apoio pontual em relação ao muro portante sob as tensões entre comportamento estrutural e as demandas formais como origem dessa crise disciplinar. Iniciadas no crescente conflito entre a dimensão artística e a técnica da disciplina arquitetônica que marca a segunda metade do século XVIII, a partir da filosofia do Iluminismo e posteriormente sob o Racionalismo Estrutural do século XIX, novos métodos são postos em confronto com as formas até então resultantes de processos exclusivamente empíricos. No centro desses debates estão as controvérsias sobre a coluna independente que levou ao surgimento da completa noção moderna de estrutura, uma noção que iria informar as primeiras experiências na construção de ferro e o subsequente desenvolvimento do pensamento estrutural emergente no século XX.



Palavras-chave: arquitetura brasileira da Escola Carioca, Lucio Costa, Racionalismo Estrutural, estrutura independente tipo Dom-ino

Abstract

The assimilation of the structural skeleton of reinforced concrete or steel is one of the problems that architects face in the last third of the nineteenth century. The characteristic mode of construction of the machine age, enabling both separate isolated supports and partitions as well as raising skyscrapers, the independent skeleton with its isolated supports means that continuous construction systems with massive load-bearing walls becomes outdated. Combined with glass walls and light partition walls, visions are fed a column architecture which reminds one of the Parthenon, as well as being preferred by Quatremère Quincy, like the "primitive hut" by Marc-Antoine Laugier abbot, inspired by a pure structure which emulates Gothic architecture, as Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc wanted. The assimilation of this skeleton implies fierce disputes between advocates of a "new tradition" and "new pioneers" who were younger, among whom was Le Corbusier, who proclaimed that "the great architecture of the times depend on a pure system of structure", and promoted in his work a specific independent structure of the type proposed in the Dom-ino houses of 1915, without visible beams that compromised the free distribution of internal and external walls.

For Lucio Costa, the arrival on the scene of an independent Dom-ino type structure is seen as the preferred characteristic structure of the new architecture. This attribute takes the scheme of parallel laminated plates on a grid of supports to paradigmatic status condition in "Razões da nova arquitetura" (1936). The definition of modern architecture as inclusive architecture in "Universidade do Brasil" (1937) leads to the notion of modern architecture as a tri-articulated system in terms of structural programmatic and typologies, implying a hierarchical bias system, that includes special structures referring to Gothic architecture and classic continued support structures for hybrid alternatives for the main structure. Such assimilation resolved a long disciplinary crisis gestated in the nineteenth century, identified by Costa as 'two opposing concepts that are always based on all manifestations' which only definitely terminate with the hegemony of modern architecture around the world in the postwar period, anticipated by a revolutionary transformation of the European avant-garde in the 1920s and the carioca vanguard in the 1930s.

This article discusses the sources of Costa's proposal that were at the center of the debate throughout the nineteenth century and that underlie Brazilian modern architecture. The investigation links the evolution of isolated support in relation to the load-bearing wall, under tensions between structural behavior and formal demands, as the origin of a disciplinary crisis. A growing conflict started between the artistic dimension and the technique of architectural discipline that marks the second half of the eighteenth century, from the philosophy of the Enlightenment, and later under the Structural Rationalism of the nineteenth century, new methods are brought into confrontation with forms which until that moment came from a purely empirical process. At the center of these debates are controversies over the freestanding column that led to the emergence of the complete modern sense of structure, a notion that would inform the first experiments in iron construction and the subsequent development of the emerging structural concept of the twentieth century.

Keywords: Brazilian architecture of the Carioca School, Lucio Costa, Structural Rationalism, independent Dom-ino type structure.

Resumen

La asimilación del esqueleto estructural de hormigón armado o de acero es uno de los problemas que enfrentan los arquitectos en el último tercio del siglo XIX. Modo característico de la construcción de la era de la máquina, lo que permite tanto la separación del apoyo de los tabiques como levantar rascacielos, el esqueleto independiente con sus soportes puntuales convierte en obsoletos

los sistemas de construcción continua y maciza de muros en carga. En combinación con paredes de cristal y tabiques ligeros, se alimenta visiones de una arquitectura de columnas refiriéndose al Partenon, así como preferido por Quatremère Quincy, como la "cabaña primitiva" del Clérigo Marc-Antoine Laugier, inspirada en una arquitectura de pura estructura como emulación de la arquitectura gótica, como quería Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc. La asimilación de esto esqueleto implica feroces disputas entre los defensores de una "nueva tradición" y "nuevos pioneros" más jóvenes, entre los que se encontraba Le Corbusier, que proclamó que "los grandes ciclos de arquitectura dependen de un sistema puro de estructura", y promovió en su obra una estructura independiente específica del tipo propuesto en las casas de Dom-ino 1915 sin vigas que comprometían la libre disposición de paredes internas y externas.

Mientras para Lucio Costa, la llegada a la escena de la estructura independiente tipo Dom-ino, es mirada como la estructura característica y deseable de la nueva arquitectura. Esta asignación lleva el esquema de placas paralelas sobre retícula de pilares a la posición de paradigma en "Razões da nova arquitetura" (1936) y la definición de la arquitectura moderna como la arquitectura de la inclusión en "Universidade do Brasil" (1937), que lleva a la noción de la arquitectura moderna como sistema triarticulado en términos de tipologías estructurales y programáticas, lo que conlleva a un sistema de rasgo jerárquico, pero que incluye estructuras especiales que se refieren a la arquitectura gótica y estructuras de apoyo continuo de referencia clásica para opciones mezcladas con la estructura deseable. Esa asimilación pone fin a la crisis disciplinaria producida en el siglo XIX, reconocida por Costa entre "dos concepciones en oposición que siempre se habían basado todas las manifestaciones" y que sólo tiene fin definitivo con la hegemonía de la arquitectura moderna al redor del mundo en el período de lo posguerra, transformación revolucionaria adelantada por la vanguardia europea en la década de 1920 y la vanguardia carioca en la década de 1930.

Este artículo analiza las fuentes de la proposición de Costa en su arquitectura de inclusión que estaban en el centro del debate a lo largo del siglo XIX y que basan a la arquitectura moderna brasileña. La investigación se refiere a la evolución del apoyo puntual en relación con el muro en carga en las tensiones entre el comportamiento estructural y demandas formales como el origen de la crisis disciplinaria. Se inició en el creciente conflicto entre la dimensión artística y la técnica de la disciplina arquitectónica que marca la segunda mitad del siglo XVIII, de la filosofía de la Ilustración y después bajo el Racionalismo Estructural del siglo XIX, los nuevos métodos se ponen en confrontación con las formas hasta entonces resultante de procesos puramente empíricos. En el centro de estos debates están controversias sobre la columna independiente que llevó a la aparición del completo sentido moderno de la estructura, una noción que suministra a los primeros experimentos en la construcción de hierro y el posterior desarrollo del pensamiento estructural que emerge en el siglo XX.

Palabras-clave: arquitectura brasileña de la Escuela Carioca, Lucio Costa, el Racionalismo Estructural, estructura independiente tipo Dom-ino.

Uma proposição inclusiva

Em dois textos fundamentais — *Razões da nova arquitetura* (1936) e *Universidade do Brasil* (1937), Lucio Costa manifesta seu endosso à arquitetura moderna em sua vertente corbusiana. Le Corbusier em seu entender era o "Brunelleschi do século XX", o arquiteto que cristaliza de maneira clara e definitiva em suas obras "as possibilidades, até então sem rumo,

¹ COSTA, Lucio. *Lucio Costa: Registo de uma vivência*. São Paulo: Empresa das Artes, 1995, p. 111.

² COMAS, Carlos Eduardo. *Arquitetura moderna estilo Corbu, Pavilhão brasileiro*. In: *AU, Arquitetura & Urbanismo*, Outubro/Novembro 1989, p. 99.

³ COMAS, Carlos Eduardo. *Précisions brésiliennes sur un état passé de l'architecture et de l'urbanisme modernes d'après les projets de Lucio Costa, Oscar Niemeyer, MMM Roberto, Affonso Reidy, Jorge Moreira et cie., 1936-45*. Tese de Doutorado. Paris: Université de Paris VIII, 2002. Tradução *Precisões Arquitetura Moderna Brasileira 1936-45*. Porto Alegre: PROPAR/UFRGS, 2002, p.92.

⁴ COMAS, 1989, p. 94.

⁵ ETLIN, Richard. *Frank Lloyd Wright and Le Corbusier: The Romantic Legacy*. Manchester: Manchester University Press, 1978, p. 1.

⁶ MARTÍ ARÍS, Carlos. *Las variaciones de la identidad: ensayo sobre el tipo en arquitectura*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 1993, p. 145.

⁷ COSTA, 1995, p. 112.

de uma nova arquitetura”¹. O endosso do estilo Corbu, conforme enfatiza Carlos Eduardo Comas, não implicava rejeição do conceito supra-estilístico de composição que tampouco implicava rejeição do conceito correlacionado de caráter em termos de identificação acadêmica de boa arquitetura². Adotar as ideias de Le Corbusier via *Vers une Architecture* (1923) e *Précisions* (1930) significava para Costa reconhecer a inexistência de antagonismo entre modernidade e tradição. Via *Eléments et Théorie de l'Architecture* (1904) de Julien Guadet, seu livro de cabeceira, Lucio Costa acolhe a noção de beleza própria de cada época, reconhecendo porém uma raiz comum que transcende o tempo³.

Ainda nas palavras de Comas, Costa vê na obra corbusiana, ausência de oposição à teoria acadêmica, a noção de arquitetura como composição correta e o estilo como conjunto orgânico de elementos e relações formais que podem ser considerados elementos, esquemas e princípios de composição⁴. Em outros termos, Lucio Costa reconhece na arquitetura de Le Corbusier a ideia de estilo não apenas referido como “*le trait caractéristique*”⁵, mas além de um olhar geral e global, simultaneamente com um viés analítico entre as partes constituintes e o todo; uma coordenação entre os elementos de arquitetura e de composição que resulta de uma profunda reflexão gestada no decorrer do século XIX em torno do conceito de sistema arquitetônico.

Imbuído desse conceito, Lucio Costa vai ao núcleo da questão: a substituição da lógica monolítica da construção em parede portante, que promove a coincidência de celularização estrutural e compartimentação espacial, pela lógica decomponível⁶ da nova arquitetura, que possibilita, dentre outras coisas, a separação entre estrutura e a compartimentação do espaço, decorrente dos avanços técnicos promovidos pelo uso do esqueleto estrutural de aço ou concreto armado. Nas palavras de Lucio Costa, a estrutura independente (Costa diz “ossatura”) é o “segredo da nova arquitetura”. As paredes transformadas em pura vedação, “são diferentes quanto ao material de que se constituem, quanto à espessura e quanto aos fins”⁷. Note-se que a ênfase na importância do mecanismo de independência não é apenas em termos construtivos. Costa, ao dizer que tal independência é “chave” que permite alcançar todas as “particularidades” e é “trampolim” que trouxe às “soluções atuais”, quais sejam as liberdades de planta e fachada, está efetivamente relacionando o sistema construtivo e seus elementos com os modos de composição.

A assimilação do esqueleto independente pela arquitetura moderna equaciona longo período de controvérsias ao longo do século XIX na busca de um sistema de estrutura que respondesse às novas demandas advindas da Revolução Industrial, ou seja, aos novos materiais e tecnologias, aos novos programas e ao conjunto dessas demandas simbolicamente representadas em um estilo ou sistema arquitetônico. Com a hegemonia da arquitetura moderna por toda a parte no pós-guerra — transformação revolucionária antecipada pela vanguarda europeia nos anos 1920 e pela vanguarda carioca nos anos 1930, encerra-se definitivamente esse longo ciclo.

Substanciada em *Razões* e reiterada em *Universidade do Brasil*, a entrada em cena da ossatura independente implicava adoção de atributos formais precisos, em termos de Guadet, ligados à noção de elementos de composição abstratos, sejam estes primários ou secundários em comparação aos estilos anteriores. A ossatura independente tipo Dom-ino — um sistema de placas estratificadas apoiadas em grelha de suportes⁸ — é entendida por Costa como a estrutura característica e preferencial da nova arquitetura. Este vislumbra no esquema de placa e grelha o elemento-chave do sistema moderno, um esquema que assume estatuto de paradigma da arquitetura moderna, extensível a todo tipo de programa e sítio.

Em termos estritamente acadêmicos, se a expressão de independência entre apoio pontual e parede é o princípio substantivo de composição, este comporta também inclusividade, dialética e ambivalência tanto de suporte como de vedação⁹. A noção de independência da ossatura acolhe interdependências¹⁰ mútuas entre seus elementos verticais e as paredes, bem como a inclusão de outros tipos de estruturas, parcial ou totalmente. Em *Universidade do Brasil*, Lucio Costa descreve a grande praça de acesso ao conjunto da universidade. A descrição é oportunidade para admitir vertentes expressionistas e construtivistas antes desprezadas. Diferente de *Razões*, Costa acolhe, fora da lucidez clássica, àquilo que anteriormente seria barbárie e decadência: a existência de duas concepções formais opostas, ou seja, o espírito gótico-oriental, representado pelo edifício do grande Auditório de Le Corbusier com caráter “dramático” oposto ao edifício da Reitoria, “prisma impecável” de concepção greco-mediterrânea¹¹. Nos anos de 1950, Lucio Costa aprofunda e refina esses conceitos ainda embrionários. No primeiro, agora chamado de orgânico-funcional, a beleza “desabrocha como uma flor”,

⁸ BAHIMA, Carlos Fernando Silva. *De placa e grelha: transformações domoicas em terra brasileira*. Tese de Doutorado, PROPARG/UFGRS, 2015. A tese se desenvolve em torno desses dois componentes essenciais do esquema Dom-ino: placa e grelha, discutindo as relações entre os apoios pontuais e a parede, teoricamente considerada pura vedação, mas que ao longo da experiência moderna se revela parcialmente estrutural, à maneira de apoio contínuo frente ao comportamento global da estrutura.

⁹ COMAS, 1989, p.98.

¹⁰ COSTA, Lucio. *Lucio Costa: sobre arquitetura*. Porto Alegre: Imprensa Universitária, 1962, p. 77.

¹¹ COSTA, 1962, p.82.

enquanto que no segundo, o conceito agora denominado plástico-ideal, ela "se domina e contém", como num cristal lapidado.

¹² COSTA, 1995, p. 247. No texto *Considerações sobre a arte contemporânea* (1952), Lucio Costa desenvolve e nomeia a metáfora "flor e cristal" que havia sido proposta inicialmente em *Universidade do Brasil* (1937), ainda sob o título de "duas concepções opostas".

Para Lucio Costa, a ossatura independente, através da separação entre apoio pontual e parede permite, além da eliminação da congruência entre célula estrutural e espacial - a coexistência na mesma arquitetura de "duas concepções formais opostas que sempre haviam sido utilizadas separadamente no tempo e no espaço"¹².

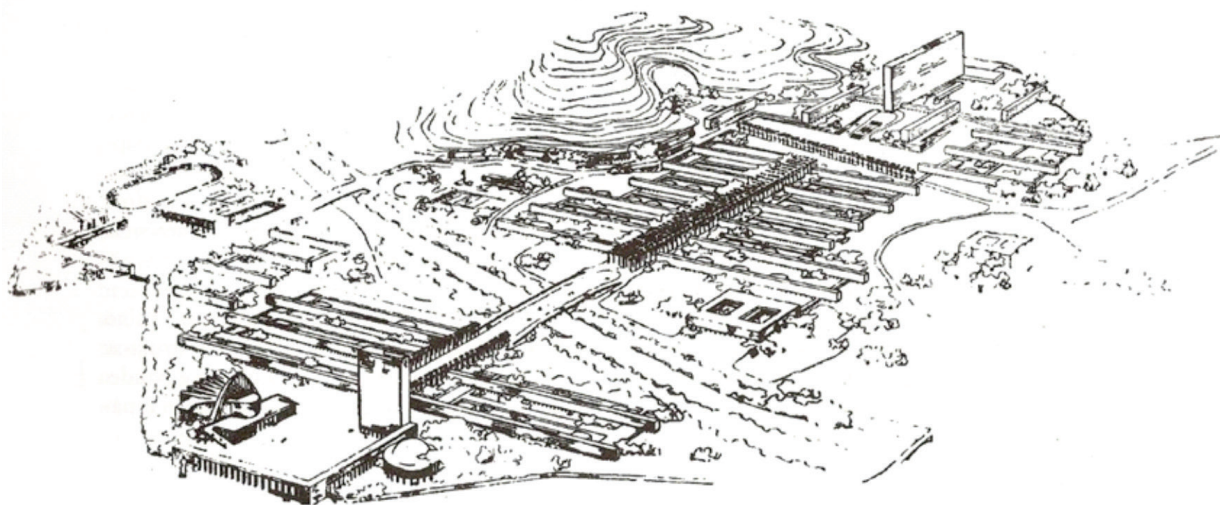


Figura 1
Lucio Costa e equipe, projeto da Cidade Universitária do Brasil (CUB), perspectiva da implantação geral.
Fonte: Costa, 1995, p. 172.

¹³ Ver COMAS, 2002, pp. 89-92.

Ainda na década de 1950, Lucio Costa também aprofunda questões entre a arquitetura e as transformações da sociedade, propostas inicialmente nas duas primeiras seções¹³ de *Razões*. Os dois períodos alternados de equilíbrio e de transição ou crise são refinados a partir de dois tipos de transformações formais. As estilísticas são de caráter evolutivo, embora às vezes radicais, mas processadas entre períodos no mesmo ciclo econômico social e, portanto, de superfície. As de feição nitidamente revolucionária são decorrentes de mudança fundamental na técnica de produção. No primeiro caso, a fadiga estética promove a renovação do estilo, ao passo que, no segundo, é a nova técnica que impõe a alteração de rumos, o gosto vai a reboque: "num, simples mudança de cenário; no outro, estreia de peça nova em temporada que se inaugura"¹⁴.

¹⁴ COSTA, 1995, p. 163.

Para Lucio Costa, a mudança na técnica de construir é transformação revolucionária, "estreia de peça nova", capaz de promover mudança de estilo, de sistema arquitetônico, ou em suas palavras, uma arquitetura

ra “consentânea com os sistemas atuais de construção”¹⁵. Lucio Costa critica os pesados embasamentos do Ecletismo carioca, a exemplo do edifício da Escola de Belas-Artes no Rio de Janeiro. Em seu entender, em função da nova técnica construtiva que possibilita abrir quase totalmente o pavimento do rés do chão, é possível combinar a noção de elevação tripartida com o *piano nobile* da tradição clássica no pavimento superior, sem os tradicionais inconvenientes dos porões que resultavam sombrios e insalubres, construídos por um *tour de force* de natureza construtiva, outrora inevitável. Permite-se acrescentar aqui uma observação pertinente ao discurso generalista de Costa: havia tempo que as construções possuíam apoios pontuais à maneira de um esqueleto que se mesclava aos muros portantes, ambos recobertos pelos elementos de decoração que se constituíam na “roupagem estilística” sobre o sistema estrutural. A questão está a sugerir dupla mão: estrutural e construtiva; mas também formal e compositiva.

¹⁵ COSTA, 1962, p. 73.

Flor e Cristal, esquema de ossatura Dom-ino e sistema articulado em três níveis

A metáfora envolvendo flor e cristal pode ser vista como uma síntese entre dois modos de composição que se digladiaram intensivamente durante o século XIX, através de intensos debates em torno de nomes importantes tanto da *École des Beaux-Arts* como da *École Polytechnique*. No conceito envolvendo a flor, o modo de compor está baseado na noção orgânica de forma aberta, na “*assemblage of parts*”¹⁶, em que a simetria não é obrigação absoluta, apropriada a somente certos programas e, de outro que envolve o cristal, o modo de compor reside na “*homogeneous ensemble*”¹⁷, na forma fechada, em que unidade e simetria são parâmetros fundamentais.

¹⁶ LUCAN, Jacques. *Composition, Non-Composition. Architecture and Theory in the Nineteenth and Twentieth Centuries*. Lausanne: EPFL Press, 2012, pp. 299 - 315.

¹⁷ LUCAN, 2012, pp. 299 - 315.

Em outros termos, o processo de justaposição, ou nas palavras de Lucio Costa - das formas derramadas, é defendido por Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc¹⁸ (em seu *Entretiens sur l'architecture*) e até mesmo por Auguste Choisy¹⁹, quando acolhe o “pitoresco grego” presente na Acrópole de Atenas (em seu *Histoire de l'Architecture*).

¹⁸ VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. *Entretiens sur l'architecture*, 2 vols. Paris, 1863, 1872.

¹⁹ CHOISY, Auguste. *Histoire de l'Architecture*, 2 vols. Paris: Slatkine, 1991, 1899.

Em outra mão, o processo de composição, ou em termos de Costa - das formas contidas, é alinhado tanto com Quatremère Quincy²⁰ (em seu *Dictionnaire Historique*) como por Julien Guadet²¹ (em seu *Eléments et Théorie de l'Architecture*). Está baseado no princípio

²⁰ QUINCY, Quatremère de. *Dictionnaire Historique*. Paris: Librairie d'Adrien Le Clère, 1832.

²¹ GUADET, Julien. *Eléments et Théorie de l'Architecture*, 4 vols. Paris: Librairie de la Construction Moderne, 1904



²² GROMORT, Geoges. *Essai sur la théorie de l'architecture*. Paris: Éditions CH. Massin, 1942, p. 86.

²³ GUADET apud LUCAN, 2012, p. 179.

de simetria e unidade. Guadet diz que a primeira é a "regularidade inteligente"²², enquanto que a segunda, determinada por uma composição hierarquizada, chamada por ele de "gradiente de proporções"²³. Em tais bases, cada projeto necessita distinguir o elemento dominante das partes secundárias.

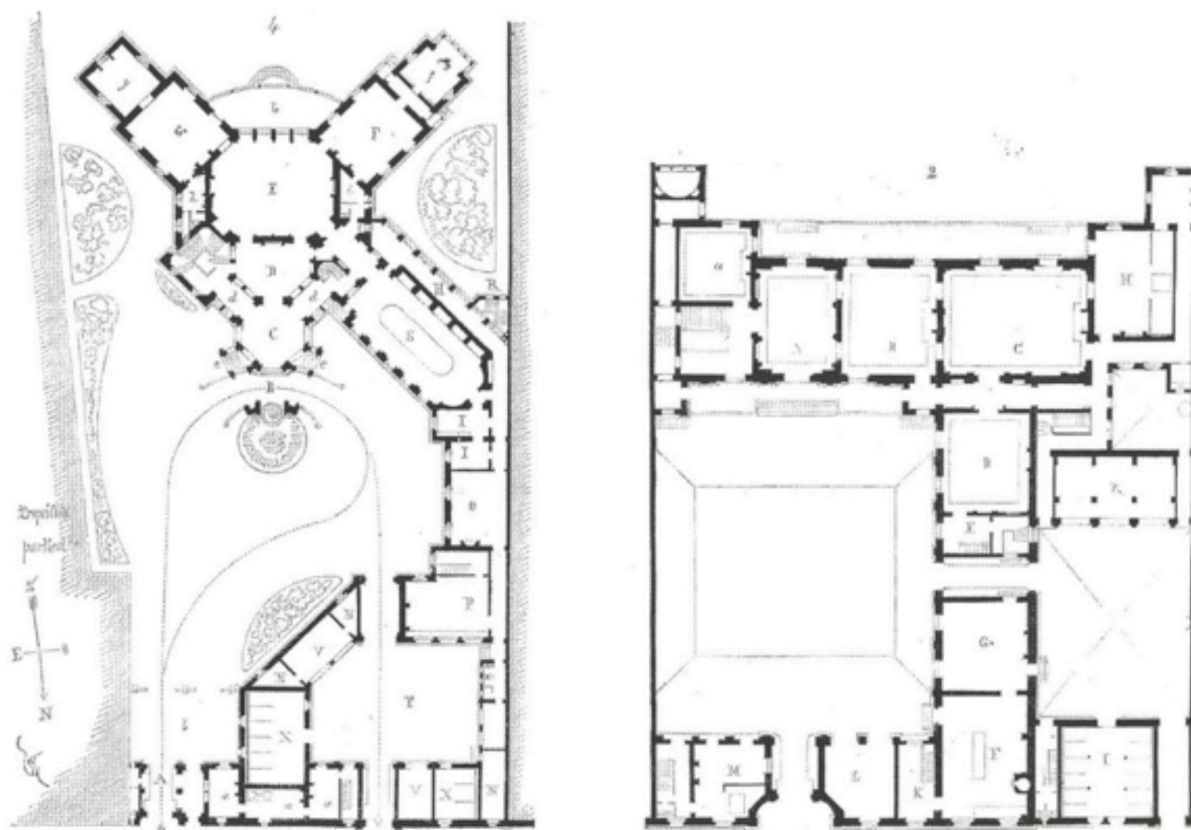


Figura 2
Comparação em planta baixa do rés do chão entre um h tel do século XIX e um h tel do século XVII, extraído de *Entretiens sur l'architecture*, vol. II.
Fonte: Lucan, 2012, p. 310.

A ideia de proposi o inclusiva tampouco se restringe aos modos de composi o e importa igualmente aos sistemas construtivos como convém a Viollet-le-Duc e a Choisy, somente para citar dois nomes que privilegiam a constru o em seus escritos teóricos. Comporta a convivência numa mesma arquitetura de estruturas especiais referenciadas   arquitetura gótica ou ainda de estruturas de apoio contínuo para as constru es com até dois pavimentos²⁴ associadas   tradi o clássica. Ambas, individual ou simultaneamente, se permitem atuar em combina o com a primazia da ossatura independente.

²⁴ COSTA, 1962, p. 74.

²⁵ COMAS, Carlos Eduardo. *The Poetics of Development: Notes on Two Brazilian Schools*. In: *Latin America in construction: architecture 1955 - 1980*. New York: The Museum of Modern Art, 2015, p.43.

Conforme assinala Comas²⁵, Lucio Costa vislumbra um sistema articulado em três níveis em termos de tipologias estruturais que se vinculam   diversidade

de programas e sítios, sem recorrer à fusão sintética entre esses dois conceitos opostos. A elevação se admite tripartida como na condição clássica, mas o viés hierárquico do sistema posiciona a estrutura independente preferencialmente no corpo principal que, entretanto, se permite flertar com alternativas híbridas em edifícios com coberturas especiais e com apoios contínuos nas suas bases e nos seus estratos superiores.

As fontes: de Laugier a Le Corbusier

O viés hierárquico contido da proposta de Costa em relação à preferência pela ossatura independente com todos os seus desdobramentos formais e construtivos expõe a importância assumida pelo apoio pontual, representado pelo pilar ou coluna, em relação ao apoio contínuo, representado pela parede portante, na arquitetura do século XX. É possível rastrear a provável origem dessa preferência no pensamento contido no Iluminismo da segunda metade do século XVIII. Na década de 1750, conforme salienta Barry Bergdoll, foi inaugurada uma aliança entre a exploração arqueológica e teoria da arquitetura que continuaria ao longo do século XIX. À primeira vista, o entendimento e compreensão da linguagem clássica, que havia dominado a expressão arquitetônica europeia desde o século XV, parecem carecer de um novo ponto de partida mais crítico. Mas em relação ao movimento europeu, o Neoclassicismo, é tudo menos um *revival*; representa uma fundamental investigação das bases da forma arquitetônica e seus significados. O clima de investigação analítica que havia se iniciado tanto pela revolução newtoniana na ciência como pela implantação do exame da razão nos campos da filosofia, história e crítica social a partir do pensamento iluminista deflagram inúmeros debates no campo da arquitetura sobre as raízes e autoridade das ordens clássicas. Esse fascínio pelas origens é motivador de duas linhas de investigação até certo ponto opostas: uma filosófica e melhor exemplificada pelos escritos e ensinamentos rigorosos do abade jesuíta Marc-Antoine Laugier em Paris e outra, de cunho histórico e motivando um novo zelo pela gravação em primeira mão dos restos físicos extraídos das escavações oriundas da antiguidade, de Carlo Lodoli em Veneza²⁶.

Sobre a primeira linha, Antoine Picon²⁷ estabelece um importante paralelismo entre o esquema de ossatura Dom-ino, representado pela célebre perspectiva *scena per angolo* de 1915, e a ilustração da cabana primitiva de Laugier, representada na capa da segunda edição de *Essai sur l'architecture* (1755). Em seu entendimento, tanto o esquema de estrutura Dom-ino

²⁶ BERGDOLL, Barry. *European Architecture 1750-1890*. New York: Oxford University Press, 2000, p.9.

²⁷ PICON, Antoine. Dom-ino: Archetype and Fiction. In: Cynthia Davidson (org.). *Log 30 Journal, Winter 2014, Observations on architecture and the contemporary city*. New York: Anyone Corporation, 2014, p. 169-176.

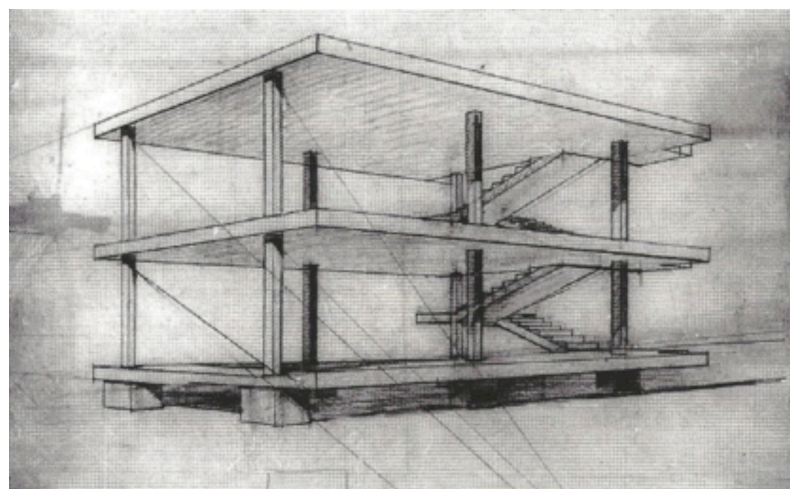
como a ilustração da cabana de Laugier, sugerem vários problemas de interpretação formal e construtiva. Eliminando coincidências, Picon lembra que Le Corbusier era um ávido leitor de teóricos da arquitetura francesa do século XVIII no momento em que elabora o projeto para as casas Dom-ino, fonte primordial do esquema de ossatura.

Sobre a ideia de estrutura contida na proposta por Laugier, Picon salienta que os historiadores têm mostrado como a teorização dos princípios originais e próprias da arquitetura apresentados no seu *Essai* conduzem a um tipo de estrutura com algumas contradições entre o sistema arquivado grego e a interpretação estrutural gótica da transmissão global de deformações no sistema abobadado. Conforme ressalta Wolfgang Herrmann, em contraste com outros escritores, Laugier não estava contente com a crítica ou com louvor das igrejas góticas e esperava contribuir para a reforma dessa classe de edifícios²⁸. A preferência por uma arquitetura de apoios isolados proposta em termos teóricos por Laugier a partir de seu *Essai* tem contribuição decisiva na arquitetura de igrejas como um todo.

²⁸ HERRMANN, Wolfgang. *Laugier and eighteenth century French Theory*. London: Zwemmer, 1962, p. 102.

Dentro da verdadeira batalha contra o apoio contínuo, representado pela pilastra presa ao muro, em favor do suporte pontual, representado pela coluna, Laugier promove a ideia de aplicar o peristilo clássico no interior de um projeto de igreja, que até então tinha poucos precedentes antes da exposição detalhada no *Essai*. Laugier pode ter sido o primeiro a desenvolver essa ideia de forma sistemática, o primeiro a fazer da inserção de peristilo uma demanda vigorosa para realizá-lo. Em torno desse período, muitos arquitetos haviam adotado o mesmo sistema de colunas e entablamento nas naves laterais, ao perceberem a aproximação não só do ideal clássico, mas também de sua leveza e elegância características²⁹.

²⁹ HERRMANN, 1962, p. 110.



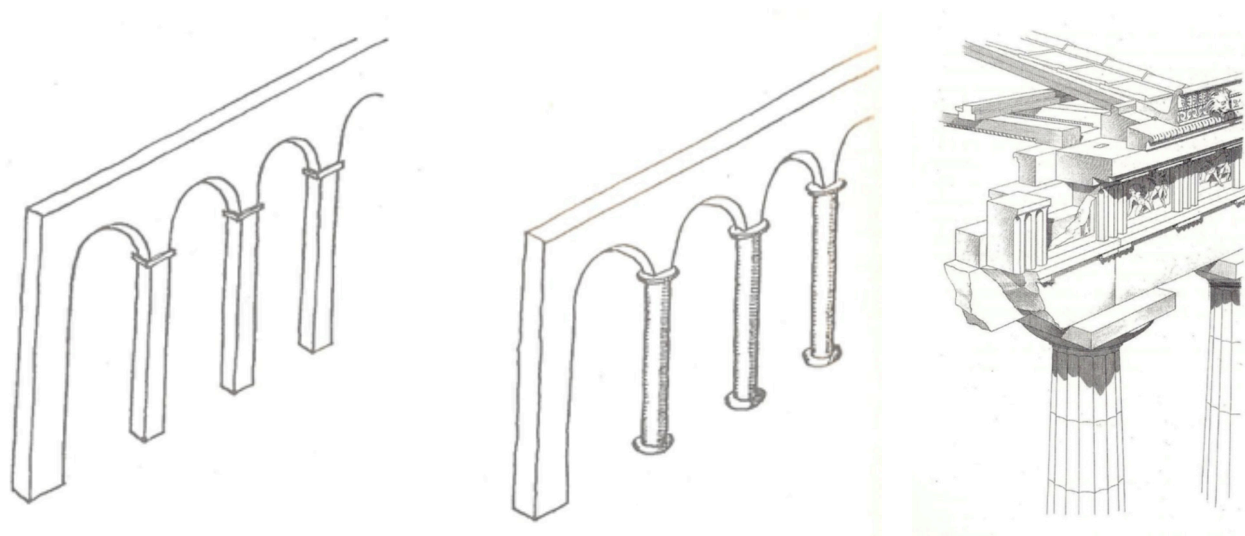
Figuras 03 e 04
A Cabana Primitiva, capa da segunda edição de *Essai sur l'architecture*, (esquerda) e ossatura standard Dom-ino, célebre perspectiva (direita).
Fontes: Herrmann, 1962, p. 266 e Lucan, 2012, p. 369.

Entretanto, Conforme sublinha Picon³⁰, as colunas soltas utilizadas nas igrejas do século XVIII, construídas utilizando adintelamento de feições gregas, expressam contradições estruturais entre o uso de colunas e vergas independentes que ecoam a elegância grega, com a leveza estrutural gótica, através de verdadeiras abóbadas quase planas, exercendo empuxos horizontais, alheios ao sistema arquivado grego. Em outros termos, a mescla entre a construção arquivada nas naves laterais e a absorção de significativos empuxos próprios da construção abobadada da nave central oferecia diversos desafios construtivos e formais. Picon atribui à dificuldade de compreender um modelo teórico, simultaneamente grego e gótico, os problemas práticos que afligiram principais edifícios construídos no final do século XVIII, como por exemplo, a igreja Sainte-Geneviève (1757-89) de Jacques-Germain Soufflot.

³⁰ PICON, Antoine. The Freestanding Column in Eighteenth-Century Religious Architecture. In: Lorraine Daston (org.). *Things that Talk: object lessons from art and science*. New York: Zone Books, 2004, p.71.

A própria concepção de Leon Battista Alberti para a colunata grega e arcada romana é ilustrativa do conflito entre esses dois sistemas construtivos. Segundo Rudolf Wittkower, ao posicionar a coluna na categoria de ornamento, Alberti toca em um dos problemas centrais da arquitetura da Renascença³¹. Ao entender o pilar como resíduo de parede, que mantém a planeza do muro perfurado por arcadas - ao invés da coluna que suporta arco, Alberti, contrário a Brunelleschi, escapa da contradição formal, entre a planeza própria do muro perfurado e as propriedades escultóricas da coluna, adequadas ao entablamento grego composto por arquivadas.

³¹ WITTKOWER, Rudolf. *Architectural Principles in the Age of Humanism*. New York: Norton & Company, 1971, pp. 34-36.



Figuras 05 e 06

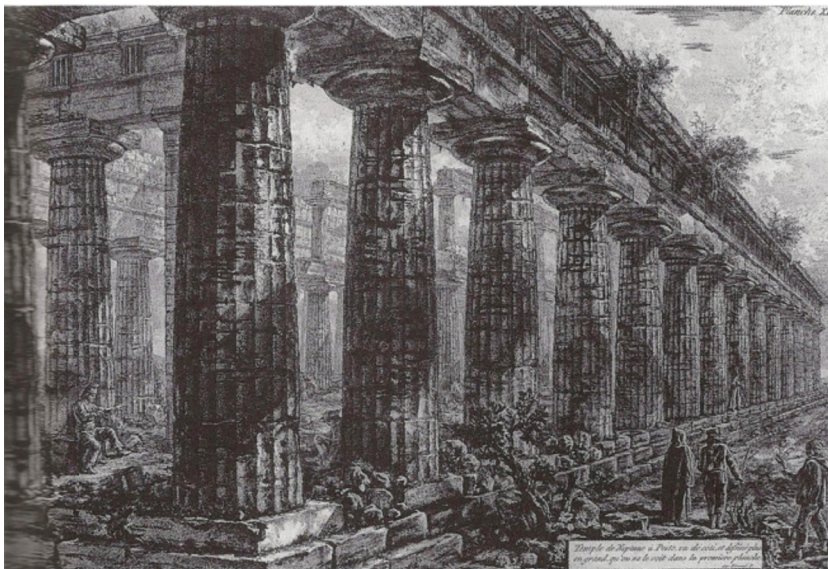
Diferenciação de Alberti entre pilar e coluna a partir dos sistemas que compõe o entablamento: o pilar que apoia arco mantém a planeza do muro perfurado por arcadas (esquerda) contrariamente à coluna que suporta arco (centro), apropriada para o entablamento composto por arquivadas como do Templo Dórico (direita).

Fontes: Wittkower, 1971, p. 36 e Lucan, 2012, p. 238.

³² HERRMANN, 1962, p. 21.

Entretanto, o contexto que antecede *Essai* de Laugier é muito distante da clareza conceitual de Alberti. A desconexão entre o próprio edifício - com seus elementos suportantes e suportados, e a decoração aplicada das ordens foi ainda mais acentuada e convencionalizada. Conforme sinaliza Herrmann³², a partir da classificação da arquitetura via Vitruvius em três seções separadas que formam a sua tríade (solidez, comodidade e beleza), as ordens pertenciam exclusivamente à seção que trata da beleza. Durante os séculos seguintes do Renascimento, e especialmente na França, esta classificação tendia a ser aplicada cada vez mais mecanicamente, a tal ponto que a artificialidade no uso das ordens em relação ao todo do edifício foi sentida no início do século XVIII. É nessa conjuntura que o aporte de Laugier deve ser considerado. Sua interpretação do princípio clássico da interação equilibrada entre o todo e suas partes passa a demandar que a construção real de um edifício deva ser formada pelos membros até então considerados exclusivamente decorativos³³. As bases teóricas vigentes estipulavam que tais elementos deveriam expressar o que eles chamavam de uma solidez aparente, enquanto Laugier exigiu uma solidez real.

³³ HERRMANN, 1962, pp. 21-22.



Figuras 07 e 08

Templo de Netuno em Paestum (1756), ilustração de Giovanni Battista Piranesi (esquerda) contemporânea ao *Essai*, que captura a essência dos elementos da arquitetura dórica e seção transversal do projeto de reconstrução da abadia de Ste. Geneviève, Claude Perrault (direita), evidenciando a combinação no mesmo edifício dos sistemas arquivado e abobadado.

Fontes: Bergdoll, 2000, p. 23 e Herrmann, 1962, p. 272.

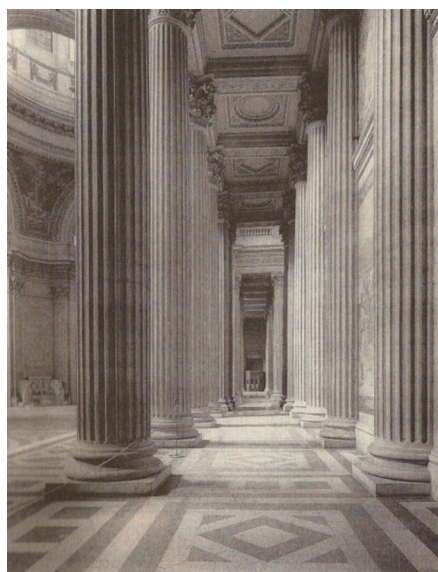
É nessa perspectiva de retorno a uma concepção simples, mais primitiva, mais direta de beleza que a proposição de Laugier torna-se tão clara e radical, formadora do pensamento estrutural do século XX, substanciada em torno da estrutura tipo Dom-ino. Conforme enfatiza Herrmann, isso significava uma

demanda para reduzir a estrutura de um edifício aos seus membros básicos, o apoio da coluna e o peso do entablamento; um retorno aos princípios da arquitetura grega: “as partes de uma ordem são as partes do edifício em si”³⁴. Dentro dessa ótica, Laugier considerava a coluna como elemento vertical essencial, rejeita a totalmente a pilastra, “adotada somente pela ignorância e tolerada somente pelo hábito”, categoriza as arcadas como “abusos” e finalmente nomeia a parede, como “licença”³⁵.

³⁴ HERRMANN, 1962, p. 22.

³⁵ HERRMANN, 1962, pp. 50-51.

A partir do fundamental aporte teórico de Laugier em favor de uma arquitetura baseada no suporte pontual, a introdução de novos materiais de construção e métodos que se seguem ao advento da Revolução Industrial acrescenta novos desafios de cunho tecnológico ao tema da coluna desprendida da parede. O desenvolvimento técnico das construções de estufas na Inglaterra ocorre a partir de componentes de ferro fundido e fechamentos de vidro, associado à exigência de espaços que demandam grandes vãos. Os novos programas de uso público (feiras de exposição, estações de trem) resultam propulsores de novas soluções construtivas e formais, até então resolvidas na construção em cantaria pelos pilares duplos da arquitetura gótica do Século XII. Do ponto de vista tecnológico, atendem-se demandas de pré-fabricação e construção seriada, temas de grande esforço posterior no século XX; no plano formal, observa-se a incorporação da coluna independente a novos cânones formais da tradição clássica que se vinculava até então com aspectos maciços da construção pétrea.



Figuras 09 e 10

Igreja Sainte-Genève (1757-89) de Jacques-Germain Soufflot, vista da nave central e cúpula (esquerda), e vista em detalhe das colunas desprendidas das paredes (direita).

Fontes: Bergdoll, 2000, p. 25 e Picon, 2004, p. 90.

Conforme Barry Bergdoll, o questionamento promovido pelo surto romântico menos de uma década da derrota de Napoleão em Waterloo, se baseava na influência das ideias de Claude Henri de Saint-Simon, conhecida como teoria saint-simoniana da história, que propunha visão de socialismo utópico em comunidades auto-suficientes³⁶. Segundo observa Marcelo Puppi, no romantismo em geral, como no pensamento saint-simoniano, a arte tem um papel fundamental no processo de conhecimento a partir do todo orgânico, acima da razão e da ciência, em que a imaginação teórica e a arte são início e fim desse processo que se confunde com a própria filosofia³⁷.

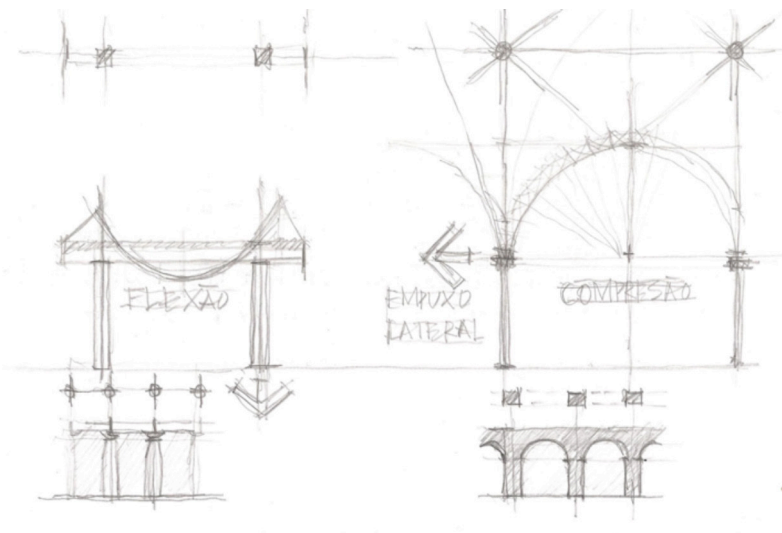
³⁶ BERGDOLL, 2000, p.173.

³⁷ PUPPI, Marcelo. Léonce Reynaud e a concepção teórica do ecletismo no Rio de Janeiro, 19&20, Rio de Janeiro, 2008. In: http://www.dezenovevinte.net/arte%20decorativa/ad_mpuppi_reynauld.htm (Abr 02, 2008).

³⁸ Ver BAHIMA, 2015, especialmente o Capítulo 3, intitulado "Limitações Dominoicas" que se dedica a discutir a associação da estrutura independente com a parede de contraventamento.

³⁹ BERGDOLL, 2000, p. 181.

Esse pensamento iria influenciar arquitetos importantes na França em especial Abel Blouet, Émile-Jacques Gilbert, Luis Duc e Henri Labrouste, este responsável pelo edifício da Biblioteca Sainte-Geneviève (1838-50) em Paris. Sem precedência programática, o projeto é também responsável pelo desenvolvimento das formas envolvendo a coluna independente de ferro fundido, resolvendo os empuxos do sistema abobadado, através dos pesados muros portantes periféricos, à maneira de plano perfurado por arcadas como convém à planeza albertiana e aos mecanismos de estabilização lateral³⁸ da ossatura independente do século XX. Bergdoll fala de uma verdadeira integração entre programa, sistemas de ventilação, aquecimento, gás e iluminação, estrutura e espaço³⁹, ou seja, um edifício guiado pelo conceito de *sistema arquitetônico*.



Figuras 11 e 12
Biblioteca Sainte-Geneviève (1838-50) de Henri Labrouste, vista das duas naveas (esquerda), e esquema comparativo entre o sistema construtivo arquivado e abobadado (direita).
Fontes: Middleton; Watkin, 2003, p. 236 e Bahima, 2015, p. 103.

Sistema arquitetônico: a grande contribuição teórica do século XIX

Conforme Richard Etlin, o termo “sistema arquitetônico”, ou o seu conceito, dominou o discurso arquitetônico dos séculos XIX e inícios do XX. Em seu entender, a busca por uma arquitetura moderna foi guiada pela convicção universal de que a arquitetura é baseada na arte de construir. É precisamente sob essa demanda que a expressão “sistema arquitetônico” geralmente designava a integral coordenação entre estrutura, forma e decoração, possibilitando uma arquitetura baseada na construção, mas em última análise, uma construção refinada pela estética⁴⁰.

A noção de estrutura como elemento-chave de um edifício, fornecia a ideia de construção qualificada que atende à reivindicação primordial de Laugier, além de compartilhada por muitos teóricos, ainda que com diferentes ênfases e abordagens dos elementos constituintes e dos modos de composição. Através da total coordenação entre cada componente, o conceito de “sistema” oferecia uma contribuição inalienável ao produto final. A ideia tanto se alinhava com os racionalistas estruturais como aqueles que defendiam a primazia da arquitetura clássica.

Do lado dos Racionalistas estruturais, através da introdução do “sistema de arquitetura”, Viollet-le-Duc forma um contraponto, decisivo para o pensamento estrutural do século XIX e da assimilação da estrutura independente pela arquitetura moderna no século XX. Sua preferência pela noção de arquitetura baseada em apoios pontuais sem o concurso da parede estrutural alinha-se em termos conceituais a Laugier. A opção pela arquitetura gótica se justificava pela noção de comparação entre três sistemas de arquitetura: o grego, romano e o gótico, este constituído, por uma estrutura que se mantém - não pela sua massa (paredes como suportes) como os demais, mas pela combinação de forças oblíquas neutralizantes uma a outra⁴¹. O tom generalista de Viollet-le-Duc comporta uma ressalva: note-se que o arcobotante, elemento crucial na estabilização transversal das catedrais góticas é ainda fragmento de parede, posicionada transversalmente em relação ao muro espesso e longitudinal do corte basilical.

Além de pôr em xeque a teoria de Vitruvius sobre a origem do templo grego, construído a partir de uma suposta “petrificação” de um templo de madeira, Viollet-le-Duc questiona o método de composição da *École* baseado na imitação de esquemas fechados, com

⁴⁰ ETLIN, 1994, p.1. Etlin compara as definições entre “estilo arquitetônico” e “sistema arquitetônico”, estabelecidas ao longo do século XIX. Ainda que Lucio Costa posteriormente tenha tomado as duas expressões como sinônimas, os debates envolvendo teóricos tornavam evidente que a palavra “sistema” servia a um propósito mais analítico do qual a palavra “o estilo” não satisfazia. Segundo a interpretação de Etlin, um estilo se referia a um “traço característico”, o aspecto geral, seu alcance era somente global. Um sistema, em contrapartida, permitia uma dissecação da arquitetura nas suas partes constitutivas, as quais, por sua vez, tinham de ser consideradas simultaneamente na sua totalidade.

⁴¹ HEARN, M.F. *The Architectural Theory of Viollet-le-Duc: Readings and Commentary* / edited by M.F. Hearn. Cambridge: MIT Press, 1990, p. 91.

unidade e simetrias absolutas. Entretanto, Isso não significa que Viollet-le-Duc está totalmente contra esses princípios compositivos em sua totalidade. Diferencia as disposições simétricas para programas com unidade de uso, como, por exemplo, as igrejas, dos edifícios de habitação, aos quais opta pela disposição em aglomeração de partes, manifestando um interesse pela irregularidade própria da arquitetura na Idade Média.

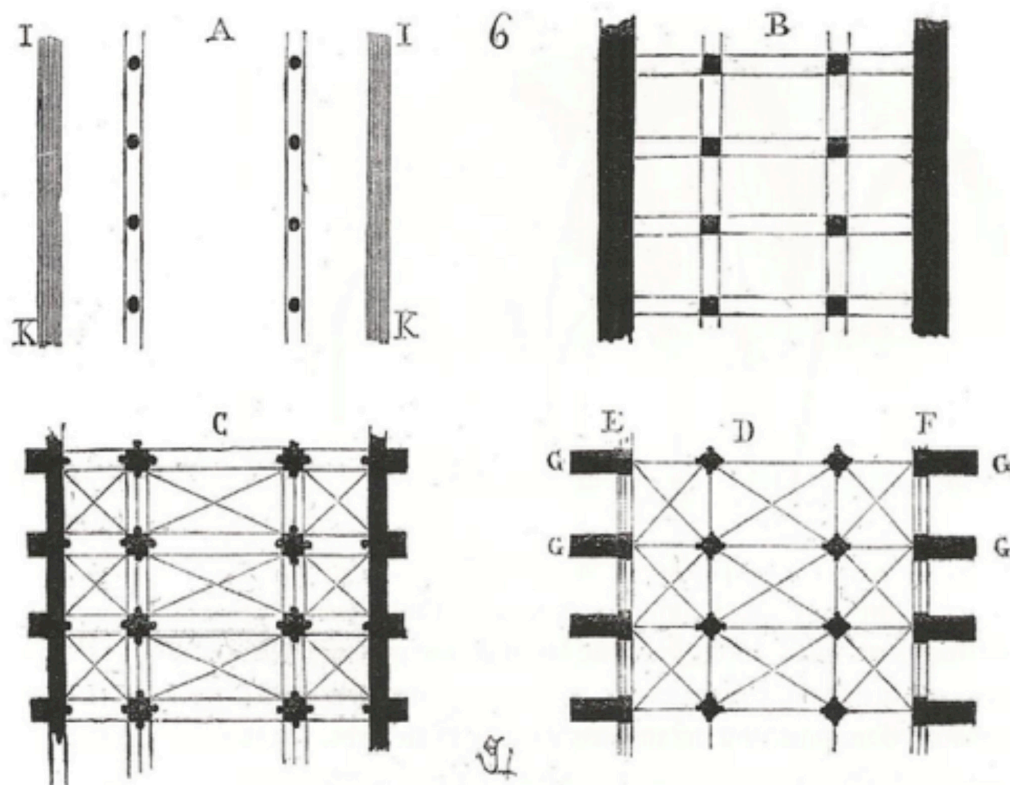


Figura 13
Viollet-le-Duc, Eugène Emmanuel, transformações sobre a planta basilical em direção ao Gótico, extraído de *Entretiens sur l'architecture*.
Fonte: Lucan, 2012, p. 259.

Além de Viollet-le-Duc, Ludovic Vitet e Jean-Baptiste-Antoine Lassus também iriam questionar a doutrina da imitação que lastreava as bases da *École*. O conceito de sistema permite que o engenheiro francês Léonce Reynaud ao acrescentar a *distribuição* nas categorias de construção, forma e decoração, estabeleça uma ponte entre modos de composição, sistema construtivo, sistema e formal⁴². Em oposição ao enfoque de Jean-Nicolas-Louis Durand concentrado nas partes, o entendimento de sistema arquitetônico de Reynaud permite simultaneamente compreender o todo orgâ-

⁴² ETLIN, 1978, p. 3.

nico do pensamento saint-simoniano e as peças reunidas com a mesma atenção dispensada aos elementos de arquitetura em sua apreciação como entidades isoladas, e as relações entre estes entre si com os volumes resultantes e, finalmente, estes com a totalidade.

Ecletismo: modo de composição e roupagem do esqueleto

Conforme evidenciado por Jacques Lucan, o discípulo de Viollet-le-Duc, Lucien Magne, postulava a virtual independência do envelope decorativo como objetivo implícito da estrutura em esqueleto; esta poderia muito bem ser montada com outros envelopes. Além do significado da estrutura esquelética sob o aspecto puramente construtivo de um edifício, na sua compreensão como relação à composição, é possível avançar na definição de Ecletismo a partir de Magne: um único projeto de composição pode ser vestido com vários "roupas" diferentes ou "estilos"⁴³. Essa independência, ou melhor, dissociação entre modos de composição e aplicação posterior dos estilos, relacionados com o caráter proposto pelo programa e o sítio, impõe problemas entre modos de composição e os elementos de arquitetura. Reynaud (em seu *Traité d'architecture*) não negou o direito de o arquiteto escolher um estilo, e até mesmo Jean-Baptiste Lassus (em seu *De l'éclectisme dans l'art*) pareceu concordar com este ponto, mas ambos iriam refutar a mistura híbrida de formas emprestadas de diferentes épocas em um único edifício, defendendo um estilo único para cada um, seja qual for. Para Lassus é necessário se distanciar de qualquer sistema de oposição às grandes leis da harmonia a fim de evitar tentar agrupar formas que se chocam em consequência da sua reunião⁴⁴.

⁴³ LUCAN, 2012, p. 152.

⁴⁴ LUCAN, 2012, p. 153.

Esquema Dom-ino de Le Corbusier, cabana primitiva de Laugier

Nas primeiras décadas do século XX, a entrada em cena do esqueleto independente característico da nova arquitetura implica disputas acirradas entre "iconoclastas e iconólatras", ou nos termos de Henry-Russell Hitchcock em 1929, entre defensores de uma "nova tradição" e "novos pioneiros" mais jovens. Nos termos propostos por Lucio Costa, entre os que querem *mudança de cenário*, e aqueles que propugnam a *estréia de peça nova em temporada que se inaugura*⁴⁵. Entre os novos pioneiros estava Le Corbusier, que na revista *L'Architecture Vivante* (1927) proclamava que "as grandes épocas de arquitetura dependem de um

⁴⁵ COSTA, 1995, p. 163. Original publicado em 1951 para edição comemorativa do cinquentenário do "Correio da Manhã".

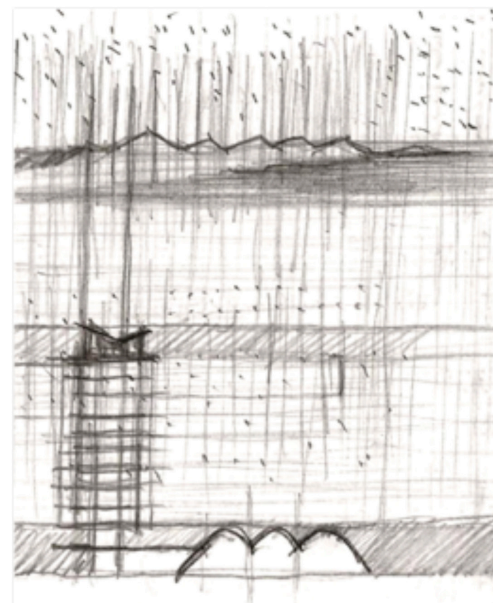
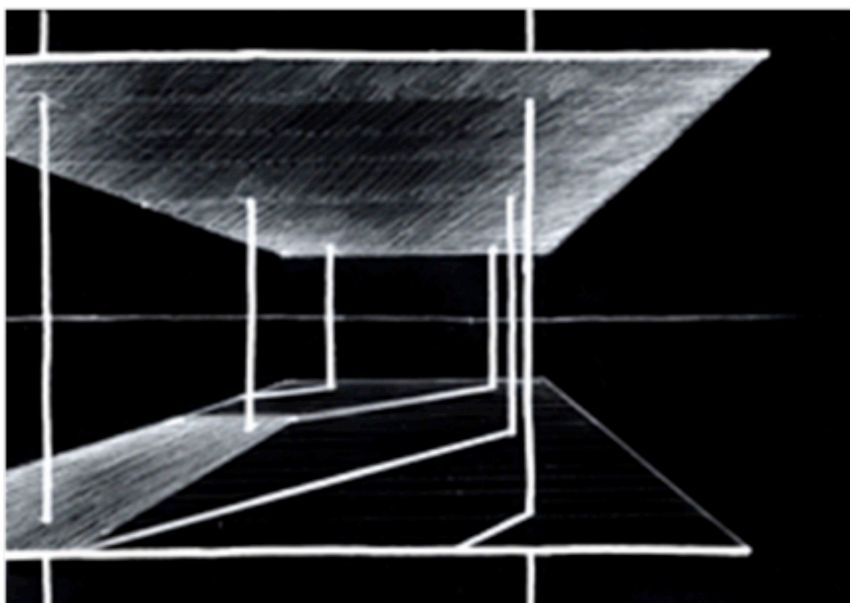
⁴⁶ Citado por Henry-Russell Hitchcock em *Modern Architecture: romanticism and reintegration*. New York: Da Capo, 1993, p.163.

⁴⁷ SUMMERSON, John. *A linguagem clássica da arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.91.

sistema puro de estrutura"⁴⁶, e promovia em sua obra uma estrutura independente específica, do tipo proposto nas casas Domino de 1915, sem vigas aparentes que comprometessem a livre disposição das paredes internas e externas. A imagem de um sistema de grelha de apoios isolados apoiando placas é retorno a Laugier, que sonhou em pleno século XVIII com uma arquitetura colunar de suportes pontuais e entablamentos, em que a parede de vedação é licença pela necessidade e utilidade e o pilar nela embutido soava abuso e barbarismo. Nas palavras de John Summer-son, "o primeiro filósofo da arquitetura moderna"⁴⁷.

Ossatura tipo dom-ino, flor e cristal e o sistema arquitetônico em três níveis

Diante dessas desconexões entre as formas e os seus arranjos compositivos, rebatidos por Lassus e Reynaud, entende-se o questionamento de Lucio Costa à roupagem eclética, considerando o pluralismo de posições assumidas ao longo dos debates do século XIX. A partir da noção de arquitetura como "construção com refinamento estético" em torno da ideia de sistema arquitetônico, nomes do Racionalismo Estrutural, especialmente Viollet-le-Duc e Reynaud, promovem um importante questionamento sobre os modos de composição da École, o papel da estrutura e dos elementos decorativos, sejam as ordens clássicas ou a decoração aplicada à ossatura do gótico.



Figuras 14 e 15
Ilustração do esquema Dom-ino (esquerda), e esquema do sistema articulado em três níveis em que a ossatura independente ocupa posição intermediária na elevação tripartida (direita).
Fonte: Bahima, 2015, p. 68 e p. 74.

O questionamento às desconexões do Ecletismo não impede Lucio Costa de reconhecer, além de Guadet, o substrato teórico contido nos ensinamentos de Auguste Choisy, via Le Corbusier. Choisy aparece nas páginas de *Vers une Architecture* de Le Corbusier não por acaso, aquele reconhece na Acrópole de Atenas um modelo de equilíbrio entre os edifícios sem as simetrias rígidas estabelecidas pela tradição da composição acadêmica. Lucan fala de “pitoresco grego”, “assemblage of parts”, ao se referir ao reconhecimento de Choisy na variedade de perspectivas oferecidas no trajeto, o “parcours”, que se enseja a partir da ordem aberta na disposição dos edifícios. É notório que a ilustração em *Vers une architecture*, extraída de *Histoire de l’Architecture* de Choisy, ilumine o pensamento de Le Corbusier em torno do conceito de “promenade architecturale” aplicado nos projetos de suas Villas dos anos 1920 e com evidente repercussão no pensamento e obra de Lucio Costa. Basta folhear as páginas de *Universidade do Brasil* para se perceber a descrição de um variado passeio arquitetônico pelo conjunto universitário, no melhor jeito corbusiano, em que eixos de composição dos volumes se alinham aos eixos de movimento⁴⁸.

⁴⁸ BAHIMA, 2015, p. 85.

Em outros termos, as fontes do pensamento de Lucio Costa vêm de Le Corbusier, desde Laugier. Em seguida, percorre o Racionalismo Estrutural, através do conceito de sistema arquitetônico, grande herança teórica do século XIX. Conforme argumenta Puppi, o projeto moderno — longe de se constituir oposição, realiza o pensamento racionalista francês “com recursos formais diversos acrescidos de uma ótica cultural de cunho nacional”⁴⁹. Ao contrário do que em geral se imagina, o século XIX promove através dos seus debates e inquietações — em torno do conceito de sistema arquitetônico, um pensamento teórico que aglutina sistema formal, de ornamentação e construtivo, abarcando, tanto o todo de um conjunto orgânico presente na teoria saint-simoniana, como as partes de cunho mais analítico de origem no pensamento do Iluminismo.

⁴⁹ PUPPI, Marcelo. *Por uma história não moderna da arquitetura brasileira: questões de historiografia*. Campinas: Pontes Editores, 1998, p. 181.

Não há dúvida de que a emergência da ossatura independente - componente central do sistema moderno e característica de boa parte da arquitetura do século XX — é tributária desse ambiente de polêmica gestada ao longo do século XIX. Nas palavras de Le Corbusier, somente “um sistema puro de estrutura” — acrescenta-se não “vestido” por estilos, poderia equacionar tal crise de identidade. Nesse verdadeiro sistema arquitetônico tão bem entendido por Lucio Costa, a combinação híbrida com outras estruturas, ao contrário

da roupagem eclética, é feita sem fusões: via metáfora da flor e cristal se preserva a identidade de cada componente do sistema construtivo na totalidade do sistema arquitetônico. É provável que isso colabore no entendimento, tanto da superação ao mecanismo eclético, quanto da adesão ao pensamento racionalista francês.

Referências

- BAHIMA, Carlos Fernando Silva. *De placa e grelha: transformações dominoicas em terra brasileira*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PROPAR/UFRGS, 2015.
- BERGDOLL, Barry. *European Architecture 1750-1890*. New York: Oxford University Press, 2000.
- CHOISY, Auguste. *Histoire de l'Architecture*, 2 vols. Paris: Slatkine, 1991, 1899.
- COMAS, Carlos Eduardo Dias. Arquitetura moderna estilo Corbu, Pavilhão brasileiro. In: *AU n° 26*. São Paulo: Editora Pini, 1989.
- COMAS, Carlos Eduardo Dias. *Précisions brésiliennes sur un état passé de l'architecture et de l'urbanisme modernes d'après les projets de Lucio Costa, Oscar Niemeyer, MMM Roberto, Affonso Reidy, Jorge Moreira et cie., 1936-45*. Tese de Doutorado. Paris: Université de Paris VIII, 2002. Tradução Precisoões Arquitetura Moderna Brasileira 1936-45. Porto Alegre: PROPAR, 2002.
- COMAS, Carlos Eduardo Dias. The Poetics of Development: Notes on Two Brazilian Schools. In: Bergdoll, Barry; Comas, Carlos Eduardo; Liernur, Jorge Francisco. Real, Patricia del. *Latin America in construction: architecture 1955 - 1980*, 40-66. New York: The Museum of Modern Art, 2015.
- CORBUSIER, Le. *Por uma arquitetura*. São Paulo: Perspectiva, 2004, original *Vers une Architecture*. Paris: G. Crès, 1923.
- CORBUSIER, Le. *Precisoões sobre um estado presente da arquitetura e do urbanismo*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004, original *Précisions sur un état présent de l'architecture et de l'urbanisme*. Paris: G. Crès, 1930.
- COSTA, Lucio. *Lúcio Costa: sôbre arquitetura*. Pôrto Alegre: Imprensa Universitária, 1962.
- COSTA, Lucio. *Lucio Costa: Registro de uma vivência*. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.
- ETLIN, Richard. *Frank Lloyd Wright and Le Corbusier: The Romantic Legacy*. Manchester: Manchester University Press, 1978.
- GROMORT, Geoges. *Essai sur la théorie de l'architecture*. Paris: Éditions CH. Massin, 1942.
- GUADET, Julien. *Eléments et Théorie de l'Architecture*, 4 vols. Paris: Librairie de la Construction Moderne, 1904.
- HEARN, M.F. (Org.). *The Architectural Theory of Viollet-le-Duc: Readings and Commentary*. Cambridge: MIT Press, 1990.

- HERRMANN, Wolfgang. *Laugier and eighteenth century French Theory*. London: Zwemmer, 1962.
- HITCHCOCK, Henry-Russell. *Modern Architecture: romanticism and reintegration*. New York: Da Capo, 1993.
- LUCAN, Jacques. *Composition, Non-Composition. Architecture and Theory in the Nineteenth and Twentieth Centuries*. Lausanne: EPFL Press, 2012.
- MARTÍ ARÍS, Carlos. *Las variaciones de la identidad: ensayo sobre el tipo en arquitectura*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 1993.
- MIDDLETON, Robin; WATKIN, David. *Architecture of the Nineteenth Century (History of World Architecture)*. Milano: Electra Architecture, 2003.
- PICON, Antoine. The Freestanding Column in Eighteenth-Century Religious Architecture. In: Lorraine Daston (org.). *Things that Talk: object lessons from art and science*. New York: Zone Books, 2004.
- PICON, Antoine. Dom-ino: Archetype and Fiction. In: Cynthia Davidson (org.). *Log 30 Journal Winter 2014, Observations on architecture and the contemporary city*. New York: Anyone Corporation, 2014.
- PUPPI, Marcelo. *Por uma história não moderna da arquitetura brasileira: questões de historiografia*. Campinas: Pontes Editores, 1998.
- PUPPI, Marcelo. Léonce Reynaud e a concepção teórica do ecletismo no Rio de Janeiro, 19&20, Rio de Janeiro. In: http://www.dezenovevinte.net/arte%20decorativa/ad_mpu-pi_reynaud.htm (Abr 02, 2008).
- QUINCY, Quatremère de. *Dictionnaire Historique*. Paris: Librairie d'Adrien Le Clère, 1832.
- SUMMERSON, John. *A linguagem clássica da arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. *Entretiens sur l'architecture, 2 vols*. Paris, 1863, 1872.
- WITTKOWER, Rudolf. *Architectural Principles in the Age of Humanism*. New York: Norton & Company, 1971.

O Instituto de Arquitetos do Brasil – a instalação do núcleo paulista e a construção de sua sede

Ana Reis de Goes Monteiro, Taiana Car Vidotto

Ana Reis de Goes Monteiro é professora Doutora do curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Tecnologia e Cidade (PPG-ATC) da Unicamp; anagoes@fec.unicamp.br

Taiana Car Vidotto é Mestre em Arquitetura, Tecnologia e Cidade; doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Tecnologia e Cidade (PPG-ATC) da Unicamp; taiana.car.vidotto@gmail.com

Resumo

Objetiva-se com esse artigo resgatar, através de fontes primárias, a instalação do núcleo do Instituto de Arquitetos do Brasil na cidade de São Paulo – IAB/SP e a organização de seus membros para a construção de sua sede, um dos principais exemplares da arquitetura moderna e de integração com as artes. Inicialmente sediado no subsolo do Edifício Esther, o projeto, objeto de concurso, situado no terreno à esquina das Ruas Bento Freitas e General Jardim, na Vila Buarque, teve como autores um grupo de arquitetos composto por Abelardo Reidy de Souza, Galiano Ciampaglia, Hélio Queiroz Duarte, Jacob Rucht, Miguel Forte, Rino Levi, Roberto de Cerqueira César e Zenon Lotufo. Construído na década de 1950, em uma região que se tornava uma nova centralidade urbana e espaço de movimentação artística e cultural, com a instalação de museus, bibliotecas, cinemas, teatros, galerias de arte e livrarias, o IAB/SP se uniu a esses espaços. Isso propiciou o convívio entre os arquitetos e outros artistas e colaborou para o reconhecimento da profissão na sociedade. Destes espaços, participavam políticos, jovens estudantes, professores, intelectuais, artistas que frequentavam o térreo e o mezanino do edifício em exposições, audições musicais, palestras e demais eventos. Além disso, como ambiente de trocas ideológicas, em 1964, com o Golpe Militar, tornou-se local simbólico de luta pela liberdade. Tombado pelo órgão de patrimônio estadual, o CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico em 2002 e em 2015 pelo CONPRESP – Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da cidade de São Paulo e pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, seu processo de restauro previu além da recuperação da estrutura física do prédio, a recomposição da fachada e a readequação do uso de alguns de seus espaços. Atualmente, com a reforma parcialmente concluída, o edifício voltou a sediar eventos. Aos poucos a rua na qual se localiza tem retomado seu processo centralizador das atividades dos arquitetos naquela região. Nela se instalaram recentemente escritórios de jovens arquitetos e uma livraria especializada no térreo do edifício. Esses espaços deram impulso definitivo à retomada do edifício do IAB/SP como exemplar importante da arquitetura moderna em São Paulo, palco privilegiado da memória do local e da representação da categoria profissional dos arquitetos.

Palavras-chave: IAB/SP, arquitetura moderna, São Paulo, síntese das artes.

Abstract

The purpose of this article is to rescue, through documentary research, the establishment of the Brazilian Institute of Architects in São Paulo (IAB/SP) and the construction of its headquarters in the city, one of the leading examples of modern architecture, as well as the integration of architecture and other arts. First located in the basement of a modern building called Esther, its design, object of a contest, situated in the corner of Bento Freitas and General Jardim Street, at Vila Buarque, had as winners and authors of the final project the architects Abelardo Reidy de Souza, Galiano Ciampaglia, Hélio Queiroz Duarte, Jacob Ruchti, Miguel Forte, Rino Levi, Roberto de Cerqueira César and Zenon Lotufo. It was built in the 1950's, in a region that became a new urban center of cultural and artistic activities with new museums, libraries, cinemas, theaters, art galleries and bookshops and IAB/SP joined these spaces. As the building became part of a network of sociability among architects and other artists, it was possible to spread the values of the architects' profession. Many politicians, young students, teachers, intellectuals and artists used and visited the building during exhibitions, music auditions, lectures and other events promoted by the Institute. Moreover, as a space of ideological exchanges, in 1964 with the Military Coup it became a symbolic site of struggle for freedom. Protected by the State Heritage body – CONDEPHAAT (Council for the Defense of the Historical, Archeological, Artistic and Touristic Heritage) in 2020, and in 2015 by CONPRESP (São Paulo City Council for the Preservation of Historical, Cultural and Environmental Patrimony) and IPHAN (Institute of National Historical and Artistic Heritage), its restoration process predicted beyond the recovery of the physical structure of the building, the façade restoration and the improvements in the use of some spaces. The renovation started and was partially completed, focusing on the structure of the external marquise and the reestablishment of the events space of the Institute, that returned to host events. Gradually, the street in which it is located has resumed its centralizing process of activities carried out by architects in the region. New young architects chose the same street for their offices and a specialized architecture bookstore was installed on the ground floor of IAB/SP building. These spaces were a definite boost to the resumption of the IAB/SP building as an important model of modern architecture in São Paulo, a local memory space and representative of this professional segment.

Keywords: IAB/SP, modern architecture, São Paulo, synthesis of the arts.

Resumen

El propósito de este artículo es de rescate a través de fuentes primarias, de la instalación del Instituto de Arquitectos del Brasil en la ciudad de San Paolo y el trabajo para la construcción de su sede, uno de los principales ejemplos de la arquitectura moderna. Localizado inicialmente en el subterráneo del Edificio Esther, su proyecto, objeto de licitación, ubicado en el terreno de la esquina de las calles Bento Freitas e General Jardim, tuvo como autores un grupo de arquitectos: Abelardo Reidy de Souza, Galiano Ciampaglia, Hélio Queiroz Duarte, Jacob Ruchti, Miguel Forte, Rino Levi, Roberto de Cerqueira César y Zenon Lotufo. Construido en la década de 1950, en una región que se convirtió en un nuevo centro y espacio de los movimientos artísticos y culturales con la instalación de bibliotecas, museos, cines, teatros, galerías de arte e librerías. El edificio del IAB/SP se unió a estos espacios, posibilitando la convivencia entre arquitectos y artistas y la divulgación de la profesión. De estos espacios estaban participando los políticos, los jóvenes estudiantes, maestros, intelectuales, artistas que frecuentaban en el espacio social de lo edificio en exposiciones, audiciones musicales, conferencias y otros eventos promovidos.

Por otra parte, como espacio de intercambios ideológicos en 1964 con el Golpe Militar se convirtió en lugar simbólico de la lucha por la libertad. Protegido por el cuerpo del patrimonio estatal, el CONDEPHAAT – Consejo de Defensa del Patrimonio Arqueológico, Artístico e Turístico en 2002 y en 2015 por CONPRESP – Consejo Municipal de Preservación Histórica, Cultural y Ambiental de San Paulo y el IPHAN – Instituto del Patrimonio Histórico y Artístico Nacional, su proceso de restauración predijo más allá de la recuperación de la estructura física del edificio, la restauración de la fachada y la mejora de la utilización de algunos de sus espacios. Sin embargo, el objetivo principal era proporcionar al rescate de su papel cultural. La reforma fue iniciada y completada parcialmente, centrando-se en la estructura de carpas exteriores y el restablecimiento del espacio para eventos del Instituto. Poco a poco la calle en la que se encuentra ha reanudado su proceso de centralización de las actividades de los arquitectos en la región. Estudios de arquitectos jóvenes recién instalados, una librería especializada en libros de arquitectura e urbanismo en la planta baja del edificio del IAB/SP dan el impulso definitivo a la reanudación del IAB/SP como ejemplo importante de la arquitectura moderna, escenario privilegiado de la memoria local y de la representación de la profesión.

Palabras-clave: IAB/SP, arquitectura moderna, São Paulo, síntesis de las artes.

Introdução

¹ Ver <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3394/tombamento-do-edificio-do-iab-e-aprovado-como-patrimonio-cultural>. Consultada em 16 de maio de 2016.

² Em carta encaminhada pelo arquiteto Carlos Bratke, em 04 de março de 1993, ao presidente do Condephaat, o arquiteto Marcos Duque Gadelho, requisitou o tombamento do edifício à Rua Bento de Freitas, 306. Assinaram esta carta: Marco Frogaccia, Gilberto Belleza, Elisabeth França, Gloria Bayeux, Oswaldo Correa Gonçalves, Maria Argentina Naruto, Julio Camargo Artigas, Paulo Mendes da Rocha, Ciro Pirondi, João Clodomiro Abreu, Fabio Penteado, Emerson de Paula, Mauricio Vidal Laura Jr, Miguel Pereira, Minoru Naruto, Maria Lucia Guilherme, José Luiz Tabith Jr, Silvio Tadeu Pina, Walter Caldana Junior, Alexandre Delijaicov, João Honorio de Mello, Paulo Bastos, Thereza Katinsky, Victor Hugo Mori, Telesforo Cristofani. O tombamento se deu em 17 de dezembro de 2001, publicado em 17 de janeiro de 2002 (Processo de Tombamento do Edifício do Instituto de Arquitetos do Brasil. CONDEPHAAT – 31.622-94, 2002. Disponível em: <http://www.arquicultura.fau.usp.br/index.php/encontre-o-bemtombado/uso-original/educacao-e-pesquisa/edificio-do-instituto-dos-arquitetos-do-brasil>. Acessado em 12 de setembro de 2014).

No dia 25 de novembro de 2015 uma notícia¹ publicada no site do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – anunciava o tombamento do edifício do Instituto de Arquitetos do Brasil na cidade de São Paulo (Parecer no 1732-T-15). Esse seria o último órgão a reconhecer a relevância da preservação do edifício do IAB/SP, até então tombado, no ano de 2002 pelo CONDEPHAAT² (Processo no 31.662-94 - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico) e, no ano de 2015 pelo CONPRESP (Resolução no 10/2015 - Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da cidade de São Paulo). Nas três instâncias, foi unânime a justificativa do tombamento em torno da importância do edifício e das obras de arte que dele fazem parte – os murais de Antônio Bandeira no hall de acesso do térreo e de Ubirajara Ribeiro no primeiro andar; o móvel Black Widow, de Alexander Calder; e ainda uma escultura atribuída à Bruno Giorgi -, bem como do seu significado e importância para a difusão da arquitetura moderna e como espaço de debate e convívio dos arquitetos com a sociedade.

No parecer do IPHAN, o edifício é reconhecido como “síntese da arquitetura paulista produzida na década de 1940” tendo sido citado, por essa razão, nos livros de Henrique Mindlin – *Modern Architecture in Brazil*, de 1956 – e de Carlos Lemos e Alberto Xavier – Ar-

quitetura Moderna Paulistana, em 1983 – enquanto o arquiteto e historiador Júlio Katinsky, um dos responsáveis pela redação do Memorial de Solicitação do Tombamento³ atestou que “o edifício do IAB não é só um marco na História da Arquitetura Brasileira, como abriga em suas paredes a memória de parcela significativa da Cultura que aqui se realizou, pelos seus usuários e frequentadores” (IPHAN, 2015). Desse modo, objetiva-se resgatar, através de fontes primárias, a instalação do núcleo do IAB na cidade de São Paulo – IAB/SP e a organização de seus membros para a construção de sua sede, um dos principais exemplares da arquitetura moderna e de integração com as artes. Como pano de fundo, estava em curso a institucionalização do campo profissional do arquiteto. Nesse processo, o edifício tornou-se espaço de representação da categoria sendo a representação compreendida” como relação entre uma imagem presente e um objeto ausente, um valendo pelo outro” (CHARTIER, 1991).

Entende-se como síntese das artes a integração entre as artes e a arquitetura que se deu no período moderno, nas primeiras décadas do século XX, a partir da Bauhaus. Naquele momento, os arquitetos buscavam, no trabalho integrado com outros profissionais como pintores, escultores e marceneiros, uma alternativa para a constituição de uma nova sociedade. O conceito de integração entre as artes chegou ao Brasil através das formulações elaboradas por Le Corbusier, difundida por meio dos CIAM. De acordo com Fernandes (2006):

No VI CIAM de 1947 a questão da síntese das artes é revisitada, enfocando o sentido das correlações entre as diferentes atividades artísticas em busca de uma similaridade de métodos em pintura, arquitetura e construção. No VIII CIAM de 1951, dedicado ao tema do “coração da cidade”, observa-se que a arquitetura moderna, nos últimos anos, se manteve separada de suas artes irmãs, enquanto que, na sua origem, deveu muito de sua inspiração a elas. A dimensão artística é então evocada como meio para modelar a vida emocional das massas, participando na construção de centros cívicos e comunitários, como espaços para a ação coletiva. A reorganização da vida comunitária emerge como tarefa essencial do pós-guerra. Na verdade, estas colocações já tinham se delineado no manifesto proposto por Giedion, Sert e Leger em 1943, “Nove pontos sobre a monumentalidade”, em que os autores destacam a colaboração entre paisagistas, pintores, escultores, arquitetos e urbanistas como meio para atingir a nova monumentalidade cívica” (FERNANDES, 2006).

Para Fernandes (2006) os artistas passaram a fazer parte da constituição do ambiente urbano, sendo que a arquitetura que contava com a participação desses

³ A Solicitação de Tombamento foi encaminhada ao IPHAN em 24 de junho de 2014, por meio de carta do presidente do IAB/SP, José Armênio de Brito Cruz, junto com Memorial redigido em parceria por um grupo de arquitetos do IAB/SP e do Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo – CPC USP. Segundo o parecer do tombamento, colaboraram na elaboração do memorial Bárbara Marie von Sebroke L. S. Martins, Mariana Pinheiro de Carvalho, Sabrina Studart Fontenele Costa, pelo CPC USP, e Emerson Fioravante e Sylvio Oksman, da parte do IAB, além de Paula Gorostein Dedecca. Os trabalhos foram coordenados por José Armênio de Brito Cruz (IAB/SP) e José Tavares Correia de Lira (CPC USP) (IPHAN, 2015).

profissionais, proporcionava à cidade obras de arte que passavam a participar do espaço público, qualificando o espaço urbano e se oferecendo de modo acessível aos cidadãos. Além disso, a presença do edifício IAB/SP em uma área do Centro Novo da cidade de São Paulo na qual estavam instalados outros espaços de debate cultural, próximo a primeira sede do Instituto no Edifício Esther, situado à Praça da República, reforçava a representação do IAB e da categoria profissional dos arquitetos como parte do que era reconhecido como vanguarda na metrópole em crescimento.

A partir desses preceitos buscou-se resgatar as circunstâncias nas quais foi projetado e construído o edifício do IAB/SP, desde a instalação do Instituto no subsolo do Edifício Esther, quando a cidade de São Paulo vivenciava a efervescência do ambiente urbano do Centro Novo, compreendendo o momento vivido pelos arquitetos de institucionalização da profissão. O edifício é um dos exemplares modernos da cidade de São Paulo que denotam a integração entre a arquitetura e as artes bem como espaço de representação da categoria. Além disso é considerado “síntese de um tempo cultural”, “alinhado com os melhores padrões da então vanguarda” em uma época na qual a cidade de São Paulo “cunhava seu slogan de cidade que mais cresce no mundo, incorporando as características da sociedade moderna” (CONDEPHAAT, 2002). Para tal, procurou-se compreender como o IAB/SP se instalou na cidade de São Paulo, de que modo organizou a construção de sua sede, através da promoção do concurso para a escolha de seu projeto, assim como as obras de arte que estão contidas no edifício e compõe um ambiente integrado com a arquitetura.

A instalação do IAB/SP na cidade de São Paulo e sua primeira sede

O IAB deu início à organização do seu núcleo paulista no 5º Congresso Pan-Americano de Arquitetos, que ocorreu em 1940 na cidade de Montevideú. Na ocasião, Eduardo Kneese de Mello começou a articulação junto aos arquitetos do IAB Central, com sede no Rio de Janeiro. Sobre esse período, pôde-se ler, no primeiro Boletim do IAB/SP que:

A história do IAB – São Paulo começa em 1943, quando as relações entre arquitetos de São Paulo eram praticamente inexistentes. Se as havia, provinham de atividades completamente estranhas à classe ou à profissão. Faltava o elemento centralizador de interesse que viria a ser logo a seguir o Departamento. Nessa época, é nomeado o delegado do IAB em São Paulo o arquiteto Eduardo Kneese de Mello (IAB, 1954, p.01).

Eduardo Kneese de Mello, graduado no Mackenzie (1931), após o contato com os arquitetos cariocas, procurou outros que exercessem a profissão na cidade de São Paulo, como Rino Levi, Aberlardo de Souza e João Batista Vilanova Artigas. Formalmente, em 06 de novembro de 1943, foi instalada, na cidade de São Paulo, a Seção local do Instituto de Arquitetos do Brasil, o IAB/SP, em cerimônia na Biblioteca Municipal, presidida pelo então secretário da Viação e Obras Públicas, Luiz Ignácio de Anhaia Mello. Estavam presentes: Antonio Moya, Aldo Mario Alves Ferreira, Alfredo E. Becker, Arnaldo Maia Lelo, Bruno Simões Magro, Dácio de Moraes, Francisco Saraiva, Francisco Caiuby, Gregori Warchavchik, Guilherme Malfatti, Leo Ribeiro de Moraes, Lauro Costa Lima, Manoel Amadeu Gomes de Soutello, Roberto de Cerqueira César, Rino Levi e Wilson Maia Filho. Além destes, representavam a Comissão Organizadora do Instituto: João Batista Vilanova Artigas, Jaime Fonseca Rodrigues e Francisco Esteves Kosuta. Nessa sessão, o arquiteto Paulo de Camargo, então presidente do IAB Central, apontou alguns princípios determinados pelo Conselho Diretor do Instituto, que deveriam ser seguidos pelo núcleo paulistano. Eram finalidades a reunião da categoria dos arquitetos “tornando-se forte” para influir com as demais entidades e associações de engenheiros na solução de problemas sociais e econômicos e a instalação de uma sede própria a fim de promover as demais aspirações dos arquitetos. Era prioridade a integração com a comunidade social em estreita colaboração com as diversas profissões (IAB, 1943; 1954).

Além do objetivo de representar a profissão, o Instituto, segundo Ficher (1989), posicionava-se a favor da arquitetura moderna. Era recente a regulamentação da profissão do engenheiro-arquiteto (Lei no 23.569/1933) e os arquitetos buscavam afirmar a sua atuação no campo do projeto e da construção, diferenciando-se dos engenheiros. Portanto, estavam relacionados, no período de fundação do IAB em São Paulo a busca pelo prestígio profissional e uma nova orientação estética da arquitetura. Para Durand (1972) havia uma clara relação entre o “processo de ordenamento legal da profissão” e a “adoção e difusão da arquitetura moderna”. Diante disso, Eduardo Kneese de Mello apontou que todos “ficamos modernos, porque os que não eram foram se tornando”. Assim, foi natural que para o projeto de sua sede, fossem considerados, fundamentalmente, os preceitos da arquitetura moderna, o que foi seguido pelas regionais de Pernambuco e da Bahia (inaugurado em 1966 e objeto de concurso) (IPHAN, 2015). Silva (2012) ressalta a simultaneidade dos acontecimentos na década de 1930:

momento da consolidação do campo arquitetônico coincidiu, no Brasil, com a afirmação da arquitetura moderna, quando os seus maiores expoentes dominaram as instâncias de representação profissional e o sistema de conservação e consagração do campo (...) Paulo de Carmago Almeida, Eduardo Kneese de Mello, Vilanova Artigas, Helio Duarte, Abelardo de Souza, Icaro de Castro Mello, Rino Levi, Oswaldo Bratke, Osvaldo Correia Gonçalves (1917-2005), Giancarlo Palanti, Victor Reif, Lina Bo Bardi, Franz Heep e muitos outros participaram ativamente delas em São Paulo como membros da diretoria do IAB, professores da FAM e da FAUUSP, integrantes do Museu de Arte Moderna (MAM), editores das revistas *Acrópole*, *Habitat*, *Brasil Arquitetura Contemporânea*, *AD Arquitetura e Decoração*, *Módulo e Arquitetura* ou ainda como organizadores de reuniões de especialistas como os Congressos Pan-Americanos de Arquitetos e os Congressos Brasileiros de Arquitetos, estes últimos realizados a partir de 1945 (SILVA, 2012, p.213).

Assim, em 1943 com a instalação do IAB em São Paulo e em 1945 com a promoção do I Congresso Brasileiro de Arquitetos os debates sobre a profissão se intensificavam, tomando as páginas dos jornais paulistas⁴. A divulgação por meio dos jornais fazia parte de um esforço realizado pelos arquitetos em torno da divulgação da profissão, da defesa pela autonomia profissional “e do reconhecimento institucional da arquitetura, no qual se destacam os debates acerca da função social do arquiteto e da definição das atribuições legais dos arquitetos e de suas especificidades em relação às dos engenheiros” (SILVA, 2012, p.214).

⁴ Foram publicados na Folha da Manhã os Artigos “Inaugurado ontem os Congressos Brasileiros de Arquitetos” em 27 de janeiro de 1945 e “Encerrou-se ontem o primeiro Congresso Brasileiro de Arquitetos”, em 31 de janeiro do mesmo ano.

Foi nesse mesmo momento que a defesa do principal papel do arquiteto como profissional liberal, pronto a atender as necessidades da sociedade se intensifica. Esse debate permeia as discussões no IAB/SP e passa a influenciar de maneira intensa as discussões sobre o ensino de arquitetura (VIDOTTO; MONTEIRO, 2015). Simultaneamente, a participação dos arquitetos no mercado imobiliário, em meio à verticalização da cidade, passa a ser vista de modo crítico pelos arquitetos:

entre as décadas de 1930 e 1940 a prática profissional passa a ser relacionada diretamente com a atuação social do arquiteto, o que era afirmado nos Congressos Brasileiros de Arquitetos, nos discursos para formandos no âmbito nacional. Por meio desses veículos, os arquitetos responsabilizavam o mercado imobiliário pelo crescimento desordenado das cidades, cabendo a estes profissionais a proposição de planos reguladores para o atendimento das necessidades da população. Nesse sentido, o mercado imobiliário era considerado a antítese dessa prática (SILVA, 2012, p.215).

Definem-se então dois diferentes tipos de arquiteto – o de mercado, proprietário ou vinculado a uma construtora e o arquiteto que atua como profissional liberal, dono de um escritório autônomo “dedicado, dentro do possível, a encomendas de alcance social, realizadas pelo Estado” (SILVA, 2012, p.219).

Foi em meio a essas discussões que o IAB/SP iniciou suas reuniões. A princípio, o IAB/SP “usava como sedes provisórias para suas reuniões, os escritórios de arquitetura dos diretores” (IAB, 1954). Depois⁵, ocupou uma sala no subsolo do Edifício Esther, localizado à Praça da República, onde passou a fazer parte da rede de espaços culturais da cidade. Para o IAB/SP:

“Essa sede marca, por assim dizer, o início das atividades sociais do IAB – São Paulo. O salão, frequentemente cedido para exposições, torna-se ponto de reunião de um grande número dos artistas de São Paulo. Expuseram ali, entre outros, Oswald de Andrade Filho, Bonadei, Tarsila e Aldemir Martins, este último com sua primeira mostra entre nós. Foram ali recebidas algumas importantes personalidades, entre as quais Paul Lester Wiener e Richard Neutra. O movimento Música Viva dava ali suas audições” (IAB, 1954, p.01).

O Edifício Esther, selecionado para sediar o IAB/SP, foi projetado na década de 1930, no âmbito de um Concurso Fechado⁶, no qual foram selecionados os arquitetos Álvaro Vital Brasil e Adhemar Marinho para a execução de seu projeto final. O concurso foi encomendado pela família Nogueira, que visava a construção de um edifício vertical para abrigar a sede de seus negócios em um espaço que representasse a posição social da família na crescente metrópole. Segundo Atique (2013):

Construído poucos anos depois do deflagrar da década de 1930, o Edifício Esther foi ideado por um importante grupo de empresários paulistas que desejava demarcar suas posições políticas, econômicas e sociais em uma cidade que se mostrava uma metrópole em gestação. Tais empresários, membros da família de José Paulino Nogueira, importante republicano campineiro, tiveram representatividade político-social de certa envergadura no Estado de São Paulo, principalmente pela diversidade de negócios e investimentos que praticaram desde o final do século XIX, com destaque para atividades de colonização, de empresas férreas, de bancos, de fazendas de cultivo de café e da agroindústria canavieira (ATIQUE, 2013, p.39).

Naqueles anos, construir um edifício vertical era obter uma posição de prestígio – “eles despertavam sensação de progresso e avanço técnico” (ATIQUE, 2013, p.143). Soma-se a isso que o processo de verticalização então em curso na cidade também “tinha o claro objetivo de alimentar o negócio urbano representado pelos edifícios de aluguel verificado desde os finais do século XIX” (ATIQUE, 2013, p.59).

O Edifício Esther acumulava todos esses aspectos, possuindo espaço para aluguel de consultórios e escritórios, bem como uma série de tipologias de apartamentos, dotando o empreendimento da possibilidade de se auto sustentar por meio do lucro obtido pelos aluguéis. Além disso, a construção de um edifício vertical alimentava um novo mercado em ascensão, o

⁵ A primeira ata de Assembleia na qual se teve acesso nessa pesquisa que trata do Salão-Sede foi realizada em 27 de fevereiro de 1946. Nos documentos consultados não há menção da data de instalação do IAB/SP no Edifício Esther.

⁶ Os Concursos Fechados eram “espécies de editais eram elaborados pelos proprietários, visando balizar as proposições arquitetônicas, muitas vezes, antes da elaboração definitiva do que se convencionou chamar de programa de necessidades” (ATIQUE, 2013, pp.151 - 152). Nesse contexto, arquitetos eram chamados a apresentar um projeto de acordo com algumas indicações.

mercado imobiliário. Nesse sentido, Someck (1997) considera que:

A verticalização é um dos elementos do ambiente construído. A sua emergência resulta da conjunção de uma série de condicionantes. A produção industrial gera uma configuração urbana, resultado de sua articulação com outros setores capitalistas. O capital imobiliário, então em fase de constituição exige a multiplicação do solo urbano (verticalização), como inovação à subdivisão do solo (loteamento), numa nova estratégia de valorização do capital. O alto preço da terra e a sua otimização não explica, por si só, a verticalização, mas exatamente essa nova estratégia do capital imobiliário. Além da terra, a forma urbana transforma-se em mercadoria. O Estado regula a ação dos agentes produtores, estimulando a acumulação de capital (SOMECK, 1997, pp.108 – 109).

O Edifício Esther e toda sua área envoltória fez parte do início desse processo de verticalização, uma das características marcantes da metropolização da cidade de São Paulo. Segundo Souza (1994) o processo de metropolização se deu entre os anos de 1915 e 1945, se acentuando no período posterior, entre os anos de 1945 e 1954, período em que foi construída a nova sede do IAB/SP. Como consequência de tal processo, houve a valorização do solo urbano na área, bem como o estímulo do adensamento da área central da cidade (SOUZA, 1994, p.61). A valorização dessas terras do centro gerou um outro ciclo de expansão que resultou no impacto a áreas “de expansão do centro, ou “áreas de transição”, como a Vila Buarque e Santa Ifigênia”, sendo a primeira, eleita pelo IAB/SP como local de sua sede⁷ (SOUZA, 1994, pp.69-70).

⁷ A primeira população que ocupou a Vila Buarque possuía renda um pouco mais alta que a população proletária, que vivia nas Vilas Operárias, e um pouco mais baixa que a burguesia que passava a habitar no final do século XIX nos bairros de elite, como os Campos Elísios. Sua verticalização teve início na década de 1930, majoritariamente residencial, junto aos bairros de Santa Ifigênia, Higienópolis, Santa Cecília. Contudo, já na década de 1950 passou a ser ocupado por cortiços, casas noturnas como uso para prostituição (BARBOSA, 2001).

Para Souza (1994), como parte do mercado imobiliário surgiram os agentes produtores do espaço urbano no Brasil, que se dividem em, ao menos, três tipos: os incorporadores, os construtores e os vendedores, considerando que um agente pode assumir mais de um papel. O incorporador, agente que iniciava o processo, era aquele que “correndo riscos muito grandes”, desenvolvia uma cadeia de ações: compra de terreno, aprovação da planta do edifício na Prefeitura e registro da incorporação no registro de imóveis”. (SOUZA, 1994, p. 191). Esse papel por muitos anos foi exercido pelas famílias burguesas – como no caso do Edifício Esther. Contudo, a produção dos edifícios verticais vai atrair diversos agentes além dos incorporadores, construtores e vendedores, como os arquitetos, em busca da afirmação da categoria e de seu campo profissional.

A saída do IAB/SP e do Clube de Amigos da Arte do espaço que ocupavam em conjunto esteve relaciona-

da a uma proposta de o subsolo do edifício abrigar uma boate:

Em 1946, o empresário Júlio Pimenta procura a diretoria do IAB/SP com a intenção de instalar, no subsolo do Edifício Esther uma boate. Segundo Kneese de Mello, Pimenta faz uma proposta irrecusável: “180 contos de luvas pelo ponto. Com esse dinheiro era possível começar a construção de uma sede para a entidade. Por isso a proposta foi aceita (ATIQUÉ, 2013, p.264)

Conforme a pesquisa de Atique (2013) o contrato de aluguel do IAB/SP para ocupação do espaço reservado ao restaurante coletivo do Edifício Esther, em uma área de 132 m² teve início em 01/05/1944 e foi encerrado em 30/04/1947. O acordo firmado em virtude da instalação da Boate Oasis deu início a uma nova fase para o Instituto. Em fevereiro de 1947, o IAB/SP efetuou a compra do terreno para sua sede e passou a se reunir no escritório de João Batista Vilanova Artigas (MELLO, 1963). Deve-se notar que a seleção por um terreno em uma área central assinalava que o Instituto visava permanecer junto aos demais espaços culturais instalados na região. Dessa forma, a posição dos arquitetos estava relacionada àquilo que havia de vanguarda na cidade.

O terreno localizado na esquina das Ruas Bento Freitas e General Jardim, (Figura 01) estava próximo de edifícios como a sede do Jornal Estado de São Paulo, projetada por Jacques Pilon e Franz Heep (1946) bem como o Cine Ipiranga e o Hotel Excelsior, projetados por Rino Levi (1941) (IPHAN, 2015). Esta região transformou-se em um espaço de intenso convívio entre artistas e arquitetos:

Ao lado da eclosão de novas linguagens, plurais e heterogêneas, a constituição das organizações de cultura, os museus, bibliotecas, cinemas, teatros, livrarias e galerias, conferiram lastro material à produção e adensaram o debate, local e internacionalmente. Em um perímetro facilmente percorrido a pé, os bares, restaurantes e confeitarias que pontilhavam o centro expandido se tornavam pontos de encontro com importante papel socializador, reunindo jovens, estudantes, professores, intelectuais, artistas e políticos (DEDDECA, 2012, p.34).

No levantamento realizado por Dedecca (2012), conforme Figura 01, foram identificadas na cor azul as instituições – entre elas os Museus, Jornais, a Biblioteca Municipal e as Escolas de Arquitetura – e em vermelho, os escritórios dos arquitetos. O terreno do IAB/SP estava entre as escolas e o centro da cidade, colocado como um espaço de passagem, conforme destacado a seguir.



Figura 1

Mapa do Centro Novo de São Paulo – em vermelho os edifícios onde os arquitetos possuíam escritórios, inclusive o do IAB/SP (destacado) e em azul as instituições.

Fonte: Dedecca, 2012, pp. 41 – 42

Da mesma forma que Dedecca (2012), Nascimento (2003) destaca que além desses espaços culturais e de trabalho, muitos arquitetos moravam no centro:

No Esther, por exemplo, instalam-se Rino Levi, Bernard Rudovsky ... alguns arquitetos concentravam-se no centro velho; caso de Eduardo Kneese de Mello - Largo da Misericórdia, 23. Jacques Pilon e Francisco Matarazzo Neto tinham escritório inicialmente na Rua Senador Paulo Egydio, transferindo-se para o Edifício Anhumas quando este é concluído (Rua Marconi, 107) por volta de 1940. Muitos já se instalaram no centro novo [Francisco Beck – Avenida São João, 324; Bratke e Botti – Rua Marconi, 138 (depois Bratke na Rua Avanhandava, 136); Lucjan Korngold – Rua Conde de Itapetininga, 79; Carlos Millan, Roberto Aflalo e Plínio Croce – Rua Barão de Itapetininga; Eduardo de Toledo Piza – edifício Esther; Gregori Warchavchik – Rua Barão de Itapetininga, 120] ... outros arquitetos também tinham escritório situado no trecho entre o Viaduto do Chá e a Praça da República: Aldo Calvo, Manilo Cosenza e Giuseppe Severo Giacomini, na Rua Barão de Itapetininga 275; Carlos Cascaldi, Leo Ribeiro de Moraes e João Batista Vilanova Artigas na Rua Dom José de Barros, 337 esquina com a Avenida São João; Luis Saia na Rua Marconi, 87; Miguel Forte na Praça da República, 79 e Jacob Ruchti na Barão de Itapetininga 124. A partir da inauguração da sede do IAB-SP, muitos arquitetos transferem-se para o edifício (1948), como forma de demonstrar a união do grupo em torno das entidades de classe, propiciando debates e encontros frequentes: Rino Levi e Eduardo Kneese de Mello (ambos com todo um andar), Vilanova Artigas, Miguel Forte (1950), Fábio Penteado (NASCIMENTO, 2003, p.37).

Nessa conjuntura, foram inaugurados: o Museu de Arte de São Paulo (MASP) em 1947 e o Museu de Arte Moderna (MAM) em 1948 – e as Faculdades de Arquitetura do Mackenzie em 1947 e a FAUUSP em 1948. Segundo Saia (in XAVIER, 2003), “a frequência dos artistas pelos arquitetos e dos escritórios de arquitetura pelos artistas se tornou um fato corriqueiro e, por

isso mesmo, pouco percebido, em que pese a enorme importância de tal acontecimento”. Somado a isso, a possibilidade de frequentar espaços onde a cultura do moderno era divulgada permitiu aos arquitetos uma atualização do que se discutia à época a parte dos Conselhos dos quais faziam parte junto com os engenheiros. Desse modo, foi possível o desenvolvimento de uma sensibilidade quanto às demais artes. Além disso, os arquitetos passaram a deixar “suas marcas na cena cultural, em um momento em que tais trocas se entrelaçam intimamente com a vida pública da cidade” (DEDECCA, 2012).

Foi nesse cenário que o IAB/SP propôs a realização de um concurso para o projeto de sua sede, nove anos após a sua instalação na cidade. Àquela altura, o Instituto já era reconhecido como espaço de manifestações culturais, frequentado por artistas. Além disso, os arquitetos já haviam afirmado sua posição em defesa da profissão e da arquitetura moderna.

O concurso e a construção do edifício

Desde a criação do núcleo paulistano, na sessão de sua instalação, o arquiteto Paulo de Camargo, presidente do IAB/BR explicitou que um dos princípios estabelecidos pela diretoria nacional para todos os núcleos locais seria “a instalação de uma sede própria do Instituto, a fim de possibilitar as demais aspirações da classe” (IAB. 1943). Essas aspirações tratavam da integração dos arquitetos com a comunidade social na qual estavam inseridos, bem como a associação com outras associações profissionais. Nesse sentido, pode-se dizer que desde a seleção do terreno a ser adquirido, o IAB/SP buscou estar próximo do ambiente sociocultural paulistano da época.

Segundo o processo de tombamento do edifício do IAB/SP, em 1952 foi lavrada em cartório ata da assembleia na qual foi aprovada a compra de um terreno para a sede própria do Instituto, datada de 06 de fevereiro de 1947. Assim, o IAB/SP deu o primeiro passo para a construção de seu edifício:

Era um sonho que parecia irrealizável, porque o custo de uma obra que atendesse às necessidades do IAB estava muito além das possibilidades do Departamento. Os arquitetos paulistas, entretanto, estão unidos em torno de seu Instituto e lhe dão inteiro apoio. Os arquitetos de S. Paulo conhecem a força da cooperação. Assim, tornou-se possível iniciar-se a construção do edifício sede do IAB. Alguns contos de reis que havia em caixa foram suficientes para dar, como sinal, na compra de um terreno. Organizou-se um concurso para a escolha do arquiteto que deveria projetar o edifício, sem prêmios e sem honorários (ACRÓPOLE, no 121, 1951, p.46).

Sobre o concurso, realizado entre os associados do Instituto, poucas informações encontram-se registradas. A proposta submetida pelos arquitetos Miguel Forte, Jacob Ruchti e Galiano Ciampaglia (Figura 2: Projeto proposto por Miguel Forte, Jacob Ruchti e Galiano Ciampaglia.) apresentava um elemento vertical que tomava todos os andares do edifício, demarcando a esquina das Ruas Bento Freitas e General Jardim, com o térreo recuado e a laje do primeiro pavimento criando uma marquise, com a proposta de um jardim



Figura 2
Projeto proposto por Miguel Forte, Jacob Ruchti e Galiano Ciampaglia.
Fonte: Processo Condephaat (2002), p.116⁸

⁸ Originalmente publicada na Revista AU, no 88, Dezembro/Janeiro 2002.

⁹ A Ata de Julgamento do concurso não elenca os nomes dos participantes de todas as equipes. Assinaram este documentos todos os arquitetos selecionados: Rino Levi, Roberto de Cerqueira Cesar, Miguel Forte, Jacob Ruchti, Galiano Ciampaglia, Hélio Duarte e Abelardo de Souza, menos Zenon Lotufo (CONDEPHAAT, 2002).

junto à fachada e ao acesso do edifício. No último pavimento, recuado, o grande plano vertical da esquina encontra-se com uma pérgola, arrematando o edifício. Sabe-se que foram submetidos no total o projeto de 13 equipes, cujos nomes dos participantes não estavam disponíveis nas fontes consultadas. Segundo a Ata da Comissão Julgadora, composta por Hélio Uchoa, Oscar Niemeyer e Firmino Saldanha, pertencentes à “Escola Carioca”, formados na Escola Nacional de Belas Artes foram inscritas treze equipes⁹. De todas que concorreram, três foram selecionadas para elaborar o projeto definitivo, sem atribuição de primeiro, segundo e terceiro lugares. Duas delas, a primeira composta por Rino Levi e Roberto de Cerqueira Cesar, e a segunda,

por Miguel Forte, Jacob Ruchti e Galiano Ciampaglia, foram selecionadas pois seus projetos apresentavam pontos positivos “pela distribuição, organização e articulação dos elementos construídos da planta”. A terceira equipe selecionada, composta por Zenon Lotufo, Hélio Duarte e Abelardo de Souza teve sua escolha justificada por apresentar “plasticamente mais qualidades”. Para a Comissão Julgadora, os três grupos de arquitetos selecionados, isoladamente não haviam projetado o edifício com todos os atributos desejados pelo IAB/SP, mas em conjunto, produziram “uma solução melhor, solução em que todos os problemas fiquem resolvidos dentro do espírito que orienta a arquitetura contemporânea” (IAB, 1947).

Quanto às propostas apresentadas em conjunto, o grupo de arquitetos se reuniu, organizado como “Arquitectnica LTDA” (Figura 3: Proposta apresentada pela equipe Architectnica LTDA.) e enviou no dia 26 de outubro de 1947, uma carta¹⁰ para a Diretoria do IAB/SP com algumas indagações que versavam sobre a definição do programa e concepção do projeto definitivo do edifício do IAB/SP. A primeira delas era a sugestão de “considerar como um todo indivisível as atividades cultural e social do IAB” de modo a conservar a unidade, diminuir gastos com empregados, obter uma circulação e ligação mais eficiente, e, por consequência facilitar a fiscalização do espaço (CONDEPHAAT, 2002, p. 96).

¹⁰ Assinaram este documentos todos os arquitetos selecionados: Rino Levi, Roberto de Cerqueira Cesar, Miguel Forte, Jacob Ruchti, Galiano Ciampaglia, Hélio Duarte e Abelardo de Souza, menos Zenon Lotufo (CONDEPHAAT, 2002).

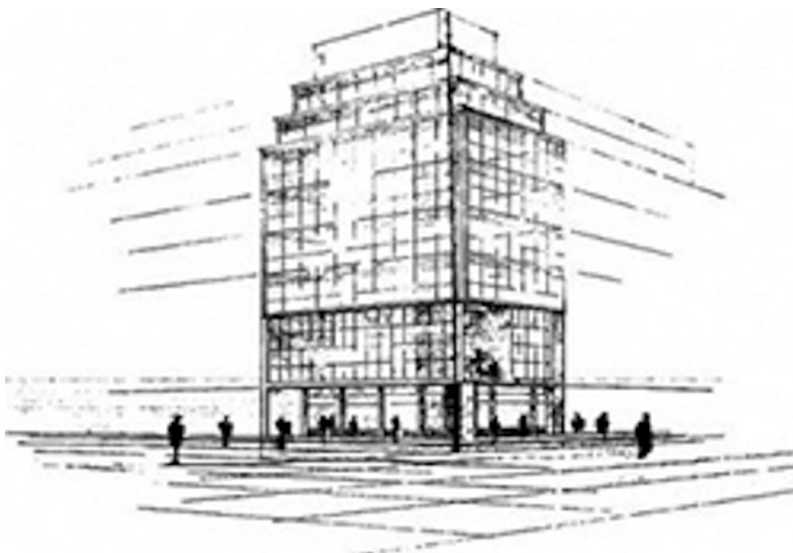


Figura 3
Proposta apresentada pela equipe Architectnica LTDA.
Fonte: (Wolf in Vitruvius, 2005)

Sobre a configuração desse espaço para os eventos culturais, os arquitetos vencedores do concurso consideravam que as iniciativas do IAB deveriam desvincular-se de qualquer caráter comercial. Por essa razão, não deveriam ser cobradas taxas para o uso desses

espaços. Para os arquitetos, caso essa ideia fosse aceita pela diretoria, as atividades teriam alcance de maior nível cultural, desde que os expositores e conferencistas fossem somente convidados pelo IAB. Assim, o Instituto obteria “maior prestígio público”. Além disso, considerou-se “desnecessário no programa o apartamento do zelador”, especialmente por possíveis problemas de ordem econômica (CONDEPHAAT, 2002, p. 96).

Por fim, os arquitetos pediram para a diretoria do Instituto que considerasse “possibilitar aos andares destinados à venda a divisão em grupos de dois ou mais condomínios, cada um composto de sanitário, saleta e sala, num mínimo de três peças, como quer a lei”. A venda de um andar inteiro era mais difícil que a venda de partes e, conseqüentemente, o maior número de unidades disponíveis resultaria em um maior número de colegas no edifício. Foram compradores dos andares destinados aos escritórios os arquitetos: Rino Levi, Vilanova Artigas, Fabio Penteadó, Paulo Mendes da Rocha, Oswaldo Correia Gonçalves, Miguel Forte e Roberto Cerqueira Cesar. Ainda, o grupo de arquitetos autores do projeto pediu à Diretoria do IAB/SP que refletissem sobre “a ideia de um restaurante público como ponto absolutamente essencial” podendo este, ser substituído por um pequeno bar. Assim, o IAB/SP teria uma maior área para venda e poderia dispor um espaço menor, podendo servir refeições aos sócios (CONDEPHAAT, 2002, p. 98).

Antes da versão do projeto que foi aprovado, uma das propostas apresentadas pelo grupo de arquitetos, conforme, seguia partindo de um pavimento térreo recuado, com a laje do primeiro andar levemente avançada acolhendo os visitantes no passeio como uma marquise. Na sequência, já se apresentava nos demais andares a divisão do edifício em dois blocos, sendo o primeiro o da sede social e espaço de eventos e o segundo bloco, mais homogêneo, das salas de escritório. Assim como no projeto proposto por Miguel Forte, Jacob Ruchti e Galeano Ciampaglia, os últimos pavimentos eram recuados atendendo à legislação¹¹.

¹¹ Na época estava vigente o Código Arthur Saboya que “exigia que os edifícios fossem construídos no alinhamento dos lotes, impedindo recuos laterais. Por outro lado, tal dispositivo forçava os engenheiros-arquitetos a abrirem grandes pátios internos para permitir insolação e melhor ocupação do terreno, com grande desperdício de área construída” (ATIQUÉ, 2013, p.176)

Deve-se notar que havia uma preocupação dos arquitetos que propuseram o projeto para a criação de espaços que facilitassem a venda das salas do edifício, garantindo uma renda ao Instituto, ao passo que a cobrança de taxas pelo uso dos espaços sociais era vista com maus olhos. O projeto aprovado pela diretoria (Figura 04), composta na época por Oswaldo Bratke (presidente), Roberto Cerqueira Cesar (um dos autores do projeto e vice-presidente), Armando Ciampolini, Plínio Croce e Wilson Maia Fina, foi publicado

na Revista Acrópole, com uma grande celebração por parte dos arquitetos:

Feito o projeto definitivo, consultou-se a Caixa Econômica para obtenção de financiamento e, excluída a sala destinada à sede, venderam-se os andares excedentes a arquitetos e amigos. Assim, dentro em breve, o Departamento de S. Paulo do IAB terá sua nova sede e a Capital Bandeirante um novo centro de arte, ponto de reunião de todos os artistas e amigos da boa arte. Tudo isso, graças ao espírito de cooperativismo que reina entre os arquitetos paulistas (ACRÓPOLE, no 21, 1951, p.46).



Figura 4
Fachada do Edifício.
Fonte: (GUIMARAENS in Vitruvius, 2015)¹²

¹² Originalmente publicada em XAVIER, A. *Arquitetura Moderna Paulista*, São Paulo: Pini, 1983.

13 Uma segunda alteração, já em 1989, possibilitou a conexão do hall de elevadores do edifício no pavimento térreo com a loja, espaço atualmente ocupado pela livraria e um café.

Através das plantas (Figura 5: Plantas do Edifício do IAB/SP), pode-se observar que entre as discussões programáticas do projeto do edifício, a diretoria manteve no programa o restaurante, instalado inicialmente no subsolo. Posteriormente, em uma alteração no edifício promovida em 1967, foi construído um pequeno espaço bar no primeiro pavimento, junto à sede social do instituto¹³. Atualmente, o subsolo sedia o auditório.

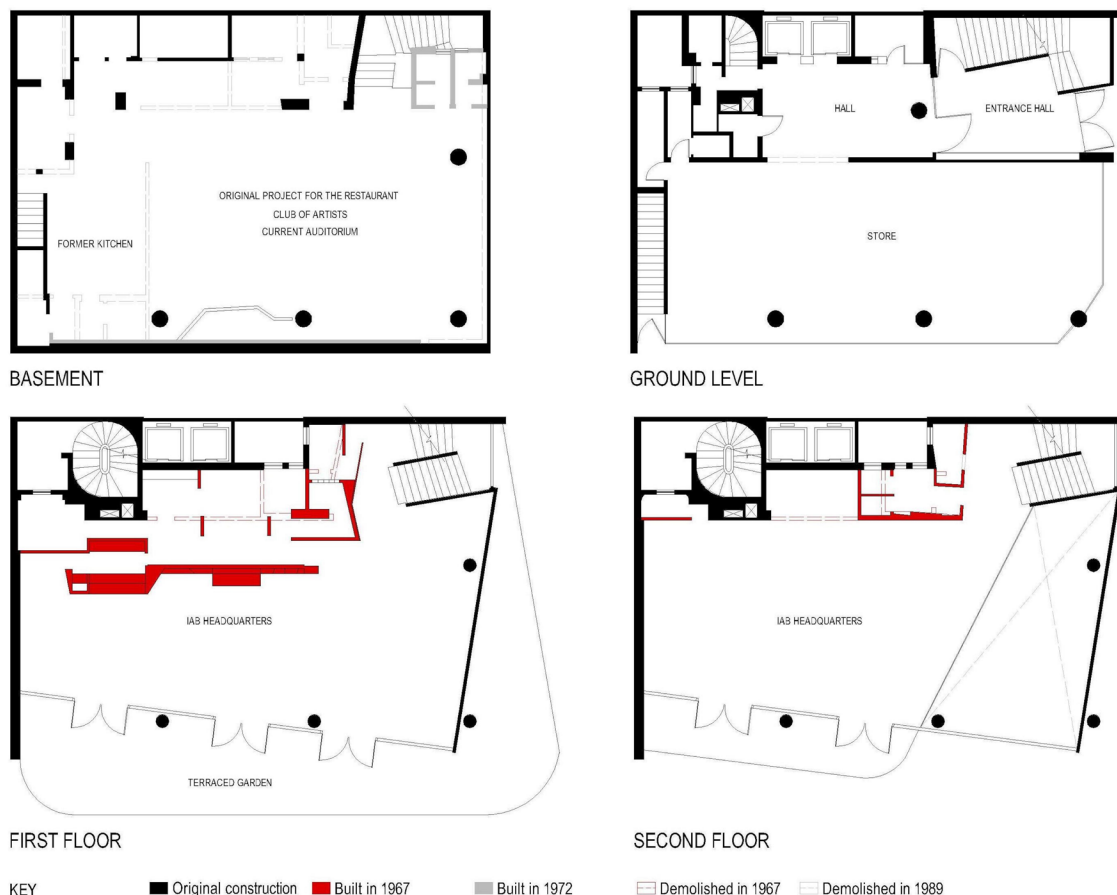


Figura 5
Plantas do Edifício do IAB/SP
Fonte: Reprodução das autoras (CONDEPHAAT, 2009).

14 Ver <http://seresurbanos.blogfolha.uol.com.br/2014/09/06/apos-6-anos-com-tapumes-fachada-do-predio-modernista-do-iab-sp-e-descoberta/> e <http://iabsp.org.br/?noticias=iabsp-aberto>.

Outro aspecto a ser notado é a integração entre as atividades culturais e sociais do Instituto, com a criação de um pé-direito duplo nos pavimentos da sede social, de modo que os dois pavimentos se integrassem através do vazio criado pelo desenho da laje de piso do segundo pavimento. O terraço jardim (Figura 6: Vista do Salão Social atual), que faz as vezes de marquise para o térreo, conforme consta no projeto da equipe, também tem um papel de integração com o exterior do edifício¹⁴.



Figura 6
Vista do Salão Social atual e extensão do piso que funciona como marquise para o térreo.
Fonte: as autoras (2015).

O volume do edifício, alinhado aos recuos laterais como previa o Código Arthur Saboya, gerou a liberação de um pátio para ventilação junto à escada de circulação do edifício no encontro das duas empenas cegas. A fachada seguiu uma composição subdividida em três partes: uma base que se relaciona com o gabarito das edificações vizinhas, onde estão o térreo e o pé-direito duplos dos andares superiores da sede; a segunda parte composta por quatro andares de escritórios e a terceira, com mais dois andares de escritórios recuados com relação ao corpo central (CONDEPHAAT, 2002). Nesse aspecto, é possível verificar o destaque que o edifício possuía ao ser construído em uma região que estava em processo de verticalização e uma mudança entre o projeto apresentado na Revista Acrópole (1951) (Figura 7: Edifício do IAB/SP, à esquerda, conforme projeto publicado na Revista Acrópole e à direita, conforme construído.) e o edifício construído. O recuo das esquadrias junto da estrutura do edifício foi mantido apenas nos dois últimos andares, enquanto o corpo central teve o fechamento em vidro instalado junto ao limite da laje. Assim, a estrutura independente ficou valorizada, destacada na fachada nos primeiros e nos últimos pavimentos, evidenciando esta subdivisão do volume do edifício em três partes:

Ao tirar partido, de modo exemplar, do princípio moderno da estrutura independente, o edifício do IAB manifesta a sua expressão arquitetônica mais contundente ao inserir, na base, o corpo da sede social rotado com relação ao volume principal. Essa inserção, segundo Guido Zucconi, altera a rigorosa ortogonalidade da construção evidenciando a “excepcionalidade” do espaço de uso coletivo na “normalidade” do corpo dominante que contém o espaço de uso privativo (CONDEPHAAT, 2002, p.61).

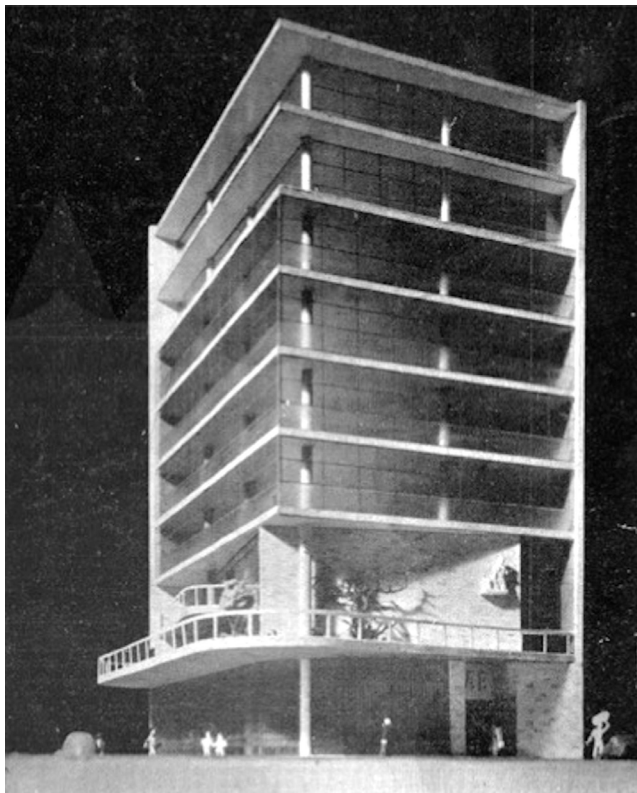


Figura7

Edifício do IAB/SP, à esquerda, conforme projeto publicado na Revista Acrópole e à direita, conforme construído. Fonte: Revista Acrópole nº 121 (p.01) e Folha de São Paulo.

¹⁵ O projeto executivo original data de 27 de abril de 1947 (CONDEPHAAT, 2002., p.60)

Na Assembleia Geral de 11 de março de 1947 os sócios do IAB/SP deram início à conversação com a Caixa Econômica que financiou parte das obras¹⁵. A construção teve início em janeiro de 1948 (IAB, Ata no 05, 1948). O que se viu nas discussões da Diretoria do IAB/SP nessa reunião e nas que se seguiram foi uma busca por alternativas para conciliar o pagamento dos compromissos assumidos em consequência do financiamento. Na ocasião, o arquiteto Ícaro de Castro Mello “lançou uma proposta de venda do andar térreo da futura sede do IAB para uma agência de automóveis” assunto que ficou relatado em ata como “para resolução em um tempo futuro” (IAB, Ata no 05, 1948, p. 10). “Outra possibilidade aventada, dessa vez pelo arquiteto João Batista Vilanova Artigas, foi negociar com a Fundação de Arte Moderna o uso da futura sede do IAB, pelo Museu de Arte Moderna, em conjunto com

o próprio IAB”, sugestão essa que foi aprovada em unanimidade, mas que não foi efetivada. (IAB, Ata no 05, 1948, p. 11)

Contudo, a construção da sede apresentava um grande déficit nas contas. Em ata do dia 11 de agosto de 1949, presidida por Eduardo Kneese de Mello, foi aberta a sessão com a leitura do relatório da Comissão de Obras do edifício do IAB que atestava o déficit de um milhão, trezentos e quarenta mil cruzeiros no valor previsto da obra:

Explicou então o presidente que, para que o IAB ficasse com a propriedade do subsolo, loja, primeiro e segundo pavimentos do edifício, seria necessário levantar a importância de 1.340,00 (um milhão, trezentos e quarenta mil cruzeiros) e assim, a obra seria terminada normalmente, e pediu sugestões. A seguir, o arquiteto Rino Levi esclareceu ainda que, mesmo levantada a importância correspondente ao déficit o IAB teria para com a Caixa Econômica uma obrigação mensal de 9.300,00 (nove mil e trezentos cruzeiros) aproximadamente, que poderiam ser cobertos com o aluguel do subsolo e loja (IAB, Ata no 06, 1949, p.17).

Na sequência, o arquiteto Ariosto Mila questionou se isso não era resultante de algum problema de recebimento dos condôminos, o que foi negado por Eduardo Kneese de Mello. Ainda complementando, segundo Rino Levi não seria interessante vender o subsolo e a loja, pois o financiamento junto ao banco incluía essas áreas – desfazendo-se delas provavelmente acarretariam outros problemas. Como sugestão, Ícaro de Castro Mello sugeriu o aumento das mensalidades dos associados. No entanto, para Kneese de Mello, esse aumento não teria o reflexo necessário para a solução da dívida emergencial. Ainda nas discussões, o arquiteto Wilson Maia Fina sugeriu pedir a cooperação dos associados, pois dos 130 associados poderiam contar com apenas 50 colaborações. Para Vilanova Artigas “os sócios do Instituto tinham obrigação de colaborar, pois que os condôminos, com esse mesmo objetivo de colaboração já haviam assumido compromissos muito superiores às suas possibilidades” (IAB, Ata no 06, 1949, p.19). Sem uma resolução concreta para a quitação do empréstimo, a assembleia decidiu instalar uma Comissão de Finanças (composta pelos membros da diretoria: Ariosto Mila, Otavio Lotufo, Guilherme Malfati, Wilson Maia Fina e Eduardo Kneese de Mello) a qual seria responsável por estudar o caso e propor uma solução para obtenção dos recursos necessários. Enfim, mesmo diante das dificuldades a construção do edifício foi concluída e a primeira menção às reuniões realizadas no novo prédio foi feita em treze de abril de 1950, em sessão presidida por Eduardo Kneese de Mello.

O edifício como espaço da síntese das artes

Quanto à identificação do edifício como exemplar de síntese das artes, Fernandes (2006) elencou diversos exemplos nos quais os arquitetos trabalharam em colaboração com os artistas plásticos para a concepção de edifícios modernos, como: o Ministério da Educação e Saúde, no Rio de Janeiro e o Teatro Cultura Artística, projetado por Rino Levi na cidade de São Paulo. Em ambos a relação entre a obra de arte e o edifício culminavam na qualificação do espaço urbano.

No caso do edifício do IAB/SP, aos poucos, foram integradas algumas obras de arte ao seu espaço interno. Dentre elas o mural de Antônio Bandeira (Figura 08), no saguão de entrada, o móbile de Alexander Calder "The Black Widow" (Figura 09), no pé-direito duplo, além de outras como o mural de Ubirajara Ribeiro, no bar da sede e a estátua de Bruno Giorgi" (CONDEPHAAT, 2002, p.03).



Figura 08
Mural de Antônio Bandeira
Fonte: (CONDEPHAAT, 2002, p.123)



Figura 09
MóBILE de Alexander Calder.
Fonte: (CRUZ in Vitruvius, 2015)

O móbile de Alexander Calder (Figura 09), localizado no vazio de pé-direito duplo que integra os dois pavimentos da sede do Instituto foi uma “lembrança da visita do artista ao Brasil em 1948, e também, testemunho da estreita relação entre seu trabalho e o espírito da arquitetura moderna” (CONDEPHAAT, 2002, p.61). Quanto ao mural (Figura 10) de Ubirajara Ribeiro, destaca-se o papel de sua produção integrada ao edifício, a pedido da diretoria do Instituto:

A importância que o projeto e a execução desta obra assumiu para os autores foi considerada de maior valia, pois lá colocar-se-ia em prática com a máxima liberdade, toda a experiência já adquirida no campo da arquitetura e da pintura. Em outras palavras, uma obra com reais possibilidades de uma verdadeira integração entre as artes e a arquitetura; pois se de um lado o muro painel tinha serias responsabilidades de caráter funcional como divisor estar-serviços-restaurantes da sede social daquele Instituto, por outro, deveria manter condições que o definissem como obra de criação artística. As próprias funções vieram a determinar as formas como resultado lógico, e a um tratamento escultórico imprimido ao próprio material construtivo (concreto aparente) veio se juntar um elemento pictórico-narrativo que constitui o centro de interesse do muro. Esta narrativa do elemento focal estabelece-se pelo uso da linguagem dos símbolos e seus significados, e estruturalmente pelo jogo modulado de volumes, espaços, cores, e objetos variados onde o individual participa do coletivo e este do universal (ACRÓPOLE, no 341, 1967, p.38).



Figura 10
Mural de Ubirajara Ribeiro.
Fonte: as autoras (2015).

Ao identificar o edifício do IAB/SP como um exemplar de síntese das artes deve se observar também o seu papel no contexto do moderno na cidade de São Paulo:

Este edifício, cuja construção terminou por volta de 1950, é culturalmente significativo tanto sob o prisma de suas qualidades arquitetônicas quanto históricas. Seu projeto, (...) significando uma síntese das lutas pelo modernismo então empreendidas pelos arquitetos e como tal, foi festejado como uma vitória para a intelectualidade paulista. Sua arquitetura distingue até o presente pela qualidade e contemporaneidade de soluções (CONDEPHAAT, 2002, p.03).

Ainda, o IAB/SP foi sede de:

inúmeros eventos da maior significação histórica, destacando-se, entre outros, o fato de ter sido o único foro que permaneceu corajosamente aberto a toda sociedade na luta contra a repressão, empreendida pelo recente regime militar, sendo utilizado inclusive pelos membros da OAB e Sindicato dos Jornalistas, que no auge da virulência, preferiram não expor suas entidades (CONDEPHAAT, 2002, p.03).

Considerações Finais

As circunstâncias analisadas da instalação do IAB na cidade de São Paulo e da organização de seus associados para a construção de sua sede, em um momento de institucionalização da profissão apresentam a relevância desse edifício. Conforme comentou Carlos Lemos no parecer do tombamento realizado pelo IPHAN:

Esse edifício, antes de tudo histórico, nasceu da conjunção das ideias de oito arquitetos de pensamentos diversos e nisso reside a sua configuração digamos comunitária, porque

não desagradou a ninguém. Vejamos: Abelardo de Souza e Helio Duarte vindos da Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro eram “modernistas”, formados sob a “égide” de Lucio Costa, diretor da Escola em 1930; Galiano Ciampaglia, Miguel Forte e Jacob Ruchti eram adeptos de Frank Lloyd Wright; de Rino Levi e seu associado Roberto Cerqueira Cesar todos conhecemos a sua modernidade trazida de Roma, aprendida na Real Escola Superior de Arquitetura e proclamada aqui em manifesto de 1925; e por fim, Zenon Lotufo, com estudos iniciais no Rio, formado engenheiro-arquiteto pela nossa Politécnica e modernista engajado na corrente carioca. Pelo visto, essa obra conjunta tem maior significado porque revelou uma associação “democrática” originada do confronto de projetos participantes de um concurso entre profissionais desejosos de ter sua sede conforme suas expectativas (IPHAN, p.08, 2015).

Como retrato da reunião de arquitetos cariocas e paulistas, o edifício representa a identidade da época e o papel desempenhado pelo Instituto na adoção pela arquitetura moderna e na defesa pela profissão. Para os arquitetos reunidos no Instituto, que se tornaram modernos, o estilo era uma causa (KOPP, 1980; FICHER, 1989). Essa causa estava presente na orientação do profissional que o arquiteto moderno deveria ser e na escola na qual deveria ser formado (VIDOTTO; MONTEIRO, 2015). No parecer do conselheiro do CONDEPHAAT, Antônio Luiz Dias de Andrade, afirmou:

A sede do IAB inscreve-se como um dos mais representativos projetos deste período; obra coletiva, revela as teses ardorosamente defendidas pelos arquitetos progressistas, empenhados em oferecer à cidade novas qualidades, rompendo a fisionomia arcaica das estruturas herdadas nos períodos anteriores – o “condensador social” de uma nova ordem urbanística – a se valer das palavras de Anathole Kopp (CONDEPHAAT, 2002, p.16).

O edifício foi palco aberto para as discussões políticas, sociais e artísticas da época, atraindo frequentadores dos mais diversos grupos intelectuais, constituindo parte de uma rede convívio entre seus frequentadores. Além de sediar atividades políticas o IAB/SP sediou diversas exposições, divulgadas nos Boletins do Instituto e acolhia os alunos das duas escolas de arquitetura próximas – a Faculdade de Arquitetura do Mackenzie (FAM) e a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP). Conforme as atas das assembleias da diretoria, a sede era cedida aos alunos para palestras e bailes da FAM e para os alunos da FAUUSP. O Instituto era sede dos “Artistas de Domingo” (IAB n.º 44, 1957), evento promovido pelo Grêmio da FAUUSP – o GFAU – para exposição de trabalhos dos alunos da faculdade, bem como para comemorações do final de competições esportivas entre as escolas de arquitetura (IAB, Ata no 48, 1954, p.143). Entre as exposições sediadas esta-

vam a “Exposição de Objetos de Arte Peruanos” (IAB nº 11, 1954); a “Exposição de Jovens Arquitetos Paulistas” e a “Exposição de Materiais” (IAB nº 18, 1951). A aproximação com estudantes, através dos eventos promovidos pelos grêmios das escolas de arquitetura na sede, propiciou a associação de jovens arquitetos. Esses passaram com o tempo, a renovar os quadros de associados do Instituto e, da mesma forma, defender os valores profissionais e estilísticos difundidos pela sua diretoria (VIDOTTO, 2014).

Destaca-se também, a ocupação até o ano de 1955, do subsolo do IAB/SP pelo Clube dos Artistas e Amigos da Arte, que colaborou, certamente, para a integração entre os arquitetos e os artistas, conforme apontado por Saia (in XAVIER, 2003). Por meio dessa rede, os arquitetos puderam afirmar seu papel na sociedade paulistana da época, que se encontrava em pleno desenvolvimento, ao passo que foram impactados pela convivência com artistas de diversas áreas. Alguns desses artistas deixaram sua marca na própria sede do Instituto, constituindo parte do edifício e possibilitando o acesso à arte por seus frequentadores.

Desse modo, pode-se dizer que o espaço projetado em conjunto pelos arquitetos: Rino Levi, Roberto de Cerqueira Cesar, Miguel Forte, Jacob Ruchti, Galiano Ciampaglia, Hélio Duarte e Abelardo de Souza foi fundamental para as atividades que o IAB/SP propunha. O projeto da sede do Instituto, para além de ser um espaço de convívio e debate entre os arquitetos e artistas, possibilitou a divulgação da profissão do arquiteto no ambiente paulista, cumprindo a função de sede definida pelo presidente nacional do IAB, Paulo Camargo, no ato de sua fundação (IAB, 1943).

O papel do edifício como espaço de sociabilidade e convívio ainda necessita ser explorado no sentido de averiguar o impacto que trouxe para a afirmação da categoria profissional. Além disso, pouco se sabe sobre o concurso promovido para a seleção do projeto do edifício, os projetos inscritos e todos os seus autores.

Com o passar dos anos, a Vila Buarque e o Centro Novo que haviam sido espaços de efervescência nas décadas de 1930 e 1940, começaram a passar por um processo de degradação:

Muitos prédios que não foram abandonados foram convertidos por seus proprietários em espaços capazes de abrigar as atividades populares que se difundiam na área. Assim, muitos edifícios habitacionais foram esvaziados, cedendo lugar a dezenas de escritórios de advocacia, lojas populares, distribuidoras de diversos produtos, matrizes de consórcios

populares, etc., que passaram a conviver, lado a lado, com antigas lojas de departamentos, galerias comerciais, bancos, e espaços de lazer implantados entre as décadas de 1930 e 1950. Tal uso incrementou, ainda mais, o grande fluxo de pedestres na área. Entretanto, favoreceu seu esvaziamento noturno, uma vez que as lojas não possuíam atividade à noite (ATIQUE, 2013, p.303).

Deu-se então, o início do processo de decadência do Centro Novo. Nos dias atuais pode-se verificar a retomada dos edifícios da Vila Buarque por meio do convívio e uso do Instituto, pelos novos escritórios de arquitetura instalados na vizinhança, pela livraria especializada em livros de arte e arquitetura no térreo do prédio, além do uso dos espaços pelos estudantes da Escola da Cidade, sediada na mesma rua. A busca por um local na região da Rua General Jardim, esquina com Bento Freitas atraiu novamente os arquitetos em busca da diversidade dos estabelecimentos, pessoas e espaços públicos o que permite, segundo José Armênio, presidente do IAB/SP o encontro das pessoas pelas ruas e a colaboração entre elas. O espaço da vizinhança também é tomado pela música, com o chorrinho dos arquitetos e artistas de rua (FOLHA DE SÃO PAULO, 2013). Somado a isso, os eventos que tiveram como espaço o mezanino do edifício, como a Jornada do Patrimônio, ocorrida em novembro de 2015 e os cursos que estão sendo promovidos nos dias atuais.

No contexto da cidade de São Paulo, que estava em franco desenvolvimento, a construção da sede do IAB/SP, aliando a arquitetura moderna às artes, definiu um modelo a ser seguido pelos arquitetos. Esse modelo não se restringiu aos padrões estéticos, mas tratou também, da experimentação da seleção de projetos através de concursos e, principalmente, da força e união da categoria dos arquitetos.

Referências

ATIQUE, F. *Memória Moderna - a trajetória do edifício Esther*. São Carlos : RiMa, 2013, 382p.

BARBOSA, E. *Evolução do uso do solo residencial na área central do município de São Paulo*. Dissertação de Mestrado. Escola Politécnica de São Paulo. São Paulo, 2001. 220p.

Processo de Tombamento do Edifício do Instituto de Arquitetos do Brasil. *CONDEPHAAT – 31.622-94, 2002*. Disponível em: <http://www.arquicultura.fau.usp.br/index.php/encontre-o-bem-tombado/uso-original/educacao-e-pesquisa/edificio-do-instituto-dos-arquitetos-do-brasil>. Acessado em 12 de setembro de 2014).

Processo de Tombamento do Edifício do Instituto de Arquitetos do Brasil. *CONDEPHAAT – 2009 0.196.106. Assunto 040-001*. (Consultado em 16 de Janeiro, 2015).

- CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990,
- CONPESP. *Resolução nº 10 de 2015*. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/Re1015TExOficiodoEdificiosededoIABpdf_1430236949.pdf. Acessado em 16 de Maio de 2016.
- CRUZ, J. A. de B. A Viúva Negra em Londres. Móbile brasileiro de Alexander Calder em exposição na Tate Modern de Londres. *Drops*, São Paulo, ano 16, n. 098.04, Vitruvius, nov. 2015 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/drops/16.098/5807>>.
- DEDECCA, P. G. *Sociabilidade, Crítica e Posição: O Meio Arquitetônico, As Revistas Especializadas e o Debate do Moderno em São Paulo*. Dissertação de Mestrado, FAUUSP, São Paulo, 2012, p.34.
- DURAND, J. C. G. *Arquiteto: estudo introdutório de uma ocupação*. 1972. 133p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.
- FERNANDES, F. A síntese das artes e a moderna arquitetura brasileira dos anos 1950. *Cadernos de Pós-Graduação da UNICAMP*, v. 8, p. 71-78, 2006, Consultado em http://www.iar.unicamp.br/dap/vanguarda/artigos_pdf/fernanda_fernandes.pdf
- FICHER, S. *Ensino e Profissão: o curso de Engenheiro-Arquiteto da Escola Politécnica de São Paulo*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 1989, 2v.
- General Jardim, no Centro de São Paulo, é a Rua dos Arquitetos e do Chorinho depois do expediente. *FOLHA DE SÃO PAULO*, 17 de novembro de 2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2013/11/1371907-general-jardim-no-centro-de-sp-e-a-rua-dos-arquitetos-e-do-chorinho-depois-do-expediente.shtml>. Acessado em 16 de Maio de 2016.
- GUIMARAENS, Cêça. Tombamento do edifício-sede do Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento de São Paulo. Parecer Processo nº 1732-T-15. *Minha Cidade*, São Paulo, ano 16, n. 185.02, Vitruvius, dez. 2015 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/16.185/5839>>.
- IAB. *Ata da Sessão Especial para Fundação do Departamento Estadual de São Paulo do Instituto de Arquitetos do Brasil*. São Paulo 06.11. 1943
- A comissão se reuniu nos dias 23 e 24 de outubro de 1946. *Ata de Julgamento do Concurso do Edifício IAB/SP*. IAB, 1947: Arquivo do Instituto de Arquitetos do Brasil, São Paulo.
- IAB. *Boletim Mensal nº 01*. São Paulo, 1954. 7p.
- IAB. *Boletim Mensal nº 11*. São Paulo, 1954. 7p.
- IAB. *Boletim Mensal nº 48*. São Paulo, 1957. 5p.
- IAB. *Ata da Assembleia nº 03*. Livro A. São Paulo, 1947. Consultada em 05 de Junho de 2013.
- IAB. *Ata da Assembleia nº 05*. Livro A. São Paulo, 1948. Consultada em 05 de Junho de 2013.
- IAB. *Ata da Assembleia nº 06*. Livro A. São Paulo, 1949. Consultada em 05 de Junho de 2013.
- IAB. *Ata da Assembleia nº 07*. Livro A. São Paulo, 1950. Consultada em 05 de Junho de 2013.
- IAB. *Ata da Assembleia nº 32*. Livro A. São Paulo, 1953. Consultada em 05 de Junho de 2013.
- IAB. *Ata da Assembleia nº 48*. Livro B. São Paulo, 1954. Consultada em 05 de Junho de 2013.

IAB. *Ata da Assembleia nº 62*. Livro C. São Paulo, 1955. Consultada em 05 de Junho de 2013.

IPHAN. *Parecer Processo no 1732-T-15*. Edifício-Sede do Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento de São Paulo. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Banco_de_Pareceres_Tombamento_Edificio_Sede_do_IAB_SP\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Banco_de_Pareceres_Tombamento_Edificio_Sede_do_IAB_SP(1).pdf). Consultado em 16 de Maio de 2016.

KOPP, A. *Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa*. Nobel: São Paulo, 1990, 254p.

MELLO, E. K. de. Palestra no Instituto de Arquitetos do Brasil in: *Arquitetura Brasileira: Palestras e Conferências*. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo São Paulo, 1963.

NASCIMENTO, A. P. MAM – *Museu para a Metrópole*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FAUUSP, 2003.

SAIA, L. Arquitetura Paulista in XAVIER, A. (org). *Depoimentos de uma Geração – Arquitetura Moderna Brasileira*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. 408p.

SILVA, J. M. de C. e. *O arquiteto e a produção da cidade: a experiência de Jacques Pilon, 1930 – 1960*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2012. 257p.

SOMEKH, N. *A cidade vertical e o urbanismo modernizador – São Paulo 1920 – 1939*. São Paulo: Studio Nobel: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 1997. 173p.

SOUZA, M. A. A. de S. *A identidade da metrópole: a verticalização em São Paulo*. São Paulo: HUCITEC; EDUSP, 1994. 257p.

Sede do Instituto de Arquitetos do Brasil (I.A.B.) – Departamento de São Paulo. *Revista Acrópole*: maio de 1948, ano 11, no 121, pp. 1-2.

Edifício I. A. B. *Revista Acrópole*: maio de 1951, ano 14, no 157, p. 46.

Painel para a sede do I.A.B. São Paulo. *Revista Acrópole*: julho 1967, ano 29, número 341, p.38

VIDOTTO, T. C. *A indissociável relação entre o ensino e a profissão na constituição do arquiteto e urbanista moderno no Estado de São Paulo: 1948 – 1962*. 2014. 260p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, UNICAMP, Campinas, 2014.

VIDOTTO, T. C.; MONTEIRO, A.M.R.G. *O discurso profissional e o ensino na formação do arquiteto e urbanista moderno em São Paulo – 1948 – 1962*. In: *Revista Pós FAUUSP*, V.22, nº 38, 2015, pp.20-37.

WOLF, José. José Armênio de Brito Cruz. Entrevista, São Paulo, ano 06, n. 024.03, *Vitruvius*, out. 2005 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/06.024/3310>>.

Debates recentes sobre o restauro da arquitetura moderna na Itália

Ana Carolina de Souza Bierrenbach

Ana Carolina de Souza Bierrenbach é Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Professora da FAUFBA e do PPGAU-UFBA; linabiba@yahoo.com

Resumo

Este artigo apresenta os debates recentes sobre o restauro da arquitetura moderna na Itália, concentrando-se nas contribuições de alguns dos teóricos mais importantes do país. Assinala os entendimentos sobre o termo "arquitetura moderna" e aponta a existência de quatro tendências de restauro, examinando seus fundamentos e apontando seus principais teóricos: 1) O restauro dos conceitos – DOCOMOMO-Internacional e DOCOMOMO-Itália; 2) O restauro dos significados – Paulo Marconi; 3) O restauro das matérias – Amedeo Bellini, Marco Dezzi Bardeschi e Paolo Torsello; 4) O restauro das matérias e das imagens: Giovanni Carbonara.

Palavras-chave: teorias de restauro, arquitetura moderna, Itália.

Abstract

This article presents the recent debates on the restoration of modern architecture in Italy, focusing on the contributions of some of the most important theoreticians of the country. It points out the understandings of the term "modern architecture" and points out the existence of four restoration tendencies, examining its foundations: 1) The restoration of concepts – DOCOMOMO-International and DOCOMOMO-Italy; 2) The restoration of meanings – Paulo Marconi; 3) The restoration of the materials – Amedeo Bellini, Marco Dezzi Bardeschi and Paolo Torsello; 4) The restoration of materials and images: Giovanni Carbonara.

Keywords: Theories of restoration, modern architecture, Italy.

Resumen

Este artículo presenta los recientes debates sobre la restauración de la arquitectura moderna en Italia, centrándose en las contribuciones de algunos de los teóricos más importantes del país. Toma nota de los entendimientos del término "arquitectura moderna" y señala la existencia de cuatro tendencias de restauración, examinando sus fundamentos y apuntando sus principales teóricos: 1) La restauración de los conceptos – DOCOMOMO-Internacional y DOCOMOMO-Italia; 2) La restauración de los significados – Paolo Marconi; 3) La restauración de los materiales – Amedeo Bellini, Marco Dezzi Bardeschi y Paolo Torsello; 4) La restauración de los materiales e imágenes: Giovanni Carbonara.

Palabras-clave: Teoría de la restauración, arquitectura moderna, Italia.

Introdução

Este artigo apresenta os debates recentes sobre o restauro da arquitetura moderna na Itália, concentrando-se nas contribuições de alguns dos principais teóricos do país, como Amedeo Bellini, Marco Dezzi

Bardeschi, Giovanni Carbonara, Paolo Marconi e Paolo Torsello. As posições do DOCOMOMO Internacional e do DOCOMOMO italiano também são centrais no texto.¹

Para tratar do assunto é necessário inicialmente assinalar que não existe consenso sobre as noções de “arquitetura moderna” ou de “restauro”.

Além da expressão “arquitetura moderna” aparecem outras como “arquitetura nova”, “arquitetura do novecentos”, “arquitetura funcionalista” ou “arquitetura contemporânea”, sendo que há autores que usam mais de um termo. A expressão “Movimento Moderno” é usada com muita frequência e apresenta um recorte mais restrito com relação a outros, fato que conduz certos autores a questioná-la como sendo limitadora para a plena compreensão das arquiteturas realizadas durante o século XX.²

Diferentes autores assinalam que a “arquitetura moderna” (considerando todas as suas diferentes nomeações e nuances) costuma apresentar características que a diferenciam da arquitetura tradicional: a ruptura com normas arquitetônicas precedentes e com tipos pré-determinados; a peculiaridade nos seus métodos de concepção e produção que aplicam a noção de racionalidade; a busca pela experimentação de técnicas e materiais com a utilização da produção em série e da pré-fabricação; a procura por relacionar de um modo direto as funções com as formas, fazendo com que certos edifícios assumam características funcionais precisas, que se articulam diretamente com as soluções formais; em outras circunstâncias aparecem opções funcionais mais abertas a mudanças que não têm uma relação direta com as soluções formais, mas que costumam adotar geometrias mais rigorosas; a ideia de que uma vez que a funcionalidade, os materiais e/ou as técnicas se tornem obsoletos, a arquitetura pode ser substituída; a introdução da concepção da abstração na arquitetura, com o predomínio da utilização de formas e cores puras; a modificação na concepção espacial, criando inusitadas inteirações entre as dimensões internas e externas dos ambientes.³

Entretanto, pondera-se que, na prática, as referidas racionalizações e experimentações encontram muitas dificuldades nas suas produções; que os arquitetos se deparam com problemas para aplicar as inovações materiais e técnicas, fazendo com que as utilizem constantemente de um modo inapropriado ou que continuem usando soluções tradicionais, mas com feições atualizadas; assim, as próprias soluções industrializadas, em muitos casos, mostram-se muito mais

¹ Não se tem a intenção de realizar um panorama histórico sobre os debates realizados até meados do século XX, mencionando autores como Cesare Brandi, Renato Bonelli, Roberto Pane, entre outros. Também não se pretende demonstrar a posição de todos os autores que tratam do tema entre o final do século passado e a atualidade, embora exista uma discussão mais ampla na Itália. Preferiu-se também centrar o texto em aspectos teóricos, deixando para tratar das conexões teóricas com as práticas em outra ocasião.

² CASCIATO, 1999, p.28; CASCIATO, 2007, p.39; GIOENI, p.127-138. Ver: LA REGINA, 2007, p.67.

³ BELLINI, 1994, p.18-19. Ver: ARTIOLI, 1993, p.44; BELFIORE, 2012, p.33; BORIANI, 2003, p.10; DENTI, 1994, p.24; SALVO, 2016, p.15-16; SCIASCIA, 2007, p.54-55.

ideais do que reais; embora certos arquitetos modernos manifestem a ideia de que é necessário substituir seus projetos quando os usos forem superados, outros têm a consciência de que isso possa não acontecer na prática, sustentando que seus edifícios devem ter a capacidade para aceitar mudanças de usos; há também arquitetos que continuam acreditando que a arquitetura tem que perdurar assumindo uma dimensão de monumentalidade, algo que ocorre com frequência na arquitetura moderna italiana; outra questão colocada é que precárias condições econômicas e ausência de consenso social terminam impossibilitando que tais arquiteturas, supostamente destinadas a desaparecer, sejam realmente substituídas.⁴

⁴ GIOENI, 2004, p.248. Ver: ANZIVINO, 1994, p.97-98; BORIANI, 1994, p.90; BORIANI, 2003; CARRERA, 2008, p.139; LA REGINA, 2007, p.75; MORABITO, 1993; SCIASCIA, 2007, p.56.

⁵ Ver: BORSI, 1994; CIUCCI, 2012, p.20; LA REGINA, 2007; MORABITO, 1993, p.145; PORZIO, 1993.

⁶ Ver: AVETA, 2002; MANGONI, 2012, p.103; MARINO, 2012.

Embora o termo “restauro” seja uma constante nos debates examinados, aparecem outros termos que o complementam e o esclarecem, articulando concepções intrincadas. No caso do restauro da arquitetura moderna, parte-se da discussão sobre a existência⁵ ou inexistência⁶ de uma **especificidade** no seu método, sendo que a primeira opção é constantemente defendida pela presença de uma ou mais das características mencionadas anteriormente.

Alguns teóricos observam que embora a arquitetura moderna de fato apresente algumas características peculiares que têm que ser tidas em consideração quando se atua nelas, isso não conduz necessariamente a um método específico de restauro.⁷ Uma dessas características é a constante utilização de materiais e técnicas experimentais que passam por um rápido processo de deterioração e que normalmente não têm uma manutenção adequada. Aponta-se que os restauradores não têm uma preparação correta para lidar com essas questões, mas que, com pesquisas e treinamentos profissionais, essas dificuldades podem ser superadas; outra é a existência de edifícios modernos estandardizados e com padrões massificados que encontram resistências por parte dos usuários atuais, que tendem a transformá-los, adequando-os às suas necessidades, rompendo com suas características abstratas e incorporando elementos mais personalizados, usualmente com aspectos tradicionais.⁸ Há também uma maior abertura por parte do público para reconhecer os valores e assumir os sinais das deteriorações das arquiteturas antigas, enquanto, no caso das modernas, isso não ocorre. Também por parte da crítica existe uma maior dificuldade para o reconhecimento dos valores das arquiteturas mais recentes: alega-se que não existe um distanciamento temporal condizente para que se possa formular uma avaliação crítica pertinente, fato que é discutido por mui-

⁷ Ver: BORIANI, 2003.

⁸ DEZZI BARDESCHI, 1993, p. 136; Ver: BORIANI, 2003.

tos, mas que ainda é apoiado pela legislação italiana (Lei 42/2004), que afirma que a proteção dos edifícios pode apenas ocorrer após 50 anos de construção, no caso de edifícios de propriedade privada, e 70 anos para aqueles de propriedade pública.⁹

A seguir apresentam-se as concepções sobre o restauro da arquitetura moderna detectadas nos debates italianos recentes. O texto procura reunir diferentes posicionamentos, sintetizando suas principais argumentações, assinalando se indicam ou não a existência de uma especificidade no que diz respeito ao restauro da arquitetura moderna.

1. Restauro dos conceitos

Existem teóricos que sustentam que a arquitetura moderna apresenta características específicas¹⁰ que permitem a restauração dos seus conceitos. Vários desses teóricos estão vinculados com a rede DOCOMOMO.¹¹

A possibilidade de restaurar os conceitos pauta-se na discussão sobre a autenticidade. Para esses teóricos, a autenticidade está principalmente nos conceitos, nas ideias primordiais do arquiteto e do projeto, e são essas que têm que ser retomadas para que se garanta a plena continuidade da arquitetura.¹²

Para que se restaurem os conceitos é importante rastrear-los diretamente nas suas fontes primárias, que é onde se concentram as ideias do autor. A autenticidade pode ser encontrada principalmente no **projeto originário**. Neste sentido, os teóricos consideram que os **desenhos** são portadores de informações precisas sobre o projeto originário, e devem ser retomados com um mínimo de transformações.¹³ Em determinadas circunstâncias também se assinala a importância dos dados materiais originais, afirmando que podem indicar as concepções dos edifícios.¹⁴ Em outras, a opinião do autor é mencionada como um ponto a ser considerado.¹⁵

Assim, a partir da referência a tais documentos autênticos, afirma-se a plena validade da realização de **cópias** de peças, partes ou de edifícios completos, sem que isso possa se considerar como um falso histórico.¹⁶

Essa questão relaciona-se com a aplicação da **produção industrial e da seriação**. Para alguns desses teóricos, a concepção da arquitetura moderna relaciona-se com a utilização de peças e partes seriadas, muitas vezes realizadas com poucos recursos, assumindo um caráter experimental, com a intenção de serem

⁹ CARUGHI, 2017.

¹⁰ CASCIATO, 2017; PORETTI, 2012, p. 89; DE JONGE, 1993, p. 314.

¹¹ O DOCOMOMO Internacional (International working-party for Documentation and Conservation of buildings, sites and neighbourhoods of the Modern Movement) é uma organização não governamental fundada em 1988 na Holanda e que, desde então, tem se expandido com representações em diversos países, inclusive a Itália. O DOCOMOMO-Itália constituiu-se em 1995. Os integrantes do grupo italiano indicam que seu âmbito de ação é o da arquitetura italiana moderna do novecentos, portadora de características específicas e não exatamente aquela vinculada com o Movimento Moderno. Segundo Carughi, o DOCOMOMO-Itália tem em comum com o Internacional o objetivo da proteção à arquitetura do 1900 e existe uma afinidade teórica entre ambas as instituições, (PORETTI, 1999; CARUGHI, 2017) embora seja possível notar diferenças de posturas. Este artigo procura indicar, em linhas gerais, o entendimento sobre restauro do DOCOMOMO Internacional e do italiano, especialmente a partir das posições de profissionais com uma posição destacada na Instituição, como Maristella Casciato (1950), Rosalia Vittorini (1956), Sergio Poretti (1944) e Ugo Carughi (1948). Como o holandês Wessel De Jonge (1957) é constantemente mencionado nas discussões italianas, sua opinião é considerada.

¹² CASCIATO, 2007, p. 39-40. CASCIATO, 2008, p. xiii; DE JONGE, 1993. Ver: CANZIANI, 2003, p.108;

¹³ DE JONGE, 1993, p.156 e p.162.

¹⁴ PORETTI, 2012, p.90; VITTORINI, 2013.

¹⁵ DE JONGE, 1993, p.314.

¹⁶ VITTORINI, 2013. Ver: MORABITO, 1993, p.150.

transitórias. Sendo assim, consideram-se autorizados conceitualmente a substituir elementos obsoletos. Entendem que podem trocá-los por outros similares que ainda sejam reproduzidos, retomar a produção de elementos com a superação dos seus defeitos preliminares, ou, caso essas soluções não sejam mais possíveis, substituí-los por outros. Com isso, acreditam que podem adequar melhor a funcionalidade dos edifícios com a correção de erros. Essa substituição não afetaria a autenticidade dos edifícios, uma vez que esta permaneceria no conceito e não na matéria.¹⁷

¹⁷ PORETTI, apud SALVO, 2016, p.25-26; VITTORINI, 2013. Ver: BELFIORE, 2012, p.33; BELLINI, 1994, p.19; CAPOMOLLA, 2003, p.185-186; CASSANI, 2003, p.23-24; CIUCCI, 2012, p.13; DE JONGE, 1993, p.145-146; LA REGINA, 2007; MORABITO, 1993, p.149-150; SALVO, 2007, p.460; SALVO, 2007-2008; SALVO, 2016, p.87.

¹⁸ Ver: BELLINI, 1994, p.20; BORIANI, 2003, p.7; BORSI, 1994, p.7; LOCATELLI, 2009, p.142; DELL'ERBA, 1999, p.404; SALVO, 2016, p.16-17 e 21.

¹⁹ Alois Riegl em "O culto moderno aos monumentos" (1903), indica a existência de valores que orientariam a preservação dos monumentos, entre eles o de novidade e o de antiguidade. O primeiro corresponde com o aspecto completo e perfeito de uma obra; o segundo com a decadência e imperfeição adquiridas pela obra com o tempo. As obras modernas, por mais recentes, teriam maior dificuldade de possuírem tal valor, por não terem tido um suficiente período de decantação. Ver: CASSANI, 2003; DELL'ERBA, 1999, p.404; MARINO, 2007, p. 447-448; MARINO, 2012, p.112-114; SCARROCCIA, 1994, p.25-26.

²⁰ Ver: CASSANI, 2003, p.25; MARINO, 2007, p.447-448; SALVO, 2016, p.26-27.

²¹ Ver: BORSI, 1994, p.7; CASSANI, 2003, p.30; CORNOLDI, 2007, p.262; SALVO, 2016, p.26-27.

Aponta-se ainda um outro aspecto, que se relaciona com o conceito de **abstração**, característico da arquitetura moderna. Essa rompe com as referências preexistentes e adota muitas vezes volumes puros, formas compactas, superfícies perfeitas e cores homogêneas que, ao contrário da função, das técnicas e dos materiais, têm que perdurar no decorrer do tempo. Assim, consideram essencial que a integridade da imagem se transmita. Afirmam que a arquitetura moderna é uma obra artística concluída, que não deve ser alterada, mas pode ser reconstituída.¹⁸

Essa ideia se relaciona com o **valor de novidade** que passa a vigorar durante a modernidade, contrapondo-se ao **valor de antiguidade**.¹⁹ Reconhece-se que a arquitetura moderna seja concebida prioritariamente a partir do valor de novidade, rejeitando o valor de antiguidade. Nesse sentido, os teóricos dessa tendência assumem a predominância desse valor, que induz a arquitetura moderna a parecer sempre nova, recusando a imagem de deterioração ou de arruinamento.²⁰

A consolidação das imagens relaciona-se com a difusão da arquitetura moderna. Através de livros e revistas, divulgam-se imagens perfeitas, que tendem a se consolidar como "reais". A utilização das **fotografias**²¹ é fundamental para a propagação de imagens de edifícios modernos recém-construídos, com escassa presença dos usuários e das suas ações transformadoras, sem as deteriorações naturais causadas pelo tempo. Tais fotografias são tidas como autênticos documentos que podem contribuir para a reconstituição da imagem em um tempo zero.

Uma vez que se entende que o projeto original, portador das dimensões mais essenciais e perfeitas da imagem tem que ser predominante, considera-se que qualquer parte ou peça considerada destoante possa ser eliminada e que os acréscimos têm que acompanhar as características das imagens originais, sem aportes diferenciadores que indiquem as suas atua-

lidades, conformando-se como “projetos invisíveis” (PORETTI, 2012, p. 94). As **novas criações**, assim, não devem ter direito a uma expressão própria e atual.

Para esses teóricos, é necessário **valorar** preliminarmente esses edifícios, assinalando seus significados artísticos, históricos, sociais e também econômicos. Quanto maiores os valores detectados no edifício, deve-se dar maior atenção à restauração dos seus conceitos fundamentais.²²

No que diz respeito ao **valor de uso**, esses autores demonstram limitações para aceitar as mudanças anteriormente realizadas pelos usuários para adaptar os edifícios às suas necessidades, especialmente nos casos dos edifícios mais icônicos. Entretanto, ponderam que, uma vez que o conceito de funcionalidade é fundamental,²³ torna-se necessário que os edifícios continuem satisfazendo às necessidades atuais dos usuários, permitindo por vezes mudanças nas distribuições espaciais, em outras a inserção de novas instalações. Essa compreensão induz a permitir a transformação de usos preexistentes e a não a reparar peças e partes dos edifícios, mas sim substituí-las por outras mais eficientes. Embora o **reuso** com adequação funcional seja considerado importante, de um modo geral entende-se que a forma primordial não possa ser afetada, e muito menos que os edifícios icônicos possam alcançar o estado de ruína.²⁴ Carughi, por sua vez, menciona que considera que função pode se transformar e que isso pode afetar a forma, desde que essa não perca seu caráter.²⁵

A **reconstrução** de edifícios é considerada plenamente realizável. Tem-se em mente principalmente aquelas arquiteturas que têm um caráter de manifesto. O fato de se tratarem de modelos, que têm inicialmente como meta serem produzidos em série, que poderiam ser montados, desmontados, remontados e até mesmo deslocados, induz esses autores a entender que tais reconstruções são pertinentes, assumindo uma função didática e turística.²⁶

Diante do exposto, esses teóricos apontam diferentes opções de **restauro** que dependem da determinação dos valores detectados preliminarmente. O DOCOMOMO-Internacional indica quatro modelos de ações principais: o restauro pode comportar uma repriminção completa; uma repriminção com a introdução de melhoramentos técnicos, mesmo que imperceptíveis; modificações realizadas com materiais e técnicas atuais; ou, finalmente, reestruturação destinada ao reuso, sem muita atenção aos valores histórico

²² CASCIATO, 2007, p. 39; PORETTI, 2012, p.90; DE JONGE, 1999, p.15.

²³ CARUGHI, 2012, p.44; CASCIATO, 2007, p.xiii; DE JONGE, 1993, p.156.

²⁴ CARUGHI, 2017. Ver: CASSANI, 2003; CAPOMOLLA, 2003, p.185-186; DELL'ERBA, 1999, p.404.

²⁵ CARUGHI, 2012, p.45.

²⁶ Ver: CIUCCI, 2012, p.18; LA REGINA, 2007, p.73.

²⁷ PORETTI, 2012, p. 89; VITTORINI, 2013, s/p. Ver: GIOENI, 2004, p.143; MORABITO, 1993, p.150; SALVO, 2016, p.40-41.

²⁸ DE JONGE, 1993, p.155. Ver: BORIANI, 2003, p.18; CASSINI, 2003, p.23.

²⁹ GIMMA, 1993, p. 304; MARCONI, 1999, p.165; MARCONI, 2008, p. 152.

³⁰ MARCONI, 1999, p. 3-4, TORSELLO, 2005, p.47. MARCONI, 1999, p. 3-4, TORSELLO, 2005, p.47.

³¹ GIMMA 1993, p.301, MARCONI, 1999, p. X; TORSELLO, 2005, p.45-46, MARCONI, 2008, p.151. Ver: BARDELLI, 1999, p.396.

³² MARCONI, 1999, p.IX, p.103, p.122, p.151; GIMMA, 1993, p. 122.

-arquitetônicos. Para tanto, indica-se a possibilidade de redefinir e redesenhar partes inteiras dos edifícios, pautando-se nos mencionados desenhos originais, e/ou no exame das suas características constitutivas.²⁷

Embora a **conservação** da matéria possa acontecer, não é tida pelo DOCOMOMO como fundamental, porque é considerada contrária ao conceito original de provisoriedade do Movimento Moderno.²⁸

2. Restauro dos significados

No entender de Paolo Marconi (1933-2013), não existe nenhuma diferença entre o restauro da arquitetura antiga e o da arquitetura moderna. Assim sendo, as considerações que faz sobre a primeira são úteis também para a segunda. Há que se considerar que o teórico demonstra, inclusive, um certo desprezo pelas arquiteturas modernas.²⁹

Marconi discute a noção de **autenticidade**: considera que pode ter sentido para obras de arte, mas não para as obras de arquitetura. Para ele, a autenticidade é um “mito terrorista” que paralisa a atuação do restaurador, impossibilitando-o de identificar as principais características semânticas dos edifícios para poder recuperá-las. Acredita que uma certa dose de inautenticidade pode até mesmo reforçar os significados das obras.³⁰

O teórico não está interessado em determinar quais os conceitos que orientam a produção dos edifícios. Considera que suas características principais possam ser encontradas em qualquer uma das suas fases de existência, contanto que nelas se situem intervenções significativas. Mesmo assim, pondera que quando os **projetos originais** ainda existem, como acontece frequentemente com a arquitetura moderna, podem oferecer uma base sólida para o restauro, a partir de uma apurada pesquisa filológica. Nesse sentido, Marconi considera que os **desenhos** originais são uma fonte que possibilita a fiel recuperação das características do projeto.³¹

Se a autenticidade não faz sentido, as **cópias** fazem. Afirma que a substituição de peças e partes de edifícios é plenamente plausível. Ele as denomina de duplicatas, afirmando que a sua intenção não é simplesmente reproduzir uma imagem, mas sim os desenhos, os materiais, as técnicas e as condições de fabricação de tais elementos. Pondera que os usuários correntes e as massas turísticas mal podem perceber a diferença entre uma duplicação bem-feita e outra malfeita.³²

O teórico pondera que a produção arquitetônica moderna possui um caráter **industrial e seriado** que parte da noção de repetição, permitindo o distanciamento do entendimento de que existem edifícios – com suas partes e peças – que possam ser considerados raros e únicos. Isso autoriza ainda mais as suas substituições por outros similares, reafirmando a importância das cópias.³³

³³ MARCONI, 1999, p.3.

Quando existe uma avaliação de que as **características abstratas** de um edifício, com suas formas e superfícies puras e com seus espaços articulados, são aquelas que representam a fase mais significativa da sua trajetória, deve-se reestabelecer a unidade semântica, que comporta a recuperação da sua imagem característica.³⁴

³⁴ GIMMA, 1993, p.301; MARCONI, 1999, p.28; TORSELLO, 2005, p.45-46.

Quanto ao **valor de antiguidade**, Marconi aponta que os sinais do transcorrer do tempo que causam a decadência da matéria não devam ser totalmente conservados, mantendo os edifícios “como se fossem fósseis” (MARCONI, 1999, p. 7). Mas isso não significa que o **valor de novidade** possa despontar. Os restauros realizados através da repriminção e da duplicação assumem imediatamente um caráter vistoso inconveniente, mas que não perdura. As novas intervenções, em pouco tempo, envelhecem, perdem seu aspecto de novidade, reintegrando-se ao restante do edifício. Já as novas arquiteturas, incluídas as modernas, com suas formas puras que causam rupturas em tecidos históricos constituídos durante séculos, são tidas como intrusas, que não devem ter direito a manifestação por romperem com a configuração formal de edifícios significativos.³⁵

³⁵ MARCONI, 1999, p.X, p.4, p.28, p.31, p.148-149.

Para o autor, as **fotografias** têm que ser usadas com parcimônia. É um dos documentos que existem, mas não é o único nem o prioritário. Pergunta-se qual fotografia utilizar, aquela do estado atual ou a do edifício em algum momento do seu passado. Faz uma crítica à substituição na sociedade moderna dos edifícios pelas suas imagens fotográficas.³⁶

³⁶ MARCONI, 2008, p. 151-153.

Marconi opina que sempre se dá uma seleção arbitrária dos elementos a inserir e a extrair em um restauro. É possível tanto tirar os “elementos espúrios” quanto reintroduzir elementos expressivos através de duplicatas. Para o autor, no caso de necessidade de inserção de novos elementos, esses têm que seguir desenhos, materiais e procedimentos tradicionais de tal modo que passem inadvertidos nos edifícios, não rompendo com a unidade linguística. Assim, considera os edifícios como obras artísticas unitárias que não to-

leram **criações** com características inovadoras, nem mesmo aquelas que tenham traços pouco contrastantes. Afirma que “o maior prêmio do restaurador deverá ser aquele do médico: devolver a saúde ao paciente sem ter deixado traços da sua própria passagem” (MARCONI, 1999, p.172).³⁷ Em outras palavras, que seu papel não é o de criar, mas reparar.³⁸

³⁷ MARCONI, 1999, p.X, p.7, p.31; p.167. Ver: CORNOLDI, 2007, p.263.

³⁸ MARCONI, 1999, p.46.

Para que aconteça a seleção e se determinem as ações adequadas a serem realizadas nos edifícios, é necessário a **valoração** preliminar dos seus **aspectos históricos e artísticos**. Para Marconi, ambos são importantes e um restauro só acontece quando se detecta que a arquitetura é “bela, bem construída e historicamente significativa” MARCONI, 2008, p.152). Pondera que esses valores podem ser encontrados em qualquer uma das fases de existência dos edifícios.³⁹

³⁹ MARCONI, 1999, p.4-6; MARCONI, 2008, p.153, TORSELLO, 2005, p.45-46.

Para o autor, o **valor de uso** é limitado. Considera que as transformações realizadas pelos usuários nos edifícios podem ser toleradas desde que não afetem as características que conferem seu significado arquitetônico. Mas pondera que é necessário manter os edifícios ocupados, com usos preferencialmente compatíveis com aqueles originais, desde que se preserve o significado.⁴⁰

⁴⁰ MARCONI, 1999, p.7, p.125.

Para o autor, no caso da destruição de edifícios modernos, inclusive dos modernos, admite-se a **reconstrução** nos seus mínimos detalhes, “como era e onde era”.⁴¹ Deve-se pautar em documentos que permitam as suas reconstituições filológicas.⁴²

⁴¹ MARCONI, 1999, p.62.

⁴² GIMMA, 1993, p. 301. Ver: BARDELLI, 1999, p.396.

O **restauro** dos edifícios modernos deve, portanto, restituir as suas estabilidades e durabilidades, mantendo ou reestabelecendo suas mensagens, para garantir a transmissão da unidade do seu caráter semântico. Para o teórico, é possível restaurar o edifício “como era e onde era”, autorizando a repriminção. Mais do que conservar os conceitos, as imagens e até mesmo as matérias, é necessário conservar os significados.⁴³

⁴³ MARCONI, 1999, p.X, p.4; MARCONI, 2008, p.153; TORSELLO, 2005, p.45, p.48. Ver: BARDELLI, 1999, p.395.

3. Restauro das matérias

Teóricos como Amedeo Bellini (1940), Marco Dezzi Bardeschi (1934) e Paolo Torsello (1934) também compreendem que não existe uma especificidade para o restauro da arquitetura moderna, mesmo que reconheçam certas características peculiares suas. Suas observações sobre os restauros das arquiteturas antigas também são válidas para as arquiteturas modernas.

Colocam em discussão a noção de **autenticidade**. Nesse caso, existe uma compreensão de que a autenticidade se centra no caráter único e original das matérias acumuladas pelo tempo e na necessidade que essas transmitam, do modo mais intacto possível, todas as características dos edifícios. Para eles, a manutenção da matéria é o único modo para que as informações dos edifícios alcancem os usuários presentes e futuros, possibilitando as fruções, interrogações e plenas interpretações dos edifícios.⁴⁴

Para sustentar sua tese sobre a autenticidade, Dezzi Bardeschi menciona Walter Benjamin: “a autenticidade de uma coisa é a quintessência de tudo o que foi transmitido pela tradição, a partir da sua origem, desde sua duração material até o seu testemunho histórico” (DEZZI BARDESCHI, apud LOCATELLI, 2009, p.68).⁴⁵

Afirmam que a autenticidade de um edifício não pode ser definida a partir da eleição de um ponto na sua história, original ou posterior, que possua uma suposta maior importância com relação aos demais. Questionam aqueles teóricos que afirmam que a autenticidade possa ser encontrada nos conceitos lançados pelos autores dos projetos. Também não acreditam que tais ideias possam ser detectadas nos **projetos originais**, por mais que existam muitos registros, como costuma acontecer com os edifícios modernos. Indagam quais seriam esses projetos originais, argumentando que os arquitetos realizam uma série de **desenhos** até a solução que é finalmente utilizada, que mesmo assim pode ser transformada durante a construção ou durante o uso. Os desenhos podem conter informações úteis, mas são tidos como autônomos em relação à arquitetura construída, que tem que ser entendida como a fonte prioritária.⁴⁶

Para esses teóricos, caso a matéria não se mantenha autêntica, torna-se falsa. A **cópia** de edifícios, inclusive daqueles modernos, não traz as suas quintessências. E a falsificação mina a transmissão das suas características.⁴⁷

Com relação à **produção industrial e seriada** de peças e partes de edifícios modernos, afirma-se que aquelas que atualmente estão danificadas não devam ser substituídas por outras similares. Consideram que, mesmo que elementos que constituem os edifícios ainda continuem sendo reproduzidos industrialmente, não é possível utilizá-los para substituir os preliminarmente existentes, porque estes são documentos autênticos e aqueles não. Essa negação à substituição por elementos reproduzidos na atualidade também se

⁴⁴ BELLINI, 1994, p.20; BELLINI, 2008, p.145; GIOENI, 2004, p.86; LOCATELLI, 2009, p.51, p.68, p.92; TORSELLO, 2005, p.23. Ver: AVETA, 2012, p.41; BORIANI, 2003, p.16; CASSANI, 2003, p.29; CANZIANI, 2003, p.109-110.

⁴⁵ DEZZI BARDESCHI, apud LOCATELLI, 2009, p.68.

⁴⁶ BELLINI, 1994, p. 20; BELLINI, 2008, p. 145; GIOENI, 2004, p.148, p.155, p.157, p.164; LOCATELLI, 2009, p. 51, p.164, p.192, p.194; TORSELLO, 2006, p.25-26; p.35, p.53; TORSELLO, 2008, p.4. Ver: ANZIVINO, 1994, p.97; BORIANI, 2003, p.17; CANZIANI, 2003, p.111-112.

⁴⁷ BELLINI, 1994, p.20;

⁴⁸ GIOENI, 2004, p.138-139; LOCATELLI, 2009, p.42. Ver: ANZIVINO, 1994, p.97.

⁴⁹ GIMMA, 1993, p.106; LOCATELLI, 2009, p.262.

⁵⁰ DEZZI BARDESCHI, 2012, p. 95.

⁵¹ BELLINI, 2008 p.145; BELLINI, 1994; GIOENI, 2004, p.162; LOCATELLI, 2009, p.192 e p.262; DEZZI BARDESCHI, 2012, p.95; TORSELLO, 2005, p. 54; TORSELLO, 2006, p.147 e 157. Ver: ANZIVINO, 1994; CASSIANI, 2003.

⁵² DEZZI BARDESCHI, apud GIOENI, 2004, p. 170-171.

⁵³ LOCATELLI, 2009, p.148.

justifica porque se nota que, na prática, muitos edifícios modernos têm a intenção de utilizar peças e partes que possam ser reproduzidas industrialmente, mas de fato não o fazem, apelando para materiais e técnicas tradicionais ocultos sob um manto de modernidade.⁴⁸ Dezzi Bardeschi afirma que, exatamente pelo fato da arquitetura moderna usar materiais precários com ciclos de degradação acelerados, é necessário um maior cuidado para assegurar a sua conservação.⁴⁹

Compreendem que a arquitetura moderna tenha um caráter **abstrato**, possuidor de características específicas. Apontam que existe uma tendência que considera que sua **imagem** tenha que perdurar perfeita e idealizada, sem ser afetada pelas ações do tempo ou dos usuários. Tal tendência é considerada contrária às próprias concepções de tal arquitetura, que, segundo Dezzi Bardeschi, não demanda sua própria mitificação a objeto de culto.⁵⁰ Entretanto, repudiam a possibilidade de que tal imagem possa ser retomada tal como existia na sua origem, retomando uma unidade perdida. Para eles é necessário aceitar que a imagem não seja mais a mesma. Chamam atenção para a propagação de imagens do Movimento Moderno, divulgando edifícios monumentais com características perfeitas, que dificultam a aceitação das suas transformações. Nesse sentido, entendem que a arquitetura moderna tem que ser considerada como uma obra artística aberta, que não se deve reconstituir sua imagem original, mas sim dar espaço à sua cuidadosa atualização, com diferentes entendimentos sobre o que isso significa.⁵¹

Essa ponderação afeta o entendimento sobre as relações entre o **valor de novidade e de antiguidade**. Percebe-se que o primeiro perde importância em relação ao segundo, uma vez que se considera que a matéria e a imagem possam perfeitamente perder seus aspectos novos, mostrando os sinais do tempo. Assim sendo, avaliam que os edifícios modernos possam evidenciar suas marcas de envelhecimento, mesmo que isso supostamente contrarie aspirações dos autores de transmitir mensagens de novidades perenes. Dezzi Bardeschi acredita, inclusive, que as ruínas possuam um encanto.⁵² Ao indicar esse entendimento, acaba-se revelando um dos aspectos relevantes da arquitetura moderna, que é a constante utilização de materiais delicados e pouco duradouros.⁵³

Para esses teóricos, as **fotografias** difundidas, insistentemente, pela historiografia da arquitetura moderna têm um efeito predominantemente negativo. Transformam os edifícios em ícones que acabam exis-

tindo não no mundo real, mas sim em mundo ilusório. Induzem a reprodução de uma imagem invariante que não se deteriora com o tempo. Essa dimensão icônica é reforçada quando os arquitetos realizam peregrinações para visitar edifícios paradigmáticos, esperando encontrá-los exatamente como os conhecem através das fotografias. Estas podem ser consideradas documentos úteis para compreender como o edifício transita pelo tempo, mas não podem se transformar em uma diretriz definidora para o projeto de restauro.⁵⁴

Como as dimensões históricas das matérias e das técnicas que compõem os edifícios têm que ser preponderantes, afirmam que peças e partes inseridas em todas as etapas de vida dos edifícios pelos diferentes usuários não devam ser eliminadas ou, caso isso tenha que acontecer, que seja de um modo pontual.⁵⁵ Bellini afirma que o limite entre conservação e transformação se dá a partir de valorações de natureza vital.⁵⁶ Dezzi Bardeschi, por sua vez, não deixa muito claro qual seria tal limite, afirmando que “coisas incongruentes ou instalações evasivas” (DEZZI BARDESCHI, apud GIOENI, 2009, p. 174) podem ser extraídas.⁵⁷

Não consideram que as obras possuam uma dimensão histórica ou artística preestabelecida em um determinado momento e que se encontre finalizada. Isso os conduz a acreditar que as **novas criações** tenham direito a aparecer e coexistirem com as antigas. Fazem uma crítica àquelas intervenções que pretendem parecer antigas, mesmo quando empregam materiais e técnicas tradicionais.⁵⁸ Entretanto, existem nuances entre os posicionamentos dos autores. Bellini entende que, quando necessário, deve-se considerar simultaneamente e de forma unitária os elementos passados consolidados e somar outros, nitidamente atuais.⁵⁹ Dezzi Bardeschi sustenta que é necessário conservar, mas também inserir novas criações. Em um primeiro momento, afirma que se tratam de duas operações separadas, uma relacionada com a conservação e a outra com o projeto do novo. Posteriormente, os termos vão se alterando, e o autor menciona a necessidade de fazer uma aliança qualificada entre tais operações, sintetizada com a seguinte fórmula: restauro = projeto de conservação + projeto de inovação.⁶⁰ Torsello aponta que é necessário operar dentro dos limites colocados pela conservação, com concepções cuidadosas, com contaminações recíprocas qualificadas, plenamente atuais.⁶¹

Para esses teóricos, não importa se os autores dos projetos defendem ou não permanências, mudanças ou até mesmo a eliminação das suas obras. O que

⁵⁴ BELLINI, 2008 p. 145; DEZZI BARDESCHI, 2008; GIOENI, 2004, p.144; LOCATELLI, 2009, p.192; TORSELLO, 2008, p.153-155. Ver: CARRERA, 2008; MANGONI, 2012, p. 102-103.

⁵⁵ BELLINI, 1994; BELLINI, 1997, p.18; GIOENI, 2004, p.139; LOCATELLI, 2009. p.27; TORSELLO, 1997, p.30; TORSELLO, 2003, p.3; TORSELLO, 2006, p.144 e 155. Ver: CANZIANI, 2003, p.111.

⁵⁶ BELLINI, 1997, p.20

⁵⁷ DEZZI BARDESCHI, apud GIOENI, 2009, p. 174.

⁵⁸ LOCATELLI, 2009, p. 103.

⁵⁹ BELLINI, 1997 p.19; GIOENI, 2004, p.138; TORSELLO, 2005.

⁶⁰ LOCATELLI, 2009; TORSELLO, 2005, p.39.

⁶¹ TORSELLO, 1997, p.32-33; TORSELLO, 2006; TORSELLO, 2005, p.56.

importa é que a consciência atual considera que essas obras têm que ser conservadas. Bellini, Dezzi Bardeschi e Torsello afirmam, com diferentes argumentações, que a determinação de **valores históricos e artísticos** é sempre parcial e induz a compreensões e atuações limitadas sobre os edifícios. Como consequência, muitos restauros acabam oferecendo possibilidades restritas de acionar interrogações, interpretações e fruções.⁶²

⁶² BELLINI, 1994, p.20; BELLINI, 1997, p.20; BELLINI, 2004, p.30; DEZZI BARDESCHI, 2012, p.96; DEZZI BARDESCHI, 2015, p.114; GIOENI, 2004, p.51-52; LOCATELLI, 1999, p. 23; TORSELLO, 1997, p.30-3; TORSELLO, 2003, p.9; TORSELLO, 2005; TORSELLO, 2006, p.132.

Sobre o **valor de uso**, ponderam que é necessário reter o máximo possível das mudanças realizadas pelos usuários para adequar os edifícios às suas necessidades, mesmo que isso suponha uma distorção das suas características artísticas iniciais. Com relação às demandas atuais, todos consideram que é importante a recuperação da funcionalidade, mesmo que isso afete o suposto conceito de obsolescência premeditada da arquitetura moderna. Mas há nuances nas opiniões dos autores. Bellini pondera que o valor de uso assume uma condição paritária com relação aos demais valores. Para o teórico é inadmissível impor condições precárias de vida para os usuários dos edifícios, mas que se deve evitar mudanças desnecessárias.⁶³ Dezzi Bardeschi afirma que é necessário prestar atenção no valor de uso, possibilitando a recuperação funcional e requalificação dos edifícios históricos com o máximo de adequação e respeito às suas características historicamente sedimentadas.⁶⁴ Torsello pondera que é necessário responder às necessidades atuais das pessoas, que não aceitam viver em edifícios com sinais de degradação.⁶⁵

⁶³ BELLINI, 1997, p.18; TORSELLO, 2005, p.23-24.

⁶⁴ DEZZI BARDESCHI, 1993, p.108; GIOENI, 2004; LOCATELLI, 2009; TORSELLO, 2005, p. 39.

⁶⁵ TORSELLO, 2005, p. 53; TORSELLO, 2006, p. 144 e 158.

A **reconstrução** é considerada uma ação que se limita a reproduzir edifícios emblemáticos a partir do nada, sem interferir em nenhum edifício preexistente, assumindo uma dimensão meramente didática. Trata-se de uma operação que não se relaciona com o restauro, nem mesmo com aquele que se dá através da ripristinação das características "como eram e onde eram".⁶⁶ Torsello complementa afirmando que as reconstruções não se referem às obras iniciais, mas sim aos seus autores recentes, estabelecendo escasso elo com aquelas.⁶⁷

⁶⁶ BELLINI, 1994, p.20; GIOENI, 2004, p. 143 e 147; DEZZI BARDESCHI, 2012, p.95.

⁶⁷ BELLINI, 1997, p; 20; LOCATELLI, 2009, p.47; TORSELLO, 2005; TORSELLO, 2006, p.99.

Para esses autores, a noção de **restauro**, inclusive o da arquitetura moderna, se associa a uma compreensão errônea do seu escopo que precisa ser superada e redefinida. Consideram que é necessário que se extrapole o restauro dos conceitos, dos significados ou das imagens.⁶⁸ Seus entendimentos possuem diferentes matizes, mas todos assinalam a necessidade de **conservar**, conter a decadência das matérias, controlar

⁶⁸ DEZZI BARDESCHI, apud GIOENI, 2009, p. 174.

as transformações para minimizar a perda de sinais e dos testemunhos históricos. Esses devem manter suas potencialidades de transmitir informações e acionar interpretações e fruições. Em todo caso, posicionam-se fortemente contra a possibilidade de refazer as obras, contra a repriminção.⁶⁹

4. Restauro das Matérias e das imagens

Giovanni Carbonara (1942) e outros teóricos articulados em torno a esta tendência também indicam que os princípios que guiam o restauro da arquitetura antiga são os mesmos que orientam o da arquitetura moderna.⁷⁰

A **autenticidade** continua sendo uma noção fundamental, podendo ser encontrada no caráter único da matéria original, que incorpora também a imagem arquitetônica. Trata-se de assegurar que se transmitam do modo mais incólume possível, para que possam continuar possibilitando a difusão de informações e a formulação de interrogações, interpretações e fruições.⁷¹

Nesse caso também se pondera que a autenticidade não está depositada nas ideias dos autores disponíveis nos **projetos originais**, mas sim nas principais características imagéticas e nas marcas depositadas nos edifícios no tempo, desde que é construído até a atualidade. Realiza-se assim uma crítica ao uso indiscriminado dos **desenhos originais** como fontes de informação privilegiadas para o restauro, com argumentos similares aos já apontados por outros teóricos.⁷²

Uma vez que se perca o original e se consolide a **cópia**, perde-se a autenticidade. Carbonara afirma que a cópia, por mais escrupulosa que seja, constitui-se como uma mera interpretação, oferecendo apenas uma verdade parcial sobre o edifício.⁷³

Essa compreensão sobre as cópias tem consequências no modo de produção característico da modernização, que se dá a partir da **produção industrial, por vezes seriada**. Nesse caso também não faz sentido o fato dos arquitetos modernos terem concebido seus edifícios com o propósito de poderem substituir peças e partes por outras reproduzidas, ou que tenham contemplado que seus edifícios poderiam ser eliminados caso não respondessem mais às demandas dos usuários. Pondera-se que mesmo peças e partes que tenham sido testadas e posteriormente descartadas não devem ser eliminadas, sob pena de perda de conteúdo histórico e artístico das obras. Para esses auto-

⁶⁹ BELLINI, 2008, p. 18; LOCATELLI, 2009; TORSELLO, 2005. Ver: BORIANI, 2003, p.9.

⁷⁰ CARBONARA, 2006, p. 22-24.

⁷¹ CARBONARA, 1997, p.18; SALVO, 2016, p.33.

⁷² CARBONARA, 1997, p.588; CARBONARA, 2006, p. 24; CARBONARA, 2007-2008, p.12; CARBONARA, 2008, p.148. Ver AVETA, 2012, p.38; SCIASCIA, 2007

⁷³ CARBONARA, 2006, p. 24; CARBONARA, 2007-2008, p.11-14; CARBONARA, 2008, p. 148. Ver: SALVO, 2016, p.78.

res importa considerar que a maioria dos elementos que compõem os edifícios são portadores de características históricas e artísticas autênticas, que merecem ser conservadas. A peculiaridade dos materiais e meios de produção modernos requer apenas a atualização das técnicas usadas pelos restauradores, não mudanças conceituais.⁷⁴

⁷⁴ CARBONARA, 1997, p. 582 e 588; CARBONARA 2006, p. 24; CARBONARA 2007-2008, p. 12. Ver: SALVO, 2016, p.26, p.33.

Para esses teóricos a arquitetura moderna possui **características abstratas** que constituem suas dimensões artísticas fundamentais. Essas precisam ser mantidas ou recuperadas. Assim, caso a unidade artística da obra tenha sido rompida, é importante que se procure reintegrá-la. Essa disposição, entretanto, encontra resistência na dimensão histórica que pode incorporar mudanças que afetem de modo negativo a **imagem** do edifício, levando à necessidade de uma valoração crítica.⁷⁵

⁷⁵ CARBONARA, 1997, p. 583. Ver: SCIASCIA, 2007, p.58.

Embora se reconheça que na época da realização das arquiteturas modernas e na atualidade prevaleça o **valor de novidade**, apontam que é necessário também observar o **valor de antiguidade**. A manutenção dos sinais de decadência depende de uma avaliação preliminar dos valores históricos e artísticos, e pode acontecer desde que não implique em degradações posteriores.⁷⁶

⁷⁶ CARBONARA, 1997, p.360. Ver: SALVO, 2016, p.26.

Considera que as fotografias, instrumentos tão importantes para a difusão da arquitetura moderna, conduzam não à compreensão das dimensões reais dos edifícios, mas sim ideais. As **fotografias** – especialmente aquelas dos edifícios recém-concluídos – podem induzir à suposição de que exista uma imagem autêntica do edifício, correspondente à intencionalidade do autor. Para esses teóricos isso é uma falácia. Também apontam que as fotografias estimulam um entendimento sobre a dimensão exterior da arquitetura, mais do que sobre a sua materialidade. Entendem que quanto mais se estudam os edifícios, melhor se compreende que sua complexidade não pode se reduzir às informações contidas nas fotografias.⁷⁷

⁷⁷ CARBONARA, 2008, p.147-149. Ver: SALVO, 2016, p.33.

É necessário que se pondere sobre a possibilidade da manutenção ou da extração de peças e de partes dispostas no tempo. Somente a partir de uma avaliação sobre os méritos históricos e estéticos é possível determinar seus destinos. Quando for necessário sacrificar determinados elementos dos edifícios ou acrescentar outros, não se aceitam novas inserções a partir da imitação de formas, materiais e técnicas do passado. As **novas criações** precisam ser mínimas e discretas, mas também qualificadas e atuais. Têm

como finalidade fundamental permitir a transmissão da matéria, que é o suporte da forma arquitetônica. Nesse sentido, avalia-se que os edifícios tenham uma unidade artística preliminar, que é necessário colaborar para a sua restituição e transmissão, mas sem dispensar a criação contemporânea.⁷⁸

Seguindo as orientações preconizadas anteriormente por Cesare Brandi, postula-se a necessidade de examinar e reconhecer **valores históricos, artísticos e culturais** para determinar, em cada caso, a necessidade das seleções dos edifícios e as ações a serem tomadas. O reconhecimento de tais valores deve ser realizado tanto para as arquiteturas produzidas em tempos mais remotos quanto para aquelas mais recentes, inclusive as modernas, sem distinções. Deste modo, a partir de uma eleição preliminar, considera-se que é possível a conservação prioritária da matéria e/ou da imagem que a ela se associa, tendo em vista a sua interpretação e fruição futuras. Consideram que a intencionalidade não deva ser buscada nas ideias dos autores, mas sim nas próprias obras. Carbonara, entretanto, também reconhece que o juízo crítico é limitado, que pode se alterar com o tempo.⁷⁹

Quanto ao **valor de uso**, os teóricos consideram que as alterações podem ou não ser mantidas, dependendo do quanto interfiram na compreensão dos valores detectados nos edifícios, históricos e artísticos. Notam que a manutenção ou a adequação da funcionalidade e a inserção de novas instalações é por vezes necessária, mas deve se limitar a um mínimo, de tal modo a não interferir na compreensão das instâncias históricas e artísticas. O reuso é considerado importante para possibilitar a perpetuação dos edifícios, mas não é a finalidade do restauro, nem mesmo quando se trata de arquitetura moderna. Entretanto, em determinadas circunstâncias, afirma-se que é possível inclusive prescindir de conferir ao edifício uma utilidade prática.⁸⁰

As **reconstruções**, incluídas aquelas da arquitetura moderna, adquirem para Carbonara outras dimensões, porque se destacam das preexistências sem interferir nas suas consistências materiais, conformando cópias úteis desde pontos de vista didáticos e evocativos, mas que devem se limitar a um número limitado de casos exemplares.⁸¹

Assim, o **restauro**, incluído aquele da arquitetura moderna, é uma ação que se determina criticamente caso a caso, que pretende tutelar e transmitir para o futuro, do modo mais intacto possível, obras com re-

⁷⁸ CARBONARA, 1997, p.18, p.360-361, p.395; CARBONARA, 2006, p.22; CARBONARA, 2007-2008, p.39-41; TORSELLO, 2005, p.28. Ver: CORNOLDI, 2007, p.263, p.282-283; SALVO, 2016, p. 63, p.102.

⁷⁹ CARBONARA, 1997, p. 9-10, p.15, p.30-31, p.357, p.360; CARBONARA 2006, p. 22. Ver: CORNOLDI, 2007, p.261-263; SALVO, 2016, p.102, p.159.

⁸⁰ CARBONARA, 1997, p.15-16, p.27, p.361, p.374, p.381, p.584-585; CARBONARA, 2006, p.22.

⁸¹ CARBONARA, 1997, p.16-17; CARBONARA, 2006, p.21; CARBONARA 2008, p. 41; TORSELLO, 2005, p.26-27.

conhecido valor histórico, artístico e cultural. Assim, o restauro deve manter ou recuperar simultaneamente os valores autênticos detectados, ou aquele que se avalie mais relevante. Considera-se necessário que os edifícios restaurados mantenham ou adequem seus usos, com funções apropriadas às preexistências. Para esses autores, a conservação é um ato preventivo necessário, mas a conservação absoluta não é considerada plausível, assim como não o é a repriminção.⁸²

⁸² CARBONARA, 1997; SALVO, 2016.

Conclusões

As arquiteturas modernas italianas (no seu sentido mais amplo) passam, na atualidade, por um processo de reconhecimento que conduz, em determinados casos, a restauros. Estes demonstram a aplicação prática do embate teórico realizado nos últimos anos. Pode-se notar isso a partir dos restauros realizados em edifícios do período fascista, como nos correios existentes em todo o país, nas *Case del Fascio* (sendo a mais conhecida a realizada por Giuseppe Terragni em Como), o conjunto de edifícios feitos para a *Mostra d'Oltremare* em Nápoles; em edifícios dos anos 1950 como o Pirelli, projeto de Gio Ponti em Milão; em edifícios posteriores como o Gallaratese de Aldo Rossi, também em Milão, entre tantos outros. Embora existam exemplos da aplicação das teorias, os autores notam que a existência de restauros de arquiteturas modernas italianas ainda é muito incipiente.

Embora não exista um consenso sobre o restauro das arquiteturas modernas, o debate na Itália continua mostrando-se muito prolífico, podendo estimular desdobramentos tanto teóricos quanto práticos⁸³.

⁸³ Agradeço ao Professor Andrea Pane pelas leituras e sugestões para a realização deste texto.

Referências

ANZIVINO, Ciro. Specificità del moderno e aporie della conservazione. In: GUARISCO, G. (org). *A-letheia - L'architettura moderna, conoscenza, tutela, conservazione*. n.4. Florença: Alinea, 1994. p. 97-100.

ARTIOLI, Alberto. Alcuni recenti restauri di opere dell'architetto Giuseppe Terragni (1904-1943) – La casa del Fascio e la Villa de Floricoltere a Como. In: GIMMA, Maria Giuseppina (org). *Il restauro dell'architettura moderna*. Viterbo: Editora BetaGamma, 1993. p.44-56.

ARTIOLI, Alberto. La Casa del Fascio di Como: necessità operative e scelte metodologiche di alcuni restauri. In: GUARISCO, G. (org). *A-letheia - L'architettura moderna, conoscenza, tutela, conservazione*. n.4. Florença: Alinea, 1994. p.104-105.

AVETA, Aldo. Architetture Moderne: Riflessione sui metodi e sui criteri del restauro. *Confronti – il restauro del moderno*. Nápoles, n.1, p.36-41, 2012. DOI: 10.4481/conf023

BARDELLI, Pier. Analisi e progetto per la conservazione dell'edificio moderno. In: CASCIATO, M; MORANTI, S; PORETTI, S. (Org.) ARCHITETTURA MODERNA IN ITALIA. DOCUMENTAZIONE E CONSERVAZIONE, 1999, Roma. Anais... Roma: EDILSTAMPA, 1999. p.393-399.

BARDELLI, Pier. Conoscenze strategiche per il restauro dell'architettura moderna. Il caso dell'Unitè d'habitation di Marsiglia. In: GIMMA, Maria Giuseppina (org). *Il restauro dell'architettura moderna*. Viterbo: Editora BetaGamma, 1993. p.125-134.

BELLINI, Amedeo. *Antico-nuovo: uno sguardo al futuro*. In: FERLENGA, A; VASSALLO, E; SCHELLINO, F. *Antico e Nuovo: Architetture e architettura*. Venezia, Il Poligrafo, 2004. P. 29-39.

BELLINI, Amedeo. Conservare il moderno: un tradimento? In: GUARISCO, G. (org). *A-letheia - L'architettura moderna, conoscenza, tutela, conservazione*. n.4. Florença: Alinea, 1994. p. 18-20.

BELLINI, Amedeo. Del restauro alla conservazione: dall'estetica all'etica. *Ananke*, Milão, n.19, p. 17-21, set. 1997.

BELLINI, Amedeo. Fotografia e fac-simile. *Ananke*, Milão, n.53, p. 144-146, jan.2008.

BELFIORE, Pasquale. Due questione da ridefinire sul moderno. *Confronti - il restauro del moderno*. Nápoles, n.1, p.31-33, 2012. DOI: 10.4481/conf022

BORIANI, Maurizio. Obsoleto prima ancora che storico. Conservare Il "moderno"? In: BORIANI, Maurizio. (org) *La sfida del moderno. L'Architettura del XX secolo tra conservazione e innovazione*. Milão: Editora Unicopli, 2003. p.7-17.

BORIANI, Maurizio. Un paradosso per il restauro: gli edifici del Movimento Moderno. In: GUARISCO, G. (org). *A-letheia - L'architettura moderna, conoscenza, tutela, conservazione*. n.4. Florença: Alinea, 1994. p. 90-92.

BORSI, Franco. Il restauro del moderno: problemi e interrogativi. In: GUARISCO, G. (org). *A-letheia - L'architettura moderna, conoscenza, tutela, conservazione*. n.4. Florença: Alinea, 1994. p. 6-11.

CANZIANI, Andrea. La ricostruzione del quartiere de Kiefhoel de J.j.oud a Rotterdam. La copia, la materia e l'immagine. In: BORIANI, Maurizio. *La sfida del moderno. L'Architettura del XX secolo tra conservazione e innovazione*. Milão: Editora Unicopli, 2003. p.101-114.

CAPOMOLLA, Rinaldo. Il palazzo dele Poste di Adalberto Libera a Roma. Questioni generali e aspetti operativi nel restauro del moderno. In: BORIANI, Maurizio. *La sfida del moderno. L'Architettura del XX secolo tra conservazione e innovazione*. Milão: Editora Unicopli, 2003. p.179-190.

CARBONARA, Giovanni. *Avvicinamento al restauro*. Nápoles: Liguori, 1997.

CARBONARA, Giovanni. L'immagine oltre la fotografia. *Ananke*, Milão, n.53, p. 146-148, jan.2008.

CARBONARA, Giovanni. Il restauro del moderno come problema di metodo. In: *Parametro*, n.266, ano XXXVI, out./nov. 2006. p.21-25.

CARBONARA, Giovanni. Alcuni temi di restauro per il nuovo secolo. In: CARBONARA, G. (org.) *Trattato di restauro architettonico*. Turim: UTET, 2007-2008. p.1-47.

CARRERA, Marianna. Una nota sull'influenza della fotografia nel restauro dell'architettura moderna. *Ananke*, Milão, n.53, p. 134-140, jan.2008.

CARUGHI, Ugo. Entrevista concedida a Ana Carolina Bierrenbach. Nápoles, 24 jan. 2017.

CARUGHI, Ugo. Il contemporaneo nell'idea di tutela. In: CARUGHI, Ugo (org). *La tutela dell'architettura contemporanea*. Turim: Umberto Allemandi, 2012.

CARUGHI, Ugo. *Tutela del contemporaneo in Italia. Confronti – il restauro del moderno*. Nápoles, n.1, p. 43-51. DOI: 10.4481/conf024

CASCIATO, M. Modern Architecture is durable: using change to preserve. In: van den Heuvel, et all. (org). *THE CHALLENGE OF CHANGE. DEALING WITH THE LEGACY OF THE MODERN MOVEMENT*, 10, Delft. Anais..., Delft, IOS Press, 2008, p. xiii-xiv.

CASCIATO, Maristella. Cambiare per conservare. In: PALAZZOTTO, Emanuele (org). *CONVEGNO INTERNAZIONALE: IL RESTAURO DEL MODERNO IN ITALIA E IN EUROPA*, 11-12, 2007, Palermo. Anais... Palermo, FRANCOANGELI, 2007. p.39-42.

CASCIATO, Maristella. I confine del moderno, un confronto aperto fra limiti e limite. In: CASCIATO, M; MORANTI, S; PORETTI, S. (Org.) *ARCHITETTURA MODERNA IN ITALIA. DOCUMENTAZIONE E CONSERVAZIONE*, 1999, Roma. Anais... Roma: EDILSTAMPA, 1999. p.27-36.

CASIELLO, Stella; Pane, Andrea; Russo, Valentina. Modernist boroughs: conservation of historical values and urban desing. In: CRISAN, Radica et all. (org). *WORKSHOP CONSERVATION/REGENERATION – THE MODERNIST NEIGHBOURHOOD*, 2011, Bucareste. Anais... Bucareste, 2011. p.231-249.

CASSIANI, Alberto. Moderno, troppo Moderno. Restauro o conservazione di un passato (troppo) prossimo. In: BORIANI, Maurizio. (org) *La sfida del moderno. L'Architettura del XX secolo tra conservazione e innovazione*. Milão: Editora Unicopli, 2003. p.19-32.

CIUCCI, Giorgio. Il restauro del Moderno. *Confronti – il restauro del moderno*. Nápoles, n.1, p.10-21, 2012. Entrevista concedida a Stefano Gizzi.

CORNOLDI, Adriano. Restauri non conservativi. La ricerca delle regole. In: FERLENGA, A; VASSALLO, E; SCHELLINO, F. *Antico e Nuovo: Architetture e architettura*. Venezia, Il Poligrafo, 2004. p. 261-284.

CRIPPA, Maria Antonietta. Restauro del moderno: fortuna critica, incertezze attuative. In: *Territorio*, n.62, 2012, p.68-75.

DE JONGE, Wessel. *DOCOMOMO strategie varie per la Conservazione dell'Architettura del Movimento Moderno in Europa*". In: GIMMA, Maria Giuseppina (org). *Il restauro dell'architettura moderna*. Viterbo: Editora BetaGamma, 1993. p.153-162.

DE JONGE, Wessel. Gli obiettivi di Docomomo International. In: CASCIATO, M; MORANTI, S; PORETTI, S. (Org.) *ARCHITETTURA MODERNA IN ITALIA. DOCUMENTAZIONE E CONSERVAZIONE*, 1999, Roma. Anais do Primo Convegno Nazionale Docomomo-Italia. Roma: EdilStampa, 1999. p.15-17.

DELL'ERBA, Cristiana. La posizione e il ruolo di DOCOMOMO. In: *Parametro*, n.266, ano XXXVI, out./nov. 2006. p.32-35.

DELL'ERBA, Cristiana. Monumento vivo e testimonianza storica: due culture a confronto con le sorti del moderno. In: CASCIATO, M; MORANTI, S; PORETTI, S. (Org.) *ARCHITETTURA MODERNA IN ITALIA. DOCUMENTAZIONE E CONSERVAZIONE*, 1999, Roma. Anais do Primo Convegno Nazionale Docomomo-Italia. Roma: EdilStampa, 1999. p.401-407.

DENTI, Giovanni. Machine: um tema nella ricerca del moderno. In: GUARISCO, G. (org). *A-letheia - L'architettura moderna, conoscenza, tutela, conservazione*. n.4. Florença: Alinea, 1994. p. 23-24.

DEZZI BARDESCHI, Marco. Il Restauro del Weissenhof di Stoccarda, opera del Movimento Moderno. In: GIMMA, Maria Giuseppina (org). *Il restauro dell'architettura moderna*. Viterbo: Editora BetaGamma, 1993. p.135-144.

DEZZI BARDESCHI, Marco. L'insostenibile leggerezza dell'istantanea ed il corpo vivo della fabbrica. *Ananke*, Milão, n.55, p. 149-151, jan.2008.

DEZZI BARDESCHI, Marco. Per il futuro del moderno: battaglie, sconfitte, proposte. *Confronti – il restauro del moderno*. Nápoles, n.1, p.92-96, 2012. DOI: 10.4481/conf030
DEZZI BARDESCHI, Marco. Stratificazione, fabbrica, ragione: l'(eterna) avventura del progetto. *Ananke*, Milão, n.76, p. 114-117, set.2015.

DI CRISTINA, Benedetto. Two or three things I know about conservation of modern architecture. In: RISO, Vincenzo (org). SEMINÁRIO INTERNACIONAL: MODERN BUILDING REUSE: DOCUMENTATION, MAINTENANCE, RECOVERY AND RENEWAL. Guimarães. Anais... Guimarães, mai. 2014. p.13-28.

GIMMA, Maria Giuseppina (org). *Il restauro dell'architettura moderna*. Viterbo: Editora BetaGamma, 1993.

GIOENI, Laura. *Marco Dezzi Bardeschi. Restauro: due punti e da capo*. Milão: Franco Angeli, 2004.

GRAVAGNUOLO, Benedetto. Restauro del moderno. Aporie culturali e questioni di metodo. In: *Confronti – il restauro del moderno*. Nápoles, n.1, p.102-105, 2012. P.25-28. DOI: 10.4481/conf021

LA REGINA, Francesco. L'Architettura nell'epoca della sua riproducibilità. Appunti sul "restauro del moderno". In: PALAZZOTTO, Emanuele (org). CONVEGNO INTERNAZIONALE: IL RESTAURO DEL MODERNO IN ITALIA E IN EUROPA, 11-12, 2007, Palermo. Anais... Palermo, FRANCOANGELI, 2007, p.67-76.

LOCATELLI, Vittorio (org). *Marco Dezzi Bardeschi. Restauro: punto e da capo*. Frammenti per una (impossibile) teoria. Milão: Franco Angeli, 2009. Primeira Edição 1991.

MANGONI, Fabio. Emblemi del Movimento moderno e immagine fotografica: il restauro "alla Dorian Gray". *Confronti – il restauro del moderno*. Nápoles, n.1, p.102-105, 2012. DOI: 10.4481/conf031

MARCONI, Paolo. Disegno, no fotografia. *Ananke*, Milão, n.53, p. 151-153, jan.2008.

MARCONI, Paolo. *Materia e significato. La questione del restauro architettonico*. Bari/Roma: Editori Laterza, 1999.

MARINO, Bianca. Il restauro dopo e durante i "Moderni": un "autentico" valore di novità. *Confronti – il restauro del moderno*. Nápoles, n.1, p.110-118, 2012. DOI: 10.4481/conf033

MARINO, Bianca. La caverna delle idee. Notazione sull'autentico tra antico e nuovo nel restauro del Novecento. In: FERLENGA, A; VASSALLO, E; SCHELLINO, F. *Antico e Nuovo: Architetture e architettura*. Venezia, Il Poligrafo, 2004. p. 443-458.

MORABITO, Giovanni. Specificità del restauro del moderno: strumenti e metodi di intervento. In: GIMMA, Maria Giuseppina (org). *Il restauro dell'architettura moderna*. Viterbo: Editora BetaGamma, 1993. p.145-153.

PICONE, Renata. Il Moderno ala "prova del tempo". Restauro e deperibilità delle architetture italiana del XX secolo. *Confronti – il restauro del moderno*. Nápoles, n.1, p.52-60, 2012. DOI: 10.4481/conf025

PORETTI, Sergio. Il modo di costruire: un filo di continuità nell'architettura italiana del Novecento. In: CASCIATO, M; MORANTI, S; PORETTI, S. (Org.) ARCHITETTURA MODERNA IN ITALIA. DOCUMENTAZIONE E CONSERVAZIONE, 1999, Roma. Anais... Roma: EDILSTAMPA, 1999, p.121-128.

PORETTI, Sergio. Premessa. In: CASCIATO, M; MORANTI, S; PORETTI, S. (Org.) ARCHITETTURA MODERNA IN ITALIA. DOCUMENTAZIONE E CONSERVAZIONE, 1999, Roma. Anais do Primo Convegno Nazionale Docomomo-Italia. Roma: EdilStampa, 1999. p.11-12.
PORETTI, Sergio. Specificità del restauro del moderno. In: *Territorio*, n.62, 2012; p; 88-94. DOI: 10.3280/TR2012-062017

PORZIO, Pier Luigi. Note sull'azione di salvaguardia e restauro del Moderno a Roma. In: GIMMA, Maria Giuseppina (org). Il restauro dell'architettura moderna. Viterbo: Editora BetaGamma, 1993. p.57-60.

SALVO, Simona. Il restauro dell'architettura contemporanea come tema emergente. In: CARBONARA, G. (org). *Trattato di restauro architettonico*. Turim: UTET, 2007-2008. p.265-316.

SALVO, Simona. Nuovo, vecchio o antico? Applicabilità della teoria del restauro alle opere d'architettura contemporanea. In: CASCIATO, M; MORANTI, S; PORETTI, S. (Org.) ARCHITETTURA MODERNA IN ITALIA. DOCUMENTAZIONE E CONSERVAZIONE, 1999, Roma. Anais do Primo Convegno Nazionale Docomomo-Italia. Roma: EDILSTAMPA, 1999, p.441-446.

SALVO, Simona. *Restaurare il Novecento. Storia, Esperienze e prospettive in architettura*. Macerata: Editora Quodlibet, 2016.

SALVO, Simona. Restauro e "restauri" delle architettura del Novecento: interventi sui grattacieli a confronto. In: FERLENGA, A; VASSALLO, E; SCHELLINO, F. *Antico e Nuovo: Architetture e architettura*. Veneza, Il Poligrafo, 2004. p. 459-471.

SCARROCCHIA, Sandro. Il moderno culto dei monumenti. In: GUARISCO, G. (org). *A-le-theia - L'architettura moderna, conoscenza, tutela, conservazione*. n.4. Florença: Alinea, 1994. p. 25-27.

SCIASCIA, Andrea. Restauro do moderno. Restauro do metodo. In: PALAZZOTTO, Emanuele (org). IL PROGETTO NEL RESTAURO DEL MODERNO, Palermo, Napoli e Régio Calabria. Anais... Palermo, Napoli, Reggio Calabria, 2007, p.53-64.

TORSELLO, Paolo (org). *Cos'è il restauro? Nove studiosi a confronto*. Veneza: Marsilio, 2005.

TORSELLO, Paolo. *Figure di pietra. L'architettura e il restauro*. Veneza: Marsilio, 2006.

TORSELLO, Paolo. L'abitare, non l'immagine. *Ananke*, Milão, n.53, p. 153-155, jan.2008.

TORSELLO, Paolo. La dialettica restauro/progetto. *Ananke*, Milão, n.19, p. 29-33, set. 1997.

VITTORINI, Rosalia. Note sulla tutela e la conservazione dell'architettura italiana del XX secolo. PICONE, Renata. Il Moderno ala "prova del tempo". Restauro e deperibilità della architettura del XX secolo. *Confronti - il restauro del moderno*. Nápoles, n.1, p.62-70, 2012. DOI: 10.4481/conf026

VITTORINI, Rosalia. Conversazione con Rosalia Vittorini, presidente di DOCOMOMO Italia Onlus. Entrevista concedida a Francesca Rosa. *Hevelius'webzine*, ago. 2013. Disponível em: < <http://www.hevelius.it/webzine/leggi.php?codice=427>>. Acesso em: 02 jan. 2017.

João Pessoa (PB) e Aracaju (SE): sobre processos de modernização e Arquitetura Moderna

Carolina Chaves

Carolina Chaves. João Pessoa (PB) e Aracaju (SE): sobre processos de modernização e Arquitetura Moderna. *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 158-179, jan./out. 2017

data de submissão: 16/10/2016

data de aceite: 26/04/2017

Carolina Chaves é Mestre em Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo; professora efetiva do DAU-UFS; carolinamchaves@gmail.com

Resumo

As décadas de 1950 e 1960 representam importante momento de desenvolvimento para o país, no qual cidades médias passaram por intenso processo de modernização impulsionado por um projeto desenvolvimentista que teve particular repercussão na região Nordeste. O discurso desenvolvimentista que impulsionou os processos de modernização de muitas capitais nordestinas estava assente em imagens como o automóvel, o arranha-céu e a difusão do vocabulário da arquitetura moderna no Brasil. Cidades como João Pessoa e Aracaju promoveram importantes transformações urbanas que visavam legitimar uma condição de progresso e modernidade criando novos eixos de expansão urbana, erguendo prédios altos e renovando a paisagem urbana através da recepção de elementos como telhados borboletas, volumes prismáticos e pilares em "V". A presente comunicação visa analisar, as possíveis aproximações entre o discurso e os processos de modernização realizados nessas capitais nordestinas. O foco desta comunicação ajusta-se ao processo de difusão e recepção da arquitetura moderna no Brasil dentro do recorte temporal já mencionado, através de uma análise comparativa entre a produção dessa arquitetura nas cidades de João Pessoa e Aracaju. A produção de arquitetura moderna em João Pessoa está, em alguma medida, vinculada à atuação de profissionais vindos de Recife (PE) como Acácio Gil Borsoi e à formação de arquitetos paraibanos pela Escola de Belas Artes de Pernambuco, além da vida intelectual e cultural desta capital. Por outro lado, a produção de arquitetura moderna em Aracaju embora tenha sido realizada em grande medida através da atuação de desenhistas e engenheiros, apesar da proximidade de Salvador (BA), outro importante centro cultural no Nordeste, apresenta elementos de um mesmo vocabulário moderno – um processo que se intensificou Pós-Brasília. Assim, como circularam as ideias que impulsionavam o desejo e a busca por processos de modernização e por uma dada imagem de modernidade em duas capitais nordestinas de porte médio?

Palavras-chave: Modernização. Arquitetura Moderna. João Pessoa (PB). Aracaju (SE).

Abstract

The 1950s and 1960s represent an important moment of Brazilian development, in which medium-sized cities went through an intense process of modernization driven by a developmental project that has particular impact in the Northeast. The development discourse propelled the modernization process of many northeastern capitals was based on symbols such as the automobile, the skyscraper and the spread of the vocabulary of modern architecture. Cities like João Pessoa and Aracaju promoted important urban transformations aimed at legitimizing a condition of progress and modernity



creating new axes of urban expansion, erecting tall buildings and renewing the urban landscape through the receiving architectural elements such as butterflies roofs, prismatic volumes and pillars "V". This communication aims to analyze the possible approaches between the discourse and modernization processes performed in these northeastern capitals. The focus of this communication sets the process of diffusion and reception of modern architecture in Brazil within the time frame mentioned above, through a comparative analysis of the production of this architecture in the cities of João Pessoa and Aracaju. The production of modern architecture in João Pessoa is, to some extent, related with architects from Recife making projects to clients in João Pessoa (e.g. Acácio Gil Borsoi) and architects from Paraíba graduated by the School of Fine Arts of Pernambuco, in addition to the intellectual and cultural life of this capital. On the other hand, the production of modern architecture in Aracaju although it was carried out largely through the work of designers and engineers, despite the proximity of Salvador (BA), another important cultural center in the Northeast, has elements of the same modern vocabulary - a process which was intensified Post-Brasília. So, how circulated the ideas that drove the desire and the search for modernization, that resulted in a certain image of modernity in two northeastern capital midsized?

Keywords: Modernization. Modern Architecture. João Pessoa (PB). Aracaju (SE).

Resumen

Las décadas de 1950 y 1960 representan un importante momento de desarrollo para el país, en el cual ciudades intermedias pasaron por intenso proceso de modernización, impulsados por un proyecto desarrollista que tuvo particular repercusión en la región Noreste. El discurso desarrollista que impulsó los procesos de modernización de muchas capitales de noreste estaba fundamentado en imágenes como la del automóvil, del rascacielo y la difusión del vocabulario de la arquitectura moderna en Brasil. Ciudades como João Pessoa y Aracaju promovieron importantes transformaciones urbanas que visaban legitimar una condición de progreso y modernidad creando nuevos ejes de expansión urbana, a partir de la construcción de edificios altos y de la renovación del paisaje urbano, a través de los elementos de recepción como techos mariposas, volúmenes prismáticos y pilares en "V". El presente trabajo tiene el objetivo de analizar las posibles aproximaciones entre el discurso y los procesos de modernización realizados en las ciudades mencionadas. El enfoque de este estudio se ajusta al proceso de difusión y recepción de la arquitectura moderna en Brasil dentro del recorte temporal mencionado anteriormente, a través de un análisis comparativo de la producción de esta arquitectura en las ciudades de João Pessoa y Aracaju. La producción de la arquitectura moderna en João Pessoa es, en cierta medida, vinculada a los resultados procedentes de los profesionales de Recife (PE) como Acacio Gil Borsoi y la formación de los arquitectos de Paraíba por la Escuela de Bellas Artes en Pernambuco, además de la vida intelectual y cultural de esta capital. Por otro lado, la producción de la arquitectura moderna en Aracaju aunque se llevó a cabo en gran medida a través del trabajo de los diseñadores e ingenieros, a pesar de la proximidad de Salvador (BA) otro importante centro cultural en el noreste, tiene elementos de un mismo vocabulario moderno - un proceso que se intensificó Post-Brasília. Por lo tanto, como se hace circular las ideas que impulsaron el deseo y la búsqueda por procesos de modernización y de una determinada imagen de la modernidad en dos ciudades del noreste brasileño de tamaño medio?

Palabras-clave: Teoría de la restauración, arquitectura moderna, Italia.

Cidades Médias¹ Nordestinas: João Pessoa (PB) e Aracaju (SE) 1950's-1960's.

João Pessoa (PB) e Aracaju (SE) nasceram em circunstâncias temporais distintas, enquanto a primeira está inserida no processo inicial de demarcação e ocupação do território nacional ainda no período colonial (1585), a segunda surge dentro de um processo de modernização nacional no período do Império (1855). Enquanto os processos de modernização de meados do século XIX representavam, para João Pessoa, a remodelação de seu traçado urbano existente e a expansão de sua malha urbana, para Aracaju, significava seu nascimento sobre um tabuleiro de xadrez (o Quadrado de Pirro) em detrimento da irregularidade do traçado das cidades coloniais de São Cristóvão (1590) e Laranjeiras (1605).

Embora tenham nascido em circunstâncias distintas, em particular pelo intervalo temporal, ambas coincidem na sua relação com o Rio² como importante meio de escoamento da produção local e, mais tarde, no desejo de remodelação de seu traçado em um processo de depuração do “velho” em favor do “novo”. Assim, se em uma capital a remodelação ocorre apagando o velho e executando um novo traçado, em outra o antigo é geograficamente abandonado para criação do novo em novo território. O ímpeto pelo novo também será o propulsor das transformações urbanas e arquitetônicas de meados do século XX, impulsionado ainda por um plano de desenvolvimento e modernização nacional.

O Brasil iniciou um importante processo de modernização durante o governo de Getúlio Vargas, ainda na década de 1930, período que também representou importante momento para a produção de Arquitetura Moderna no Brasil e que está, claramente, vinculado ao processo de industrialização do país iniciado algumas décadas antes. Nesse momento, a modernidade apresentava-se através da máquina, bem como do progresso positivo através da tecnologia: equipar com máquinas modernas os sistemas de radiodifusão no país, as máquinas sendo naturalizadas na vida cotidiana (o rádio, o bonde elétrico, o dirigível, o vôo de avião etc).

Esse período representou um intenso processo de desenvolvimento dos pequenos centros e um primeiro momento de crescimento da urbanização brasileira que entre 1890-1920 passou de 6,8% a 10,7% (au-

¹ Segundo IPEA “não existe uma idéia consensual do que seriam as cidades médias. Essa inexistência de consenso também ocorre no meio técnico-científico, onde, literalmente, não há uma definição cristalizada de cidade média” (FILHO, O; SERRA, R. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional, disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/capitulo1_evolucao.pdf). Considera-se aqui, cidade média como sendo os centros urbanos brasileiros que chegaram até a década de 1950 com uma população entre 70 mil e 500 mil habitantes.

² O território que hoje conforma a cidade de João Pessoa começou a ser ocupado às margens do Rio Sanhaú, assim como a cidade de Aracaju nasce às margens do Rio Sergipe. A fundação da cidade de Aracaju, em 1855, foi fortemente influenciada pela possibilidade de construção de um porto mais moderno e de maior capacidade para escoar a produção local, em detrimento do porto na cidade de Laranjeiras ou o pequeno e pouco acessível porto de São Cristóvão.

mento de quatro pontos), enquanto que entre 1920-1940 esse crescimento vai para 31,24% que representa um aumento de 21 pontos (SANTOS, 1993, p.22). Esse processo de urbanização terá um novo impulso após os anos de 1950 com a política desenvolvimentista posta em prática por Juscelino Kubitschek, cujo projeto político materializou-se na construção de Brasília. As ações da política econômica desenvolvimentista, investindo e incentivando a produção industrial, intensificou o processo migratório campo-cidade, aumentando a população urbana e exigindo novas ações sobre o espaço das cidades.

³ Segundo dados do IBGE (1971), a população em **João Pessoa (PB)** entre 1890-1920 passou de 24.714 hab para 52.990 hab; 1920-1940 passou de 52.990 hab para 94.333 hab, aumento populacional de 78%; 1940-1960 passou de 94.333 hab para 155.117 hab, aumento populacional de 64%; em 1970 passou para 228.418 hab. Em **Aracaju (SE)**, a população entre 1890-1920 passou de 9.559 hab para 37.440 hab; 1920-1940 passou de 37.440 hab para 59.031 hab, aumento populacional de 57%; 1940-1960 passou de 59.031 hab para 115.713 hab, aumento populacional de 97%; 1970 passou para 186.838 hab.

O aumento populacional³ registrado nas cidades de João Pessoa e Aracaju entre 1920 e 1960 mostra o intenso afluxo de pessoas e a ocupação desses municípios, ambas ultrapassaram os 100 mil habitantes no intervalo entre 1940-1960. Para Aracaju esse incremento populacional foi motivado, especialmente, pela descoberta de petróleo no estado em 1963 e a fixação da Petrobrás em Aracaju. Essa descoberta representou um divisor de águas na economia deste município implicando em maiores divisas, maior população urbana e aquecimento do setor de construção civil.

A política desenvolvimentista iniciada por JK incluiu medidas fundamentais para o desenvolvimento do Nordeste através da criação e atuação da SUDENE (1959) que viria a atuar ativamente no desenvolvimento da região a partir da década de 1960. A indústria do Turismo, ou o que seriam as primeiras ações para a consolidação da mesma, trouxe importantes reverberações em várias capitais nordestinas estimulando a construção de hotéis para o turismo a fim de dinamizar a economia local e o desenvolvimento regional, como no Nordeste. Em João Pessoa foi construído, com projeto do arq. Carioca Sérgio Bernardes, o Tropical Hotel Tambaú (1968) e em Aracaju, o Hotel Palace (1962), projeto do engenheiro baiano Rafael Grimaldi. Ambos os projetos são exemplos de arquitetura inseridos na produção de arquitetura moderna no Brasil e são recebidas em suas respectivas cidades como importantes símbolos de progresso e de modernidade.

O relevante aumento populacional entre as décadas de 1920-1940 e de 1940-1960 foram marcados por processos de modernização urbana cujo discurso sustentava-se na construção de uma "metrópole". Assim, as ações de remodelação urbana, definição e consolidação de novas áreas de expansão urbana, assim como a incorporação de uma nova arquitetura à paisagem urbana eram motivadas pelo desejo de progresso e desenvolvimento que conduziria às cidades

médias em desenvolvimento almejar o título de “metrópole”. Nos anos de 1950 os símbolos dessa modernidade eram o automóvel, a autopista, o sistema rodoviário, o viaduto, o edifício alto e a arquitetura moderna, e a nova capital federal deu novo fôlego a esse processo, cujo otimismo vai até a eclosão do Golpe Militar.

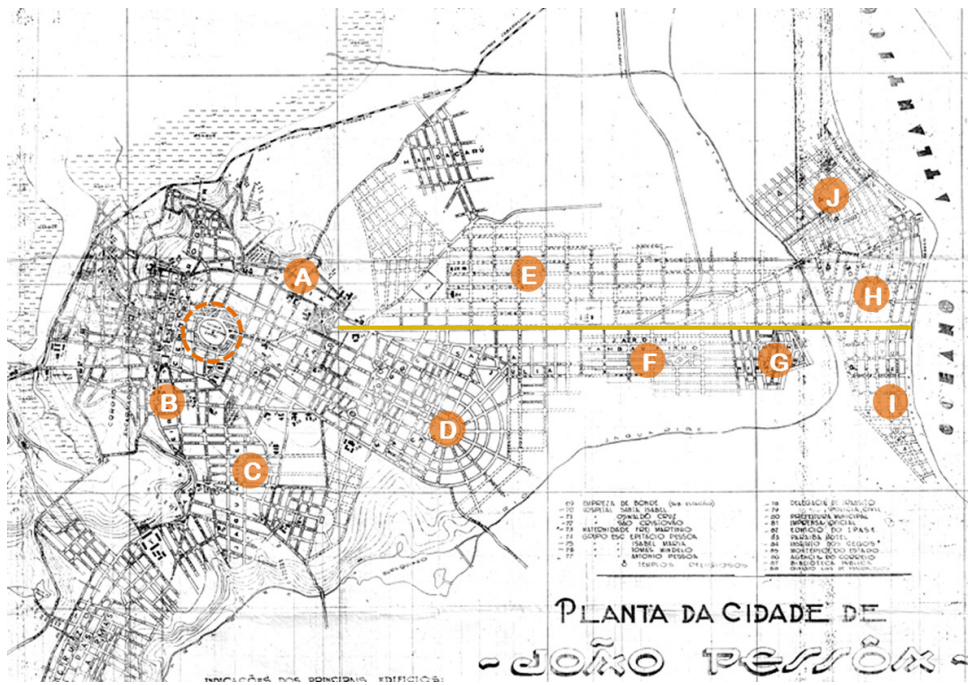


Figura 1
Mapa da cidade de João Pessoa datado de 1953. Destaque com círculo tracejado na área do Parque Solon de Lucena (a Lagoa), a partir do qual percebe-se a extensão da malha urbana em direção ao litoral. Av. Epitácio Pessoa (linha amarela); (A) Tambiá; (B) Trincadeiras; (C) Jaguaribe; (D) Torre; (E) Bairro dos Estados; (F) Jardim Tambauzinho; (G) Jardim Miramar; (H) Tambau; (I) Cabo Branco; (J) Jardim Manaíra.
Fonte: PMJP, acervo público (editado pela autora).

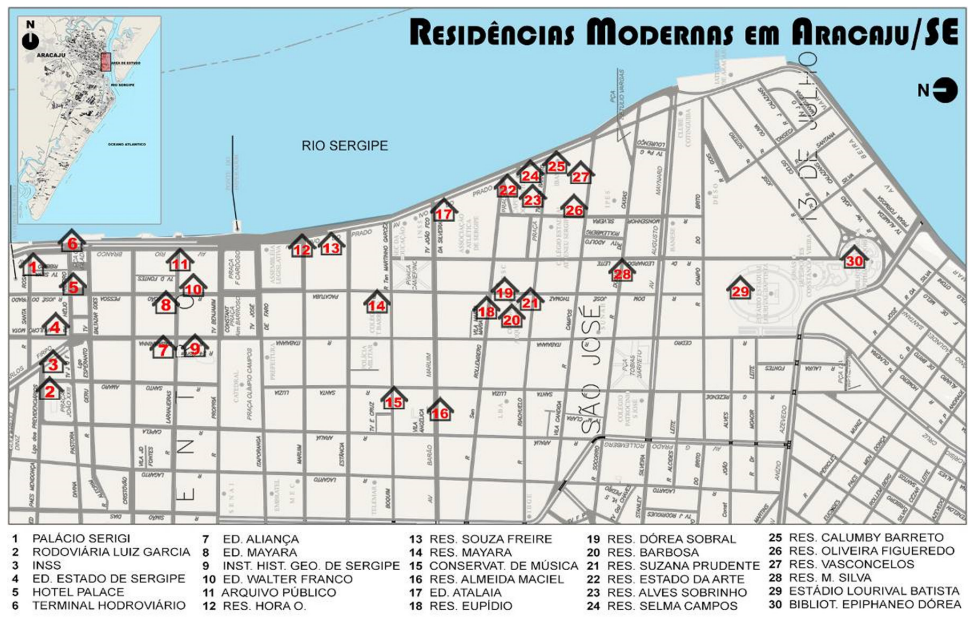


Figura 2
Trecho do mapa da cidade de Aracaju, recorte nos bairros Centro, São José e 13 de Julho nos quais foram identificadas exemplares de Arquitetura Moderna construídos entre 1950 e 1970 segundo levantamento de Nery (2003).
Fonte: Eliton Siqueira e Galdesson Santos, editado pela autora.

Os mapas (Figura 1 e Figura 2) ilustram o desenvolvimento da malha urbana de Aracaju (SE) e João Pessoa (PB) entre no final do século XIX até os anos 1960. Em João Pessoa as ações de modernização desse período visavam consolidar o centro da cidade como centro de negócios, o eixo de expansão Leste, conduzindo a consolidação dos bairros litorâneos (bairros de classe média e alta), e Sul (bairros de classe média e baixa). O levantamento feito em João Pessoa⁴ identificou obras de arquitetura moderna nos bairros de Miramar, Expedicionários, Tambaúzinho, Bairro dos Estados, Tambaú e Cabo Branco, bairros cujo processo de ocupação se consolidou entre as décadas de 1960 e 1970.

⁴ Para mais aprofundamento ver: Chaves (2008); Pereira (2008); Xavier (2011) e Chaves (2012).

Em Aracaju, o eixo de expansão privilegiado nesse período não era o litoral, mas bairros próximos ao centro da cidade que ajudaram a consolidar a expansão Sul (bairro São José e 13 de Julho, para citar alguns) com a criação de novos bairros a partir do traçado do Quadrado de Pirro⁵. Os eixos Oeste e Norte, abertos no início do século XX, continuam a expandir-se sendo ocupado pela população menos favorecida.

⁵ Como é conhecido o traçado em tabuleiro de xadrez definido pelo Engenheiro Sebastião Basílio Pirro para a cidade de Aracaju, em 1855, momento de sua fundação.

Dessa forma, essas cidades tinham em comum, a experiência de um processo de modernização que resultou em transformações urbanas a fim de construir a cidade moderna através de símbolos de modernidade como o edifício alto, o automóvel e a adoção de elementos formais (urbanísticos ou arquitetônicos) que demonstrasse alguma ruptura com as formas do passado: Colônia ou Império. Outro aspecto em comum a ser levado em consideração é a proximidade de ambos a importantes centros econômicos, políticos e culturais: Recife, para João Pessoa, e Salvador, para Aracaju. Diante do reconhecimento da presença de elementos característicos da arquitetura moderna brasileira na cena urbana local, ainda resta buscar a compreensão de como esses elementos são introduzidos a essa produção, como essa arquitetura funde-se com a busca de um ideal de modernidade, quais os possíveis personagens envolvidos nesse processo, são algumas dos caminhos que essa investigação visa apontar.

Ideias em Circulação

As décadas de 1950 e 1960 representam um período de forte difusão da arquitetura moderna em território nacional extrapolando o eixo hegemônico RJ-SP-MG e alcançando cidades médias nas demais regiões do país. Autores como Lara (2001; 2005) e Martins (1999; 2007) abordam a difusão o repertório moderno de arquitetura pelo país pontuando a produção

média, feita muitas vezes sem o arquiteto ou engenheiro, e que amplia a atuação do cliente na demanda por tal repertório. Ainda para estes autores, a produção residencial seria a grande responsável por essa difusão.

Qualquer pessoa que ande por uma cidade média no Brasil encontrará, se a intensa especulação imobiliária ainda não os tiver destruído, bairros residenciais construídos nos anos de 1950 em que se encontram inúmeras casas à la Niemyer” (MARTINS, 1999, p.20⁶).

Para Segawa (2002), essa difusão estaria relacionada a alguns fatores como a circulação de arquitetos formados no Rio de Janeiro e que fixam residência profissional em outras cidades⁷, abertura de Escolas de Arquitetura formando novos profissionais distantes dos centros hegemônicos e de revistas especializadas em arquitetura.

O exposto acima traz, sem dúvida, importante contribuição para compreender a circulação de ideias nesse período, contribuindo para o entendimento desse processo de difusão. No entanto, o processo de difusão e recepção da arquitetura moderna não deve ser investigado apenas através desses vetores, especialmente em cidades nas quais não circulavam revistas especializadas de arquitetura, ou nas quais muitas obras com traços dessa nova arquitetura eram assinadas por desenhistas ou engenheiros. Esse é o caso de cidades como Aracaju e João Pessoa, durante as décadas de 1950 e 1960, nas quais não circulavam revistas especializadas de arquitetura – nem se tem o registro de que fossem acessadas pelos profissionais e/ou parte da sociedade local –, nem tampouco havia Escola de Arquitetura local formando jovens arquitetos.

Então, o que ajudaria a entender como as ideias de uma arquitetura moderna figurando como símbolo de uma modernidade nacional puderam manifestar-se nessas cidades?

Nas cidades de Aracaju (SE) e João Pessoa (PB), destacam-se três aspectos relevantes no processo de circulação de ideias quanto à recepção e incorporação de uma linguagem de Arquitetura Moderna na cena local: a) grupos sociais locais de maior destaque na cena política, intelectual e econômica (importantes comerciantes) acompanhavam a cena política e cultural nacional e, assim como a modernidade nacional também estava representada pela Arquitetura Moderna – e Brasília é o maior símbolo, e cuja repercussão intensifica o processo de difusão dessa arquitetura no país – a modernidade local também a tem como símbolo

⁶ A tradução aqui utilizada foi retirada na coleção “Textos Fundamentais sobre história da arquitetura moderna brasileira”, volume 2, editada por Abílio Guerra (2010, p.131-168).

⁷ Para citar alguns, Neudson Braga nasceu em Fortaleza e migrou para o Rio de Janeiro onde se graduou arquiteto e urbanista, retornando para Fortaleza onde fixa seu endereço profissional. Acácio Gil Borsoi (RJ), Mario Russo (Italiano) e Delfim Amorim (Português) são exemplos que arquitetos nascidos e formados em origens diversas que migram para Recife, onde fixam residência e ajudarão a fazer escola. A ideia dos “arquitetos peregrinos, nômades e migrantes” foi lançada por Segawa em texto público em 1980 (In: Arquiteturas no Brasil/ Anos 1980. São Paulo: Projeto, 1988, p. 9-13) e reafirmado em seu livro de 1998 (Arquiteturas no Brasil: 1900-1990).

de progresso, desenvolvimento e afirmação da cultura nacional; b) Na ausência de revistas especializadas de arquitetura, os jornais diários assumiram esse papel, particularmente na cidade de João Pessoa; c) A proximidade de ambas as cidades a centros urbanos de grande porte como Recife (para João Pessoa) e Salvador (para Aracaju) possibilitando trocas culturais constantes através de viagens e/ou profissionais arquitetos/engenheiros cujas residências profissionais eram nos centros maiores⁸, mas que atuaram em cidades de pequeno e médio porte, bem como arquitetos formados nesses centros que fixam em residência nos centros menores⁹.

⁸ Em João Pessoa, Carlos Alberto Carneiro da Cunha (PB), formou-se na ENBA de Pernambuco, radicou-se em Recife (PE) e atuou também na cidade de João Pessoa. Em Aracaju, o engenheiro e projetista baiano Rafael Grimaldi, radicado na Bahia, e que atuou em Aracaju.

⁹ Em João Pessoa, Mario di Lascio (PB), formou-se na ENBA de Pernambuco, radicou-se em João Pessoa (PB).

¹⁰ Recordamos aqui a versão recorrente na historiografia nacional do episódio da construção do prédio do Ministério da Educação e Saúde e o Ministro Capanema como o homem público que viabilizou a experiência moderna no Brasil endossado pelo projeto de modernização do país levado a cabo por Getúlio Vargas. O primeiro registro a marcar essa leitura foi o catálogo da exposição *Brazil Builds* (GOODWIN, 1943).

Em João Pessoa, em 1951, a imprensa local divulgava o projeto da nova sede da ABI (Associação Brasileira de Imprensa) no Rio de Janeiro e destacava o reconhecimento internacional da arquitetura moderna brasileira em favor do reconhecimento nacional e o impulso pioneiro do homem público [Herbert Moses]¹⁰, que acreditou nessa nova arquitetura como símbolo do “progresso e evolução” e “bateu-se, quase sozinho, pela adoção do traçado em seu conjunto”, haja vista a reação do Júri à “fachada, de arrojado estilo moderno”. O autor da nota defende, ainda, que a decisão tomada pelo presidente da ABI seria comprovada pela crítica internacional que

Para confirmar sua antevisão do sucesso daquele estilo arquitetônico [sic], as grandes revistas especializadas de todo o mundo iriam apontar o caráter exemplar do edifício. A última edição da Enciclopédia Britânica publica a sua fotografia como modelo de estilo. Uma publicação técnica daria a seguir definição da sede [sic] da Casa do Jornalista: - “The most dignified modern building in the world”.

A Associação Brasileira de Imprensa se afirmará pioneira da construção em arte moderna, não só no Rio de Janeiro, mas em toda a América do Sul. (A CASA do..., 1951, p.5).

Ao passo que os jornais locais traziam tais iniciativas e ações de renovação da arquitetura em nível nacional, a transformação da paisagem da cidade também era reportada e exaltada pela adoção de formas e programas filiados à arquitetura moderna brasileira. Assim, “a fisionomia da cidade está aos poucos se modificando [...]. Os velhos prédios vão caindo, sendo substituídos por edifícios modernos, de linhas alegres e arrojadas”.

Neste mesmo ano foi concluída a obra da sede do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE), “o belo edifício, hoje o mais majestoso desta capital” (O EDIFÍCIO do..., 1951, p.3). O resultado de sua presença na paisagem urbana era divulgado nos jornais locais como motivo de orgulho para o pessoense que presenciava o crescimento da “urbs”.

Logo ali mesmo, no Ponto de Cem Réis, estava o edifício do IPASE, como um enorme monstro quadrado, num planejamento de novas perspectivas, de formas ideais de criação artística (MOVIETONE..., 1953, p.04).

As características formais e construtivas do novo prédio foram expressas no livro de Registro Geral, do Serviço de Registro Imobiliário da Zona Sul, datado de 1996 – ano de aquisição do terreno – onde é descrito como “edifício todo construído em cimento armado, **estilo profissional brasileiro**, constituído de grandes colunas de concreto em toda sua altitude, fachada lisa, com tijolos de vidro [...]” (grifo nosso). Outras características listadas ajudam a definir esse “estilo profissional” cujo projeto incluiria novos materiais e recursos técnicos como “esquadrias de vidro e venezianas na parte superior das portas”, “quebra-sol de movimento vertical no vazio da área descoberta interna” [...], “janelões de vidro para iluminação direta de todas as suas dependências [...]”.

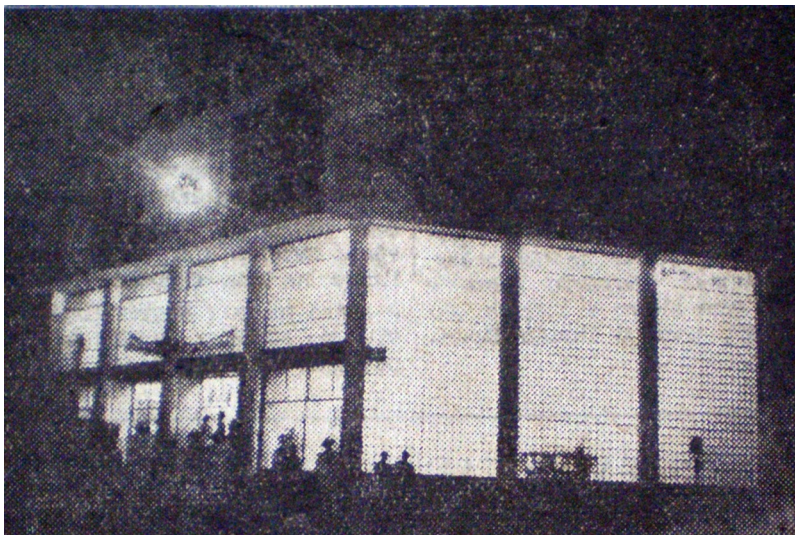


Figura 3
Vista noturno do edifício do IPASE. João Pessoa (PB).
Fonte: NOTURNO do..., 1952, p.2.

O edifício do IPASE introduz uma linguagem arquitetônica incomum à paisagem da cidade. De fato, o processo de depuração formal já se desenvolvia em experiências *art déco* das décadas de 1920 e 1930, no entanto, não se trata apenas de racionalização da forma, mas da introdução de um processo construtivo que apresentava o concreto como material construtivo, a planta livre, a estrutura de pilotis aparente, a fachada livre exposta pelo plano de vidro em destaque na imagem noturna (Figura 3). Nos anos 1950's, serão construídas as primeiras casas com repertório moderno: pilotis, a caixa prismática, elementos de adequação climática como cobogós e *brise-soleil* etc.

Assim também pôde ser constatado em Aracaju, cujas primeiras residências modernas datam de 1952.

Outro tema importante para construção da imagem dessa cidade moderna, que se queria “Metrópole”, era o edifício alto. A verticalização, nessas cidades, não aconteceu, em um primeiro momento, por necessidade de adensamento, mas pelo desejo de incorporar à cena urbana de cidades em desenvolvimento um símbolo de progresso e de modernidade, para tanto Somekh¹¹ (1997) utiliza o termo “urbanismo modernizador”. Esse processo foi semelhante nas duas cidades¹² e o edifício alto incorporado como símbolo do centro de negócios e modernidade quanto ao programa residencial ao introduzir o morar moderno em apartamentos. Assim, o edifício alto surgiu tanto em João Pessoa quanto em Aracaju associado a um novo modo de morar e ambos no final da década de 1950.

¹¹ SOMEKH, Nadia. *A Cidade Vertical e o Urbanismo Modernizador (1920-1939)*. São Paulo: Studio Nobel: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 1997.

¹² Sobre verticalização em João Pessoa: Chaves (2008). Sobre verticalização em Aracaju: Menezes (2008).

¹³ Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Bancários.

O primeiro edifício alto em João Pessoa (Figura 4), com 18 andares, foi construído entre 1957-1960 (Ed. Presidente João Pessoa) sobre iniciativa do IAPB¹³ e dividia seu programa em uso institucional e uso residencial. A obra de autoria do arquiteto carioca Ulysses Burlamaqui inovava não apenas em seu programa (misto), em sua técnica construtiva (executada anteriormente apenas no prédio do IPASE, com 09 pavimentos) e reafirmava a linguagem moderna carioca na cena urbana local como símbolo de modernidade, arrojo e progresso (jogo de volumes prismáticos distinguindo funções, uso de cobogó e *brise-soleil* como elementos de adequação climática). Esse edifício permanece ainda como o mais alto do centro da capital paraibana.

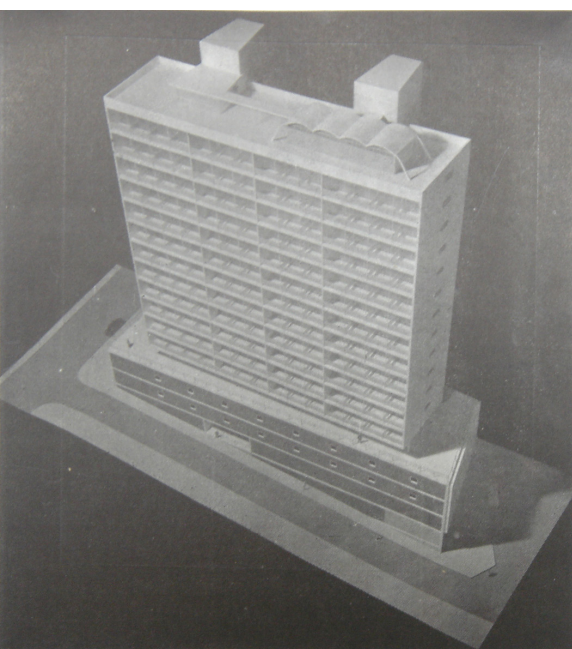


Figura 4
À esquerda, Maquete Ed. Pres. João Pessoa (1957). João Pessoa (PB) Fonte: Revista dos Bancários (1958), editado pela autora (2008). À direita, Ed. Atalaia (1957-1958). Aracaju (SE).
Fonte: Montagem, acervo pessoal da autora, 2017.

No mesmo ano (1957), em Aracaju, também na área central, foi construído um edifício residencial de 11 andares (Ed. Atalaia) e colunas em "V", projeto do engenheiro civil e projetista baiano Rafael Grimaldi (responsável também por outras importantes obras desse período) e executada pelo engenheiro João Machado Rollemgber. A execução do Ed. Atalaia (Figura 4) em Aracaju reafirmava sua modernidade pelo feito de erguer-se sobre terreno alagadiço e arenoso, sendo o "primeiro testemunho da entrada de modernas técnicas de construção na cidade, em especial no desenvolvimento da tecnologia de fundações" (NERY, 2003, p.3).

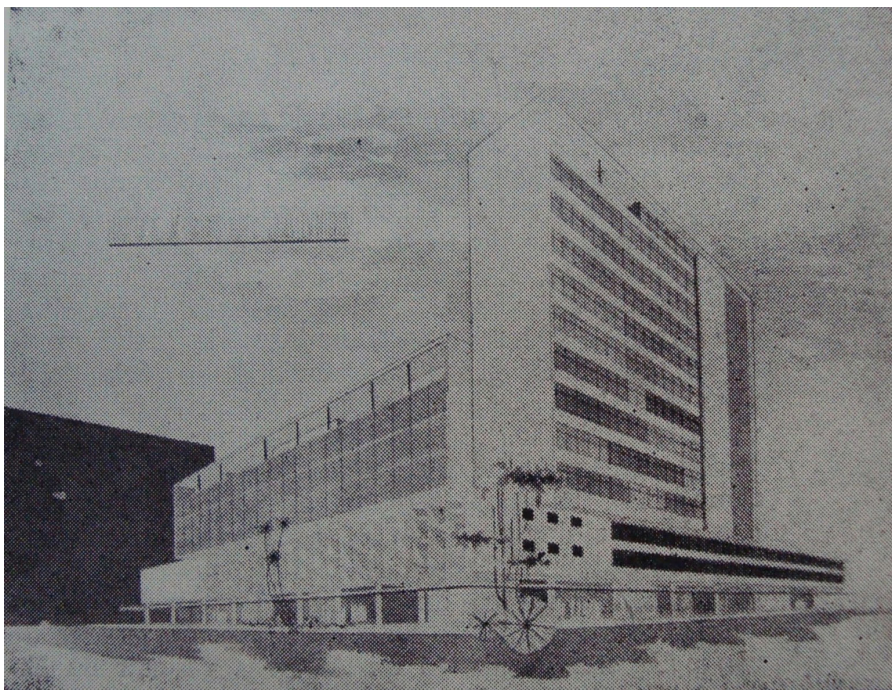


Figura 5
Hotel Palace (1962). Aracaju (SE).
Fonte: Revista da Associação Sergipana de Imprensa.

Após a construção do Ed. Atalaia, os jornais noticiam com entusiasmo a construção e inauguração do Hotel Palace (1962)¹⁴ (Figura 5), também autoria do engenheiro baiano Rafael Grimaldi, que corresponde à tipologia do edifício alto introduzindo inovação no programa hoteleiro local como o primeiro hotel vertical da cidade, além de materializar os investimentos e incentivos governamentais ao turismo. Os jornais noticiavam:

O Hotel Pálace [sic] é o mais arrojado empreendimento como obra material do atual Govêrno [sic], capaz de oferecer hospedagem de alto nível em nossa Capital e assim atrair homens de negócios, turistas, políticos e visitantes de

¹⁴ Acessado em <http://hotelpalacetur.tumblr.com/archive>.

alto gabarito, que poderão promover investimentos e contribuir para a melhoria econômica e social do nosso Estado. (AMANHÃ inauguração..., 1962, p.1).

A primeira [O Hotel Palace] resulta dum [sic] imperativo do nosso progresso e desenvolvimento econômico sabido como é que um hotel confortável e moderno estimula o turismo, facilitando a visita dos investidores de capitais, daqueles que têm em mira desenvolver a área dos seus negócios (GOVÉRNO inaugura...,1962, p.1).

15 Nesse momento, as considerações que se pode fazer sobre o papel dos jornais em Aracaju na difusão e recepção da arquitetura moderna nesta cidade ainda são preliminares, uma vez que as pesquisas nos jornais de Aracaju ainda continuam.

Os jornais locais¹⁵ acompanham e noticiam com entusiasmo as novas ações de modernização que vão sendo implementadas na cena urbana, no entanto, entre o teor das notícias veiculadas em jornais locais de João Pessoa e Aracaju, percebe-se na primeira um discurso de modernização ressalta não apenas os avanços de técnicas construtivas, mas também elementos estéticos e compositivos inseridos na linguagem de arquitetura moderna no Brasil destacando figuras como a dos arquitetos cariocas Oscar Niemeyer, Lúcio Costa, Irmãos Roberto e Afonso Reiddy, além de artigos sobre Arte Moderna escrito por José Lins do Rêgo. Por outro lado, os jornais locais em Aracaju destacam a importância dessas obras principalmente quando de iniciativa pública e suas repercussões na economia local. Assim, o Hotel Palace (iniciativa governamental) foi noticiado com muito mais entusiasmo o atenção que o Edifício Atalaia (iniciativa privada e primeiro edifício a romper com o gabarito de até 05 pavimentos que se tinha até aquele momento).

Arquitetura Moderna: João Pessoa (PB) e Aracaju (SE)

A ação institucional e de importantes comerciantes locais contribuíram para a introdução, em ambas as cidades, de obras com uma linguagem formal moderna bastante fiel ao repertório de formas da arquitetura moderna produzida no Rio de Janeiro, e por arquitetos formados nessa escola, nos anos 1940-1950 (Figura 6 e Figura 7). São exemplos marcantes desse período os edifícios Agência Central do Banco do Estado da Paraíba (1954?, Arq. Acácio Gil Borsoi), IPASE (1949-51), Pres. João Pessoa (1957-60, Arq. Ulysses Burlamaqui), Sede do DER (1958, Leonardo Stuckert), Sede do IAPI (1966, Arq. Adauto S. Ferreira), todos em João Pessoa-PB, e Ed. Atalaia (1957-58, Eng. Rafael Grimaldi), Centro Administrativo Walter Franco (1957, Eng. Rafael Grimaldi), Terminal Rodoviário Gov. Luiz Garcia (1960-62, Eng. Rafael Grimaldi), Hotel Palace (1960?-62, Eng. Rafael Grimaldi), em Aracaju-SE.

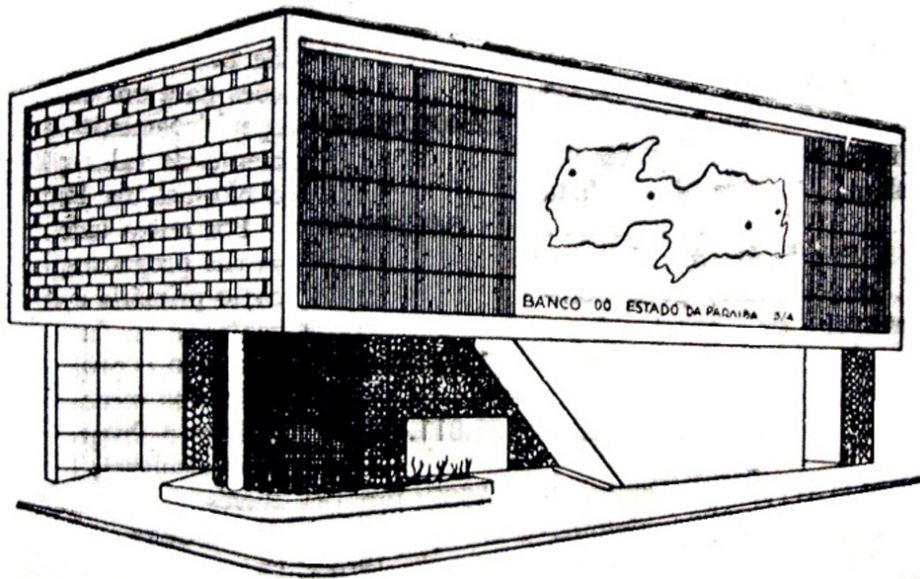


Figura 6
 Agência Central do Banco do Brasil. Arq. Acácio Gil Brosoi, 1954(?). João Pessoa (PB).
 Fonte: 71 ANOS..., 1963, p. 27.



Figura 7
 À esquerda, Edifício Walter Franco, 1957. Eng. Rafael Grimaldi. Aracaju (SE).
 À direita, Estação Rodoviária Gov. Luiz Garcia, 1960. Eng. Rafael Grimaldi.
 Aracaju (SE).
 Fontes: Aragão, 2011 (publicação autorizada pela autora) e Instituto Tobias Barreto.

Ao passo que tais obras eram construídas, inovações formais e técnicas também iam sendo introduzidas à paisagem urbana através da construção de residências. Como já mencionado, Martins (1999) acredita ser através desse programa que a linguagem moderna de arquitetura de fato se difunde e se consolida

nas cidades médias brasileiras em desenvolvimento nos anos 1950. Nesses casos, o repertório moderno era introduzido como valor e símbolo de modernidade: a caixa prismática, os finos pilares, lajes planas, pilares e “V”, telhados de uma água, telhados “borboleta”, elementos vazados (cobogó) etc.

¹⁶ A produção de Arquitetura Moderna e, mais particularmente, as Residências Modernas foram objeto de trabalho de pesquisas como: *Difusão da Arquitetura Moderna na cidade de João Pessoa 1956-1974* (Fúlvio Pereira, 2008), *Casas Modernas na Orla Marítima de João Pessoa 1960 a 1974* (Roberta Xavier, 2011) e *Casa (moderna) brasileira: Difusão da arquitetura moderna em João pessoa 1950-60's* (Carolina Chaves, 2012).

O estudo das residências modernas em João Pessoa¹⁶ resultou em 23 exemplares, que se distribuem entre as décadas de 1950, 9 exemplares, e 1960, 15 exemplares. Todos os projetos registrados foram projetados por profissionais habilitados arquitetos e engenheiro (apenas uma obra de autoria de engenheiro). Nesse levantamento não foram encontradas edificações que incorporassem elementos formais ou construtivos do repertório de arquitetura moderna cuja autoria fosse de profissionais não habilitados (desenhistas ou outros).

¹⁷ Para aprofundamento: *Arquitetura Moderna na Aracaju dos anos 1940 e 1970* (Isabella Santos, 2011) e *Olhar aproximado para as residências Souza Freire e Hora Oliveira: bens modernistas de interesse cultural* (Josinaide Maciel, 2013).

A investigação sobre a produção de residências modernas em Aracaju apoiou-se em estudos desenvolvidos em 2003, pela professora Juliana Nery com seus alunos de graduação. Esse trabalho é o levantamento mais detalhado que se tem hoje sobre uma produção que já sofre danos irreparáveis. Apesar de identificar duas dissertações de mestrado sobre o tema¹⁷, essa é uma temática que ainda demonstra espaço para pesquisas mais aprofundadas, pois o cruzamento de dados desses levantamentos permitiu enxergar algumas lacunas e, avançando um pouco, investigar a essa recepção do repertório de arquitetura moderna brasileira como um processo nacional referindo-o e colocando-o em paralelo a outros contextos. Através da análise desses levantamentos e de pesquisa de campo é possível analisar a produção residencial moderna em Aracaju através de 38 projetos, dos quais 11 foram construídos na década de 1950 e 27 foram executados na década de 1960 (NERY, J.; SANTOS, I., 2007).

Analisando o conjunto dessa produção é possível perceber que as residências da década de 1950 (Tabela 1) apresentam uma linguagem muito próxima à produção de arquitetura moderna realizada no Rio de Janeiro, em particular pelo uso das caixas prismáticas sobre pilotis, a geometria trapezoidal, o programa organizado em dois pavimentos (em geral com os quartos no andar superior), uso de mezanino, uma água ou duas águas invertidas (telhado borboleta) e o uso de elementos de adequação climática como cobogó, venezianas e as varandas. Esses aspectos são comuns para a produção identificada tanto em João Pessoa quanto em Aracaju, ficando a maior ou menor habilidade em usar tais elementos a cargo do autor do projeto.

RESIDÊNCIAS DA DÉCADA DE 1950

JOÃO PESSOA (PB)



Res. Cassiano Ribeiro Coutinho (1955).
Arq. Acácio Gil Borsoi.
Fonte: Revista AU, 1999



Res. Cassiano Ribeiro Coutinho (1955)
Arq. Acácio Gil Borsoi.
Fonte: Revista AU, 1999



Res. Joaquim Augusto (1957).
Arq. Acácio Gil Borsoi.
Fonte: acervo pessoal Mércia Rocha (publicação autoria pela autora).



Res. Renato Ribeiro (1958)
Arq. Acácio Gil Borsoi
Fonte: PEREIRA, 2008 (publicação autorizada pelo autor)

ARACAJU (SE)



Res. Maria Melo (1952)
Desenhista Walter Barros.
Fonte: Danielle Menezes, 2007 (publicação autorizada pela autora).



Res. Eupído Teixeira (1955-56).
Arq. Baiano não identificado.
Fonte: acervo pessoal da autora, 2017.



Res. Hora Oliveira (1956)
Arq. Carioca não identificado
Fonte: acervo pessoal da autora, 2016



Res. Souza Freire (1958).
Desenhista Walter Barros.
Acervo pessoal da autora, 2016.



Res. Austregésilo de Freitas (1958?)
Arq. Acácio Gil Borsoi.

Fonte: acervo pessoal Lia Tavares (publicação autorizada pelo autor)



Res. Dórea Sobral (1958)
Desenhista Walter Barros (?)
Acervo pessoal da autora, 2017.



Res. Lourenço de Miranda Freire (1958)
Arq. Mario di Lascio
Fonte: acervo pessoal, 2007.

Tabela 1

Residências Moderna construídas em João Pessoa (coluna esquerda) e Aracaju (coluna direita) na década de 1950.

A década de 1960 foi um período singular para a cidade de Aracaju pela descoberta de petróleo no Estado e a instalação da Petrobrás em Aracaju, o que trouxe um maior dinamismo à economia local. Para Nery (2003), esse fato seria o responsável por um forte desenvolvimento econômico e urbano desse município, que teria reflexo no expressivo aumento do número de residências modernas construídas em Aracaju nesta década somando 27 exemplares, dos quais 05 são de autoria de arquiteto ou engenheiro. No entanto, a década de 1960 foi um período de fortes investimentos federais na região Nordeste, incentivos e investimentos noticiados nos jornais locais, beneficiando não apenas Aracaju, mas outras capitais como João Pessoa. Nesse período o número de residências modernas projetadas, em João Pessoa, por arquitetos ou engenheiros foi de 15 exemplares. É importante destacar ainda que esse período será fortemente marcado e influenciado pela inauguração da capital Federal, assim será possível perceber que elementos formais de alguns prédios em Brasília são incorporados à linguagem local, a exemplo da Res. de veraneio de Renato Macario (1965) de autoria do Eng. Walter Vinagre, que utilizou colunas em mesmo formato que as do Palácio da Alvorada (o que em valor pode ser comparado ao pilar em "V" que tanto chama a atenção na década anterior).

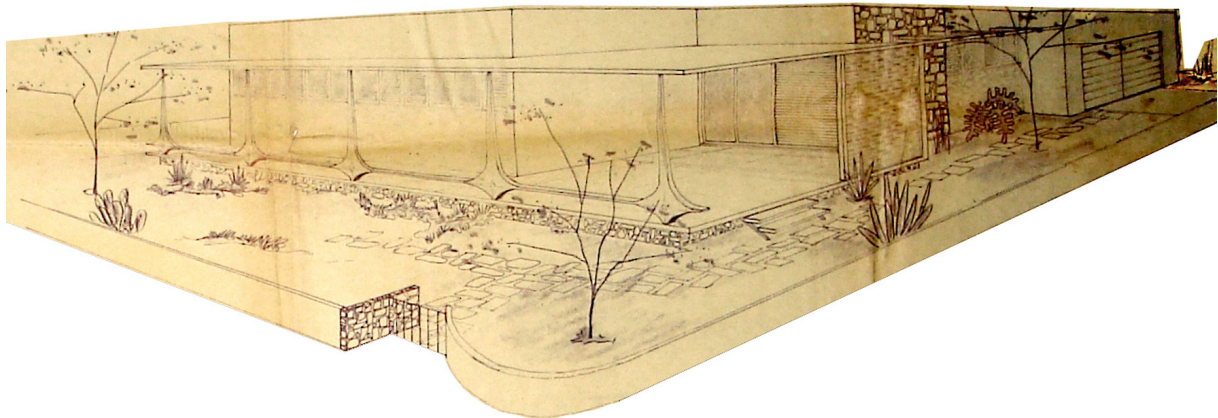
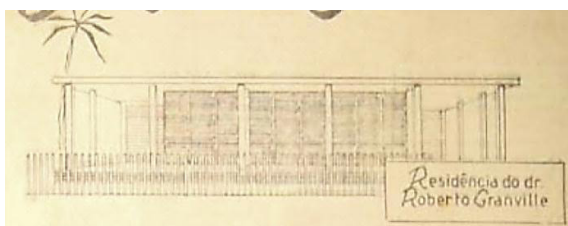


Figura 9
Res. Renato Macario (1965). Eng. Walter Vinagre. João Pessoa (PB).
Fonte: PMJP, editado pela autora, 2012.

Algumas mudanças já podem ser identificadas entre a produção da década de 1950 e a produção de 1960 (Tabela 2), a exemplo da organização do programa em apenas um pavimento enfatizando a horizontalidade, que esse período pode sinalizar uma maior aproximação à produção paulista deste mesmo período (em detrimento de uma anterior filiação carioca) ou, mais uma vez, a apropriação da linguagem dos palácios de Brasília (Res. Roberto Granville, 1960; Otacílio Vieira Campos, 1966).

RESIDÊNCIAS DA DÉCADA DE 1960

JOÃO PESSOA (PB)



Res. Roberto Granville (1960)
Arq. Mário Di Lascio.
Fonte: PMJP, editado pela autora

ARACAJU (SE)



Res. Vasconcelos (1960)
Desenhista Murilo Barreto
Fonte: NERY et al, 2007 (publicação autorizada pela autora).



Res. João Cavalcante (1959/60?)
Arq. Mário Di Lascio.

Fonte: PEREIRA, 2008 (publicação autorizada pelo autor)



Res. Suzana Prudente (1960).
Desenhista Walter Barros

Fonte: NERY et al, 2007 (publicação autorizada pela autora)



Res. Mario di Lascio (1960?)

Arq. Mário Di Lascio
Fonte: acervo pessoal, 2007.



Res. M. Silva (1960)

Autoria não identificada
Fonte: NERY et al, 2007 (publicação autorizada pela autora).



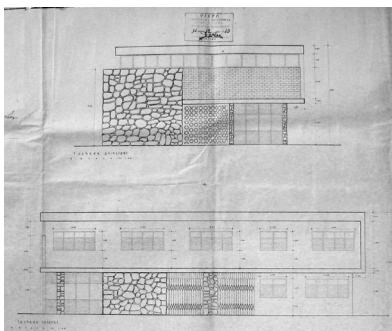
Res. Luiz Carrilho (1962?)

Arq. Tertuliano Dionísio
Fonte: acervo pessoal da autora, 2017



Res. Calumby Barreto (1960/62)

Desenhista Walter Barros
Fonte: acervo pessoal da autora, 2017



Res. José Bronzeado Sobrinho (1963)

Arq. Mário Di Lascio
Fonte: PMJP, editado pela autora



Res. Selma Campos (1960/66)

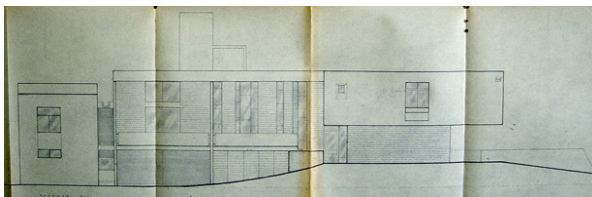
Desenhista Murilo Barreto
Fonte: acervo pessoal da autora, 2017



Res. Adriaão Pires (1963)
Arq. Carneiro da Cunha (co-autoria: Mário Di Lascio)
Fonte: acervo Carneiro da Cunha (publicação autorizada pelo autor)



Res. Oliveira Figueiredo (1963/64)
Eng. Sílvio Sobral Santos
Fonte: Eliton Siqueira, 2016 (publicação autorizada pelo autor)



Res. Jorge Ribeiro Coutinho (1965)
Arq. Carlos Alberto Carneiro da Cunha
Fonte: PMJP, editado pela autora



Res. Barbosa (1962?)
Arq. Osíris
Fonte: acervo pessoal da autora, 2017



Res. Otacílio Vieira Campos (1966)
Arq. Acácio Gil Borsoi
Fonte: acervo pessoal Mércia Rocha (publicação autorizada pela autora)



Res. Alves Sobrinho (1964/66)
Desenhista Walter Barros
Fonte: acervo pessoal da autora, 2017



Res. Estado da Arte (1968)
Autoria não identificada
Fonte: acervo pessoal da autora, 2017

Tabela 2
Residências Modernas construídas em João Pessoa (coluna esquerda) e Aracaju (coluna direita) na década de 1960.

Nesse sentido, reitera-se aqui que a aproximação à produção de arquitetura moderna em Aracaju é ainda um trabalho especulativo de levantamentos e cruzamento de fontes colocando essa produção em paralelo com o mesmo processo desenvolvido em outra cidade de médio porte em desenvolvimento em meados do século XX. No entanto, embora especulativa, esse olhar paralelo entre a produção moderna de arquitetura em João Pessoa e em Aracaju têm processos, procedimentos e agentes semelhantes, que se alinha no desejo de construir uma cidade moderna, à medida que seu espaço público e sua arquitetura refletissem progresso e desenvolvimento adotando símbolos de modernidade que, dentre outros elementos, estavam impressos em um repertório reconhecível de uma Arquitetura Moderna Brasileira. Ficam, portanto, caminhos abertos para o aprofundamento de algumas das questões e das miradas construídas aqui.

Referências

CHAVES, C. *João Pessoa: verticalização, progresso e modernidade. Registro dos prédios altos (1958-1975)*. Trabalho Final de Graduação. João Pessoa, CAU/UFPB, 2008.

CHAVES, C. *Casa (moderna) brasileira: Difusão da arquitetura moderna em João pessoa 1950-60's*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2012.

GOODWIN, P. *Brazil Builds. Architecture new and old 1652-1942*. New York, Modern Art Museum, 1943.

GUERRA, A. (Org.). *Textos Fundamentais sobre história da arquitetura moderna brasileira: 1*. São Paulo: Romano Guerra: 2010.

LARA, F. *Espelho de Fora: arquitetura brasileira vista do exterior*. Revista Eletrônica Vitruvius (Arquitextos), Setembro, 2000, acessado em Fevereiro 20, 2010. <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp012.asp>.

LARA, F. *Popular Modernism: an analysis of the acceptance of modern architecture in Brazil*. 2001. Phd Diss., University of Michigan, Michigan.

LARA, F. *A insustentável leveza da modernidade*, Revista Eletrônica Vitruvius (Arquitextos), Fevereiro, 2005, acessado em fevereiro, 2010. <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp276.asp>.

MARTINS, C. *Hay algo de irracional. Apuntes sobre la historiografía de la arquitectura brasileña*, Block Revista de La Cultura de La Arquitectura La Ciudad y El Territorio (1999): 8-22.

MARTINS, C. O Fixo e o Fluxo. Arquitetura na fronteira entre o construído e o sócio-cultural. In: FELDMAN, S.; FERNANDES, A. *O Urbano e o Regional no Brasil Contemporâneo*. Salvador: EDUFBA / FEUNESP/ ANPUR, 2007.

MENEZES, M. *A verticalização na cidade de Aracaju: surgimento, desenvolvimento e estagnação do processo de verticalização no bairro centro da capital sergipana 1951/1999*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2008.

NERY, Juliana. *Registros: As Residências Modernistas em Aracaju nas Décadas de 50 e 60*. Artigo apresentado no V Seminário DOCOMOMO Brasil, São Carlos-SP, Outubro 27-30, 2003, acessado em Junho 06, 2010. <http://www.docomomo.org.br/seminario%205%20pdfs/079R.pdf>.

NERY, Juliana; ARAGÃO, I. Expressões do moderno sergipano: as residências unifamiliares do bairro São José nos anos 50 e 60. In: MOREIRA, F. (Org.). *Arquitetura moderna no Norte e Nordeste do Brasil: universalidade e diversidade*. Recife: Fasa Gráfica, 2007.

PEREIRA, F. *Difusão da Arquitetura Moderna na cidade de João Pessoa (1956-1974)*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Escola de Engenharia de São Carlos/ USP, São Paulo, 2008.

SANTOS, I. *Arquitetura Moderna na Aracaju dos anos 1940 e 1970*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), FAUFBA, Salvador, 2011.

SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

SEGAWA, H. Arquitetos Peregrinos, nômades e migrantes. In: *Arquiteturas no Brasil/Anos 80*. São Paulo: Projeto, 1988, p.9-13.

SEGAWA, H. *Arquiteturas no Brasil 1900 – 1990*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SILVA, C. *Espaços públicos fortes: transformações e ressignificações do centro da cidade de Aracaju*. São Cristóvão: Editora UFS: 2014.

Vidal, W.; SOUSA, A. *Sete plantas da capital paraibana 1858-1940*. João Pessoa: Editora Universitária, 2010.

WOLF, J. Documento: Acácio Gil Borsoi. *AU (Arquitetura e Urbanismo)*, São Paulo, nº 84, p.35-41, jun./jul. 1999.

XAVIER, Roberta. "Casas Modernas na Orla Marítima de João Pessoa 1960 a 1974". 2011. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), PPGAU/UFRN, Natal.

Jornais:

71 ANOS a serviço da cultura paraibana, *Jornal A União*, João Pessoa, p. 27, 02 fev. 1963.

A CASA do Jornalista e seu esforçado presidente. *Jornal A União*, João Pessoa, p.05, 06 jun. 1951.

AMANHÃ inauguração do Hotel Palace e do Centro de Reabilitação. *Jornal A Cruzada*, Aracaju, p.1, 23 e 24 jun. 1962.

GOVÊRNO inaugura (dia 24) Hotel Palace e Centro de Reabilitação. *Jornal A Cruzada*, Aracaju, p.1, 18 jun 1962.

MOVIETONE da cidade visto de uma lotação. *Jornal A União*, João Pessoa, p.04, 29 jul. 1953.

NOTURNO do 'Ponto de Cem Réis'. *Jornal A União*. João Pessoa, p. 02, 07 set. 1952.

O EDIFÍCIO do IPASE. *Jornal A União*, João Pessoa, p.03, 2 fev. 1951.

Arquitetura assistencial e saúde: discutindo concepções e protagonistas

Cybelle S. Miranda, Marcia R. Monteiro

Cybelle S. Miranda, Marcia R. Monteiro. Arquitetura assistencial e saúde: discutindo concepções e protagonistas *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 180-197, jan./out. 2017

data de submissão: 10/05/2016
data de aceite: 25/04/2017

Cybelle S. Miranda é Doutora em Antropologia, professora do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo- UFPA; cybelle1974@hotmail.com

Marcia R. Monteiro é Doutora em Ciências Humanas, professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UFAL; mrmonte@hotmail.com

Resumo

Inscrita no corpo das investigações sobre a arquitetura da saúde, a definição de concepções da Arquitetura, cumprindo o papel de 'auxílio' proposto sob o signo da caridade, da filantropia e da assistência, constitui o cerne deste artigo. Propõe-se destacar o projeto de arquitetura, considerando o entrelaçamento desses dois campos de saber: arquitetura e saúde, na trajetória histórica da instituição hospitalar, seja em aspectos físico-funcionais, estéticos, médico-científicos, tecnológicos, geográficos, socioculturais, políticos ou econômicos. Cumpre ainda compreender a Arquitetura assistencial no contexto de seus financiadores e projetistas, sejam eles monarcas, arquitetos, médicos, mecenas, filantropos ou instituições, acentuando os trânsitos entre Brasil e Portugal, nos séculos XIX e XX e o diálogo com pesquisadores de outros domínios territoriais. Este artigo, que apresenta os resultados da sessão que compôs o IV ENANPARQ, faz parte do Grupo de pesquisa "Saúde e Cidade: arquitetura, urbanismo e patrimônio cultural", registrado no Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq (Brasil), reunindo pesquisadores da Universidade Federal do Pará e da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e busca dar continuidade ao Colóquio Internacional Arquitetura assistencial luso-brasileira da Idade Moderna à contemporaneidade: espaços, funções e protagonistas, realizado em novembro de 2015 em Lisboa, em cooperação entre a Universidade Federal do Pará, a Universidade de Lisboa e a Universidade Lusíada, integrando neste painel a Universidade Federal de Alagoas. No âmbito das pesquisas realizadas por esse Grupo, as investigações sobre a arquitetura da saúde ampliaram-se, ganhando novos contornos com o diálogo interinstitucional, no Brasil e Além-Mar, abrangendo a assistência à saúde da população de um modo geral e suas especificidades como a institucionalização da assistência à saúde do trabalhador, sempre entendidas a partir da materialidade da Arquitetura, em que aspectos estéticos e técnicos somam-se às demandas socioculturais.

Palavras-chave: arquitetura assistencial, patrimônio da saúde, modelos hospitalares, intercâmbios culturais.

Abstract

Inscribed in the body of research on the health architecture, the definition of conceptions of architecture, fulfilling the role of 'aid' proposed under the sign of charity, philanthropy and service, is at the heart of this paper. It's proposed to highlight the architectural design, considering the intertwining of these two fields of knowledge: architecture and health, the historical trajectory of hospitals, either in physical and functional aspects, aesthetic, medical and scientific, technological, geographical, socio-cultural, political or economic. We should also understand the Assistance Architecture in the context of its funders and designers, be they monarchs,



architects, doctors, patrons, philanthropists and institutions, accentuating the transits between Brazil and Portugal in the nineteenth and twentieth centuries and dialogue with researchers from other territorial domains. This paper, which presents the results of IV ENANPARQ Session, is part of the Research Group "Health and City: architecture, urbanism and cultural heritage", registered in the National Research Council - CNPq (Brazil), gathering researchers from the Federal University of Pará and the Oswaldo Cruz Foundation (FIOCRUZ) and aims to continue the International Colloquium Luso-Brazilian of Assistance Architecture from the Modern Age to the contemporaneity: spaces, functions and actors, held in November 2015 in Lisbon, integrating in this session the Federal University of Alagoas. As part of the research conducted by this group, research on health architecture were extended, gaining new contours with the inter-institutional dialogue in Brazil and Overseas, covering the health care of the population of general and their specificities as the institutionalization of assistance to workers' health, always based on the materiality of Architecture, in which aesthetic and technical aspects are added to the sociocultural demands.

Keywords: assistance architecture, health heritage, hospital models.

Resumen

Inscrita en el cuerpo de investigación sobre la arquitectura de la salud, la definición de los conceptos de la arquitectura, el cumplimiento de la función de "ayuda" propuesto bajo el signo de la caridad, la filantropía y servicio, está en el corazón de este artículo. Se propone destacar el diseño arquitectónico, teniendo en cuenta la interrelación de estos dos campos del conocimiento: la arquitectura y la salud, la trayectoria histórica del hospital, ya sea en aspectos físicos y funcionales, estéticas, médicas y científicas, tecnológicas, geográficas, socio-culturales, políticos o económica. También hay que entender la arquitectura de atención en el contexto de sus patrocinadores y diseñadores, ya sean monarcas, arquitectos, médicos, clientes, filántropos e instituciones, acentuando los tránsitos entre Brasil y Portugal en el siglo XIX y XX y el diálogo con investigadores de otros ámbitos territoriales. Este artículo, presenta los resultados de la sesión que componían el IV ENANPARQ, forma parte del Grupo de Investigación "Salud de la Ciudad: la arquitectura, el urbanismo y el patrimonio cultural", registrada en el Consejo Superior de Investigaciones Científicas - CNPq (Brasil), la integración de investigadores de la Universidad Federal de Pará y la Fundación Oswaldo Cruz (Fiocruz) y de búsqueda para continuar la arquitectura Coloquio Internacional luso-brasileña de la salud de la edad moderna a la contemporánea: espacios, funciones y actores, que se celebró en noviembre de 2015, en Lisboa, en colaboración con la Universidad Federal de Pará, la Universidad de Lisboa y el Lusíada Universidad, la integración de esta Panel de la Universidad Federal de Alagoas. Como parte de la investigación llevada a cabo por este grupo, la investigación sobre la arquitectura de la salud se ampliaron, ganando nuevos contornos con el diálogo inter-institucional en Brasil y en el extranjero, que cubre el cuidado de la salud de la población de general y sus especificidades como la institucionalización de la asistencia a la salud de los trabajadores, siempre entendido a partir de la materialidad de la arquitectura, en la que se agregan los aspectos estéticos y técnicos a las demandas socioculturales.

Palabras-clave: arquitectura de la salud, la herencia de la salud, modelos de hospitales, los intercambios culturales.

Narrando as origens

Trataremos o início de nossa participação nos estudos da Saúde, aglutinando trajetórias que partem de projetos acadêmicos sediados na Universidade de Alagoas, bem como por meio da Rede Brasil Patrimônio da saúde, coordenada pela FIOCRUZ, envolvendo as autoras deste texto nos planos pessoal e científico.

As investigações sobre Arquitetura Assistencial na Universidade Federal Alagoas acompanharam a trajetória de Marcia Monteiro iniciada em 1989 com o projeto de extensão Escritório de Arquitetura da UFAL no Hospital Geral Severiano da Fonseca (antigo Sanatório), em Maceió, criado pela professora Lucia Leimback, ao qual se associaram a Arquiteta Sandra Cavalcanti e a professora Patricia Melro. Esse hospital com tipologia pavilhonar, situado na parte alta da cidade no bairro do Farol, foi inaugurado em 1947, integrando a infraestrutura de assistência à saúde da Campanha Nacional da Liga Contra a Tuberculose no Brasil. Com o aparecimento dos antibióticos e terapêutica ambulatorial e a redução das internações perdeu sua função original de isolamento, tornando-se hospital geral de médio porte. Nos anos 80 do século XX contava com 200 leitos, possibilitados pelos novos serviços médicos.

Ao iniciar o escritório em 1989, a instituição, conhecida como Sanatório e que deu nome ao bairro, funcionava precariamente. Muitos internados, abandonados pela família, permaneciam como moradores do hospital, reforçando o estigma de isolamento e exclusão social, espelhando a pobreza e descaso com a população mais vulnerável. O projeto visou modernizar e humanizar seus espaços para imprimir nova imagem e atrair clientes. Com a aposentadoria da professora Lúcia Leimbeck, Márcia Monteiro assumiu a coordenação do escritório, em que a oportunidade de aprendizado na área hospitalar atraiu estudantes da UFAL e da Escola Técnica Federal (ETFAL), possibilitou especializar-se em Administração Hospitalar pela Universidade São Camilo (SP), iniciar estudos sobre hospitais de Maceió e participar de congressos em São Paulo, onde conheceu o arquiteto Jarbas Karman que, em distintas ocasiões, concedeu entrevistas sobre o tema.

Em 1992, foi convidada a fazer projetos para a Fundação Hospital da Agroindústria do Açúcar e do Alcool de Alagoas, conhecida como Hospital do Açúcar de Alagoas, também localizada no bairro do Farol, experiência que se prolongou até 1997. O edifício inaugurado em 1957 com projeto do arquiteto Manoel Messias de Gusmão foi construído por usineiros, fornecedores e

plantadores de cana e Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) para a assistência à saúde dos trabalhadores da economia canavieira. Esse hospital contava com 550 leitos em alas para particulares e convênios, entre estas as dos instituidores da Fundação-Hospital com assistência diferenciada por categoria de trabalhador e alas para atendimento SUS, advindas das cotas do IAA transferidas para o Ministério da Saúde, após sua extinção em 1990.

Das experiências no Hospital do Açúcar e antigo Sanatório, a arquiteta ampliou o enfoque de pesquisa, que revelou a assistência à saúde entrelaçada às relações de trabalho para o sistema e o contexto da saúde pública no país. Aprofundou seus estudos com as pesquisas de doutorado sobre os hospitais, dando ênfase ao modelo norte americano do *Hospital Districtal*, que inspirou o projeto do hospital alagoano, resultando na tese *Saúde & Açúcar: História, economia e arquitetura do Hospital do Açúcar de Alagoas, 1950-2000*, orientada pelo historiador José Jobson de Andrade Arruda, na Pós-graduação em História Econômica da FFLECH-USP entre 1997 e 2001.

Posteriormente, Márcia Monteiro foi convidada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL) a escrever um livro sobre história da saúde no Estado, cuja pesquisa deteve-se no período Imperial tendo como fontes documentos de presidentes da província, coletâneas de leis e jornais, além da obra "Oswaldo Cruz Monumenta Histórica", que trata os 100 anos dos serviços de saúde pública no Brasil, a partir da chegada da Família Real. Essa pesquisa resultou no livro "A saúde em Alagoas no Brasil Império: caminhos e descaminhos", publicado pelo IHGAL, em 2004, com participação do professor Fernando Antonio Gomes de Andrade (UFAL) e reeditado pela Edufal, em 2013, sob o título "A saúde pública em Alagoas no Brasil Império: caminhos e descaminhos".

Entre 2007 e 2010, em cooperação técnica na Universidade Federal de São Paulo, lecionou disciplinas no Departamento de Medicina Preventiva, onde estudou sobre o Sistema Único de Saúde (SUS) e a população idosa, para a qual elaborou projetos de moradias e vilas, além da sede do Centro de Estudos do Envelhecimento e da Universidade Aberta da Terceira Idade, associando assistência, convivência, pesquisa e extensão.

Outras publicações integram o percurso: o artigo "Homens da cana e hospitais do açúcar: uma arquitetura da saúde no Estado Novo" publicado na revista

Manguinhos (2011); e o livro Hospital do Açúcar de Alagoas: arquitetura e assistência à saúde: 50 anos de história, publicado pela Edufal (2015), contextualizando as condições de vida e saúde da população, nos anos 1950 e o Hospital do Açúcar de Alagoas desde sua concepção até os anos 2000.

O primeiro momento em que Cybelle Miranda se integrou na investigação sobre Arquitetura Assistencial ocorreu quando, em 2009, foi convidada junto com a Professora Doutora Jane Felipe Beltrão para integrar a equipe de Belém na Rede Brasil: Inventário Nacional do Patrimônio Cultural da Saúde: bens edificados e acervos, que se insere entre as ações prioritárias definidas no âmbito da Rede Latino-Americana de História e Patrimônio Cultural da Saúde, criada em 2005, iniciativa coordenada pelos ministérios da Saúde do Brasil e do Chile, Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz e BIREME-OPAS, do qual participou com o projeto Patrimônio de/em Saúde em Belém-Pará. A coordenação geral da Rede Brasil esteve a cargo do Arquiteto Renato da Gama-Rosa Costa e da Historiadora Gisele Sanglard.

Esta primeira iniciativa permitiu elaborar 23 fichas referentes a edifícios voltados à saúde na cidade de Belém, dentre os quais figuraram tanto instituições em atividade quanto exemplares já desaparecidos da paisagem. Assim, a perspectiva dialética entre memória x esquecimento tornou-se essencial para caracterizar a valoração da arquitetura da saúde como patrimônio.

Dando prosseguimento a esta primeira atividade, Miranda obteve apoio do CNPq para o Projeto "Memória e Cidade: Itinerários da Saúde na Belém Colonial e Imperial", desenvolvido entre 2011 e 2013. O projeto contou com a parceria entre membros do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) em conjunto com a Professora Jane Felipe Beltrão do Programa de Pós-graduação em Antropologia e Arqueologia (PPGA) e o Professor Marcio Couto Henrique do Programa de Pós-graduação História Social da Amazônia (PPGHIS) da UFPA, sendo sediado no Laboratório de Memória e Patrimônio Cultural (FAU). Compôs a rede de pesquisadores o Professor Doutor Fernando Jorge Artur Grilo e a pesquisadora então doutoranda no Instituto de História da Arte da Universidade de Lisboa, Joana Maria Balsa Carvalho de Pinho, além da Arquiteta e Urbanista Mestre, atuante na cidade do Porto, Silvana Cássia Miranda Ferreira.

Já em 2013 deu-se continuidade ao estudo da arquitetura dos edifícios da saúde em Belém com o projeto "Classicismo nos Hospitais da Misericórdia e da Bene-

ficência na 2ª metade do século XIX: trânsito entre Brasil e Portugal”, ainda em curso. Resultou das análises realizadas na investigação anterior a predominância do classicismo imperial como estilo empregado nos hospitais, vertente que foi retroalimentada pela relação com Portugal. Assim, abre-se um novo caminho de investigação, que poderá desvendar as relações entre as instituições lusas e aquelas implantadas na Belém imperial. Ainda em 2013, Miranda integrou-se ao Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Universidade de Lisboa (CLEPUL), quando foi criado o Gabinete de Investigação “Misericórdias e Instituições similares: assistência, património e cultura”.

O Colóquio Internacional Arquitetura assistencial luso-brasileira da Idade Moderna à contemporaneidade: espaços, funções e protagonistas, desenvolvido nos dias 9 e 10 de novembro de 2015, foi organizado por instituições parceiras na investigação do Património da saúde, reunindo comunicações que contemplam o entendimento da Arquitetura assistencial, no contexto do espaço luso-brasileiro, provendo uma abordagem global e pluridisciplinar com a caracterização das várias tipologias arquitetônicas associadas.

A organização deste evento foi composta por investigadores vinculados ao ARTIS – Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e ao Gabinete de Investigação “Misericórdias e Instituições similares: assistência, património e cultura” (CLEPUL), ambos da Universidade de Lisboa, ao Centro de Investigação CITAD da Universidade Lusíada e ao Grupo de pesquisa “Saúde e Cidade: arquitetura, urbanismo e património cultural”, registrado no Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq (Brasil), integrando pesquisadores da Universidade Federal do Pará e da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Este evento almejou divulgar à sociedade resultados a partir dos quais se possa intervir de maneira efetiva na preservação e reabilitação dos acervos patrimoniais das Misericórdias e de outras entidades de caráter filantrópico que se voltem a proteção da saúde nos países lusófonos.

Foram selecionadas 24 comunicações, versando sobre temas que abrangem instituições como as Misericórdias, passando por Sanatórios, Hospitais psiquiátricos, dentre outras especialidades, em Portugal e no Brasil.

Dando luz as temáticas desenvolvidas no campo da arquitetura e urbanismo nos séculos XIX e XX

Patrimônio da saúde

Renato da Gama-Rosa Costa, pesquisador da Casa de Oswaldo Cruz aborda a questão do Patrimônio moderno da saúde e os desafios para a sua valorização, enfatizando o exemplo do Rio de Janeiro (2009). Relata a trajetória, ainda recente, de valorização do acervo arquitetônico da saúde, em especial o moderno, que ganha destaque a partir de 2004 na Reunião do DOCOMOMO realizada na França, quando se realiza a primeira jornada dedicada a história e a reabilitação dos Sanatórios edificadas entre as grandes guerras mundiais. Destaca o movimento na América Latina, liderado pelas ações da Rede Brasil, e as dificuldades em incluir os edifícios construídos entre os anos 30 e 50 do século XX nas listas de bem tombados, muitas vezes não reconhecidos como parte da arquitetura moderna (COSTA, 2009).

O autor conclui que, do primeiro inventário realizado nas capitais do Centro-Oeste, Sul e Sudeste, os projetos modernos concentram-se em nome de poucos arquitetos como Jarbas Karman, em Goiânia; Rino Levi e Oswaldo Bratke em São Paulo, Paulo Motta em Florianópolis e Raffaello Berti em Belo Horizonte, além de Jorge Moreira Machado no Hospital das Clínicas de Porto Alegre e Oscar Niemeyer no Hospital Prof. Edmundo Vasconcellos em São Paulo.

Segundo Renato Costa, a produção dos anos 30 e 40 no Rio de Janeiro é marcada por projetos elaborados pelas equipes da Prefeitura do Distrito Federal, pelos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs), Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), Divisão de Obras do Ministério da Saúde e pela Campanha Nacional contra a Tuberculose (CNCT).

A partir dos anos 50 o autor nota uma maturidade estética nas concepções, com clara referência a Le Corbusier, com estrutura aparente, planta livre, a ideia de protótipo gerando a possibilidade de reprodução industrial. Como exemplos cita o Sanatório de Curicica, de Sergio Bernardes, o Hospital da Lagoa, de Niemeyer e Helio Uchoa e o Hospital Universitário da Universidade do Brasil, de Jorge Machado Moreira.

Deve-se a isso o protagonismo dos arquitetos nas concepções de projeto, antes delineadas majoritariamente por médicos, tendo como marco o Curso de Planejamento de Hospitais promovido pelo Instituto de Arquitetos do Brasil, seção de São Paulo, em 1953.

Os partidos oscilavam entre o modelo pavilhonar no Sanatório e o monobloco vertical nos demais exemplos, utilizando soluções arquitetônicas e construtivas pertinentes ao contexto da época.

Durante o I ENANPARQ (2010), no Simpósio Temático "Arquitetura e Saúde; história e patrimônio. Experiências em rede", coordenado por Renato da Gama-Rosa Costa, foram apresentadas oito comunicações. Destacando hospitais na região Nordeste, temos os textos "A influência do Districtal Hospital (EUA) nos Hospitais do Açúcar no Brasil" de autoria de Márcia Monteiro, no qual a autora aborda os Hospitais do açúcar em Pernambuco e Alagoas; "O edifício hospitalar como instrumento para a cura", proposto por Luiz Amorim, Laura Alecrim e Carolina Brasileiro, a partir da análise de sanatórios e leprosários de Pernambuco relaciona as prescrições médicas com a organização do espaço, mostrando como a arquitetura pode ser um instrumento de cura e o texto de Maria Renilda Barreto e Christiane Souza "Patrimônio Cultural da Saúde na Bahia: 150 Anos de História", que apresenta o estudo de instituições de saúde sediadas em Salvador fundadas entre 1808 e 1958, através da análise do acervo arquitetônico, histórico e iconográfico das instituições.

O artigo "A contribuição de Raffaello Berti para o Patrimônio cultural da saúde em Belo Horizonte" de Rita Marques, Anny Silveira e Claudia Martins, relata a pesquisa sobre o Patrimônio Cultural da Saúde em Belo Horizonte, entre 1897 e 1958, na qual emergiu o nome de Raffaello Berti, arquiteto italiano radicado no Brasil, que difundiu o modelo monobloco vertical nos edifícios hospitalares da região.

No artigo "Memória da assistência à Saúde em Belém-PA: Arquitetura como documento", Cybelle Miranda mostra que, à princípio, a saúde em Belém foi realizada por instituições de origem portuguesa, como a Santa Casa de Misericórdia, Hospital da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência e Hospital da Beneficente Portuguesa. A estrutura volumétrica destas instituições representa um marco na paisagem urbana da cidade, assim como a própria estrutura interna é um componente da memória dos paraenses (MIRANDA, 2010). Preservando o tema, o artigo "Memórias de concreto: arquitetura de saúde em Santa Catarina" de Ana Amora mostra o papel das edificações de saúde como suporte de memória, assim como o papel dessas edificações na construção da cidade de Florianópolis.

O artigo "Colônia Juliano Moreira: Usos, permanências e paisagem" de Tainá Reis mostra as transformações

ocorridas na Colônia Juliano Moreira em decorrência dos usos e permanências nas suas três fases: fazenda colonial, instituição de tratamento psiquiátrico e instituição científica, possibilitando um contraponto entre as práticas terapêuticas e a tipologia de colônia de isolamento influenciando na paisagem do Rio de Janeiro.

Renato Gama-Rosa propõe uma perspectiva comparativa do contexto moderno em "Hospitais de clínicas de Salvador, São Paulo, Porto Alegre e Rio de Janeiro: arquitetura para a saúde entre duas modernidades", relacionando as concepções espaciais e estéticas vigentes entre as décadas de 30 e 40 do século XX e as propostas inovadoras trazidas por Le Corbusier.

Em 2013, foi publicado na Revista Amazônica do programa de Pós-graduação em Antropologia e Arqueologia da UFPA o dossiê Patrimônio em Saúde:

A ideia de produzir um dossiê adveio da participação no projeto Rede Brasil: Inventário Nacional do Patrimônio Cultural da Saúde: bens edificados e acervos, (...) A proposta traz consigo a perspectiva de conhecer e comunicar as possibilidades do referido patrimônio, existente em cada país, indicando as trilhas da História da Saúde e da Doença, a partir de identificação e inventário de edificações e acervos, na tentativa de preservá-los visto que integram, enquanto direito, à memória de todos os cidadãos (BELTRÃO, MIRANDA, HENRIQUE, 2013, p:1).

O Dossiê reuniu 10 artigos originais, abordando temas que cruzam saberes da Arquitetura, Antropologia, Museologia e História, para o qual contribuíram autores brasileiros e portugueses, em que as narrativas históricas mesclam-se a temáticas contemporâneas, como bem exemplificam os textos "Os escravos da Misericórdia" de Marcio Couto Henrique e "Arte, Clínica, Ciência e Patrimônio: uma Coleção de moldagens de um antigo Hospital de Dermatologia e Sífilis de Lisboa", elaborado por Cristina Bastos, Ana Delicado e Antonio Matos.

No III ENANPARQ (2014), o Simpósio "Memória e preservação do Patrimônio Cultural da saúde: o contexto luso-brasileiro" congregou pesquisadores que tratam objetos que agregam relações entre Brasil e Portugal. Nos estudos acerca da arquitetura da saúde em Belém, Miranda (2014), em seu artigo "Itinerários da saúde na Belém colonial e imperial" aborda os deslocamentos das instituições assistenciais na cidade entre os séculos XVIII e XIX, enfatizando as características arquitetônicas como signos que denotam alterações na paisagem urbana de Belém, conforme refere a autora:

Do cruzamento com a fisionomia atual dos locais e prédios hospitalares permite-se revelar as perdas/apagamentos, de modo que, nos itinerários propostos, o morador da cidade e o visitante possa se reportar aos vestígios materiais da trajetória de mudanças urbanas (MIRANDA, 2014, p:2).

O artigo "Hospital de Isolamento Domingos Freire" de José Abreu Júnior e Aristóteles Miranda reconstrói a trajetória do hospital de isolamento Domingos Freire, em Belém, que tinha como função primeira o tratamento de pacientes com febre amarela e posteriormente o tratamento de tuberculosos. Construído durante o período higienista na virada do século XIX para o século XX representa a arquitetura da saúde da Belle Époque Amazônica. Tornando-se inadequado a cumprir as novas exigências médicas, foi desativado e demolido em 1960, cedendo espaço ao Hospital João de Barros Barreto.

Renato Gama-Rosa Costa trata do "O Hospital-Sanatório da Colônia Portuguesa do Brasil em Coimbra. Relações entre Portugal e Brasil na área da saúde e do patrimônio cultural"; construído em Coimbra com apoio da Beneficência Portuguesa do Rio de Janeiro, este hospital foi inaugurado em 1935 e está em funcionamento até hoje, mas enfrenta uma constante ameaça de fechamento, em razão das discussões de novas políticas de saúde em Portugal.

O artigo "Fafe – Uma cidade portuguesa construída pelos "brasileiros de torna-viagem" na transição do século XIX para o XX" de Daniel Bastos evidencia o papel dos "brasileiros de torna viagem" na construção da cidade portuguesa de Fafe, situada no distrito de Braga. As transformações ocorridas nesta cidade devem-se a emigração oitocentista que proporcionou a construção de moradias apalaçadas e edifícios públicos, como o Hospital de São José. Este foi inaugurado em 1863, administrado pela Santa Casa da Misericórdia de Fafe, sendo construído nos moldes arquitetônicos do Hospital da Beneficência Portuguesa do Rio de Janeiro.

Nos estudos sobre a saúde em Alagoas, os pesquisadores Monteiro e Andrade (2009;2013) em seu livro "A saúde pública em Alagoas no Brasil Império: caminhos e descaminhos", estabeleceram um panorama das condições de vida e da saúde pública em Alagoas pelas condições materiais, o conhecimento médico-científico, as iniciativas dos governantes em relação à assistência à saúde e ao cumprimento das legislações e ações deliberadas pelo Imperador para a proteção da população.

Em 2015 a Arquiteta Cibelly Figueiredo defendeu a dissertação "Hospital D. Luiz I da Benemérita Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará como documento/monumento". Esta pesquisa apresentou o edifício-sede do Hospital D. Luiz I, construído em 1877, como bem cultural, material e imaterial e como suporte de memória e de identidade dos imigrantes portugueses que aportaram em Belém do Pará. A etnografia foi utilizada como ferramenta de abordagem e de obtenção de dados que proporcionaram o reconhecimento do edifício-sede como patrimônio histórico, arquitetônico e cultural da história da saúde no Norte do Brasil (FIGUEIREDO, 2015).

Assim, com a conclusão do Inventário do Patrimônio da Saúde, houve continuidade nas pesquisas acerca deste patrimônio em sua vertente arquitetônica, do qual destacamos as publicações decorrentes das pesquisas desenvolvidas no Grupo de pesquisa "Saúde e Cidade: arquitetura, urbanismo e patrimônio cultural" realizadas pelos pesquisadores da Universidade Federal do Pará, numa rede entre as disciplinas Arquitetura, Antropologia e História. O aprofundamento das pesquisas sobre o patrimônio da saúde na capital do Estado do Pará possibilitou o alargamento da caracterização estética e simbólica destes edifícios, ademais da sua importância funcional. A discussão entre memória e esquecimento se faz presente nos textos que abordam a degradação física e perda de características estéticas ensejando pesquisas sobre técnicas construtivas e decorativas que possam favorecer a restauração das características de época destes exemplares.

Humanização nos espaços da saúde: percepção do usuário e método de projeto

A discussão sobre hospitais e a humanização da arquitetura assistencial é complexa e precisa de contextualização quando se observa o processo histórico de adoecimento e assistência das populações. Na atualidade, as expectativas de um bom serviço de saúde direcionam-se à qualidade técnica e interação entre as equipes de profissionais das áreas de saúde, sociais e apoio logístico, às habilidades nas respectivas áreas e ao potencial tecnológico da instituição hospitalar. Apesar da diversidade de recursos materiais e humanos, o processo de hospitalização historicamente e hoje retira do indivíduo, na condição de paciente, seu protagonismo no processo de tratamento, o convívio com familiares, a autonomia e muitas vezes a própria identidade, questões que mobilizam pesquisadores e profissionais na busca de mudanças efetivas nos procedimentos e espacialidades.

No artigo "O hospital e o processo histórico da hospitalização", Monteiro e Neder Filha (2003) observam que em qualquer tempo o gesto de cuidar é acompanhado de sentimentos distintos, frequentemente ambíguos, dos que socorrem ou são socorridos e presenciam o socorro, causando impressões sobre os momentos e os lugares, principalmente no hospital onde é prestada a assistência. A história própria do hospital, cheia de simbolismos, seja pelo estigma ou pelas vivências, interfere no imaginário e no processo de hospitalização desde os primórdios. As autoras citam a organização de instituições para a proteção e tratamento de escravos, lutadores e soldados, categorias consideradas úteis à sociedade, na Antiguidade Clássica; a instituição da assistência de caráter religioso e posteriormente a laica, na Idade Média, a mudança de paradigma com o hospital com função terapêutica, visão humanista e científica, na Era Moderna, tornando-se um complexo de parafernália tecnológica na Idade Contemporânea. Assim como hoje, cada solução visou o acolhimento possível dando forma à assistência de acordo com as visões de mundo e o limite dos conhecimentos médico-científicos (MONTEIRO, NEDER FILHA, 2003).

Os trabalhos apresentados na sessão "Arquitetura assistencial e saúde: discutindo concepções e protagonistas" oferecem um panorama desse processo de hospitalização situado entre os séculos XIX e XX, em que a arquitetura assistencial de cada caso espelha as concepções de saúde e visões humanísticas, holísticas e o pragmatismo das operações projetuais à serviço do bem-estar dos usuários e das condições socioambientais.

Antonio Pedro Alves de Carvalho no texto "Meio ambiente e estabelecimentos assistenciais de saúde: da segregação à humanização" faz breve histórico da arquitetura assistencial, a partir dos pressupostos racionais hipocráticos, na Era Clássica. Ressalta os hospitais medievais, construídos junto a mosteiros em forma de nave de igreja, onde os cuidados de saúde eram atos de fé e resignação cristã, isolamento e preparo para a morte, e a mudança de paradigmas ocorrida na Era Moderna com os hospitais pavilhonares, que consolidaram a concepção funcionalista e higienista de cura pelo controle do ambiente, espelhando novas relações e organização de serviços e profissionais.

Essa concepção que, à época, introduziu limites de pacientes por enfermaria, separações por enfermidades, espaçamentos entre leitos, cubagem de ar, distâncias entre blocos e do hospital com a cidade, apropriando-se de recursos naturais (luz, ventilação, jardins)

e da arquitetura como parte de cuidados de higiene e bem-estar para a recuperação da saúde, foi retomada pelo autor em outra escala como necessária à humanização da assistência à saúde nos tempos atuais.

Carvalho (2016) advoga a possibilidade de minimizar os efeitos negativos para o meio ambiente e a saúde pública, em contraposição ao modelo hospitalocêntrico caracterizado pelo monobloco vertical, que resulta em complexos de saúde inadmissíveis física e financeiramente, insalubres, insustentáveis, com efeitos negativos para o ambiente e as necessidades de seus usuários. Em sua análise prescreve o retorno às soluções de pequeno e médio porte, visando proximidade entre as pessoas e aproveitamento dos recursos naturais, integração dos espaços com a natureza e práticas mais saudáveis.

Ana Paula Vieceli, em "A casa e o caos: disjunção da arquitetura no encontro com os lugares da loucura" analisa a espacialidade de um Centro de Atenção Psicossocial construído pós Reforma Psiquiátrica tendo em vista sua relação com o conceito de espaço da proposta antimanicomial, buscando através de análises qualitativas, identificar novos conceitos e práticas distintos dos modelos excludentes que o precederam. A Casa-CAIS, como é conhecida, resulta de adaptação de residência construída em 1951, em Porto Alegre.

Conforme a autora, o imóvel atende em parte requisitos preconizados para os espaços da loucura pós reforma antimanicomial, observando aspectos de segregação na disposição dos ambientes e fluxos internos, a falta de mais espaços de acolhimento e de acessibilidade, requisito também obrigatório e ainda não atendido. Para Vieceli (2016) a equipe técnica interage pouco com os usuários no dia a dia, atuando mais como observadora, por isso sua impressão da Casa como mais um lugar de aprendizado e abrigo do que de acolhimento.

Observou nas dinâmicas da equipe um reflexo da rigidez ou contenção da espacialidade demonstrando que há muito o que fazer pela humanização da assistência e da arquitetura assistencial e que apesar da revolução ou ruptura do modo de conceber a loucura e seus espaços ainda estamos em estágio de transição.

O texto "O pioneirismo e a obra de Frei Eugênio Maria de Gênova em Uberaba e a construção de uma cidade mais salubre" de Andreia de Freitas Lopes e Marília Maria B. Teixeira Vale apresenta as intervenções higienistas de Frei Eugênio Maria de Gênova e suas obras

em Uberaba (MG) e discussões sobre a salubridade e o urbanismo das cidades no século XIX, reverberando as decisões da Corte no Brasil com seu projeto modernizador e civilizatório. Esse protagonista vinculado à ordem religiosa teve papel importante como ordenador de almas, construções e territórios, atuando também nos domínios urbanos, com pioneirismo lastreado em sua formação de engenheiro.

As questões tratadas por Lopes e Vale (2016) em relação a influência das teorias médicas sobre tratados de arquitetura e medidas higienistas e policiais para contenção de doenças e doentes e o controle da população e das cidades no século XIX indicam de certo modo a busca de humanização das relações, dos espaços edificados públicos e privados, ainda que pela limpeza e disciplina. Ações como o isolamento dos doentes e o distanciamento dos centros urbanos para áreas como cemitérios, matadouros, lazaretos e hospitais são tentativas de opor-se à carência material e ao caos.

Leila Lopes e Natalia Naoumova em "O uso da cor como ferramenta de humanização de ambientes de assistência à saúde infantil sob a percepção do usuário: Pelotas, RS" apresentam análise qualitativa relacionada ao uso de cores e seu impacto em ambientes de assistência à saúde infantil, visando o planejamento cromático em ambientes similares.

A questão tratada por Lopes e Naoumova (2016) está circunstanciada na visão holística e conceitos de uma assistência integradora, principalmente pela incorporação de aspectos psicológicos e sensoriais às concepções contemporâneas de saúde, que reverberam nos estudos dos profissionais, ao longo do século XX e XXI, e na arquitetura com novas concepções espaciais com interesse especial pelo público infantil, suscetível ao estresse e sensível às intervenções.

O artigo "Do Hospital de Pronto Socorro do Recife ao Hospital da Restauração: o espaço hospitalar em dois tempos" proposto por Luiz Amorim e Cecília Ribeiro descreve as concepções arquitetônicas de dois exemplares da arquitetura hospitalar pernambucana, o Pronto Socorro do Recife ao Hospital da Restauração de meados do século XX, referências modernistas que espelham a lógica funcionalista, com princípios ordenadores de hierarquias de setores e fluxos, onde a ênfase é a internação ancorada pelos serviços ambulatoriais, diagnósticos e cirúrgicos.

Amorim e Ribeiro (2016) detalham os dois arranjos espaciais buscando diferenças entre esses que reve-

lem mudanças significativas nos princípios de planejamento hospitalar, considerando a demanda de projetos orientados pela busca de eficiência e aperfeiçoamento da arquitetura hospitalar, ocorrida no Brasil nos anos 1950 e 1960, quando se estabeleceu a organização de uma prática projetual a partir de cursos realizados em São Paulo e nos Estados Unidos da América. Os autores também analisam as relações das equipes profissionais nesse processo de elaboração de projetos.

Na mesma linha de protagonismo e temporalidade, Franciely Daiane Massarenti de Almeida discute a atividade projetual modernista do arquiteto no texto "Rino Levi e a arquitetura da saúde: simbiose entre arte e técnica", ressaltando a formação na Itália como arquiteto integral e sua atuação como coordenador das operações no escritório. Além disso o *modus operandi* na concepção dos projetos, no qual o programa interage com a forma e o arquiteto busca a integração com o exterior e o conforto ambiental com aproveitamento dos recursos naturais. Em seus estudos de caso Almeida (2016) apresenta um hospital vertical e outro pavilhonar, destacando no primeiro caso a lógica funcionalista e princípios ordenadores e hierárquicos seguindo o mesmo raciocínio apresentado por Amorim e Ribeiro (2016) e no segundo, o viés holístico das concepções espaciais com tipologia pavilhonar que permite a relação mais próxima com a natureza e entre as pessoas tão valorizada nas análises de Carvalho (2016) e abordadas também por Vieceli (2016) e Lopes e Naoumova (2016).

Reflexões finais

Sanglard (2006) chama atenção ao papel da filantropia no processo da assistência hospitalar no Brasil. Destaca a autora que, com o surgimento das irmandades leigas no final da Idade Média, estas

se tornaram, em certa medida, 'mediadoras' e depositárias da filantropia católica, situando-se entre o filantropo e a obra de caridade. Sobre esta última, ocorreu também uma mudança que lhe caracterizaria e conferiria um caráter mutualista, pois os hospitais passam a não serem mais abertos a todos, mas sim apenas aos membros de determinada irmandade ou confraria (SANGLARD, 2006, p: 13).

Sandra Cavallo, citada pela autora, ao analisar os Hospitais de Turim a partir do século XVI, destaca que a característica dominante da caridade no regime monárquico é o auxílio e o privilégio, expressos em cálculos racionais em que o prestígio, a influência e a competição entre os diversos grupos sociais motivavam as ações de amparo aos locais de acolhimento dos doentes.

Ao longo do século XVIII tem início o processo de medicalização destes espaços, cujo intuito era torna-los máquinas de curar. Na sociedade francesa a ideia de progresso do conhecimento, o qual deveria ser estendido as demais camadas da sociedade, gerava mudança de hábitos que permitisse uma cidade mais ordenada e higienizada. Surgem no século XIX renovadas formas de beneficência, as quais a autora denomina 'modalidades sofisticadas de caridade'. Assim,

A 'modernização' da caridade veio acompanhada de tensão social e discussões políticas, em que as ações caritativas e/ou filantrópicas encontram-se lado a lado com aquelas que vinham sendo implementadas, mesmo que timidamente, pelo Estado (SANGLARD, 2006, p:19).

A prolongada ligação entre as Faculdade de Medicina e as Santas Casas em muitas capitais brasileiras, ver o caso do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Salvador e o de Belém, retardou o processo de efetivo controle dos hospitais pelos médicos, que só veio a acontecer efetivamente nos anos 20 na capital do país, e se consolidou na segunda metade do século XX em muitas outras cidades.

O cuidado com o olhar o passado nos permite fazer o enquadramento da arquitetura enquanto projeto e cultura material, objeto de vários olhares e vivências, em que a atuação do projetista só recentemente foi consolidada, face aos diversos atores sociais intervenientes e aos significados construídos historicamente para os termos caridade, filantropia e assistência.

Atentar para a necessidade de refletir sobre o hospital como receptáculo de memória e da história da cidade, da medicina, da assistência e mesmo da Arquitetura, como objeto que nos ensina sobre os modos de pensar e viver das gerações passadas. Pensar o projeto hospitalar em consonância com a cultura médica, mas também com a cultura local, agregando saberes tradicionais e expectativas diferenciadas, quando pensamos em um país culturalmente diverso em que o clima, os materiais, as morfologias geográficas e da paisagem clamam pela não uniformidade de soluções.

Destacamos a experiência divulgada pelo Arquiteto norte-americano Charles Jenks no livro *Architecture of Hope*, que aborda soluções inovadoras de Casas para tratamento de câncer no Reino Unido, que se originou da iniciativa de sua esposa Maggie, então diagnosticada com a doença.

Reunindo uma complexidade de formas, o programa para o Maggie's cancer caring Center tem por meta a arquitetura

como construtora da metáfora da esperança, uma projeção para o futuro. Com sentido utópico realista, o programa pensa o paciente com uma doença incurável não como um doente terminal, mas como um ser humano que tem por aspiração viver melhor (MIRANDA, 2016).

Deste modo, este artigo aglutina parte da trajetória dos estudos sobre arquitetura assistencial voltada a saúde no Brasil, tema pungente e recorrente no cotidiano da população, e que ainda demanda estudos acerca dos métodos de projeto adequados as diversas situações sociais, econômicas e culturais. Dos textos que compõem a Sessão temática que coordenamos, nota-se o fio condutor da humanização, que aponta o caminho do passado para pensar o presente, em que a revisão de conceitos modernos da Arquitetura para adequar-se as necessidades de dotar os espaços de atributos sensoriais como acolhimento, segurança, tranquilidade e harmonia.

Referências

ALMEIDA, Franciely Daiane Massarenti de. Rino Levi e a arquitetura da saúde: simbiose entre arte e técnica. *Anais do IV ENANPARQ, Estado da Arte*. Porto Alegre, 25-29 julho 2016 [recurso eletrônico] / Organização: Claudia Costa Cabral, Carlos Eduardo Comas. Porto Alegre: PROPARG/UFRGS, 2016. [ISSN 2358-6214]

AMORIM, Luiz; RIBEIRO, Cecilia. Do hospital de pronto socorro do Recife ao hospital da restauração: o espaço hospitalar em dois tempos. *Anais do IV ENANPARQ, Estado da Arte*. Porto Alegre, 25-29 julho 2016 [recurso eletrônico] / Organização: Claudia Costa Cabral, Carlos Eduardo Comas. Porto Alegre: PROPARG/UFRGS, 2016. [ISSN 2358-6214]

ALVIM, Angélica; SANTOS JUNIOR, Wilson (orgs). *Anais do III ENANPARQ Arquitetura, Cidade e Projeto: uma construção coletiva*. São Paulo: Universidade presbiteriana Mackenzie; Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2014. [CD-ROM].

BELTRÃO, Jane Felipe; MIRANDA, Cybelle Salvador; HENRIQUE, Márcio. *Patrimônio em Saúde - Dossiê. Amazônica: Revista de Antropologia* (Online).251-252, v.2, 2013.

CARVALHO, Antonio Pedro Alves de. Meio ambiente e estabelecimentos assistenciais de saúde: da segregação à humanização. *Anais do IV ENANPARQ, Estado da Arte*. Porto Alegre, 25-29 julho 2016 [recurso eletrônico] / Organização: Claudia Costa Cabral, Carlos Eduardo Comas. Porto Alegre: PROPARG/UFRGS, 2016. [ISSN 2358-6214]

COSTA, Renato da Gama-Rosa. *Patrimônio moderno da saúde e os desafios para a sua valorização. O exemplo do Rio de Janeiro*. VIII Seminário Docomomo Brasil. Rio de Janeiro, 2009. <http://www.docomomo.org.br/seminario%208%20pdfs/160.pdf>. Acesso em: 14 jul 2014.

COSTA, Renato da Gama-Rosa. *Hospitais de clínicas de São Paulo, Salvador, Porto Alegre e Rio de Janeiro: arquitetura para a saúde entre duas modernidades*. I Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo. Anais...Rio de Janeiro: PROURB, 2010. <http://www.anparq.org.br/dvd-enanparq/simposios/15/15-13-2-SP.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2016.

FIGUEIREDO, Cibelly Alessandra Rodrigues. *Hospital D. Luiz I da Benemérita Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará como documento/monumento*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará. Belém, 2015.

LOPES, Andreia de Freitas; VALE, Marília Maria Brasileiro Teixeira. O pioneirismo e a obra de frei Eugênio Maria de Gênova em Uberaba e a construção de uma cidade mais salubre. *Anais do IV ENANPARQ, Estado da Arte*. Porto Alegre, 25-29 julho 2016 [recurso eletrônico] / Organização: Claudia Costa Cabral, Carlos Eduardo Comas. Porto Alegre: PROPARG/UFRGS, 2016. [ISSN 2358-6214]

LOPES, Leila; NAOUMOVA, Natalia. O uso da cor como ferramenta de humanização de ambientes de assistência à saúde infantil sob a percepção do usuário: caso de estudo Pelotas, RS. *Anais do IV ENANPARQ, Estado da Arte*. Porto Alegre, 25-29 julho 2016 [recurso eletrônico] / Organização: Claudia Costa Cabral, Carlos Eduardo Comas. Porto Alegre: PROPARG/UFRGS, 2016. [ISSN 2358-6214]

MACHADO, Denise P. et al. (org.). I Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo. Anais... Rio de Janeiro: PROURB, 2010. [CD-ROM].

MIRANDA, Cybelle Salvador; BELTRÃO, Jane Felipe; HENRIQUE, Márcio Couto; BESSA, Bre-na Tavares. *Santa Casa de Misericórdia e as políticas higienistas em Belém do Pará no final do século XIX. História, Ciências, Saúde-Manguinhos* (Impresso), v.22, p.525 - 539, abr-jun. 2015.

MIRANDA, Cybelle Salvador; BELTRÃO, Jane Felipe; HENRIQUE, Márcio. *Caminhos e ausências no Patrimônio da saúde em Belém, Pará*. Amazônica: Revista de Antropologia (Online), v.2, p.308 - 343, 2013. <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/1496/1903>. Acesso em 10 jun 2016.

MIRANDA, Cybelle Salvador. *Memória da assistência à Saúde em Belém-PA: Arquitetura como documento*. I Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo. Anais...Rio de Janeiro: PROURB, 2010. Disponível em: <http://www.anparq.org.br/dvd-enanparq/simposios/15/15-11-2-SP.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2014.

MIRANDA, Cybelle Salvador. *Itinerários da saúde na Belém colonial e imperial*. Anais do III ENANPARQ Arquitetura cidade e projeto: uma construção coletiva. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2014. v.1. p.1 - 16.

MIRANDA, Cybelle Salvador. Saúde e arquitetura em diálogo com Charles Jencks. Drops (São Paulo). v.1, p.1 - 3, 2016.

MONTEIRO, Marcia Rocha; ANDRADE, F. A. G. *A Saúde Pública em Alagoas no Brasil Império*. Caminhos e Descaminhos. Maceió: Edufal, 2013.

MONTEIRO, Marcia Rocha; NEDER FILHA, Christina Ribeiro. "O hospital e o processo histórico da hospitalização". p. 352-356. *O Mundo da Saúde São Paulo* (CUSC. Impresso), 2003.

MONTEIRO, Marcia Rocha. "Homens da cana e hospitais do açúcar: uma arquitetura da saúde no Estado Novo". *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.18, supl.1, dez. 2011, p.67-94.

MONTEIRO, Marcia Rocha. *Hospital do Açúcar de Alagoas: arquitetura e assistência à saúde - 50 anos de História*. Maceió: EDUFAL, 2015.

SANGLARD, Gisele. "A construção dos espaços de cura no Brasil: entre a Caridade e a medicalização". Revista Esboços, nº 16, 2006. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/viewFile/119/166>. Acesso em 22 abr 2016.

VIECELI, Ana Paula. A casa e o cais: disjunção da arquitetura no encontro com os lugares da loucura. *Anais do IV ENANPARQ, Estado da Arte*. Porto Alegre, 25-29 julho 2016 [recurso eletrônico] / Organização: Claudia Costa Cabral, Carlos Eduardo Comas. Porto Alegre: PROPARG/UFRGS, 2016. [ISSN 2358-6214]

Uma Mirada no Espelho: as práticas de assessoria técnica a movimentos sociais no Brasil vistas pela experiência uruguaia

João Paulo O. Huguenin

João Paulo O. Huguenin. Uma Mirada no Espelho: as práticas de assessoria técnica a movimentos sociais no Brasil vistas pela experiência uruguaia. *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 198-216, jan./out. 2017

data de submissão: 16/10/2016

data de aceite: 26/04/2017

João Paulo O. Huguenin é Mestre em Urbanismo; professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFG|Regional Goiás; joao_huguenin@ufg.br

Resumo

O modelo uruguaio de cooperativas habitacionais emergiu nos anos 1960 a partir de movimentações na sociedade civil. Essa experiência foi adaptada à realidades latino-americanas e chegou ao Brasil nos anos 1980, juntamente com o processo de redemocratização, que fez emergir novos atores na cena política e reconfigurou a ação dos movimentos de moradia, que além de reivindicar passaram propor projetos com a participação popular. O êxito da produção habitacional autogestionária depende de três fatores: o poder público, responsável pela política habitacional para a autogestão, a população organizada, que irá gerir o projeto, e a assessoria técnica, suporte de todo o processo. Neste artigo buscaremos refletir sobre este terceiro fator, ou seja, as possibilidades e limites da atuação das assessorias técnicas no contexto brasileiro. Para isso, utilizaremos a experiência uruguaia como um caso de controle. A opção por essa abordagem se mostra útil tanto para compreendermos nossa realidade, assim como para visualizarmos outras possibilidades. Os contextos de cada país levou a diferentes formas de assimilação da autogestão habitacional. Enquanto no Uruguai experiências pilotos acarretaram em uma lei nacional regulamentando as cooperativas habitacionais, no Brasil tivemos experiências em diversos municípios que até 2004 não lograram em se converter numa política nacional. O expoente dessas experiências é o FUNAPS-Comunitário, lançado em 1992 pela Prefeitura de São Paulo. No entanto, a utilização desse caso como exemplar reduz a questão e silencia outras experiências exitosas. Por isto, utilizaremos a experiência carioca, que apesar de pequena, apresenta peculiaridades, como a adoção da propriedade coletiva em algumas cooperativas.

Palavras-chave: autogestão habitacional, assessoria técnica, experiências latino americanas.



Abstract

The Uruguayan model of housing cooperatives emerged in the 1960s from movements in civil society. This experience was adapted to Latin American realities and arrived in Brazil in the 1980s, along with the redemocratization process, which made the emergence of new actors on the political scene and reconfigured the action of housing movements, which besides claiming passed propose projects with popular participation. The success of the self-managed housing production depends on three factors: the government, responsible for housing policy for self-management, the organized population, which will manage the project, and technical advice, support of the whole process. In this article we seek to reflect on this third factor, that is, the possibilities and limits of performance of technical advisory services in the Brazilian context. To achieve this objective, the Uruguayan experience as a case control. The choice of this approach proves to be useful both to understand our reality, and to visualize other possibilities. The contexts of each country led to different forms of assimilation of housing self-management. While in Uruguay pilot experiences have resulted in a national law regulating the housing cooperatives in Brazil had experiences in several municipalities that until 2004 did not succeed in becoming a national policy. The exponent of these experiences is the FUNAPS-Comunitário, launched in 1992 by the City of São Paulo. However, using this case as an example reduces the issue and mutes other successful experiences. Therefore, we will use the Rio experience, which although small, has peculiarities, such as the adoption of collective ownership in some cooperatives.

Keywords: housing self-management, technical assistance, Latin American experiences.

Resumen

El modelo uruguayo de cooperativas de viviendas surgió en la década de 1960 a partir de los movimientos de la sociedad civil. Esta experiencia se ha adaptado a las realidades de América Latina y llegó a Brasil en la década de 1980, junto con el proceso redemocratización, lo que hizo que la aparición de nuevos actores en el escenario político y reconfigurar la acción de los movimientos de vivienda, que además de proponer proyectos alegando pasado con la participación popular. El éxito de la producción de vivienda autogestionada depende de tres factores: el gobierno, responsables de la política de vivienda para la autogestión, la población organizada, que gestionará el proyecto, y la asesoría técnica, apoyo de todo el proceso. En este artículo se pretende reflexionar sobre este tercer factor, es decir, las posibilidades y los límites de rendimiento de los servicios de asesoramiento técnico en el contexto brasileño. Para lograr este objetivo, la experiencia uruguayo en su caso control. La elección de este enfoque ha demostrado ser útil tanto para entender nuestra realidad, y para visualizar otras posibilidades. Los contextos de cada país dieron lugar a diferentes formas de asimilación de auto-gestión de la vivienda. Mientras que en Uruguay experiencias piloto han dado lugar a una ley nacional que regula las cooperativas de viviendas en Brasil tenido experiencias en varios municipios que hasta 2004 no tuvo éxito en convertirse en una política nacional. El exponente de estas experiencias es la FUNAPS-Comunitário, lanzada en 1992 por la ciudad de Sao Paulo. Sin embargo, utilizando este caso como un ejemplo reduce la emisión y silencia otras experiencias exitosas. Por lo tanto, vamos a utilizar la experiencia de Río, que aunque pequeña, tiene peculiaridades, tales como la adopción de la propiedad colectiva en algunas cooperativas.

Palabras-clave: autogestión de la vivienda, asesoría técnica, experiencias de América Latina.

Introdução

O cooperativismo habitacional no Uruguai surge em meados da década de 1960, a partir de movimentações de sua sociedade civil e da construção de três experiências piloto (em Isla Mala, Fray Bentos e Salto) que, conjuntamente a organização do Centro Cooperativista Uruguaio (CCU) como um núcleo de assessoria técnica, culminaram na aprovação da *Ley Nacional de Vivienda*.

Os três fatores encontrados na genealogia do cooperativismo uruguaio ainda se constituem em fatores essenciais para o êxito na construção autogestionária da habitação: a população organizada, principal responsável por todo o processo, a assessoria técnica, dando o suporte necessário para a tomada de decisões dos cooperados, e o poder público, promotor de políticas públicas que contemplem a autogestão habitacional.

A experiência uruguaia se mostrou adequada a ser adaptada às realidades e peculiaridades em diferentes países latino-americanos, chegando ao Brasil na década de 1980, momento em que o país passava pelo processo de redemocratização. A reabertura política brasileira fez emergir novos atores na cena política, gerando uma reconfiguração dos repertórios de ação dos movimentos de luta pela moradia, que além das reivindicações de maior produção habitacional passaram a fazer uma série de proposições que buscavam a autogestão dos projetos a partir da participação efetiva da população.

Neste artigo buscaremos refletir sobre este terceiro fator, ou seja, as possibilidades e limites da atuação das assessorias técnicas no contexto brasileiro. Para isso, utilizaremos a experiência uruguaia como um caso de controle. A opção por essa abordagem se mostra útil tanto para compreendermos nossa realidade, assim como para visualizarmos outras possibilidades.

Precisamos lembrar, de antemão, que os contextos de cada país levaram a diferentes formas de assimilação do que seria a autogestão habitacional. Enquanto no país vizinho algumas experiências pilotos acarretaram em uma lei nacional regulamentando as cooperativas habitacionais, no Brasil, com suas dimensões continentais, tivemos um conjunto de experiências na escala local, em diversos municípios, que até 2004 não tinham logrado numa conversão em política habitacional.

O expoente máximo dessas experiências é o programa FUNAPS-Comunitário, lançado em 1992 pela Prefeitura

ra Municipal de São Paulo, na administração de Luiza Erundina. Sem desmerecer sua relevância, a utilização desse caso como exemplar para compreender a autogestão no Brasil nos leva a um reducionismo da questão e não nos permite verificarmos outras experiências exitosas que nos dariam importantes aportes para avançarmos na proposta. Por isto, utilizaremos no presente trabalho a experiência carioca, que a despeito de sua baixa expressividade em termos quantitativos, apresenta algumas peculiaridades dignas de nota, como a adoção da propriedade coletiva em algumas cooperativas.

O Centro de Direitos Humanos Bento Rubião foi responsável por incentivar vários grupos organizados a se constituírem enquanto cooperativas habitacionais, oferecendo, para isso, assessoria técnica nas áreas jurídica, social, administrativa e arquitetônica e urbanística, de forma similar aos institutos de assessoria técnica no Uruguai. Na falta de uma política pública adequada, a instituição juntamente com a população, se valeu da cooperação internacional para viabilizar economicamente os projetos. Buscava-se assim sensibilizar a prefeitura da cidade a criar uma política capaz de atender essa demanda. Como o programa municipal nunca foi realizado, as experiências - embora constantes - foram pontuais, não gerando acúmulo de novos profissionais para trabalharem na área.

Com o governo nacional do Partido dos Trabalhadores, os movimentos de moradia conseguiram em 2004 o primeiro programa habitacional que atendia à bandeira da autogestão na produção habitacional. Através de vários avanços e retrocessos na política, conta-se com o Programa Minha Casa Minha Vida-Entidades, que permite aos grupos organizados acessarem recursos públicos, embora esses recursos representem uma parcela muito pequena do financiamento habitacional governamental que privilegia as grandes empreiteiras.

A nova dinâmica da assessoria técnica frente aos programas de financiamento implicou numa demanda maior de trabalho e a uma "profissionalização" de uma atividade que até pouco tempo era realizada de modo quase informal. Paralelo a isso, as instituições estrangeiras que apoiavam as iniciativas pararam de contribuir financeiramente. Como a princípio toda a etapa de projeto não era paga pelo financiamento, somente na contratação da obra, muitos trabalhadores ficaram longos períodos sem receber e até se afastaram dessa atividade.

Atualmente, a exemplo da lei uruguaia, o PMCMV-Entidades prevê rubricas próprias para o assessoramento dos projetos. No entanto, por se tratar de um programa de financiamento habitacional e não de uma política, a assessoria passa a ser vista como um simples serviço e não como um dos fatores determinantes no sucesso da autogestão.

Pensando em outros progressos dos movimentos sociais urbanos como a criação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social e a Lei Federal 11.888/2008, buscaremos tecer considerações acerca das possibilidades de avanço na oferta de assessoria técnica aos movimentos sociais organizados.

As bases uruguaias

A *Ley Nacional de Vivienda* se coloca como uma lei de Estado, diferindo-se, portanto, das leis e programas específicos de determinado governo. Seu objetivo é o enfrentamento da questão habitacional através da criação de um instrumental que dê conta de estruturas institucionais, burocráticas, financeiras e operacionais.

No campo institucional e burocrático podemos citar que a lei cria a *Dirección de Vivienda* (Departamento de Habitação) e o Plano Quinquenal de Habitação. A *Dirección de Vivienda* é o órgão responsável por toda a implementação da política prevista na lei e para isso conta com competência e autonomia. O Plano Quinquenal de Habitação é uma obrigação a ser cumprida por cada governo em seu primeiro ano de mandato, devendo ser “integrado a los planes de desarrollo económico y social, que incluirá entre otros ítems: metas, recursos y distribución de los mismos”. (RAFFO, 2008, 17)

A existência desse arcabouço institucional-burocrático não impede que o plano quinquenal tenha em diversas vezes se convertido numa mera imposição legal, onde as metas traçadas são substituídas pela vontade política das decisões governamentais.

No campo financeiro, destacamos a criação do *Fondo Nacional de Vivienda*, que se constitui em um fundo que dispõe de recursos para a realização dos projetos habitacionais. Em cada plano quinquenal são definidas as fontes que compõem o fundo. Nos mais de 40 anos de existência e vigência da lei de moradia, o fundo foi o mais retalhado, sobretudo nos governos neoliberais da década de 1990 que retirou fontes importantes para sua manutenção sem substituir por outras. A re-

tirada do investimento dos *Imposto a los Suedos*, por exemplo, é uma clara manifestação ideológica onde o Estado deixa de participar do financiamento e construção de moradias para que a problemática habitacional seja resolvida de forma individual e pelo mercado.

Ainda assim, outras previsões da *Ley Nacional de Vivienda* garantem os subsídios necessários a cooperados de baixos ingressos e os empréstimos oferecidos aos cooperados retornam ao fundo através de um sistema de reajuste financeiro que garante a sustentabilidade do fundo e a continuidade da política de produção de habitações cooperativas.

No plano operacional, a lei de habitação uruguaia passa a ser o marco legal para a atuação dos *Institutos de Asistencia Técnica*, que reúne profissionais de diversas áreas em equipes multidisciplinares responsáveis pelo assessoramento ao projeto, construção, organização cooperativa, gestão e educação na temática da moradia popular.

Os institutos de Asistencia Técnica

Os *Institutos de Asistencia Técnica* tem sua primeira formação em 1965, antes mesmo da promulgação da *Ley Nacional de Vivienda*, com a fundação do *Centro Cooperativista Uruguayo*. Desde seu surgimento até os dias de hoje os institutos têm desempenhado um papel importante e fundamental no movimento cooperativista, sobretudo nas cooperativas de ajuda mútua.

Os *Institutos de Asistencia Técnica* são organizações não governamentais, sem fins lucrativos e constituídas por equipes profissionais interdisciplinares, que objetivam assessorar todas as demandas que os cooperados apresentam no processo de constituição e construção de suas cooperativas habitacionais. A *Ley Nacional de Vivienda* apresenta a obrigatoriedade de todas as cooperativas possuírem assistência de um dos Institutos de Asistencia Técnica.

O campo de atuação dos institutos de assistência assessoria técnica também foi definido pela lei de habitação, devendo responder a assuntos de educação cooperativa, jurídicos, contábeis, financeiros, econômicos, sociais, de projeto e gestão de obra. A lei traz uma grande inovação ao fazer com que profissionais de várias áreas trabalhem conjuntamente.

Fynn (2008) entende que, naquele momento, a formação de equipes interdisciplinares se constituiu em um grande desafio, não só por se tratar de profissio-

nais com diferentes formações, mas, sobretudo, por esses profissionais possuírem orientações ideológicas e marcos teóricos distintos.

El enfoque multidisciplinario, como proceso de construcción continuo, implica la interrelación de un conjunto de conocimientos técnicos precisamente definidos, estableciendo objetivos y elaborando metodologías de trabajo que posibilitaran un enfoque integral hacia los grupos destinatarios, considerando la realidad no como un conjunto de partes sino como un todo. (FYNN, 2008,p: 80)

Dentro do processo de desenvolvimento das cooperativas habitacionais no país vizinho, se destaca a horizontalidade entre as cooperativas/cooperados e os Institutos de *Assistencia/técnicos*. Embora esse processo ocorra de forma não linear e de acordo com o contexto específico de cada grupo social, Fynn elenca doze etapas nos trabalhos de assistência técnica que vão desde os encontros iniciais do grupo até o momento em que estão vivendo juntos: 1) Estudo do grupo; 2) Tipificação do grupo cooperativo; 3) Discussão e análise do Estatuto e Regimento Interno da Cooperativa; 4) Registro da pessoa jurídica; 5) Constituição dos órgãos da cooperativa; 6) Obtenção do terreno; 7) Estudo, análise e aprovação do anteprojeto das habitações; 8) Análise e aprovação do Projeto Habitacional; 9) Pré-obra: Regulamento de Trabalho e funções da Comissão de Obra; 10) Obra: organização da ajuda mútua, controle de horas e gestão administrativa-contábil; 11) Convivência e integração de bairro; 12) Pós-obra.

O trabalho de assistência técnica em cooperativas autogeridas para habitação necessita da participação da base cooperada ou corre-se o risco de desvirtuar esse princípio de organização. Porém, essa participação não deve ser vista de uma forma romantizada, seu grau de intensidade é diretamente proporcional ao nível de coesão e participação do grupo. Ela se define através da inter-relação constante entre as diversas comissões montadas dentro da cooperativa e seus correspondentes profissionais do *Instituto de Asistencia Tecnica* e pela decisão final da assembleia cooperativa, instância máxima da organização.

A organização de cada cooperativa pode variar de acordo com suas respectivas realidades sociais. Um fator nessa constituição é a origem da cooperativa, que pode ser de base territorial ou sindical. Essa origem e grau de comprometimento com a esfera coletiva irá influenciar quais serão as comissões criadas para dar conta do processo de construção. Usualmente, encontramos nas cooperativas habitacionais uruguaias as comissões

de compra, de obra, de produção e de fomento e participação. As comissões, por sua vez, estão diretamente ligadas à Comissão Diretiva, mas, independentemente disso, todas as cooperativas se guiam pelas decisões de sua assembleia cooperativa.

Os institutos de assessoramento também possuem diferenças em sua organização, sendo alguns muito pequenos, compostos quase exclusivamente pelos profissionais que trabalharão diretamente com as famílias em todas as fases do processo de desenvolvimento da cooperativa; e outros maiores e mais estruturados, com equipes constituídas em departamentos que destacam um profissional específico para acompanhar uma obra/cooperativa.

Outra facilidade para a realização da assessoria técnica na política pública habitacional uruguaia é a existência da *Cartera de Inmuebles para Vivienda de Interés Social*, mantida pelo *Ministerio de Vivienda, Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente*, faz chamamentos públicos anuais onde as cooperativas habitacionais podem apresentar propostas para a utilização dos terrenos cadastrados na carteira de imóveis.

Os trabalhos das assessorias técnicas às cooperativas habitacionais possuem valor definido por lei, limitando-se a 7% do valor de todo valor do financiamento habitacional. Em casos específicos, onde os projetos complementares de engenharia possuem uma complexidade maior que o das obras correntes, pode haver um incremento de mais 2%, chegando a 9% do valor de financiamento.

Os caminhos da autogestão no Brasil

No Brasil, uma série de experiências locais que utilizaram a mão de obra das próprias famílias envolvidas no projeto passaram a ocorrer em finais dos anos 1970 e início dos 1980. Nesse momento, alguns técnicos começam a divulgar a experiência uruguaia como algo que poderia ser implementado em nosso país e os movimentos sociais urbanos passam a levantar a bandeira da autogestão em seus projetos.

O projeto de Vila Nova Cachoeirinha, em 1989, é considerado um caso paradigmático na introdução da autogestão habitacional no Brasil por ser o primeiro a se valer desses princípios e, ainda, por constituir as bases para que o movimento de moradia em São Paulo e sua assessoria técnica articulem, no contexto de uma prefeitura popular e progressista de Luiza Erundina,

uma política pública municipal que deu resposta às suas reivindicações.

Segundo Bonduki (1992), “incorporando quase dez anos de experiências concretas no desenvolvimento de projetos e intervenções, apoiado pela força dos movimentos de moradias [...] e pelo quadro técnico que passou a integrar a administração depois de ter, durante anos, assessorado o movimento”, tomou forma e desenvolveu-se o programa chamado FUNDAPS-Comunitário.

Uma grande limitação encontrada no programa idealizado pela Prefeitura de São Paulo está na inexistência da figura jurídica da Cooperativa Habitacional similar à do país vizinho. No Brasil não temos legalmente uma institucionalização da cooperativa habitacional que dê conta das nuances que esta forma de moradia possui, sendo ela regulamentada pela lei geral de cooperativas (Lei 5.764 de 1971).

Devido à dificuldade de se usar esta lei, os grupos organizados que utilizam a autogestão na produção habitacional adotaram a estrutura jurídica de associações. Ao mesmo tempo em que esta solução apresentou a vantagem de se escapar da complexidade de uma cooperativa, o grupo organizado como associação possuiu uma maior fragilidade, uma vez que não há entre os associados obrigações recíprocas.

Além disso, os programas de financiamento dos grupos organizados que os movimentos sociais de São Paulo lutaram tanto para conquistar não permitem a figura da propriedade coletiva, sendo que, após a conclusão da obra, as unidades podem ser inseridas no mercado imobiliário sem grandes dificuldades.

O contexto carioca

No Rio de Janeiro, as iniciativas que começam a pautar a autogestão habitacional surgem de duas frentes. A primeira ligada à necessidade real e imperativa de abrigo de alguns grupos organizados nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). A segunda vem do assessoramento técnico oferecido aos grupos pelo então Centro de Defesa de Direitos Humanos Bento Rubião, que entendiam que o cooperativismo habitacional poderia ser um caminho para atender a demanda dos grupos assessorados.

Assim, tanto a assessoria técnica quanto os grupos constituídos começaram a buscar referências que pudessem ajudar a desenvolver suas experiências. Foi

iniciado um processo de reconhecimento e capacitação junto à União dos Movimentos de Moradia (UMM), em São Paulo, e a *Federación Uruguaya de Viviendas por Ayuda Mutua* (FUCVAM), em Montevidéu. Já a assessoria técnica da Fundação Bento Rubião, começou um diálogo com o *Centro Cooperativista Uruguayo* (CCU) e com o Centro de Assessoria e Autogestão Popular (CAAP), liderado na cidade de São Paulo pelo uruguaio Leonardo Pessina.

Além disso, a Fundação Bento Rubião acreditou que os três grupos aos quais estavam prestando assessoria, em meados da década de 1990 (Shangri-lá, Nova Pixuna e Colméia), poderiam ser experiências piloto capazes de demonstrar a viabilidade desse tipo de produção, para que fosse feito um programa habitacional em nível municipal.

Entretanto, as muitas articulações com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro para viabilizar as cooperativas habitacionais não frutificaram, sendo assim, todas as experiências ocorreram sem financiamento público e sem participação da municipalidade, o que gerou certa “informalidade” desses exemplares.

Na impossibilidade de apoio municipal, a instituição passou a procurar financiamento de instituições estrangeiras que pudessem viabilizar um fundo para viabilizar o projeto desses três grupos. No final de 1995, a agência de cooperação internacional alemã Misereor, ligada aos bispos da Igreja Católica, disponibilizou US\$ 70 mil para o Fundo Rotativo, que deveria se destinar à construção de 82 unidades habitacionais.

A ideia desse Fundo era que, com o pagamento das mensalidades pelas famílias que utilizassem de seus recursos, pudessem ser financiadas novas habitações para novas cooperativas habitacionais que fossem surgindo. No entanto, esse retorno do montante ao fundo foi lento e, por isso mesmo, não permitiu um volume de dinheiro suficiente para viabilizar uma nova cooperativa em um curto prazo.

As poucas experiências realizadas no Rio de Janeiro, por não contarem com recursos públicos e por não estarem enquadradas dentro de um programa de financiamento rígido, permitiram inovações para a adoção da propriedade coletiva. A solução encontrada pela assessoria jurídica da Fundação Bento Rubião foi a de registrar os empreendimentos como cooperativas habitacionais e mistas. Assim, a propriedade do lote e das unidades habitacionais construídas foram consideradas o capital social da cooperativa. Como todos

os associados respondem pela cooperativa como donos, a propriedade das casas é coletiva.

Desta forma, faz mais sentido tratar as propriedades da cooperativa como um patrimônio coletivo a ser mantido por todos, eliminando, ou pelo menos reduzindo, a ideia de propriedade individual privada e de interesse particular.

A falta de uma política pública para a autogestão habitacional desestabiliza o tripé (política pública- organização social e assistência técnica) da autogestão defendido por Ronconi (1995), levando os outros dois pontos a se sobrecarregarem e até mesmo se desestabilizar. De maneira mais direta, o pouco recurso conseguido com para a realização das experiências piloto foi responsável por uma elevado trabalho das famílias envolvidas no processo, que dedicavam em média 17 horas semanais do núcleo familiar à realização da construção.

A assessoria técnica, que se organizou nos moldes dos institutos uruguaios, contou com a participação de arquitetos, engenheiros, advogados, contadores, assistentes sociais e agentes sociais. O baixo recurso para os projetos levou esses profissionais a se dedicarem paralelamente a outros trabalhos, ocasionando o desgaste do trabalhador e interrupções no acompanhamento do processo.

A falta da política pública levou, por outro lado, a um processo de informalização das cooperativas habitacionais, apesar de serem legalmente constituídas como pessoas jurídicas. O processo de projeto e construção acabaram acontecendo sem atender às legislações urbanísticas e edilícias, devido ao alto grau de burocratização dessas ações, a falta de técnicos com disponibilidade para fazerem o trabalho e o entravamento da aprovação por alguns órgãos e concessionárias.

Por fim, destacamos que a falta de uma política voltada a esse tipo de projeto dificultou a propagação desse modo de construir a casa e a cidade. Após as experiências pilotos da década de 1990, outras duas cooperativas foram construídas com dinheiro do fundo rotativo, até que em 2004 foi criado o Programa Crédito Solidário.

Os programas federais para a autogestão

A partir de 2003, com a chegada do Partido dos Trabalhadores ao Governo Federal, foram possibilitadas

uma série de avanços na construção das políticas públicas para a cidade, como a criação do Ministério das Cidades, a Campanha dos Planos Diretores Participativos, a instituição de um Conselho das Cidades, a realização de Conferências das Cidades em níveis municipal, estadual e federal, dentre outros avanços.

No campo da habitação, podemos citar a criação da Política Nacional de Habitação (PNH) de 2004 e depois complementada pela sanção da Lei nº 11.124/2005, primeira lei de iniciativa popular, depois de 13 anos de tramitação no Congresso Nacional, que instituiu o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e o Conselho Gestor do FNHIS.

¹ UNMP: União Nacional por Moradia Popular, MNLM: Movimento Nacional de Luta por Moradia, CONAM: Confederação Nacional das Associações de Moradores, CMP: Central dos Movimentos Populares.

As quatro entidades nacionais UNMP, MNLM, CONAM e CMP¹ reivindicaram a formulação de um programa que priorizasse o atendimento habitacional às famílias com renda inferior a três salários mínimos e que estivesse apoiado nas bases do cooperativismo e associativismo com o propósito de fortalecer as práticas autogestionárias e da organização popular. Respondendo às expectativas do movimento, justificada pela possibilidade concreta de implementar na prática as propostas que por anos - ao menos na esfera federal - representavam apenas bandeira de luta do movimento popular (entre elas a autogestão na produção habitacional), criou-se em 2004 o Programa Crédito Solidário.

A falta de experiência, tanto do movimento social como da assessoria técnica, levou a um completo fracasso do Programa Crédito Solidário no estado do Rio de Janeiro. Somente o projeto da Cooperativa Esperança foi contratado e, mesmo assim, a impossibilidade de atender as demandas burocráticas do projeto inviabilizou sua execução.

Em 2008, outra importante conquista dos movimentos sociais foi a criação, no âmbito do governo federal, do Programa de Habitação de Interesse Social – Ação de Apoio à Produção Social da Moradia, que opera com recursos do FNHIS. No entanto, os dois projetos inscritos na ação - Quilombo da Gamboa e Ocupação de Guia de Pacobaíba - não foram levados adiante devido ao baixo recurso previsto por unidade.

Num contexto de expansão de políticas, os movimentos de moradia presentes no estado ampliaram suas ações e propuseram, através de um convênio com o Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ), acessar recursos do AT-FNHIS. Nesse

contexto, somente três núcleos de assessoria técnica se colocaram como possíveis aos movimentos: a própria Fundação Bento Rubião, a Associação Chique da Silva e o Núcleo de Assessoria Popular (NAP).

O programa de Assistência Técnica do FNHIS foi obtido em duas modalidades: a Assistência Técnica para Mobilização e Organização Comunitária e a Assistência Técnica para Projetos. O assessoramento de projetos de Mobilização e Organização Comunitária ocorreram satisfatoriamente, apesar dos atrasos no pagamento e da baixa remuneração. Já o assessoramento de projetos ficou comprometido devido ao valor insuficiente aportado e aos atrasos de pagamento sofridos, uma vez que os núcleos de assistência técnica não possuía em seu quadro técnico profissionais capazes de desenvolver projetos complementares, assim o serviço passou a ser terceirizado e o baixo valor previsto para cada obra inviabilizou a contratação de escritórios especializados.

Em 2009, em um atropelo a todos os avanços conseguidos, o Governo Federal lança o *Programa Minha Casa Minha Vida* e desmonta a política habitacional construída. Para substituir o Crédito Solidário foi aberta uma linha do novo programa, o *Minha Casa Minha Vida- Entidades*, destinado aos movimentos sociais.

Apesar deste retrocesso na política habitacional, o Minha Casa Minha Vida-Entidades se mostra, até o momento, como única possibilidade de os movimentos realizarem suas ações com vistas à produção habitacional. Neste sentido, a Cooperativa Esperança - que não conseguiu se enquadrar no Programa Crédito Solidário - migrou para o MCMV-Entidades e construiu casa para 70 famílias. Além da Cooperativa Esperança, há uma série de projetos contratados e em fase de contratação junto à Caixa Econômica Federal.

Aproximações contemporâneas entre Brasil e Uruguai

Afim de comparar as experiências nos dois países, elegemos alguns pontos de aproximação e distanciamento entre as realidades de Brasil e Uruguai, no sentido de apontar caminhos para o avanço de uma política habitacional para a autogestão em nosso país.

Conquista do território

Enquanto o Uruguai apresenta uma política pública eficiente na distribuição territorial, o Brasil estimula a

resolução da provisão de terras pela via do mercado, muito embora apresente um arcabouço jurídico-legal que dê condições de enfrentamento à especulação imobiliária e que garanta o cumprimento da função social da propriedade.

A Cartera de Inmuebles para Vivienda de Interés Social, mantida pelo *Ministerio de Vivienda, Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente*, faz chamamentos públicos anuais onde as cooperativas habitacionais podem apresentar propostas para a utilização dos terrenos cadastrados na carteira de imóveis. Essas propostas são avaliadas de acordo com critérios que levam em conta, além da quantidade de unidades e a regularidade da cooperativa, a dinâmica social desta, privilegiando a estabilidade do grupo, as atividades realizadas na etapa pré-obra e a heterogeneidade do padrão social.

O financiamento do Programa Minha Casa Minha Vida – que se constitui mais em uma política de financiamento do que uma política habitacional – prevê que cada associação procure no mercado o seu terreno, podendo empreender até 15% do valor do recurso nessa compra. A disputa de terra com as grandes construtoras faz com que a assistência técnica se inicie anterior a etapa de contratação do projeto, ainda no estudo de viabilidade dos terrenos. Esse trabalho fundamental, que as vezes é refeito diversas vezes se torna em um trabalho não remunerado ou mal remunerado.

Assessoria Técnica

No Uruguai a *Ley Nacional de Vivienda* reconhece e regulamenta os institutos de assistência técnica como elementos chave na política habitacional do país. A assistência técnica é vista como um objeto único, envolvendo várias áreas do saber, desde a arquitetura, passando pela administração, contabilidade e advocacia e, principalmente, sendo acompanhada por um técnico social. Conforme já explicitamos, a remuneração da assistência técnica é limitada a 7% do valor do projeto.

Dentro da normativa do MCMV-Entidades, a assessoria técnica é vista como uma simples prestação de serviço entre profissionais/empresas aos grupos organizados. A entidade organizadora pode contratar uma única assessoria para desenvolvimento de todo o projeto ou contratar o projeto por disciplinas/etapas. Dois pontos nos parecem nevrálgicos dentro do programa. O primeiro é que o Trabalho Social e Assistência Técnica se constitui em rubricas específicas dentro

do programa, implicando que o projeto e o trabalho social não tenham necessariamente relações e implicações de um em outro – a exemplo da realização do Trabalho Social, para a qual é prevista uma rubrica de 2% do valor do empreendimento.

Dois pontos nos parecem nevrálgicos dentro do programa. O primeiro é que o Trabalho Social e Assistência Técnica se constitui em rubricas específicas dentro do programa, implicando que o projeto e o trabalho social não tenham necessariamente relações e implicações de um em outro – a exemplo da realização do Trabalho Social, para a qual é prevista uma rubrica de 2% do valor do empreendimento.

O segundo ponto diz respeito ao valor previsto para a realização dos projetos (arquitetônico, urbanístico e complementares), que prevê diferentes valores para diferentes portes do empreendimento. Projetos com até 100 unidades contam com investimentos de até 3% do valor do investimento, projetos que contam com mais de 100 e menos de 300 unidades habitacionais tem seu valor de projeto limitado a 2% e projetos com mais de 300 unidades contam com 1,5% do valor para projeto.

Essa proporcionalidade acaba por não valorizar o desenvolvimento e elaboração dos projetos de forma única para cada cooperativa. Além dos valores serem insuficientes em alguns casos, nos grandes conjuntos é estimulado a repetição de um único projeto, visto que essa redução nos valores só são possíveis com a standardização das soluções.

Participação da população nos projetos

Nos dois países verificamos que a metodologia de participação nas decisões do projeto arquitetônico varia muito em cada instituto de assessoria técnica. A participação pode ser ampla, com os envolvidos atuando nas várias etapas do processo, ou pode ser mais limitada, de caráter consultivo, onde a assessoria apresenta algumas possibilidades de projeto a serem eleitas.

A participação da população no Uruguai é analisada na ótica de seus participantes enquanto plena, visto que todas as decisões devem ser aprovadas pela Assembleia Cooperativa. No entanto, a assembleia limita-se à aprovação ou não das proposta, sobrando pouco espaço para a inventividade dos cooperados. Além disso, a participação também é vista como a realização do mutirão pelas famílias cooperadas, aportam 21 horas semanais de mão de obra na construção da coopera-

tiva – número de horas que se mostra bem elevado e cansativo para os cooperados.

No contexto nacional, algumas assessorias técnicas, em especial a Usina CTHAB, tem investido no desenvolvimento de metodologias participativas de projeto. Além disso, os movimentos sociais começaram a levantar a bandeira “mais autogestão e menos mutirão”, defendendo assim a redução do trabalho manual na construção pela administração da gestão, tais como as atividades de compra de materiais, contratação de mão de obra, decisão de frentes de trabalho e prazos, o que tem reduzido o desgaste dos envolvidos.

Conformação do Espaço Arquitetônico

Toda cooperativa habitacional se concretiza através de um objeto arquitetônico. Embora a questão espacial seja tida como secundária na produção social da moradia, a arquitetura pode ser encarada como uma maneira de ver o mundo, questionando-o e buscando respostas. Consideramos que a proposição de ambientes de qualidade e estimulantes, com definição do público e do privado, constitui-se como parte do desafio de constituição de uma cooperativa habitacional.

A experiência uruguaia nos mostra como é possível, através do ambiente construído, expressar desejos de uma forma de vida diferenciada. Acreditamos que a boa qualidade arquitetônica das experiências iniciais tenha ajudado a difundir a imagem de uma política pública exitosa. Os duplex geminados com tijolos aparentes são uma marca da produção habitacional cooperativista nesse país.

No Brasil, as experiências pioneiras perseguiram a qualidade do ambiente construído. Atualmente o estado de São Paulo, onde houve um programa local na década de 1990, concentra a produção arquitetônica de maior qualidade. O lastro do programa habitacional FUNAPS Comunitário fez com que surgisse um grande número de institutos de assessoria técnica que se dedicam quase exclusivamente ao trabalho com os movimentos sociais.

Em outras partes do país isso não se repete, salvo algumas exceções. O grande volume de produção do Programa Minha Casa Minha Vida-Entidades tem mostrado uma reprodução do padrão mercadológico da habitação popular, com áreas mínimas, padronização excessiva e a conformação de ambientes monótonos.

Outra questão que envolve a arquitetura e as cooperativas habitacionais é a construção de cidade. Mais do que garantir moradia digna aos membros da cooperativa, os projetos autogestionários devem estar preocupados com a construção de bairros vivos e pujantes.

Atualmente no Uruguai, dada a tentativa de se controlar essa produção do ambiente urbano, as cooperativas são limitadas ao número máximo de cinquenta cooperados, ou seja, cinquenta unidades habitacionais. Essa limitação tende a escapar dos problemas dos grandes conjuntos habitacionais e busca impedir a standardização do bairro. No entanto, nada impede que diferentes cooperativas sejam construídas uma ao lado das outras, sendo que em caso de localização periférica essa configuração possa gerar problemas urbanos.

A experiência dos grandes conjuntos habitacionais cooperativos no Uruguai nas décadas de 1970 e 1980 mostram como a experiência pode ser exitosa. Com o agrupamento de várias cooperativas e com a preocupação do poder público, há alguns casos em que os conjuntos possuem áreas comerciais, de lazer e cultura e equipamentos de saúde e educação, a exemplo dos conjuntos Mesa 1 e José Pedro Varela.

No Brasil, atualmente, o limite de unidades em um projeto autogestionário é de quinhentas. No entanto, a construção de grandes conjuntos habitacionais não vem acompanhada da infraestrutura e equipamentos necessários para a garantia do direito à cidade.

O porte da cooperativa deveria ser analisado de acordo com o local onde será inserida e com as vontades dos moradores, através da proposta dos institutos de assessoria técnica. A participação das famílias no processo decisório de projeto é um dos caminhos para a construção de bairros mais vivos e dinâmicos.

Palavras Finais

Para nós, a autogestão habitacional deve ser vista primeiramente como um meio de garantir o direito à moradia, consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos e em nossa Constituição de 1988. Em um momento em que os direitos tem sido violados e nossas leis são utilizadas para atender a um grupo em detrimento do bem coletivo, defender nossas vitórias e conquistas se fazem necessários. Em segundo lugar, a autogestão habitacional deve ser vista como uma prática que aponte para outros caminhos e modos de vida. Para isso, é fundamental produzir a casa e a cidade pelo seu valor de uso, desmercantilizando no que for possível essas construções.

Relembrando Lefebvre (1999), “mudar a vida! Mudar a sociedade! São preceitos sem sentido sem a produção de um espaço apropriado”. (LEFEBVRE, 1991, 59) Nesse sentido, apontamos a importância de pensar na potência desse espaço e como a arquitetura, juntamente a diversos outros fatores, é importante na criação desse espaço diferencial. É aí que o trabalho de assistência técnica em arquitetura e urbanismo se mostra indispensável.

Ao olhar a produção habitacional por autogestão no Brasil, verificamos que ela não tem apresentado a qualidade que deveria, tanto porque os processos de organização dos grupos tem problemas, assim como pelo fato de se ter uma política pública ineficiente e também por falta de assessoramento técnico. Na tentativa de olhar possibilidades de mudar esse quadro, foi necessário buscar as origens da autogestão habitacional em nosso país, inspirada na experiência uruguaia.

Ao observar o país vizinho, verificamos primeiramente que no Brasil não há uma política habitacional que seja da nação, hoje atuamos em brechas permitidas por programas governamentais, despeito de termos uma série de leis que tratem da questão. No que tange especificamente à Assistência Técnica em Arquitetura e Urbanismo, verificamos que nossa profissão deve se aproximar daqueles que necessitam de nosso trabalho, além de estarmos mais abertos a construções coletivas junto com outras profissões.

Referências

BONDUKI, N. *Habitação e Autogestão: construindo territórios de utopia*. Rio de Janeiro: Fase, 1992.

FYNN, C. El asesoramiento técnico. In: Nahoum, B. (org). *Una historia con quince mil protagonistas*. Montevideo: Intendencia Municipal de Montevideo, 2008.

GUILARD, F.; HUGUENIN, J.P.O. Algumas aproximações acerca da difusão e recepção do modelo uruguaio de produção cooperativa de moradia no contexto brasileiro. In: *Anais do Seminário de Investigación Movimientos Sociales en movimiento*. Montevideo: UdelaR, 2015.

HUGUENIN, J.P.O. *O Território do Homem Comum: Constituição e Apropriação Cotidiana do Espaço em Cooperativas Habitacionais*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

KRUK, W. Ayuda Mutua y Tecnologia. In: Nahoum, B. (org). *Una historia con quince mil protagonistas*. Montevideo: Intendencia Municipal de Montevideo, 2008.

LEFEBVRE, H. *The Production of Space*. Oxford: Blackwell, 1991.

NAHOUM, B. La Ley de Vivienda, cuarenta años después. Solo se trata de aplicarla. In: *Revista de Vivienda Popular*, nº 17. Montevidéo: UdelaR, 2008.

RAFFO, A. Cuarenta años después, en la búsqueda de vivienda digna para todos. In: *Revista de Vivienda Popular*, nº 17. Montevidéo: UdelaR, 2008.

RONCONI, R. *Habitações construídas com gerenciamento pelos usuários com organização da força de trabalho em regime de mutirão: o programa FUNAPS Comunitário*. São Carlos: EESC-USP, 1995. (diss.mestrado)



Escritas urbanas, corpo e cidade contemporânea: pelo enriquecimento da experiência urbana

Bárbara Hypólito

Bárbara Hypólito é Arquiteta e Urbanista, Mestre em Arquitetura e Urbanismo – PRO-GRAU|UFPEL, e doutoranda pelo PROPUR/UFRGS; barbarahypolito@hotmail.com

Resumo

A relação estabelecida entre corpo e cidade através da intervenção das escritas urbanas no espaço público é o que trata este artigo. Investe na experiência de vivenciar a cidade contemporânea no encontro com suas manifestações públicas e artísticas, buscando ações alternativas para escapar da passividade corporal instaurada por um sistema que desenvolve cidades e sociedades descorporificadas e empobrecidas no que se refere à experiência urbana. Pretende ampliar a discussão acerca do planejamento das cidades, as possibilidades de leitura e de produção do espaço urbano incentivadas por ações sociais e artísticas, micropolíticas, de resistência sensível.

Palavras-chave: experiência urbana, corpo, cidade contemporânea, escritas urbanas.

Abstract

The relationship established between body and city through the intervention of urban writings in the public space is what this article addresses. It invests in the experience of living the city in the contemporaneity in its public and artistic events, seeking alternative actions that allow for escaping from a bodily passiveness instituted by a system which develops cities and societies disembodied and impoverished with regard to the urban experience. It aims at extending the discussions about city planning, about the possibilities of reading and producing the urban space, encouraged by social and artistic actions, micropolitics, and sensitive resistance.

Keywords: urban experience, body, contemporary city, urban writings.

Resumen

La relación que se establece entre el cuerpo y la ciudad a través de la intervención escrita urbano en el espacio público es lo que este artículo. Invierte en la experiencia de experimentar la ciudad contemporánea en el cumplimiento de sus actos públicos y artísticos, buscando alternativas de acción para escapar de la pasividad organismo creado por un sistema que desarrolla las ciudades y las sociedades sin cuerpo y empobrecidas en cuanto a la experiencia urbana. Para extender las discusiones acerca de la planificación urbana, las posibilidades de lectura y producción del espacio urbano alentado por las acciones sociales y artísticas, resistencia micro, sensible.

Palabras-clave: la experiencia urbana, cuerpo, ciudad contemporánea, escrita urbano.

Introdução

Este artigo apresenta parte dos resultados obtidos ao final da dissertação de mestrado intitulada “Corpo, cidade e escritas urbanas: cartografia no espaço público da cidade contemporânea”¹. A pesquisa investiu na experiência de vivenciar a cidade na contemporaneidade, e aborda a relação estabelecida entre corpo e cidade através da intervenção das escritas urbanas no espaço público.

Apostou no método da cartografia (DELEUZE; GUATTARI 1995; KASTRUP, 2010; ROLNIK, 2011) a fim de explorar algumas possibilidades de leitura do espaço urbano da cidade de Pelotas/RS, a partir da experiência do corpo afectado pela interferência das escritas urbanas.

Justifica-se pela necessidade de ampliação nas formas de estudo do ambiente urbano contemporâneo, tendo o corpo como fio condutor para a leitura deste cenário, a partir de sua experiência ativa pela cidade, pelos elementos e linguagens que a compõe. Dessa forma, a pesquisa lança um olhar investigativo sobre a cidade contemporânea, as manifestações expressas e a experiência corporal realizada pelo espaço público.

Escritas urbanas

Sobre as peles da cidade se inscrevem palavras, frases, poéticas urbanas. São escritas urbanas (*graffiti*, *stencil*, *lambe*, *pixação*²), expressões gráficas manifestas no espaço público, que se utilizam da cidade e da arquitetura como suportes e instrumentos de ação, comunicação e protesto. Elementos visuais que interferem no cotidiano da experiência urbana, na construção e leitura da cidade e na constituição de sujeitos no contexto urbano e social das cidades contemporâneas. Uma ação que relaciona escrita, arte, território, urbanismo, práticas sociais, desejos e criação de espaços relacionais.

Tais escritas funcionam como discursos visuais na e da cidade e implicam diferentes relações ético-estéticas (GUATARRI, 1990) no desenho urbano e na experiência do corpo pela cidade. Como práticas urbanas, se manifestam buscando uma forma alternativa de intervenção e produção do espaço social e urbano. Uma ação social que segue na perspectiva de apropriação do espaço público, através da ação direta entre o corpo grafiteiro e os planos da cidade contemporânea, assim contribui na criação de um espaço diferencial, em diálogo com a sociedade, através da arte como manifestação pública.

¹ Dissertação de mestrado defendida pelo Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo – PROGRAU|UFPEL, 2015. Link de acesso à dissertação de mestrado: <http://prograu.ufpel.edu.br/uploads/biblioteca/dissertacao_barbara_hypolito_2015.pdf>

² O termo *pixação* (com X) refere-se ao *pixo paulista*, visto que *pichação* (com CH) se refere a quaisquer escritos na paisagem urbana (LASSALA, 2010). Optamos utilizar, nessa escrita, o termo com “X”, no entanto, utilizaremos a grafia com “CH” nos casos de citação bibliográfica, a fim de manter a originalidade da referência.

Caracterizam-se por uma linguagem própria marcada pela necessidade de expressão e transgressão, e por meio da qual alguns grupos almejam transformar a realidade social. Neste sentido, as manifestações visuais aplicadas em muros, fachadas e monumentos urbanos subvertem a arquitetura das cidades, ao mesmo tempo em que compõem seu complexo contexto atual (LASSALA, 2010). *Graffiti* e pixação são termos popularmente associados, no entanto, diferenciam-se em muitos aspectos, principalmente, segundo Ramos (1994) na linguagem empregada, na estética e na forma de apropriação dos espaços públicos.

Ao *graffiti* associa-se uma preocupação estética na ação, interessa aqui o processo de criação, com enfoque ao produto final, valorizando o resultado do trabalho e o espaço em que se insere. Quando o *graffiti* se utiliza de escritos, em geral eles o são na forma de bomb, uma técnica com letras desenhadas de forma rápida, mas com contorno e arredondadas, simulando volume à escrita, e apesar de utilizarem cores é a forma que mais se aproxima da pixação (LASSALA, 2010).

A pixação como conceito é um produto brasileiro designado para os escritos urbanos compostos por letras estilizadas, com poucas cores e de rápida reprodução. Mantém o enfoque ao ato, tem tom de protesto e de reconhecimento. E ainda, por um direito à cidade, ao território. Os termos "pichação" e "pichadores" referem-se ao piche como primeiro material utilizado para esse tipo de inscrição urbana.

As motivações do movimento artístico e de resistência se dão pela busca de adrenalina, reconhecimento, rebeldia, para que sejam visualizados nas ruas mais movimentadas da cidade; sempre fugindo da polícia e da ilegalidade dessa ação de protesto. O que importa ao pixador é a quantidade; quanto mais letrados existirem na cidade, com o logo de uma crew (grupo de pixadores) ou do próprio pixador, mais reconhecimento terá.

A pixação é um fenômeno cultural que objetiva a comunicação, se expressa por meio de símbolos e códigos ilegíveis aos leigos, fato que passa a reverter uma questão social: quem são os analfabetos aqui? Talvez por não apresentarem uma linguagem clara, o pixo é associado, por muitos, à poluição visual e vandalismo; ou, ainda, pela afirmação de suas regras e gramáticas próprias de ocupar o espaço urbano.

Todas essas manifestações passam a entrar na dinâmica urbana de forma interativa (GITAHY, 1999) evi-

denciando as “desimportâncias urbanísticas” (RAMOS, 1994), assim como o flagra de que as cidades se desenvolvem sem atender as demandas de sua sociedade. Arquiteturas abandonadas, muros, fachadas, tapumes, prédios públicos e privados são alvos dessas expressões.

Todas elas se manifestam e compõem os espaços urbanos nessa contemporaneidade e fazem refletir sobre as relações entre arte, estética, intervenção, constituição de indivíduos e suas subjetivações no âmbito da experiência urbana. Por vezes, colorem e levam arte às ruas; outras vezes, se fazem por siglas e marcações de territórios, noutras ainda, através de escritos que questionam as relações humanas e as práticas sociais, estimulando o pensamento acerca da própria vida humana.

Funcionam mesmo como elementos visuais, inscritos no espaço urbano e operam compondo a paisagem da cidade. Dessa forma, as escritas urbanas possibilitam novas formas de os indivíduos habitarem, se expressarem e se relacionarem com o meio urbano. Evidenciam, ainda, os problemas e a necessidade de expressão de uma parte da sociedade que vê suas vozes silenciadas pelo poder.

Cidade, corpo e escritas – uma experiência urbana

A cidade é um “artefato da cultura” (MAGALHÃES, 2007, p.93) repleto de complexidade e de contradições, expressão pura de uma sociedade multicultural e do resultado dos planos urbanísticos e sociais nela inseridos. “As cidades são imensas máquinas [...] produtoras de subjetividade individual e coletiva” (GUATTARI, 1992, p.172). É a própria expressão coletiva, trata com e das diferenças, com múltiplos agentes, olhares e culturas de referência e cujas conformações urbanas se apresentam também como modelos da diversidade.

Fragmentação, heterogeneidade e dispersão são também termos utilizados por Secchi (2006) como aspectos visíveis da cidade contemporânea, atribuídos às mudanças nos meios de comunicação e transportes. Cidades divididas, fragmentadas, com consequências drásticas para a interação social, a convivência e a circulação das pessoas. Os processos de globalização assemelham as cidades contemporâneas, homogeneíza as subjetividades, seguindo uma lógica disciplinar baseada no controle e essa homogeneização corpo-

rifica no âmbito urbano uma forma de ser, ver, viver e conviver (RINK, 2013). SORRIA! - pois, para o seu bem - VOCÊ ESTÁ SENDO FILMADO constantemente!

A aposta então parece estar na potência dos encontros que criam os lugares e os espaços públicos, a fim de acolher as diferenças da cidade contemporânea. Já que existe uma tendência na prática arquitetônica de isolamento, de condomínios e bairros fechados, de afastamento das periferias e da construção de casas para proteger seus habitantes do crime ao invés de integrá-los às comunidades que pertencem, vê-se no espaço urbano e público da cidade contemporânea a possibilidade dessa integração. O retorno ao convívio social, das relações de vizinhança e da comunicação interpessoal. Isto se dá a partir de micro ações, alternativas, a fim de devolver à população a sensação de criação de lugares e de apropriação do espaço urbano.

Uma ação que tem se mostrado potente na criação de lugares e na apropriação de espaços públicos pela população se dá através da prática das escritas urbanas e de intervenções que utilizam a arte como um dispositivo para a comunicação, a geração de encontros e a renovação do ambiente urbano. Algumas ações promovem, ainda, atividades ou eventos culturais chamando a população a interagir, vivenciar e experimentar a cidade.

Andar pelo espaço urbano implica corpo e cidade - dois organismos complexos tanto na forma como em seus funcionamentos. Ambos compreendem, em seu cerne, campos de tensão, lugares de conflito e de forças capazes de criar ou destituir agenciamentos e subjetividades, relações e territórios. Eles se relacionam a partir da experiência urbana³, numa condição de pertencimento mútuo, onde o corpo interage com o lugar que percorre e se expressa a partir da sua corporalidade (JACQUES, 2008).

Por outro lado, em contraponto às ações de resistência, a ênfase contemporânea no excesso de informação, excesso de opinião, a falta de tempo e o excesso de trabalho (LAROSSA, 2002) tornam a experiência cada vez mais rara, resultando num processo de "empobrecimento, diminuição e domesticação da experiência corporal e sensível das cidades" (JACQUES; BRITO, 2012, p.144).

Pensar a cidade de forma heterogênea, como um complexo campo de práticas sociais, políticas, artísticas e culturais, através de ações de apropriação do espaço público pela população, construindo uma cidade para

³ Experiência, segundo Larrosa (2002, p.21), "é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca", seguindo nessa linha de pensamento a experiência urbana seria, então, o que NOS acontece durante o percurso pelo espaço urbano; uma experiência corporal que deixa marcas tanto no corpo quanto na cidade. A experiência urbana fica gravada no corpo de quem a experimenta, definindo-o mesmo que involuntariamente, ao que se denomina corpografia urbana (JACQUES, 2008).

todos, implica vivenciar o ambiente urbano, experimentar ativamente a cidade a fim de transformá-la. Um processo de apropriação do espaço urbano, coletivo, ressignificando-o, num ato de retomada do território, por um direito à cidade. Trata-se de pequenas ações, micropolíticas, um trabalho de formiguinha, coletivo. Nesse sentido, a arte urbana e as manifestações públicas, como a prática do *graffiti*, funcionam como alternativas que, aliadas ao planejamento urbano, conjugam outras possibilidades de uso do espaço urbano, mais corporificadas.

Visto que, como recorda Magnavita (2012, p.31), “o importante não é lamentar a perda, mas, criar eticamente algo na variação contínua da existência.” Assim, o importante se faz nas contribuições que auxiliam em direção a uma intensa variação dos modos de existir, no enriquecimento da experiência urbana e na criação de alternativas de apropriação da cidade.

Jacques (2010) dá pistas sobre alternativas possíveis para o espetáculo urbano, sugerindo a participação, a experiência efetiva e a prática dos espaços urbanos que passam pela experiência corporal e sensorial da cidade; a cidade passa a ser viva e vivida. A autora vê na experiência artística, na arte urbana, uma possibilidade de ação questionadora dos consensos, capazes de estimular outras formas de dissenso, apropriando-se do espaço público, profanando a cidade espetáculo, criando experiências mais sensíveis entre corpo e cidade. Tais ações não hegemonomizam ou mascaram os conflitos urbanos, mas contribuem para a mostra da tensão urbana contemporânea.

Uma ação artística enquanto micro-resistência, experiência sensível questionadora de consensos estabelecidos e, sobretudo, potência explicitadora de tensões do e no espaço público, em particular diante da atual pacificação, despolitização e estetização consensual dos espaços públicos globalizados (JACQUES, 2010, p.116).

Nesse sentido, dialoga com a prática dos escritores urbanos que ativam o cenário público das cidades, através de uma experimentação que atualiza o ambiente deixando marcas que se propõem a dialogar com a população, evidenciando as práticas sociais e as relações entre os corpos e o espaço urbano coletivo. Tal ação passa a ativar ruas, fachadas, espaços abandonados e corpos, impulsionando a criação de novos sentidos potentes de existência, contribuindo na constituição de um pensamento crítico acerca da realidade e propondo aos corpos outras possibilidades de experimentação urbana, um tanto mais sensíveis.

Experimentando uma metodologia

Entendendo a cartografia como um método de pesquisa cuja essência está na possibilidade de enxergar o não visível, as diferenças, de habitar cenários socioculturais não demarcadas nos mapas habituais, a pesquisa investiu numa busca processual da realidade, apostando na experimentação do pensamento, dando voz aos *afectos*⁴ que pediram passagem. Assim, aproximações e mergulhos nas intensidades desse tempo contemporâneo aconteceram, atentando às linguagens encontradas através das escritas urbanas pelo cenário de Pelotas e seus agentes, e se apropriou daquelas que pareceram elementos possíveis para a composição desse mapa cartográfico.

⁴ Ação de afectar (afecção) refere-se ao conceito de afecto entendido como uma variação contínua da força de agir e existir do corpo, um estado de vibração que se dá a partir de um encontro. (SPINOZA, 2007[1677]).

O método reconhece que toda pesquisa é intervenção e propõe o traçado de um plano de experiência (enquanto intervenção) que acompanha os efeitos do percurso da investigação e onde o apoio da investigação está justamente no “modo de fazer”. Nesse sentido, o conhecimento vai se produzindo sem previsões impostas, mas num campo de implicações cruzadas – de forças, atravessamentos e subjetividades – que compõem a realidade (KASTRUP, 2010).

Pretender-se nessa experiência de cartografar implicou acompanhar os processos de transformação da realidade em que se faz a pesquisa, no bairro do Porto da cidade de Pelotas/RS, e necessitou um olhar crítico sobre a sociedade contemporânea, um mergulho por suas diferentes linguagens, pelos mecanismos virtuais, fílmicos e artísticos que se apresentaram. Implica também, colocar-se, com todo o corpo vibrátil, em experiência com a realidade que este cartógrafo habita e percorre, observando e coletando elementos sobre os processos de formação dessa realidade, as relações que se estabelecem, a lógica que segue e suas sutis subjetividades atentando às potências que pedem para que sejam agenciadas.

A ação de uma experiência de pesquisa, então, que se faz crítica, pensante e sensível, tendo a cidade de Pelotas como o campo de encontros e aprendizados. O método possibilitou a composição de um mapa, a partir de deslocamentos pela cidade, acompanhando os “escritores urbanos”, seus corpos em ação, e as transformações que foram ocorrendo na paisagem e no olhar dos transeuntes. Um corpo que pesquisa e que se coloca em ação, sem neutralidade, que se envolve, pergunta, conversa, entrevista e investiga os processos de resistência, de manifestação e de transformações através da prática das escritas urbanas -

graffiti, pixação, stencil e frases que se inscrevem pelos planos arquitetônicos da cidade.

As etapas do percurso não foram estabelecidas anteriormente, no entanto, alguns procedimentos metodológicos surgiram no decorrer do processo da investigação, e são: pesquisa de campo, levantamento fotográfico, entrevistas cartográficas, mapeamento, conversa-observação *in loco*, revisão bibliográfica (referencial teórico) e experimentações (estudos de caso) na cidade de Pelotas/RS.

O processo permitiu uma análise da experiência urbana na cidade de Pelotas/RS, a partir da relação que os corpos estabelecem com as escritas urbanas encontradas, estabelecendo pontes com outras existências, ruas, bairros, cidades, etc., qualquer lugar. E, ainda, resultou em três experimentos, ou experimentações, que visaram investigar como as escritas urbanas, inscritas no espaço público, interferem na leitura da cidade e na experiência corporal dos indivíduos. O experimento 1 trata sobre a intervenção do *graffiti*. O experimento 2 refere-se ao acompanhamento dos escritos. O experimento 3 aborda a manifestação da pixação.

A pesquisa escolheu, ainda, relacionar os experimentos (resultados) a conceitos da Filosofia da Diferença⁵, com base nas ideias de Deleuze e Guattari. Tal escolha permitiu aproximações entre urbanismo, arte, intervenção e filosofia. Se fez necessária para potencializar a investigação no contato com as diversas experiências corporais que o percurso trilhou e instigou uma reflexão crítica e múltipla acerca da construção da realidade contemporânea e as subjetividades imbricadas nesse contexto.

Experimentações

A pesquisa de campo na zona portuária (próxima à zona universitária) da cidade de Pelotas/RS, acompanhada de levantamento fotográfico, demonstrou a intensidade dessas manifestações em muros abandonados, equipamentos urbanos e fachadas privadas. Durante o trajeto, na experiência de percorrer as escritas urbanas e seus agentes, uma questão se mostrou latente, uma diferenciação entre as formas de expressão manifestas.

Todas as intervenções são entendidas, aqui, como escritas urbanas, no entanto, no mundo são todas denominadas *graffiti*; no Brasil elas se diferenciam entre *graffiti* e pixação. No entanto, a cartografia expressa

⁵ A filosofia da diferença vincula-se ao movimento pós-estruturalista e é “um movimento de pensamento que corporifica diferentes formas de práticas crítica” (PETERS, 2000, p.29). Uma filosofia que constrói seu pensamento a partir da diferença, do que escapa, das fissuras, dos signos emitidos. Trata-se de uma ruptura com a estrutura pré-determinada, com os paradigmas. Um modo de pensar, um exercício do pensamento que aposta numa filosofia prática, onde os conceitos são colocados em funcionamento, em operação, e cuja realidade se dá como uma construção social e subjetiva. A linha filosófica de -Foucault, Deleuze e Guattari tem como expoentes Espinosa, Bergson e Nietzsche. Assim, se faz um novo modo de entender o homem, a natureza, o mundo, as relações, a sociedade, a linguagem, os valores e a vida.

na pesquisa percebeu um outro tipo de escrita, que se faz por frases e, assim, se diferencia da pixação propriamente dita cuja expressão se apresenta principalmente através de siglas e letras estilizadas. Portanto, com o fim de evidenciar tal diferença, e pela força que tais frases se fizeram agenciar com o corpo-pesquisador, fez-se necessário distingui-las da pixação, denominando-as de escritos, assim mesmo, grafado em itálico.

Os experimentos que seguem são frutos do percurso trilhado e dos encontros que se fizeram potentes com as escritas urbanas manifestas e seus escritores, durante a construção da pesquisa. Eles visam possibilitar a leitura do espaço urbano a partir do corpo sensível afectado pelas inscrições e as modificações que acarretam à experiência corporal pela cidade.

São chamados “experimentos” porque algo no encontro entre corpo, cidade e escritas urbanas tocou, deixou marcas e marcou. Um acontecimento, um experimento, uma corpografia, que reflete a própria experiência corporal e de pensamento pela cena urbana. A experiência de um corpo pela cidade pode ser facilitada ou inibida por diferentes fatores, mas a experiência destacou alguns elementos que foram capazes de disparar, de acionar, processos, devires, de impulsionar à invenção de realidades nessa contemporaneidade.

O modo foi olhar para a cidade e o que se inscreve nela, cartografando os processos de transformação do ambiente através das escritas urbanas e dos corpos agentes dessa intervenção, que passam a constituir uma realidade processual no espaço público, modificado cotidianamente pela marca dessas manifestações. Tais marcas foram divididas em três tipos principais: o *graffiti*, os *escritos* e a pixação; diferenciadas pela estética, pela proposta e pela forma de expressão. O percurso resultou também em um mapa (figura 1), referente ao percurso traçado e as escritas urbanas encontradas.

A experiência dessa cartografia percorrendo as escritas urbanas narrou uma Pelotas desejanse de novos agenciamentos (sociais, políticos), de novas relações humanas. Uma cidade que concentra seus escritos nos locais abandonados, como que chamando a atenção ao abandono do ambiente urbano, da arquitetura e do pensamento crítico acerca da sociedade que se faz nessa contemporaneidade. Assim, trazem a palavra, a arte e as marcas como que reterritorializando esses espaços de cidade esquecidos, tornando-os lu-

gares de experiência, através do corpo do grafiteiro e do pixador, que tem na tinta uma forma de reconexão entre o corpo-sujeito-usuário da cidade e os planos que a edificam.



Figura 1
Mapa cartografado na experiência de percorrer as escritas urbanas em Pelotas/RS.
Fonte: do autor, 2015.

Graffiti – traçando linhas de fuga

O Experimento 1 trata sobre o *graffiti* (figura 2), impresso em forma de desenhos realistas ou abstratos, que explora as cores e evidencia a arte como expressão. Seus atores são artistas, que com domínio do fazer artístico. Foi o investimento primeiro na pesquisa, a partir do qual as outras manifestações pediram passagem. Por enfatizar a questão da arte como forma de expressão urbana, optou-se por agenciar o experimento ao conceito de “linha de fuga” (DELEUZE, 1998).



Figura 2
Graffiti. Zona do Porto, Pelotas/RS
Fonte: do autor, 2015.

O *graffiti* insere a arte no espaço urbano, uma *street art* expressa com tinta e spray, onde os grafiteiros se apropriam de um muro, um fragmento da cidade, para intervir com desenhos, cores e texturas. Tendo a arte como forma de interação com o mundo a partir da emissão de signos e sensibilidades, interferem no espaço e na experiência corporal realizada ali. Estabelece, assim, uma relação direta entre corpos-sujeitos e cidade, a fim de criar e ampliar os sentidos através da construção de situações onde a arte se propõe a transformar criativamente a realidade urbana.

Trata-se da transformação do espaço público pela interferência artística, questionadora dos consensos, criativas, que impulsionam a constituição de sujeitos e ambientes mais corporais e sensíveis aos processos cotidianos da sociedade. Funcionam, assim, como uma espécie de “linhas de fuga”, desvios no percurso rotineiro, pequenas efemeridades na concreta cidade que se processa e se constrói cada vez mais dura e vertical nessa contemporaneidade.

A linha de fuga é uma desterritorialização. [...] Fugir não é absolutamente renunciar às ações, nada mais ativo que uma fuga. [...]. É igualmente fazer fugir, [...] fazer fugir algo, fazer fugir um sistema como se arrebenta um tubo... Fugir é traçar uma linha, linhas, toda uma cartografia (DELEUZE, 1998, p.30).

Assim, o que interessa aqui é pensar o que transborda, que traça linhas de fuga, de movimento, ruptura, multiplicidades (DELEUZE, 1995), constituindo zonas de experiência, processos de desterritorialização, na constituição subjetiva do corpo-sujeito em interação com as manifestações da cidade. Um movimento no qual se abandona um território, e se opera uma linha de fuga, um desterritório (DELEUZE, 1997), uma ação criadora que subverte a prática da experiência urbana descorporificada. A arte, nesse sentido, chama à interação, provoca deslocamentos e rupturas no caminhar rotineiro, estabelece controvérsias.

O momento de execução do *graffiti* promove uma ocupação momentânea do espaço público. Trata-se de uma parada no tempo, onde o artista abstrai os rumores urbanos em seu ato de criação, e passa horas no encontro entre corpo do artista e aquele fragmento-corpo da cidade. A relação entre transeunte e *graffiti* trata de uma questão de sensibilidade do corpo que aprecia a arte e das permissões deste na entrega ao desconhecido. O corpo-espectador sensível é capaz de ultrapassar a contemplação e se jogar à construção de novos sentidos para si e ao meio, num processo de pertencimento à obra e, assim, também à cidade.

Os *graffitis* cartografados no percurso apresentam-se de maneira dispersa pelos caminhos, mas, seus lugares passam a conectar os espaços fragmentados da cidade. As zonas onde predominam o abandono estão preenchidas com pequenos *graffitis* de diferentes autores. Produzidas principalmente por artistas locais, reconhecidos na cena cultural da cidade, os *graffitis* são a mostra das técnicas de desenho criadas por cada um. A principal intenção é levar arte às ruas, aos olhos e acesso de todos que fazem do espaço público seu cotidiano.

O *graffiti* é aplicado por intenção e custo do artista principalmente em fachadas e equipamentos abandonados e a intervenção ocorre, em geral, durante o dia; horas são investidas na produção de uma arte que se faz como se estivesse sendo executada sobre uma grande tela. Por outro lado, há muitos casos em que o *graffiti* é feito sob encomenda, pelo morador, como forma de remédio às pixações que, da noite para o dia, surgiram sobre a fachada da residência. Este é

um fato controverso, pois a pixação ainda é caracterizada como poluição, ato transgressor, não autorizado, uma invasão na privacidade dos moradores.

São intervenções que modificam o uso cotidiano do espaço público, embelezando, qualificando e gerando controvérsias, indicando novos modos de utilização do espaço urbano, como vetores de sensibilidade e ação. A experiência urbana atravessada pela arte possibilita uma aproximação entre o pensar e o sentir, contribuindo na construção de novos modos de vida a partir dos agenciamentos que faz, implica ainda reflexão acerca do mundo.

Como linhas de fuga subvertem e produzem novas relações e intensidades de força, operadas pelos corpos-sujeitos. Dessa forma, criam e se multiplicam como protesto e manifestação da vida contemporânea, apoiando-se "sobre uma linha de fuga que permita explodir os estratos, romper as raízes e operar novas conexões" (DELEUZE, 1995, p. 23). Apostam na interação com o público, levando arte à urbe, se fazem ainda como luta, num ato de resistir, ao apagamento, à falta de interesse da população, ao questionamento sobre o papel da arte na construção do ambiente urbano.

Lançam a linha, traçam um plano, intencionam transformar a dura realidade que as cidades contemporâneas têm se convertido. Linhas que ora se bifurcam ora tangenciam os regimes configurados de saber e poder, constituindo formas singulares de resistência e fuga. Um acontecimento que atravessa a experiência do real, colocando em variação as condições da vida nas cidades e as relações de força estabelecidas, atualizando o projeto urbano através da arte.

Como um dispositivo de sensações, acionam o corpo a processos de desterritorialização, o *graffiti* faz vazar a estrutura dominante, a arquitetura e o urbanismo que produzem cidades cada vez mais descorporificadas nessa contemporaneidade, propondo a experiência com a multiplicidade, os interagenciamentos (DELEUZE; GUATTARI, 1997) e a diferença.

Escritos em afecto

O Experimento 2 aborda os *escritos* (figura 3), expressos através de frases de cunho poético ou político e que mantém uma forma de escrita comum à língua portuguesa, de fácil entendimento à qualquer pessoa alfabetizada. Seus atores são escritores, pessoas comuns, cidadãos que vêm nos planos do espaço público um local potente de comunicação acerca

da realidade contemporânea. Pelo tom poético e pela força que as palavras ainda tomam numa contemporaneidade potencialmente imagética, apostamos em agenciar esse experimento à idéia de “afecto” (SPINOZA, 2007 [1677]).

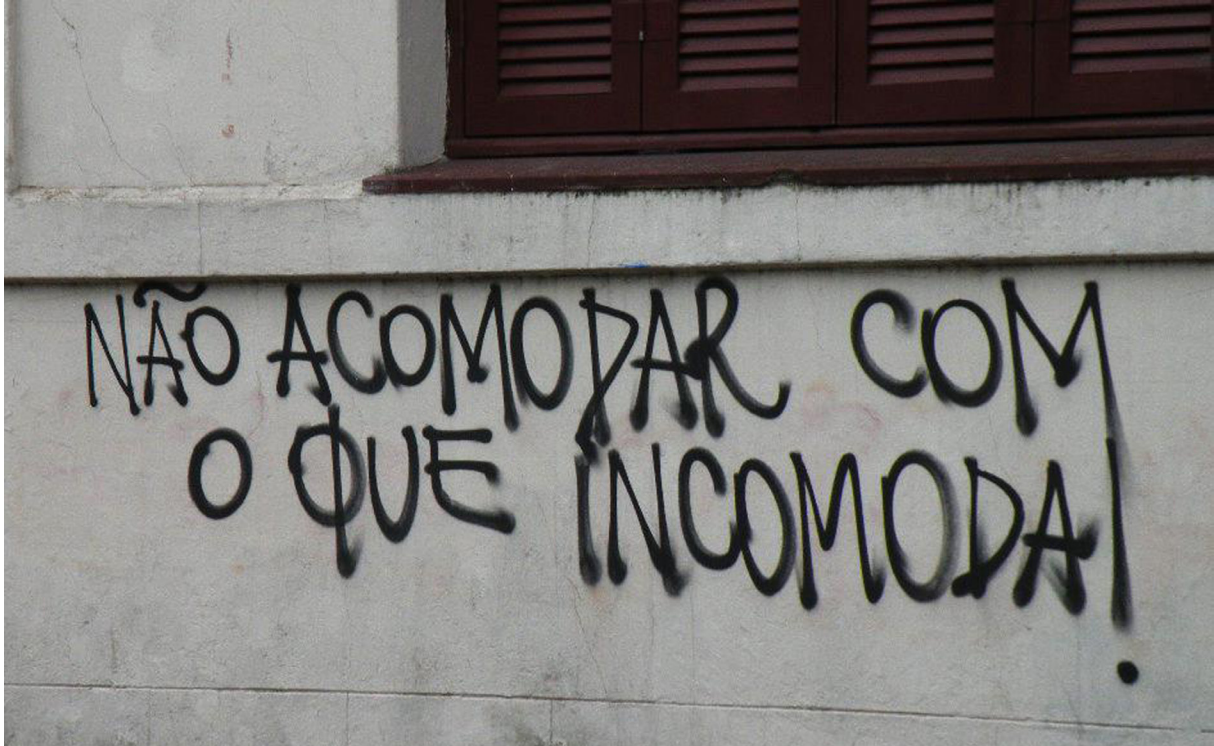


Figura 3
Escritos. Zona do Porto, Pelotas/RS
Fonte: do autor, 2015

Sobre as peles da cidade se inscrevem palavras, frases, poéticas urbanas, escritos. São como vozes que parecem querer lembrar à sociedade da beleza e das potências de se viver em comunidade. Por vezes poetizam, reterritorializando o ser contemporâneo, noutras vezes são de ordem política alertando para a miséria, a diferença social instaurada, o crime, os movimentos políticos e sociais.

Como intervenções políticas enunciam sentidos, palavras de ordem contra a publicidade barata e capital. E ainda, falam sobre o aprisionamento dos corpos e os processos de subjetivação estabelecidos pelas máquinas de poder. São como marcas sensíveis do contemporâneo, que levantam questões latentes de âmbito social e cultural, apostando em outras possibilidades de uso, de comunicação e de leitura na/da cidade. Assim, reinventam a sensibilidade urbana e as subjetividades implicadas nos corpos que vivem e experimentam a cidade.

Tratam-se de frases escritas no cenário urbano que emitem signos, pelo encontro dos corpos com os escritos e os afectam, variam a potência de agir e existir, modificando-os (afecção). Num processo que passa pelo reconhecimento do corpo sobre o que ali se manifesta produzindo conhecimento e pensar crítico. Evidentemente que isso depende de um grau de sensibilidade, individual, e se refere ao tanto de atenção que o indivíduo é capaz de investir ao que lhe afecta no dia-a-dia.

Há três tipos de afectos: alegria, tristeza e desejo. Num encontro que produz alegria, a variação da potência é elevada; por outro lado, num encontro que produz tristeza, a variação da potência é reduzida. Deleuze relaciona o afecto à potência. À variação da potência chama-se afecção. Ao desejo se relaciona a ideia de construir agenciamentos (DELEUZE, 1997(a)), é uma produção, uma transformação, uma potência de criação. E assim se fazem o encontro dos escritos com os corpos transeuntes na cidade de Pelotas, eles demonstram uma potente capacidade em produzir afecções!

Dentre os *escritos*, um em especial chamou a atenção, causou demora e colocou este corpo que pesquisa, a pensar. Trata-se de uma palavra cheia de sentidos, que tem se espalhado pelos muros da cidade de Pelotas, expressa em diferentes técnicas e diz: "afeto". Em entrevista, o autor da inscrição "AFETO" salienta sua intenção em afetar as pessoas, o espaço público, a cidade, as relações humanas: "porque é cada vez mais escassa a maneira como a gente se lida, toda essa função do individualismo, do capitalismo" (AFETO, 2015).

Num geral, os *escritos*, em frases ou palavras, se manifestam além do registro da marca, mas pretendem transmitir uma ideia, uma mensagem, impulsionando a construção de novos sentidos sociais. São como vozes constituindo novos saberes, incentivando novas formas de lidar entre as pessoas e com o ambiente em que vivemos.

Uma ação feita por pessoas comuns, cidadãos, sensíveis aos movimentos incorporais estabelecidos na cidade, que emitem signos, reflexões, mensagens de amor e de luta pelos planos vazios do espaço público. Sobre muros abandonados, tapumes, portões e fachadas inativas. Utilizam da força das palavras, com uma grafia simples a qualquer cidadão comum e não necessitam o domínio de uma técnica específica. Dessa forma, se diferenciam do pixo e do *graffiti*, tanto na estética quanto na forma de expressão, e se assemelham, pela necessidade de transgredir e de comunicar.

As palavras, assim como as imagens, têm o poder de manipular ou emancipar, pois trabalham com o imaginário do ser. Elas são as principais ferramentas de comunicação do tempo contemporâneo, em meio à internet e às redes sociais. Assim, os *escritos* se manifestam como ação crítica e questionadora, pretende fazer pensar, destituir os processos manipuladores que aprisionam o pensamento a modelos morais, de certo e errado, faça isso ou aquilo, devolvendo ao indivíduo a capacidade de produzir suas próprias questões acerca da realidade.

São falas de corpos desejanter. Desejanter de novos agenciamentos, de multiplicidades, de outras construções possíveis na realidade social contemporânea, que se fazem através da palavra, pelo poder da linguagem.

Dessa forma, os escritos se produzem por *afectos*, por estados de vibração a partir do encontro entre corpo e frase inscrita na parede, colocando em "movimento devires ativos, investindo uma ética da potência" (FUGANTI, 2010). Potências de vida, de pensamento crítico, que contribuem em variar as possibilidades dos modos de existência e de relações interpessoais na cidade. Favorecendo a experiência corporal urbana e o pensamento questionador, reterritorializando o ser contemporâneo, estimulando-o à criação de outras realidades, outros territórios mais sensíveis e corporificados.

Pixo e território

O Experimento 3 investiga a pixação, ou pixo (figura 4), que se faz por tags e siglas com nomes de crews ou grupos, e apresentam uma grafia estilizada, apreendida por muitos como poluição e sujeira, mas que mantém uma leitura clara por parte dos seus agentes, os pixadores. Por constituir um lugar comum para alguns e hostilizado para outros, adotou-se a noção de "território" (AGAMBEN, 2007) para o agenciamento com o experimento.

Dentre as intervenções urbanas investigadas, o pixo se revelou como aquela que gera maiores controvérsias de opinião pela população, poder público e imprensa, vista como poluição, vandalismo, ato transgressor e rebeldia. Manifestam-se sem autorização, com spray ou rolo de tinta, geralmente, na calada da noite, em movimentos rápidos (as saídas são denominadas pelos pixadores de "rolê"), quase imperceptíveis. E assim, a sociedade contemporânea passou a demonizar o pixador e a pixação, em favor às fachadas brancas, lisas, intocadas; reflexos de uma sociedade do espetáculo, pouco atenta aos processos catastróficos que

a dinâmica capital do consumo, do individualismo e do poder na mão de poucos passou a constituir, os incluídos e os excluídos sociais.



Figura 4
 Pixo. Zona do Porto, Pelotas/RS
 Fonte: do autor, 2015

Como que um processo de inconsciência, de neutralidade, estivesse instaurado, acerca do papel de cada um, no regime das práticas sociais estabelecidas no cenário urbano. É evidente, que num país “democrático” como o Brasil, o cidadão tem direito sobre o seu muro branco, por outro lado, a pixação também é reflexo dessa democracia “para poucos”. Ironias da vida contemporânea. Nesse sentido, o pixo se mostra como uma marca pelo direito à cidade, uma assinatura à exclusão social e territorial.

O território é o próprio do cotidiano, onde a vida se passa e por ali se passa o que se vive. Num movimento de profanação (AGAMBEN, 2007) do espaço a partir do novo uso ali inventado. Assim se fazem os pixos pela cidade de Pelotas, profanam o espaço sagrado, gritam, fazem ouvir as vozes por trás das marcas, siglas e TAGs, marcam o território, criam outros territórios e

afirmam as diferenças. Profanar, para Agamben, não implica abolir as separações, “mas aprender a fazer delas um uso novo, a brincar com elas” (AGAMBEN, 2007, p.75).

A cena do movimento da pixação em Pelotas difere daquela expressada nos planos verticais da cidade de São Paulo, principalmente no que tange as “escaladas”, prática de escalar prédios marcando os topos mais altos da cidade. Noutros aspectos, se assemelham, visto que, os pixadores têm a mesma intenção de popularidade, prestígio e reconhecimento, espalhando seus símbolos. Eles são, em sua maioria, jovens de bairros da periferia e buscam pixar na maior quantidade de lugares, em pontos de maior destaque, pois isso representa mais status dentro do circuito dos pixadores.

O circuito criado pelo movimento do pixo na cidade se relaciona também à prática do skate e do hip hop, e remetem a uma “cultura da rua” com um estilo de se portar e vestir comum entre eles. A adrenalina é a principal motivação para a prática, somada ao caráter contestatório de reagir à vida em sociedade, e às dinâmicas de exclusão. Por outro lado, esta é também uma maneira de justificar suas ações, por se afirmarem como protesto, a atividade passa a estabelecer mais sentido à população. A efemeridade da intervenção do pixo é mais corriqueira do que a percebida no movimento do *graffiti*, assim como a questão da repressão policial. Muitas residências investem em repintar as fachadas pixadas, uma, duas, três vezes, até que um dos dois vence, pixador ou morador.

Na zona mapeada, a pixação concentra-se principalmente na área universitária, sobre residências e comércios, e vai dispersando em direção ao centro. Sobre as edificações abandonadas a prática se intensifica. É incrível acompanhar o processo de uma residência que é esvaziada e abandonada, suas aberturas são lacradas com tijolos, a noite passa e ao amanhecer suas fachadas estão cobertas de tinta com siglas, TAGs, crews, como se o abandono desse sentido a uma nova apropriação, da rua, do gueto.

Controvérsias, visto que, a especulação imobiliária crescente investe em imóveis fechados, que ali aguardam para serem derrubados em favor do erguimento de edifícios em altura. No entanto, enquanto o empreendedor volta a sua atenção às finanças, as fachadas sem vida, sem olhos pras ruas, abandonadas e lacradas, acarretam insegurança aos transeuntes, que passam a circular por ruas esvaziadas de vida. Assim,

novos usos se dão. Os pixadores se apropriam dos abandonos a fim de marcar seus territórios.

A não compreensão e o aspecto de sujeira talvez se deem pela forma com que se expressam, através de símbolos e grafias estilizadas não comuns à linguagem falada, por siglas e tipografias criadas especificamente para o pixo. O TAG RETO é o estilo mais comum de grafia, faz uso de traços retos ou angulosos, e se referem, quase sempre, à denominação de um grupo de jovens ou ao apelido de um pixador individual. Em Pelotas percebeu-se também presença do WILD STYLE, um estilo de letras com flechas e torna mais difícil a leitura. Trata-se de um movimento da minoria, de quem está às margens. Uma ação que resiste à opinião da população, da mídia e do poder público, que se faz por necessidade de expressão, demarcação de território, de apropriação do espaço público. Um ato político, de reivindicação.

O pixo profana os planos da cidade espetáculo, afirmando as diferenças e os desejos de uma parte da população excluída do poder de decisão. As periferias funcionam como que se fossem outras cidades, ao redor da cidade formal, assim são vistas por parte da sociedade, urbanizada e central. Então, como uma tentativa de reconquista, do direito ao território urbano, o pixo se manifesta de forma cada vez mais intensa pelos planos de Pelotas. Constituindo um território mais híbrido, mesclado entre formalidades e informalidades, sem autorização prévia, sem planejamento, a partir de um movimento de reapropriação do ambiente público, que é de todos.

Através do corpo do pixador, o pixo deixa marcas físicas, pintadas com tinta, deflagrando as marcas sociais da realidade construída e experimentada na contemporaneidade. Utilizam, principalmente, da noite para penetrar a cidade, e, assim, desviam dos obstáculos maquímicos numa forma criativa de resistência. Transgridem a fronteira, habitam as dobras, operando num sentido de reconquista e abertura do território.

Considerações

A arte e as escritas urbanas - impressas em forma de *graffiti*, *escritos* e pixo - têm a capacidade de criar novos territórios na cena urbana da cidade de Pelotas, a fim de que sejam experimentados pelo corpo contemporâneo através de seus sentidos. Assim, o espaço urbano vai se reinventando em territórios híbridos, se reativando através da arte, das escritas e do uso da cidade pelas pessoas, numa construção emergente de

urbanidade. A cidade vai se tornando um lugar para as pessoas, menos cinza e dura, numa reinvenção do cenário, mais sensível, colorido, artístico e corporificado.

Tratam-se de discursos da urbe, de arte e de escritas urbanas, elementos de linguagem e manifestação da vida pública, inscritos pelas ruas em fachadas, muros, tapumes, equipamentos urbanos, lugares abandonados, espaços públicos e/ou privados. Elementos visuais, poéticas da vida urbana, que se constituem e vão constituindo territórios e realidades, ao mesmo tempo em que vão se transformando, se potencializando e dando passagem a outras criações, outras realidades da vida que se faz cotidianamente nesta contemporaneidade.

São intervenções que vazam a estrutura urbana estabelecida, deflagram as desimportâncias urbanísticas, o que o projeto urbano deixou para trás, que produzem cidades cada vez mais descorporificadas nessa contemporaneidade, e passa a reconfigurar essa paisagem, através da tinta e do spray. Por meio de palavras, ideias, mensagens e marcas, expandem e ocupam o território, desenhando e criando uma outra cidade contida nela própria.

As marcas escritas e pintadas enriquecem a experiência pelas ruas e desvelam as singularidades desse lugar que se faz cotidianamente, chamado Pelotas.

Se descobre, através das marcas deixadas pelas escritas, uma Pelotas desejanse de afeto, de arte e de cultura, e ainda, de políticas públicas, de educação para todos. Uma cidade que almeja a convivência entre as diferenças, que acredita na voz da rua como forma de luta, que grita FORA TEMER, e que grita "passarinhos criados em gaiolas acreditam que voar é uma doença". São escritos que deflagram o analfabetismo social e político, os modos de subjetivação implantados pela mídia e pelas máquinas de controle social. E assim, transformam os muros da cidade de Pelotas em uma grande mídia às avessas, que revela as verdades contemporâneas, profanam o espaço público sacralizado, numa tentativa de devolver a consciência acerca dessa cidade quase esquecida.

Uma Pelotas da burguesia e do turismo, que cada vez mais se encerra em loteamentos fechados, que fecha os olhos aos problemas sociais, à violência crescente, ao abandono de seu patrimônio material e cultural. Uma cidade que tem como principal economia o comércio, alimentada por estudantes advindos de todos os cantos do Brasil e que circulam, basicamente, a pé,

pelas ruas, numa experiência ativa pelo espaço urbano. Dessa forma, culturas vão se entrelaçando, desejos se agenciando, e uma nova Pelotas vai se construindo por esses novos agentes sociais, que vem e vão, deixando suas marcas, constituindo territórios e desterritórios. As escritas dialogam com esse cenário, se fazem também na incerteza, mas por um desejo de comunicação, de voz do corpo e da cidade.

São frases de luta, de protesto, de corpos que desejam uma outra sociedade, uma outra cidade. E assim, Pelotas vai falando, através de seus escritores, que "temos a arte pra não morrer da verdade", pra "não acomodar com o que incomoda", que o que importa é "nem ganhar, nem perder, mas procurar evoluir", que "o pacifismo protege o Estado" e que "o amor só dura em liberdade". Ela mostra que o território é formado pelo centro e pela periferia, que o "protesto" é uma forma de luta, manifestos pelas TAGS e pelo pixo, e assim, desfazem a fronteira estabelecida entre os ricos e os pobres, se espalham e se multiplicam por uma necessidade de direito ao território dessa Pelotas.

As manifestações do pixo levantam a questão da propriedade, da cidade espetacularizada e cartão-postal, revelam uma sociedade da violência, que por um lado não aceita a violência, mas que é reflexo de um estado da violência.

Os corpos que gritam são corpos de excluídos, jogados às periferias, ou ainda, corpos estudantes, formadores do pensamento social contemporâneo, pensamentos do futuro, há ainda aqueles corpos artistas que traduzem pelos planos, através do spray e da cor, fragmentos de seus estudos diários, de suas criações. Todos eles, corpos criativos, corpos prontos pra lutar, contra o sistema operante, contra as ausências institucionais, contra os modelos subjetivos prontos e midiáticos. Corpos que vivem a cidade no seu dia-a-dia, que produzem essa cidade com os pés, com as mãos, com o pensamento crítico e que vão deixando suas vozes marcadas pelas paredes de uma arquitetura histórica pelotense que necessita dialogar, mais do que nunca, com esse tempo contemporâneo.

Funcionam, assim, como instrumentos alternativos de enfrentamento aos regulamentos formais, ocupando a cidade, investindo ali novos usos, a fim de pertencê-la, como agentes sociais. Chamam à experiência com a multiplicidade, os interagenciamentos, a singularidade e a diferença. Assim, reinventam a sensibilidade urbana e as subjetividades implicadas nos corpos que vivem e experimentam o meio urbano.

Fatos urbanos, que implicam experimentar a cidade através de um andar crítico e experimental. Por vezes colorindo através de desenhos e marcas do *graffiti*, outras vezes palavras, *escritos*, que ao serem assimiladas pelos indivíduos passam a estabelecer uma relação com seus pensamentos, hábitos e questionamentos acerca da própria vida do corpo que ali percorre e da sua relação social com a cidade em que se insere e habita. E ainda, o pixo, gerador de tanta controvérsia e disputa, por um direito à cidade.

O tema das intervenções urbanas gera múltiplos e contraditórios pontos de vista, que revelam o conflito social frente ao uso do espaço público e afirmam a convivência da diferença na cidade. Como discursos urbanos propõem uma narrativa contemporânea e uma transformação processual da cidade e da realidade, relendo o cotidiano através de uma prática que se faz estética, política e efêmera. Como intervenções políticas, as escritas urbanas enunciam sentidos, pensamentos, palavras de ordem contra a publicidade barata e capital, marcas sensíveis de uma época contemporânea, que tratam e levantam questões latentes de âmbito social e cultural, apostando em outras possibilidades de uso, de comunicação e de leitura na/da cidade.

Seja em forma de arte, invenções anônimas, apenas o nome inscrito, ou ainda, um conjunto de desenhos, anonimatos e nomeações, as escritas urbanas se fazem na incerteza da duração, do olhar, do apagamento, da resistência e dos significados que causarão. Mas, funcionam como instrumentos sociais que questionam os territórios, as regulamentações impostas ao espaço, à estrutura e à imagem da cidade, contribuindo na leitura e numa construção mais sensível do espaço público e urbano nessa contemporaneidade.

São iniciativas de apropriação do espaço, de planejamento e urbanidade, que contribuem na leitura e na percepção da cidade, ativando fachadas, ruas e a experiência dos corpos. Assim funciona a prática das escritas urbanas sobre as peles da cidade de Pelotas, como ações sociais, micropolíticas, que estimulam a construção de novos sentidos existenciais nos indivíduos, fomentando o questionamento acerca dos consensos estabelecidos e deixando à mostra as tensões e os conflitos existentes no espaço público.

Em uma sociedade contemporânea marcada pelo capitalismo e pela individualidade, e onde cada vez mais os muros fechados encerram a cidade, distanciando as pessoas. os resultados são a insegurança pública

e o empobrecimento da experiência corporal na cidade. No entanto, o importante não é lamentar a perda, mas criar alternativas que chamem à interação social, à participação efetiva na criação das cidades e à prática dos espaços urbanos.

Então, a favor do enriquecimento da experiência, o encontro entre escrita, corpo e cidade passa a favorecer a experiência corporal pelo cenário urbano e a ativar o pensamento questionador, estimulando o ser contemporâneo à criação de outras realidades, outros territórios mais sensíveis e corporificados. Num sentido de reapropriação do espaço público e urbano.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *Profanações*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia*. Vol. 1. São Paulo: Editora!34, 1995.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia*. Vol. 5. São Paulo: Editora!34, 1997.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia*. Vol. 1. São Paulo: Editora!34, 1995.
- DELEUZE, Gilles. *O abecedário de Gilles Deleuze*. Entrevista com G. Deleuze. Editoração: Brasil, Ministério da Educação, TV Escola, 2001. Paris: Éditions Montparnasse, 1997, VHS, 459min.
- DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. *Diálogos*. Trad. Eloisa Araújo Ribeiro, São Paulo: Escuta, 1998.
- ESPINOZA, Benedictus de. *Ética*. Trad. Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007[1677].
- FUGANTI, Luiz. *Agenciamento*. 2010. Disponível em: <<http://www.luizfuganti.com.br/escritos/textos/74-agenciamento>>. Acesso em março de 2015.
- GITAHY, C. *O que é graffiti*. Coleção primeiros passos. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- GUATTARI, Félix. *As três ecologias*. Trad. Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas: Papyrus, 1990.
- GUATTARI, Félix. *Caosmose: Um novo paradigma estético*. Trad. Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Ed. 34, 1992.
- JACQUES, Paola Berenstein; BRITO, Fabiana Dultra. Corpografias urbanas: relações entre o corpo e a cidade. In: LIMA, Evelyn F. Werneck (org.). *Espaço e teatro: do edifício teatral à cidade como palco*. Rio de Janeiro: 7letras, 2008.
- JACQUES, Paola Berenstein, Zonas de tensão: em busca de micro-resistências urbanas. In: *Livro Corpocidade: debates, ações e articulações* / org. Paola Berenstein Jacques, Fabiana Dultra Britto. Salvador: EDUFBA, 2010.

JACQUES, Paola Berenstein; BRITO, Fabiana Dultra. CORPO & CIDADE: Coimplicações em processo. In: *Revista da Universidade Federal de Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG, v.19, nº 1 e 2, p. 142–155, Jan-Dez/2012.

KASTRUP, Virgínia; PASSOS, Eduardo; ESCÓSSIA, Liliana. (orgs). *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2010.

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. In: *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, nº 19, p. 20-28, Jan-Abr/2002.

LASSALA, Gustavo. *Pichação não é pixação: uma introdução à análise de expressões gráficas urbanas*. São Paulo: Altamira Editorial, 2010.

MAGALHÃES, Sérgio Ferraz. *A cidade na Incerteza: Ruptura e continuidade em urbanismo*. Rio de Janeiro: Ed. PROURB, 2007.

MAGNAVITA, Pasqualino Romano. Cidade, cultura, corpo e experiência. In: *Revista Redobra*. Salvador: Cian Gráfica e Editora Ltda, v. 10 p.27-32. Out./2012.

RAMOS, Célia Maria A. *Grafite, pichação & Cia*. São Paulo: Annablume, 1994.

RINK, Anita. *Graffiti: Intervenção urbana e arte*. Curitiba: Appris, 2013.

ROLNIK, Suely. *Cartografia Sentimental, Transformações contemporâneas do desejo*. São Paulo: Estação Liberdade, 2011[1989].

SECCHI, Bernardo. *Primeira Lição de Urbanismo*. São Paulo: Perspectiva, 2006.

Entre o projeto e o cotidiano – O caso Guajuviras

William Mog

William Mog é Arquiteto e urbanista; Mestrando acadêmico no PROPUR/UFRGS; williammog@hotmail.com

Resumo

Entre o projeto do Conjunto Habitacional Guajuviras concebido em função de uma política habitacional e o cotidiano vivido dos seus moradores em função das sucessivas ocupações e apropriações no tempo há uma história repleta de conflitos e tensões. Este artigo objetiva resgatar tal história enfatizando os contrastes existentes dentro deste conjunto produzido e implantado em Canoas/RS entre as décadas de 1970 e 1980 a partir da Companhia de Habitação (COHAB) local e do Banco Nacional da Habitação (BNH) e ocupado irregularmente no dia 17 de Abril de 1987. Tal situação se repetiu em outros casos na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) e é decorrente do choque entre as ações estratégicas de quem concebe o projeto a partir de uma política e as ações táticas de quem vive o cotidiano do lugar. Esta relação se manifesta no espaço percebido das práticas gerando continuidades e descontinuidades que repercutem no dia-a-dia das pessoas. Hoje o que se observa no "Guaju" como é popularmente conhecido é um mosaico de territórios distintos que ora se aproximam e ora se afastam em função das dinâmicas cotidianas desenvolvidas pelos moradores.

Palavras-chave: projeto, política, cotidiano.

Abstract

Between the Guajuviras Housing Complex project designed due to a housing policy and the daily living of its residents due to the successive occupations and appropriations in time there is a history full of conflicts and tensions. This article aims to rescue this story emphasizing the contrasts within this housing produced and deployed in Canoas/RS between the 1970s and 1980s from the Companhia de Habitação (COHAB) site and the Banco Nacional da Habitação (BNH) and occupied illegally in 17 April 1987. This situation was repeated in other cases in the Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) and is due to the clash between the strategic actions of those who conceived the project from a policy and tactics who shares the lives place everyday. This relationship is manifested in space perceived practices generating continuities and discontinuities that have an impact on the day-to-day lives. Today what is observed in "Guaju" as it is popularly known is a mosaic of different territories now approach and now turn away due to the daily dynamics developed by the locals.

Keywords: project, policy, daily.

Resumen

Entre el proyecto del Complejo de Vivienda Guajuviras diseñado debido a la política de vivienda y la vida diaria de sus habitantes debido a las sucesivas ocupaciones y apropiaciones en el tiempo hay una historia llena de conflictos y tensiones. Este artículo tiene como objetivo rescatar esta historia haciendo hincapié en los contrastes dentro de este complejo producido y implantado en Canoas/RS entre los años 1970 y 1980 en función de la Companhia de Habitação (COHAB) local y del Banco Nacional da Habitação (BNH) y ocupado ilegalmente en 17 de abril de 1987. Esta situación se repitió en otros casos en la Região Metropolitana de Porto

Alegre (RMPA) y se debe al choque entre las acciones estratégicas de los que concibieron el proyecto a partir de una política y las acciones tácticas de los que viven el cotidiano del lugar. Esta relación se manifiesta en el espacio percibido de las prácticas generando continuidades y discontinuidades que tienen un impacto en la vida del día a día. Hoy en día lo que se observa en "Guaju" como se le conoce popularmente es un mosaico de diferentes territorios que ahora se acercan y ahora se alejan, debido a las dinámicas diarias desarrolladas por los locales.

Palabras-clave: *proyecto, política, cotidiano.*

Introdução

O presente artigo objetiva problematizar a relação entre o projeto habitacional oriundo de uma política habitacional e o cotidiano local oriundo de um processo de ocupação destacando o grau de correspondência existente entre ambos. Para tal pretende-se trabalhar com um conjunto habitacional produzido no período correspondente as décadas de 1970 e 1980 na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA). Este conjunto intitulado Guajuviras e localizado em uma região periférica do município de Canoas/RS é analisado aqui em função de três tópicos complementares. Cada tópico apresenta inicialmente uma base teórica. No primeiro são abordados os atores entre o projeto e o cotidiano com base em Lefebvre (1991), no segundo as ações destes atores durante o processo de consolidação histórica com base em Certeau (2014) e o terceiro as repercussões cotidianas deste processo com base em Lefebvre (2001).

No primeiro tópico, enfatiza-se a relação conflitante e desarticulada entre os atores hegemônicos do espaço concebido e os atores cotidianos do espaço vivido na produção habitacional do período da Ditadura Militar no Brasil. O primeiro grupo está representado pelo Banco Nacional da Habitação (BNH), pelo Grupo Executivo da Região Metropolitana (GERM) e pelas Companhias Habitacionais (COHABs) enquanto o segundo é formado pelos habitantes que vivem o dia-a-dia. O primeiro grupo concebe o espaço a partir de políticas, planos e projetos respectivamente, já o segundo vive este espaço ao ocupá-lo no cotidiano.

Já no segundo tópico, objetiva-se problematizar tal relação entre os atores em função das suas ações dentro do processo histórico de constituição do caso estudado. Enquanto os atores hegemônicos desenvolvem ações de cunho estratégico e impositivo vinculadas ao espaço concebido, os atores cotidianos reagem contra estas a partir de ações de caráter tático

e adaptativo que reinventam o concebido em função do espaço vivido. Este choque vai acontecer no tempo de diferentes formas produzindo resultados espaciais antagônicos entre si.

E, por último, no terceiro tópico, evidencia-se o resultado espacial no cotidiano a partir da reconstrução história. Aqui o foco está nas questões estruturais, formais e funcionais durante a passagem entre o projeto oriundo de uma política e o cotidiano oriundo das ocupações sucessivas. Neste processo, entende-se que a maneira como o espaço concebido do projeto se transforma em função do espaço vivido do cotidiano varia entre relações de continuidade e de descontinuidade verificável a partir do indicador estrutura-forma-função.

Quem conheceu o Conjunto Habitacional Guajuviras antes da ocupação e o visita hoje vivencia um choque de realidade, pois do projeto original só resta alguns poucos traços que disputam espaço com as mudanças impactantes propostas pelos próprios moradores ao longo do tempo. Entende-se aqui que as soluções encontradas pelas pessoas merecem ser valorizadas porque correspondem as verdadeiras necessidades do dia-a-dia que um espaço urbano de qualidade deve atender ao contrário de soluções estereotipadas oriundas de programas padronizadores. Portanto, o artigo pretende enfatizar este processo de ocupação e mutação do espaço e suas repercussões no âmbito do cotidiano com a intenção de questionar as diretrizes do projeto enquanto materialização de uma política habitacional.

Entre os atores hegemônicos e cotidianos

A produção do espaço está baseada no confronto entre o ator que concebe o espaço no âmbito do projeto e o ator que vive tal espaço no âmbito do cotidiano. Para Lefebvre (1991), enquanto o espaço concebido é a representação do espaço, o espaço vivido é o espaço das representações. Estes se interpenetram no âmbito do espaço percebido que é o espaço das práticas. Esta tríade concebido-vivido-percebido, portanto, estrutura as relações espaciais durante as transformações proposta pelo choque entre atores com interesses distintos. Estas questões teóricas se materializam na produção habitacional no Brasil durante do período do BNH enfatizada a seguir.

A produção do espaço habitacional no Brasil e por extensão na Região Metropolitana de Porto Alegre

(RMPA) durante as décadas de 1970 e 1980 foi marcada pelo Regime Militar e por uma forte política impositiva e controladora que abrangia todo o território nacional brasileiro. Tal política vinculada a este período militar apresentava vários setores responsáveis pela sua manutenção e sustentação como o setor de produção habitacional. Foi uma época em que se produziu uma série de conjuntos habitacionais para atender a uma demanda populacional crescente, mas, sobretudo, para ativar a economia através do mercado imobiliário.

No âmbito nacional, o modelo de política habitacional desenvolvido durante a ditadura militar apresentava pesada intervenção governamental no processo de provisão habitacional. Para Arretche (1990, p:23), esta área foi um dos setores privilegiados de atuação do regime que se tornou viável através da criação de uma agência estatal intitulada Banco Nacional da Habitação (BNH) que centralizou as atividades estatais do setor entre 1964 e 1986.

A criação do BNH significou a concentração-centralização do processo de produção habitacional juntamente com a eliminação ou reestruturação dos órgãos que não favoreceram este panorama (PEREIRA, 1982, p:26). A intervenção governamental da época deu origem a um mercado da casa própria dividido em dois setores: o setor de renda média e alta e o setor de baixa renda. O primeiro foi objeto dos agentes privados que tiveram as suas atividades regulamentadas pelo Estado através da figura do BNH enquanto o segundo foi operado pelas agências estatais promotoras em associação com empresas privadas de construção (ARRETCHE, 1990, p:23).

Dentro do contexto do Rio Grande do Sul e mais especificamente na RMPA, o Grupo Executivo da Região Metropolitana (GERM) representou os atores que determinaram e planejaram a mesma. No início da década de 1970, foi aprovado o Plano de Desenvolvimento Metropolitano (PDM) para a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) em função de uma parceria entre Brasil e Alemanha. O plano surge através de um grupo de trabalho misto, de composição teuto-brasileira, em que as responsabilidades técnicas e financeiras eram compartilhadas em função de uma direção bilateral. Este documento representava uma regularização e organização para o crescimento urbano da RMPA considerando os seguintes aspectos: indústria, habitação, recreação, transporte coletivo, saneamento, entre outros. Buscava-se a implantação de medidas e recursos para o desenvolvimento equilibrado e integrado de

uma área resultante de um processo histórico de urbanização em espaço reduzido. Tal área apresentava um grande crescimento populacional e um potencial econômico tendo como centro principal Porto Alegre, a capital do Rio Grande do Sul (GERM, 1973).

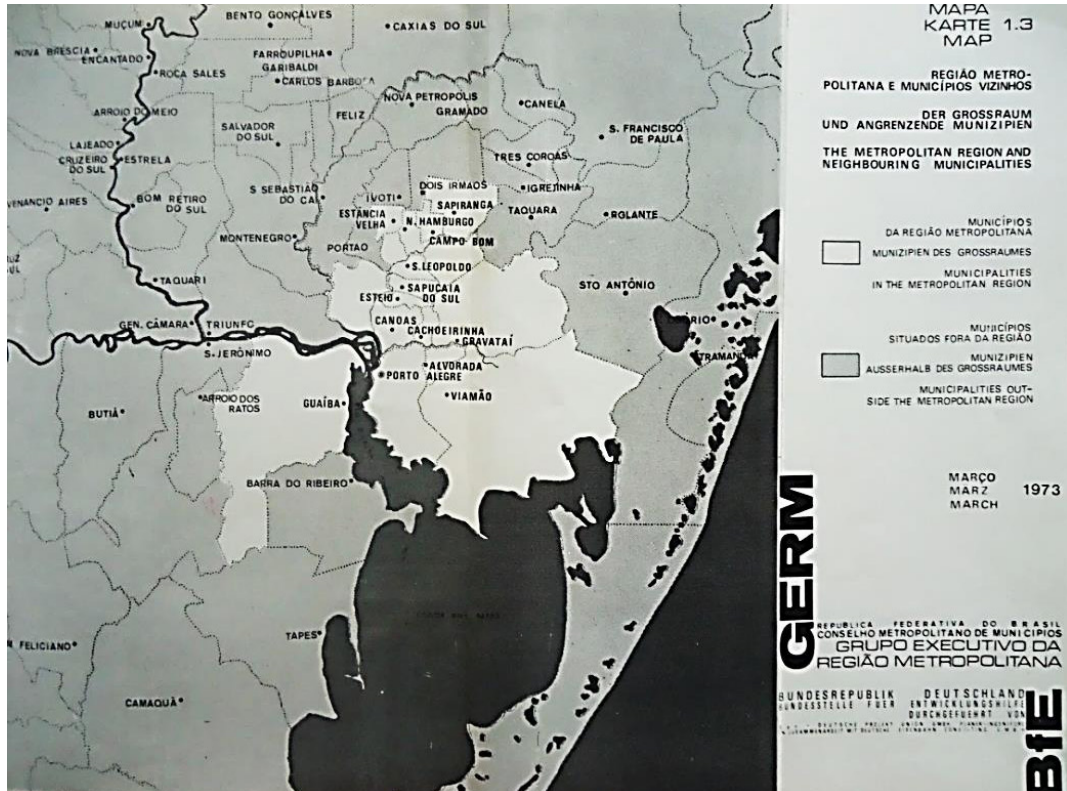


Figura 1
Mapa dos primeiros 14 municípios integrantes da RMPA.
Fonte: GERM, 1973

A região constituída de quatorze municípios foi definida utilizando-se critérios como a continuidade de espaços urbanos, os fluxos de transporte de passageiros e as funções exercidas por cada um dos centros urbanos periféricos ao espaço da capital (GERM, 1973, p:3). Os municípios presentes na composição original da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) foram os seguintes: Alvorada, Cachoeirinha, Campo Bom, Canoas, Estância Velha, Esteio, Gravataí, Guaíba, Novo Hamburgo, Porto Alegre, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia do Sul e Viamão como mostra a imagem anterior (Figura 01).

Com base nesta configuração inicial e após extenso diagnóstico e adoção do *Modelo Espacial Lowry*, foram propostas nove alternativas para a estruturação da RMPA que relacionavam áreas residenciais e locais de trabalho (GERM, 1973, p:49). Dentre estas, a escolhida foi a terceira alternativa (Figura 02). Esta tinha como objetivo uma distribuição dos centros ao longo

dos dois eixos viários que cruzavam a RMPA (BR-116 e BR-290) visando um melhor abastecimento de áreas internas e de extensas áreas agrícolas através de reduzido número de centralidades (GERM,1973, p:89).

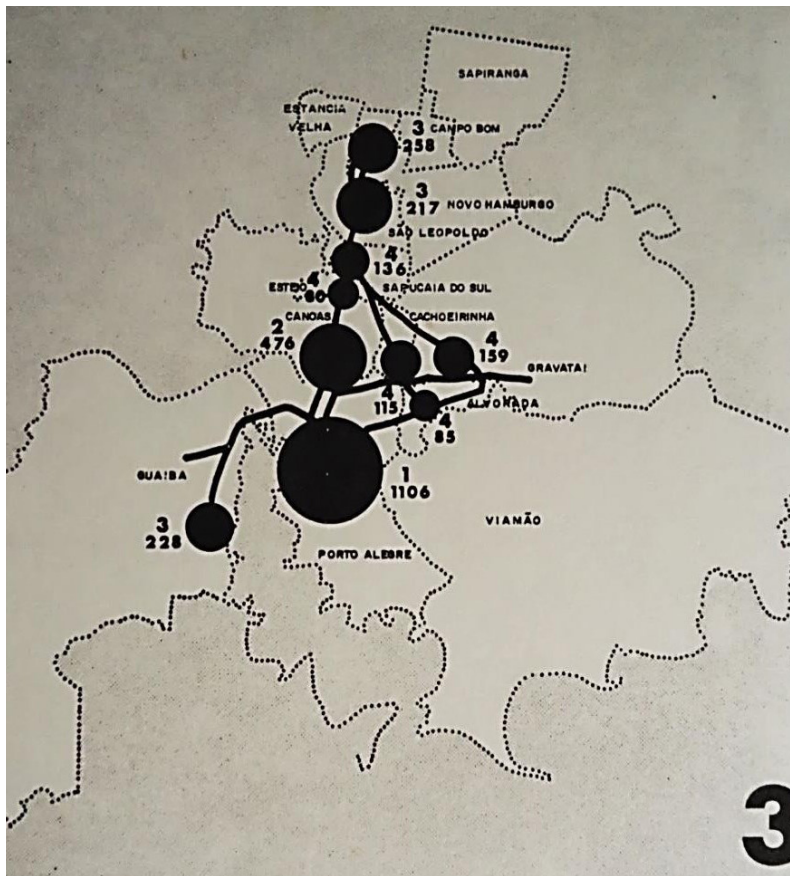


Figura 2
Alternativa escolhida para organizar o crescimento da RMPA.
Fonte: GERM, 1973

As diretrizes do BNH juntamente com as do PDM foram responsáveis pela ordenação do processo de produção habitacional na RMPA que se materializou em função dos agentes promotores públicos e privados. Entre estes últimos se destaca a figura das Companhias de Habitação (COHABs) do lado público e a das empresas de construção do lado privado. O Estado no período entre 1964 e 1986 em função do papel desenvolvido pelo BNH apresentava forte participação na geração de programas e projetos habitacionais de interesse social. Dentro desta participação, as COHABs eram designadas pelo banco como os agentes promotores da produção de habitação para baixa renda. Pensadas como sociedades de economia mista, estas companhias atuavam entre o âmbito municipal e o estadual. Atendiam a faixa de produção habitacional que não interessava ao setor privado ocupado com os setores de média e alta renda apesar dos conjuntos habitacionais serem edificados através de empresas privadas contratadas (ARRETCHE, 1990, p:28).

Uma série de conjuntos habitacionais foi produzida a partir deste modelo de cunho hegemônico e dominante na RMPA a partir da iniciativa privada e do setor público com ênfase para os produzidos e implantados pela COHAB entre o final da década de 1970 e o início da década de 1980 como mostra a imagem na Figura 03. Fica evidente em função do mapa da imagem a existência de um maior número de projetos oriundos da iniciativa privada do que do setor público demonstrando a precariedade do sistema habitacional no atendimento da faixa de baixa renda. Portanto, os conjuntos produzidos pela COHAB na RMPA não são a maioria com destaque para o Conjunto Habitacional Guajuviras em Canoas/RS analisado aqui e marcado em vermelho no mapa como o empreendimento público de maior extensão territorial.

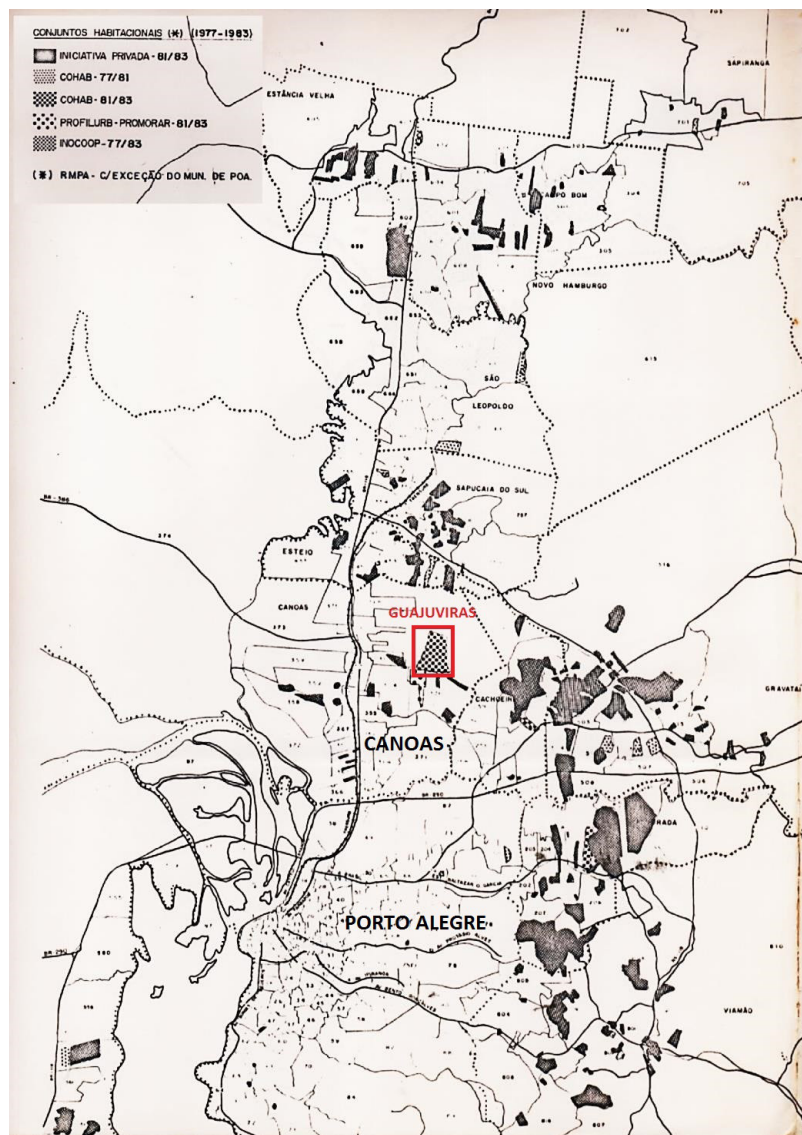


Figura 3
Relação dos conjuntos projetados na RMPA entre 1977 e 1983.
Fonte: Almeida, 1989

Apesar da diferença no que diz respeito à forma de envolvimento das agências no processo de produção e distribuição habitacional nos dois setores citados, a lógica para ambos era a da empresa privada. A produtividade era o foco destas duas formas de produção habitacional que negligenciavam as diferentes realidades locais. Tanto as COHABs como as empresas privadas baseavam a produção nos moldes da habitação industrializada. Logo, a consequência deste procedimento foi uma produção do espaço urbano descolada do morador efetivo que era desconsiderado durante o processo produtivo, pois este era organizado na forma de uma empresa capitalista de produção (DEBIAGI, 1981).

Grandes contingentes populacionais foram tratados como uma demanda numérica que precisava ser armazenada em algum local. Tal modelo de produção simbolizou, portanto, o cenário nacional e o cenário metropolitano da RMPA. Segundo Arretche (1990, p:28), apesar da significativa importância do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) na produção habitacional, se entende que tal sistema foi incapaz de atender as necessidades habitacionais da população brasileira. Além disso, quem sofreu mais com esta conjuntura foi a população de baixa renda que ao longo do tempo buscou na autoconstrução, no favelamento e em algumas formas associativas a solução para os seus problemas e necessidades habitacionais. Esta população corresponde aqui aos atores cotidianos que atuam no âmbito do espaço vivido procurando adaptar o espaço concebido por projetos defasados e inacabados de algumas COHABs.

Dentro deste panorama, a questão que se apresenta é de que forma estas pessoas superaram tais problemas transformando o espaço? Objetiva-se compreender como estes diferentes atores se manifestaram e se interpenetraram no espaço percebido em função do choque entre as ações estratégicas das instituições citadas e as ações táticas dos moradores. Para tal, enfatiza-se o processo histórico do Conjunto Habitacional Guajuviras.

Entre a história e os conflitos

A história construída entre o projeto do espaço concebido e o cotidiano do espaço vivido é ilustrada pelo choque entre as ações dos atores citados anteriormente. Para Certeau (2014), enquanto que as ações estratégicas produzem um espaço impositivo e controlador, as ações táticas propõem a reinvenção deste ao estabelecer uma nova produção ou uma trans-

formação silenciosa e astuciosa. Portanto, a relação entre os atores que concebem o projeto e os atores que vivem o cotidiano está permeada por este confronto entre estratégias e táticas que se manifestam no espaço percebido das práticas. Esta problemática teórica ganha materialidade no contexto histórico de consolidação de conjuntos habitacionais como o Guajuviras destacado a seguir.

O processo de construção do Conjunto Habitacional Ildo Meneghetti conhecido popularmente como Guajuviras inicia em 1974 com o Pré-plano de Utilização do Conjunto Habitacional Guajuviras. Tal documento foi desenvolvido pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul conforme o Plano Estadual de Habitação (PLANHAP/RS). A partir das diretrizes instituídas pelo GERM, foi adquirida uma gleba pelo Governo do Estado chamada Fazenda Guajuviras que passou por uma série de estudos preliminares visando a implantação do conjunto habitacional (PELLEGRINI, 1974). No ano seguinte em continuidade ao Pré-plano de Utilização do Conjunto Habitacional Guajuviras, foi criado o Anteprojeto da Unidade de Vizinhança nº 1 Oeste pela equipe técnica coordenada pelo arquiteto Sergio Pellegrini (PELLEGRINI, 1975).

Após três anos correspondentes ao desenvolvimento do projeto a ser implantado no território da antiga Fazenda Guajuviras, em 1978 a COHAB entra na prefeitura de Canoas/RS com o projeto de construção do Conjunto Habitacional Ildo Meneghetti (O TIMONEIRO, 5 jun. 1992). Segundo Penna (1998, p:14), no ano seguinte, o projeto foi aprovado para execução com base na Lei de Parcelamento do Solo (Lei nº6766/79, artigo 18). A implantação correspondia a uma área de 262,83 hectares dividida em seis setores habitacionais. Cada setor apresentava uma parcela residencial loteada e uma parcela de áreas verdes responsáveis pela conexão entre os setores (Figura 04).

No que diz respeito às tipologias habitacionais, estas eram de dois tipos: habitações unifamiliares (casas térreas) e habitações multifamiliares (blocos de apartamentos). A primeira tipologia contava com 4222 unidades distribuídas no interior dos setores habitacionais e a segunda com 1888 unidades distribuídas em blocos de apartamento ao longo da avenida sinuosa central (Figura 04). A construção destas tipologias iniciou e prosseguiu ao longo da década de 1980. Contudo, o processo de implantação do conjunto foi agravado em 1986 quando o BNH é extinto pelo governo do presidente José Sarney (DIÁRIO DE CANOAS, 18 abr. 1998). Tal problemática resultou no abandono

das obras do Guajuviras pela COHAB em 1987 devido à extinção do BNH um ano antes e à falência de duas das quatro empresas ligadas a construção do local (DIÁRIO DE CANOAS, 4 jan. 1996; DIÁRIO DE CANOAS, 18 abr. 1998).



Figura 4
Implantação original datada de 1979 do Conjunto Habitacional Guajuviras.
Fonte: COHAB/RS, 1997

Os prédios inacabados e abandonados começaram a sofrer estruturalmente com a parada das obras em 1987 como mostra a Figura 05. Algo precisava ser feito para que todo o investimento no local não fosse perdido em função dos problemas na execução do conjunto. A solução partiu do povo que insatisfeito com a situação ocupou as unidades habitacionais inacabadas irregularmente, mas de forma planejada neste mesmo ano, no dia 17 de abril (PENNA, 1998, p:16).



Figura 5
Imagem da obra inacabada.
Fonte: Biblioteca da Escola Municipal de 1º Grau Guajuviras

Após a ocupação, foi criada a Comissão de Ocupação Conjunto Habitacional Guajuviras e a Associação de Moradores do Conjunto Residencial Guajuviras e todo um sistema de articulação e representação (PENNA, 1998, p:44; ZACHER, 2003, pp:30-31). Estes dois grupos tiveram um papel fundamental de informar e organizar os moradores que ocuparam o conjunto abandonado no que diz respeito aos seus direitos (Figura 06).

COMISSÃO DE OCUPAÇÃO CONJUNTO HABITACIONAL GUAJUVIRAS

DIREITO A MORADIA

SEM VIOLÊNCIA

A Comissão de ocupantes do Conjunto Habitacional Guajuviras, convida a população em geral para a 1ª Missa Campal, que se realizará dia 25.04.1987, às 9 horas, sábado, dentro do Conjunto Habitacional.

DIREITO A MORADIA É UM DEVER DO ESTADO

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO RESIDENCIAL GUAJUVIRAS

Informativo nº 01

COMPANHEIROS:

Você sabe o que é uma Associação de Moradores, como funciona e o que busca?

- Não! Então preste atenção. A Associação é a união de todos os moradores em busca de conquistar o seu bem-estar. É a voz do povo perante as pessoas que manipulam o poder, ou seja, as "autoridades", que tem a obrigação de nos dar condições dignas de habitação, tais como: água, luz, esgoto, escolas, postos de saúde, limpeza pública, transporte, etc... e que não fazem por motivos políticos ou interesses diversos.

Pois bem, você sabia que a sua participação é muito importante, pois a Associação não é somente uma diretoria, é sim todo o povo do Guajuviras. Ela é a ferramenta que nos ajuda na luta contra a opressão e as injustiças sociais.

Além disso, a Associação se preocupa com o esporte, lazer e educação. Já temos 2 Clubes de Mães nos setores 1 e 4. Partindo do Setor 3 está sendo criado um grupo de jovens que integrar-se-ão na luta.

Pelo direito a Moradia.

Figura 6
Informativos distribuídos gratuitamente para os moradores.
Fonte: Zacher, 2003

Os primeiros meses após a ocupação foram os mais turbulentos. Dentro do conjunto, se desenvolvia a luta para manter a posse das moradias abandonadas até então. Segundo Zacher (2003, p:23), as noites eram imprevisíveis e era necessário acordar de três em três horas para trocar as velas que eram fundamentais para evitar a invasão da casa durante a noite. Como as casas e os apartamentos foram ocupados irregularmente e a Brigada dificultou o livre acesso no início, as improvisações cotidianas e os laços de amizade entre os ocupantes foram fundamentais para a sobrevivência no local. A coletividade aflorou em relação às individualidades em função de necessidades básicas como a alimentação (ZACHER, 2003, pp:24-27). Um ajudava o outro no que podia fortalecendo vínculos que sustentaram a ocupação desde o princípio. Mas, apesar do companheirismo, a ausência das infraestruturas básicas agravava a situação desesperadora e precária dos ocupantes.

As dificuldades não acabaram com a ocupação, mas estavam apenas começando. Coube então às autoridades tentar tornar mais humanas as condições de vida dos novos habitantes (PENNA, 1998, p:22). Contudo, a questão da regularização fundiária e a posse definitiva da moradia eram ainda questões pendentes. Segundo a Associação dos Moradores, os valores estipulados pela COHAB para o pagamento das prestações não correspondia à realidade econômica e social do grupo ocupante. Entre negociações malfadadas, a pressão continuou por parte do setor público enquanto os moradores permaneceram resistentes até o acordo final entre as partes no mês de abril de 1989 quando a ocupação completou dois anos de existência (ZACHER, 2003, pp:138-142). A assembleia que homologou o acordo aconteceu em maio do mesmo ano.

O início da década de 1990 simbolizou a consolidação da luta pela moradia própria dos ocupantes do Conjunto Habitacional Guajuviras. Foi a época em que a luta pela melhoria da infraestrutura do bairro se intensificou. As qualificações do abastecimento de água, da energia elétrica, da rede de esgoto, da coleta de lixo e do transporte eram as principais demandas (PENNA, 1998, pp:27-31). Ao longo desta década, o comércio local mesmo não legalizado começou a ganhar força com o surgimento de vários estabelecimentos junto aos blocos como mostra a Figura 07 (PENNA, 1998, p:37).



Figura 7
Vários pequenos comércios na avenida principal em 1998.
Fonte: Penna, 1998

Apesar da estabilidade adquirida pelos ocupantes em função do acordo com a COHAB, o lugar não deixou de apresentar situações conflitantes no que diz respeito à posse da terra, pois em 1992 começou o processo de ocupação irregular das áreas verdes e públicas (PENNA, 1998, p:31). Estas ocupações que se prolongaram ao longo da década de 1990 foram conhecidas como sub-ocupações e apresentam condições urbanísticas precárias até os dias de hoje apesar de algumas melhorias como coleta de lixo, rede de água e energia elétrica.

Em função do processo de liquidação da COHAB em 1995, o Guajuviras foi doado pelo Governo do Estado para o município de Canoas que passou a ser o responsável pelas melhorias e pela regularização da situação dos mutuários que possuíam a posse irregular da terra. Com o cadastro dos imóveis na prefeitura e a definição da questão dos alvarás de licença para os comércios irregulares, o conjunto poderia ser oficializado como um bairro da cidade de Canoas (DIÁRIO DE CANOAS, 22 jul.1995). O final da década de 1990 foi conflitante no Guajuviras, pois correspondeu a uma nova série de invasões nas áreas verdes. Os novos invasores se justificavam comentando que não queriam ganhar de graça os terrenos que estavam servindo para juntar lixo, bandidos e animais mortos (DIÁRIO DE CANOAS, 23 mar. 1999). Verdadeiros mutirões foram realizados pelos novos ocupantes que desejavam construir suas casas nas áreas ocupadas, demarcadas e limpas por eles (Figura 08).



Figura 8
Moradores das sub-ocupações das áreas verdes.
Fonte: O Timoneiro, 1º abr. 1999 e Diário de Canoas, 3 abr. 199998

Tal situação gerou uma tensão entre os novos ocupantes e a vizinhança já estabelecida oriunda das ocupações iniciais do Bairro Guajuviras (DIÁRIO DE CANOAS, 25 mar. 1999). Em meio a estas questões turbulentas, 6300 imóveis da ocupação inicial foram regularizados pela prefeitura viabilizando a cobrança do IPTU (DIÁRIO DE CANOAS, 14 jun. 1999). A década de 1990 se encerrou com o Censo 2000 que classificou o Guajuviras como um dos bairros mais populosos da RMPA com 32 mil habitantes considerando o Conjunto Habitacional Ildo Meneghetti original e as invasões das redondezas (DIÁRIO DE CANOAS, 7 dez. 2000).

Já o início dos anos 2000 foi marcado pela priorização do processo de regularização fundiária das ocupações das áreas verdes (Figura 09). Segundo o Secretário de Habitação da época, estas áreas surpreendentemente já dispunham de infraestrutura mínima para a urbanização da parte fundiária em função da ocupação ter sido organizada em lotes o que facilitou a implantação do saneamento básico. Logo, as verbas que seriam utilizadas na desapropriação puderam ser empregadas na regularização e na infraestrutura dos parcelamentos (O TIMONEIRO, 9 mar. 2001).

No ano de 2003, o Conjunto Habitacional Ildo Meneghetti finalmente é transformado em Bairro Guajuviras em função do projeto de lei 053/02, do executivo, que altera a legislação de denominação e localização dos bairros de Canoas (DIÁRIO DE CANOAS, 13 jan. 2003). Neste período, agrava-se a situação dos mutuários inadimplentes que não possuíam condições de pagar a sua dívida com a Caixa Econômica Federal que adquiriu os créditos imobiliários da COHAB (DIÁRIO DE CANOAS, 26 maio 2003).

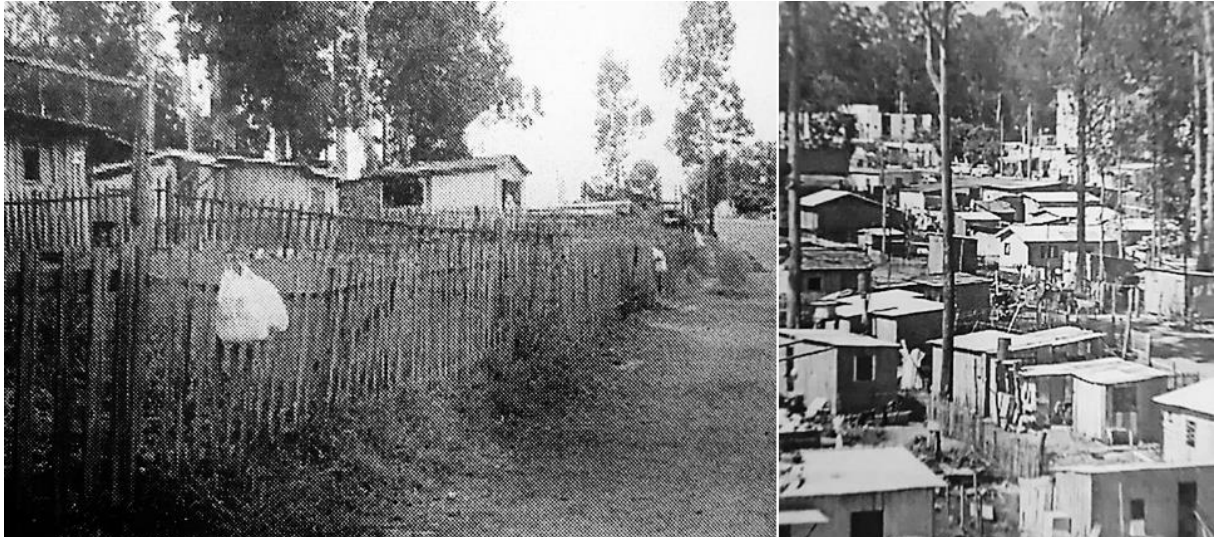


Figura 9
Tecido urbano das sub-ocupações das áreas verdes.
Fonte: O Timoneiro, 9 mar. 2001 e Diário de Canoas, 13 abr. 2001

Do ano de 2004 em diante, o Guajuviras experimentou um período de afirmação do imaginário local em função de vários lugares marcantes e eventos ocorridos no local. A 14ª Ação Solidária foi realizada no Guajuviras superando o número de atendimentos do ano anterior (DIÁRIO DE CANOAS, 20 abr. 2004). A relevância das áreas públicas de lazer e das instituições de ensino foi evidenciada em função da associação destes lugares aos pontos de maior destaque para os moradores (DIÁRIO DE CANOAS, 8 maio 2004). Após o 24º aniversário da ocupação inicial, os moradores comentam a evolução do bairro em função da união entre as pessoas (Figura 10). Todos se conhecem, segundo os moradores, ao enfatizarem as suas memórias afetivas relacionadas ao bairro carinhosamente chamado de “Guaju” (DIÁRIO DE CANOAS, 16 abr. 2011).

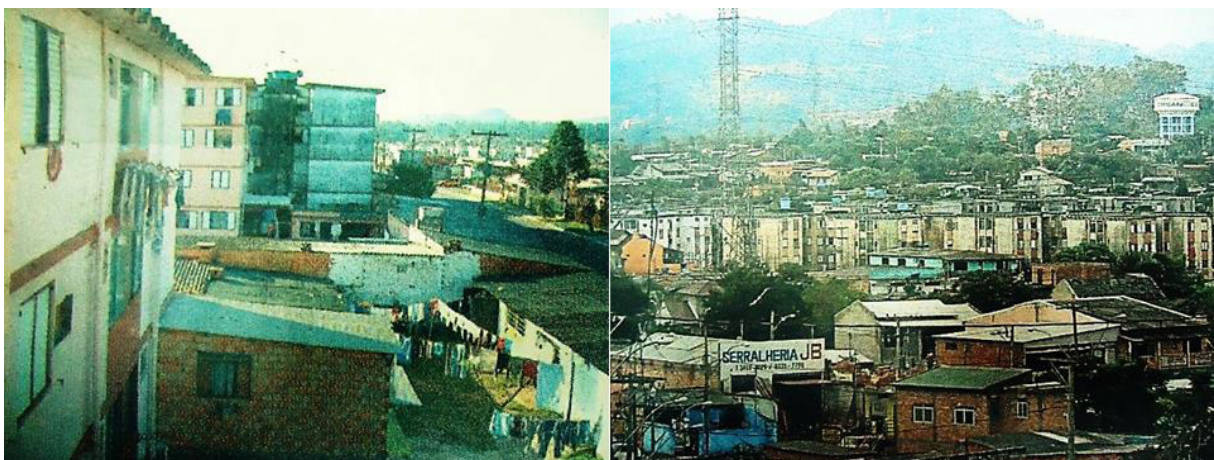


Figura 10
Conjunto Guajuviras transformado no tempo.
Fonte: Diário de Canoas, 22 jan. 2005 e Diário de Canoas, 16 abr. 2011

As políticas habitacionais e os planos metropolitanos do período da ditadura militar não vigoram mais, mas deixaram cicatrizes. O Conjunto Habitacional Ildo Meneghetti pode ser considerado como uma destas cicatrizes ainda a sangrar no cotidiano dos moradores que buscam segundo as suas possibilidades reinventar e adequar o espaço aos seus hábitos comportamentais. Atualmente o bairro ainda enfrenta dificuldades decorrentes de um processo conturbado de consolidação. Dentro desta trajetória, destacam-se uma série de convergências e divergências entre as ações dos atores hegemônicos responsáveis pela produção inicial e pela regularização fundiária no decorrer e as ações dos atores cotidianos responsáveis pelas ocupações sucessivas. Com base na reconstrução histórica realizada, objetiva-se materializar, a seguir, uma análise das repercussões espaciais no cotidiano em função do indicador estrutura-forma-função.

Entre as espacialidades e suas diferenças

Os resultados espaciais e as suas repercussões cotidianas decorrentes do choque entre as estratégias e as táticas no espaço percebido é possível ser qualificado em função da relação entre estrutura, função e forma. Para Lefebvre (2001), quando um espaço passa por determinadas mudanças funcionais e formais, este pode apresentar uma manutenção estrutural ou uma transformação estrutural. No primeiro caso há uma continuidade ou uma maior correspondência entre o projeto e o cotidiano transformador enquanto que no segundo há uma descontinuidade ou uma menor correspondência entre ambos. Tais diferentes situações construídas ao longo do tempo repercutem nas dinâmicas cotidianas de cada lugar. Tais relações teóricas viabilizam um olhar analítico sobre as diferentes realidades que se transformam no tempo adquirindo significados distintos como no caso do Conjunto Habitacional Guajuviras analisado a seguir.

O Conjunto Habitacional Ildo Meneghetti localizado em Canoas/RS foi um dos tantos conjuntos habitacionais que “brotaram” da noite para o dia no território da RMPA. Com a intenção de atender a faixa de baixa renda, um grande número de casas unifamiliares e de blocos multifamiliares foi projetado dentro da COHAB e construído a partir de construtoras privadas (Figura 11).



Figura 11
Moradias (unifamiliar e multifamiliar) e área verde ao fundo originalmente.
Fonte: Penna, 1998

Baseados na política do BNH e nas diretrizes espaciais do PDM, estes grandes empreendimentos passaram a receber um contingente populacional considerável dentro do território metropolitano que se expandia. Contudo, receber está longe de abrigar e proteger, pois estes espaços construídos eram concebidos objetivando atender a uma demanda quantitativa desconsiderando as especificidades e as identidades dos grupos sociais do espaço vivido. Desta situação surgem os conflitos, pois os espaços não são apenas as superfícies físicas que configuram os espaços públicos e os privados, mas também os diferentes grupos sociais que os habitam e transitam entre suas superfícies garantindo seus significados particulares. Esta problemática está presente nas críticas de Turkienicz (1984), Luccas (1984/85) e Rigatti (1997) resgatadas em Sanvitto (2010).

Parte deste contexto problemático, o Conjunto Habitacional Guajuviras foi ocupado irregularmente como outros conjuntos habitacionais populares na RMPA. A ocupação foi comemorada como uma vitória das ações táticas dos trabalhadores que tinham o direito a posse da moradia contra o poder hegemônico e estratégico da COHAB que tentou de diversas formas evitar a ocupação. Os embates entre os atores hegemônicos e os atores cotidianos foram constantes na consolidação do bairro representando parte fundamental da sua história particular após as ocupações (ZACHER, 2003).

Quando as ocupações iniciaram, o espaço concebido em um dado momento do passado passou a se transformar em função do espaço vivido no tempo. Contudo, tal transformação não significou a eliminação completa do primeiro pelo segundo, pois o que aconteceu foi uma interpenetração de tempos diversos. Ao tempo do projeto implantado, se interpenetraram os tempos sucessivos das ocupações ocorridas, produzindo um novo espaço diferente do idealizado inicialmente. Logo, tensões e conflitos surgiram deste choque que é ao mesmo tempo espacial e temporal e que se evidencia no espaço percebido no que diz respeito às ações do projeto e às ações do cotidiano. Parte da estrutura original permaneceu e parte foi reestruturada através de transformações formais e funcionais produzindo um verdadeiro mosaico de mudanças urbanas.



Figura 12
Imagem do Guajuviras transformado pelos moradores.
Fonte: César Barbosa, 2009

A Figura 12 evidencia algumas destas interpenetrações resultantes da densidade demográfica e construtiva adquirida ao longo das ocupações. Neste trajeto temporal, o espaço foi apropriado, transformado e resignificado pelos moradores de diferentes formas que romperam com a lógica aprisionadora das “celas habitacionais” homogêneas apresentadas em Luccas (1984/85, p:3). Adições e subtrações manipularam estruturalmente o espaço concebido do projeto dando origem ao espaço vivido das apropriações ao longo do tempo. Quem conheceu o projeto original e ingres-

sa hoje no bairro transformado tende a vivenciar um choque de realidades, pois as dinâmicas são completamente distintas em função das sobreposições entre continuidades e descontinuidades espaciais.

Como mostra a imagem na Figura 12 em comparação com a imagem da Figura 11, há uma variedade de formas de manipulação do projeto em função do cotidiano dentro do Bairro Guajuviras. Estas formas produziram um mosaico que se evidencia na medida em que o projeto implantado é comparado com as ocupações transformadoras ao longo do tempo em função do indicador estrutura-forma-função. Com base neste indicador é viável compreender quais são as continuidades e as descontinuidades entre as ações do projeto e as do cotidiano. Dentro desta abordagem, destacam-se três padrões distintos de transformação espacial em função da apropriação social: as áreas das casas unifamiliares, as áreas dos blocos multifamiliares e as áreas verdes ocupadas irregularmente.

As áreas das casas unifamiliares

Estes são os trechos em que as estruturas apresentaram uma maior continuidade ou uma maior convergência entre o projeto original e as apropriações no tempo. As transformações funcionais e formais aqui não representaram uma ruptura do projetado originalmente pelo apropriado temporalmente, mas uma qualificação do espaço que ganhou em diversidade, atratividade e densidade construtiva. Basicamente voltadas para o uso residencial em função das casas isoladas em seus lotes no princípio das ocupações, as áreas unifamiliares mantiveram a sua vocação estrutural original com algumas adições ou subtrações funcionais e formais que melhoraram o cotidiano das pessoas. Estas parcelas do bairro, que representam a maior área ocupada do conjunto, são um bom exemplo de plasticidade funcional e formal ao respeitar a estrutura projetada e implantada inicialmente. Além das casas unifamiliares propriamente ditas, dentro deste grupo se destacam também algumas áreas comerciais e de praças que também mantiveram a sua estrutura original contando com acréscimos funcionais e formais ao longo do tempo. Do lado dos comércios este são alguns pontos discretos distribuídos ao longo do conjunto. Já as áreas de praças representam oásis contrastantes de uso público em meio ao tecido urbano do bairro. São alguns espaços residuais remanescentes das áreas públicas originalmente implantadas e que se destacam pela vegetação preservada. Estes locais públicos de pequenas dimensões em relação ao bairro são também um exemplo de convergência entre o concebido e o vivido assim como os comércios pontuais.

As áreas dos blocos multifamiliares

Esta parcela do bairro apresenta uma ruptura parcial da ordem estrutural original. Aqui existe uma mescla entre divergências e convergências entre o projetado no passado e o apropriado durante o tempo diferentemente do caso anterior em que as convergências predominam sobre as divergências. Os espaços livres desta parte do conjunto correspondiam no princípio ao recuo de jardim dos blocos multifamiliares de quatro pavimentos isolados no centro das quadras. Contudo, com o passar do tempo, estes espaços em função da centralidade em relação ao conjunto como um todo foram sendo gradualmente ocupados por garagens, comércio e serviços variados. Tais elementos surgiram ao longo do tempo em função das demandas cotidianas não atendidas pelo projeto implantado de forma inacabada. Enquanto que a função e a forma nestas áreas do conjunto estavam restritas ao uso residencial e aos blocos habitacionais na implantação original, após as ocupações os demais usos foram adicionados assim como os seus volumes característicos na periferia destas quadras. Logo, as funções e as formas relacionadas aos blocos multifamiliares permaneceram no espaço, mas com o acréscimo das funções e das formas associadas às garagens, aos comércio e aos serviços resultando em uma mistura estrutural. Tal mescla estrutural promoveu uma diversidade formal e funcional que transformou estes espaços centrais do bairro em áreas profundamente movimentadas e ativadas pelos moradores locais e pelos usuários de fora também no cotidiano.

As áreas verdes ocupadas

Diferentemente do primeiro caso em que as convergências ou continuidades eram predominantes e do segundo em que havia uma mescla de continuidades e de descontinuidades entre o projeto e a apropriação, aqui as descontinuidades se destacam. Observa-se uma ruptura estrutural evidente nestes espaços projetados em função das apropriações sucessivas no tempo. A maioria dos espaços que a princípio atenderiam aos requisitos coletivos da comunidade através de áreas de uso comum foram apropriadas e parceladas irregularmente até os dias de hoje a partir das sub-ocupações ocorridas em um segundo momento das ocupações. As grandes áreas verdes, em que dos equipamentos coletivos apenas as escolas foram implantadas, estavam reduzidas a matos de eucaliptos na implantação do projeto original inviabilizando as atividades comunitárias e de lazer. Logo, estas áreas foram ocupadas e reestruturadas com base no uso re-

sidencial e irregular assim como alguns trechos das alamedas locais. A função de troca e de convivência coletiva foi substituída pela função de residência privada associada a formas habitacionais precárias e a suas péssimas condições de moradia. Ao longo do tempo, tais residências irregulares foram qualificadas pelos moradores e pelo setor público em função do crescimento de infraestruturas como energia elétrica, água e esgoto. Contudo, ainda apresentam condições de vida inferiores em relação ao restante do bairro.

Estas três áreas do Guajuviras apresentam relações estruturais distintas entre o projeto e o cotidiano em função das transformações funcionais e formais. O resultado destas distinções é um mosaico de fronteiras entre o público e o privado que se manifestam no cotidiano de diferentes formas. Enquanto nas áreas dos blocos, tais fronteiras promoveram a partir das transformações formais e funcionais uma aproximação entre os moradores do bairro ao longo do tempo, nas áreas verdes ocupadas ocorreu um afastamento. Ao contrário das áreas das casas unifamiliares que mantiveram a sua estrutura original e, portanto, as premissas do projeto, nos dois casos anteriores estas foram rompidas pelas transformações no cotidiano. Contudo, o resultado tanto físico como social foi bem diferente entre ambas, pois quem vive nos blocos está inserido em uma dinâmica cotidiana integrada à cidade em função de uma estrutura diversificada e movimentada. Já quem vive nas áreas verdes ocupadas vivencia uma dinâmica a margem da cidade em função de uma estrutura pouco acessível além de precária do ponto de vista da infraestrutura.

Conclusão

A política habitacional no Brasil entre as décadas de 1970 e 1980 ganhou materialidade no cotidiano dos conjuntos habitacionais que foram implantados naquela época em função de um projeto e ocupados ao longo do tempo. Logo, é neste entre momentos que os espaços são construídos e transformados gerando diferentes relações entre os habitantes. O caso estudado aqui é um bom exemplo desta diversidade relacional, pois o período de consolidação do Guajuviras iniciado com o projeto e encerrado sempre de forma parcial no cotidiano é marcado por contrastes evidentes entre os espaços dos pontos de vistas físico e social. Portanto, ao atentar para a forma como o espaço projetado é transformado pelos habitantes no cotidiano, é viável compreender o grau de correspondência entre ambos e as repercussões no dia-a-dia dos habitantes.

As três áreas analisadas aqui evidenciam este panorama em que a transformação do projeto original no cotidiano dá origem a três bairros diferentes. A área das casas unifamiliares foi a que apresentou uma maior correspondência entre projeto e cotidiano enquanto que nas áreas verdes ocupadas e nas áreas dos blocos ocorreu o oposto. No primeiro caso a estrutura original se manteve durante as transformações formais e funcionais, já nos dois casos seguintes esta foi transformada também. Contudo, apesar das mudanças alterarem a estrutura nestes dois últimos, as repercussões cotidianas não foram as mesmas, pois enquanto nos blocos surgiu uma dinâmica de aproximação cotidiana entre as pessoas, nas áreas verdes ocupadas a dinâmica foi de afastamento. Logo, a ruptura estrutural decorrente de transformações entre o projeto e o cotidiano não representa em si uma barreira para o atendimento das necessidades cotidianas, mas uma alteração da situação anteriormente projetada que pode proporcionar uma melhora ou não nas condições de vida.

Neste contexto, as mudanças propostas pela arquitetura do cotidiano deixam vários ensinamentos que merecem destaque. A maneira como o espaço é reinventado pelos atores que vivem o cotidiano representa a revisão de um projeto e de uma política habitacional em função da busca por melhores condições de vida. Contudo, esta reinvenção não é vista de tal forma pelos atores hegemônicos que concebem os projetos e as políticas. Ao invés de olhar para estas ações transformadoras como uma possibilidade de renovação das diretrizes habitacionais antiquadas que vigoram até hoje, estes últimos qualificam estas ações de informais propondo o combate contra elas e não a conciliação a partir delas.

Referências

ALMEIDA, M. S. de. *Políticas Públicas da Habitação e do Transporte: O Caso da Região Metropolitana de Porto Alegre*. 1989. 288 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre.

ARRETCHE, M. Intervenção do Estado e setor privado: o modelo brasileiro de política habitacional. *Espaço & Debate*, São Paulo, n. 31, p. 21-36, 1990.

CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano: Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2014.

COHAB/RS – Companhia de Habitação do Rio Grande do Sul. *Memorial descritivo e implantação original do Conjunto Habitacional Ildo Meneghetti*. Canoas, 1997.

DEBIAGI, M. C. A produção e consumo da habitação. *Projeto*, São Paulo, n. 29, p.12-14, maio 1981.

GERM - Grupo Executivo da Região Metropolitana e Deutsche Projekt Union. *Plano de Desenvolvimento Metropolitano: Sinopse*. Porto Alegre: GERM, 1973.

LEFEBVRE, H. *The production of space*. Oxford: Basil Blackwell Ltd, 1991.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LUCCAS, L. H. H. *A desconsideração dos padrões culturais do usuário em planos habitacionais*. 1984/1985. 9 f. Monografia (Mestrado em Arquitetura) – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura (PROPAR), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre.

PELLEGRINI, S. E. *Pré-plano de utilização do Conjunto Habitacional Guajuviras*. Porto alegre: PLANHAP/RS, 1974.

PELLEGRINI, S. E. *Anteprojeto da unidade de vizinhança – 1 oeste*. Porto alegre: PLANHAP/RS, 1975.

PENNA, R. *Canoas - Para lembrar quem somos: Guajuviras*. Canoas: SMEC-DPESA, 1998.

PEREIRA, L. H. *Habitação popular no Rio Grande do Sul 1890/1980*. Porto Alegre: Cadernos do PROPUR/UFRGS, 1982.

RIGATTI, D. *Do espaço projetado ao espaço vivido: modelos de morfologia urbana no Conjunto Rubem Berta*. 1997. 340 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo.

SANVITTO, M. L. A. *Habitação coletiva econômica na arquitetura moderna brasileira entre 1964 e 1986*. 2010. 539 f. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura (PROPAR), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre.

TURKIENICZ, B. A forma da cidade – Agenda para um Debate In: TURKIENICZ, B. (Org.). *Desenho urbano I – Cadernos Brasileiros de Arquitetura*. v.12. São Paulo: Projeto, 1984. p. 9-26.

ZACHER, L. C. *Guajuviras – Diário de um ocupante*. Canoas: Tecnicópias, 2003.

JORNAIS RELACIONADOS

DIÁRIO DE CANOAS. Canoas: Editora do Diário de Canoas, 1995 a 2011.

O TIMONEIRO. Canoas: Editora de O Timoneiro, 1992 a 2001.

Patrimônio ambiental urbano e revitalização urbana: estratégias possíveis para o 4º Distrito

Rodrigo P. G. de Jesus

Rodrigo P. G. de Jesus Mog é Arquiteto e Urbanista pela Uniritter (2003), Especialista em Museologia e Patrimônio Cultural pela UFRGS (2005); Mestrando em Arquitetura e Urbanismo Uniritter/Mackenzie; rodrigopoltoosi@hotmail.com

Resumo

Entre o projeto do Conjunto Habitacional Guajuviras concebido em O conceito de patrimônio ambiental urbano foi difundido no Rio Grande do Sul a partir da Carta de Pelotas (1978), que se fundamentou em importantes documentos de preservação do patrimônio histórico – Carta de Veneza (1964), Normas de Quito (1967), Declaração de Amsterdam (1975) e Documento de Nairóbi (1976) - tendo como intuito posicionar-se frente à dilapidação do patrimônio cultural no Estado.

Este conceito acabou sendo utilizado para a definição das áreas a serem protegidas no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Porto Alegre (1979), considerando assim pela primeira vez o patrimônio cultural como parte integrante do planejamento da cidade. A revisão do Plano Diretor em 1999 incorpora o termo, e são detalhadas as Áreas Especiais de Interesse Cultural, reconhecendo assim definitivamente a importância destas para a cidade.

A área denominada de 4º Distrito em Porto Alegre, que teve importante papel no desenvolvimento da cidade até a década de 1970 pela concentração de atividades industriais e comerciais, e que acabou esvaziada ao longo das décadas seguintes devido ao processo de reestruturação produtiva produzida pelo capitalismo, apresenta ainda uma série de grandes estruturas fabris e residências de operários que passaram a compor o patrimônio histórico cultural do município.

Com os atuais esforços que vem sendo feitos para retomar a urbanidade desta área, seja por placemakers, ou por ações isoladas de empreendedores, verifica-se que as legislações pertinentes ainda não foram devidamente implementadas ou regulamentadas. Dentro deste panorama, o trabalho buscará entender o processo histórico da formação da atual legislação e identificar as possíveis contradições que vem dificultando a reabilitação urbana do 4º Distrito, assim como analisar o projeto de revitalização urbana @22 no bairro Plobenou em Barcelona, com intuito de contribuir para o desenvolvimento de novas ações, políticas e instrumentos para reconstruir o 4º Distrito a partir do seu patrimônio ambiental urbano.

Palavras-chave: Reabilitação urbana. Patrimônio histórico. Patrimônio ambiental urbano.

Abstract

The concept of urban environmental heritage was divulged in Rio Grande do Sul through the Carta de Pelotas (Pelotas Charter, 1978), based on important documents for the conservation of historical heritage – Venice Charter (1964), Norms of Quito (1967), Declaration of Amsterdam (1975), and Nairobi Recommendation (1976) – aiming at preventing the squandering of the State's cultural heritage.

This concept was used to define areas to be protected in the Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Porto Alegre (Directive Plan for Urban Development of Porto Alegre, 1979), which for the first time considered cultural heritage as part of city planning. The



1999 revision of the Directive Plan incorporates the term and Special Areas of Cultural Interest are detailed, thus definitely acknowledging the importance of such areas for the city.

In Porto Alegre, the area denominated the 4th District – which had an important role in the city's development until the 1970s due to the concentration of industrial and commercial activities and which was emptied out throughout the following decades as a result of the productive restructuring process of capitalism – presents a series of large industrial structures and residencies of workers that now form the city's historical heritage.

With the current efforts that have been made to renovate the urbanity of this area, either by placemakers or by isolated actions from entrepreneurs, it is observed that the pertinent legislations have not been duly implemented or regulated yet. In this landscape, the present work aims at understanding the historical process that led to the formation of the current legislation and identifying the possible contradictions that impair the urban rehabilitation of the 4th District, with the intention of contributing to the development of new actions, policies, and instruments to reconstruct the 4th District from its urban environmental heritage.

Keywords: Urban rehabilitation. Historical heritage. Urban environmental heritage.

Resumen

El concepto del patrimonio ambiental urbano fue difundido en el Rio Grande do Sul desde la Carta de Pelotas (1978), que se ha motivado en importantes documentos de preservación del patrimonio histórico – Carta de Venecia (1964), Normas de Quito (1967), Declaración de Amsterdam (1975) y el Documento de Nairobi (1976), que tuvieron el objetivo de posicionarse frente a la destrucción del patrimonio cultural del Estado.

La definición de las zonas que serán protegidas en el PDDUA - Plan Director de Desarrollo Urbano - de Porto Alegre (1979) fue motivada en ese concepto, lográndose por la primera vez considerar el patrimonio cultural parte integradora del planeamiento de la ciudad. La revisión del Plan Director en 1999 agrega el término y detalla las Zonas Especiales de Interés Cultural, reconociendo definitivamente su importancia para la ciudad.

La región denominada por 4º Distrito en Porto Alegre, que tuvo importante papel en el desarrollo de la ciudad hasta los años 70 por la concentración de actividades industriales y comerciales, acabó por vaciarse a lo largo de los años siguientes. Eso sucedió por el proceso de la restructuración productiva producida por el capitalismo y hasta hoy tiene una serie de grandes estructuras fabriles y viviendas de trabajadores que componen el patrimonio histórico cultural de la municipalidad.

Con los esfuerzos actuales que están siendo hechos para retomar la urbanidad de esa región, sea por los placemakers o por acciones aisladas de emprendedores, fijase que las legislaciones pertinentes todavía no fueron debidamente implementadas o reguladas. En ese panorama, el trabajo buscará comprender el proceso histórico de la formación de la actual legislación e identificar las posibles contradicciones que vienen frenando la rehabilitación urbana del 4º Distrito, así como analizar el proyecto de revitalización urbana @22 en el barrio Plobenou en Barcelona, con el objetivo de contribuir con el desarrollo de nuevas acciones, políticas e instrumentos por la reconstrucción del 4º Distrito desde su patrimonio ambiental urbano.

Palabras-clave: Rehabilitación urbana. Patrimonio histórico. Patrimonio ambiental urbano.

Introdução

A ação desagregadora da paisagem urbana das cidades brasileiras tem encontrado um alibi nas legislações urbanísticas vigentes. A descaracterização e demolição de edificações com valor histórico-cultural, a fragmentação do tecido urbano tradicional pelo remembramento de lotes para viabilizar empreendimentos imobiliários, bem como o abandono de áreas centrais com imenso patrimônio cultural são reflexo da fragilidade dos planos diretores que em sua grande maioria se colocam ao lado do capital especulativo.

Dado este cenário, o que tem nos restado é a possibilidade de requalificar os fragmentos do pouco que sobrou ou que se viram divorciados de suas vizinhanças, assim plano e projetos de revitalização ou renovação se mostram imperativos, devendo-se ainda assumir que a preservação do patrimônio ambiental urbano é uma exigência para o desenvolvimento da cidade, e não empecilho.

As tentativas de valorização do ambiente urbano têm sido muito reduzidas, corriqueiramente de iniciativas privadas, vinculadas a atividades comerciais. Isso tem ocorrido sem apoio ou financiamento público, justamente onde caberia ao município hierarquizar as prioridades de intervenção e as conduzir a partir da valorização dos bens históricos e seu entorno.

O trabalho parte deste contexto e retoma o conceito de patrimônio ambiental urbano e a sua inserção na legislação urbanística de Porto Alegre. A partir daí busca entender os desdobramentos da legislação e as contradições que amarram a gestão e o desenvolvimento de planos e projetos que qualifiquem a cidade a partir do patrimônio histórico edificado.

Toma-se como objeto de análise a área do 4º Distrito, e de forma complementar, uma breve avaliação do projeto de revitalização urbana @22, em Barcelona, que foi alicerçado em seu patrimônio ambiental urbano.

O Conceito de Patrimônio Ambiental Urbano

Desde a década de 1960 tem-se discutido a implementação de diretrizes e ações para a proteção do patrimônio histórico. As abordagens iniciais que se voltavam para os bens culturais, no sentido restrito das obras de artes e monumentos históricos, passaram a

incorporar em sua concepção o ambiente a qual eles estavam inseridos.

A Carta de Veneza, de 1964, aprovada pelo Congresso Internacional de Arquitetura e Técnicos de Monumentos Históricos, teve fundamental importância na elaboração desta idéia, que o monumento é inseparável do meio em que se encontra situado.

Em 1962, durante o Encontro do Patrimônio Latino-Americano, promovido pela Organização dos Estados Americanos, se reiterou a importância que os países da América também adotassem o mesmo conceito, resultando na aprovação das "Normas de Quito", documento que reforça que o espaço é inseparável do conceito de monumento, motivo pelo qual a tutela do Estado pode e deve estender-se ao contexto urbano ou ambiente natural imediato. Observa-se assim a necessidade de critérios que tratem do patrimônio não como uma coletânea de monumentos isolados, mas um sistema de relações dentro de um contexto social.

Outro documento representativo foi a Declaração de Amsterdam, de 1975, manifesto originado durante a comemoração do Ano Europeu do Patrimônio Arquitetônico. A Declaração afirma que o patrimônio construído não pode se limitar a edificações de qualidade excepcional e a áreas circunvizinhas, mas deve se estender aos núcleos urbanos e as cidades de interesse histórico e cultural. Também atenta, entre outras coisas, que a conservação das edificações existentes contribui para a economia de recursos e que são passíveis de abrigar novos usos, respondendo as necessidades da vida contemporânea.

A conservação e a reabilitação destas áreas passam a ser consideradas como um tema relevante no planejamento urbano, devendo ter o devido cuidado para que as ações empregadas não alterem o perfil social dos residentes locais, valorizando a área ao ponto de causar exclusão social ou gentrificação.

A Carta de Nairóbi foi elaborada em 1976, para a Conferência Geral da UNESCO, e aponta que os conjuntos históricos e seu meio constituem um patrimônio universal insubstituível, e sua salvaguarda e sua integração na vida coletiva de nossa época deveriam ser uma obrigação para os governos e para os cidadãos dos estados em cujos territórios se encontram.

Ela traz ainda uma série de observações relativas à preservação e ao papel contemporâneo das áreas históricas, apontando para a estagnação destas se tra-

tadas apenas como “museus” ao mesmo tempo em que atenta para a exploração através da especulação imobiliária e dos interesses turísticos.

O conceito de patrimônio ambiental urbano foi difundido no Rio Grande do Sul a partir da Carta de Pelotas, de 1978, que se fundamentou nos documentos citados anteriormente, tendo como intuito posicionar-se frente à dilapidação do patrimônio cultural do Estado. O referido documento atenta para a imperativa criação de um sistema permanente de proteção do patrimônio cultural rio-grandense, a urgência na realização de um inventário em cada município do estado com vistas à proteção dos testemunhos de civilização subsistentes no âmbito da arquitetura e a necessidade da educação patrimonial.

CURTIS (2003), que teve papel fundamental na elaboração da Carta, conceitua o Patrimônio Ambiental Urbano além do fato físico, entendendo o conjunto de bens materiais como fato social, na medida em que é produto de sociedade específica e se qualifica pelo modo de produção e utilização dessa mesma sociedade. Ele não se limita aos valores isolados das edificações que o compõem, nem naqueles decorrentes do seu interrelacionamento, não podendo ser apreendido na sua integralidade se idependizado da sociedade que o produziu.

YÁZIGI (2012) apresenta uma visão ampliada do conceito, destacando que a Carta de Veneza estava preocupada com o entorno de sítios monumentais já tombados. Em seu entendimento a noção de patrimônio ambiental urbano não prescinde de monumentalidade ou de tombamento, mas do compromisso social em proteger a sociedade em seu espaço mais banal.

O autor define o conceito da seguinte forma:

O patrimônio ambiental urbano é constituído de conjuntos arquitetônicos, espaços urbanísticos, equipamentos públicos e a natureza existente na cidade, regulados por relações sociais, econômicas, culturais e ecológicas, onde o conflito deve ser o menor possível e a inclusão social uma exigência crescente. Portanto, ele acompanha o processo social, assumindo todas as modernidades necessárias. É reconhecido e preservável por seus clássicos valores potencialmente qualificáveis: pragmáticos, cognitivos, estéticos e afetivos, de preferência sem tombamentos. Geograficamente, podem se manifestar sob forma de manchas urbanas ou formações lineares, sem limites perenes, mas sempre transcendendo unidades de significado autônomo. O conceito se reporta tanto a um conjunto existente como a um processo em permanente construção, ou seja, patrimônio ambiental deve se configurar como o ser e o porvir. YÁZIGI (2012)

Esta concepção vai ao encontro da idéia de ambiência, que congrega e revela as identidades que são o testemunho do lugar e de seus valores culturais e socioeconômicos. Assim observa-se que legislações urbanas que não reconhecem estes valores acabam dizimando as referências da comunidade.

YÁZIGI (2012) destaca que o sentido de ambiência requer fatos evidentes para o seu entendimento, onde importa reconhecer as variadas relações que contemplam os atores e objetos da vida urbana, como as relações arquitetônicas e urbanísticas, de trabalho com o lugar, sociais, de lazer, dos habitantes com a natureza urbana, do conjunto com o resto da cidade e relações do grupo social e do governo urbano.

A Legislação Urbanística de Porto Alegre

Porto Alegre sempre foi citada como uma cidade de grande tradição no desenvolvimento de planos e projetos urbanos. Desde o início do século XX, esta trajetória tem estruturado o seu espaço urbano sob influência de sucessivos estudos, planos e projetos que expressaram novos conceitos e dispositivos de forma a acompanhar as demandas do crescimento da cidade.

O primeiro Plano Diretor da cidade instituído pela lei 2046/59 apresentava um modelo urbanístico baseado em princípios da doutrina modernista, onde a preocupação era a definição de regras de zoneamento e uso do solo como principal elemento para organização do espaço urbano.

Durante a elaboração do plano, segundo ALMEIDA (2004), ocorreram debates entre a equipe técnica municipal e os representantes dos investidores imobiliários que viam na limitação de altura das construções um entrave aos seus negócios. Passou-se então a adotar um novo regramento para a definição das alturas das edificações, a partir da imagem da cidade americana, onde os edifícios apresentavam recuos progressivos.

Com o passar dos anos o resultado tido pela aplicação desta lei foi um acelerado processo de verticalização das construções, alterando significativamente a morfologia da cidade. Este plano diretor acabou tendo uma série de alterações e interferências, culminando com a necessidade de sua reavaliação no final na década de 1970.

Sua revisão foi realizada de forma integral, tendo como objetivo instituir uma única lei, coerente em seus dispositivos e atualizada em seus conceitos. O novo plano PDDU - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, foi criado pela Lei Complementar 43/79, e também se valeu da aplicação dos regimes de aproveitamento, taxa de ocupação, recuos de afastamentos e limite de altura das edificações.

Entretanto, pela primeira vez o Plano Diretor passa a considerar o patrimônio cultural como parte integrante do planejamento urbano da cidade, tomando o conceito de Patrimônio Ambiental Urbano como alicerce justificativo da necessidade de preservar os valores culturais. Este fato se dá pela influência da Carta de Pelotas (1978), elaborada durante as revisões da legislação anterior.

O PDDU cria as Áreas de Preservação Cultural e de Proteção da Paisagem Urbana, conceituando-as como aquelas que contêm bens ou valores sócio-culturais dignos de serem preservados para a proteção da paisagem urbana. Estas áreas foram aprovadas previamente pelo COMPAHC - Conselho Municipal de Patrimônio Artístico Histórico e Cultural - para ter sua delimitação gravada no plano diretor assim como um regime urbanístico próprio. As áreas delimitadas estavam localizadas principalmente no centro histórico da cidade.

Além da instituição destas áreas como medida de proteção, CURTIS (2003) atenta para a necessidade de utilizar critérios para a proteção pontual de edificações relevantes do ponto de vista histórico-cultural.

pretendemos como contribuição mínima deste texto o estabelecimento de critérios capazes de permitir dentro da malha urbana, a "pinçagem" segura daquelas edificações – isoladas ou em conjunto – cujos valores motivem à cidade resguardar. E do interesse apenas histórico ou artístico com os quais se vinham referenciando a salvaguarda das edificações, extrapolamos para valores culturais, no mais amplo sentido do termo, como capazes de convalidar a permanência daqueles bens na paisagem urbana de Porto Alegre. (CURTIS, 2003, pg. 333)

Os critérios apontados para a seleção das edificações foram: a) valor arquitetônico; b) valor tradicional/evocativo; c) valor ambiental; d) valor de uso atual; e) valor de acessibilidade com vistas à reciclagem; f) valor de conservação; g) valor de recorrência regional/raridade formal; h) risco de desaparecimento; i) valor de antiguidade; e j) valor de compatibilidade com a estrutura urbana.

Estes critérios acabaram integrando a redação da lei, no Art. 233, cabendo a identificação das edificações através do Sistema Municipal de Planejamento e Coordenação do Desenvolvimento Urbano, e a sua validação junto ao COMPAHC.

Este plano diretor representou um avanço no sentido de viabilizar as idéias iniciais de preservação do patrimônio ambiental urbano da cidade, no entanto, durante a sua aplicação, houve conflitos e inadequações face à realidade e à dinâmica do desenvolvimento da cidade.

Após nova revisão, é instituído em 1999, pela Lei Complementar 434/1999 o PDDUA - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental, que agregou novos instrumentos de gestão e incorporou o conceito de planejamento ambiental no modelo de desenvolvimento da cidade, assumindo compromisso com a sustentabilidade.

A concepção parte de uma abordagem que “tudo é cidade”, onde o modelo espacial classifica a área do município como “rururbana” e o desenvolvimento sustentável é evocado na matriz conceitual do Plano, enfatizando a participação popular, a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

¹ 1) Estratégia de Estruturação Urbana; 2) Estratégia de Mobilidade Urbana; 3) Estratégia de Uso do Solo Privado; 4) Estratégia de Qualificação Ambiental; 5) Estratégia de Promoção Econômica; 6) Estratégia de Produção da Cidade; 7) Estratégia de Sistema de Planejamento.

O PDDUA apresentou sete estratégias¹, dentre elas a Estratégia de Qualificação Ambiental, que tinha como meta a qualificação do espaço urbano através de medidas de proteção e potencialização do Patrimônio Ambiental da cidade, em âmbito natural e cultural.

O patrimônio cultural é entendido no Plano como o conjunto de bens imóveis de valor significativo (edificações isoladas ou não, ambiências, parques urbanos e naturais, praças, sítios e áreas remanescentes de quilombos e comunidades indígenas), paisagens, bens arqueológicos (históricos e pré-históricos), bem como manifestações culturais (tradições, práticas e referências conferem identidade a esses espaços).

Nesta estratégia, foi previsto um programa de valorização do patrimônio cultural, que envolve ações e políticas que permitem identificar e classificar elementos de valor cultural, estabelecer diretrizes e desenvolver projetos com vistas ao resgate da memória cultural, tais como restauração, revitalização e potencialização de áreas significativas, e criar instrumentos normativos para incentivar a preservação.

Neste contexto se inserem a identificação das Áreas Especiais de Interesse Cultural (AEIC), que são áreas

que apresentam ocorrência de Patrimônio Cultural e que devem ser delimitadas visando a sua preservação, e requerem regime urbanístico diferenciado. O estudo para a reavaliação do elenco de AEIC foi realizado pela PMPA através da Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural, em convênio com a Faculdade de Arquitetura do Centro Universitário Ritter dos Reis.

A identificação das AEIC partiu de alguns critérios pré-estabelecidos abrangendo diferentes instâncias (cultural, morfológica, paisagística e funcional), resultando na delimitação de 36 áreas e 44 lugares de Interesse Cultural, reunidos em três grupos, conforme sua localização: Centro Histórico, Orla, e Interior (áreas que não se situam no centro histórico nem na orla).

Para cada uma das áreas foi elaborado um regime urbanístico específico, visando garantir a manutenção das qualidades ambientais identificadas. Apesar de o trabalho ter sido aprovado pelo Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural em 1999, a sua sustentação legal só se deu no final de 2004.

No hiato entre a aprovação do novo plano diretor, que apresentava novas possibilidades construtivas como a aquisição de índices, e a delimitação e regulamentação das AEIC, o mercado imobiliário acabou gerando novos empreendimentos em bairros que possuíam um padrão morfológico historicamente consagrado e que apresentavam uma ambiência urbana bem definida, fundamental para a construção da identidade da cidade. Esta inserção de novas tipologias no tecido tradicional acabou descaracterizando muitos bairros tradicionais.

A mais recente revisão do PDDUA, através da Lei Complementar 646/10, revisou as áreas de Interesse cultural e definiu as Áreas de Ambiência Cultural (AAC), que são entendidas na legislação como áreas que, por apresentarem peculiaridades ambientais e culturais, devem ser preservadas, podendo também constituir transição entre as Áreas de Interesse Cultural e os demais setores da cidade. Para a identificação destas áreas consideram-se as relações físicas e culturais com o entorno e a necessidade da manutenção de ambientação peculiar.

A bem dizer, trata-se de uma espécie de buffer, ou seja, uma zona de proteção prévia as Áreas de Interesse Cultural, estabelecendo a relação destas com a cidade, como uma transição de ambiências.

O 4º Distrito

² Navegantes, São Geraldo, Floresta e Orla do Guaíba.

O 4º Distrito é uma porção abrangente da cidade de Porto Alegre contendo espaços que pertencem a diversos bairros², tendo sua origem vinculada à antiga divisão territorial do município, em seis distritos. Esta área, pela proximidade de acesso ao Guaíba e a estrada de ferro desenvolveu-se com a implantação de atividades industriais, gerando uma grande oferta de empregos, que associada às restrições de mobilidade intra-urbana, levou a implantação de loteamentos, formando assim uma região onde a indústria e a moradia coexistiam.

O ápice do desenvolvimento foi no final dos anos de 1960, onde além das indústrias, grandes redes comerciais ali se instalaram. Tratava-se de uma região com grande vitalidade e complexidade, demonstrando uma forte identidade frente ao restante da população pela miscigenação de usos e raças, tendo a rua como espaço público, onde as diferenças sociais se expunham nas mais variadas formas de comunicação e vivência.

A partir da década de 1970, a cidade inicia um processo de desconcentração industrial onde o crescimento do transporte rodoviário e a enchente do Guaíba (1941) acabaram influenciando na mudança de localização de parte das indústrias para outras áreas na região metropolitana. A reestruturação da economia mundial na década de 1980, acompanhada dos avanços tecnológicos quanto ao transporte de cargas, também influenciaram no esvaziamento da região.

Na tentativa do município manter as indústrias no local, definiu no Plano Diretor de 1979 que a região seria exclusivamente destinada a atividades industriais, acabando por expulsar além das fábricas, os moradores da região assim como o comércio de bairro.

As barreiras físicas construídas ao longo dos anos, como avenidas, corredores de ônibus e a interrupção da relação da cidade com o Guaíba, com a implantação da linha do Trensurb, tornaram a região pouco atrativa para as atividades comerciais e imobiliárias, transformando o 4º Distrito em uma "zona velha" da cidade.

Atualmente a região abriga atividades comerciais e de serviço, ocupando antigos armazéns e depósitos adaptados aos novos usos. Entretanto, restou um grande número de edificações abandonadas e terrenos subutilizados, refletindo degradação econômica e social da região.

Após mais de três décadas de um processo de depreciação, a região começou a apresentar indícios de recuperação, mesmo sem planejamento ou incentivos de políticas públicas. O embrião deste processo partiu da iniciativa privada, em 2003, com a refuncionalização do complexo de prédios da antiga cervejaria Bopp, em um shopping (Figura 1 e 2).



Figuras 1 e 2

Implantação do Shopping Total nas antigas estruturas da cervejaria Bopp (1910) no Bairro Floresta

Fonte: www.shoppingtotal.com.br, disponível em 09/06/2015

Após este projeto, novos empreendimentos começam a ser implantados na região de forma desarticulada, principalmente pela proximidade da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e pelo bom momento da economia no país. Neste contexto, pode se destacar a implantação da unidade do Centro Universitário Metodista IPA junto ao DC Shopping³ e a implantação do primeiro Hostel Internacional em um conjunto de casas históricas.

³ O DC Shopping é um centro comercial implantado a partir da reconversão de uma antiga fábrica da empresa Renner na década de 1990. Devido a sua situação geográfica isolada, com dificuldade de acessibilidade e longe de regiões com densidade populacional, o empreendimento vem passando desde sua inauguração por sucessivos reajustes em seu mix de atividades.

Também neste período se deu a implantação de grandes empreendimentos na região, como o complexo multiuso da ARENA do Grêmio (Figura 3) e o ROSSI FIATECI, um complexo de 4 edifícios que parte do reaproveitamento das antigas instalações da empresa têxtil FIATECI (Figura 4).

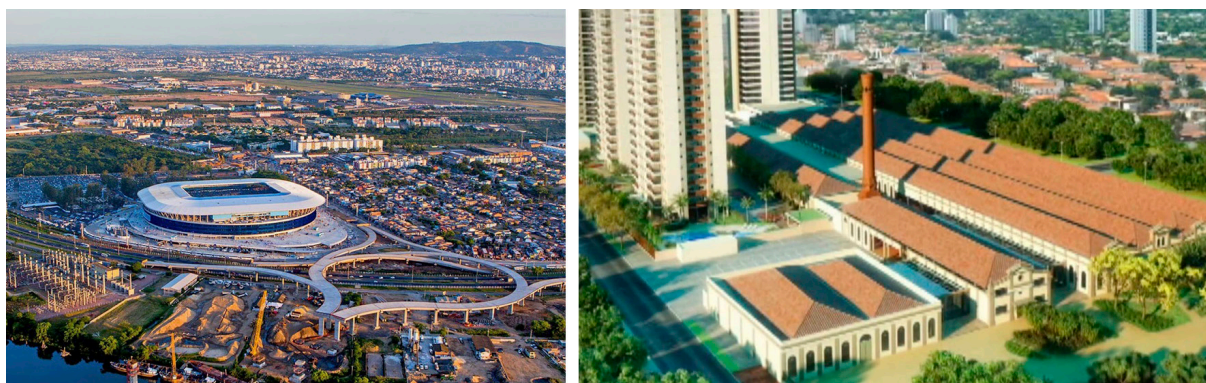


Figura 3 e 4

Arena do Grêmio, localizado no Bairro Humaitá e Empreendimento ROSSI FIATECI, nas antigas instalações da fábrica têxtil FIATECI.

Fonte: www.bloggogremio.com.br e www.rossiresidencial.com.br, disponível em 09/06/2015

Identifica-se nestes empreendimentos que alguns dos fatores que contribuíram para o desenvolvimento do 4º Distrito como área industrial agora começam a ser utilizados como ponto de apoio ao processo de revitalização da região, como a disponibilidade de grandes lotes e infra-estrutura, a proximidade com o Centro Histórico, topografia plana e a facilidade de acesso.

Durante o período destes acontecimentos a Secretaria de Planejamento Municipal criou, por solicitação da comunidade, um Grupo de Trabalho para formular diretrizes, projetos e programas para qualificar o espaço urbano de forma ordenada e planejada, buscando o desenvolvimento sustentável da região e melhoria da qualidade de vida. Entretanto sua atuação teve como horizonte a Copa do Mundo de 2014, sendo priorizados projetos voltados à questão viária, sem a elaboração de propostas para os problemas da região.

A única proposição do GT para revitalização da área, ainda que superficial, foi a idéia de reciclagem de uso de prédios existentes listados como interesse cultural para atividades residenciais e comerciais, sendo realizada a prospecção de imóveis potenciais para a implantação de habitação multifamiliares visando a densificação da área.

⁴ Mais de 1.000 imóveis foram inventariados como bens de estruturação e compatibilização somente no 4º Distrito.

⁵ Lei Complementar nº 434, de 1º de dezembro de 1999, atualizada e compilada até a Lei Complementar nº 667, de 3 de janeiro de 2011, incluindo a Lei Complementar 646, de 22 de julho de 2010.

Do ponto de vista da legislação urbanística, a grande quantidade de edificações inventariadas⁴ em 2008, anterior à revisão do Plano Diretor⁵ que ocorreu em 2010, criou um empecilho para a atuação do mercado imobiliário, acostumado a desenvolver empreendimentos em terrenos livres ou simplesmente demolindo as edificações pré-existentes. Mesmo que o Plano Diretor vá ao encontro dos interesses dos grandes players do mercado imobiliário, incentivando a substituição de pequenas edificações por prédios em altura, deve-se destacar que a instituição das AEIC impediu a perda, mesmo que tardiamente, de inúmeras edificações. Quando os grandes investidores se deparam com estas restrições, acabam direcionando seu capital para outra região da cidade, ao invés de desenvolver produtos compatíveis com as pré-existências.

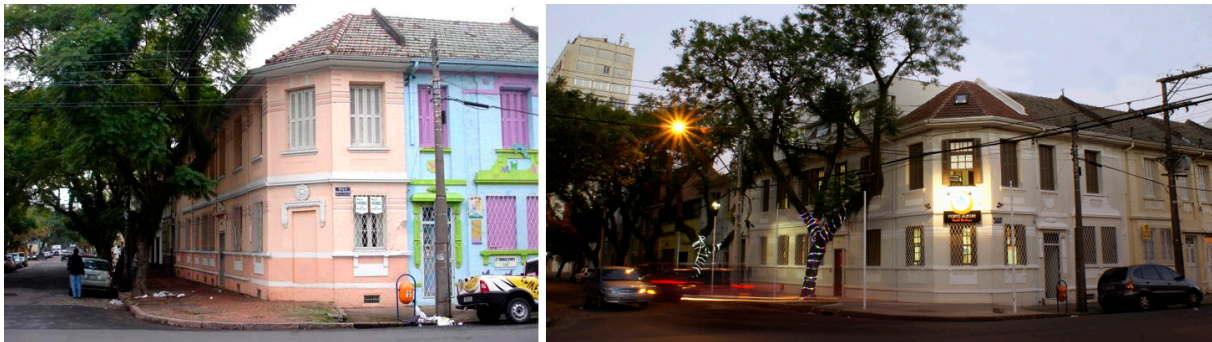
Por outro lado, verifica-se que mesmo que a legislação tenha previsto instrumentos de proteção e incentivo à preservação das edificações históricas, como o inventário, a demarcação das AEIS, a isenção de IPTU e a possibilidade da TPC - Transferência do Potencial Construtivo para imóveis tombados, estes instrumentos não foram suficientes para incentivar a requalificação da área.

O fato é que na região poucas edificações são tombadas, passíveis assim de se utilizar da TPC⁶ para viabilizar a manutenção do imóvel. Assim os proprietários de imóveis inventariados de estruturação e compatibilização, ficam com o ônus da manutenção do mesmo e sentem-se prejudicados pela perda de valor do imóvel face à impossibilidade de negociação com o mercado imobiliário. Associado ainda a insensibilidade geral da população para com os valores culturais, acabamos por ter uma série de imóveis abandonados, a espera que o tempo e a intempérie faça o seu papel de destruição.

A dinâmica da região passou a sofrer uma mudança a partir da implantação do POA Boutique Hostel na Rua São Carlos. O Hostel (Figuras 5 e 6) foi implantado em um conjunto composto por três residências que abrigavam atividades comerciais já decadentes, e apesar de apresentar uma ótima localização no que tange a acessibilidade intra-urbana e a proximidade com o Shopping Total, se mostrava pouco atrativa para investidores imobiliários.⁷

⁶ Cabe destacar que a TPC, prevista no Plano Diretor de 1999, vem sendo usada desde então muito mais com o intuito de obtenção de recursos para o município através da venda de índices provenientes de obras viárias públicas e desapropriações, do que como um instrumento estratégico de incentivo a recuperação de edifícios de relevância histórica-cultural.

⁷ Estas residências estão inseridas, conforme regulamentação do Plano Diretor Municipal, numa AEIC – Área Especial de Interesse Cultural. Além das restrições impostas por este zoneamento, as casas são protegidas pelo seu valor histórico, onde foi passível a reforma interna das casas desde que mantida as fachadas originais e o respeito volumétrico das edificações do entorno imediato. Devido a estas restrições, associado à degradação da área, o imóvel foi adquirido por um preço abaixo de seu real valor, favorecendo assim a implantação do Hostel.



Figuras 5 e 6
Situação do local antes e após a implantação do Hostel.
Fonte: Acervo do autor

Esta recuperação do conjunto de casas históricas através da reconversão de uso resultou numa maior movimentação de pessoas em seu entorno imediato e incentivou a implantação de novos empreendimentos. Dois anos depois, no extremo oposto do mesmo quarteirão, outro conjunto de prédios históricos passa a abrigar um centro de cultura, educação e negócios criativos, denominado Vila Flores. A sinergia entre estas duas atividades, e o senso de liderança dos empresários para a recuperação da área, com um papel conciliador e incentivador junto à comunidade local, transformou a Rua São Carlos em um espaço de estar e convívio da população. Estas forças resultaram na criação de uma organização comunitária do bairro, denominado ReFloresta, com o intuito de incentivar a revitalização e requalificação espacial do 4º Distrito. Concomitantemente a este processo, uma série de

eventos e atividades começaram a ser realizadas na Rua São Carlos e irradiar vitalidade para o bairro, como por exemplo, o Brechó de Rua, a Feira Livre de Hortifruti e o Festival da Boa Vizinhança. Em 2013 é concebido o Distrito C - Distrito Criativo, que trata da busca de novas formas de relacionamento entre artistas e empreendedores de economia criativa e seu entorno social e urbano, ampliando a densidade desta atividade econômica no território, promovendo um ambiente de inovação e atraindo mais visitantes e empreendedores.

Com a vitalidade urbana parcialmente recuperada, o bairro começa a se reinventar, recriando uma nova identidade. Entretanto, a efetiva revitalização passa além da implantação de novos usos, pela valorização do patrimônio histórico e qualificação dos espaços urbanos, recuperando o sentido de ambiência do lugar. Cabe ressaltar que a forma como estes movimentos comunitários organizados se estruturam e criam atividades (Figuras 8 e 9) com o intuito de estimular a vitalidade do espaço urbano aproximam-se do conceito de Placemaking do PPS.⁸

⁸ Trata-se de uma abordagem para o planejamento, concepção e gestão de espaços públicos, surgido nos anos 1970, principalmente a partir das ideias de William White, sobre a importância de espaços públicos estimularem a interação entre as pessoas e entre as pessoas e a cidade, promovendo comunidades mais saudáveis HEEMANN & SANTIAGO (2015).



Figuras 7 e 8

Passeio das Artes e Brechó de Rua, ambos em frente ao Porto Alegre Hostel Boutique.

Fonte: www.urbsnova.wordpress.com, disponível em 12/06/2015

Com estes novos movimentos e os resultados positivos obtidos, mesmo que em pequena escala, a PMPA acaba por voltar os olhos novamente para o 4º Distrito com o intuito de realizar um plano de revitalização da região. Cabe a partir disto analisar a experiência espanhola de revitalização do bairro Plobenou em Barcelona, apresentado a seguir, que se utilizou do patrimônio ambiental urbano como estratégia para a revitalização urbana.

A Experiência Espanhola - @22

O projeto @22 se aproxima muito, no que diz respeito ao processo de formação e degradação da área, do 4º Distrito de Porto Alegre. O bairro de Plobenou, onde foi desenvolvida a revitalização, era uma grande área industrial da Catalunã, onde coexistiam a habitação e a indústria, e que na década de 1960 passou por um processo de desindustrialização, deixando grandes áreas e edificações subutilizadas.

Na década de 1980 iniciaram-se os primeiros movimentos de revitalização da área, especificamente junto à orla, em função dos Jogos Olímpicos de 1992. Somente no ano 2000, com a alteração do Plan General Metropolitano, que foi aprovado o plano para a renovação das áreas industriais do bairro.

O projeto teve como objetivo transformar a antiga área industrial em um local de elevada qualidade para trabalhar, viver e aprender, recuperando o dinamismo econômico e social da região. Economicamente foi uma grande oportunidade para o desenvolvimento de atividades científicas, tecnológicas e culturais, favorecendo a inter-relação entre diversos tipos de profissionais. Trata-se da proposição de um novo modelo de cidade compacta, onde empresas inovadoras convivem com centros de investigação e de formação e transferência de tecnologia, além de habitação, equipamentos urbanos, áreas verdes e buscando a valorização do patrimônio histórico existente na área.

Como forma de impulsionar o planejamento urbanístico da região e gerir a transformação prevista no projeto @22 foi criada uma empresa pública denominada @22 BCN (2000). Além da execução dos planos normativos, a empresa teve a missão de promover a implantação e desenvolvimento de projetos estratégicos para promover a imagem do projeto internacionalmente.

O processo iniciou a partir de 3 planos normativos, indicados abaixo, que posteriormente tiveram planos derivados.

- Modificação do Plan Especial Del Patrimonio Arquitectonico Histórico-Artístico de Barcelona com a inclusão de novos edifícios do patrimônio industrial de Plobenou junto à lista do patrimônio de Barcelona;
- Modificação do Plan General Metropolitano, para favorecer a diversidade de usos, reconhecimento das habitações existentes e a previsão de usos complementares de forma compatível com as novas atividades;

- Plano Especial de Infraestrutura para urbanizar 37 km de ruas.

Abaixo é apresentado o Plano Geral de Ordenamento do @22 (Figura 9).

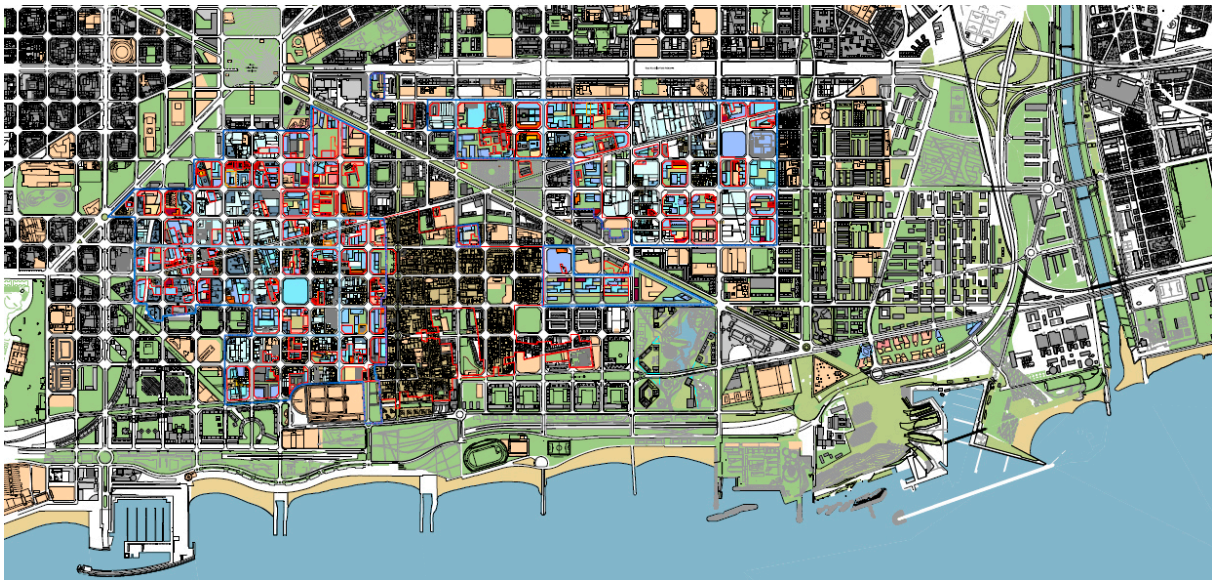


Figura 9
Plano Geral de Ordenamento do Projeto @22
Fonte: www.22barcelona.com

Foi utilizada uma série de estratégias para alavancar a revitalização da área, como o incentivo construtivo para edificações que apresentassem uso misto, a recuperação de habitações existentes e a construção de habitações populares, e a destinação de 30% do solo para a implantação de equipamentos públicos e áreas verdes. Desta forma há um equilíbrio entre os benefícios para as entidades públicas e privadas.

Destaca-se principalmente a recuperação dos símbolos da memória industrial do bairro, através do tombamento de diversas edificações e o incentivo ao reuso destas para novas atividades. O Patrimônio Industrial foi uma das peças-chave do projeto, sendo inclusive criado um Centro de Cultura Industrial, onde se desenvolvem iniciativas de difusão do patrimônio histórico e industrial da cidade.

Nesse aspecto há uma aproximação com a situação do 4º Distrito, que apresenta uma quantidade significativa de imóveis protegidos pelas legislações do patrimônio histórico municipal, com potencial de ser tomado como ponto de apoio para revitalizar a área.

Considerações Finais

Observa-se que embora as AEIC e AIA tenham sido previstas como parte de uma estratégia de qualificação urbana pelo Plano Diretor, os instrumentos que poderiam possibilitar a sua plena aplicação ainda não foram devidamente implementados ou regulamentados, principalmente quanto à TPC para imóveis inventariados. Percebe-se que este processo é recente, necessitando ser fortalecido para que de fato se efetivem ações de preservação do patrimônio urbano ambiental. O trabalho demonstrou que as decisões de planejamento para a área do 4º Distrito, refletida na legislação urbanística ao longo dos anos, se deu de forma equivocada e ineficiente.

A retomada das intenções em revitalizar o 4º Distrito a partir do exemplo do projeto @22 indicam, numa abordagem superficial, como um bom exemplo a ser seguido. Entretanto cabe questionar se as estratégias utilizadas neste projeto são aplicáveis à nossa realidade, visto o complexo e longo processo de gestão, planejamento e diversidade de órgãos envolvidos, já que a cultura política brasileira dificilmente consegue realizar planos de longo prazo.

Cabe assim ao poder público municipal ter ciência das deficiências legais e reconhecer suas limitações quanto à morosidade de seus processos internos, bem como pelo longo tempo necessário à implantação de um projeto urbano, para, após isto, estabelecer um novo modelo de gestão urbana, que propicie agilidade na tomada das decisões.

Quanto às estratégias para a revitalização da área, verifica-se a possibilidade de fazê-la a partir do patrimônio edificado e da ambiência da região, com a implantação de novas atividades e o incentivo à retomada da vitalidade do espaço urbano, desde que haja os instrumentos legais adequados para incentivar esta concepção.

Este tema apresenta uma série de possíveis derivações, como estender a análise de outras experiências em que o patrimônio ambiental urbano funcionou como pilar de requalificação urbana, e que tipo de estratégias e instrumentos foram utilizados para realizar sua implantação.

Referências

ALMEIDA, Maria Soares. *Transformações Urbanas: Atos, Normas, Decretos, Leis na Administração da Cidade – Porto Alegre 1937/1961*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação – Estruturas Ambientais Urbanas, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, São Paulo, 2004.

CURTIS, Júlio Nicolau Barros. *Vivências com a Arquitetura Tradicional do Brasil – Registros de uma experiência técnica e didática*. Editora Ritter dos Reis, Porto Alegre, 2003.

PMPA - Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Lei Complementar 434/99. *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Porto Alegre*. LC 434/99, Porto Alegre, 1999.

TITTON, Cláudia Paupério. *Reestruturação Produtiva e Regeneração Urbana: o caso do IV distrito de Porto Alegre*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Plesbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2012.

YÁZIGI, Eduardo. O patrimônio ambiental urbano: uma conceituação ampliada e aperfeiçoada. *Revista Hospitalidade*. São Paulo, v. IX, n. 1, p. 22 - 51, junho 2012.

Contribuições do conceito e da abordagem de metabolismo urbano para a avaliação do custo das decisões ambientais

Eugenia Aumond Kuhn, Miguel Aloysio Sattler, Lucas Dorneles Magnus

Eugênia Aumond Kuhn, Miguel Aloysio Sattler, Lucas Dorneles Magnus. Contribuições do conceito e da abordagem de metabolismo urbano para avaliação do custo das decisões ambientais. *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 282-298, jan./out. 2017

data de submissão: 13/10/2016
data de aceite: 25/04/2017

Eugenia Aumond Kuhn é Arquiteta (UFRGS); Doutora em Engenharia Civil (UFRGS); professora do Centro Universitário Ritter dos Reis – UniRitter; eugeniaakuhn@gmail.com

Miguel Aloysio Sattler é Engenheiro Civil e engenheiro Agrônomo; Doutor (University of Sheffield) e pós doutor (University of Liverpool) em Ciências Ambientais Ligadas à Edificação; professor titular do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil (UFRGS); masattler@gmail.com

Lucas Dorneles Magnus *Graduando em Arquitetura e Urbanismo; Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); lucas.magnus@ufrgs.br*

Resumo

Intrinsecamente associado ao conceito de ecologia urbana está o de metabolismo urbano, o qual dá origem a pesquisas com o intuito de estimar a interferência dos sistemas urbanos na estabilidade dos fluxos de materiais e energia da biosfera. Ambos os conceitos, originados em meados do século XX, difundiram-se internacionalmente. A partir da revisão bibliográfica em bases de artigos científicos identificaram-se mais de 20 estudos, conduzidos na última década, aplicando a abordagem de metabolismo a municípios e regiões metropolitanas reais. O crescente número de pesquisas se deve à consolidação de planos de ação internacionais para o desenvolvimento sustentável. Apesar da profusão de pesquisas recentes, a maior parte das iniciativas é desenvolvida no contexto europeu, contando, inclusive, com um método padrão a orientá-las. A lacuna de estudos de cidades latino-americanas fomentou a tese de doutorado da primeira autora deste artigo, na qual se realizou a primeira caracterização dos fluxos de materiais associados ao metabolismo de um município brasileiro (caso de Feliz, RS). Para tanto, fez-se um extenso trabalho de identificação e de coleta de dados e o desenvolvimento de procedimentos metodológicos específicos para seu tratamento. O presente artigo tem por objetivo, a partir dos resultados obtidos e dos procedimentos metodológicos desenvolvidos, discutir as potenciais contribuições do conceito e da abordagem de metabolismo urbano para avaliação do custo das decisões ambientais no contexto brasileiro. Espera-se contribuir com o tema através: a) da análise das relações entre ecologia urbana, metabolismo urbano e avaliação de custos ambientais; b) da identificação das atividades de tomada de decisão as quais os resultados obtidos poderiam oferecer suporte; c) da análise das possibilidades e limitações ao se pretender caracterizar o metabolismo de um número maior de municípios brasileiros e d) de uma discussão dos desenvolvimentos futuros neste tema de pesquisa.

Palavras-chave: ecologia urbana. metabolismo urbano. sustentabilidade urbana.

Abstract

The concept of urban ecology is linked to the concept of urban metabolism that tries to estimate the interference of urban systems in the stability of flows of materials and energy historically established in the biosphere. Both concepts originated in the



mid-twentieth century and spread internationally. A literature review on more than 20 scientific articles, written over the past decade identified the metabolic approach being applied to cities, municipalities and metropolitan areas. The growing number of research is due to the consolidation of international action plans for sustainable development. It was also identified that most of the researches were developed in the European context, where a standard method begins to be established. The absence of such type of studies in Latin America fomented the doctoral dissertation of the first author of this article, in which the first characterization of material flows associated to the metabolism of a Brazilian municipality was carried out (municipality of Feliz, State of Rio Grande do Sul). An extensive search led to data identification and collection, as well as to the development of specific methodological procedures for their treatment. From the results obtained and methodological procedures developed, this article aims to discuss potential contributions of the urban metabolism concept and approach to the assessment of the costs of environmental decisions in Brazilian settings. Contributions are made by: a) an analysis of the relationship between urban ecology, urban metabolism and assessment of environmental costs; b) the identification of the decision-making activities whose results it could support; c) the analyses of the possibilities and limitations to characterizing the metabolism of Brazilian cities and d) a discussion on future developments in this area of research.

Keywords: urban ecology . urban metabolism. urban sustainability.

Resumen

El concepto de la ecología urbana esta relacionado con el concepto de metabolismo urbano, lo que conduce a la investigación con el fin de estimar la interferencia de los sistemas urbanos en la estabilidad de los flujos de materiales y energía en la biosfera. Ambos conceptos se originaron in la segunda mitad del siglo XX y se extendió a nivel internacional. A partir de una revisión de la literatura, se identificaron más de 20 estudios realizados durante la década pasada, la aplicación del enfoque metabólica a las ciudades, municipios y áreas metropolitanas. El creciente número de investigaciones se debe a la consolidación de los planes de acción internacionales para el desarrollo sostenible. A pesar de la reciente profusión de investigación, la mayoría de las iniciativas se desarrollan en el contexto europeo, donde un método estándar empieza a ser establecido. La laguna de estudios de ciudades de América Latina fomentó la tesis doctoral del primer autor de este artículo, en el que la primera caracterización de información de flujos de materiales asociados con el metabolismo de un municipio brasileño se llevó a cabo (Feliz, RS). Por lo tanto, se llevó a cabo un extenso trabajo para la identificación y recopilación de datos, así como el desarrollo de procedimientos metodológicos específicos para su tratamiento. A partir de los resultados obtenidos y los procedimientos metodológicos desarrollados, este artículo tiene como objetivo discutir las posibles contribuciones del concepto y enfoque relacionado con el metabolismo urbano para evaluar el costo de las decisiones ambientales en el contexto brasileño. Las contribuciones se hacen mediante: a) el análisis de la relación entre la ecología urbana, metabolismo urbano y la evaluación de los costos ambientales; b) la identificación de las actividades de toma de decisiones cuyos resultados podrían apoyar; c) el análisis de las posibilidades y limitaciones para caracterizar el metabolismo de un mayor número de ciudades brasileñas y d) un análisis de la evolución futura de esta área de investigación.

Palabras clave: ecología urbana. metabolismo urbano. sostenibilidad urbana.

Introdução

O conceito de ecologia urbana surge por volta de 1960, com os posicionamentos críticos sobre o crescimento econômico e seus efeitos ambientais, bem como com a consolidação do campo da ecologia de ecossistemas. No período, nasciam críticas severas à cidade industrial. Para citar apenas um exemplo, Mumford (1961), denunciou o mito das megalópolis e, como outros contemporâneos, previu os conflitos das cidades industriais.

Desde então, a noção de sustentabilidade vem ocupando espaço crescente nas discussões internacionais sobre desenvolvimento. Além disso, alguns pesquisadores, a exemplo de Costa (1999), afirmam que parte significativa desse debate, nos países desenvolvidos, se concentra no papel das cidades. Evidências em sintonia com essa afirmação podem ser encontradas na Agenda Habitat (1996), um dos principais planos de ação internacional para o desenvolvimento sustentável.

Silva (2000), contudo, destaca que embora haja um aparente consenso, na esfera discursiva, quanto ao reconhecimento dos problemas que atingem as sociedades e as cidades contemporâneas e da necessidade de superá-los, ele é desfeito, no instante em que passa a requerer proposições objetivas. Especificamente no que se refere à dimensão ambiental, tal dificuldade se estabelece, entre outros motivos, devido à lacuna de conhecimento existente sobre como e em que extensão os diferentes sistemas, padrões e atividades locais (municipais ou urbanas) impactam os sistemas naturais, nas escalas local, regional e global (ALBERTI, 1996).

Estudos no campo da ecologia urbana buscam tais respostas em pesquisas com diferentes abordagens. Uma das mais perseguidas adota o conceito de metabolismo urbano, que busca estimar a interferência dos sistemas urbanos na estabilidade dos fluxos de materiais e energia da biosfera.

Apesar do crescimento do número de pesquisas recentes adotando a abordagem de metabolismo urbano, a maior parte delas tem sido desenvolvida no contexto europeu, contando inclusive, com um método padrão a orientá-las. Particularmente escassos são os estudos de metabolismo de cidades latino-americanas. Esta lacuna foi decisiva para a realização a tese de doutorado da primeira autora deste artigo (KUHN, 2014), pioneira caracterização dos fluxos de materiais associados ao metabolismo de um município brasileiro (caso de Feliz, RS).

O presente artigo tem por objetivo, a partir dos resultados obtidos e dos procedimentos metodológicos desenvolvidos por Kuhn (2014), **discutir as potenciais contribuições do conceito e da abordagem de metabolismo urbano para a avaliação do custo das decisões ambientais no contexto brasileiro**. Espera-se atingir esse objetivo por meio de três discussões. A primeira, desenvolvida na seção 2, apresenta uma análise das contribuições teóricas, investigando as relações entre os conceitos de ecologia urbana, metabolismo urbano e avaliação de custos ambientais. A segunda busca identificar contribuições práticas, com o auxílio da identificação das atividades de tomada de decisão às quais o tipo de resultados obtidos nos estudos de metabolismo poderia oferecer suporte (seção 3). A seguir, na seção 4, faz-se uma análise de possibilidades e limitações para se caracterizar o metabolismo de um número maior de cidades brasileiras. Por fim, conclui-se o artigo com uma síntese dos desenvolvimentos futuros desejáveis neste tema.

Relações entre ecologia urbana, metabolismo urbano e avaliação de custos ambientais

Desenvolvimento e estado da arte das pesquisas no campo da ecologia urbana e metabolismo urbano

A expressão ecologia urbana foi aplicada, desde sua origem, para designar, no mínimo, duas grandes linhas de pesquisa, investigando diferentes fenômenos urbanos. Uma delas, desenvolvida a partir da segunda década do século XX, foi muito difundida pelos trabalhos na chamada “Escola de Chicago”, com estudos sociológicos, na linha de ecologia humana aplicada aos fenômenos associados ao crescimento das grandes cidades, em particular nos Estados Unidos (CIDADE, 2012).

Outra linha, difundida a partir da década de 1960, origina-se da transposição das discussões do campo da ecologia de ecossistemas em decorrência da Teoria Geral dos Sistemas, desenvolvida em meados do século XX (FISCHER-KOWALSKI, 1998). O conceito de ecologia urbana, nesta linha, parte de uma visão de que a cidade pode ser vista como um ecossistema em sentido amplo: “uma unidade ambiental, dentro da qual todos os elementos e processos do ambiente são inter-relacionados e interdependentes, de modo que uma mudança em um deles resultará em alterações em outros componentes” (MOTA, 1981, p. 15).

É nesta segunda linha pesquisa, que surge o **conceito de metabolismo urbano**, a partir do reconhecimento de que os sistemas urbanos, em analogia aos sistemas naturais, apresentariam um metabolismo. Wolman (1965) foi o primeiro a tentar operacionalizar o conceito para o entendimento dos sistemas urbanos, quantificando as entradas e as saídas de materiais e de energia de uma cidade americana hipotética, de um milhão de habitantes.

Para Broto, Alen e Rapoport (2012), a inovação fundamental no estudo de Wolman, dentro da ecologia urbana, foi a de realizar uma adequação dos estudos de "ecologia nas cidades" para estudos de "ecologia das cidades". Enquanto os primeiros se concentram em explicar como padrões e processos biofísicos dentro dos limites das cidades são diferentes daqueles ocorrentes em ambientes "naturais", os segundos salientam como as cidades processam os materiais e a energia oriundos e/ou destinados aos ambientes circundantes. Esta última perspectiva caracteriza a cidade como um ecossistema integrando um sistema maior e utiliza o conceito de metabolismo para descrever as interações entre os subsistemas urbanos dentro de uma região (BROTO; ALLEN; RAPOPORT, 2012).

Os primeiro textos sobre ecologia urbana foram bem recebidos internacionalmente e levaram a UNESCO - *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* - a conduzir o programa, lançado em 1971, denominado Homem e Biosfera, o qual também tinha em seu escopo a análise detalhada de Roma, Barcelona e Hong Kong. Contudo, o interesse pela aplicação do conceito de metabolismo às cidades sofreu uma redução na década de 1980. Em 1983 ocorreu, no Japão, um simpósio sobre metabolismo urbano, mas poucos artigos foram publicados, destacando-se apenas um, apresentado por Girardet (KENNEDY; PINCETL; BUNJE, 2010). O autor apontava como principal causa dos impactos ambientais transferidos das cidades para outras regiões o "metabolismo linear" das cidades, onde recursos são consumidos em altas taxas nas cidades, metabolizados e depois expelidos como resíduos. A chave para a redução desses impactos estaria no estabelecimento de um "metabolismo circular", no qual, tanto o consumo de recursos, quanto a emissão de resíduos seriam reduzidos. Esta proposta é, nos anos 2000, resgatada por Rogers e Gumuchdjan (2014), que adota o "metabolismo semicircular" como um dos paradigmas do modelo de cidade sustentável.

A partir do início da década de 1990, estudos de metabolismo aplicados a cidades começaram a ressurgir

lentamente até, a partir dos anos 2000, passaram a apresentar um crescimento exponencial. A partir de uma revisão bibliográfica em bases de artigos científicos, foram identificados mais de 20 estudos, conduzidos nos últimos 16 anos, aplicando a abordagem de metabolismo a cidades, municípios e regiões metropolitanas. Além disso, em 2007, o *Journal of Industrial Ecology* dedicou uma edição exclusiva ao metabolismo das cidades, a qual contou com 10 artigos teóricos, de autores ligados a diferentes áreas do conhecimento (BAI, 2007).

O crescimento no número de pesquisas está diretamente associado à consolidação de planos de ação internacionais para o desenvolvimento sustentável. Assim, para alguns pesquisadores, como Kennedy e Hoornweg (2012), se os governos locais pretendem verdadeiramente adotá-lo, então a coleta de dados acerca do metabolismo urbano tem de se tornar uma atividade recorrente e muito mais cidades devem começar a avaliar o seu desempenho ambiental.

O direcionamento de olhares para a escala territorial local e, particularmente, para as cidades se deve ao reconhecimento de que significativas pressões, principalmente ambientais, são geradas a partir das mesmas e transferidas para além dos seus limites, atingindo, tanto as áreas do seu entorno, como regiões distantes do globo (BAI, 2007). O assim denominado encurtamento das distâncias, possibilitado pelos meios de transporte contemporâneos, o crescimento dos mercados globalizados, bem como a transferência da lógica industrial para as atividades primárias, tem aumentado a complexidade das relações das cidades entre si, das cidades com suas áreas rurais circundantes e das cidades com os processos ambientais que, local, regional e globalmente lhe dão suporte.

No que se refere aos desdobramentos metodológicos do conceito de metabolismo, observa-se que a maior parte das pesquisas de metabolismo urbano conduzidas na última década adota como referência o Guia Metodológico Eurostat (EUROSTAT, 2001), o qual foi desenvolvido, originalmente, para a avaliação do metabolismo físico das economias nacionais europeias. É neste continente que a maior parte das pesquisas recentes tem sido desenvolvida, de modo que cada estudo propõe adaptações e adequações desse Guia para a escala municipal, a partir da disponibilidade de dados do contexto onde estão inseridos. Uma razão adicional para o uso do Guia Metodológico Eurostat é que, com a padronização das categorias de fluxos agrupados e de procedimentos desenvolvidos, os re-

sultados dos metabolismos de diferentes cidades podem ser comparados. Além disso, o Guia apresenta também uma proposta de um conjunto de indicadores derivados da contabilidade metabólica.

É interessante mencionar que em todos os estudos desenvolvidos, a unidade de análise é delimitada pelas fronteiras administrativas da região analisada. Assim, em geral, os estudos englobam recortes territoriais que correspondem, fazendo-se uma analogia com a organização político-administrativa brasileira, a municípios ou regiões metropolitanas.

Os únicos estudos de metabolismo urbano no Brasil foram os desenvolvidos por Conke e Ferreira (2015) para Curitiba e por Kuhn (2014) para o município de Feliz, RS. O metabolismo de Curitiba é investigado a partir de um número reduzido de fluxos específicos, que seriam representativos do metabolismo global. Os autores adotam um método simplificado proposto por Kennedy e Hoornweg (2012), no escopo do que denominam de *Abbreviated Urban Metabolism Studies*.

No estudo de Feliz, são adotados os procedimentos gerais e a classificação de fluxos proposta pelo método Guia Metodológico Eurostat como guia dos dados a serem coletados. Assim, foi investigada a totalidade dos fluxos formais (capturados por fontes oficiais ou estatísticas) de origem humana que ingressam ou deixam o município. Este método demanda uma compilação exaustiva dos fluxos entradas e saídas do sistema. No lado das entradas, foi estimada a extração local e a importação a partir de outros municípios, regiões ou países. Entre as saídas são incluídos resíduos, emissões aéreas, efluentes líquidos e exportações para outros municípios, regiões ou países.

É apontada como sendo particularmente difícil a obtenção de dados relativos aos fluxos de importações e exportações municipais. Como alternativa para o contexto brasileiro, desenvolveu-se um conjunto de procedimentos, que extrai dados de Notas Fiscais Eletrônicas (NF-e), que conta com a ajuda de um *software* desenvolvido para conversão automatizada, usando a linguagem de programação Java. Esses procedimentos são apresentados de forma simplificada no presente artigo, mas podem ser consultados em Kuhn (2014), onde são detalhadamente descritos.

Os dados que tem origem nas NF-e foram fornecidos pela Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul, por meio de um conjunto de planilhas Excel em que constavam todos os produtos comercializados entre

empresas de Feliz e de outros municípios, ao longo de 2011. Devido ao fato de estarem desagregados ao nível do produto individual, ocorrente em cada transação comercial, e de estarem registrados em diversas unidades de medida, os procedimentos envolveram, inicialmente, a conversão da unidade de medida existente para toneladas. Posteriormente, de acordo com o seu código NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul) e com base no Guia Metodológico Eurostat, cada produto foi categorizado segundo: a) seu nível de processamento; b) sua composição e; c) sua posição, capítulo e seção superior na estrutura NCM.

A figura 01 apresenta os resultados em seu maior nível de agregação, segundo sua composição predominante. Outros gráficos e diagramas foram produzidos a partir das demais formas de categorização. O método também permite a análise ao nível do produto individual (entrada, saída e consumo de gasolina ou cimento, por exemplo) e o cálculo de indicadores para comparação entre cidades (ver exemplo na seção 3.2).

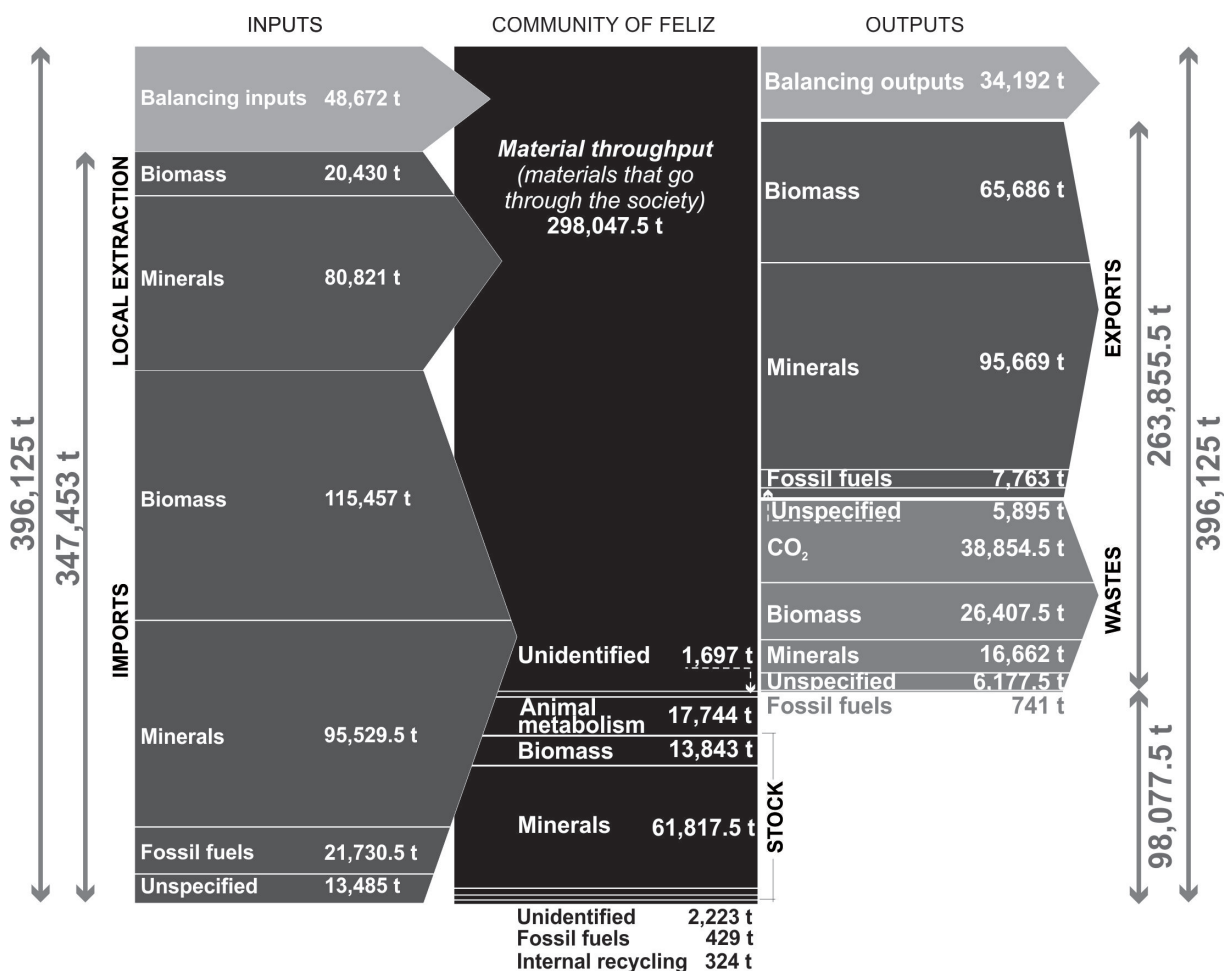


Figura 1 Fluxos de materiais do município de Feliz, no ano de 2011, por composição, em toneladas. Fonte: Kuhn, 2014

Metabolismo urbano e custos ambientais

Analisados a partir dos conceitos apresentados na seção anterior, os municípios são considerados sistemas abertos, dependentes do ambiente exterior para que parte de suas funções sejam supridas, através da provisão de recursos e da assimilação de resíduos (BAI, 2007). Todos os recursos demandados pelo sistema são chamados **entradas** (*inputs*), as quais podem ser extraídas do ambiente local ou podem chegar ao sistema por meio de outros sistemas (outros municípios, por exemplo). Materiais extraídos ou processados localmente e depois exportados, assim como os materiais expelidos, depois de serem “metabolizados”, são denominados **saídas** (*outputs*).

Todas as interações entre o sistema e o ambiente são expressas em termos de fluxos de massa e energia, que podem ser vistas como **cadeias de causas e efeitos**. Esse encadeamento é provocado por processos e atividades humanas, fontes de **cargas ambientais**, que, por sua vez, acarretam uma série de mecanismos intermediários até, em último grau, provocarem um impacto ambiental final. As cargas ambientais, entendidas como saídas diretas dos processos, são apresentadas na forma de consumo de recursos ou de geração de emissões, as quais são identificadas pelos estudos de metabolismo. Suas decorrências imediatas são os efeitos ambientais, que se caracterizam como a primeira reação do ambiente circundante. Por fim, impactos ambientais ocorrem em decorrência dos efeitos ambientais e, usualmente, envolvem aparente perda ou ganho para a sociedade, para um grupo de pessoas ou para um indivíduo específico (*IEA ANNEX 31 - ENERGY RELATED ENVIRONMENTAL IMPACT OF BUILDINGS*, 2004).

Geralmente, uma cadeia de causas e efeitos é mais longa e intrincada do que parece, sendo que, em sistemas complexos como as cidades, essas redes tendem a ser extremamente complexas. Para estudar os potenciais impactos finais de uma carga ambiental, modelos de laboratório têm sido desenvolvidos (FEMIA; MOLL, 2005). No entanto, eles fornecem apenas representações simplificadas das verdadeiras interações ambientais, que abrangem milhares de espécies vivas e a totalidade de condições que as rodeiam. Mensurar os impactos finais das cadeias de causa e efeito é mais difícil do que mensurar aqueles intermediários ou os efeitos diretos de cargas ambientais, pois não há disponibilidade de dados confiáveis e modelos suficientemente robustos que permitam a mensuração dos impactos finais, permanecendo, assim, demasiadamente limitados (*UNITED NATIONS ENVIRONMENTAL PROGRAMME*, 2003).

Devido às incertezas na previsão dos impactos ambientais finais, a grande maioria dos estudos de metabolismo urbano fica restrita à estimativa das cargas ambientais (fluxos de materiais). Assim, os resultados, em geral, são predominantemente quantitativos e descritivos.

Apenas foi encontrada uma pesquisa buscando estimar impactos finais, a partir de procedimentos para associar os resultados de fluxos de materiais às ferramentas (*softwares*), apropriados para Avaliação do Ciclo de Vida (VAN DER VOET et al, 2005).

No estudo desenvolvido por Kuhn (2014), a autora optou por não converter os resultados em potenciais impactos, pois se considerou que as incertezas e imprecisões relacionadas a esses procedimentos frustrariam os esforços de se estimar os fluxos de materiais de Feliz com maior precisão. Assim, a avaliação do metabolismo foi feita de forma analítica ou comparativa.

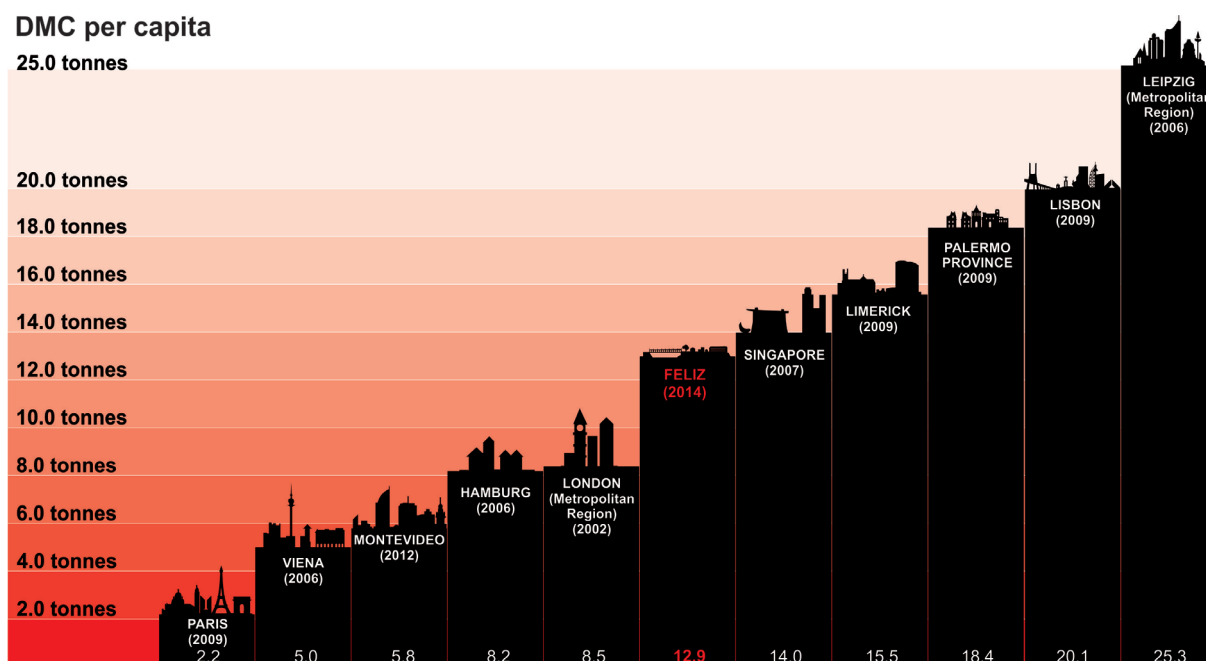


Figura 2
Comparação de indicadores DMC já estimados em estudos de metabolismo urbano, em toneladas per capita.
Fonte: própria

A avaliação analítica é feita de diversas formas. Buscou-se identificar em que setores do município são observados iniciativas que promovam o fechamento dos ciclos de materiais. Também foi possível identificar fluxos críticos específicos, com alto potencial contaminante. No que se refere à análise comparativa, pode-se confrontar indicadores de diferentes cidades.

A figura 2 apresenta a comparação do indicador de consumo (*Domestic Material Consumption* - DMC),

por exemplo. Ressalta-se, entretanto, que esta figura deve ser analisada com cautela, pois os estudos ilustrados foram realizados por diferentes autores, em diferentes datas. Comparações diretas demandariam o uso de fontes de dados comuns.

Por fim, os resultados também podem se avaliados a partir das categorias, como composição, criadas e descritas na seção anterior.

Metabolismo urbano e as decisões ambientais

Tem sido crescentemente reconhecido o variado potencial de usos dos resultados de pesquisas em metabolismo urbano como suporte às decisões ambientais, tendo em vista a riqueza de informações geradas a partir delas. Entretanto, observa-se que os estudos de metabolismo urbano em sua maior parte concentram-se no ambiente científico de modo que poucos exemplos de aplicações como suporte à decisão em situações concretas são encontrados na literatura.

Para tornar a análise apresentada nesta seção mais objetiva, inicialmente identificam-se as três atividades principais, distintas e complementares vinculadas ao desenvolvimento urbano: gestão, planejamento e projeto. A partir das atividades mencionadas acima, discute-se, nas subseções seguintes, o potencial de uso dos resultados de estudos de metabolismo urbano.

Suporte à gestão municipal

Os resultados dos estudos de metabolismo aplicados à gestão municipal parecem ser os mais evidentes, considerando que uma variedade de fluxos está diretamente relacionada à infraestrutura e aos procedimentos cotidianos de administração. Entre eles, destacam-se os fluxos de resíduos sólidos urbanos, de resíduos de construção e de demolição, de água e de esgoto. Observa-se que as responsabilidades da gestão municipal são, em muitas regiões, pelo menos no Brasil, distribuídas entre secretarias que tratam com funções municipais específicas e que, frequentemente, também são responsáveis pelo planejamento de ações futuras. Nesse caso, provavelmente, cada órgão estaria interessado em resultados de fluxos bastante específicos, sendo mais informativos resultados detalhados, do que altamente agregados.

Suporte ao planejamento

As atividades de planejamento urbano podem ocorrer em diferentes escalas administrativas (33): escala na-

cional, regional, macrolocal, mesolocal e microlocal. O suporte à decisão nas atividades relacionadas a cada escala de ação envolverá demandas por informações distintas.

Nas escalas nacional e regional de planejamento, os resultados dos estudos de metabolismo agregados sob a forma de indicadores permitem monitorar e comparar municípios entre si, bem como comparar indicadores locais com indicadores regionais e nacionais. Além disso, se aplicado em escala ampla, seria possível compreender o papel dos diferentes perfis de municípios, na rede regional e/ou nacional, no que se refere ao suprimento e ao consumo de recursos. Como consequência, seria possível estabelecer políticas ambientais e de desenvolvimento específicas.

Na **escala local de planejamento**, uma das alternativas para a aplicação dos resultados dos estudos de metabolismo é **integrá-los aos relatórios de diagnósticos ambientais**, de modo a servir de suporte ao desenvolvimento de planos e de políticas locais. Neste sentido, parece particularmente promissor associar estudos de metabolismo ao processo de elaboração da **Agenda 21 local** ou de **planos estratégicos semelhantes**. Como exemplo dessa associação, encontraram-se três casos na literatura. O mais recente é o projeto ANAFLUMPA (Análise dos fluxos de materiais de Palermo), do qual várias corporações locais participaram, incluindo a municipalidade¹ de Palermo e a Agência de Proteção Ambiental Regional (FEMIA; FALCITELLI, 2009).

¹ O termo municipality é usado pelos autores.

Resultados de estudos de metabolismo também podem ser usados para investigar efeitos de futuras mudanças nos fluxos municipais. Para isto, podem-se usar técnicas de elaboração de cenários associadas às tendências observadas no aumento ou redução dos fluxos de materiais, ao longo de séries temporais.

Suporte ao projeto

Quanto ao uso dos resultados de fluxos de materiais no projeto urbano, há referência ao desenvolvimento de um projeto, desenvolvido por um grupo de estudantes do curso de arquitetura do MIT, para a reconstrução sustentável de New Orleans (FERNANDEZ; QUINN, 2007).

Segundo Dielmann (2009), projetos urbanos na escala microlocal desempenham um papel determinante na redução dos recursos demandados e dos resíduos gerados durante os processos de construção, visto

que a opção por diferentes tipologias, técnicas construtivas e materiais terão, como resultado, diferentes magnitudes de fluxos, bem como diferentes impactos ambientais. Além disso, as características das edificações também serão determinantes de uma série de fluxos futuros, sobretudo fluxos de energia. A expressividade dos reflexos ambientais de diferentes projetos urbanos pode ser estimada ao se considerar que a maior parte dos recursos naturais extraídos pelo homem seja destinada à construção civil, e que o setor seja um dos maiores consumidores de energia e emissores de gases de efeito estufa (*UNITED NATIONS ENVIRONMENTAL PROGRAMME, 2003*).

Ainda segundo Deilmann (2009), a abordagem de metabolismo também pode ser incluída no debate da influência da forma da cidade no consumo de recursos e na geração de resíduos.

Possibilidades e desafios para a caracterização do metabolismo de municípios brasileiros

Apesar do reconhecimento do potencial de usos dos resultados de pesquisas em metabolismo urbano como suporte às decisões ambientais, no Brasil, este campo de investigação está em fase inicial de desenvolvimento. As duas iniciativas empreendidas originam-se do meio acadêmico e não de uma necessidade empírica de informações por parte de órgãos de administração municipal.

Esta constatação é preocupante por apontar que não há uma tendência de que os custos ambientais, tais como aqueles avaliados nos estudos de metabolismo, venham a ser considerados nos processos decisórios municipais, pelo menos, a curto prazo. A falta de interesse por parte dos gestores está, provavelmente, relacionada ao tipo e ao local onde se manifestam os impactos ambientais decorrentes dos fluxos caracterizados pelos estudos de metabolismo.

No Brasil, as prioridades ambientais urbanas parecem ser distintas, por exemplo, daquelas da Comunidade Europeia. Segundo Niza, Rosado e Ferrão (2009), a gestão sustentável dos recursos naturais tem recebido particular atenção da política ambiental e de desenvolvimento, na medida em que, parte dos mais importantes documentos das políticas dessa comunidade aborda essa questão.

Segundo Costa (1999), a discussão ambiental urbana no Brasil parece estar concentrada em itens associa-

dos ao saneamento básico ou à saúde e à qualidade de vida. Tal quadro está associado ao fato de a maior parte das cidades ainda não ter conseguido resolver um nível mais básico, qual seja o de acesso aos principais bens e serviços urbanos. Acselrad (1999) complementa que o enfoque da qualidade de vida, em certos casos, também se deve à tentativa de promoção de uma imagem que marque a cidade por seu patrimônio biofísico, estético e cultural, de modo a atrair capitais na competição global.

Observa-se que os municípios brasileiros ainda parecem muito longe de assumirem compromissos ambientais claros e, mais longe ainda, de rever seus padrões de uso e de distribuição dos recursos, o que implicaria em rever também uma infinidade de processos e de atividades que lhes dão origem. O questionamento dos padrões de desenvolvimento e a inclusão de requisitos ambientais relacionados à gestão dos recursos são, frequentemente, associados a barreiras para o desenvolvimento econômico ou aumento da qualidade de vida urbana. Além disso, os benefícios ambientais da redução dos fluxos de recursos e de resíduos, frequentemente, não são percebidos diretamente no território que dá origem aos mesmos.

No que diz respeito às alternativas e desafios metodológicos para o desenvolvimento de estudos de metabolismo urbano no contexto brasileiro, a partir das duas experiências prévias desenvolvidas, apontam-se dois caminhos. O primeiro, na linha daquele desenvolvido por Conke e Ferreira (2015), embora mais limitado no número de fluxos de materiais estimados, encontra menos restrições relacionadas à aquisição e ao sigilo de dados. Além disso, os dados exigem, aparentemente, pouco processamento além da simples agregação.

O segundo caminho, na linha da pesquisa conduzida por Kuhn (2014) e dos estudos recentes desenvolvidos no continente europeu, fornece informações adicionais e deles podem ser extraídos indicadores, que permitem a comparação do metabolismo de diferentes municípios. Pressupõe-se a possível replicabilidade do método, que, embora demandante, pode ser facilitada por softwares, como o desenvolvido por Kuhn (2014), para a conversão automatizada de dados.

Entretanto, este método foi estado exclusivamente em um município pequeno, de modo que a reprodução em municípios maiores ou regiões metropolitanas requereria ser testada, para verificação de seus efeitos. Um aspecto crítico da reprodução do método são as possíveis restrições de acesso a uma importante fonte

de dados utilizada, as NF-e, como as da Secretaria da Fazenda, em função de sigilo fiscal.

Conclusões

O presente artigo teve por objetivo discutir as potenciais contribuições do conceito e da abordagem de metabolismo urbano para avaliação do custo das decisões ambientais no contexto brasileiro. O desenvolvimento desta discussão foi iniciado com uma revisão de literatura acerca das relações entre os conceitos de ecologia urbana e de metabolismo urbano, apresentando suas origens, controvérsias e desdobramentos recentes. Desta revisão, constatou-se que as contribuições teóricas resultantes da adoção do conceito e da abordagem de metabolismo, para avaliação dos custos ambientais, estão relacionadas ao fato de se ancorarem em teorias (como a Teoria dos Sistemas) e em modelos (como os modelos de causa e efeito) consolidados.

No que se refere às contribuições práticas, discutiu-se os principais benefícios e as possibilidades de inserção nas três principais atividades vinculadas ao desenvolvimento urbano: gestão, planejamento e projeto.

Por fim, discutiram-se as possibilidades e desafios para a caracterização do metabolismo de um número maior de municípios brasileiros. Como alternativas metodológicas, aponta-se já terem sido propostos dois caminhos: um simplificado, porém mais expedito; e outro, mais completo, porém mais demandante.

Quanto aos desafios relacionados ao interesse das administrações municipais em considerar custos ambientais em seus nos processos decisórios, constatou-se que, em curto prazo, essa não parece ser uma demanda existente.

A partir das discussões desenvolvidas, apontam-se como desejáveis os seguintes desenvolvimentos futuros nos estudos de metabolismo urbano no contexto brasileiro: a) teste da replicabilidade e aprimoramento dos métodos desenvolvidos ou adaptados ao contexto nacional; b) ampliação do número de casos estudados, buscando identificar padrões e, a partir deles, efetuar generalizações acerca da relação entre variáveis urbanas e fluxos de materiais; c) desenvolvimento de estudos de potenciais aplicações práticas, avaliando o interesse de diferentes agentes sociais e representantes de diversos setores municipais.

Referências

- ACSELRAD, H. Discursos da sustentabilidade urbana. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, maio. 1999. v. 1, p. 79–89.
- ALBERTI, M. Measuring urban sustainability. *Environmental Impact Assessment Review*, 1996. v. 16, n. 4–6, p. 381–424.
- BAI, X. Industrial ecology and the global impacts of cities. *Journal of Industrial Ecology*, Spring. 2007. v. 11, n. 2, p. 1–6.
- BROTO, V. C.; ALLEN, A.; RAPOPORT, E. Interdisciplinary perspectives on urban metabolism. *Journal of Industrial Ecology*, 2012. v. 16, n. 6, p. 851–861.
- CIDADE, L. C. F. A questão ambiental urbana: perspectivas de análise. *Anais: Encontros Nacionais da ANPUR*, 1 fev. 2012. v. 6, n. 0. Available in: <<http://unuhoopedagogia.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/1606>>.
- CONKE, L. S.; FERREIRA, T. L. Urban metabolism: measuring the city's contribution to sustainable development. *Environmental Pollution*, jul. 2015. v. 202, p. 146–152.
- COSTA, H. Desenvolvimento urbano sustentável: uma contradição de termos? *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 1999. v. 2, n. 2, p. 55–71.
- DEILMANN, C. Urban metabolism and the surface of the city. *Guiding principles for spatial development in Germany*. Berlin, Heidelberg: Springer Berlin Heidelberg, 2009, p. 1–16.
- EUROSTAT. *Economy-wide material flow accounts and derived indicators. A methodological guide*. Luxembourg: Statistical Office of the European Union, 2001.
- FEMIA, A.; FALCITELLI, F. The Anaflumpa project: economy-wide MFA at a local level - the case of the Italian province of Palermo. In: CONACCOUNT 2008. Urban Metabolism: Measuring the Ecological City, 2009, Praga. *Anais...* Praga: Charles University Environment Center, 2009. p. 408–429.
- FEMIA, A.; MOLL, S. *Use of MFA-related family of tools in environmental policy-making: overview of possibilities, limitations and existing examples of application in practice*, working paper. p.31. European Environment Agency, Copenhagen.
- FERNANDEZ, J.; QUINN, D. *Urban metabolism: ecologically sensitive construction for a sustainable New Orleans*. Available in: <http://web.mit.edu/djq/Public/Thesis/Holcim_April_07_David_Quinn.pdf>.
- FISCHER-KOWALSKI, M. Society's metabolism. *Journal of Industrial Ecology*, 1998. v. 2, n. 1, p. 61–78.
- IEA ANNEX 31 - ENERGY RELATED ENVIRONMENTAL IMPACT OF BUILDINGS. Environmental framework. [S.l.], 2004. Available in: <<http://annex31.wiwi.unikarlsruhe.de/concepts.htm>>.
- KENNEDY, C.; HOORNWEG, D. Mainstreaming urban metabolism. *Journal of Industrial Ecology*, 2012. v. 16, n. 6, p. 780–782.
- KENNEDY, C.; PINCETL, S.; BUNJE, P. The study of urban metabolism and its applications to urban planning and design. *Environmental Pollution*, 2011. v. 159, n. 8, p. 1965–1973.
- KUHN, E. A. *Metabolismo de um município brasileiro de pequeno porte: o caso de Feliz, RS*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014. Tese (Doutorado em Engenharia Civil). Available in: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/96657>>.
- MOTA, S. *Planejamento urbano e preservação ambiental*. Fortaleza: Edições UFC, 1981.

MUNFORD, L. *The city in history: its origins, its transformations, and its prospects*. New York: Harcourt, Brace & World, 1961.

NIZA, S.; ROSADO, L.; FERRÃO, P. Urban metabolism: methodological advances in urban material flow accounting based on Lisbon case study. *Journal of Industrial Ecology*, 2009. v. 13, n. 3, p. 384–405.

ROGERS, R.; GUMUCHDJIAN, P. *Cidades para um pequeno planeta*. 1. ed. São Paulo: Gustavo Gili (BR), 2014.

SILVA, S. *Indicadores de sustentabilidade urbana: as perspectivas e as limitações da operacionalização de um referencial sustentável*. São Carlos: Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia, Universidade Federal de São Carlos, 2000. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana).

SOUZA, M. L. De. *Mudar a cidade: uma introdução ao planejamento e à gestão urbanos*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME. Evaluation of environmental impacts in life cycle assessment. [S.l.], 2003. Available in: <http://rosinant.antenna.nl/scnet/fmpro?-db=scnetres_.fp3&format=rescatpub.html&-view>.

UNITED NATIONS HUMAN SETTLEMENTS PROGRAMME - UN-HABITAT. *The Habitat Agenda*. Istanbul: UN-HABITAT, 1996.

VAN DER VOET, E. et al. *Policy Review on Decoupling: Development of indicators to assess decoupling of economic development and environmental pressure in the EU-25 and AC-3 countries*. CML report 166. Leiden, Holanda: European Community, 2005.

WOLMAN, A. The metabolism of cities. *Scientific American*, 1965. v. 213, p. 179–190.

Nícolás Guerra Rodrigues Tão, Alexandre da Silva Faustino, Ricardo Siloto da Silva, Renata Bovo Peres. Convergências dos campos urbano e ambiental em propostas conceituais que visam a sustentabilidade urbana: avanços e desafios. *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 299-317, jan./out. 2017

data de submissão: 13/10/2016
data de aceite: 25/04/2017

Convergências dos campos urbano e ambiental em propostas conceituais que visam a sustentabilidade urbana: avanços e desafios

Nícolás Guerra Rodrigues Tão, Alexandre da Silva Faustino, Ricardo Siloto da Silva, Renata Bovo Peres

Nícolás Guerra Rodrigues Tão é Mestrando em Engenharia Urbana; PPGEU/UFSCar; nicolas.tao@hotmail.com

Alexandre da Silva Faustino é Mestrando em Engenharia Urbana; PPGEU/UFSCar; alexandre.mog@gmail.com

Ricardo Siloto da Silva é Doutor em História; Professor Titular do Departamento de Engenharia Civil, UFSCar; rss@ufscar.br

Renata Bovo Peres é Doutora em Engenharia Urbana; Professora Adjunta do Departamento de Ciências Ambientais, UFSCar; renataperes@ufscar.br

Resumo

Fruto da aproximação entre as ciências ambientais e urbanas, surgem novas abordagens teóricas que mesclam conceitos de ambas estas áreas. As tentativas de interdisciplinaridade visam a elaboração de diretrizes que respondam de forma mais holística as demandas da população, embasado nas diversas dimensões atribuídas ao desenvolvimento sustentável. Neste sentido, qual ótica pode ser estabelecida sobre o urbanismo que o permita contribuir para a qualidade ambiental das cidades e, consequentemente, para a qualidade de vida humana? E como alguns campos disciplinares e teorias que refletem sobre os processos e fluxos naturais podem trazer alternativas ao cenário urbano que diminuam o afastamento das dimensões ambiental e urbana? Em busca de respostas, o presente artigo propõe uma análise crítica dos conceitos de ecologia urbana e cidades biofílicas, e dos conceitos de urbanismo sustentável e urbanismo ecológico, enquanto propostas que problematizam questões ambientais no cenário urbano, e vice-versa. São estabelecidos paralelos entre os modelos e discutidos possíveis desafios e potencialidades para a inserção das dimensões socioambientais da sustentabilidade no contexto do espaço urbano. Além disso, são colocadas algumas implicações aos projetos urbanos. Para isso, este estudo se propôs a realizar uma investigação de caráter exploratório-descritivo, de natureza teórico-conceitual, com tipologia de procedimento técnico bibliográfica. O produto deste processo é a análise crítica de uma matriz comparativa onde constam as principais influências, conceitos, estratégias, implicações à projetos urbanos, aproximações à sustentabilidade e desafios das abordagens pesquisadas. Evidencia-se que isoladamente eles não são capazes de preencher o vasto campo de problemas que se colocam no espaço urbano, sendo que cada um apresenta níveis variáveis de envolvimento com os diferentes pilares da sustentabilidade. Há que se pensar localmente na melhor apropriação de seus princípios e estratégias, a qual tenderá a ser mais assertiva se oriunda da interlocução entre os conceitos.

Palavras-chave: Urbanismo, Planejamento Ambiental Urbano, Ecologia.

Abstract

Currently, there are new theoretical approaches that mix concepts of both environmental and urban sciences. This search for interdisciplinarity aims the development of guidelines to respond more

holistically the demands of the population. These guidelines should be based on the various dimensions assigned to sustainable development. In this sense, what perspective can be established on urban planning that enables it to contribute for the environmental quality of cities and hence for the quality of human life? How some disciplines and theories that reflect on the processes and natural flows can bring alternatives to the urban setting that reduce the clearance of environmental and urban dimensions? In these terms, this article proposes the critical analysis of the concepts of urban ecology and biophilic cities, and concepts of sustainable urbanism and ecological urbanism as proposals that question environmental issues in urban setting, and vice versa. Parallels between models are established. Possible challenges and opportunities for the integration of social and environmental dimensions of sustainability in the context of urban space are discussed. In addition, some implications for urban projects are placed. Thereunto, this study conducted an exploratory and descriptive research, in theoretical-conceptual nature, with typology of bibliographical technical procedure. The product of this process is the critical analysis of a comparative matrix, which contains the main influences, concepts, strategies, implications for urban projects, approximations to sustainability and challenges of the surveyed approaches. It was evident that they alone are not able to fill the wide range of problems facing the urban space; each of which has varying levels of involvement with the different pillars of sustainability. Alternatively, it is possible to think locally in a better ownership of its principles and strategies. The tactics tend to be more assertive if arising from the dialogue between concepts

Keywords: Urbanism, Environmental Urban Planning, Ecology.

Resumen

Con la aproximación entre las ciencias ambientales y urbanas, surgen nuevos enfoques teóricos que mezclan los conceptos de estas dos áreas. Los intentos de interdisciplinariedad buscan a la elaboración de directrices para responder de manera más holística las demandas de la población, pautados en las diversas dimensiones asignadas al desarrollo sostenible. En este sentido, ¿qué óptica se puede establecer en el urbanismo que permita contribuir a la calidad ambiental de las ciudades y por lo tanto a la calidad de la vida humana? Y ¿cómo algunos campos disciplinares y teorías que reflejan a cerca de los procesos y los flujos naturales pueden aportar alternativas a el paisaje urbano que reduzcan el distanciamiento de las dimensiones ambientales y urbanas? En busca de respuestas, este artículo propone un análisis crítico de los conceptos de la ecología urbana y ciudades biofílicas, y de los conceptos de urbanismo sostenible y urbanismo ecológico como propuestas que problematizan cuestiones ambientales en el contexto urbano, y viceversa. Se establecen paralelos entre los modelos y se discuten posibles desafíos y oportunidades para la integración de las dimensiones socio ambientales de la sostenibilidad en el contexto del espacio urbano. Además, se colocan algunas implicaciones para los proyectos urbanos. Por lo tanto, este estudio buscó a hacer una investigación de carácter exploratorio-descriptivo, de naturaleza teórico-conceptual, con tipología de procedimiento técnico bibliográfica. El producto de este proceso es el análisis crítico de una matriz comparativa que contiene las principales influencias, conceptos, estrategias, implicaciones para los proyectos urbanos, aproximaciones a la sostenibilidad y desafíos de los abordajes estudiados. Es evidente que ellos solos no son capaces de cubrir la amplia gama de problemas que enfrenta el espacio urbano, pues cada uno tiene presentan niveles variables de implicación con los diferentes pilares de la sostenibilidad. Se necesita pensar en nivel local cual la mejor apropiación de sus principios y estrategias, que tendrá a ser más asertiva cuando surgida del diálogo entre los conceptos.

Palabras-clave: Urbanismo, Planificación Ambiental Urbana, Ecología.

Introdução

Fruito da aproximação entre as ciências ambientais e urbanas, seja por influência dos pareceres das organizações globais ou questões locais, surgem novas abordagens que mesclam conceitos de ambas as áreas. As tentativas de interdisciplinaridade visam a elaboração de um modelo que responda holisticamente às demandas da população, embasado nas dimensões atribuídas ao desenvolvimento sustentável.

Dentro desse debate, algumas questões podem ser estabelecidas: qual ótica pode ser posta sobre o urbanismo que o permita contribuir para a qualidade ambiental das cidades e, conseqüentemente, para a qualidade de vida humana? E como alguns campos disciplinares e teorias que refletem sobre os processos e fluxos naturais podem trazer alternativas ao cenário urbano que diminuam o afastamento das dimensões ambiental e urbana?

Este estudo se propôs à análise crítica dos conceitos de ecologia urbana e cidades biofílicas, e dos conceitos de urbanismo sustentável e urbanismo ecológico, enquanto propostas que problematizam questões ambientais no cenário urbano e vice-versa. Procurou identificar contribuições destes conceitos para um desenvolvimento mais harmonioso entre o ser humano e o mundo natural. Em seguida, foram estabelecidos paralelos entre os modelos e discutidos possíveis desafios e potencialidades para a inserção das dimensões socioambientais da sustentabilidade no contexto do espaço urbano.

Perspectiva ambiental sobre a problemática urbana

Ecologia urbana

O meio urbano é, por definição, o território que concentra a população humana e suas atividades, e por isso é um produto associado ao desenvolvimento da civilização humana. Porém, neste processo de ocupação territorial, a expansão do habitat humano se deu sobre áreas que abrigavam diversos outros seres vivos e suportavam os fluxos de matéria e energia da natureza. A característica de produção das cidades, especialmente a partir da civilização industrial, é de desconfigurar os processos naturais das áreas ocupadas e assim degradar o habitat dos seres vivos que até então o usufruíam. Apesar das mudanças que a urbanização traz aos ecossistemas, aos seus proces-

sos e às espécies, ela não os elimina por completo, mas os reconfigura e redimensiona para que sirvam às demandas humanas nas cidades. De fato, existe toda uma ecologia de fluxos materiais e energéticos urbanos para o usufruto humano, e também de outros seres vivos que habitam as cidades (Niemela et al., 2011, p. 1-4).

Mc Donnell (2011, p. 8) e Forman (2014) afirmam que tradicionalmente, a ciência da ecologia tende a excluir o espaço urbano e suas dinâmicas dos estudos e pesquisas desenvolvidos, buscando compreender os processos naturais em seu estado mais primitivo, além de frequentemente atribuir como negativa a influência que o urbano exerce sobre o natural. Ainda que essas sejam posições relativamente radicais, pois a ecologia se propõe a evidenciar a influência antrópica sobre os ecossistemas, seja positiva ou negativa, ela se fundamenta na ausência de iniciativas significativas que proponham o estudo do espaço urbano enquanto um ecossistema.

Partindo-se do conceito de que a ecologia é “o estudo das interações entre organismos e o ambiente” (Forman, 2015, p. 312), esta ciência alinhou seus estudos sobre os organismos que não os humanos e os ambientes que não os antropicamente construídos. Porém, o conceito permite uma interpretação mais abrangente sobre a qual se sustenta a ecologia urbana: “o estudo das interações entre organismos (plantas, animais e micróbios), ambiente construído (edificações e rodovias) e o ambiente físico (ar, água e solo), onde concentram-se pessoas” (Forman, 2015, p. 312). O que marca a singularidade da ecologia urbana é a inserção do ambiente construído como elemento de interações. A partir deste escopo mais abrangente, diferentes focos de estudo são possíveis, abordando e enriquecendo discussões que podem ser conduzidas por campos disciplinares focados nas demandas humanas, como a Sociologia, a Arquitetura, o Urbanismo, a Engenharia, a Saúde Pública, a Economia, dentre outros (Wu, 2014; Forman, 2014).

Neste sentido, a ecologia urbana traz uma importante contribuição no estudo de alternativas para o desenvolvimento humano, especialmente aquele centrado nos espaços urbanos, para que seja compatibilizado com a capacidade de suporte do ambiente. Este outro modo de desenvolvimento, que não é o da exploração de recursos e do crescimento econômico ilimitados, é fundamental perante o presente contexto global de aumento populacional, intensificação da urbanização e esgotamento dos recursos naturais. A partir des-

te panorama, a ecologia urbana é uma ciência que auxilia na descoberta de um ponto de equilíbrio que permita a conservação dos ecossistemas, essenciais a toda forma de vida.

Para isso, ela se valerá de abordagens em escalas espaciais que evidenciem fluxos de recursos capitaneados pelos centros urbanos. Nesse contexto, o território pode ser visto como um mosaico de atividades que suprem a população concentrada nas cidades, e assim podem ser concebidas estratégias de produção, transporte e consumo que minimizem a demanda de novos materiais, maximizem o aproveitamento dos que forem necessários e reduzam a geração de resíduos, o que concebe um metabolismo mais eficiente. Além disso, existem aspectos próprios da morfologia urbana e organização de usos e atividades dentro da cidade. Pensá-la na perspectiva de uma maior eficiência metabólica significa reduzir necessidades de deslocamento, suprir localmente a demanda por produtos, materiais e energia, e misturar usos em uma mesma região. Quanto às diversas outras formas de vida em coexistência com o ser humano nas cidades, é fundamental conhecer o conjunto de espaços verdes, plantas e animais existentes, bem como as populações pretéritas, que em função das várias atividades antrópicas foram alteradas ao longo do tempo. Portanto, a ecologia urbana pode tratar da ecologia das cidades, ou seja, do funcionamento de seu metabolismo; ou da ecologia nas cidades, que se refere aos organismos vivos (seus fluxos promovidos e interações) que coabitam o ambiente urbano com os seres humanos (Wu, 2014).

Por conta da fundamentação da ecologia urbana em uma análise espacial sobre múltiplas escalas, e pela pluralidade de termos e conceitos acerca de escalas espaciais urbanas, Forman (2014) propõe definições para determinadas escalas de análise dos fenômenos ecológicos urbanos: área urbana, megalópoles, região urbana, área metropolitana, cidade e subúrbio. Além destes, também são definidos outros conceitos próprios do campo disciplinar do urbanismo, mas fundamentais para compreender as discussões da ecologia urbana, e que não são de domínio dos profissionais familiarizados com a disciplina da ecologia.

Há divergências quanto ao período de desenvolvimento da ecologia urbana. Forman (2014) afirma que a mesma deriva da ecologia moderna (1950), e emergiu junto com as abordagens mais recentes desta ciência (ecologia da paisagem, biologia da conservação). Já Wu (2014) levanta informações que demonstram que

a ecologia urbana é anterior às outras disciplinas citadas, e que seria derivada da ecologia humana.

O surgimento da ecologia urbana nas bases que hoje a sustentam se deu nas décadas de 1970 e 1980. Antes deste período, foram desenvolvidos diferentes estudos ecológicos dentro do contexto urbano, e, posteriormente, a evolução da disciplina levou a abordagens voltadas para as questões humanas e sociais, chegando à noção de um campo disciplinar que une o planejamento urbano e padrões sociais com a ciência ecológica. As principais pesquisas e avanços feitos na área se deram na Europa Central, especificamente na Alemanha. Atualmente, as linhas e grupos de pesquisa em ecologia urbana estão centrados em: (1) mapeamento de habitat/biótopo e análises correlatas; (2) levantamentos de espécies e riquezas; (3) gradiente urbano-rural; (4) modelagem de fluxos biogeoquímicos e de materiais; (5) sistemas biofísicos-humanos combinados; e (6) padrões espaciais, processos e mudanças urbano regionais (Forman, 2014).

Cidades biofílicas

A Biofilia, conceito popularizado por Edward O. Wilson no livro "Biophilia", de 1984, é a ideia central de cidades biofílicas. Oportunidades de contato entre o ser humano, o ambiente e outros seres vivos são fundamentais para uma sadia qualidade de vida, e é uma característica da própria natureza humana, mas que a sociedade moderna tem cada vez mais negligenciado. A noção de uma Cidade Biofílica é compreender que a natureza permeia cada espaço e processo operante nas cidades, e que o tempo todo cerca o ser humano (Kellert, 2008, p. 1-2).

É reconhecido que através do contato com a natureza o ser humano seja capaz de desenvolver sua capacidade de contemplação sobre o belo, o que conduz a reflexões sobre a posição de cada pessoa no mundo e permite o questionamento sobre aspectos que ultrapassam a dimensão individual, promovem engajamento e conexões interpessoais. Desta forma, uma cidade biofílica é aquela que "coloca o elemento natural em primeiro lugar no projeto, planejamento e gestão da cidade, reconhecendo a necessidade diária de contato humano com a natureza, assim como os benefícios econômicos e ambientais promovidos pela natureza e seus sistemas" (Beatley, 2012, p. 164-165).

Assim, uma cidade biofílica potencialmente será uma cidade com biodiversidade, e que dela faz uso para o benefício de seus habitantes, com implicações desde

aos edifícios até à paisagem urbana com um todo. Trabalha-se com o aproveitamento de elementos naturais existentes e com a recuperação dos que foram degradados, por meio da associação de princípios dos projetos de baixo impacto ambiental (reduzem aspectos negativos) e dos projetos biofílicos (potencializam aspectos positivos) (Kellert, 2008, p. 3-4).

Acredita-se ainda que através deste conceito seja possível conceber maior participação social, engajamento coletivo e envolvimento comunitário, iniciado com as atividades de contemplação em espaços livres e naturais, cuidado com a natureza e sua conservação, por exemplo (Beatley, 2012). Se cidade biofílica promover o contato com elementos naturais e oportunidades de convívio social, pode oferecer a seus habitantes uma vida mais saudável e prazerosa (Grinde & Patil, 2009). Para incentivar a biofilia nas cidades e acompanhar a sua evolução, Beatley (2012) propõe algumas dimensões que podem ser observadas a partir de indicadores, por exemplo: condições e infraestrutura (porcentagem de cobertura vegetal na cidade); comportamentos, padrões, práticas e estilos de vida (população visitante em um parque); atitudes e conhecimento (habitantes capazes de identificar espécies); e instituições e governança (exigência legal de implantação de telhados verdes).

Para o sucesso de uma cidade biofílica não basta apenas a existência de elementos estruturais que possibilitem o contato com a natureza, como os parques. São necessárias ações educativas e programas de formação que aproximem a população destes espaços e os dotem de significado, para que não haja espaços subutilizados ou abandonados. Centros de educação ambiental, por exemplo, são estratégias reconhecidamente positivas neste sentido (White e Stoecklin, 2008).

Beatley e Newman (2013) discutem a contribuição que a abordagem de cidades biofílicas traz para o aumento da Resiliência Urbana. Por resiliência, entende-se a auto capacidade de um sistema em sofrer uma perturbação e, sem grandes problemas, retornar a um estado de equilíbrio, e aplica-se a aspectos infraestruturais (construção e desconstrução espacial) e socioeconômicos (coesão social, diversidade de mercado). Os autores defendem que a biofilia propicia condições para a resiliência infraestrutural (com um parque servindo como zona de amortecimento para cheias), e social (ao melhorar a saúde física e mental da população para enfrentar eventos adversos). Especialmente quanto à dimensão da resiliência social, os autores

destacam diversas contribuições da aproximação entre indivíduos através da biofilia: eleva o sentido comunitário e coletivo, reduz o isolamento social, contribui para processos participativos, expande a percepção de cada indivíduo sobre sua comunidade, dentre outros.

Apesar dos benefícios aparentes, existem muitos entraves para um real desenvolvimento de cidades biofílicas. Permanecem ainda várias questões quanto às formas de aproximação entre o ser humano e a natureza nas cidades que precisam ser estudadas e elucidadas, como a distribuição dos elementos naturais no espaço (concentrada ou dispersa), se a existência desses elementos de fato promove maior interação social, e sobre qual a quantidade mínima de áreas verdes por habitante necessária para assegurar uma boa qualidade de vida. Há também resistência cultural, política e econômica quanto à adoção dos conceitos envolvidos na Biofilia, uma vez que é uma proposta de mudança de paradigma, o que a faz conflitante com o conjunto de valores, parâmetros legais e visões de lucro em operação na produção das cidades.

Perspectiva urbanística sobre a problemática ambiental urbana

Urbanismo sustentável

O urbanismo sustentável é uma abordagem emergente que trata das questões urbanas com sensibilidade aos problemas ambientais. Traz novas perspectivas ao desenho urbano e trabalha com uma abordagem feramental para viabilizar seus princípios, apresentados por Douglas Farr em seu livro "Urbanismo Sustentável: desenho urbano com a natureza", publicado em 2013. O conceito surge em resposta ao contexto americano, que apresenta semelhanças com diversos outros países do mundo, principalmente devido ao carácter capitalista ocidental de sua economia. Porém, ainda assim possui algumas particularidades principalmente em termos de escala.

O estilo de vida norte-americano, pautado na individualidade progressista, levou seus habitantes a um quadro alarmante de obesidade e sedentarismo, que possui relações óbvias com o planejamento das cidades, voltado ao transporte automotivo e hostil aos pedestres. Os subúrbios, grandes áreas habitacionais com baixa densidade e lotes de grandes proporções, consomem cada vez mais espaço e deixam seus moradores longe de outros serviços, tendo em vista que, via de regra, são áreas monofuncionais, que obrigam o deslocamen-

to motorizado. Além dos impactos sobre a saúde da população, esse modelo de urbanização ainda motiva o alto consumo de combustível e conseqüentemente de emissão de poluentes. Gera maiores consumos de água, solo e energia do que em regiões mais densas e de uso misto (Farr, 2013).

Para buscar soluções, o urbanismo sustentável se norteia em algumas bases teóricas. Entre elas o crescimento urbano inteligente, desenvolvido por agências estatais americanas como resposta a situação de dispersão da urbanização e suas externalidades. Alguns exemplos dessas externalidades são os maiores custos infraestruturais, setorização de usos, conversão de habitats naturais em áreas urbanas, entre outros. Para solucionar tais questões, o crescimento urbano inteligente propõe princípios que se baseiam no senso de comunidade, por meio do incentivo a mistura de usos, maiores densidades, incentivo aos espaços livres, a caminhabilidade e ao transporte público. Estas diretrizes encontram fortes barreiras culturais para serem aceitas pelo público americano (Downs, 2005).

Respondendo as mesmas questões, as abordagens do Novo Urbanismo também influenciam o urbanismo sustentável. Iniciativa de arquitetos do Congresso de Novo Urbanismo, suas ideias visavam contrapor o movimento moderno e os subúrbios americanos, reinventando a compactidade e outros conceitos já difundidos pelo crescimento urbano inteligente e outros movimentos anteriores. Os projetos de desenvolvimento de comunidade tradicionais (Traditional Neighborhood Development) são os moldes típicos da aplicação dos conceitos do Novo Urbanismo. Seus agentes trabalham preferencialmente com a escala de bairro, com centros bem definidos e ativos, onde é possível usufruir de serviços, equipamentos públicos e comércio. Juntos, esses bairros propiciariam um sistema de atividades acessíveis a pé a todos os habitantes (Ribeiro, 2010). Entre os desafios enfrentados pela abordagem, considera-se como principais a baixa diversidade social abarcada pelas propostas na prática e a ausência de soluções aplicáveis as áreas consolidadas (Lara, 2001).

A terceira forte influência sobre as ideias do urbanismo sustentável são as certificações de alto desempenho ambiental para edifícios, que respondem a matriz de eficiência da sustentabilidade, as construções verdes. O LEED (Leadership in Energy and Environmental Design) é um programa de certificação americano, disseminado em outros países, voltado as edificações. É baseado em matrizes de critérios de desempenho ambiental, como por exemplo economia de energia,

que se atendidos são pontuados e definem o nível de classificação, em termos de sustentabilidade, do edifício. Apesar do foco dado aos projetos de edifícios com certa desconsideração de critérios do entorno como a mobilidade urbana, novas escalas de abordagem a nível de bairro têm sido desenvolvidas pelo programa (BLACK, 2008). Existem outros problemas na aplicação de selos e certificações a serem enfrentados: a falta de adaptabilidade a diferentes realidades; o “greenwashing¹” (“maquiagem verde”); o déficit de estudos que comprovem a eficácia de sua aplicação; o déficit de análises na perspectiva do ciclo de vida; e a elevação dos preços, que seleciona parcelas da população e não atinge o setor informal (BRASIL, 2015, p. 115-116).

Com base nos principais aspectos das bases norteadoras, ficam evidentes as intenções do urbanismo sustentável: promover a compacidade principalmente na escala de bairro, voltando o modelo de transporte ao deslocamento a pé e aos corredores de transporte público, ao contrário dos subúrbios. Tal modelo de cidade deve estar associado a eficácia dos edifícios e da infraestrutura urbana (Farr, 2013).

Outro elemento destacado pelo modelo urbanístico proposto é a biofilia. Esta visa reaproximar os seres humanos da natureza, relação que se encontra debilitada pelo isolamento humano. A compreensão das nossas relações com outros seres e ciclos do meio ambiente é ínfima em meios urbanos onde há pouco contato com ambientes iluminados naturalmente e arborizados, já que os sistemas naturais foram substituídos. Se tais sistemas fossem mantidos e o desenho urbano se tornasse mais orgânico, além de promover habitats para outros seres próximos aos assentamentos humanos, haveria a possibilidade do homem se identificar e valorizar os serviços ecossistêmicos dos quais depende para sobreviver (Farr, 2013).

Urbanismo ecológico

O urbanismo ecológico é um conceito ainda mais recente do que o urbanismo sustentável. As primeiras discussões germinaram em 2009, no seminário promovido por Mohsen Mostafavi na Faculdade de Design e Arquitetura da Universidade Harvard, nos EUA, onde reuniram-se pesquisadores, de diversos países, que se alinhavam com as ideias do modelo. O livro “Urbanismo Ecológico”, publicado em 2014, compilou as reflexões e pesquisas apresentadas nesse evento.

O urbanismo ecológico em seu preâmbulo discute a situação de explosão demográfica e urbana mundial

¹ “(...) Tomar vantagens ecológicas como forma de distorcer a realidade (...) com o fim de induzir o consumidor a tomar falsas conclusões em relação às suas escolhas de produtos e serviços. (...) falsas impressões acerca de práticas ambientais quando suas reais atividades se apresentam contrárias aos interesses e bens ambientais” (Tavares e Ferreira, 2012).

frente à limitada capacidade de suporte do planeta, e questiona diretamente arquitetos e urbanistas a respeito das suas possibilidades de intervir nesta situação. Coloca três grandes crises, as mudanças climáticas, o preço do petróleo e o colapso imobiliário como o pano de fundo global das questões urbanas modernas. Aponta a existência de um direcionamento global para uma necessária mudança de paradigma ambiental, porém desacompanhado de verdadeiro comprometimento por parte das grandes nações consumidoras de recursos. Neste contexto, afirma a existência dessa preocupação entre os arquitetos e urbanistas, porém critica as propostas rotuladas como exemplos de "arquitetura sustentável". Dos primeiros projetos focados em eficiência energética até a atual disseminação da certificação LEED, persiste o embate entre a disciplinaridade e a sustentabilidade no urbanismo (Duany, 2014).

Outra questão apontada é a escala seguida pelas propostas sustentáveis, em especial o LEED, focada no objeto arquitetônico sem considerar sua inserção na peça maior que é a cidade (Schroepfer, 2014). Portanto, há a lacuna de um arcabouço alternativo de referências para considerar a dimensão urbana nas novas perspectivas de limitados recursos globais, sobre como responder às complexas situações existentes e possíveis neste cenário urbano. O urbanismo ecológico seria então "um sistema que, por meio da associação entre ecologia e urbanismo, pode fornecer o conhecimento, os métodos e as pistas sobre o que o urbano pode vir a ser nos próximos anos" (Mostafavi, 2014).

A proposta do urbanismo ecológico é abrir a possibilidade para práticas além das soluções convencionais, ou seja, endereçar o vigente oxímoro 'urbanismo ecológico' ao convergir a ecologia e o urbanismo. Baseia-se no conceito de ecosofia, proposto por Félix Guattari em "As três ecologias", que contempla o meio ambiente, as relações sociais e a subjetividade humana. Guattari propõe a reavaliação da produção de bens materiais e imateriais, que leva em conta a problemática ecosófica, na qual o sujeito deve ser repensado a partir da subjetividade existencial, que não é embasada em ciência, mas sim num paradigma ético-estético (Conley, 2014). É uma crítica ao estruturalismo e ao pós-modernismo do fim dos anos 1980, que teriam desconsiderado a intervenção humana e conceberam ideais éticos e estéticos de transformação dos objetivos da produção de bens materiais assim como dos imateriais. Propõe então que seja debatida a essência das disciplinas que estudam o espaço urbano por essa perspectiva. Esse seria um novo olhar da disciplina

através das lentes da ecologia, pautado numa abordagem transdisciplinar e colaborativa (Mostafavi, 2014).

O urbanismo ecológico deve ser transdisciplinar para responder às dinâmicas da conurbação em nível global, uma proposta de interação entre disciplinas da própria arquitetura e urbanismo. Se propõe a uma perspectiva holística e regional que não vê a cidade apenas como um objeto único, mas sim que interage com outros espaços para além de seus limites, o que inclui o ambiente rural (Duany, 2014). Além disso, são relevantes as intervenções feitas localmente, mas que traduzam corretamente as necessidades da sociedade urbana, de um espaço que seja dinâmico e adaptável. Estruturar um arranjo legal, político e econômico que viabilize as intervenções em múltiplas escalas é um grande desafio, prover essa governança (Mostafavi, 2014).

O Urbanismo Ecológico considera importante a densidade ao pensar as cidades, buscando produzi-las mais compactas e densas, o que pressupõe a aproximação entre poder público e privado. São necessárias para isso políticas públicas duráveis, pautadas em princípio ético-estéticos que abordem temas como densidade, uso do solo, infraestrutura e biodiversidade. Para seu alcance, pressupõe-se o questionamento do estilo de vida e de construções sociais vigentes, como o deslocamento motorizado individual, a baixa densidade, a produção de alimentos e geração de resíduos em uma escala muito ampla, e a ausência de experiências de descoberta nas cidades. O urbanismo ecológico é a oportunidade de testar como novas práticas poderiam mudar tais situações, e está amarrado em um discurso de resgate das relações humanas e das comunidades (Mostafavi, 2014).

É consenso em seu discurso o entendimento de que a concepção urbanística das cidades deva ser participativa, parte de um exercício emancipatório, em que os anseios da população quanto às transformações do território têm tanto valor quanto os conhecimentos acumulados com a tradicional prática “de cima para baixo”. Essa configuração de processo criativa permite adequações às características sociais e culturais locais, ou seja, trata as individualidades dos territórios ao invés de atravessá-los com a “tábula rasa”. Neste sentido, o urbanismo ecológico não se propõe a definir “regras fixas, mas se pauta em princípios flexíveis, adaptados às circunstâncias e condições de cada lugar” (Mostafavi, 2014, p. 40).

Esse movimento visa fazer frente à tendência de anulação das diferenças entre os lugares, tendo como

produto cidades globais com características idênticas entre si, desconectadas das tradições e culturas de onde se situam (Doherty, 2014). Busca-se à abertura de espaço para que sejam imaginados e concebidos projetos para as cidades, em exercícios teórico-investigativos antes de se estabelecerem políticas públicas, para que se explorem múltiplas possibilidades criativas, que uma vez concebidas, embasarão as políticas (Mostafavi, 2014).

Enquanto os movimentos City Beautiful e New Urbanism propunham o resgate de uma imagem nostálgica do passado e de homogeneidade social, o urbanismo ecológico tem seu foco na cidade enquanto palco necessário de relações conflitantes. Deve ser reconhecida a inevitável existência do “político”, os antagonismos inerentes às sociedades, e explorados benefícios possíveis em alguns conflitos, para assim protagonizar a política democrática. É praticamente inconcebível uma sociedade em que haja consenso pleno entre seus membros e, portanto, o urbano deve ser pensado como o espaço que possibilita os diálogos e debates sobre seus problemas (Mostafavi, 2014).

Interfaces conceituais e a sustentabilidade urbana

A partir das informações detalhadas sobre os diversos conceitos apresentados no item anterior foi realizada uma análise comparativa (Tabela 01), através da qual é possível efetivar-se a análise crítica da contribuição de cada abordagem ao alcance da sustentabilidade urbana.

Tanto a ecologia urbana quanto as cidades biofílicas têm como principal contribuição, na reflexão sobre os fenômenos e problemas urbanos, o fato de que a cidade não é vista como um espaço exclusivo para o ser humano, já que ambas consideram que a aproximação entre o ser humano e a natureza é fundamental para a qualidade de vida. A cidade é um ecossistema regido sobre as mesmas leis dos ecossistemas naturais, porém seus processos apresentam-se transformados. Isso não elimina a existência dos pulsos naturais neste espaço, mas à medida que a lógica cartesiana os oculta do cotidiano, faz com que o reencontro entre natureza e ser humano seja permeado por conflitos, como as inundações urbanas, tempestades de areia, explosões populacionais e migrações de espécies.

Reconhecer que na cidade coexistem pessoas, múltiplas formas de vida e dinâmicas naturais é essencial para o desenvolvimento humano, ao passo que o con-

vívio e uso sábio destas oportunidades é benéfico. A ecologia urbana e as cidades biofílicas têm considerações relevantes quanto a essas questões e um potencial significativo para redescobrir relações harmoniosas. Neste sentido, avançam significativamente sobre as dimensões ambientais e éticas do desenvolvimento sustentável, e a biofilia é uma peça-chave.

Tabela 1
ANÁLISE DAS ABORDAGENS ESTUDADAS
FONTE: ELABORADO PELOS AUTORES

Análise	Ecologia Urbana	Cidades Biofílicas	Urbanismo Sustentável	Urbanismo Ecológico
Influências	Ciência da Ecologia moderna (1950) ou Ecologia humana (1920).	Biofilia, conceito popularizado por E.O. Wilson.	Resposta ao contexto suburbano e espraiado americano e suas consequências. Popularizado por Douglas Farr, baseando-se teoricamente no Crescimento Urbano Inteligente, Novo Urbanismo e Certificação LEED	Contexto de mudanças climáticas, colapso imobiliário e crise do petróleo. Seminário promovido por Mohsen Mostafavi na Faculdade de Design e Arquitetura da Universidade Harvard, nos EUA (2009)
Conceito	Estudo das interações entre organismos, ambiente construído e o ambiente físico.	A busca pela aproximação entre o ser humano e a natureza nas cidades.	Abordagem que trata das questões urbanas com sensibilidade aos problemas ambientais.	Um sistema que, por meio da associação entre ecologia e urbanismo, pode fornecer o conhecimento, os métodos e as pistas sobre o que o urbano pode vir a ser.
Estratégias	Analisar o ambiente urbano sob a perspectiva ecossistêmica, com fluxos próprios de matéria e energia. Analisar as interações e fluxos dos organismos presentes no ambiente urbano.	Estabelecer o elemento natural como primeiro critério no projeto, planejamento e gestão da cidade. Promover o engajamento, conexões interpessoais e ações educativas.	Promover a compacidade, complementada pelo modelo de deslocamento a pé e pelos corredores de transporte público. Deve estar associada a eficácia dos edifícios e da infraestrutura urbana.	Valores e conflitos de ideias como indutores do desenvolvimento sustentável urbano. Sistemas urbanos ecoeficientes. Promover a flexibilidade na resposta a diferentes situações urbanas.
Implicações à projetos urbanos	Busca da eficiência metabólica através da reinvenção da morfologia urbana e organização de usos e atividades dentro da cidade.	Aproveitamento de elementos naturais existentes e a recuperação dos que foram degradados. Inserção da natureza em cada componente urbano (estradas, prédios, etc.).	Recupera a unidade de vizinhança como elemento chave na promoção de espaços autossuficientes. Promove o modelo das certificações internacionais.	Permeabilidade com os ambientes rurais. Destaque do espaço público como palco político.
Aproximações à Sustentabilidade	Destaque a dimensão Ambiental. Dimensões Sociais, Econômicas e Políticas são menos discutidas.	Destaque a dimensão Ambiental. Dimensões Econômicas e Políticas são menos discutidas.	Destaque a dimensão Ambiental e Econômica. Dimensões Políticas e Sociais são menos discutidas.	Destaque a dimensão Política e Social. Dimensão Econômica é menos discutida.
Desafios	Maior abertura à interdisciplinaridade, principalmente com as disciplinas das ciências sociais.	Resistência cultural, política e econômica. Campo das ações precisa de mais estudos.	Moldar a abordagem a diferentes contextos. Garantir que demandas sociais não sejam negligenciadas.	Ainda em estágio de construção. Traduzir o arcabouço de ideias para o campo prático.

Pode-se ainda inferir que esses conceitos trazem avanços no âmbito das questões sociais, com maiores contribuições no que tange à formação de um senso coletivo e de coesão social. Porém, ambos não se aprofundam em debates políticos, sobre as várias



desigualdades sociais, ou sobre o modelo econômico de produção atual. Estas questões encontram-se evisceradas nas cidades, e estão imbricadas na conjunção das crises urbanas que surgem em muitos países, especialmente nos em desenvolvimento. Talvez este seja um ponto que leva a tal afastamento dessas questões, pois tanto a ecologia urbana quanto as cidades biofílicas são conceitos que amadureceram em realidades de países desenvolvidos. Portanto, podem não possuir em suas bases dinâmicas reais, vividas nos países em desenvolvimento, que embasem a sugestão de instituições, meios (políticos, sociais e econômicos) e infraestruturas que permitam a viabilização de suas ideias.

É fundamental que a busca de alternativas para o desenvolvimento urbano sustentável seja tentada, ou ao menos dimensionada, para as realidades dos países pobres à margem das grandes potências. Pois, nesses locais há ainda um enorme abismo para a solução de questões básicas das relações entre os próprios seres humanos, o que torna imensamente mais desafiadora a tentativa do reencontro entre o ser humano e a natureza.

O ponto do amadurecimento em realidades distintas também é válido para o urbanismo sustentável e o urbanismo ecológico. Porém, o último propõe maior flexibilidade de resposta às diversas situações urbanas, ao contrário do urbanismo sustentável, que é mais ferramental e engessado. Em termos gerais, a proposta do urbanismo sustentável contribui para a qualidade ambiental das cidades, porém, pouco estabelece relações com outras dimensões do desenvolvimento sustentável que não a ambiental e econômica.

As raízes do conceito na matriz da eficiência e as próprias vivências de Douglas Farr, que é integrante do comitê do sistema LEED, direcionam as propostas às necessidades econômicas do mercado. O que é positivo em alguns aspectos, já que o torna viável e visível junto ao setor da construção civil. Porém, o modelo se distancia da sustentabilidade ao não estabelecer princípios sociais e políticos, pouco considerando a cidade como palco de conflitos socioeconômicos.

A abordagem do urbanismo sustentável também é muito ferramental. Seu delineamento para um contexto específico, o americano, torna necessária a adaptação dos instrumentos propostos se forem aplicados em outras realidades urbanas. Deste modo, a replicabilidade indistinta de suas ferramentas pode negligenciar aspectos culturais e sociais importantes

para a garantia da função social da cidade em outros países ou até mesmo em realidades americanas diferentes do usual.

As ferramentas de participação social propostas, como as charretes – oficinas que envolvem as partes afetadas por um projeto urbano – tem o potencial de incentivar a participação pública nos processos decisórios. Porém, o envolvimento comunitário deve ser destacado na mesma intensidade em que o modelo responde às necessidades de mercado, para que se instale um processo democrático de concepção das cidades.

Já o urbanismo ecológico é um campo emergente e aglutinador, que se propõe a soma de ideias em construção. Perpassa, mesmo que de forma não conclusiva, as diversas dimensões da sustentabilidade, dando essencial destaque às questões sociais e principalmente políticas, pois sem reconhecer a cidade enquanto espaço de relações conflituosas não será possível alcançar a qualidade ambiental proposta pela sustentabilidade. Inclui as discussões de compacidade e eficiência, mas deixa exposta dúvidas aos modelos engessados e supostamente replicáveis, como as certificações LEED. Estas dúvidas, além de incluírem as questões de escala (bairro, edifício), também abordam o problema que a falta de ajuste de modelos pode causar, principalmente devido a ocidentalização das culturas. Coloca as questões políticas, e logo a sociedade civil, como protagonistas dos processos participativos e reguladores da eficácia dos modelos.

Ao propor o detalhamento do campo das ideias e o afastamento das ferramentas regradas, o urbanismo ecológico não apresenta soluções para as questões ambientais, mas dá abertura para que sejam melhor desenvolvidas no futuro. Um indicativo disso é a proposta de mistura dos elementos humanos e naturais simbioticamente em habitats funcionais, e as interfaces estabelecidas do urbanismo ecológico com a ecologia urbana e as questões rurais.

Para que seja coerente aos seus princípios, é necessário que a abordagem explore possibilidades de configurar o espaço urbano que não venham exclusivamente de arquitetos e urbanistas, já que a transdisciplinaridade proposta pelo conceito ainda se limita aos campos do urbanismo. Há de se considerar que surgem cada vez mais profissionais com interconexões e contribuições para a melhoria da qualidade ambiental-urbana, como biólogos, gestores ambientais, químicos, engenheiros, entre outros.

Ao analisar todos os conceitos quanto à aproximação à sustentabilidade urbana e aos desafios postos a cada um, evidencia-se que isoladamente eles não são capazes de preencher o vasto campo de problemas que se projetam sobre o espaço urbano. A ecologia urbana e as cidades biofílicas apresentam bases teóricas que podem expandir o arcabouço de planejamento e desenho urbano presentes no urbanismo sustentável e no urbanismo ecológico, por exemplo. Portanto não cabe a escolha de qualquer um como “o mais adequado”, mas percebe-se que cada qual pode preencher uma lacuna na construção de cidades mais sustentáveis, e podem evoluir ao enfrentar seus desafios identificados.

Considerações finais

As abordagens discutidas podem “pavimentar” possíveis caminhos em direção à sustentabilidade, através da instrumentalização da gestão ambiental urbana, principalmente na escala municipal. Um desafio que está colocado, para o Brasil entre outros países, é o da viabilização e implementação de políticas que, efetivamente, conduzam à sustentabilidade. Principalmente o de vencer o conflito existente entre o interesse coletivo, inerente a qualquer desenvolvimento que se adjective como sustentável, e a inexistência de um real controle social do sistema de gestão pública, o qual deveria ser o principal articulador desse processo.

Acresce-se, ainda, o fato da existência de realidades distintas quanto aos aspectos ambientais, sociais, econômicos e políticos, além de contextos urbanos variados. O atendimento a essa diversidade traz a proposta de, ao se utilizar das abordagens descritas, ter-se em vista a noção de adaptabilidade à realidade local, o que não é atendido por todas as abordagens discutidas neste estudo. Acredita-se que através da análise crítica dos instrumentos e ferramentas das teorias ambientais e urbanas, atrelada à ampla participação social, é possível desenvolver enfoques autóctones, baseados em princípios de sustentabilidade do modo mais holístico possível e, sobre essas bases localmente estruturadas, conduzir a novas realidades coletivamente firmadas.

Referências

- BEATLEY, T. An Excerpt: Imagining Biophilic Cities. *Citygreen*. Issue 4, p.162-169, 2012.
- BEATLEY, T.; NEWMAN, P. Biophilic Cities Are Sustainable, Resilient Cities. *Sustainability*. Issue 5, p.3328-3345, 2013.
- BLACK, E. Green neighborhood Standards from a planning perspective: the lead for neighborhood development (LEED-ND). *Focus*, v. 5, iss. 1, 2008.
- BRASIL (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE). *Sustentabilidade urbana: impactos do desenvolvimento econômico e suas consequências sobre o processo de urbanização em países emergentes*. Textos para as discussões da Rio +20: volume 3, habitação social e sustentabilidade. Brasília: MMA, 2015.
- CONLEY, V. A. Práticas urbanas ecológicas: As três ecologias de Félix Guattari In: Mostafavi, Mohsen; Doherty, Gareth (org). *Urbanismo ecológico*. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.
- DORERTY, G. O verde é mais que os olhos veem: ecologias do verde em Barein In: MOSTAFAVI, Mohsen; DOHERTY, Gareth (org). *Urbanismo ecológico*. São Paulo: Gustavo Gili, 2014;
- DOWNS, A. Smarth Grown: why do we discuss it more than we do it. *Journal of the American Planning Association*, v. 71, n. 4, 2005;
- DUANY, A. Uma teoria geral do urbanismo ecológico. In: Mostafavi, Mohsen; Doherty, Gareth (org). *Urbanismo ecológico*. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.
- FARR, D. *Urbanismo Sustentável: desenho urbano com a natureza*. Porto Alegre: Bookman, 326 p., 2013.
- FORMAM, T. T. R. Ecologia urbana e distribuição da natureza nas regiões urbanas. In: Mostafavi, Mohsen; Doherty, Gareth (org). *Urbanismo ecológico*. São Paulo, Gustavo Gili, 2014.
- GRINDE, B.; PATIL, G. G. Biophilia: does visual contact with nature impact on human well-being? *Int. J. Environ. Res Public Health*, issue 6, p. 2332-2343, 2009.
- KELLERT, S. R.; HEERWAGEN, J.; MADOR, M. *Biophilic design: the theory, science and practice of bringing buildings to life*. John Wiley & Sons, 2011.
- LARA, F. L. Admirável urbanismo novo. *Arquitextos*, São Paulo, ano 01, n. 009.09, Vitruvius, 2001. Acesso em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/01.009/923>>
- MC DONNELL. Chapter 1. In Niemela, J., Breuste, J. H., Elmqvist, T., Guntenspergen, G., James, P., & McIntyre, N. E. (Org.) *Urban ecology: Patterns, processes, and applications*. Oxford: Oxford University Press, p. 8, 2011.
- MOSTAFAVI, M.. Por que um urbanismo ecológico? Por que agora? In: Mostafavi, Mohsen; Doherty, Gareth (org). *Urbanismo ecológico*. São Paulo: Gustavo Gili, p.12-53, 2014.
- NIEMELA, J.; BREUSTE, J. H.; ELMQVIST, T.; GUNTENSPERGEN, G.; JAMES, P.; MCINTYRE, N. E. Introduction. In: _____ (Org.), *Urban ecology: Patterns, processes, and applications*. Oxford: Oxford University Press, p. 1 - 4, 2011.
- RIBEIRO, F. P. O new urbanismo e sua influência no Brasil: o caso da "Cidade Universitária Pedra Branca" em Palhoça, SC. *Pós*, v. 17, n. 28, p. 36 - 56, 2010.
- SCHROEPFER, T. Além do LEED, uma avaliação do verde na escala urbana. In: MOSTAFAVI, Mohsen; DOHERTY, Gareth (org). *Urbanismo ecológico*. São Paulo, Gustavo Gili, 2014.

TAVARES, F.; FERREIRA, G. G. T. Marketing verde: um olhar sobre as tensões entre green-washing e ecopropaganda na construção do apelo ecológico na comunicação publicitária. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 138, p. 23-31, 2012.

WHITE, R.; STOECKLIN, V. L. Nurturing children's biophilia: developmentally appropriate environmental education for young children. *White Hutchinson Leisure & Learning group*, 2008.

WU, J. Urban ecology and sustainability: the state-of-the-science and future directions. *Landscape and Urban Planning*, v. 125, p. 209 – 221, 2014.

Agradecimentos

Este artigo possui apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2015/09752-0 e 2015/09751-4.

As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a visão da FAPESP e da CAPES.

À margem da cidade ou à margem da lei? Estado da arte e desafios da regulamentação dos condomínios fechados

Raquel Tomanik

Raquel Tomanik. À margem da cidade ou à margem da lei? Estado da arte e desafios da regulamentação dos condomínios fechados. *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 318-333, jan./out. 2017

data de submissão: 16/10/2016
data de aceite: 26/04/2017

Raquel Tomanik é Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais. raqueltomanik@gmail.com

Resumo

A implantação de condomínios fechados tem sido prática comum em municípios brasileiros, apesar da controvérsia entre sua legalidade e ilegalidade, uma vez que esse tipo de empreendimento não está previsto na legislação federal que regula o parcelamento do solo urbano. Na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), no eixo norte, especialmente no município de Lagoa Santa, esse tipo de ocupação destaca-se como modelo predominante de expansão urbana. Partindo de breve discussão de suas consequências na urbanização (cidades fragmentadas e dispersas), o presente artigo trata da situação atual da regulamentação dos condomínios fechados como figura de parcelamento do solo e aborda os principais desafios para a implementação dessa ação, na RMBH, em conformidade com os objetivos e diretrizes expressos no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da RMBH (PDDI RMBH). Além disso, aponta os possíveis impactos da aplicação de tese de repercussão geral adotada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) – que ratifica a autonomia municipal dada pela Constituição Federal de 1988 – e apresenta os desafios da incorporação desse modelo de parcelamento à legislação urbanística, considerando o contexto metropolitano. O que pode-se dizer do espaço a ser produzido com base na experiência de municípios que têm essa modalidade como principal modelo de expansão urbana e também das iniciativas municipais de regulamentação na RMBH? Como incorporar esses empreendimentos à cidade e ao amparo da lei? Tais questões são discutidas a partir do caso de Lagoa Santa.

Palavras-chave: Condomínios fechados. Urbanização dispersa. Regulação urbana.

Abstract

The implementation of gated communities has been common practice in Brazilian cities, despite the controversy between legality and illegality of such enterprises, not provided in federal legislation dealing with urban land parceling. In the north axis of the Metropolitan Region of Belo Horizonte (MRBH), especially in the city of Lagoa Santa, this kind of occupation stands out as the predominant model of urban development. Starting with a brief discussion of the impacts of this urbanization mode, which has resulted in fragmented and dispersed cities, this paper lists the current situation of gated communities regulation as land parceling figure. It also discusses the main challenges for the implementation of this action in MRBH following objectives and guidelines expressed in the Integrated Development Plan of MRBH. Finally, it points out the possible impact of general repercussion thesis adopted by Supremo Tribunal Federal (Federal Supreme Court), which ratifies the local autonomy given by the Federal Constitution of 1988 and the challenges of incorporating this model of occupation to urban legislation considering the metropolitan context. What can be said about the space to be produced based on the experience of municipalities that have this mode as the main model of urban expansion? What can also be said about the municipal regulatory initiatives in MRBH? How to incorporate these enterprises to the city and to the support of the law? Such issues are discussed based on the case of Lagoa Santa city.



Keywords: *Gated communities. Disperse urbanization. Urban regulation*

Resumen

La implantación de los condomínios cerrados ha sido practica comun en los ayuntamientos brasileños en que pese la controversia entre la legalidad y la ilegalidad de este tipo de emprendimiento, no previsto en la legislación federal que trata de la subdivisión del suelo urbano. En la Region Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), en el eje Norte, especialmente en el ayuntamiento de Lagoa Santa, este tipo de ocupación se destaca como modelo imperante de expansión urbana. Partiendo de breve discusión de los impactos de este tipo de urbanización, que tiene resuelto en ciudades fragmentadas y dispersas, el presente articulo relaciona la situación atual de la reglamentación de los condomínios cerrados como figura de subdivisión del suelo e discute los principales desafios para la implementación de esta acción en la RMBH siguiendo los objetivos y las directrices expresas en el Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da RMBH (PDDI RMBH). Apunta los posibles impactos de la aplicación de tesis de repercusión general adoptada por el Supremo Tribunal Federal (STF), que ratifica la autonomia del ayuntamiento concedida por la Constitución Federal de 1988, y los desafios de la incorporación de este modelo de subdivisión a la legislación urbanística considerando el contexto metropolitano. ¿Lo que se puede decir del espacio a ser producido com fundamento en la experiência de ayuntamientos que tienen esta modalidad como principal modelo de expansión urbana y tambien de las iniciativas municipales de reglamentación en la RMBH? ¿Como incorporar estes emprendimientos a la ciudad y al amparo de la ley? Tales cuestiones son discutidas a partir del caso de Lagoa Santa.

Palabras-clave: *Condomínios cerrados. Urbanización dispersa. Reglamentación urbana.*

Introdução

¹ “Para os fins propostos neste artigo, são considerados condomínios fechados os empreendimentos horizontais compostos por lotes ou unidades autônomas de terrenos protegidos por cercas, muros e outros dispositivos de controle de entrada e saída.

Os condomínios fechados¹ têm se proliferado no Brasil e constituem, em certos municípios, a dinâmica predominante de expansão urbana. Na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), Minas Gerais, esses empreendimentos surgem com o apelo de status, qualidade de vida e segurança para os usuários, que nem sempre são moradores. Enquanto, em algumas regiões, os condomínios são voltados para o lazer e/ou segunda moradia, em outras, como é o caso do município de Lagoa Santa, no eixo norte da metrópole, eles garantem o espaço para a ocupação residencial de baixa densidade que a capital não comporta – tanto pela carência de áreas aptas a receber essa atividade quanto pela sensação de insegurança que uma grande cidade passa a seus habitantes.

Apesar da aceitação positiva por parte da população e também das administrações públicas municipais, os condomínios fechados constituem figura de ocupação do solo controversa. Os impactos desse modelo de urbanização têm sido largamente discutidos. Além de aspectos sociais – sobretudo o da segregação –, as questões urbanísticas, especialmente a expansão horizontal

das cidades acompanhada da fragmentação da malha urbana e da urbanização dispersa, são recorrentes no material bibliográfico produzido sobre o tema.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PDDI RMBH) indica que os condomínios fechados constituem um tipo de irregularidade fundiária a ser enfrentada a partir da definição de diretrizes para o uso e ocupação do solo metropolitano (MINAS GERAIS, 2011).

A dispersão das formas urbanas, como consequência do processo de urbanização, anteriormente conformado por ocupações de menor renda, caracteriza-se, atualmente, pela instalação de empreendimentos voltados para as classes mais abastadas. Tal processo se apoia, muitas vezes, na aceitação das administrações municipais, que promovem as facilidades necessárias para sua viabilização. No município de Lagoa Santa, observa-se a conversão de grandes porções de áreas rurais em áreas de expansão urbana que passam a ser propícias à ocupação por parcelamentos do solo e outros empreendimentos. Em pesquisa no *site* da Câmara Municipal de Lagoa Santa², constata-se que o Plano Diretor, Lei Municipal nº 2.633, de 2006, teve seis alterações. Três modificaram o perímetro urbano, incluindo áreas específicas na zona urbana ou de expansão urbana e, assim, as tornaram aptas à aprovação de projetos de parcelamento do solo.

² Câmara Municipal de Lagoa Santa, MG: <<http://www.cmlagoasanta.mg.gov.br/>>. Acesso em 02 de maio de 2016.

Em casos como esses, o poder público assume papel de destaque na valorização imobiliária, já que as alterações de legislação permitem aos proprietários potencializar a extração de renda a partir da terra, com a adoção de novos parâmetros de uso do solo, sem que nela seja promovida qualquer melhoria (HARVEY, 1980).

Embora as áreas rurais convertidas em urbanas tenham abrigado também instalações não residenciais, e assim conformado regiões metropolitanas (MONTE-MOR, 2006), a expansão das periferias das grandes cidades tem se dado, predominantemente, sob a forma de condomínios fechados. Reis (2006) destaca uma escala de transformação metropolitana que tem caracterizado grandes espaços vazios entremeados a núcleos urbanos dispersos e de baixa densidade populacional, configurando, assim, um território fragmentado e desconexo.

Cabe salientar que a dispersão da ocupação das cidades foi inicialmente promovida pela expulsão das populações de menor renda das áreas centrais. O processo de urbanização no Brasil – acelerado no período

do de industrialização –, sem oferecer à população as condições de emprego e moradia para aqueles migrantes que deixaram o campo em direção aos centros urbanos, acarretou o surgimento de núcleos isolados e desprovidos de infraestrutura.

Para Maricato (2001), esse processo, no Brasil, está relacionado a razões como: o desenvolvimento industrial que não permite aos trabalhadores acesso à moradia; um mercado imobiliário acessível apenas a uma pequena parcela da população; às políticas públicas que privilegiam a instalação de infraestrutura para viabilizar grandes empreendimentos – dentre os quais podem-se destacar, atualmente, os condomínios fechados.

Reis (2006) assevera que o processo de urbanização dispersa decorre também das condições de mobilidade que permitem à população assumir modos de vida metropolitanos – residência e trabalho em municípios diferentes, por exemplo. Além disso, a procura por terrenos com preços baixos, geralmente porções de terra rurais que se convertem em urbanas, tem levado a ocupação residencial para áreas cada vez mais distantes dos centros urbanos.

Partindo do cenário promovido pela urbanização dispersa acarretada pela implantação de empreendimentos residenciais nas periferias metropolitanas, o presente artigo apresenta o estado da arte da regulamentação dos condomínios fechados e, a partir do caso do município de Lagoa Santa, aponta possíveis desafios para a regulação desse tema na RMBH.

Estado da arte da regulamentação dos condomínios fechados

De acordo com a Lei Federal nº 6.766, de 1979, o parcelamento do solo urbano pode ser feito mediante loteamento ou desmembramento (BRASIL, 1979). No caso do loteamento, as vias de circulação originadas da aprovação do projeto urbanístico passam ao domínio público no ato do registro junto ao serviço registral imobiliário da respectiva comarca.

³ Álvaro Pessoa, “O loteamento e o condomínio no desenvolvimento urbano brasileiro”, in Boletim informativo do Departamento de Assistência Jurídica e Consultiva aos Municípios (da Secretaria de Justiça do Estado do Rio de Janeiro) 40. Ano IV. Dezembro, 1978.

Silva (2012), citando Álvaro Pessoa³, afirma que o cerne da discussão quanto à legalidade dos condomínios fechados, especificamente os aprovados como loteamentos – nos moldes da Lei Federal – que se convertem em empreendimentos fechados, diz respeito à limitação do acesso às vias e logradouros públicos (bens de uso comum do povo, nos termos da Constituição Federal de 1988) somente aos proprietários de lotes situados no perímetro fechado.

Outra questão debatida é o fato de a Lei Federal nº 6.766, de 1979, não prever a figura do condomínio fechado, mas somente o parcelamento do solo urbano nas modalidades de desmembramento e loteamento. Se a Lei Federal nº 6.766, de 1979, definiu somente dois modelos de parcelamento do solo, desmembramento e loteamento, é permitido criar novas modalidades de ocupação do espaço urbano?

Algumas leis e regulamentos municipais assemelham os condomínios fechados de lotes aos condomínios de edificações, tais como os prédios de apartamentos ou os conjuntos de casas erigidas em um mesmo lote (SILVA, 2012). Dessa forma, atrelam esses modelos de empreendimento à Lei Federal nº 4.591, de 1964, que dispõe, dentre outras matérias, sobre os condomínios de edificações (BRASIL, 1964). Assim, as vias de circulação não são tratadas como áreas públicas, mas como áreas de uso comum dos condôminos. Esses atos são embasados em linhas teóricas que instruem que a regulamentação de figuras de parcelamento do solo não contempladas na Lei Federal nº 6.766, de 1979, podem ser tratadas e normatizadas em leis municipais por ser esse um tema de interesse local (MEIRELES, 2015).

Essa última abordagem se apoia no que diz o inciso VIII do Art. 30 da Constituição Federal: compete ao município “promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano” (BRASIL, 1988). A atribuição municipal é confirmada com o que define o parágrafo único do Art. 1º da Lei Federal nº 6.766, de 1979: “os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão estabelecer normas complementares relativas ao parcelamento do solo municipal para adequar o previsto nesta Lei às peculiaridades regionais e locais” (BRASIL, 1979). A partir dessas disposições, normas e regulamentos locais podem ser editados com a finalidade de complementar a regra geral.

Em recente decisão quanto à constitucionalidade da Lei Complementar do Distrito Federal nº 710, de 2005, que dispõe sobre os projetos urbanísticos com diretrizes especiais para unidades autônomas (DISTRITO FEDERAL, 2005), objeto de recurso extraordinário (RE)⁴ proposto pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), o Supremo Tribunal Federal (STF) adotou a seguinte tese de repercussão geral⁵:

Os municípios com mais de vinte mil habitantes e o Distrito Federal podem legislar sobre programas e projetos espe-

⁴ Recurso extraordinário (RE): “Recurso de caráter excepcional para o STF contra decisões de outros tribunais, em única ou última instância, quando houver ofensa à norma da Constituição Federal. Uma decisão judicial poderá ser objeto de recurso extraordinário quando: 1- contrariar dispositivo da Constituição; 2- declarar inconstitucionalidade de tratado ou lei federal; 3- julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição” (Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/glossario/verVerbete.asp?letra=R&id=207>>. Acesso em: 05 de janeiro de 2016).

⁵ Repercussão Geral: “A Repercussão Geral é um instrumento processual inserido na Constituição Federal de 1988, (...). O objetivo desta ferramenta é possibilitar que o STF selecione os Recursos Extraordinários que irá analisar, de acordo com critérios de relevância jurídica, política, social ou econômica. O uso desse filtro recursal resulta numa diminuição do número de processos encaminhados à Suprema Corte. Uma vez constatada a existência de repercussão geral, o STF analisa o mérito da questão e a decisão proveniente dessa análise será aplicada posteriormente pelas instâncias inferiores, em casos idênticos. (...). (Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/glossario/verVerbete.asp?letra=A&id=451>>. Acesso em: 05 de janeiro de 2016).

cíficos de ordenamento do espaço urbano por meio de leis que sejam compatíveis com as diretrizes fixadas no plano diretor (BRASIL, 2016b, 81).

O RE proposto pelo MPDFT, em 2008, assinalou que a matéria dos projetos urbanísticos com diretrizes especiais somente poderia ser tratada na lei do plano diretor com a devida participação popular (MPDFT, 2008). Alegou o MPDFT que a Lei Complementar nº 710, de 2005, feriu a constituição em seu Art. 182, parágrafos 1º e 2º, que define o plano diretor como o instrumento básico da política urbana e determina que o uso da propriedade urbana deve atender o disposto nessa lei para que cumpra sua função social (BRASIL, 1988). Assim, a citada lei complementar estaria se sobrepondo ao Plano Diretor.

Ainda que a situação dos condomínios fechados seja um tema contestado no âmbito do direito urbanístico, essa não foi a questão central do RE. Afirma o texto que a lei complementar distrital, ao conceituar os tais projetos urbanísticos com diretrizes especiais, na verdade regulamenta os condomínios fechados e, com isso, os legitima como figura de parcelamento do solo urbano (MPDFT, 2008). Ao tratar desse assunto, no entendimento do MPDFT, a lei questionada fere novamente os preceitos do plano diretor por editar lei específica fora do diploma legal que trata da política urbana distrital e, por conseguinte, viola o Art. 182 da Constituição Federal de 1988.

A Lei Complementar Distrital nº 710, de 2005, define, no §1º do Art. 1º, que os projetos urbanísticos com diretrizes especiais para unidades autônomas são integrados por unidades autônomas e áreas comuns condominiais nos termos da Lei Federal nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964 (DISTRITO FEDERAL, 2005).

Sobre a relação entre os projetos urbanísticos com diretrizes especiais e a Lei Federal nº 4.591, de 1964, conhecida como “lei dos condomínios de edificações” – tais como os prédios de apartamentos –, cabe destacar parte do relatório do Ministro Teori Zavaski, relator do julgamento do RE: a lei distrital propõe uma forma diferenciada de parcelamento de lotes particulares fechados e trata, dentre outros aspectos, de parâmetros urbanísticos a serem respeitados. Argumenta o ministro que os projetos em questão se aproximam da figura do loteamento prevista na Lei Federal nº 6.766, de 1979, mas que deles se diferenciam por dois motivos: 1) possibilidade de fechamento e limitação de acesso; 2) transferência dos ônus de manutenção e conservação aos moradores. Tal iniciativa da lei distri-

tal é justificada pela necessidade de se regulamentar a modalidade dos condomínios fechados, frequentes no território, efetivados de maneira irregular e à margem do controle da administração pública competente (BRASIL, 2016a).

Relativamente à questão que discute se a modalidade de loteamentos e condomínios fechados, para ser legítima, deveria estar prevista na legislação federal que trata do parcelamento do solo urbano, o ministro Dias Tóffoli demonstrou cautela quanto à abordagem do tema dos condomínios fechados e sua relação com o loteamento regulamentado pela Lei Federal nº 6.766, de 1979:

Reitero ser necessária extrema cautela na fixação de parâmetros de repercussão geral sobre a questão relativa a loteamentos ou parcelamentos do solo urbano com base em lei específica do Distrito Federal, sobretudo quando se tem por ponto de partida apenas e tão somente aquilo que a Constituição diz a respeito da necessidade de haver plano diretor para municípios com mais de vinte mil habitantes. (BRASIL, 2016a, 50).

Sobre a relação desses empreendimentos com o loteamento previsto na lei acima citada, a literatura apresenta o entendimento de que, embora eles se assemelhem àqueles regulamentados pela lei em questão, as modalidades se diferenciam tanto “no seu regime como nos seus efeitos e resultados” (SILVA, 2012, 344). O autor afirma que esses condomínios fechados, ainda que sejam um modelo de urbanização, não constituem parcelamento do solo, uma vez que são concebidos sob a forma condominial. Defende o estudioso que, apesar da subdivisão em unidades privativas e de uso comum, o terreno não perde sua individualidade, como ocorre na figura do loteamento (SILVA, 2012).

Apesar da preocupação com a relação entre modalidades de parcelamento do solo urbano, Tóffoli concorda que o tema dos condomínios fechados deva ser tratado na esfera local da administração pública. Justifica que há pertinência para que a direção da política urbana tenha sido atribuída aos municípios, já que essas questões são de interesse local e é nos municípios que se manifestam os efeitos da política de ordenamento e expansão da cidade. Portanto, a administração municipal teria maior domínio sobre tais questões (BRASIL, 2016a).

A ponderação do ministro coaduna-se com a afirmação de Meireles (2015) sobre os loteamentos fechados na obra “Direito Municipal Brasileiro”: “Para esses lo-

teamentos não há, ainda, legislação superior específica que oriente sua formação, mas nada impede que os Municípios editem normas urbanísticas locais adequadas a essas urbanizações” (MEIRELES, 2015, 561).

Quanto à atribuição de legislar sobre temas de interesse local, Silva (2012, 63) afirma que “as normas urbanísticas municipais são as mais características, porque é nos Municípios que se manifesta a atividade urbanística na sua forma mais concreta e dinâmica”. Para o autor, a União e os Estados devem reconhecer a delegação de competência dada pela Constituição Federal. Entretanto, ressalta que a administração municipal deve observar as diretrizes gerais definidas na legislação estadual e federal (SILVA, 2012).

As diretrizes gerais da política urbana nacional estão contidas na Lei Federal nº 10.257, de 2001, Estatuto da Cidade, que define as exigências a serem cumpridas para elaboração e revisão dos planos diretores, instrumento básico da política urbana municipal para os municípios com mais de vinte mil habitantes ou integrantes das regiões metropolitanas (BRASIL, 2001). No campo do parcelamento do solo, a regra geral é estabelecida pela Lei Federal nº 6.766, de 1979, e, portanto, os regulamentos estaduais e municipais devem estar embasados nesse diploma legal.

A tese de repercussão geral ratifica o disposto no inciso VIII do Art. 30 da Constituição Federal de 1988 e vai ao encontro dos ensinamentos de Meireles (2015) e Silva (2012). No que diz respeito ao fato de “legislar sobre programas e projetos específicos de ordenamento do espaço urbano por meio de leis que sejam compatíveis com as diretrizes fixadas no plano diretor” (BRASIL, 2016a, 81), a decisão deixa claro que a regulamentação de novos modos de parcelamento do solo por meio de leis municipais específicas devem estar em consonância com as diretrizes da política urbana municipal. Essa decisão reforça a tese de que as normas da política urbana não se esgotam nas leis gerais – Lei Federal nº 6.766, de 1979, e nº 10.257, de 2001 – e nem mesmo no Plano Diretor. Há, consequentemente, necessidade de se editar regulamentos para temas específicos da gestão da cidade.

Apesar de ser clara quanto à atribuição delegada aos municípios, a tese de repercussão geral, seguindo a cautela requerida pelo Ministro Dias Tóffoli, não trata do tema “condomínios fechados como figura de ocupação do solo”. Dessa forma, como será a aplicação dessa tese nas instâncias inferiores? Os estados e municípios se aterão apenas à subordinação de leis es-

pecíficas ao plano diretor ou se basearão no modelo da lei distrital para editar regulamentos semelhantes?

A controvérsia entre legalidade e ilegalidade dos condomínios fechados confirma o descompasso entre a ordem jurídica e o processo de urbanização. Primeiro acontece o fato e, só depois, vem o regulamento (ALFONSIN; FERNANDES, 2006). Em entrevista concedida em 2007, Edésio Fernandes destacou a necessidade de não se negar a existência das modalidades de parcelamentos fechados (BARBOSA, 2008). Apesar das críticas a esse tipo de ocupação, especialmente pelo tipo de cidade fragmentada que ela produz, o entrevistado defendeu a necessidade de encontrar soluções urbanísticas, jurídicas e ambientais para essa figura já consolidada.

O cenário da publicação da tese de repercussão geral se aproxima do que ocorreu com a Lei Federal 6.766, de 1979, concebida ao mesmo tempo em que parcelamentos do solo irregulares e clandestinos já eram realidade nas grandes cidades brasileiras. O processo de urbanização no Brasil, conforme discutido por Campos Filho (1992) e Kowarick (1979), juntamente com as razões apontadas por Maricato (2001), resultou em inúmeros parcelamentos do solo implantados nas periferias das grandes cidades, dando início à expansão urbana com formas dispersas, criando núcleos isolados das regiões centrais dotadas de infraestrutura.

Cabe acentuar que o PDDI RMBH, dentre as ações para o planejamento territorial, apontou a necessidade de se instituir a figura do condomínio urbanístico – nos termos estabelecidos pelo Projeto de Lei (PL) 3.057, de 2000, que propõe a revisão da Lei Federal 6.766, de 1979 – como alternativa para a regulação dos condomínios fechados que se proliferam no espaço da metrópole (MINAS GERAIS, 2011).

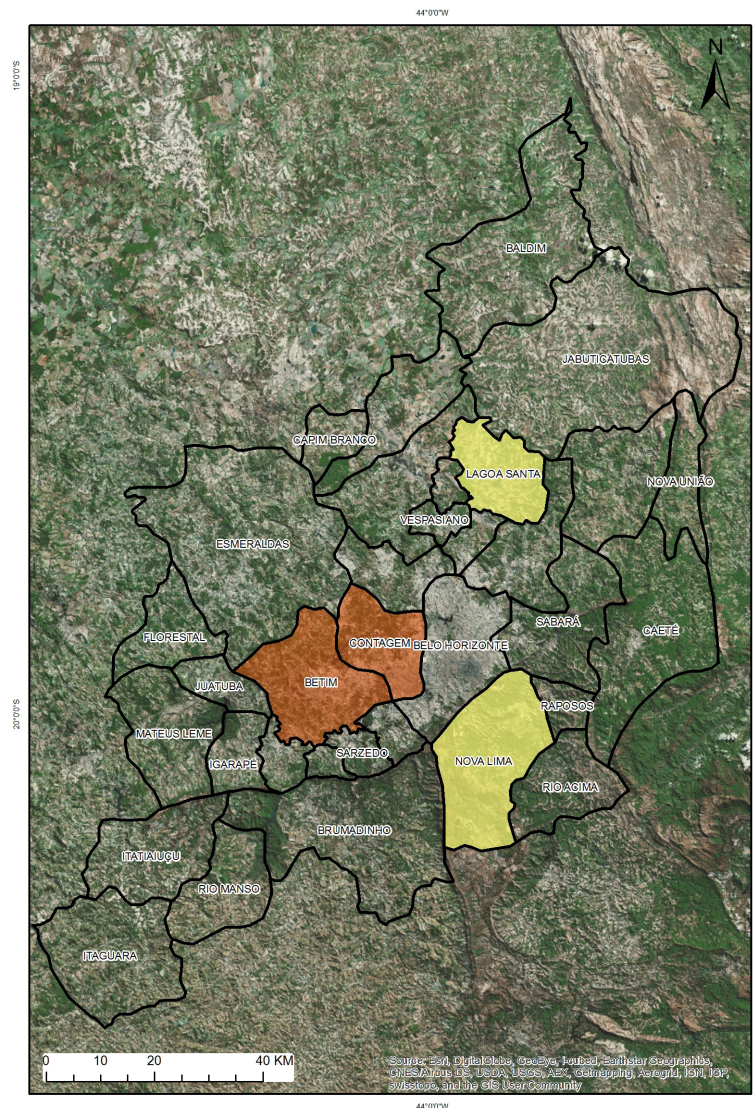
Caso a legislação federal não tenha regulamentado a figura dos condomínios fechados por serem esses promotores de espaços de segregação, fragmentação e dispersão da cidade pela descontinuidade da malha urbana, indaga-se, por fim: como serão tratados esses impactos caso a regulamentação desses empreendimentos por leis municipais passe a ser regra?

Desafios para regulamentação na RMBH

A dinâmica de produção do espaço da RMBH vem sendo detalhadamente estudada, sobretudo a partir do ano de 2009, em virtude da elaboração do já citado PDDI.

O material proveniente desses estudos, que subsidia, inclusive, a proposta de um macrozoneamento, contemplando todos os municípios da RMBH, traça o perfil de ocupação dos principais eixos estruturantes da metrópole e revela desigualdades resultantes de um processo de separação das áreas destinadas às populações de alta e baixa renda.

Magalhães et al (2011) destacam a forte heterogeneidade da ocupação dos municípios vizinhos à capital. Nova Lima e Lagoa Santa, situadas nos vetores sul e norte, respectivamente, concentram os loteamentos voltados para camadas de alta renda. Já os municípios de Contagem e Betim, a oeste de Belo Horizonte, apresentam número crescente de empreendimentos destinados à população de baixa renda. O Mapa 1, a seguir, apresenta os municípios que compõem a RMBH com destaque para Nova Lima, Lagoa Santa, Contagem e Betim.



Mapa 1
Municípios da RMBH – Destaque: Nova Lima, Lagoa Santa, Contagem e Betim.
Fonte: Elaborado por Fabiano Couto Milagres, 2016

Magalhães et al destacam, ainda, que os municípios historicamente ocupados por loteamentos fechados, como os já citados, tendem a evitar os empreendimentos direcionados às classes de baixa renda:

Indica-se assim uma perspectiva de continuação do processo histórico de periferação de baixa renda nas localidades de menor acesso à infraestrutura, com a novidade das áreas periféricas de maior proximidade de “amenidades ambientais” se tornarem foco da periferação de alta renda na forma de baixa densidade dos condomínios fechados e chacreamentos. Deste modo, cria-se um anel periférico com características de alta renda e baixa densidade ocupacional, concentrado principalmente no eixo sul, mas com uma tendência de se estender também a nordeste entre Lagoa Santa e a Serra do Cipó e pontualmente em algumas outras áreas da RMBH (MAGALHÃES et al, 2011, 34).

Cabe também realçar a proliferação dos parcelamentos em módulos rurais, implantados nas zonas rurais dos municípios, que se convertem em condomínios fechados e encontram entraves para sua regularização, uma vez que os empreendimentos com a finalidade urbana somente são permitidos nas zonas urbanas e de expansão urbana. Essas situações foram também pontuadas no PDDI RMBH (MINAS GERAIS, 2011).

A medida indicada para incorporar os condomínios fechados a uma lei específica foi a regulamentação do condomínio urbanístico já prevista no Projeto de Lei 3.057, de 2000. Entretanto, há que se considerar as várias iniciativas de normatização por parte dos municípios, especialmente aqueles atrativos ou que pretendem atrair a instalação desses empreendimentos.

No caso do município de Lagoa Santa – cuja urbanização por condomínios fechados foi impulsionada em virtude da instalação do Centro Administrativo do Governo do Estado de Minas Gerais no vetor norte da RMBH, aliada à mobilidade garantida pela Rodovia MG 010, via de acesso ao Aeroporto Internacional Tancredo Neves em Confins –, a Lei Municipal nº 2.759, de 2007, lei de parcelamento do solo, dispõe sobre a regularização e autorização de implantação de loteamentos fechados (LAGOA SANTA, 2007).

O loteamento fechado, de acordo com a definição dada pela lei de parcelamento do solo de Lagoa Santa, consiste em um loteamento aprovado que segue o disposto na Lei Federal 6.766, de 1979, em que o empreendedor tem a intenção de cercar ou murar a área, além de instalar dispositivos de controle para acessá-la. O projeto proposto recebe as diretrizes básicas municipais e metropolitanas, nas quais são traçadas as condições para a aprovação do loteamento, pre-

vê as áreas públicas necessárias e é analisado pelos órgãos municipais e estaduais competentes. Estando em conformidade com os regulamentos vigentes, recebe a anuência prévia da Agência de Desenvolvimento da RMBH (Agência RMBH) e, finalmente, está em condições de ser aprovado pelo município.

Após cumprir o rito de aprovação estabelecido pela Lei Federal nº 6.766, de 1979, endossado pelo Decreto Estadual nº 44.646, de 2007, instrumento que disciplina o exame e anuência prévia pelo Estado de Minas Gerais para projetos de parcelamento de solo, o fechamento do loteamento é analisado à luz da legislação municipal, Lei nº 2.759, de 2007, e viabilizado por meio do instrumento da concessão onerosa de uso das áreas públicas existentes no interior do perímetro a ser fechado, dentre as quais estão as vias públicas.

No documento de diretrizes básicas, expedido pelo município, são analisadas e definidas as condições a serem atendidas para a elaboração do projeto urbanístico e posterior implantação e fechamento do empreendimento. O texto da lei municipal prevê as seguintes condicionantes para que o pedido de loteamento fechado seja deferido:

1. Aprovação de Relatório de Impacto de Circulação (RIC) e Relatório de Impacto de Vizinhança (RIV), nos termos do Plano Diretor vigente, nos quais deverão estar previstas as adaptações necessárias para a mitigação dos impactos pelo fechamento – se for o caso;
2. Não poderão ser incluídas no perímetro a ser fechado vias estruturais e coletoras que interliguem duas vias do sistema viário existente. No caso de loteamento a ser fechado, se interligado a um bairro existente, essa regra poderá ser desconsiderada a critério dos órgãos municipais de obras públicas e trânsito – que deverão demonstrar que o fechamento do loteamento não prejudicará a circulação nas vias principais do bairro existente;
3. O loteamento a ser fechado não poderá ter área superior a 350.000,00m². Empreendimentos com área superior a essa podem ser permitidos somente mediante parecer favorável dos respectivos RIC e EIV.

Conforme já mencionado, o PDDI RMBH propõe a instituição do condomínio urbanístico previsto no PL 3.057, de 2000, como forma de regulamentar os condomínios fechados na região metropolitana. Para isso, define que os empreendimentos deverão atender as seguintes diretrizes:

- área máxima compatível com as características da estrutura urbana e a existência de áreas confinadas, segundo parecer favorável do órgão competente;
- não obstaculização da continuidade do sistema viário público existente ou projetado;
- não formação de enclaves pela somatória de vários condomínios contínuos, superando a área máxima definida para um condomínio;
- obrigatoriedade de destinação de percentual de área para uso público, excluído sistema viário, podendo o mesmo ser substituído por doação ao Fundo Metropolitano, mediante aprovação dos órgãos competentes, sendo que para empreendimentos de interesse social implantados em ZEIS, o percentual poderá ser diferenciado, a partir da definição em lei específica;
- obrigatoriedade de localização das áreas de uso público na parte externa ao perímetro de acesso controlado;
- garantia de previsão de lotes destinados a usos não residenciais voltados para via pública, em área externa ao perímetro de acesso controlado nos casos de condomínios de grande porte;
- garantia, em áreas de paisagem excepcional, de se conferir transparência dos elementos de cercamento da área de acesso controlado;
- atribuição aos condôminos da responsabilidade pela manutenção da infra-estrutura básica;
- obrigatoriedade dos respectivos projetos serem submetidos a licenciamento urbanístico ambiental integrado (MINAS GERAIS, 2011, 277, V1).

Considerando-se as diretrizes definidas para uma futura proposta de regulamentação dos condomínios fechados por parte do órgão metropolitano de planejamento, observa-se que os parâmetros relacionados vão além daqueles praticados nos empreendimentos já consolidados. Nesse sentido, vê-se que um dos desafios para se incorporar esses empreendimentos à legislação poderá ser o embate entre as medidas que garantam a qualidade de vida urbana e as aspirações do mercado imobiliário.

A partir do caso de Lagoa Santa, confirma-se que iniciativas municipais de regulamentação dos condomínios fechados podem estar distantes das diretrizes traçadas pelo PDDI RMBH. Apesar de se reconhecer a autonomia dada aos municípios pela Constituição Federal de 1988 para o trato com a política urbana, há que se considerar a necessária intervenção dos órgãos estaduais de planejamento nas regiões metropolitanas, necessidade essa reforçada pela publicação do Estatuto da Metrôpole – Lei Federal 13.089, de 2015 (BRASIL, 2015).

Embora essa última lei legitime a esfera de ação da intervenção estadual na política urbana de municípios integrantes das regiões metropolitanas, a tese de repercussão geral adotada em 2016 ratifica a competência municipal para legislar sobre programas e projetos específicos de ordenamento do espaço urbano. O fato de essa tese se dar com base em caso de iniciativa de regulamentação de ocupações, sob a forma de condomínios fechados, ampara as leis municipais editadas para regulamentar esses empreendimentos. Adicionalmente, pode impulsionar novas iniciativas locais, caso a implementação das diretrizes do PDDI, por meio da aprovação de lei estadual, demande tempo incompatível com a ação da iniciativa privada. Novamente, estaremos diante do descompasso entre a edição de normas e a situação real consolidada.

Considerações finais

Conforme se verifica a partir do caso de Lagoa Santa, a ausência de regulamentação na legislação federal para uma modalidade de parcelamento do solo que tanto se repete na RMBH, assim como em outros municípios brasileiros, contribui para a existência e proliferação desordenada de loteamentos fechados, além de incentivar a edição de normas municipais que apenas instituem uma nova figura legal sem, no entanto, estabelecer critérios de prevenção dos impactos por ela gerados.

A situação ora apresentada mostra que não é suficiente conceber os condomínios fechados como figura que se enquadre nas normas e ritos da legislação federal em apenas uma parte do processo ou que se molde aos interesses do mercado imobiliário. Caso essa modalidade de parcelamento seja assumida como uma forma de expansão – e tem sido –, devem-se prever as medidas necessárias para que sejam concebidas de forma a integrar a malha urbana. Tais medidas são expressas nas diretrizes formuladas no PDDI RMBH.

A tese de repercussão geral adotada pelo STF, resultante de julgamento de recurso extraordinário que debateu a constitucionalidade de lei que dispõe sobre tipo de ocupação do solo em condomínios fechados, apresenta-se como movimento recente para o reconhecimento desse tipo de empreendimento na legislação urbanística. Entretanto, cabe resguardar as ressalvas levantadas pelos ministros, especialmente quanto à necessidade de se prever essa figura na lei que trata do parcelamento do solo. Tal demanda pode ser atendida com a aprovação do PL 3.057, de 2000, que trata da revisão da Lei Federal nº 6.766, de 1979.

Destaca-se, por fim, que a proposta de regulamentação dos condomínios fechados – em virtude do lapso temporal entre a ação e a situação real – encontrará um cenário consolidado e enfrentará o risco de se tornar um instrumento de ratificação do que tem sido praticado devido à dificuldade de rompimento com o modelo atual habituado à submissão às normas municipais, geralmente moldadas às demandas geradas por esses empreendimentos.

Referências

ALFONSIN, Betânia; FERNANDES, Edésio (Orgs). *Direito Urbanístico: Estudos brasileiros e internacionais*, Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

BARBOSA, Daniela B. L. Do medo da violência à “condominiarização” das cidades brasileiras: sobre as conseqüências sócio-espaciais da modificação da legislação federal de parcelamento do solo urbano. 2008. 253f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm > Acesso em 18 de outubro de 2015.

BRASIL. Lei Federal nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964. Dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4591.htm>. Acesso em: 10 de março de 2016.

BRASIL. Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. . Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6766.htm Acesso em: 15 de setembro de 2015.

BRASIL. Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em 10 de março de 2016.

BRASIL. Lei Federal nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015. Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13089.htm >. Acesso em 02 de maio de 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Inteiro Teor do Acórdão – RECURSO EXTRAORDINÁRIO 607.940 Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudenciarepercussao/verAndamentoProcesso.asp?incidente=3823627&numeroProcesso=607940&classeProcesso=RE&numeroTema=348>>. Acesso em: 09 de março de 2016. (a)

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Diário da Justiça Eletrônico, nº 36, Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/geral/verPdfPaginado.asp?id=10360112&tipo=DJ&descricao=DJE%20N%BA%2036%20-%2025/02/2016>>. Acesso em: 09 de março de 2016. (b)

CAMPOS FILHO, Cândido M. Cidades brasileiras: seu controle ou o caos: o que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil? 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 1992.

DISTRITO FEDERAL. Lei Complementar nº 710, de 06 de setembro de 2005. Dispõe sobre os Projetos Urbanísticos com Diretrizes Especiais para Unidades Autônomas e dá outras providências. Disponível em: < <http://legislacao.cl.df.gov.br/Legislacao/consultaTextoLeiParaNormaJuridicaNJUR-114637!buscarTextoLeiParaNormaJuridicaNJUR.action>>. Acesso em: 04 de março de 2016.

HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec. 1980.

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LAGOA SANTA. Lei nº 2.759, de 28 de dezembro de 2007. Estabelece normas para o parcelamento do solo para fins urbanos no Município de Lagoa Santa, dispõe sobre a regularização e autorização de implantação de loteamento fechado no âmbito do município, regulamenta o artigo 86, inciso III, letra f, da Lei nº 2.633/2006 (Plano Diretor do Município de Lagoa Santa) e dá outras providências. <<http://www.rmbh.org.br/pt-br/repositorio/municipios/lagoa-santa/plano-diretor-de-lagoa-santa-lei-2633>>. Acesso em: 15 de setembro de 2015.

MAGALHÃES, Felipe. N. C; TONUCCI FILHO, João. B. M; SILVA, Harley. "Valorização imobiliária e produção do espaço: novas frentes na RMBH" In: MENDONÇA, Jupira. G; COSTA, Heloisa. S. M (Orgs). *Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro*, 17-40. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2011.

MARICATO, Ermínia. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito municipal brasileiro*, São Paulo: Malheiros, 14ª ed., 2015.

MINAS GERAIS. DECRETO Nº 44.646, DE 31 DE OUTUBRO DE 2007. Disciplina o exame e anuência prévia pelo Estado, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana – SEDRU, para aprovação de projetos de loteamentos e desmembramentos de áreas para fins urbanos pelos municípios. Disponível em: <http://www.urbano.mg.gov.br/images/documentos/MUNICIPIOS/planejamentoeinfraestruturaurbana/anuenciaprevia/dec_44646_nr_dec_44768.pdf>. Acesso em: 15 de setembro de 2015.

MINAS GERAIS. Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana. Plano diretor de desenvolvimento integrado da região metropolitana de Belo Horizonte PDDI – RMBH. Relatório de Definição das Propostas de Políticas Setoriais, Projetos e Investimentos Prioritários. Belo Horizonte: 2011, 1538p. Disponível em: <<http://www.metropolitana.mg.gov.br/eixos-tematicos-integrados/relatorio-final>>. Acesso em: 15 de setembro de 2015.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. Texto integral do recurso extraordinário da ação direta de inconstitucionalidade N.º 2007.00.2.006486-7. Disponível em: http://www.mpdft.mp.br/search?client=sisrec-internet&output=xml_no_dtd&proxystylesheet=sisrec-internet&ie=UTF-8&site=sisrec-internet&access=p&proxycustom=%3CHOME/%3E&exibeCache=cache:x47QVvLXtL0J:www.mpdft.mp.br/idx/sisrec/PUB/?id=081900331820721+RE+607940&numeroMPDFT=081900331820721. Acesso em: 05 de março de 2016.

MONTE-MÓR, Roberto L. de Melo. *O que é o urbano, no mundo contemporâneo*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2006. 11p.

REIS, Nestor Goulart. *Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano*. São Paulo: Via das Artes, 2006.

SILVA, José Afonso da. *Direito urbanístico brasileiro*. São Paulo, Ed. Malheiros, 7ª ed, 2012.

Turismo e Litoral: Transformações Espaciais, Fragmentação Urbana e Exclusão Social no Nordeste do Brasil

Luciano M. Abreu, Aline N. Costa

Luciano M. Abreu, Aline N. Costa. Turismo e Litoral: Transformações Espaciais, Fragmentação Urbana e Exclusão Social no Nordeste do Brasil. *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 334-356, jan./out. 2017

data de submissão: 16/10/2016
data de aceite: 26/04/2017

Luciano M. Abreu é Doutor em Planejamento Urbano e Regional; professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ; Lmabreu@predialnet.com.br

Aline N. Costa é Doutora em Geologia; professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFES; alinenog76@gmail.com

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo oferecer algumas reflexões sobre o papel das intervenções e renovações urbanas realizadas em função do turismo no contexto brasileiro, tendo como referência estudos anteriores sobre projetos de intervenção urbana executados no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste do Brasil (PRODETUR/NE), que tem no litoral nordestino a concentração de seus investimentos. Adotou-se como hipótese que tais intervenções e projetos de urbanização turística apresentam-se como uma nova fronteira ao processo de acumulação, expansão e reprodução do capital, em razão das características específicas da atividade e do modelo adotado em sua implementação. A base analítica são as transformações espaciais geradas com as ações para o desenvolvimento do turismo, bem como as implicações de ordem social, econômica e espacial decorrentes de tais transformações. As análises estão centradas nas ações do PRODETUR/NE empreendidas na cidade de Natal no Estado do Rio Grande do Norte. A argumentação considera que a distinção e a diferença como requisitos para a atividade turística delimitam territórios e estabelecem regras específicas em sua apropriação. A busca por esta distinção e diferença vem por meio de transformações espaciais e reorganização territorial. Como resultado das transformações espaciais, observa-se, de um lado, o aumento do valor dessas áreas e, de outro, um processo de desterritorialização de práticas sociais e econômicas originais, alijando a população local dos benefícios dos investimentos. Assim o esforço e os investimentos públicos envolvidos no desenvolvimento do turismo não têm sido capazes de sustentar, como propagado no discurso, a melhoria da qualidade de vida das populações locais, ainda que produza alguns benefícios. Ao contrário, o resultado, no espaço intraurbano, é a intensificação do processo de segregação e a fragmentação do tecido urbano, incentivado, promovido e acelerado pela implementação de políticas e recursos públicos.

Palavras-chave: territórios turísticos, litoral, PRODETUR/NE Natal.

Abstract

This paper offers some reflections on the role of interventions and urban renovations carried out as a function of tourism in the Brazilian context, with reference to previous studies on urban intervention projects implemented under the Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE). We adopt the hypothesis that such interventions and urban projects are present-



ed as the new frontier in the accumulation process, expansion and reproduction of capital, due to the specific characteristics of the activity and the model adopted in its implementation. The analytical basis are the spatial transformations generated by the actions for the development of tourism, as well as the implications of social, economic and spatial order arising out of such transformations. The analysis is centered on the actions of PRODETUR/NE undertaken in Natal in the State of Rio Grande do Norte. The argument considers that the distinction and difference as requirements for tourism delimiting territories and establish specific rules in its appropriation. The distinction and difference as a goal comes through spatial transformations and territorial reorganization. As a result of spatial transformations, it is observed on the one hand, the increase in the value of these areas, and the other, a dispossession process of original social and economic practices, jettisoning the local people of the benefits of the investments. Thus the effort and public investment involved in tourism development have not been able to sustain, as propagated in the official speech, improving the local population quality of life, although it produces some benefits. Instead, the result, in the intra-urban space is the intensification of the process of segregation and fragmentation of the urban fabric, encouraged, promoted and accelerated the implementation of public policies and resources.

Keywords: touristic territories, costal areas, PRODETUR/NE Natal.

Resumen

Este artículo tiene por objetivo ofrecer algunas reflexiones sobre el papel de las intervenciones y las renovaciones urbanas realizadas sobre la base del turismo en el contexto brasileño, siendo apoyadas en estudios anteriores de proyectos de intervención urbana realizados en el contexto del Programa de Desarrollo del Turismo en el Nordeste de Brasil (PRODETUR / NE), cuya concentración de las inversiones se encuentra en la zona costera. Se adoptó como hipótesis de investigación que estos tipos de intervenciones y proyectos de desarrollo turístico se presentan como una nueva frontera para el proceso de acumulación, crecimiento y reproducción del capital, debido a las características especiales de la actividad turística y el modelo adoptado en su aplicación. La base analítica son transformaciones espaciales generados por las acciones emprendidas para el desarrollo del turismo, así como las implicaciones de la vida social, económica y espacial que surge de tales cambios. El análisis se centra en las acciones de PRODETUR/NE realizadas en la ciudad de Natal, en el estado de Rio Grande do Norte. El argumento principal considera que la distinción y la diferencia como requisitos para la actividad turística delimitan territorios y establecen normas específicas en su apropiación. La búsqueda por esta distinción y diferencia llega a través de transformaciones espaciales y reorganización territorial. Como resultado de las transformaciones espaciales, se observa, por un lado, el aumento en el valor de estas áreas, y el otro, un proceso de despojo de las prácticas sociales y económicas originales, deshaciéndose la población local de los beneficios de las inversiones. Así, el esfuerzo y la inversión pública involucrada en el desarrollo del turismo no han sido capaces de mantener, como propagado en el discurso oficial, la mejora de la calidad de vida de la población local, a pesar de que produce algunos beneficios. En lugar de ello, el resultado, en el espacio intraurbano es la intensificación del proceso de segregación y fragmentación del tejido urbano, alentado, promovido y acelerado a través de implementación de políticas y recursos públicos.

Palabras-clave: territorios turísticos, zonas costeras, PRODETUR/NE Natal.

Introdução

O fenômeno turístico tem apresentado franco crescimento nas últimas décadas em todo o mundo. Entre 1975 e 2000 a taxa de expansão anual do setor foi superior à expansão do PIB global, representando um crescimento anual de 4,6%, enquanto o PIB global expandiu-se a uma taxa de 3,5%.

Em termos nacionais, o crescimento da participação do Turismo no PIB é verificado desde a década de 1980. A partir de 1994, o segmento turístico passa a apresentar maiores indicadores de crescimento. No período de 2003 a 2009 o setor cresceu 32,4%, enquanto a economia do país expandiu 24,6%. A participação do turismo na economia subiu de US\$ 24,3 milhões em 2003 para US\$ 76,9 milhões em 2012, representando uma participação de 3,7% do PIB (Mtur, 2013).

As estatísticas sobre o setor têm dado cabo de compor os argumentos do discurso oficial para as ações governamentais referentes ao desenvolvimento do turismo no Brasil, especialmente, no que diz respeito ao potencial de geração de emprego e renda, portanto, das oportunidades sociais que podem advir do incremento do setor.

As ações governamentais englobam o planejamento e a formatação de políticas específicas para o turismo, com criação de linhas especiais de crédito (para o setor público, privado e para os consumidores dos produtos turísticos), incentivos fiscais e provimento de infraestrutura, envolvendo montante de recursos públicos expressivos.

Dentro deste contexto foi inserido e estruturado o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE), constituindo-se em um dos principais programas do governo federal para consolidar as diretrizes da Política Nacional de Turismo.

As reflexões realizadas neste artigo têm por base estudos anteriores de projetos de renovações urbanas em função do turismo realizadas no âmbito do PRO-

DETUR/NE. As análises assentam-se na produção e/ou reorganização espacial, tomados aqui como categoria analítica. Tomou-se como caso exemplar, as ações empreendidas pelo PRODETUR na cidade de Natal/RN. A magnitude de recursos e a escala regional envolvidas nos projetos financiados pelo PRODETUR/NE fazem deles importante objeto de estudo para compreensão dos processos relacionados ao desenvolvimento urbano contemporâneo, especialmente, quando se trata de áreas litorâneas de cidades que têm suas dinâmicas alteradas em função dos projetos turísticos de renovação urbana.

O PRODETUR/NE

Visando a inserção mais significativa e definitiva do Nordeste na rede internacional de localidades turísticas e a busca pela minimização das disparidades regionais, o governo brasileiro iniciou na primeira metade dos anos de 1990 o PRODETUR/NE, através do qual vem realizando investimentos em infraestrutura urbana (em sua maioria) prevendo e desejando possibilitar o desenvolvimento da atividade na região. O PRODETUR/NE teve suas negociações iniciadas no ano de 1991 e, em 1995, teve início sua execução.

Trata-se de um programa de crédito para o setor público confeccionado para gerar condições para o desenvolvimento da atividade turística. Sua área de abrangência coincide com a área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), englobando os nove estados nordestinos, o norte dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. A origem dos recursos do Programa é o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e o órgão executor é o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), que acumula a função de repassador dos recursos.

O PRODETUR/NE está organizado em duas fases. A primeira teve início em 1994, com vigência até o ano 2005. Foi aplicado, em todos os projetos, o montante de US\$ 625.966 mil, sendo US\$ 396.602 mil a título de financiamento e US\$ 229.364 mil a título de contrapartida local, em 60 municipalidades dos nove estados nordestinos.

Na primeira fase, o PRODETUR/NE já demonstrava sua predileção pela realização das inversões nos espaços litorâneos (figura 1). A escolha das localidades contempladas com recursos, ficou a critério dos Estados participantes que, por sua vez, apresentaram uma Macroestratégia de desenvolvimento do turismo, com a lista de municípios considerados prioritários.

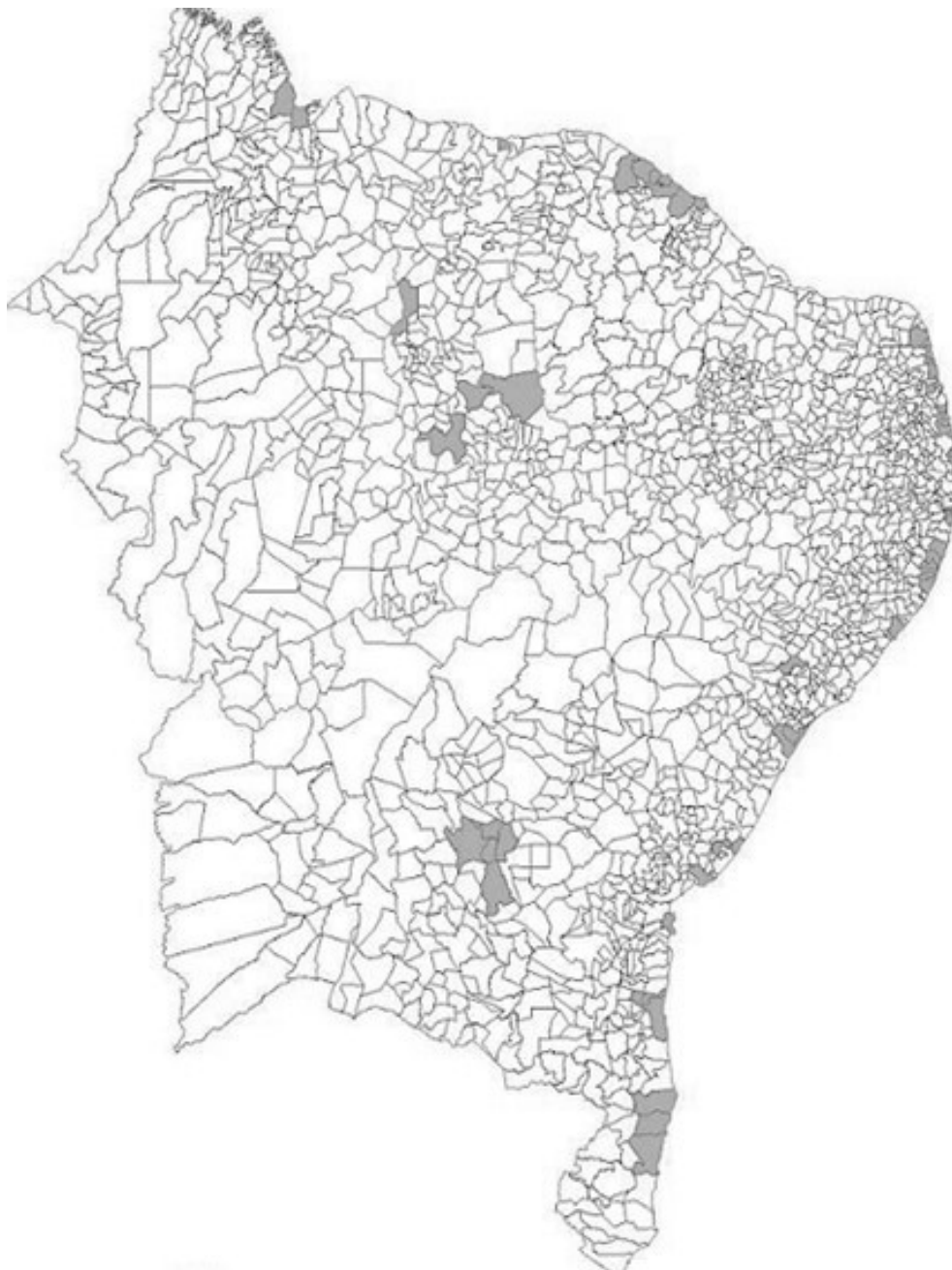


Figura 1

Municípios PRODETUR/NE I.

Fonte: ABREU, 2005 (publicação autorizada pelo autor)

Em 2002 foi iniciado o PRODERTUR/NE II. Nesta segunda fase, a previsão era a aplicação, nas áreas de planejamento dos 14 Polos de Turismo criados (115 municípios), de recursos da ordem de US\$ 400 milhões, sendo US\$ 240 milhões oriundos do BID e US\$ 160 milhões de contrapartida.

Os recursos do PRODETUR/NE foram direcionados a projetos de melhoria da infraestrutura turística nas municipalidades contempladas, abarcando: construção e reforma de aeroportos; rodovias; projetos de

saneamento básico; patrimônio histórico; recuperação ambiental; urbanização de áreas turísticas, especialmente, orlas urbanas; resíduos sólidos; etc.

No PRODETUR/NE II, novas estratégias foram incorporadas como, por exemplo, a necessidade de elaboração de um Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) e a inclusão do conceito de Polo Turístico, entendido como espaços geográficos claramente definidos, com pronunciada vocação para o turismo, envolvendo atrativos turísticos similares e/ou complementares. Foram constituídos 16 Polos Turísticos, 14 dos quais receberam investimentos, sendo 12 deles localizados na Região Nordeste (figura 2).

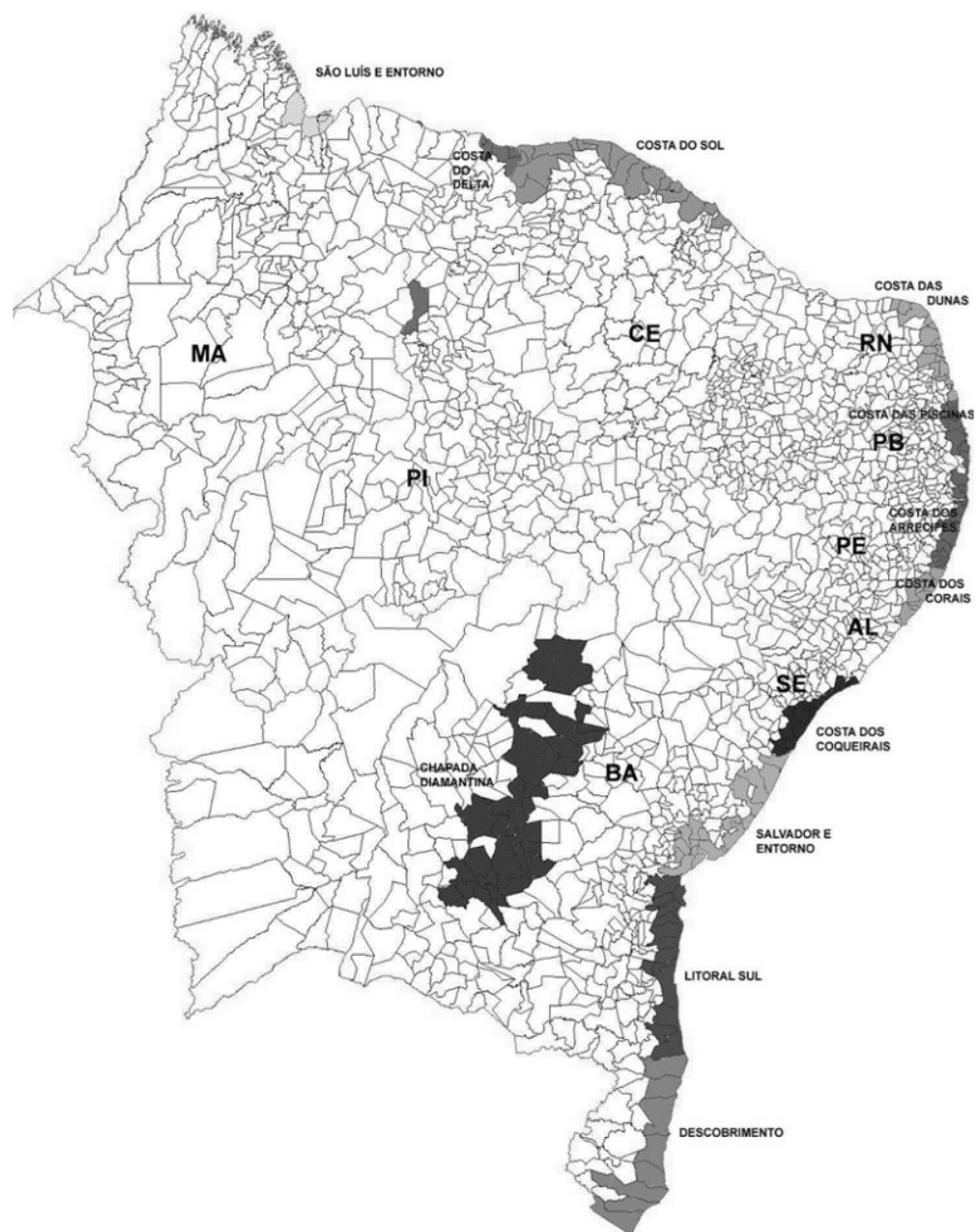


Figura 2
 Polos Turísticos - PRODETUR/NE II
 Fonte: ABREU, 2005 (publicação autorizada pelo autor)

Para cada polo turístico foi elaborado um PDITS, bem como foi delimitada uma Área de Planejamento, formada por um conjunto de municípios passíveis de receber investimentos.¹ Receberam inversões apenas os municípios do polo que possuíam projetos que complementassem ou completassem as ações já financiadas na primeira fase do Programa, englobando ainda aqueles projetos em municipalidades que, mesmo não tendo recebido recursos na primeira fase, receberam influências dos projetos implantados.² Mais uma vez, percebe-se a concentração dos polos turísticos e, portanto, dos investimentos do Programa nos espaços litorâneos em detrimento da hinterlândia.

As ações do PRODETUR/NE têm nas capitais dos estados, lugares estratégicos para o processo de expansão territorial do turismo, de uma rede internacionalmente organizada. São portões de entrada dos polos turísticos e novos lugares que buscam compor a nova geografia do turismo. Não por acaso foram financiadas as reformas e ampliação de oito aeroportos na região, dois dos quais, tornaram-se internacionais.

Tais ações visam a criação de um sistema de objetos que permita a transformação das capitais em nós da rede, bem como permite a distribuição dos fluxos nas áreas turísticas locais (municípios que compõem os polos). Isto é, constrói-se uma conexão interregional e internacional, bem como conexões intrarregionais, além da melhoria e fabricação de produtos que possam atrair turistas.

Além dos US\$ 625.966 mil investidos através do PRODETUR/NE em sua primeira fase, que viabilizaram a infraestrutura turística, foram aplicados ainda, no período de 1998 a 2004, cerca de R\$ 135.721 mil em empreendimentos privados da cadeia turística, através de do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE (BNB, 2005). Isso sem contar com investimentos estrangeiros diretos, recursos próprios, ou outras fontes de financiamento administradas pelas demais instituições financeiras como o BNDES, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, para citar alguns exemplos.

Aporte Teórico: turismo, transformações espaciais e fragmentação urbana – gênese dos territórios turísticos

O turismo é um fenômeno de contornos urbanos. Para existir, ele requer uma condição logística que somen-

¹ O PDITS é condição básica para obtenção de financiamento de projetos. É o instrumento técnico de planejamento e gestão do turismo e se constitui em etapa primordial do PRODETUR NACIONAL. Recentemente o PRODETUR deixou de ser regional e ganhou o caráter nacional.

² O conceito de completar, no PRODETUR/NE II, refere-se a ações que, embora previstas no âmbito do PRODETUR/NE I, não foram finalizadas ou executadas, mas que continuam sendo necessárias à sustentabilidade da atividade turística. Já as ações a serem complementadas, são aquelas identificadas como prioritárias, em função dos resultados e impactos das inversões realizadas pelo PRODETUR/NEI.

te a proximidade ou sua inserção na cidade permite. Considerando que a maior parte das localidades turísticas consolidadas ou em consolidação tem sua dinâmica e forma urbana precedente ao turismo, a introdução da nova atividade requer uma infinidade de esforços e transformações neste meio, especialmente quando feita em escala e induzida por políticas públicas que aceleram e “organizam” o processo.

Brandão salienta que “a cidade é a sede e o ambiente da reprodução das classes, da atividade de produção, distribuição, troca e consumo” (BRANDÃO, 2007, p. 192). Considerando o turismo como uma atividade relativamente nova à qual tem sido atribuída a função de tornar dinâmicas economias estagnadas, sua inserção no meio urbano influencia sobremaneira essa dinâmica, ao trazer novos elementos que se refletem desde os aspectos físicos, com um novo desenho urbano, até os aspectos socioeconômicos, com a geração de novos problemas e demandas.

Segundo Brandão (2007, p. 193), “o urbano é também o lócus da geração de demandas e o espaço de lutas políticas dos estratos sociais que reivindicam acesso aos meios de consumo coletivo e inserção no mercado de trabalho”. No caso do turismo, essa luta se dá em torno da apropriação das vantagens possíveis com a inserção da nova atividade.

Cruz (2002) observa que o turismo é a única prática social que consome o espaço, através de serviços, bem como do consumo da paisagem. Para tanto impõe aos lugares sua lógica de organização espacial, muitas vezes, à revelia das lógicas preexistentes. Na escala intraurbana das localidades turísticas, o espaço é dividido em locais de trabalho e de moradia e nos espaços de turismo e lazer em que há uma ênfase no consumo, tanto do espaço construído quanto da natureza.

Considerando que o espaço urbano possui dinâmica própria e contínua de distribuição de recursos, a forma como eles estão alocados, seus arranjos espaciais, determinam também a diversidade de oportunidades das pessoas dentro do mesmo espaço. Isto é, a disponibilidade e acessibilidade aos recursos no contexto urbano determinam uma distribuição de renda desigual entre as pessoas. Como nos diz Behrens “o poder de comando sobre os recursos escassos da comunidade não pode ser determinado independentemente da acessibilidade a eles nem independentemente do seu custo” (BEHRENS, 1981, p. 500).

Neste sentido, os processos de transformação espacial no contexto urbano refletem diretamente no

poder de comando sobre os recursos da comunidade, isto é, envolvem o conceito de Renda Real de Harvey, e implicam numa redistribuição dessa renda real, já que geram alterações no leque de oportunidades de produção e consumo; mudanças na distribuição espacial dos custos de acesso e; alterações nos valores dos bens imobiliários.

Deste modo, como sintetiza Harvey (1980, p. 53), “as mudanças na forma espacial da cidade e nos processos sociais, que nela operam, provocam mudanças na renda do indivíduo”.

A lógica de separação entre os espaços destinados ao turismo e os demais espaços do ambiente urbano tem razões específicas. O gatilho do turismo é a diferença. O turismo, como nos diz Wainberg (2003, p. 43), é um encontro, um fenômeno de consumo e interação disparado pela diferença: “é a produção de lugares com certa distinção e personalidade que atrai os olhares”. Essa é a razão primeira da transformação dos espaços para atrair turistas.

A segunda razão diz respeito à própria necessidade de infraestrutura. Como se trata da inserção de algo novo, torna-se necessária a adaptação da infraestrutura ao novo contexto.

A dinâmica de produção de espaços turísticos, com a incorporação de novos espaços e o abandono parcial ou total de outros, tende a levar a constituição, dentro do tecido urbano, de áreas restritas da prática turística (CRUZ, 2003). Segundo Portuguesez,

“[...] a ideia de território acha-se fundamentada na ideia de poder. Assim, em um dado espaço, podem-se formar territórios na medida em que pessoas, grupos, empresas e governos estipulam formas particulares de uso, de modo que a coletividade em geral acabe por admitir o exercício do domínio seja pela força cultural, seja pela força militar, seja pelo poder político ou ainda pela imposição econômica” (2001, p. 36).

Desta maneira, formularam-se as ideias de territórios nacionais, de narcotráfico, de prostituição e, agora, de territórios turísticos, que também possuem suas regras e códigos para apropriação.

“A intensificação do uso turístico de dada porção do espaço geográfico leva à introdução, multiplicação e, em geral, concentração espacial de objetos cuja função é dada pelo desenvolvimento da atividade. Nesse processo de apropriação dos espaços pela prática social do turismo está a gênese dos territórios turísticos” (CRUZ, 2003, p.12).

Essa concentração espacial justifica-se pelo barateamento dos custos dos investimentos em infraestrutura, mas não é apenas a razão econômica que tem conduzido à formação de territórios turísticos. As fronteiras territoriais criadas visam manter o turista dentro de “espaços de fantasia” criados por campanhas de marketing agressivas. Transforma-se a paisagem para ser consumida.

Nos lugares turísticos formam-se áreas específicas para fruição do lazer conforme o público que as frequenta. Pode-se dizer que o espaço de consumo é utilizado por determinados estratos para delimitar relações sociais. A utilização de códigos de normas restringe o acesso e a liberdade de boa parte da população aos locais de uso público (PORTUGUEZ, 2001).

Para Cruz (2002, p. 149) “a especialização no uso de territórios pelo turismo tem implicações como a exclusão social de populações locais”. Assim, a estruturação e o (re)ordenamento do espaço para o turismo causam conflitos para o residente, que em muitos casos não é contemplado no usufruto dos espaços criados.

Se por um lado a transformação espacial tem sua essência como condição para o desenvolvimento do turismo (criação da diferença e infraestrutura) e, portanto, como condição para se alcançar as melhorias econômicas e sociais que ele supostamente trará, por outro, ela está intimamente vinculada e a serviço daquelas frações de capitais que fazem dela uma nova fronteira para o processo de expansão e valorização de capitais.

É interessante notar que a inclusão social, sempre entremeada no discurso das políticas públicas de desenvolvimento do turismo, vem também, sempre como subjacente ou como consequência do crescimento da trade turística, revelando um modelo indireto da política de desenvolvimento.

O desenvolvimento da atividade (turística), por sua vez, impactará positivamente a aceleração do crescimento do País, gerando [...] benefícios que se distribuem por toda a sociedade e para todas as regiões do Brasil (PNT 2007-2010, p.14).

A categoria analítica Renda Monopolista pode ajudar a entender parte do fenômeno que faz com que a atividade, na forma como vem sendo desenvolvida, se transforme muito mais numa viagem de exclusão³ do que de inclusão, pelo menos, do ponto de vista espacial e social.

³ Referência ao Plano Nacional de Turismo 2007-2010 – intitulado: *Uma viagem de Inclusão*.

A renda monopolista, segundo Harvey (2005), está baseada no poder que alguns proprietários privados possuem sobre determinadas porções do planeta. Esse poder, monopólio, por ser exclusivo, é capaz de gerar fluxo de renda por muito tempo ao seu detentor. Ela é potencializada quando se alcança duas situações, que no caso da atividade turística são conjugadas:

“A primeira situação (caso indireto de renda monopolista) surge quando os atores sociais controlam algum recurso natural, mercadoria ou local de qualidade especial em relação a certo tipo de atividade, permitindo-lhes extrair renda monopolista daqueles que desejam usar tal recurso, mercadoria ou local [...] o preço monopolista cria a renda. [...] a versão localizacional seria a centralidade [...]. No segundo caso, tira-se proveito diretamente da terra ou do recurso. A escassez se cria pela retenção da terra ou do recurso para uso presente, especulando-se sobre valores futuros [...] é a singularidade que forma a base para o preço monopolista” – grifo nosso (HARVEY, 2005, p. 222).

Assim como a atividade turística e seus produtos prezam pela diferença, a busca desmesurada pela renda monopolista impõe critérios de singularidade, especialidade, originalidade como forma de multiplicar e estender no tempo o lucro. Nos dois casos, acreditamos, há um esforço subjacente, algumas vezes explícito, pela cisão, separação e segregação como formas de permitir tanto a exploração da atividade como a ampliação dos lucros. E se a atividade turística se baseia no consumo do espaço, as referidas cisão, segregação e separação nele devem ser inscritas.

É inegável o potencial que a “indústria do turismo” tem na dinamização da economia, mas também o é sua capacidade de ocasionar problemas sociais e econômicos por onde ela se alastra. Em meio à instalação de hotéis luxuosos e praias revitalizadas, circulam “gringos”, prostitutas e ambulantes na proporção do crescimento daquela indústria.

As transformações de determinados espaços urbanos, em função da atividade turística, acabam por concentrar certas qualidades e infraestrutura que valorizam sua área de entorno. Essa valorização, seja pela infraestrutura, seja pela qualidade paisagística atrai também novos empreendimentos, especialmente do setor imobiliário. Os investimentos desse setor; ora vinculam-se diretamente ao turismo, como nos casos de segundas-residências; ora utilizam-se dos benefícios (valorização) trazidos pelo turismo para implantação de empreendimentos, comerciais e residenciais, em áreas reestruturadas em função dele (turismo). Em ambos os casos acentua-se ainda mais o caráter segregador já inerente da conformação de territórios turísticos, com a associação de áreas residenciais nesse entorno valorizado e com melhor infraestrutura.

Intervenções na orla marítima de Natal/RN

As transformações espaciais em função do turismo na orla urbana de Natal/RN têm início na década de 1970, com a implementação do Megaprojeto Parque das Dunas - Via Costeira, que tinha como objetivo a ampliação da rede hoteleira da capital norte rio-grandense.

Somente a partir de 1995 verifica-se um incremento no volume e rapidez das transformações espaciais voltadas para o desenvolvimento do turismo no município, com as ações do PRODETUR/NE.

Na primeira fase do Programa foram investidos US\$ 38.240 mil no Estado, nos diversos componentes do Programa, dos quais US\$ 9.010 mil na cidade de Natal, que incluíam os projetos de urbanização das orlas de Ponta Negra e Praia do Meio, bem como inversões na orla da Via-Costeira.



Figura 3
Natal/RN: orlas remodeladas em função do turismo
Fonte: ABREU, 2010 (publicação autorizada pelo autor)

Já no PRODETUR/NE II a matriz de investimento para o Estado totalizava US\$ 17.775,50 mil, sendo US\$ 13.135 mil destinados ao município de Natal. Dentre as inversões previstas estava o projeto de urbanização da orla da Redinha, na cidade de Natal, e das orlas de Muriú, Jacumã, Pitangui, Genipabu, Cotovelo e Pirangi, na grande Natal.

Considerando que o trabalho centra-se nas transformações espaciais em função do turismo e na constituição dos territórios turísticos, nosso enfoque recai sobre os projetos de urbanização turística na cidade de Natal, realizados no âmbito do PRODETUR (figura 3).

Via Costeira

O Parque das Dunas – Via Costeira constitui-se numa Reserva Estadual e localiza-se num trecho de orla com 8,5 km de extensão, entre o centro consolidado da cidade e a Praia de Ponta Negra, ao sul de Natal. Em virtude da presença do lençol dunar, barreira natural à expansão urbana do município, a região ficou à margem do processo de urbanização da cidade até meados dos 1970.

O zoneamento estabelecido na criação do Parque das Dunas revela a intenção de se constituir um território específico para exploração do turismo na área, com uso restrito ao setor hoteleiro e ocupação permitida apenas na estreita faixa entre a Via e o mar. A tipologia de ocupação permitida tem restringido o livre acesso à faixa de praia (figura 4).

No ano 2000, num novo esforço para potencialização do turismo, o Parque das Dunas recebeu recursos do PRODETUR/NE I para implantação do Projeto de Saneamento Básico e Drenagem, o que melhorou as condições de balneabilidade da praia e deu novo impulso ao incremento da rede hoteleira.



Figura 4
Parque das Dunas: vista geral (esquerda) e empreendimentos hoteleiros dificultando o acesso à praia (direita)
Fonte: acervo dos autores (publicação autorizada pelos autores)

Ponta Negra

A praia de Ponta Negra, ao sul do município de Natal, foi a primeira a receber investimentos do PRODETUR/NE. Desde a década de 1960 a região é utilizada para veraneio pela população da cidade.

O aumento da população e o crescimento dos serviços oferecidos no bairro impulsionou a visita de turistas, congregando, além de segundas-residências, uma rede de hoteleira consolidada.

O potencial turístico levou aos investimentos do PRODETUR, com inversões em projetos de drenagem e esgotamento sanitário. Foi o Projeto de urbanização da orla, entretanto, que trouxe maior impacto, confirmando a orla do bairro como espaço de lazer e turismo. Tais ações incluíram pavimentação das calçadas, criação do calçadão na praia, instalação de novos quiosques, ciclovia, iluminação pública, equipamentos esportivos etc. modificando a estrutura urbana e paisagística da área (figura 5).

Apenas, nos quatro primeiros anos após o fim das obras em Ponta Negra, no ano 2000, o número de estabelecimentos de hospedagem no bairro teve um incremento de 138%. As obras de infraestrutura melhoraram a balneabilidade da praia e a aparência da orla, promovendo um aumento no número de empreendimentos e de turistas na região, bem como a valorização imobiliária local, confirmando-o como um território turístico por excelência (ABREU, 2012).



Figura 5
Ponta Negra: vista geral (esquerda) e calçadão remodelado (direita)
Fonte: acervo dos autores (publicação autorizada pelos autores)

Praia do Meio

A utilização da praia do Meio como cenário de lazer na cidade de Natal remonta os anos de 1960. Nas décadas seguintes a praia recebeu uma série inves-

timentos e empreendimentos destinados ao turismo. Viu crescer também o número de usuários da praia, fato que levou o governo municipal a criar na orla, em 1991, uma área de lazer público.

A concorrência de outras áreas litorâneas da cidade, o aumento da criminalidade no bairro e a inexistência de formas de apropriação noturna levaram o Bairro a perder lugar como centro turístico da cidade.

A região da Praia do Meio presenciava pequenos furtos, abandono dos barraqueiros e turistas, bem como um grande número de prostitutas. A intenção em reverter o quadro foi revelada, em 2000, por meio da remodelação paisagística da área que sofreria a transformação de território de prostituição em território turístico. O calçadão foi remodelado e novos quiosques, padronizados, foram implantados. O projeto incluiu ainda o reestudo da arborização e reestruturação do sistema viário local, permitindo maior acessibilidade (figura 6). Ressalte-se que a remodelação da orla não foi realizada com recursos diretos do PRODETUR, mas como contrapartida do governo local.

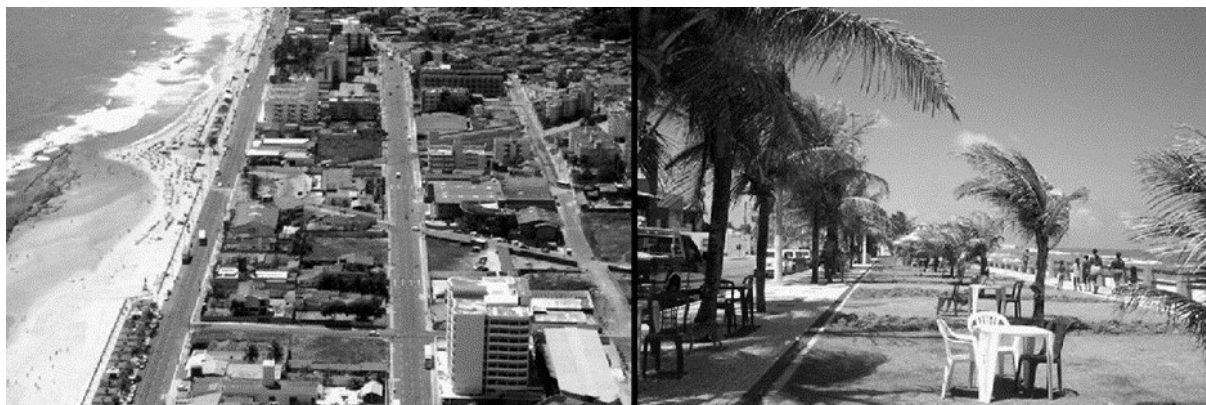


Figura 6
Praia do Meio: vista Geral (esquerda) e calçadão remodelado (direita)
Fonte: acervo dos autores (publicação autorizada pelos autores)

Praia da Redinha

A “turistificação” dos espaços litorâneos em Natal revela-se também através do Projeto de Urbanização da Praia da Redinha (figura 7). Caracterizada pela presença de uma comunidade de pescadores, esta área recebeu investimentos do PRODETUR/NE II.

A paisagem do bairro é marcada pela existência de estruturas paisagísticas bem preservadas, larga faixa de praia em alguns trechos e pela presença de mangues, que vêm sofrendo com a ocupação para exploração de atividades salinares e expansão da mancha urbana.

O Projeto da Redinha vem transformando a paisagem local, com desapropriações, construção de praça e calçadão na orla, padronização dos quiosques e a construção de um píer na foz do rio Potengi, com impactos sobre o ecossistema costeiro local.

A dinâmica antes restrita à pesca artesanal da população de baixa renda foi alterada com a vinda de turistas. A praia utilizada para o trabalho da pesca perde lugar para o uso turístico restritivo, onde a população local é excluída pelo uso elitizado e eminentemente turístico.



Figura 7
Redinha: vista Geral (esquerda) e calçadão remodelado (direita)
Fonte: acervo dos autores (publicação autorizada pelos autores)

Fragmentação intraurbana

Após os investimentos do PRODETUR/NE I e II, o município de Natal prossegue com acompanhamento contínuo das ações empreendidas e estabelecimento de estratégias para novas ações de fomento ao turismo. Para tanto, em 2013, já no âmbito do PRODETUR Nacional, é elaborado o PDITS de Natal alinhado com as políticas e programas nacional e estadual de turismo, notadamente com o Programa de Regionalização do Turismo e o PDITS do Polo Costa das Dunas, do qual Natal faz parte.

Com o PDITS municipal e a institucionalização da chamada Área Turística (AT), entendida como “território apto a receber investimento, ações e projetos de desenvolvimento do turismo” (PDITS, 2013, p. 208), Natal dá ares oficiais aos territórios turísticos que vêm sendo constituídos ao longo das últimas décadas, reforçando a fragmentação intraurbana, na medida em que estimula e facilita, por meio de ações públicas, a concentração dos equipamentos, atividades e serviços turísticos em determinados pontos do território municipal. Leia-se, toda orla marítima urbana (figura 8).

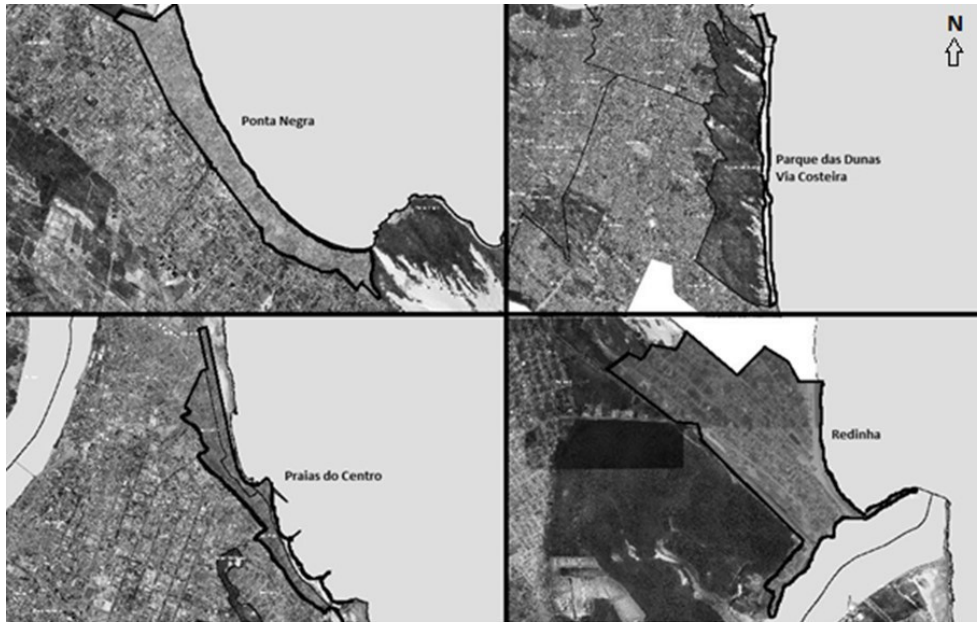


Figura 8
 Natal: Zonas Especiais de Interesse Turístico (Áreas Turísticas) – bairros litorâneos (contorno em negrito)
 Fonte: edição dos autores sobre base geográfica do Anuário de Natal 2015, 2015 (publicação autorizada pelos autores)

A estratégia governamental parece ser a transformação completa dos espaços litorâneos urbanos de Natal e região em função do turismo. Dos sete bairros da orla urbana, apenas os bairros de Mãe Luíza, Areia Preta e Santos Reis não receberam projetos do PRODETUR/NE, fato que está sendo corrigido com a previsão de ações no PRODETUR Nacional para estas áreas. Some-se a isto, os investimentos realizados nas áreas litorâneas da Grande Natal (figura 9).

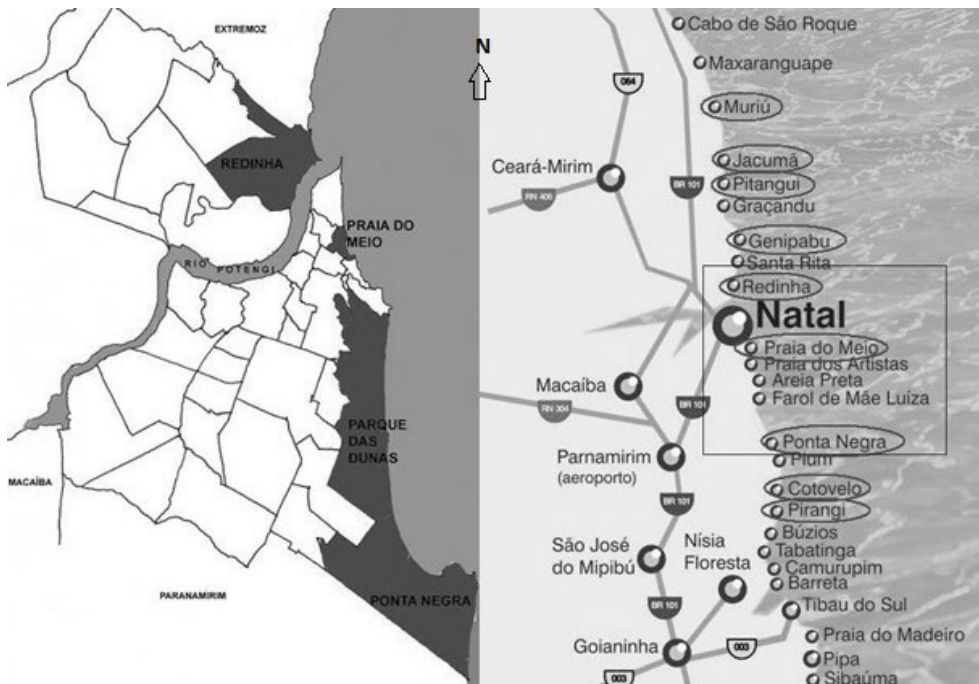


Figura 9
 Orlas remodeladas: Natal (esquerda) e municípios do Polo Costa das Dunas/RN (direita) – transformação do litoral em territórios turísticos
 Fonte: ABREU, 2010 (publicação autorizada pelo autor)

Impactos das ações em Natal/RN

À medida que algumas áreas do espaço urbano vão sendo “turistificadas”, problemas de natureza social e ambiental se intensificam, interferindo nas atividades de lazer dos residentes, que acabam por se deslocar para outras áreas. As causas podem ser atribuídas ao aumento da prostituição, violência, poluição das praias e processo inflacionário nos territórios turísticos.

Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sobre a percepção dos residentes quanto às transformações espaciais na cidade de Natal em função do turismo, ilustra a questão. Os principais problemas apontados para abandono das áreas turísticas são: poluição (18,1%), prostituição (17,2%), preços dos produtos e serviços (16,4%), violência/insegurança (14,7%), deficiência na infraestrutura (10,3%) e dificuldade de acesso (2,6%). A pesquisa apontou que os residentes têm utilizado, recorrentemente, outras praias na Grande Natal, preterindo as praias urbanas “turistificadas” da capital (ALVES; FONSECA; ALVES, 2009).

Os problemas percebidos pela população em geral são complementados por dados que permitem-nos inferir que não houve melhora na qualidade de vida dos residentes nem tampouco inclusão social, como recorrentemente propagado pelo discurso oficial.

A título de exemplificação apresentamos alguns dados agregados para o Município de Natal que exemplificam a questão.

No que se refere aos assentamentos subnormais, dados da Secretaria Municipal de Urbanismo de Natal apontam um incremento de quase 15% no número de pessoas vivendo em habitações precárias (favelas), entre os anos de 2002 e 2005 (ABREU, 2010).

No que diz respeito ao trabalho infantil (crianças e adolescentes de dez a quatorze anos), dados da PNAD 2001 e 2008 sugerem uma piora geral. Houve um incremento de 109,11% no número de crianças e adolescentes ocupados ou em busca de trabalho, no comparativo entre os anos de 2001 e 2008, no Município de Natal (ABREU, 2010). Neste quesito, qualquer número diferente de zero é inaceitável, já que, nesta faixa etária, espera-se que as crianças não estejam ocupadas com trabalho nem com sua procura.

Com relação ao emprego e sua proteção, dados comparativos dos anos 2001 e 2008 revelam um incremento no número de pessoas ocupadas no município.

Qualitativamente, entretanto, houve piora com relação ao nível de proteção do trabalho (formalização). Em 2001, o percentual da PEA ocupada com proteção era de 53,6%, enquanto em 2008 esse percentual caiu para 50,5% (ABREU, 2010).

Quanto à prostituição, observou-se o aumento da prática por crianças. Houve um crescimento intenso do fenômeno desde o incremento do fluxo de turistas, especialmente, estrangeiros. Segundo o jornal *Tribuna do Norte*, a prostituição infantil na cidade cresceu cerca de 500% entre os anos de 2002 e 2005 (ABREU, 2010).

A valorização imobiliária em função das transformações espaciais relacionadas ao turismo também chama atenção. Segundo Relatório de Pesquisa do Observatório das Metrôpoles

em 1994 o metro quadrado nas áreas mais externas de Parnamirim (na Grande Natal) não valia R\$ 10,00; em 2004, não era comprado por menos de R\$ 100,00, sem que qualquer investimento em infraestrutura. Quanto mais próximo das praias [que receberam investimentos], mais valorizado era o imóvel chegando a preço de metro quadrado de área construída de R\$ 1.500,00 a R\$ 3.000 nas praias de Areia Preta e Ponta Negra (2009, p. 40).

Deste modo, o solo urbano tem sido negociado a valores bastante superiores àqueles apresentados antes dos investimentos para o setor de turismo, causando pressão sobre o mercado, e a ocorrência de fenômenos como a expulsão branca, verificada, por exemplo, em áreas da Praia do Meio.

Os dados sobre os impactos socioespaciais apontados anteriormente e referentes ao período imediatamente posterior ao término dos investimentos do PRODETUR/NE na cidade são reforçados pela percepção, mais recente (2013), que a população local tem a respeito dos impactos da atividade turística na cidade.

O PDITS de Natal, em seu processo de validação, garantiu diversas instâncias participativas, dentre as quais a participação dos moradores das áreas turísticas da cidade (Ponta Negra, Praias do Centro e Redinha), por meio de reuniões comunitárias onde procurou-se identificar a opinião e percepção dos moradores em relação ao desenvolvimento do turismo.

De modo geral, as comunidades têm opinião similar sobre a atividade. Elencamos na tabela 1 a síntese sobre a percepção dos moradores com relação a atividade turística em Natal (PDITS, 2013, p. 303-310).

Tabela 1

Síntese da percepção da comunidade local sobre o turismo em Natal/RN

<p>Benefícios do Turismo para a cidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desmitificação de preconceito sobre o Nordeste; - Geração de emprego e renda (mas apontam que a falta de qualificação não permite contratação de mão-de-obra das comunidades).
<p>Prejuízos que o turismo traz para a cidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Insegurança; sobrecarga da infraestrutura; aumento da prostituição; produção e acúmulo de lixo; privatização da praia dificultando o acesso à população de mais baixa renda; alto preço dos serviços.
<p>Como a comunidade é beneficiada pela atividade turística:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Os moradores de todas as áreas identificaram poucos benefícios, sendo apontado como recorrente as oportunidades de emprego (ainda que temporários). Os moradores da Redinha não conseguiram identificar benefícios diretos para a comunidade.
<p>Impactos ambientais do Turismo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Lixo; poluição das praias; esgotos clandestinos; degradação de atrativos naturais.
<p>Percepção da oferta de trabalho e renda no turismo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Todas as comunidades identificaram a falta de qualificação dos moradores para as ofertas de emprego, bem como a pouca valorização da mão-de-obra local.

No que se refere ao dinamismo do setor turístico, os números são animadores. Dados da Secretaria de Turismo do Rio Grande do Norte revelam um incremento de 47,37% no fluxo de turístico e de 108,46% na receita turística da Grande Natal, no comparativo entre os anos de 1999 e 2007, revelando que a trade turística tem se beneficiado com os investimentos e incremento do turismo na região (ABREU, 2010).

Importante salientar que embora tenham sido aferidos em períodos concomitante e posterior à implementação das ações do PRODETUR/NE no município, alguns números e indicadores apresentados não devem ser tomados como decorrentes, exclusivamente, das ações implementadas pelo Programa, especialmente aqueles relacionados aos aspectos sociais. Isto porque a verificação destes impactos e sua correlação com as ações citadas dependem da criação de instrumentos específicos ainda não disponíveis.

No que se refere ao dinamismo do setor turístico, os números são animadores. Dados da Secretaria de Turismo do Rio Grande do Norte revelam um incremento de 47,37% no fluxo de turístico e de 108,46% na receita turística da Grande Natal, no comparativo entre os anos de 1999 e 2007, revelando que a trade turística tem se beneficiado com os investimentos e incremento do turismo na região (ABREU, 2010).

Importante salientar que embora tenham sido aferidos em períodos concomitante e posterior à implementação das ações do PRODETUR/NE no município, alguns números e indicadores apresentados não devem ser tomados como decorrentes, exclusivamente, das ações implementadas pelo Programa, especialmente aqueles relacionados aos aspectos sociais. Isto porque a verificação destes impactos e sua correlação com as ações citadas dependem da criação de instrumentos específicos ainda não disponíveis.

Considerações finais

Observamos que a distinção e a diferença como requisitos para o turismo delimitam os territórios e estabelecem as regras de apropriação. A busca por esta distinção vem por meio das transformações espaciais e reordenamento territorial, como meio de reforçar o poder do capital simbólico coletivo de determinadas localidades, como é o caso de Natal.

Conforme sugerido em nosso aporte teórico, as consequências destas transformações ultrapassam as questões espaciais, impactando diretamente numa redistribuição da renda real e, portanto, na alteração do leque de oportunidades socioeconômicas e o usufruto dos espaços públicos pela população local.

Como consequência tem-se a valorização das áreas turísticas, que, por um lado, tendem a desterritorializar práticas sociais e econômicas originais, alijando a população local de mais baixa renda dos benefícios dos investimentos e, por outro lado, atraem novos usos e capitais, além do turístico, que se aproveitam da valorização do solo para potencializar os retornos com seus investimentos.

O resultado disso, no espaço intraurbano, é a intensificação do processo de segregação e do desenho de cidade cindida, incentivado, promovido e intensificado por políticas e recursos públicos.

A observação das figuras 2 e 9 permite-nos visualizar as proporções que este processo e seus impactos podem tomar, na medida em que o modelo e lógica de implementação da política pública de desenvolvimento do turismo no nosso caso exemplar (Natal) se replica ao longo de toda a costa nordestina e, na medida, em que tais ações estão formuladas sob um mesmo modelo de desenvolvimento caracterizado por ser excludente e desigual.⁴

Neste sentido, é preciso encarar, de forma mais realista, o fato de que a disputa pela apropriação das

⁴ É preciso considerar também que a herança da urbanização desigual tem sua parcela de contribuição neste processo.

melhorias espaciais advindas com os investimentos já se inicia de maneira desigual, e que, sem dispositivos distributivos capazes de reverter tal situação essa luta sempre será iniciada com o anúncio dos, já conhecidos, vencedores. Brandão já havia sugerido o porquê: o modelo não está interessado em mexer com as estruturas de poder e com os interesses constituídos (BRANDÃO, 2007).

A pobreza e a miséria tendem a continuar presentes, senão agravadas, nas localidades onde os projetos de intervenção urbana em função do turismo têm sido incentivados. A produção e o consumo do espaço, nestes casos, têm servido ao processo de valorização e expansão do capital da forma mais perversa possível: através da geração e intensificação das desigualdades sociais financiadas com recursos públicos.

Referências

- ABREU, Luciano. *Uma "Viagem" de Inclusão: Turismo, Desenvolvimento e Território*. (Tese Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2010. 224 f.
- ALVES; FONSECA; ALVES. O Papel do Residente na Produção do Espaço Turístico em Natal/RN. *Revista de Cultura e Turismo* – CULTUR da Universidade Estadual de Santa Catarina, 2009.
- BEHRENS, Alfredo. A distribuição da renda real no contexto urbano: o caso da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPEA, 1981. *Pesquisa e Planejamento Econômico PPE*. Volume 11, nº 2, p. 499-536.
- BNB. *PCR - PRODETUR/NE I*. Fortaleza, 2005. (documento eletrônico www.bnb.gov.br).
- BOYER, Marc. *História do Turismo de Massa*. Bauru/SP: EDUSC, 2003.
- BRANDÃO, Carlos Antônio. *Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas: Unicamp, 2007.
- CRUZ, Rita de Cássia. *Introdução à geografia do turismo*. São Paulo: Roca, 2003.
- CRUZ, Rita de Cássia. As paisagens artificiais criadas pelo turismo. In: YÁZIGI, Eduardo. *Turismo e Paisagem*. São Paulo: contexto, 2002.
- HARVEY, D. *A Justiça Social e a Cidade*. Tradução: Armando Corrêa da Silva. São Paulo: Hucitec. 1980.
- HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- MINISTÉRIO DO TURISMO (MTur). *Plano Nacional de Turismo 2013-2016*. MTur: Brasília, 2013.
- OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. *Relatório de Pesquisa*. IPPUR, 2009.
- PDITS – *Plano de Desenvolvimento do Turismo Sustentável* – Natal. Natal, 2013.
- PMN. *Anuário Natal 2015*. Natal: SEMURB, 2015.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. *Consumo e Espaço – Turismo, Lazer e Outros Temas*. São Paulo: Roca, 2001.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

WAINBERG, Jacques A. *Turismo e Comunicação – A indústria da diferença*. São Paulo: contexto, 2003.



Especulação, segregação e (ausência de) conflitos: matizes na produção do espaço urbano de Palmas/TO

Ana Carla de Lira Bottura

Ana Carla de Lira Bottura é Doutoranda do IAU-USP; Mestre em Antropologia Urbana; professora da FAPAC/Porto Nacional; acclira@gmail.com

Resumo

O presente artigo introduz discussões parciais da pesquisa doutoral em andamento que tem como objeto de estudo a tendência à pacificação e ocultação de conflitos verificadas no processo de produção do espaço urbano contemporâneo – em específico nas cidades brasileiras mais recentes – bem como suas estratégias e mecanismos de controle. Como campo de estudo, propõe-se a cidade de Palmas, capital do Tocantins, última capital planejada do século XX, fundada em 20 de maio de 1989, ano que simboliza a abertura do mundo ocidental à política econômica neoliberal. Tomando como base a observação da ausência de movimentos expressivos de resistência ao processo de produção do espaço urbano em Palmas e interpretando-a como um reflexo da tendência pacificadora de estabelecimento de consensos e apaziguamento/ocultação de conflitos característica da cidade neoliberal, elabora-se a hipótese da configuração físico-territorial da cidade enquanto um laboratório do modelo neoliberal de gestão urbana, no qual se explicitam e se realizam, de maneira imediata ou em tempo reduzido, dinâmicas socioespaciais desenvolvidas gradualmente nas demais cidades contemporâneas, através de processos historicamente construídos. Através de uma abordagem histórica do contexto da sua criação e ocupação, propõe-se uma leitura da produção do espaço urbano com base no reconhecimento de características relativas às suas condições de Cidade Nova e de cidade neoliberal, bem como da atuação incipiente dos movimentos de luta pela moradia enquanto agentes sociais deste processo.

Palavras-chave: Produção do espaço urbano, segregação socioespacial, Palmas/TO.

Abstract

This article introduces partial discussions from a doctoral research in progress that has as object of study the tendency to pacification and concealment of conflicts verified in the production process of contemporary urban space - particularly in the most recent Brazilian cities - as well as its strategies and mechanisms of control. As a field of study, it is proposed the city of Palmas, capital of Tocantins, last planned capital of the twentieth century, founded on May 20, 1989, a year that symbolizes the opening of the Western world to the neoliberal economic policy. Based on the observation of the absence of significant movements of resistance to the urban space production process at Palmas and interpreting it as a reflection of pacifying tendency of consensus and appeasement / masking of conflicts as a feature of neoliberal city, we propose the hypothesis of physical and territorial configuration of the city as a laboratory of the neoliberal model of urban management, in which socio-spatial dynamics gradually developed in other contemporary cities through processes historically constructed, get explicit and take place, immediately or in a very short time. Through a historical approach to the context of its creation and occupation, we propose an urban space production reading based on the recognition of characteristics relating to its conditions of New Town and neoliberal city

as well as the incipient action of the social movements dedicated to the struggles for housing as social agents in this process.

Keywords: urban space production, socio-spatial segregation, Palmas/TO.

Resumen

En este artículo se presenta una discusión parcial de la investigación de doctorado en curso que tiene como objeto de estudio la tendencia a la pacificación y la ocultación de los conflictos verificados en el proceso de producción del espacio urbano contemporáneo - en particular las más jóvenes ciudades brasileñas - así como sus estrategias y mecanismos control. Como campo de estudio, se propone la ciudad de Palmas, capital de Tocantins, última capital planificada del siglo XX, fundada el 20 de mayo de 1989, un año que simboliza la apertura del mundo occidental a la política económica neoliberal. Basándose en la observación de la ausencia de movimientos significativos de resistencia al proceso de producción del espacio urbano de Palmas e interpretándole como un reflejo de la tendencia pacificadora de establecimiento del consenso y el apaciguamiento/ocultación de conflictos característicos de la ciudad neoliberal, se establece la hipótesis de la configuración física y territorial de la ciudad como laboratorio del modelo neoliberal de gestión urbana, en la que se explicita y se lleva a cabo, de manera inmediata o en un corto período de tiempo, dinámicas socio-espaciales que se desarrollan gradualmente en otras ciudades contemporáneas a través de procesos construidos históricamente. A través de una aproximación histórica al contexto de su creación y ocupación, se propone una lectura de la producción de espacio urbano basado en el reconocimiento de las características relativas a sus condiciones de Ciudad Nueva y ciudad neoliberal, así como la acción incipiente de movimientos de lucha para la vivienda como agentes sociales en este proceso.

Palabras-clave: Producción del espacio urbano, segregación socio-espacial, Palmas/TO.

Introdução

O presente artigo apresenta discussões parciais da pesquisa doutoral em andamento que tem como objeto de estudo a tendência à pacificação e ocultação de conflitos verificadas no processo de produção do espaço urbano contemporâneo – em específico nas cidades brasileiras mais recentes – bem como suas estratégias e mecanismos de controle.

Como campo de investigação, propõe-se a cidade de Palmas, capital do Tocantins, última capital planejada do século XX. Fundada em 20 de maio de 1989 – ano que simboliza a abertura do mundo ocidental à política econômica neoliberal – e, portanto, concebida em um mundo já em vias de reorganização para atender ao mercado financeiro global, Palmas hoje, em plenos 27 anos de idade, apresenta um perfil segregacionista similar ao identificado em cidades não planejadas, com uma ocupação desordenada que privilegia a livre especulação imobiliária e a concentração da população pobre nas zonas periféricas, carentes de infraestrutura urbana e serviços públicos.

¹ De acordo com Trevisan (2009), tratam-se de núcleos urbanos identificados a partir de um arranjo particular de seis elementos: a) criados pelo desejo do poder público ou da iniciativa privada e concretizados em ações específicas; b) que buscam atender a uma ou mais funções dominantes (administrativa, de colonização, ferroviária, satélite, etc.); c) implantados num sítio previamente escolhido; d) a partir de um projeto urbanístico; e) elaborado e/ou desenvolvido por agente(s) definido(s) – eventualmente profissional(is) habilitado(s); e f) em um limite temporal determinado, implicando inclusive em um momento de fundação razoavelmente preciso. (TREVISAN, 2009,14)

Para tanto, entende-se que o estudo do conflito (ou sua fragilidade) na cidade demanda a consideração de alguns fatos complementares entre si, que por fim, constituem campos exploratórios de suma importância para o desenvolvimento da referida pesquisa: 1) trata-se de uma Cidade Nova¹ administrativa, cuja criação se insere no contexto de ampliação das fronteiras de acumulação do capital no interior do país; 2) a conjuntura política e econômica mundial que se processa no período histórico do seu nascimento encontra-se claramente refletida nas mais diversas dimensões de sua conformação (territorial, social, política, etc.), aqui entendida como cidade neoliberal; e 3) a ação pontual e pouco articulada dos movimentos sociais locais está intrinsecamente relacionada aos dois fatos anteriores, que se constituem como condição da atuação dos agentes sociais no processo de produção do espaço urbano.

Sem a intenção de esgotar a longa discussão que os diversos temas aqui tratados merecem, o presente artigo apresenta aspectos preliminarmente identificados relativos a estes três eixos, tendo como objetivo principal levantar e expor discussões em fase embrionária, a serem aprofundados ao longo do desenvolvimento da referida pesquisa.

Importante salientar que o uso do termo “ausência do conflito” aqui proposto, não deve ser entendido como falta de reconhecimento à luta dos movimentos sociais locais, mas sim como identificação da sua fragilidade e inabilidade de se contrapor à soberania do projeto neoliberal que permeia toda história da criação de Palmas e, mesmo do estado do Tocantins, conforme abordado a seguir.

Uma nova capital para um novo estado

A fundação de Palmas está diretamente ligada à criação do estado do Tocantins e à figura do político brasileiro José Wilson Siqueira Campos, cuja profunda admiração por Juscelino Kubitschek norteou as premissas sob as quais se idealizou a construção da capital do mais novo estado brasileiro.

O geógrafo Elizeu Lira (2011) identifica os fundamentos da criação do Tocantins, alguns dos quais nos parecem de extrema importância para a compreensão do contexto político regional em que a criação de Palmas se insere. O autor destaca, desde o início do século XX, uma sucessão de esforços empreendidos pelo governo brasileiro, respaldado pelo capital estrangei-

ro, sobretudo o americano, com vistas a expandir o modelo de desenvolvimento capitalista já consolidado na atual região sudeste do país no sentido da região amazônica e do oeste do território do país. A Marcha para o Oeste, idealizada no governo Vargas, durante a década de 1930, representou a primeira grande política governamental de colonização da região do Cerrado. Sob o discurso da modernização e visando criar condições para adequar o país a um novo ritmo de produção capitalista, a Marcha pressupôs a ampliação da malha viária no Centro-Oeste, a criação de novas fronteiras econômicas e agrícola, novos fluxos migratórios de ocupação demográfica, novas cidades, entre outros (PELÁ & BARREIRA, 2013, p.40). A idealização e construção de Goiânia, cujo início data de 1933, é parte dessas ações e investimentos direcionados ao desenvolvimento da região, cuja intensificação vai culminar com a construção de Brasília (1960), seguida pela Rodovia Belém-Brasília e, posteriormente, a criação de Palmas (1989).

Lira (2011) ressalta, ainda, como parte das políticas desenvolvimentistas atreladas ao capital internacional, a inserção do território tocantinense dentro dos limites da Amazônia Legal², que na visão do autor “é uma região criada pelos governos militares e/ou paramilitares, com o intuito de reafirmar a soberania nacional na região e desenvolvê-la de maneira “segura”. (LIRA, 2011, p.29)

Assim, através da criação de leis, órgãos e superintendências voltadas para o desenvolvimento e valorização da Amazônia, do estabelecimento de Colônias Agrícolas incumbidas de orientar o povoamento da região do Cerrado e programas e planos de desenvolvimento, o governo brasileiro montava sua estratégia de interiorização do país, abrindo caminhos no Norte e no Centro-Oeste para a expansão do capital via modernização do território. Neste sentido, a Rodovia Belém-Brasília desempenhou papel fundamental na ocupação e no modelo de urbanização que se deu no norte de Goiás, que assistiu o rápido crescimento e surgimento de cidades às suas margens, ligadas diretamente a este capital modernizador.

De acordo com Trevisan (2009), a criação de Cidades Novas (CNs), de uma maneira geral, se alinha diretamente com as estratégias desenvolvimentistas de caráter sobretudo econômico: “Economicamente, as CNs servem como instrumento de multiplicação do capital. São tidas como investimentos diretos e indiretos na obtenção de lucros por seus empreendedores”. (TREVISAN, 2009, p.105-106)

² Conceito criado pelo governo brasileiro, através da lei 1.806 de 06 de janeiro de 1953, que delimita uma área que engloba nove estados pertencentes à Bacia Amazônica (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e parte do estado do Maranhão), sob o argumento de promover um plano integrado de desenvolvimento regional e econômico da região amazônica. A área ocupada pela Amazônia Legal corresponde a aproximadamente 61% de todo o território brasileiro.

Observa-se, assim, que a fundação e construção de Cidades Novas (e também de novos estados) são produtos de um mesmo princípio que tem como fim a ampliação das oportunidades de reprodução do capital, conforme explica Harvey (2011):

³ Karl Marx, "Grundrisse", cit., p.445.

O princípio número um é que todos os limites geográficos da acumulação do capital têm que ser ultrapassados. O capital, Marx escreveu nos Grundrisse³, "tem de se empenhar para derrubar toda barreira local do intercâmbio, i.e., da troca, para conquistar toda a Terra como seu mercado. (HARVEY, 2011, p.128-129)

É importante salientar que essas ações ditas modernizadoras pressupõem significativas transformações sociais numa realidade predominantemente rural, com a substituição das antigas fazendas por agroempresas e paulatina introdução da mecanização, tornando as cidades, e, sobretudo as novas, os principais centros de gestão territoriais. A consequência desta dinâmica é a migração forçada de milhares de famílias que viviam do trabalho na terra em direção às periferias dos centros urbanos.

Essa é a origem das contradições e dos conflitos no/ do território do processo inicial da construção das cidades de Goiânia e Brasília, que mais tarde serão repetidos em Palmas. A bem da verdade, o espaço oficial dessas cidades não foi planejado para a fixação da classe trabalhadora, mas para acolher a nova elite urbano-industrial, necessária à implantação do projeto de modernização do território. (Pelá & Barreira, 2013, p.49)

Observou-se, assim, nesse processo de colonização em escala regional a completa ausência de políticas sociais que priorizassem a inserção das famílias destituídas do seu meio de subsistência no campo, transformando-se em mão-de-obra barata no meio urbano. Inversamente proporcional à atenção dada a esta classe de trabalhadores, foi o aumento da concentração de terras e acúmulo de capital beneficiando alguns poucos investidores.

A separação do Norte Goiano e consequente criação do estado do Tocantins justifica-se, em primeira instância, pelo seu isolamento histórico e dificuldades de integração com o sul do Goiás. Finalmente realizada em 1988, sob a tutela política de Siqueira Campos, apresenta-se como desfecho de um processo que, ainda que heterogêneo e descontínuo, representou a vontade da população tocantinense e a abertura de novas possibilidades de desenvolvimento local.

Capital da livre iniciativa

Palmas foi implantada no centro geográfico do Tocantins, em área escolhida por apresentar as melhores condições físicas para a construção da nova capital e por ser uma região pouco desenvolvida. As terras sobre as quais se erigiu a cidade foram desapropriadas de fazendeiros locais pelo Estado, tendo sido oferecidas por elas quantias irrisórias, o que gerou descontentamento entre os proprietários, chegando a haver um caso de ação violenta de despejo comandada pela Polícia Militar (LIRA, 2011, p.192). Compradas como terras rurais – e, portanto, avaliadas de acordo com parâmetros compatíveis a esta condição – no entanto transformadas pelo Estado em lotes urbanos e vendidas como tal, numa manobra que, ao mesmo tempo que lesava os antigos proprietários, gerava receita para os cofres públicos. (TEIXEIRA & FILHO, 1991)

Assim sendo, Palmas nasce com a peculiar característica de ter o Estado ao mesmo tempo como proprietário do solo urbano, seu primeiro especulador e encarregado das vendas, atuando em consórcio com grandes empresários de todo o país e empresas privadas de incorporação imobiliária e fazendo com que a ocupação do solo urbano estivesse desde sempre intrinsecamente ligada ao mercado imobiliário. “Palmas foi apresentada ao capital internacional e/ou nacionalizado como o “novo lugar” do neoliberalismo, onde poderia ser engendrado esse “novo” modelo de (re) ocupação territorial do capital privado na Amazônia Legal (...)”. (LIRA, 2011, p.26)

A última capital projetada do século XX (Silva, 2010) foi idealizada por uma equipe chefiada pelos arquitetos Luiz Fernando Cruvinel Teixeira e Walfredo Antunes de Oliveira Filho, sócios do escritório Grupo Quatro, tendo uma área urbana de 11.085ha e áreas de expansão ao norte e ao sul que somam mais 9.494ha, com capacidade para abrigar no total uma população de mais de 2 milhões de habitantes (TEIXEIRA & FILHO, 1991). Estruturada a partir de uma malha ortogonal e um eixo viário central, o plano da cidade é com frequência interpretado como uma “cópia” de Brasília, afirmação que Silva (2010) refuta ao analisar os diversos aspectos que diferenciam Palmas da capital do Distrito Federal, tais como a ausência de um zoneamento homogêneo de atividades, a flexibilidade do uso do solo e das tipologias arquitetônicas no interior das quadras – que nada têm a ver com a essência das superquadras brasilienses – diferenças na hierarquização do sistema viário e, sobretudo, no completo descontrole sobre o processo de ocupação da cidade, aspecto que nos interessa aqui destacar.

O Plano Diretor de Palmas previa uma ocupação ordenada, a ser executada em etapas – partindo da região central da cidade – à medida que a população prevista para cada etapa fosse alcançada, culminando com a ocupação das áreas de expansão nos arredores da cidade planejada, apenas quando a população superasse 1 milhão de habitantes (ressalta-se que a população estimada pelo IBGE para 2104 era de apenas 265.909 habitantes). Em entrevista concedida a Hugo Segawa, publicada na revista Projeto em 1991, os autores do plano falam da deturpação das suas premissas iniciais por Siqueira Campos, governador do estado:

Por razões que para nós não são claras, o governo resolveu abrir frentes de ocupação de maneira diferente daquela planejada, doando lotes em áreas afastadas da parte central da cidade para migrantes. Na realidade, o governo fez uma distinção entre pessoas de maior e menor poder aquisitivo. Na cabeça deles parece que não entrou o conceito de que as diversas classes sociais eram indistintas para efeito do plano: você tem que abrigar todas. (TEIXEIRA & FILHO, 1991, p.107)

Vale ressaltar que o primeiro governo de Siqueira Campos no estado do Tocantins, tratou-se de uma gestão provisória de 2 anos até as eleições seguintes, foi marcado pelo lema “vinte anos em dois”, numa explícita referência ao discurso de Juscelino Kubitschek com relação a Brasília (“cinquenta anos em 5”). Isto pressupôs a imposição de um ritmo exageradamente acelerado a todas as decisões, projetos, construções, etc. Os esforços se concentraram principalmente no sentido de consolidar o Tocantins através da criação da nova capital como sede administrativa e assegurar que Palmas se desenvolvesse e seguisse sendo construída e povoada da maneira como ele a idealizara. A ameaça de descontinuidade da sua gestão nas eleições de 1990 é apontada como principal causa do total descontrole na ocupação de quadras que supostamente seriam habitadas em fases muito avançadas da urbanização da cidade. Antes de entregar o governo ao seu sucessor, Moisés Avelino, Siqueira distribuiu milhares de lotes em regime de comodato, com a intenção de que a cidade fosse ocupada e se consolidasse rapidamente, evitando, assim, o retrocesso da sua obra. Essa distribuição de lotes obedeceu a uma lógica segregacionista de implantação de classes mais abastadas e influentes na região central da cidade, seguidos por funcionários públicos do maior ao menor escalão em um vetor decrescente no sentido sul. Às famílias pobres que chegavam à cidade em busca de empregos e oportunidades foram destinados lotes nas áreas de expansão, fora da malha urbana planejada, nos loteamentos conhecidos como Taquaralto e Aurenys. (SILVA, 2010, p.99)

À classe trabalhadora – imprescindível à construção, consolidação e manutenção dessas cidades, para a formação da massa trabalhadora urbana e para a consolidação do projeto de expansão do capital via modernização do território – foram, e ainda são, reservados espaços não oficiais, ou seja, os espaços segregados e periféricos. (PELÁ & BARREIRA, 2013, p.49)

O resultado foi muito rápido e de consequências irreversíveis: em apenas 2 anos, Palmas havia se tornado uma cidade desordenada, repleta de vazios urbanos (já que grande parte dos lotes doados viraram zonas de especulação imobiliária), construída sem qualquer tipo de fiscalização efetiva, claramente segregada, com sérios problemas de infraestrutura urbana e falta de equipamentos públicos nas áreas mais pobres. Ou seja, questões comuns a qualquer outra cidade brasileira. E também aqui se viu a utilização do Plano Diretor como instrumento, não de ordenamento territorial, mas de suporte às estratégias políticas que pouca relação tiveram com as intenções originais dos seus autores.

Em busca da justiça social

Ao se chegar à cidade através da Ponte Fernando Henrique Cardoso, o viajante depara-se com um letrado no qual se lê "*Tocantins: Estado da livre iniciativa e da justiça social*", slogan criado no terceiro mandato do governador Siqueira Campos (1999-2002), ainda presente no imaginário político local, talvez como um objetivo a ser um dia alcançado, talvez como mera estratégia publicitária. O certo é que a própria frase se contradiz ao tentar unir duas categorias tão distantes entre si que quase podem ser tomadas como antônimos: haverá espaço para a justiça social no lugar onde impera a livre iniciativa?

Como já seria de se esperar, na capital com o maior índice de crescimento populacional geométrico do país⁴, a segregação socioespacial que nasceu à medida que Palmas ia sendo construída somente se intensificou com o passar dos anos. A criação dos loteamentos populares na periferia da cidade sob a tutela do Estado (Aureny I, II, III e IV) deu margem à proliferação de outros loteamentos populares além do já citado Taquaralto (Santa Fé, Setor Sul, Bela Vista, etc.), ocupações irregulares (Santa Bárbara, Sol Nascente, Morada do Sol, Irmã Dulce, etc.), além diversas outras formas de habitação improvisadas, tais como cortiços espalhados por diversos pontos ao redor do Plano Diretor. (MIRANDA, 2005)

⁴ De acordo com dados do IBGE, 2014.

O primeiro caso de subversão à lógica "siqueriana" de ocupação territorial se deu logo nos primeiros anos da

fundação da cidade, quando, no governo de Moisés Avelino, as quadras 303, 305 e 307, todas ao norte, foram ocupadas por centenas de famílias de baixa renda e ali iniciaram um processo de lutas e negociações que resultou no primeiro bairro popular a ser consolidado dentro dos limites da malha planejada, a Vila União, que hoje abriga cerca de 21mil habitantes, equivalente a aproximadamente 8% da população de toda a cidade.

Ao longo da sua curta história, Palmas vem gestando gradualmente núcleos de resistência e luta pela moradia, através da atuação de movimentos sociais urbanos locais, alguns deles atrelados diretamente a organizações em escala nacional, a exemplo do MNLM (Movimento Nacional de Luta pela Moradia), o MTST (Movimento dos Trabalhadores sem Teto), MNMP (Movimento Nacional por Moradia Popular), além da FÁCOM-TO (Federação das Associações Comunitárias e de Moradores do Tocantins), o MILM (Movimento Independente de Luta pela Moradia), a OPM (Organização Popular de Moradia), entre outros. As suas pautas têm se centrado, sobretudo, na ocupação de lotes ociosos e em formas diversas de negociação com o poder público com vistas à doação de áreas, construção de empreendimentos de habitação de interesse social, equipamentos públicos e melhorias na infraestrutura urbana dos bairros periféricos. No entanto, observa-se que, em que pese os esforços empreendidos pelas lideranças até então, estes movimentos ainda vêm atuando de maneira desarticulada e pouco efetiva.

Ao estudar a atuação de três movimentos de luta pela moradia na cidade, Suzuki (2016) relata detalhadamente o histórico de ocupações, negociações, conquistas e frustrações destes agentes sociais, de maneira a comprovar a importância de se reconhecer e valorizar a sua presença na produção do espaço urbano local. Contudo, não se faz necessária uma análise demasiado profunda para perceber que as áreas urbanas destinadas ou conquistadas pelos movimentos sociais localizam-se praticamente em sua totalidade em zonas periféricas da região do Plano Diretor, ou mesmo fora dele. Neste fato, o que merece uma observação mais cuidadosa (e que ainda carece da formulação de uma resposta) não é a intenção do poder público em ceder às pressões populares para a regularização de certas ocupações, mas sim a identificação de uma tendência dos movimentos a disputar espaços localizados em zonas afastadas do centro da cidade, em sua maioria carentes de infraestrutura e equipamentos urbanos e de pouco interesse imobiliário. Ao mesmo tempo em que se reconhece que tal estratégia apresenta maio-

res chances de êxito do ponto de vista da conquista da moradia, admite-se que este comportamento tende a reforçar a soberania do mercado imobiliário, ao passo que restringe o potencial de atuação dos movimentos sociais enquanto agentes da transformação. Entre as leituras que podem derivar deste fato, a serem verificadas em etapas posteriores da pesquisa, aponta-se para um possível evitamento de estratégias mais ousadas de confronto direto devido a uma baixa capacidade de enfrentamento registrada pelos movimentos nas suas condições atuais de ação.

Neste sentido, outro aspecto levantado por Suzuki (2016) que aqui nos importa destacar diz respeito aos mecanismos utilizados pelo poder público municipal no sentido do enfraquecimento dos movimentos de luta pela moradia, seja através da cooptação de líderes a assumir cargos em órgãos públicos da prefeitura, da criminalização e deslegitimação das ocupações enquanto organizações ou da fragmentação destas através de ações de reintegrações de posse.

Assim, sem forças de resistência suficientemente expressivas para fazer frente à ação da livre iniciativa amplamente respaldada pelo Estado, assiste-se à plena realização das tendências homogeneizadoras e pacificadoras inerentes ao processo de produção da cidade neoliberal⁵. Entende-se, portanto, que há em Palmas uma debilidade de conflitos representativos da luta de classes que contribui para a manutenção e a naturalização das desigualdades socioespaciais existentes desde os primeiros anos da sua fundação.

⁵ Ver Rancière (2009,1996).

Notas sobre a produção do espaço urbano em Palmas

A produção do espaço se estabelece como condição, meio e produto da reprodução da sociedade, através de uma relação dialética na qual um se realiza no outro e através do outro, transformando-o ao passo em que por ele é transformado. De acordo com Carlos (2016, p.58), "a compreensão dos conteúdos da produção do espaço urbano pode aparecer como condição necessária para iluminar os conflitos que residem no seio da sociedade". Considerando a orientação capitalista da produção social, entende-se que a produção do espaço urbano se insere nesta mesma lógica, que transforma toda a produção em mercadoria. Neste contexto, identifica-se a contradição de que, muito embora a produção do espaço se realize socialmente, a sua apropriação é privada, "pela mediação do mercado imobiliário, fazendo vigorar a lógica do valor de troca sobre o valor de uso". (Idem, p.60)

A autora identifica ainda, como sujeitos da ação: o Estado, como aquele da dominação política; o capital (industrial, comercial e financeiro, incluindo sua articulação com o mercado imobiliário), com suas estratégias visando a reprodução continuada; e os sujeitos sociais, que, tendo a realização da vida humana como objetivo final, têm o espaço como condição, meio e produto da sua ação. Partindo de uma classificação similar, Corrêa (2016, p.45) destaca os múltiplos papéis do Estado, entendendo-o como "arena na qual diferentes interesses e conflitos se enfrentam" e admitindo os frequentes mecanismos de negociação, cooptação e clientelismo que esta relação enseja.

Uma leitura preliminar de Palmas e seu processo de produção do espaço urbano permite observar a precocidade com que alguns fenômenos contemporâneos se estabelecem no espaço intra-urbano, constituindo-se como princípios norteadores da sua própria construção. No que tange ao fenômeno da constituição da cidade enquanto mercadoria, aqui encontramos o próprio Estado como primeiro especulador e peça central na organização do mercado imobiliário local, ao desapropriar terras rurais, negociando-as como terras urbanas supervalorizadas, além de manter até os dias atuais um estoque de glebas urbanizadas em zonas de crescente valorização. Também podemos reconhecer as estratégias da cidade-mercadoria nos sucessivos debates acerca da ampliação do perímetro urbano, alavancado por uma forte pressão política exercida pelo setor imobiliário, ávido por ampliar seus campos de atuação (BAZOLLI, 2011). Ao discutir a estreita relação entre desenvolvimento capitalista e urbanização, Harvey (2014) afirma que os processos de transformação e expansão urbana, bem como da especulação imobiliária que as acompanha, desempenham um papel fundamental no equilíbrio do mercado global através da absorção dos produtos excedentes, vitais à manutenção do próprio sistema. Assim, fortemente imbricadas com as estratégias do capitalismo neoliberal, o movimento de expansão, construção ou reconstrução, remodelação, revitalização, reestruturação das cidades (entre outras "modalidades" de intervenção), com vistas a aumentar as condições de competitividade no cenário internacional, reforça a tese de que Palmas tenha se constituído, desde os seus primórdios, em "mercadoria a ser vendida, num mercado extremamente competitivo, em que outras cidades também estão à venda". (VAINER, 2009, p.78)

⁶ Ver Vainer (2009).

Analisando pela ótica da cidade-empresa⁶, observa-se que, em Palmas, não se verificou um processo gradativo de associação entre poder público e empresariado,

ela se configura como condição primordial à sua criação: a viabilização da cidade passa necessariamente pelas relações de parceria do capital público-privado, através das quais se construiu toda a infraestrutura urbana básica inicial (abastecimento de água, energia elétrica, hospital e outros), bem como em todo processo de incorporação imobiliária (LIRA & CARVALHEIRO, 2009), de maneira a influenciar decisivamente os princípios da ocupação segregacionista adotada pelo Estado. A própria imagem autoconstruída de “estado da livre iniciativa” já explicita o perfil empresarial e a intenção de atrair investidores externos, característicos da administração de Siqueira Campos:

Peculiar em Palmas foi o discurso institucionalizado e veiculado pela mídia de que a cidade seria o “lócus” por excelência da iniciativa privada e empresarial. Assim a cidade trabalha para criar infraestruturas físicas para atrair os capitais dispostos a ali investirem. (MELLO & BERTTONE, 2004, p.72)

Nascida e gerida desde sempre nos moldes empresariais, a capital do Tocantins tem hoje como prefeito um empresário colombiano – Carlos Amastha – do ramo de shopping centers, sem qualquer experiência política anterior. Ou seja, a estratégia do empresariamento urbano não apenas está presente na sua fundação, como se consolida e se naturaliza como forma de gestão do bem público.

A consolidação dos bairros populares nas regiões periféricas, através da doação de lotes pelo poder público, aparece revestida pelo discurso de política habitacional direcionada à população pobre – excluída da cidade planejada por não possuir recursos suficientes para a aquisição de terras nos seus limites – imprimindo, assim, uma imagem de “justiça social” que camufla dispositivos de exclusão. A estratégia de ocupação segregada do ponto de vista socioeconômico também pode ser entendida como tática de controle e pacificação dos espaços públicos, uma vez que: 1) a população excluída assentada nas periferias mal conectadas através do transporte público e dotadas de suas próprias estruturas de comércios e serviços de pequeno e médio porte tende a limitar os deslocamentos às regiões centrais da cidade em função apenas de trabalho ou assuntos pontuais; 2) esta mesma população, de maneira geral, hoje não esboça qualquer ressentimento com a política claramente segregacionista que se instaurou desde sempre, pois se sentem contemplados e satisfeitos com o governo que lhes concedeu um lote e, portanto, uma oportunidade de se estabelecerem nesse novo território.

⁷ De acordo com Silva, V. (2009), os traços da pós-modernidade em Palmas podem ser encontrados na ocupação urbana fragmentada, na irregularidade tecido urbano, no ecletismo da sua arquitetura, no simulacro que permeou a tentativa de forjar de uma identidade para a cidade recém-criada.

Estas e outras características identificadas na construção de Palmas evidenciam, ainda, a convivência entre temporalidades distintas no seu território: a cidade que se quer formalmente moderna (sem sê-lo) mostra-se em perfeita consonância com traços da pós-modernidade⁷ que permeia o momento histórico da sua criação. A compressão espaço-temporal pós-moderna anunciada por Harvey (1992) – entendida como a aceleração no ritmo de vida e na superação de barreiras espaciais em consequência dos avanços tecnológicos produzidos na transição do sistema de produção fordista para a acumulação flexível – aqui se apresenta sob a forma de efeitos (quase) instantâneos sobre o espaço urbano descolados dos processos históricos que habitualmente os originariam. Essa constatação, aliada à fragilidade das forças de resistência anteriormente mencionadas, nos aproxima da imagem metafórica da cidade de Palmas enquanto laboratório de cidade neoliberal, no qual se explicitam e se realizam, de maneira imediata ou em tempo reduzido, sem a ocorrência de entraves significativos, dinâmicas socioespaciais que na maior parte das cidades contemporâneas são desenvolvidas gradualmente, através de processos historicamente construídos e, portanto, repleto de conflitos internos.

A hipótese da cidade de Palmas enquanto laboratório de cidade neoliberal se baseia, portanto, na observação de uma aparente ausência de forças expressivas de resistência à aplicação das políticas neoliberais, quer seja sob a forma de práticas de contra conduta no espaço urbano ou de presença de conflitos significativos entre os agentes sociais, os representantes do capital e o poder público, denunciando a também identificada fragilidade dos movimentos sociais urbanos locais. No entanto, o laboratório que aqui se propõe é o da “cidade neoliberal à brasileira”, que admite a convivência do velho com o novo, de formas diversas de urbanidade e sociabilidade oriundas das mais distintas referências culturais que compõem a sua população híbrida e que se refletem, por exemplo, na vitalidade das feiras públicas ou na presença de pessoas conversando ao fim da tarde sentadas em cadeiras na frente das casas nos setores menos elitizados da cidade. Vestígios que remetem às origens interioranas e que se encontram ainda vivas e fortemente influentes – sobretudo nas relações entre o Estado, o capital e os sujeitos sociais – que denunciam a persistência de relações clientelismo⁸ e coronelismo⁹, intrínsecas à sua formação enquanto território e corpo social.

⁸ Ver Martins (1994).

⁹ Ver Palacin (1990).

Nesta chave, é fundamental pontuar que a implantação do projeto neoliberal ao redor do mundo não se

deu de maneira homogênea e simultânea, sobretudo tomando-se como referência os países latino-americanos, onde diferentes processos democratizantes impuseram distintos ritmos e modos de implementação das medidas neoliberais. Os impactos deste movimento no Brasil são abordados por Dagnino (2004a) através da identificação da existência de uma

[...] confluência perversa entre um projeto político democratizante, participativo, e o projeto neoliberal, que marcaria hoje, desde nosso ponto de vista, o cenário da luta pelo aprofundamento da democracia na sociedade brasileira. (DAGNINO, 2004a, p.95)

De acordo com a autora, o encontro entre o processo de abertura democrática e a conquista de espaços públicos de compartilhamento de questões e decisões entre o Estado e a sociedade civil, na década de 80, e a implementação do ajuste neoliberal que se instaura com o governo Collor (1989), apontam para direções opostas e mesmo antagônicas. Como consequência, observa-se a emergência de uma crise discursiva, cujas bases se encontram na disputa de sentido em torno das noções de sociedade civil, participação, cidadania e democracia, estrategicamente deslocadas, redefinidas e amplamente difundidas dentro de uma concepção neoliberal, que, ao mesmo tempo que camufla conflitos, promove o reducionismo e contribui para a despolitização do projeto democratizante.

Assim, o projeto neoliberal operaria não apenas como uma concepção de Estado mínimo, mas também com uma concepção minimalista tanto da política como da democracia. Minimalista, porque restringe não apenas o espaço, a arena da política, mas seus participantes, processos, agenda e campo de ação. (DAGNINO, 2004b, p.159)

A discussão que aqui se propõe parte da consideração da preexistência generalizada, no Brasil, de um cenário político de transição democrática, que promoveu um paulatino crescimento e amadurecimento das experiências participativas, constituindo, assim, um campo de disputa e, portanto, possibilitando o desenvolvimento da confluência perversa. Contudo, uma aproximação ao contexto específico de uma cidade nova, cuja fundação coincide com a implantação do projeto neoliberal, permite a observação de nuances que escapam à interpretação generalista desta confluência. Ou seja, considerando a conformação do tecido social de Palmas como fruto de uma reunião de pessoas oriundas de distintos lugares e culturas, cujo processo de hibridização e de construção de valores coletivos se estende pelo tempo, percebe-se a fragilidade primordial que permeia a constituição de um projeto político em nível local que se queira partici-

¹⁰ "Dentre os 26 anos de criação de Palmas, 21 anos de sua história são marcados pela presença dos movimentos de moradia" (SUZUKI, 2016, p.82).

pativo e democratizante. Ainda que se reconheça a presença dos movimentos sociais desde muito cedo¹⁰ na história da cidade e a sua articulação com outros movimentos em escala nacional, o que aqui se argumenta é o fato de que precisamente a sua precocidade se traduz na falta do amadurecimento necessário à sua constituição enquanto campo de disputa capaz de afrontar-se ao projeto neoliberal que, ao mesmo tempo que a precede, se constitui como causa da sua existência. Desta maneira, sem a convergência de dois projetos bem definidos, a confluência perversa, tal como propõe Dagnino (2004a, 2004b, 2004c) sequer se realizaria, uma vez que a disputa política entre estes se apresenta como condição necessária à perversidade. No entanto, os efeitos da crise discursiva que deriva deste processo se fazem presentes, reproduzindo os mesmos deslocamentos de significados em torno das noções de participação, sociedade civil e cidadania, através dos quais obscurecem diferenças, diluem nuances e reduzem antagonismos. Mais uma vez, observa-se, em Palmas, a incorporação de efeitos descolados dos processos que os constituem, reforçando, assim, a condição hipotética da cidade-laboratório discutida anteriormente.

Considerações finais

"O consenso então não é nada mais que a supressão da política"
(RANCIÈRE, 1996, p.379)

Para Rancière, o desentendimento está no cerne da política – concebida como possibilidade de ruptura da ordem – e se apresenta como característica fundamental da vida pública. Contudo, na cidade neoliberal, o conflito é entendido como algo a ser eliminado em nome do bem comum. A busca pelo consenso coloca-se, então, como resposta mais apropriada aos dilemas da sociedade contemporânea, identificando-o à racionalidade política e ao princípio mesmo da democracia (Idem, p.367).

No processo de produção do espaço urbano de Palmas, as tendências pacificadoras estão presentes nas estratégias de naturalização de uma segregação socioespacial injustificada, na localização dos conflitos por moradia nas zonas periféricas da cidade, estabelecidas como território de disputa em contraste com os imensos vazios urbanos nas áreas centrais, nas estratégias de pacificação e neutralização da esfera pública, entre outros fatores a serem ampliados e aprofundados nas etapas seguintes da presente pesquisa.

A título de conclusão, chama-se a atenção para o fato de que a cidade de Palmas ainda é um campo de estudo recente, repleto de lacunas e processos em fase incipiente de conformação. A aproximação das discussões apresentadas à realidade verificada nos nossos eixos exploratórios passa, sobretudo, pela necessidade da realização de levantamentos primários e de abertura de algumas "portas" ainda pouco exploradas pelo mundo acadêmico no contexto local.

Referências

CARLOS, A. F.; SOUZA, M. L.; SPÓSITO, M. (orgs.). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2013.

CARLOS, A. F. *O Espaço Urbano: novos escritos sobre a cidade de São Paulo*. São Paulo: Labur Edições, 2007.

DAGNINO, E. Construção democrática, Neoliberalismo e Participação: os dilemas da confluência perversa. In: *Política & Sociedade – Revista de Sociologia Política*, 137-161, Florianópolis, v.1, n. 5, 2004a.

DAGNINO, E. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, Daniel (coord.), *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*, 95-110, Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004b.

DAGNINO, E. Confluência perversa, deslocamentos de sentido, crise discursiva. In: GRIMSON, A. (ed.), *La cultura en las crisis latino-americanas*, 195-216, CLACSO, Buenos Aires, 2004c.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna : uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HARVEY, D. "Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio". In: *Revista Espaço & Debates*, 48-64, n.39, 1996.

HARVEY, D. *O Enigma do Capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, D. *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LIRA, E. R. A Gênese de Palmas-Tocantins. A Geopolítica de (Re) Ocupação Territorial na Amazônia Legal. Goiânia: Kelps, 2011.

LIRA, E. R.; CARVALHÊDO, W. S. Palmas ontem e hoje: do interior do Cerrado ao portal da Amazônia. In: *Observatorium Revista eletrônica de Geografia*, 51-73, v.1, n.2, jul 2009. Disponível em: <<http://www.observatorium.ig.ufu.br/pdfs/1edicao/n2/PALMAS%20ONTEM%20E%20HOJE.pdf>> (Acesso em 07 de fevereiro de 2016.)

MARTINS, J. S. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.

MELLO, N. A.; BERTONE, L. F. Palmas: perfil ambiental e gestão urbana convergem para a sustentabilidade ambiental? In: *Mercator Revista de Geografia da UFC*. [online], p.72-88, ano 03, n. 6, 2004.

MIRANDA, B. R. S. *A Luta Pela Moradia nas Cidades Brasileiras: História da Ocupação da Quadra 1.306 Sul, em Palmas*. Monografia de graduação, Palmas, 2005.

PALACÍN, L. *Coronelismo no extremo norte do Goiás: o padre João e as três revoluções de Boa Vista*. Goiânia: CEGRAF; São Paulo: Loyola, 1990.

PELÁ, M.C.H.; BARREIRA, C. C. M. A. Goiânia, Brasília e Palmas: Modelos urbanos do projeto de modernização do Cerrado e do território brasileiro. In: Santos, Roberto de S. et al. (orgs.) *Território e diversidade territorial no Cerrado: cidades, projetos regionais e comunidades tradicionais*. Goiânia: Kelps, 2013.

RANCIÈRE, J. O Dissenso. In: NOVAES, A. (org.) *A crise da razão*, 367-382, Brasília, Ministério da Cultura. Rio de Janeiro, Funarte: Companhia das Letras, 1996.

RANCIÈRE, J. *A Partilha do Sensível. Estética e Política*. São Paulo: Editora 34, 2009.

SILVA, M.J.A. *Sujeitos em cena: Processo de organização dos movimentos sociais em Palmas/TO 1989/2008*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Católica de Goiás, 2009.

SILVA, V.C.P. "A cidade no labirinto: descortinando metáforas da pós-modernidade". In: *Sociedade & Natureza*, 147-158, 21 (1), Uberlândia, Abril de 2009.

SILVA, V.C.P. *Palmas, a última capital planejada do século XX: uma cidade em busca do tempo*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

SUZUKI, F. H. *As ocupações dos movimentos de moradia em Palmas e a disputa pelo espaço urbano*. Trabalho de Conclusão de Curso do curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Tocantins, 2016.

TEIXEIRA, L.F.C.; FILHO, W. A. O. O ideal e o real. Entrevista a Hugo Segawa. In: *Revista Projeto*, 103-108, n. 146. São Paulo: Projeto Editores Associados Ltda., 1991.

TREVISAN, R. *Cidades Novas*. Tese de Doutorado apresentada à UNB, 2009.

VAINER, C. Os liberais também fazem planejamento urbano? In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*, 105-119, Petrópolis: Vozes, 2000.

VELASQUES, A.B.A. *A última capital planejada do século XX': o projeto de Palmas e sua condição moderna*. [online]. Disponível em: <<http://www.docomomo.org.br/seminario%208%20pdfs/001.pdf>> (Setembro 23, 2015).

THÉsis

Arquivo



A MATEMÁTICA DA VILLA IDEAL

Colin Rowe

Tradução Aurora Neiva
Revisão Rachel Coutinho

Há duas causas da beleza: uma natural e outra costumeira. A natural vem da geometria e consiste na uniformidade, ou seja, na igualdade e proporção. A beleza costumeira é gerada pelo uso, já que a familiaridade faz crescer um amor por algo que, em si, não é necessariamente belo. Aqui reside a grande origem dos erros, mas sempre o verdadeiro teste é a beleza natural ou geométrica. As figuras geométricas são naturalmente mais belas do que as irregulares; o quadrado e o círculo são as mais bonitas; em seguida vêm o paralelogramo e o oval. Há apenas duas posições belas de linhas retas, a perpendicular e a horizontal; isso vem da Natureza e, por conseguinte, da necessidade, tal como o ereto da firmeza.

Sir Christopher Wren, *Parentalia*

¹ NE: Todas as imagens reproduzidas aqui são páginas da edição publicada em 1978 pelo The MIT Press.

Como tipo ideal de edificação centralizada, a *Villa Capra-Rotonda* de Palladio (Figura 1)¹, talvez mais do que qualquer outra, impõe-se na imaginação. Matemática, abstrata, quadrangular, sem função aparente e memorável, as residências dela derivadas tiveram distribuição universal; e Palladio, quando escreve sobre ela, é lírico.

O local é o que há de mais agradável e encantador, porque fica em uma pequena colina de acesso muito fácil; é banhado, de um lado, pelo Bacchiglione, um rio navegável, e do outro, é cercado de elevações as mais acolhedoras que parecem um enorme teatro, todas plantadas com excelentes árvores frutíferas e videiras das mais delicadas; e, portanto, como de qualquer parte se disfruta das mais belas vistas, algumas limitadas, outras mais amplas, e outras que alcançam o horizonte, formam-se pórticos naturais por todos os lados.²

² Isaac Ware, ed. e trad., *The Four Books of Palladio's Architecture*, Londres, 1738, p. 41.

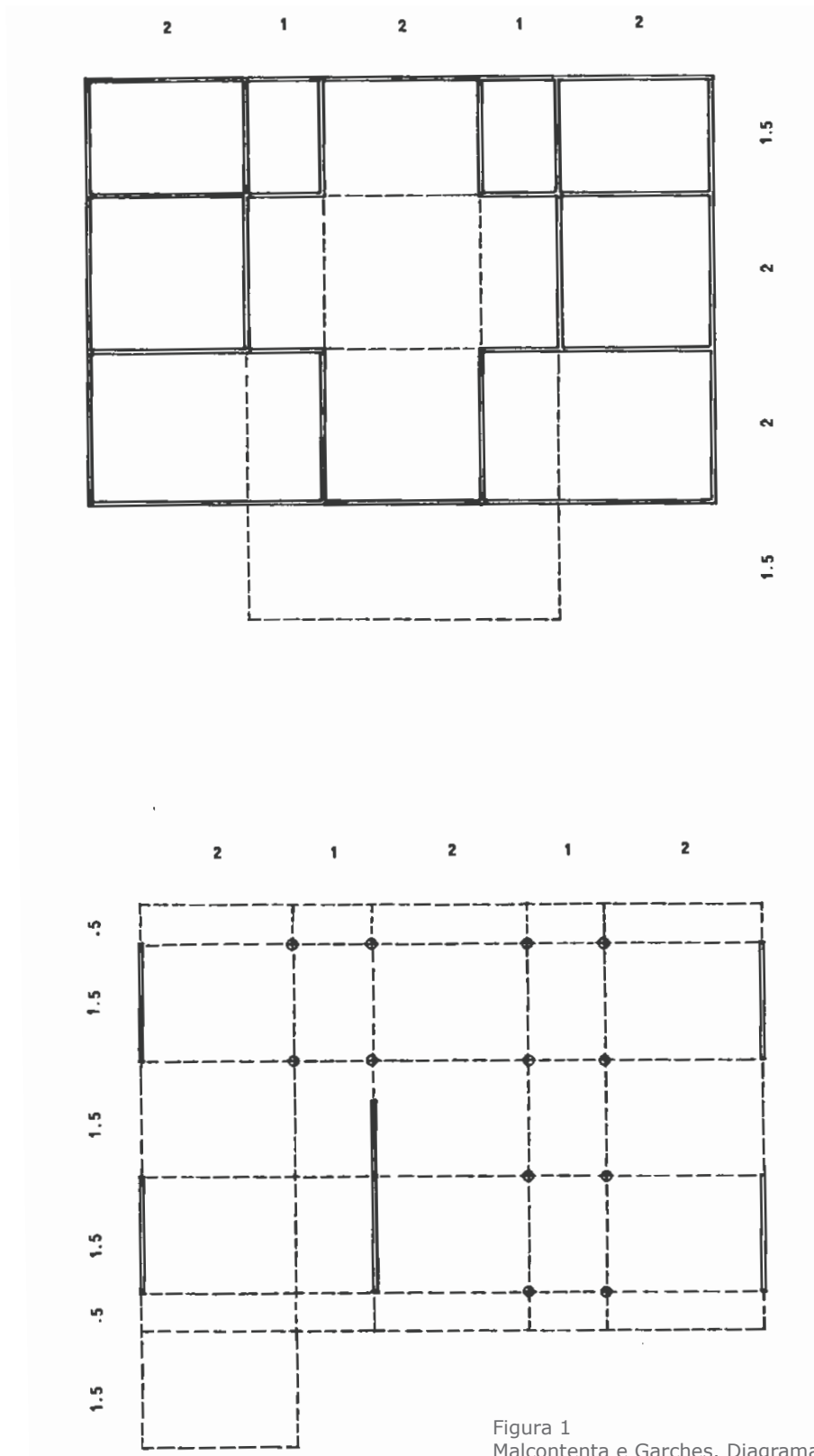


Figura 1
Malcontenta e Garches. Diagramas analíticos

Quando a mente se prepara para um por meio de outro, não há como não se recordar de uma passagem de *Precisões* de Le Corbusier. Não menos lírico, porém um tanto mais explosivo, Le Corbusier descreve o sítio da *Villa Savoye* em Poissy. (Figura 2).

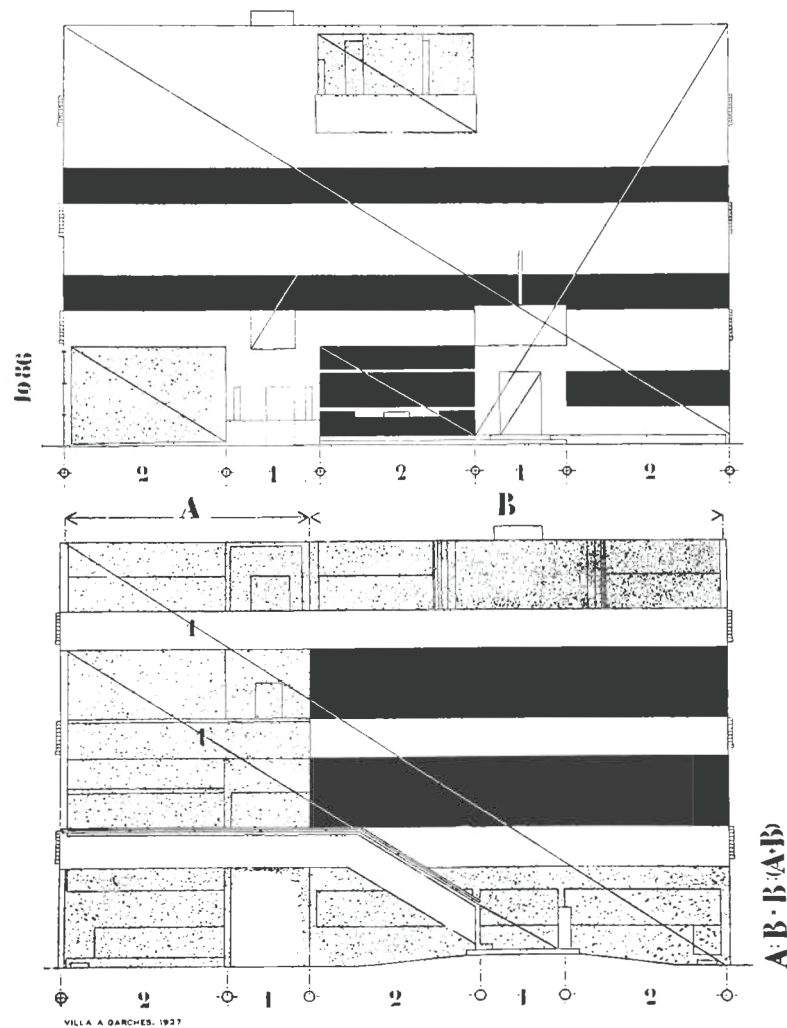


Figura 2
Garches, elevações

O local: um gramado vasto e encurvado. [...] A casa é uma caixa no ar [...] no meio dos prados, dominando o pomar. [...] A planta é pura. [...]. Sua situação é a mais correta possível, na paisagem agreste de Poissy [...]. Os moradores foram morar lá porque esse campo agreste era belo *como a vida que ele oferecia*. Mantido intacto, eles o contemplarão do alto de seus jardins suspensos ou das quatro faces de suas janelas corridas. Sua vida doméstica se inserirá em um sonho virgiliano.³

³ NT: esta citação foi retirada da tradução brasileira: *Precisões: sobre um estado presente da arquitetura e urbanismo* / Le Corbusier; tradução Carlos Eugênio Marcondes de Moura São Paulo: Cosac & Naify, 2004, p. 138-142.

A *Villa Savoye* tem sido objeto de um sem-número de interpretações. Realmente pode ser considerada uma 'máquina de morar', um arranjo de volumes e espaços que se interpenetram, uma emanção do tempo-espaço; mas a referência sugestiva aos sonhos de Virgílio pode nos fazer pensar na descrição da Rotonda feita por Palladio. A paisagem de Palladio é mais agrária

e bucólica, faz menos evocações a cenários pastoris indomados e é de escala maior; mas o efeito das duas passagens é, por assim dizer, o mesmo.

Palladio, em outro texto, amplifica a vida ideal de uma *villa*. O proprietário, a partir do interior de um fragmento de uma ordem criada, assistirá à maturação de suas posses e saboreará a sensação picante do contraste entre seus campos e jardins; enquanto estiver refletindo sobre a mutabilidade, contemplará, ao longo dos anos, as antigas virtudes de uma humanidade mais simples e o ordenamento harmonioso de sua vida e seu patrimônio se tornará uma analogia do paraíso.

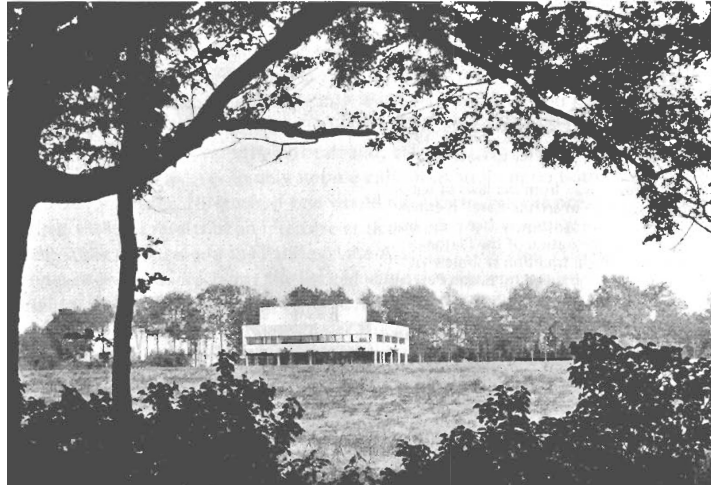
Era comum os sábios da antiguidade se recolherem em determinados lugares, onde, contando com a frequente visita de amigos e parentes virtuosos, e com casas, jardins, fontes e locais agradáveis como esses, e acima de tudo com as suas próprias virtudes, facilmente conseguiam alcançar o máximo de felicidade possível aqui na terra.⁴

⁴ Ware, p. 46.

Talvez esses fossem os sonhos de Virgílio; e, interpretados livremente, com o passar do tempo, tais sonhos absorveram todas as noções de virtude, excelência, esplendor imperial e decadência romanas que constituem a reconstrução imaginária do mundo antigo. Teria sido, provavelmente, nas paisagens das pinturas de Poussin – com suas aparições portentosas da antiguidade – que Palladio teria se sentido em casa; talvez os fundamentos dessa paisagem, o contraste pungente entre o cubo desconectado e seu cenário na paisagem agreste, entre o volume geométrico e a aparência de uma natureza sem deficiências, estivessem por trás da alusão de Le Corbusier a Roma. Se a arquitetura na Rotonda forma o cenário da vida prazerosa, em Poissy ela é, certamente, o pano de fundo para uma vida eficiente do ponto de vista lírico; e, se a vida rural contemporânea ainda não é sancionada pelo uso convencional, aparentemente a nostalgia virgiliana continua presente. A partir dos cômodos higienicamente equipados, pausando enquanto o visitante sobe as rampas, sem dúvida alguma, a memória evocada do poema *Geórgicas*⁵ se interpõe, e, talvez, essa referência histórica se torne um estímulo à medida que o carro do visitante vai saindo em direção a Paris.

⁵ NT: aqui Rowe faz referência à obra *Geórgicas* de Virgílio em que o poeta apresenta uma visão bucólica da vida no campo.

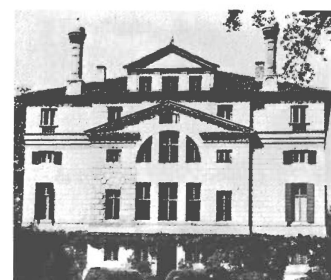
No entanto, uma comparação mais específica que se pode fazer é entre a *Villa Foscari* de Palladio, a Malcontenta, construída por volta de 1550-60 (Figuras 3 e 4), e a residência que em 1927 Le Corbusier projetou para o Sr. e a Sra. Michael Stein em Garches (Figuras 5 e 6).



Figuras 3 e 4
Villa Capra-Rotonda, Vicenza. Andrea Palladio, c. 1550; Villa Savoye, Poissy. Le Corbusier, 1929-31

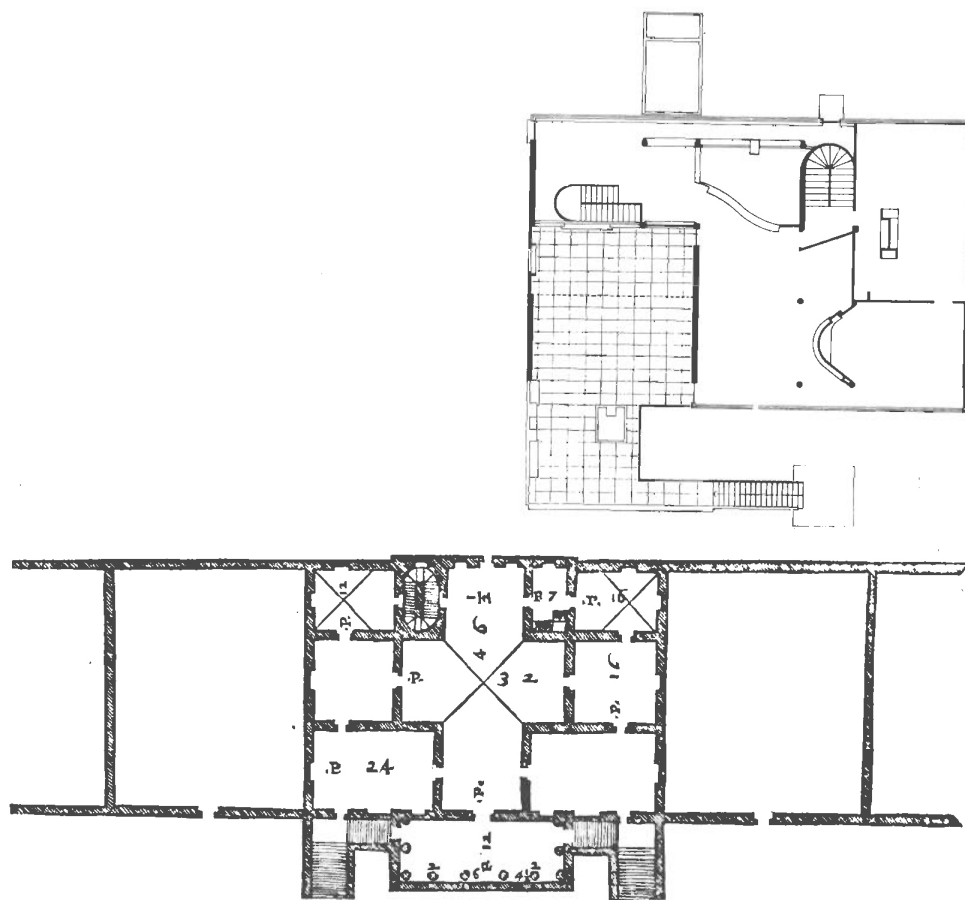


Figuras 5 e 6
Villa Malcontenta (Villa Fos-
cari), Malcontenta di Mira.
Palladio, c.1550-1560



Essas duas edificações, em termos de formas e evocações, são, superficialmente, tão distintas no todo que aproximá-las poderia parecer uma brincadeira; mas, se a obsessiva gravidade psicológica e física da Malcontenta não tem paralelo com uma casa que às vezes deseja ser um navio, outras um ginásio, tal diferença de temperamento não deveria impedir que se faça uma análise minuciosa.

Pois, no primeiro caso, tanto Garches como Malcontenta são concebidas como blocos únicos (Figuras 7 e 8); e levando-se em consideração as variações de tratamento dos telhados, pode-se notar que ambas são blocos com volumes correspondentes, cada um medindo 8 unidades de comprimento, por $5\frac{1}{2}$ de largura, e 5 de altura. Além disso, há uma estrutura em projeção equiparável a ser observada. Cada residência exhibe (e esconde) um ritmo alternativo de intervalos espaciais duplos e únicos; e cada uma, lendo-se da frente para trás, exhibe uma distribuição equivalente tripartite de linhas de apoio (Figura 1).



Figuras 7 e 8
Villa Stein, Garches. Le Corbusier, 1927

Mas, nesse estágio, talvez seja melhor relativizar a comparação. Porque, se a distribuição das coordenadas horizontais básicas é, em ambos os casos, praticamente a mesma, ainda há algumas diferenças leves e significativas relativas à distribuição dessas linhas de apoio que ficam paralelas às fachadas; e assim, em Garches, lendo-se da parte anterior para a posterior, o intervalo espacial básico prossegue na proporção de $\frac{1}{2} : 1\frac{1}{2} : 1\frac{1}{2} : 1\frac{1}{2} : \frac{1}{2}$, ao passo que em Malcontenta somos apresentados à sequência $2 : 2 : 1\frac{1}{2}$. Em outras palavras, através do uso de uma meia unidade em balanço, Le Corbusier obtém uma compressão para o elemento central em projeção, transferindo, assim, a atenção do observador para outro lugar enquanto Palladio assegura uma posição dominante à divisão central, com uma progressão em direção ao pórtico, o qual conduz o foco de atenção totalmente para essas duas áreas. Um dos esquemas é, portanto, potencialmente disperso e possivelmente igualitário e o outro, concêntrico e certamente hierárquico; mas, atentando-se para tal diferença, pode-se simplesmente acrescentar que, em ambos os casos, um elemento em projeção – um terraço saliente ou um pórtico anexo – ocupa $1\frac{1}{2}$ unidade de profundidade.

É claro que as estruturas não são para serem comparadas; e, até certo ponto, ambos os arquitetos veem a estrutura como uma justificativa para seus propósitos. Assim sendo, Palladio utiliza uma parede estrutural sólida; e sobre esse sistema ele escreve:

Deve ser observado que aqueles compartimentos à direita correspondem aos da esquerda, que então o material pode ser o mesmo nos dois lugares, e que as paredes podem suportar igualmente a carga do telhado; porque se as paredes forem maiores em uma parte e menores na outra, a segunda será mais firme para aguentar o peso, por ficar mais próxima das paredes, e a primeira mais fraca, o que causará, com o tempo, grandes inconveniências e acabará por arruinar toda a obra.⁶

⁶ Ware, p. 27.

Palladio está preocupado com a disposição lógica dos motivos aceitos como dogma, mas tenta descobrir uma razão estrutural para o seu planejamento das simetrias; por outro lado, Le Corbusier, que está apresentando provas de que a estrutura é a base para os elementos formais do projeto, contrasta o novo sistema com o antigo e é um pouco mais abrangente.

Relembro o “plano paralisado” da casa de pedra e o plano a que chegamos, com a casa de ferro ou de concreto armado:

planta livre
fachada livre
esqueleto independente
janelas corridas ou pano de vidro

pilotis
teto-jardim
e o interior provido de 'escaninhos' e livre de acumulação
de móveis.⁷

⁷ NT: Esta citação foi retirada da tradução brasileira de Carlos Eugênio Marcondes do livro *Precisões de Le Corbusier*, p. 127.

O sistema estrutural de Palladio torna quase que necessário repetir o mesmo plano em cada nível da edificação, enquanto que o apoio pontual permite que Le Corbusier faça um arranjo flexível; mas ambos os arquitetos fazem uma alegação que vai muito além das razões que apresentam. Estruturas de paredes sólidas, declara Palladio, demandam simetria absoluta; uma edificação de estrutura armada, anuncia Le Corbusier, requer um arranjo livre: mas essas devem ser, ao menos parcialmente, exigências pessoais do alto estilo – pois construções assimétricas de estrutura tradicional continuam de pé e até as de estrutura armada de projetos convencionais continuam satisfatórias.

Em ambas as residências há um *piano nobile* subindo-se um piso, que se liga ao jardim através de um terraço ou pórtico, e um lance (ou lances) de escada. Na Malcontenta, o andar principal apresenta um *hall* em forma de cruz com duas suítes de três cômodos cada, simetricamente dispostas em relação ao *hall*, e duas escadarias; mas em Garches não há nada que possa ser descrito tão de imediato. Em Garches há um *hall* central e duas escadarias; mas enquanto uma delas ocupa uma posição semelhante às de Malcontenta, a outra foi girada a noventa graus. Além disso, o *hall* de entrada é revelado a partir desse nível por um vão assimétrico aberto no piso; e o terraço (que corresponde ao pórtico de Malcontenta) torna-se parcialmente um volume reentrante que impede a visão de uma linha de apoio, disposto em relação ao cômodo principal de forma claramente menos perceptível. Assim, em Garches, o formato em cruz sobrevive apenas como um vestígio (talvez se possa considerar que seja indicado pela ábside da sala de jantar?); e portanto, em vez da centralidade do espaço maior de Palladio, Corbusier alcança o equilíbrio da forma em Z com o auxílio da inserção da pequena biblioteca no apartamento principal. Finalmente, enquanto em Malcontenta existe um eixo em cruz muito evidente, em Garches tal movimento transversal, sugerido pelos espaços vazios centrais das paredes ao fundo, só pode se desenvolver de maneira implícita e fragmentária.

A parede em Malcontenta é composta de um elemento sólido tradicional trespassado por aberturas verticais com ênfase central no pórtico e destaque subsidiário nas janelas externas colocadas na direção das extremidades da fachada. A baia dupla no centro da edificação que sustenta os frontões superiores do telhado

é expressa em uma das frentes por uma única porta, e na outra por um adorno representando “banhos romanos”; e, horizontalmente, a parede também possui três divisões primárias: base; *piano nobile*, correspondendo à ordem jônica do pórtico; e sótão sobreposto. A base funciona como um apoio sólido saliente sobre o qual repousa a casa; mas, enquanto o *piano nobile* e o sótão são rusticados, a base é tratada como uma superfície plana e a sensação de que ali se carrega um grande peso é alcançada através dessa inversão altamente emotiva da ordem usual.

Novamente a situação em Garches é mais complexa; e lá a exploração do sistema estrutural leva a uma concepção de parede como uma série de faixas horizontais – uma estratégia que coloca relevância equivalente no centro e na extremidade da fachada e que é então mantida na tendência de Le Corbusier de suprimir o alongamento dos dois balcões. Através de tais recursos qualquer sistema de destaque de axialidade vertical e de inflexão de parede que a isso conduza é profundamente modificado; e o resultado imediato na elevação do jardim de Garches se revela no deslocamento dos elementos que podem ser considerados equivalentes ao pórtico e frontão sobreposto de Malcontenta. Esses elementos se tornam separados; e transpostos como pavilhão de terraço e telhado, um ocupa os dois (ou três) balcões à esquerda da fachada, e o outro uma posição central no elemento sólido e um assimétrico em toda a fachada.

Por outro lado, entrada em Garches retém o que pode ser considerado como o análogo ao frontão de Palladio. Esse é o elemento central do andar superior; mas então nota-se também, apesar de sua posição simétrica, que o desenvolvimento desse elemento dentro de si próprio não é simétrico. Além disso não promove a simetria na fachada como um todo; e, embora tenha uma resposta na grande janela central do *hall* de entrada, visto que os cortes horizontais das janelas agem para proibir qualquer ligação explícita com essas duas manifestações, segue-se na elevação algo muito semelhante àquela afirmação e negação simultâneas de centralidade que é exibida na planta. Assim se estipula um foco central; seu desenvolvimento é inibido; e então ocorre um deslocamento e rompimento de exatamente o que Palladio teria suposto ser uma ênfase normativa.

Outro ponto importante de diferença encontra-se na interpretação do telhado. Em Malcontenta ele forma uma superestrutura piramidal que amplia o volume da casa (Figura 9), enquanto em Garches o telhado

se constitui de uma superfície plana, que serve de piso para um compartimento recortado do volume da casa, causando a sua diminuição. Portanto, em uma das residências o comportamento do telhado pode ser descrito como aditivo e na outra, subtrativo; mas, excetuando-se essa importante distinção, ambos os telhados têm como acabamento uma variedade de incidentes, regulares ou aleatórios, frontões ou pavilhões, os quais, na mesma medida, se relacionam de maneira importante com as superfícies verticais das paredes abaixo.



Figura 9
Villa Stein, Garches. Le Corbusier, 1927

Era o senso comum vigente nos círculos onde atuava Palladio que a matemática e a concordância musical fundamentavam a proporção ideal. Ali sentia-se que havia uma correspondência entre os números perfeitos, as proporções da figura humana e os elementos da harmonia musical;⁸ e Sir Henry Wotton, na qualidade de embaixador britânico em Veneza, numa ocasião posterior, reflete parcialmente tal atitude quando escreve:

Os dois principais intervalos consonantes que mais arrebatam o ouvido são, por razões intrínsecas à natureza, a *quinta justa* e a *oitava justa*, da qual a primeira se origina radicalmente da proporção entre dois e três. A outra, do

⁸ Devo essas observações específicas a Rudolf Wittkower, *Architectural Principles in the Age of Humanism*, Londres, 1949.

⁹ Sir Henry Wotton, *The Elements of Architecture*, publicado em John Evelyn, *Parallel of the Ancient Architecture with the Modern*, 3a ed., Londres, 1723, p. xv.

¹⁰ Giacomo Leoni, *Ten Books on Modern Architecture by Leon Battista Alberti*, 3a. ed., Londres, 1755, p. 196.

¹¹ NT: no texto em inglês, o autor não traduz as citações de Le Corbusier. Em português, os trechos citados leem-se da seguinte maneira: “verdades reconfortantes” e “não se sai de sua obra sem se ter a certeza de que se chegou à coisa exata”. Le Corbusier e Pierre Jeanneret, *Oeuvre complete 1910-1929*, 3a. ed, Zurique, 1943, p. 144. Como explica Rowe em nota de rodapé, tais comentários dizem respeito a Garches.

¹² “O rompimento da arquitetura com as leis de proporção harmônica” é discutido extensamente em Wittower (ver notas 7 e 8), mas a desintegração paralela da tradição crítica platônico-aristotélica é observada de uma maneira um tanto o quanto lacônica por Logan Pearsall Smith: “Há grandes jovens também cujas realizações se pode invejar; o garoto David que matou Golias e o Bispo Berkeley que aniquilou, aos vinte e cinco anos de idade, em 1710, o mundo externo com seu livro *in-octavo*; e o jovem David Hume, que, em 1739, ao varrer todos os adereços da compreensão humana, destruiu para todo o sempre toda a possibilidade do conhecimento”, Logan Pearsall Smith, *All Trivia*, Londres, 1947, p. 159.

intervalo duplo, entre um e dois, ou entre dois e quatro, etc. Agora, se transportarmos tais proporções de objetos audíveis para os visíveis, e as aplicarmos como acharmos mais adequado, sem dúvida alguma resultará, de qualquer uma delas, uma satisfação para os olhos repleta de graça e harmonia.⁹

Na realidade, não se sugeriu que as proporções arquitetônicas se derivassem das harmonias musicais, mas, ao invés disso, que as leis de proporção tivessem sido estabelecidas segundo princípios matemáticos e difundidas amplamente. O universo de especulação platônico e pitagoreano compunha-se de relações numéricas mais simples, formado dentro de um triângulo obtido pelo quadrado e o cubo dos números 1, 2, 3. Além disso, suas qualidades, ritmos e relações se estabeleciam dentro desse quadro de números chegando até 27; e se tais números governavam os trabalhos de Deus, considerava-se apropriado que os do ser humano deveriam ser construídos de maneira semelhante, que um prédio deveria ser representante, em termos microcósmicos, do processo exibido, em escala maior, nos mecanismos de funcionamento do mundo. Nas palavras de Alberti: “A natureza de certo age com consistência e constante analogia em todas as suas operações”,¹⁰ e, portanto, o que é patente na música deve também ser na arquitetura. Assim, com a proporção como uma projeção da harmonia do universo, sua base – tanto científica como religiosa – era quase invulnerável; e um Palladio poderia desfrutar as satisfações de uma estética considerada totalmente objetiva.

Le Corbusier expressou convicções semelhantes sobre proporção. A matemática traz “*des vérités reconfortantes*” e “*on ne quitte pas son ouvrage qu’avec la certitude d’être arrivé à la chose exacte*”¹¹, mas se é, de fato, a exatidão o que Le Corbusier busca, em suas construções não é a clareza inquestionável dos volumes de Palladio que se encontra. Em vez disso, constatava-se um tipo de obscuridade planejada; e, conseqüentemente, enquanto em Malcontenta a geometria é difundida pelos volumes internos de toda a construção, em Garches parece que ela reside apenas no bloco como um todo e na disposição de seus suportes.

A postura teórica sobre a qual se sustentava a posição de Palladio foi desarticulada no século XVIII quando a proporção se tornou uma questão de sensibilidade individual e inspiração pessoal¹²; e Le Corbusier, apesar de toda a comodidade que a matemática lhe oferecia, simplesmente em termos de sua localização na história não pode ocupar tal posição inatacável. O funcionalismo foi, talvez, uma tentativa altamen-

te positivista de reafirmar uma estética científica que pudesse possuir o valor objetivo de antigamente, e a crítica platônico-aristotélica definitiva. Mas tal interpretação carecia de refinamento. Os resultados podem ser mensurados em termos de processo e as proporções são aparentemente acidentais e gratuitas; e é em contradição a essa teoria que Le Corbusier impõe padrões matemáticos a suas construções. Essas são as tais “*vérités reconfortantes*”, ou seja, as verdades reconfortantes.

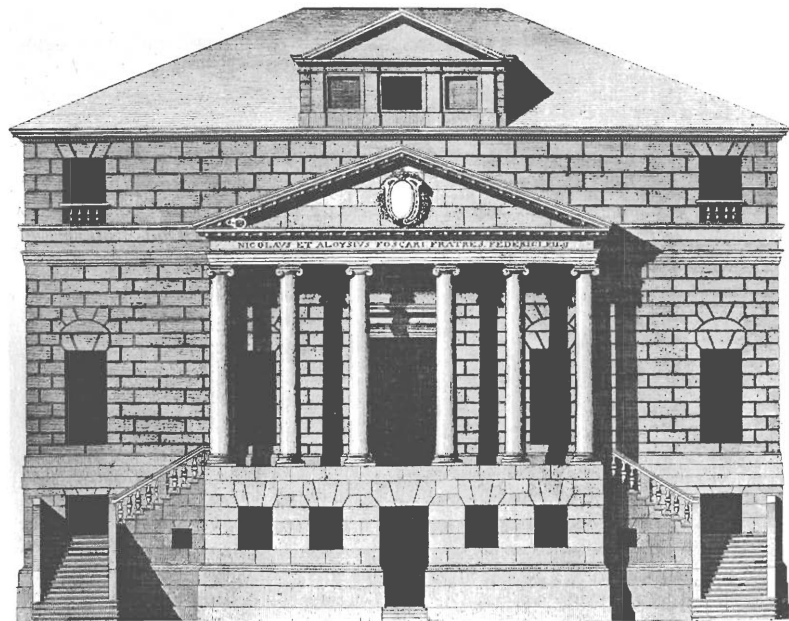
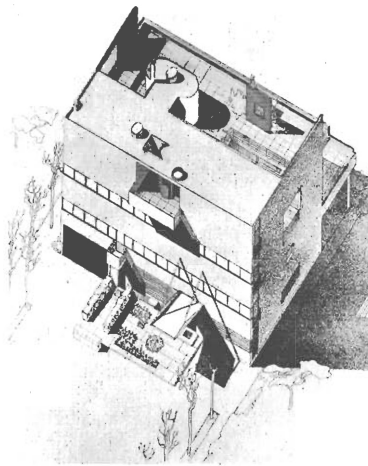
Assim, ou em razão ou apesar da teoria ambos os arquitetos compartilham de um padrão comum, o matemático, definido por Wren como beleza “natural”; e, dentro das limitações de um programa específico, não é de se surpreender, portanto, que os dois blocos tenham volumes correspondentes ou que ambos os arquitetos tenham escolhido anunciar, de maneira didática, a adoção de fórmulas matemáticas. Dos dois – e, talvez, de maneira bem característica – Le Corbusier é o mais agressivo; e em Garches ele indica, criteriosamente, as relações de que se vale por meio de um aparato de linhas reguladoras e figuras e da inserção nos desenhos de elevações da proporção áurea, $A : B = B : (A + B)$ (Figura 2).

Mas, se as fachadas de Le Corbusier são para ele demonstrações primordiais das virtudes da disciplina da matemática, com Palladio parece que a prova cabal de sua teoria se encontra na própria planta. Ao longo de sua obra *Quattro libri*,¹³ Palladio equipa sistematicamente tanto as plantas como as elevações com suas apologéticas numéricas (Figura 8); mas as pequenas cifras crípticas que ele anexa aos desenhos sempre parecem ser mais convincentes, ou, pelo menos, mais claras, quando as relaciona à planta. E, possivelmente, tal fato seja compreensível, pois, em uma residência como a Malcontenta, a planta pode ser visto como uma demonstração da beleza “natural”, como algo puro, abstrato e sem complicações; mas as fachadas são, por necessidade, adulteradas (embora raramente causando prejuízo) através da utilização intrusiva de material “costumeyro”. As fachadas se tornam complicadas; sua lógica platônica estrita pode ser viciada, em última análise, pela presença tradicional, neste caso, da ordem jônica, que possui uma lógica própria e que, inevitavelmente, introduz um sistema alternativo de medição (Figuras 10 e 11).

Pode-se supor que o conflito entre as exigências “costumeyras” da ordem e uma série de relações “naturais” seja a fonte da qual as fachadas de Malcontenta se derivam. São sugestivas, evocativas, mas não

¹³ NT: Título original da obra de Palladio já citada.

são suscetíveis, facilmente ou em sua totalidade, à regulação matemática; e, portanto, é, novamente, à planta de Palladio que se deve retornar. Acompanhadas de dimensões explanatórias, as duas suítes que abrangem três cômodos cada podem ser lidas, cada uma delas, como uma progressão de 3 : 4 para uma relação de 2 : 3. Elas recebem a numeração 12 : 16, 16 : 16 e 16 : 24.



Figuras 10 e 11
Villa Malcontenta (Villa Foscari), Malcontenta di Mira. Palladio, c.1550-1560

E aqui, da parte de Le Corbusier e Palladio, devemos reconhecer, se não duplicidade, pelo menos apenas um mero desejo; mas, se a razão de $3 : 5 = 5 : 8$ é apenas uma aproximação à proporção áurea, e se a medida ideal dos cômodos de Palladio não coincide com o tamanho verdadeiro,¹⁴ isso é de se esperar e não há vantagem alguma em se ir mais a fundo em

¹⁴ Para as medidas internas reais e não ideais da Malcontenta, ver Ottavio Bertotti Scamozzi, *Les bâtiments et les desseins de Andre Palladio*, Vicenza, 1776-83

tais inconsistências. Ao invés disso, seria muito mais oportuno examinar a preferência de Palladino pela divisão tripartida e a tendência de Le Corbusier de fazer a divisão em quatro partes.

Na Malcontenta, como já observado, as fachadas se dividem verticalmente em três áreas principais, a do pórtico e as das paredes em cada lado, e na horizontal prevalece a mesma situação, seguindo a sequência porão, *piano nobile* e sótão; mas em Garches, apesar do partido estrutural equivalente, é sempre a situação se não de uma, de pelo menos duas ou, alternadamente, de quatro áreas de interesse às quais somos apresentados. Assim, na elevação de entrada, é a questão de quatro e um que prevalece; e na fachada do jardim, essa partição se torna uma questão de quatro e dois.

Mas, em ambas as residências, há formulações detalhadas do esquema dominante que se torna complicado devido à sua interação com um sistema subsidiário. Ou seja: é por meio de extensão vertical em arco e abóboda, diagonal da linha do telhado e frontão que Palladio modifica as asperezas geométricas de seu cubo; e tal uso dos elementos circulares e piramidais com o quadrado parece não só esconder mas também amplificar a severidade intrínseca dos volumes. Entretanto, o arco, a abóboda, e a pirâmide estão entre as prerrogativas da construção de parede sólida. Estão entre as liberdades da planta tradicional, o "*plan paralyse*"¹⁵; e a introdução de formas arqueadas e telhados de duas águas é uma liberdade que em Garches Le Corbusier é incapaz de se permitir. Pois na construção de estrutura armada obviamente não são, como na estrutura de parede sólida, os planos verticais que predominam. Pelo contrário, isso ocorre nos planos horizontais de lajes de piso e de cobertura (Figuras 12 e 13); e, portanto, a qualidade de paralisia que Le Corbusier observa na planta de estrutura de parede sólida é, até um certo ponto, transferida na construção em estrutura armada para a seção. A perfuração dos pisos, para dar um certo movimento vertical de espaço, é possível; mas a qualidade escultural de entalhe da construção desaparece e não pode haver nada que remeta à firmeza da transmutação seccional e da modulagem de volume próprias de Palladio. Em vez disso, seguindo os planos predominantes das lajes, na construção em estrutura armada a extensão e a elaboração devem ocorrer horizontalmente. Em outras palavras, a planta livre é trocado pela seção livre; mas as limitações do novo sistema são tão rigorosas quanto aquelas de antigamente; e, como se a estrutura de parede sólida tivesse virado de lado, com

¹⁵ Termo de Le Corbusier mantido em francês no original de Rowe.

as anteriores complexidades de seção e as sutilezas da elevação agora transpostas para a planta, pode haver aqui alguma razão para a opção pela planta por Palladio e a escolha de Le Corbusier pelas elevações como documentos, em cada caso, mais ilustrativos da norma matemática elementar.

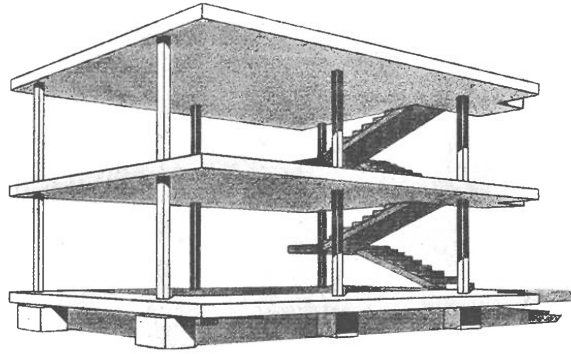


Figura 12
Villa Stein, Garches. Le Corbusier, 1927

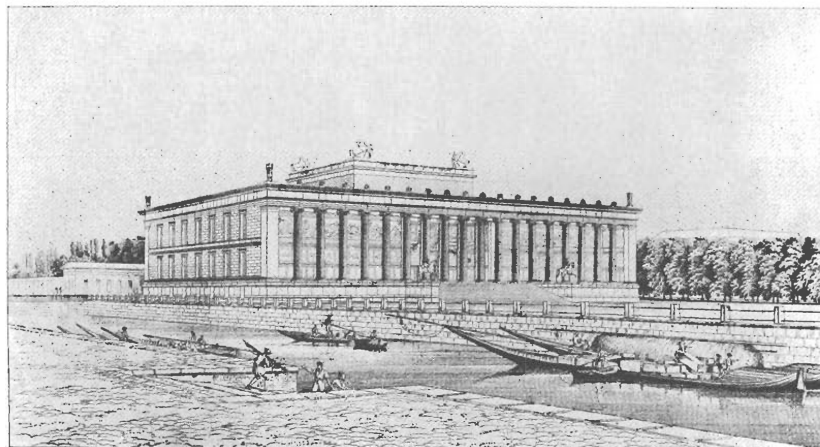


Figura 13
Villa Malcontenta (Villa Foscari), Malcontenta di Mira. Palladio, c.1550-1560

As ousadias espaciais do projeto de Garches continuam causar entusiasmo; mas pode por vezes parecer ser um interior que é aceito exclusivamente pelo intelecto – um intelecto operando dentro do vácuo de um palco. Portanto, em Garches observa-se uma permanente tensão entre o organizado e o aparentemente fortuito. Do ponto de vista conceitual, tudo é claro; mas sensorialmente, tudo causa profunda perplexidade. Há afirmações de um ideal hierárquico; há declarações opostas de um ideal igualitário. Ambas as

mansões podem parecer apreensíveis por fora; mas por dentro, no salão cruciforme da Malcontenta, há uma pista para toda a construção enquanto em Garches nunca é possível obter, de nenhum ponto, uma impressão do todo. Pois na mansão de Le Corbusier a equidistância necessária entre piso e teto transmite a noção de que, entre os dois, todas as partes do volume são de igual importância; e, portanto, o desenvolvimento de um foco absoluto se torna algo arbitrário quando não impossível. Esse é o dilema apresentado pelo sistema; e Le Corbusier a ele responde. Aceita o princípio da extensão horizontal; assim, em Garches, o foco central é consistentemente rompido, a concentração em um determinado ponto se desintegra, e os fragmentos desmembrados do centro se tornam uma dispersão periférica incidental, uma instalação de interesse serial ao redor das extremidades da planta.

Mas é agora que tal sistema de extensão horizontal, lógico do ponto de vista conceitual, se coloca contra a fronteira rígida do bloco que, quase certamente, é sentido como um requisito perceptual;¹⁶ e, conseqüentemente, com a extensão horizontal verificada, Le Corbusier se vê obrigado a empregar um recurso oposto. Ou seja, ao cavar grandes volumes no bloco para formar um terraço e um telhado-jardim, ele introduz um impulso contrário de energia; e ao contrapor um momento explosivo a um implosivo, através da introdução de gestos invertidos paralelamente aos expansivos, mais uma vez o arquiteto faz uso simultâneo de estratégias conflitantes.

Através de tais complexidades, o sistema resultante (ou a simbiose de sistemas) coloca em plena evidência a subestrutura elementar e geométrica da construção; e, como sequência, o incidente periférico que se coloca no lugar do foco palladiano também pode ser acrescido de inversões (de terraço e de telhado-jardim) que representam um desenvolvimento essencialmente análogo à estratégia de Palladio de extensão vertical.

Por fim, um processo equivalente a esse que ocorre na planta também se vê nas elevações, onde há a mesma difusão regular de valores e desenvolvimento irregular de pontos de concentração; e aqui, com as janelas horizontais transmitindo uma igualdade ao centro e às bordas das fachadas, uma desintegração de foco, que nunca é completa, causa uma rápida oscilação de atenção. Aqui, como no planta, não há nada residual, nada passivo, nada com movimento lento; e as extremidades do bloco, por tal razão, adquirem clareza e tensão intensas, como se estivessem tentan-

¹⁶ É possível supor que as fronteiras rígidas de Garches devessem ser consideradas necessárias do ponto de vista perceptual. A mansão é apresentada como uma de "quatro composições" em *Oeuvre complete 1910-1929*, p. 189; e, em *Precisões*, p. 83, Le Corbusier escreve sobre Garches: "Para se impor à atenção, para ocupar vigorosamente o espaço, seria necessário, antes de tudo, uma primeira superfície de forma perfeita, em seguida uma exaltação da platitude desta superfície, devida à contribuição de algumas saliências ou buracos que ocasionam um movimento direcionado para a frente e para trás".

do impedir que o incidente periférico se desgarrasse por completo do bloco.

Uma comparação detalhada é menos fácil de se manter entre as duas mansões que, inicialmente, pareciam convidar uma correlação íntima: a mansão de Savoye e a *Villa Rotonda* e, possivelmente, isso se dá porque nenhuma das duas edificações é integralmente condensada na estrutura e no impacto emocional como são, respectivamente, a Garches anterior e a posterior Malcontenta. A mansão de Savoye e a Rotonda são ambas muito famosas; mas também são, em cada caso, mais obviamente platônicas e fáceis de interpretar. Provavelmente isso se dá porque ambas estão livres, isoladas ; e que, portanto, o que está concentrado em duas frentes em Garches e Malcontenta aqui está disperso em quatro, resultando em uma genialidade bem maior de efeito externo. Mas, se há uma facilidade notável e falta de tensão a ser encontrada nessas fachadas, há desenvolvimentos análogos àqueles nas outras mansões. Tais são a preocupação de Palladio, tanto na planta como na elevação, com ênfase central e a dispersão de foco deliberada de Le Corbusier. Em Poissy, possivelmente, os volumes complexos do jardim do telhado superior substituem o telhado de duas águas e a cúpula palladianos; e novamente, talvez as quatro *loggias* que se projetam para o exterior estejam incluídas dentro do bloco como o terraço interno que, alternadamente, na qualidade de elemento dominante do *piano nobile* poderia também ser considerado correspondente ao salão abobadado da Rotonda.

Mas, simbolicamente e na esfera da beleza “costumeira”, as construções de Palladio e Le Corbusier fazem parte de mundos diferentes. Palladio buscou uma clareza completa da planta e uma organização de elementos convencionais das mais lúcidas baseadas na simetria como a mais memorável forma de ordem, e na matemática como aprovação suprema no universo das formas. No entender do próprio, sua obra era, essencialmente, uma adaptação, a adaptação da residência da antiguidade, tendo sempre no fundo, como exemplo, os grandes salões das termas imperiais e construções como a *villa Adriana* em Tivoli. Ele tinha vários esquemas da reconstrução arqueológica de residências gregas e romanas baseados em Vitruvius e Plínio, incorporando elementos que na prática greco-romana seriam encontrados em prédios públicos, mas que ele considerava como sendo gerais. Na realidade, Roma para ele ainda estava extremamente viva; e se os antigos haviam adaptado um templo a partir de uma residência, o planejamento em larga escala refletiria, sem dúvida alguma, semelhanças.

Notadamente, Le Corbusier tem a mesma reverência pela matemática e ele também, ao que tudo indica, às vezes, carrega marcas de um historicismo semelhante. Para seus projetos parece que encontrava pelo menos uma fonte nos ideais da *convenance* (conveniência) e *commodité* (comodidade) exibidos no brilhante planejamento do hotel Rococo, o pano de fundo de uma vida social ao mesmo tempo mais ampliada e íntima. Os franceses, até recentemente, seguiam uma tradição ininterrupta desse tipo de planejamento; e, portanto, pode-se com frequência descobrir, em uma utilização das Belas Artes de um local irregular, elementos que se não precediam Le Corbusier poderiam dar a impressão de que, curiosamente, lembram a suavidade intensa de seus próprios vestibulos e *boudoirs*. Le Corbusier admira a arte bizantina e a arquitetura anônima do mundo mediterrâneo; e há nele também a presença de um prazer puramente francês nos aspectos mais óbvios da mecânica. O pequeno pavilhão no telhado de Garches é, ao mesmo tempo, um templo ao amor e um convés de um navio. Os volumes arquitetônicos mais complexos são equipados com água corrente.

Em termos geométricos, pode-se considerar que ambos os arquitetos tenham se aproximado um tanto do arquétipo platônico da *villa* ideal ao qual se pode supor que a fantasia do sonho virgiliano esteja relacionada; e também se poderia supor que a realização de uma ideia representada pela casa na forma de um cubo se prestaria de pronto aos propósitos do sonho de Virgílio. Pois aqui se arma o conflito entre o absoluto e o contingente, o abstrato e o natural; e a lacuna entre o mundo ideal e as necessidades por demais humanas de realização aqui têm sua mais patética representação. O preenchimento de tal lacuna deve se dar de maneira tão competente e convincente quanto a construção de boas perspectivas fugadas; e, caso venha carregada, como em Malcontenta, de uma seriedade quase religiosa, ou, como em Garches, imbuída de alusão sofisticada e espirituosa, a organização bem sucedida é um feito intelectual que reconcilia a mente com o que podem ser discrepâncias fundamentais no programa.

Como um construtor de perspectivas arquitetônicas, Palladio é um classicista convencido pelo repertório de formas bem humanizadas do século XVI; e ele traduz esse material herdado com paixão e imensa seriedade condizentes com a validade contínua que ele acredita que tal material possui. A referência ao Panteão nos frontões sobrepostos de Malcontenta, às termas no salão cruciforme, a ambiguidade, profunda tanto

na ideia como na forma, na conjunção inequívoca da fachada do templo com o bloco residencial; todos esses elementos são repletos de significado, tanto pelo que são como pelo que significam; e a impressão que deixam é comovente. Mas a residência antiga não é recriada por meio de tal aparato, mas algo bem mais significativo é alcançado: uma nostalgia criativa evoca a manifestação de um poder mítico através do qual se equacionam o romano e o ideal.

Em contrapartida, Le Corbusier é, de várias maneiras, o mais católico e brilhante dos ecléticos. As ordens, as referências romanas, eram a vestimenta arquitetônica tradicional da autoridade; e, se é difícil para o arquiteto moderno ser tão enfático a respeito de uma determinada civilização como foi Palladio em relação aos romanos, com Le Corbusier há sempre um elemento de sagacidade sugerindo que a referência histórica (ou contemporânea) seja mantida como uma citação entre aspas, possuindo sempre o duplo valor da citação, as associações com os contextos antigo e novo. Apesar de admirar a Acrópole e Michelangelo, o mundo da alta cultura clássica mediterrânea na qual Palladio se baseou de maneira tão expressiva está, de um modo geral, vedado a Le Corbusier. Os acessórios ornamentais de humanismo, as representações emblemáticas das virtudes morais, aos amores dos deuses e as vidas dos santos perdem o monopólio que tinham anteriormente; e, como resultado, enquanto a alusão em Malcontenta é concentrada e direta, em Garches é dissipada e inferencial. Dentro do cubo único a performance arrisca o romano; mas, dentro do outro, um ideal cultural exclusivo de tal ordem não é cogitado. Em vez disso, como os patrocinadores de sua virtuosidade, Le Corbusier seleciona em grande parte uma variedade de fenômenos até então não discriminados. Ele seleciona incidentes ocasionais de Paris, ou Istambul, ou onde quer que ocorram; aspectos do fortuitamente pitoresco, do mecânico, de objetos considerados típicos, do que quer que possa parecer representante do presente ou do passado utilizável; e todos esses itens, embora transformados por um novo contexto, retêm as implicações originais que signifiquem talvez o ideal platônico, talvez a intimidade do rococó, talvez a precisão mecânica, talvez o processo de seleção natural. Ou seja, podemos apreender todas essas referências como algo já conhecido; mas, apesar do novo poder do qual se tornaram investidas, são apenas transitoriamente provocadoras. De maneira diferente das formas de Palladio, não há nada definitivo acerca de qualquer uma dessas possíveis relações; e suas aproximações pareceriam afetadas pelo esvaziamento artificial do cubo em que se encontram

localizadas, quando os sentidos são confundidos pelo que é aparentemente arbitrário e o intelecto é mais do que convencido, apesar de tudo que se levante em contrário, pelo conhecimento intuitivo dos problemas aqui tenham sido apontados e resolvidos e da existência aqui de uma ordem razoável.

A *villa* neo-palladiana tornou-se, na melhor das hipóteses, um objeto pitoresco no parque inglês e Le Corbusier passou a ser a fonte de inúmeros pastiches de técnicas de exibição tão divertidas que chegam a ser enfadonhas; mas é a qualidade magnífica de realização dos originais que é raramente encontrada nas obras dos neo-palladianos e dos expoentes de "le style Corbu".¹⁷ Essas distinções quase nunca precisam de reforço; e, sem dúvida alguma, deve-se acatar a sugestão de que, no caso das obras derivadas, talvez o que tenha se extinguido tenha sido uma adesão a "regras".

¹⁷ NT: no original, o autor não traduz a expressão em francês, que significa o estilo de Le Corbusier, ou estilo corbu.

Adendo de 1973

Embora um paralelo entre Schinkel e Corbu em sua última fase talvez não seja tão gratificante quanto a comparação da primeira fase de Corbu com Palladio, muitos dos argumentos como os que vieram à tona neste artigo possam ser desenvolvidos se, no lugar da *Villa* Malcontenta, se venha a considerar o Museu Altes de Berlim e, em vez de Garches, o Palácio da Assembleia de Chandigarh. As ilustrações (Figuras 14, 15 e 16) talvez fossem suficientes para se estabelecer um ponto de vista: um partido clássico convencional equipado do tradicional *poché*, ou seja, do tradicional bloco, e muito do mesmo partido distorcido e levado a apresentar uma variedade de gestos locais – talvez para serem entendidos como compensações pelo *poché* tradicional.

Uma crítica que se inicia com configurações aproximadas e que então procede a identificar diferenças, que busca estabelecer como o mesmo tema geral pode ser transformado de acordo com a lógica (ou a compulsão) de estratégias analíticas (ou estilísticas) específicas, talvez seja wolfiniana em sua origem; e suas limitações devem ser óbvias. Não pode ela, com toda a seriedade, lidar com questões de iconografia e conteúdo; talvez seja por demais simétrica; e, porque é tão dependente de uma análise minuciosa, se prolongada, inevitavelmente irá exercer uma enorme pressão tanto no consumidor como no produtor. No entanto, caso não se deseje se imaginar confrontado com os resultados de um intenso exercício crítico sobre o *materiel*¹⁸ fornecido pelos Museu Altes e Palácio

¹⁸ NT: o autor não traduz para o inglês o termo em francês.

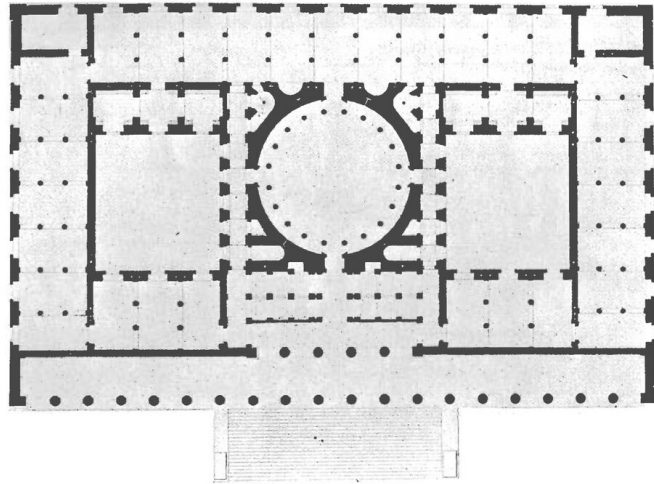
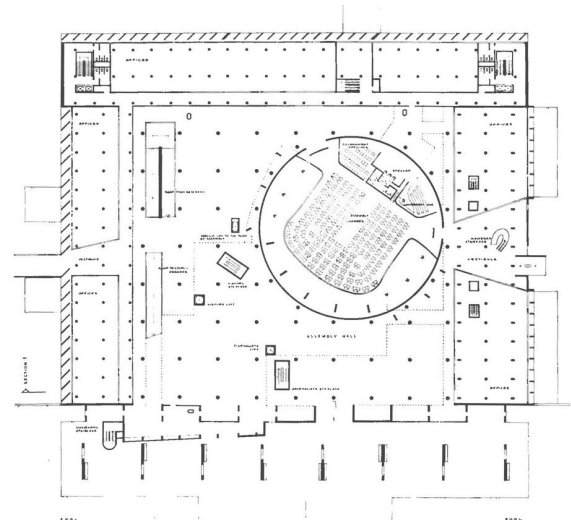
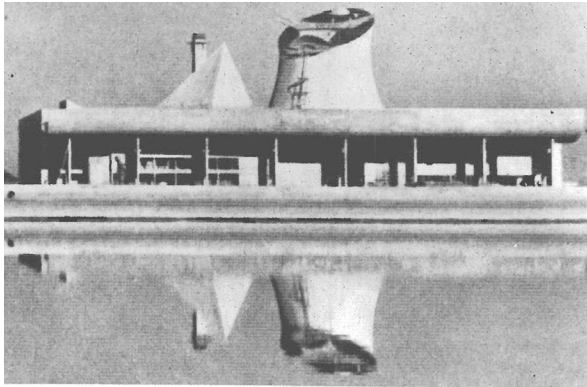


Figura 14
Altes Museum, Berlim. K. F. Schinkel, 1823



Figuras 15 e 16
Palácio da Assembléia de Chandigarh. Le Corbusier, 1953

THÉSIS

Recensão



Diagramática, em vogais e consoantes consonantes e dissonantes

Luiz Amorim

Luiz Amorim é arquiteto e urbanista, formado pela Universidade Federal de Pernambuco em 1982, tendo concluído o PhD em Advanced Architectural Studies na Bartlett School of Graduate Studies - University College London, em 1999. É Professor Titular do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPE, docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano (MDU), onde coordena o Laboratório de Estudos Avançados em Arquitetura (IA2) e o Grupo de Pesquisa de Morfologia da Arquitetura e do Urbanismo. Também é professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). É pesquisador 1B do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), onde foi membro titular do Comitê de Assessoramento de Arquitetura, Demografia, Geografia, Turismo e Planejamento Urbano e Regional (CA-SA), entre 2010 e 2013. É editor da Revista *Thésis*, membro do Space Syntax International Steering Committee e dos comitês editoriais das revistas *Arquitextos*, *The Journal of Space Syntax* (JOSS), *Revista de Morfologia Urbana* e da Editora FRBH.

A

Por convite do professor Rodrigo de Faria, Presidente do Prêmio ANPARQ 2016, coordenamos, eu e a professora Ângela Gordilho, sua modalidade Tese. Satisfeiz-me, além do prazer de trocar ideias com os membros da comissão avaliadora¹ e pareceristas², a leitura de um belo e diverso conjunto de trabalhos científicos, cujas questões de investigação envolviam o fazer, o pensar, o capturar, o educar, o descrever, o analisar e o vivenciar o edifício e a cidade, não exatamente numa relação matricial de mútua associação, mas, de uma forma ou de outra, acompanhados por seus autores e pensamentos referentes, revelando a maturidade dos seus autores e o seguro acompanhamento dos seus orientadores. Um quadro amplo, mas limitado, é verdade, da sólida produção brasileira, da qual dever-se-ia indicar uma excepcionalidade. Uma difícil tarefa para todos os envolvidos, salvo quando o primeiro parágrafo de uma das concorrentes se apresenta ao leitor da seguinte maneira:

Parto do princípio de que qualquer arquitetura é determinada por um mito que é amplamente aceito. Pode ser a noção de que a Antiguidade era melhor do que os dias atuais, que o futuro será melhor do que hoje, ou que o engenheiro é melhor do que o arquiteto.

Colin Rowe³

¹ A comissão avaliadora foi composta, além de nós coordenadores, dos professores Fernando Ruttkay Pereira (UFSC), Maria Cristina da Silva Leme (USP), Rachel Coutinho (UFRJ).

² Fizeram parte da comissão de parecerista os professores André Tavares (ETH - Zurich), Benamy Turkienicz (UFRGS), Cibele Rizeck (IAU), Cláudia Amorim (UnB), Cristovão Duarte (UFRJ), Eugênio Queiroga (USP), Ester Gutierrez (UFPE), Frederico Holanda (UnB), José Belomont Pessoa (UFF), Laurent Vidal (Université de la Rochelle), Paulo Rheingantz (UFRJ), Vera Tangari (UFRJ).

³ ROWE, C. *As I was saying* (1989). Londres: MIT Press, 1996, p. 356, tradução nossa.

É possível que todas as teorias da arquitetura sejam mitos, e que a própria ideia de que existe algo chamado arquitetura seja uma invenção. Também é certo que na origem, a arquitetura não se desvencilha das suas muitas possibilidades, as que começam a ser desenhadas antes de função alguma, como formas, e que fora da narrativa que resguarda suas verdades, essas possibilidades são procuras desnecessárias. Na definição de arquitetura de Colin Rowe, o mito não é apenas uma licença poética, é o caminho para conhecer a ideia da teoria como arquitetura, na perspectiva de outro modo de escrita: a que dá sentido à necessidade e à ausência, a escrita das formas que o arquiteto inaugura com seus esquemas a priori, que são construções na linguagem. No espaço, a forma enfrenta a contingência, mas na linguagem ela margeia a necessidade, e não pode se moldar por ela, nem mesmo ao destino no qual o discurso a encerra. Em suas origens gregas, o conceito de forma aparece em duas perspectivas - a mitológica e a filosófica -, que esclarecem sobre a qualidade do trabalho do arquiteto Peter Eisenman. Forma vem do mito de Morfeus⁴, divindade da mitologia grega que habita uma caverna escura e que pode simular as fisionomias e as maneiras dos homens. Essa é uma concepção, a do trabalho de dar forma, a criação. A outra é oriunda da metafísica platônica. Para Platão, pensamos por meio de formas. Se pensamos, já são formas, que não são descrições fiéis das coisas, são aproximações. (IZAR, 2015, pp. 13-14)

Na precisão da escrita, como pode ser apreciada, estão consonantes todos os elementos estruturadores da investigação doutoral, desde a sublimação dos mitos, por Rowe; das conjecturas acerca da teoria como arquitetura; da forma e suas formas de escrita por meio de esquemas – diagramas; ao mito próprio que constitui a obra de Peter Eisenman. Nas subseqüentes páginas Gabriela Izar, sua autora, cria, exemplarmente, uma narrativa que busca, por meio de uma leitura crítica da sua obra escrita e construída, demonstrar que a concepção e o uso de diagramas no desenvolvimento de projetos, arquitetônicos e teóricos, pois, indissociáveis, seriam *a priori*.

Toma, para o desenvolvimento do seu argumento, as casas experimentais de 1 a 11A, todas desenvolvidas entre os anos de 1966 e 1978, segundo o interesse do arquiteto de explorar a dissonância entre as propriedades da forma e os aspectos utilitários da arquitetura. Da primeira, busca, por meio de procedimentos geométricos (rotações, translações, intersecções, etc.), constituir uma diagramática geradora de arquiteturas. Da segunda, um pleno afastamento de teorias conhecidas, dos estilos já forjados, da recorrência de usos e ocupações do espaço arquitetônico. Observa, segundo um procedimento analítico centrado no ordenamento sequencial de geração dos diagramas e dos aspectos formais intrinsecamente a ele associados, o processo de desenvolvimento dos seus experimentos. Desenvolve um “sistema de referências” que possibi-

⁴ No dicionário Bailly, a palavra forma provem de morphê e significa: 1) Forma, forma do corpo, figura, exterior. 2) forma, aparência. 3) forma, tipo, espécie. 4) forma artificial, gesticulação, semblante (aparência). Na mitologia, Morfeus (Morpheus) é aquele que reproduz as formas, Deus do sono e dos sonhos. (BAILLY). Na tradução espanhola das Metamorfoses (Ovidio), Morfeu é um artífice das formas: Mas el padre, del pueblo de sus mil hijos, despierta al artífice y simulador de figuras, (635) a Morfeo: no que él ninguno otro más diestramente reproduce el caminar y el porte y el sonido del hablar. Añade además los vestidos y las más usuales palabras de cada cual. Pero él solo a hombres imita. Ovidio, Metamorfosis, versão eletrônica disponível em: <http://www.biblioteca.org.ar/libros/133611.pdf>

lita a leitura da casas experimentais ao longo do seu processo de concepção, observadas como se “fossem isomorfismos de uma cadeia topológica de propriedades diagramáticas que evoluem dentro do processo que lhes dá forma, e que se tornam autônomas em relação ao contexto temporal no qual foram originalmente elaboradas” (IZAR, 2015: pp. 22). Portanto, permite compreender como Eisenman desenvolve sua investigação formal.

Se esta seção tem início com a clareza das suas palavras, devo encerrar com outras de sua lavra:

As análises revelaram algumas qualidades fundamentais do trabalho de Eisenman: as casas derivam da mesma base notacional e de procedimentos; na cronologia sugerida na numeração original dada por Eisenman, as formas das casas evoluem geometricamente segundo um princípio de expansão de um centro absoluto à periferia, do bloco único aos pavilhões; no curso da série, o trabalho diagramático vai se tornando mais complexo em termos das codificações e das parametrizações e, com isso, acarreta também em uma sistemática progressivamente mais complexa em termos de procedimentos e de referências geométricas; a qualidade da série é a de uma rede de formas e de significados agenciada pelo modo como Peter Eisenman emprega o diagrama, como um conceito que opera no tempo, não como um modelo para toda a série e para todas as casas. (IZAR, 2015, p. 23)

B

A tese é estruturada em nove capítulos, além de introdução e conclusão. A autora não o faz, mas poderia ser dividida em duas partes. A primeira seria dedicada à contextualizar, problematizar e fundamentar sua aproximação da questão da tese. A segunda, estaria diretamente ligada ao objeto de estudo – as casas 1 a 11A. Da primeira parte fazem parte os capítulos de um a seis, e da segunda, os de sete a nove.

O primeiro capítulo é dedicado ao diagrama, da etimologia da palavra, à introdução da expressão *diagramatologia*, por William Mitchell (MITCHELL, W., 1981, apud IZAR, 2012) e à demonstração da sua transversalidade – pois “o ato de diagramar sempre envolve mais de uma área do conhecimento” (IZAR, 2012: pp. 29). O segundo capítulo traça o percurso profissional de Eisenman e o terceiro, um recorte aprofundado deste, reflete sobre sua formação acadêmica, onde é introduzido à leitura formal por seu orientador de PhD na Universidade de Cambridge, Colin Rowe, por sua vez, aluno de Rudolf Wittkower, ambos *formalistas* – com a licença da palavra. Neste é estabelecida e discutida a fundamental contribuição de Rowe para a sua formação.

O capítulo subsequente, o quarto, apresenta uma crítica ao olhar diagramático de Christopher Alexander, contemporâneo de Eisenman em Cambridge, comparando sua abordagem funcionalista ao teor essencialmente formal, do segundo. Já os capítulos cinco e seis tratam das ideias forjadas durante a sua tese de PhD sobre a obra de Giuseppe Terragni, da sua gênese – seus fundamentos, ao seu desenvolvimento – a leitura crítica da arquitetura do arquiteto moderno italiano.

O Capítulo 7 inaugura o que seria a segunda parte da tese, com a apresentação do seu objeto de estudo: *As casas seriadas de Peter Eisenman* – seu título e conteúdo. Neste, são descritas, uma a uma, segundo sua sequência numérica. É no Capítulo 8 que os experimentos diagramáticos relativos às casas são estudados, devidamente explorados, sua investigação formal é explicitada e é construída a ideia central do capítulo 9: a de que o arquiteto constrói, por meio de “diagramas que ordenam diagramas”, uma rede não “hierarquizada porque estabelece conexões em várias direções” e, também, “porque opera com relações sintáticas que emergem, desaparecem, retornam e são transformadas, na interação do estudo de uma casa com o outro” (IZAR, 2015: pp. 281).

C

As qualidades que acabo de destacar, também foram enfatizadas nos pareceres emitidos pelos colegas com quem dividi a responsabilidade de apreciar as teses concorrentes do Pêmio Anparq 2016. Destaco algumas de suas partes como se a ecoarem minhas apreciações e a destacarem outros aspectos, mas também como forma de creditá-los nesta resenha como coparticipes da tarefa conjunta que nos foi apresentada.

Ângela Gordilho começa por destacar, em seu parecer, como a tese “dialoga com os críticos e comentadores de Eisenman e como o próprio Eisenman [...] e o papel singular dos diagramas nos projetos de suas casas seriadas” e o faz pelo preenchimento das lacunas observadas pela autora. Ressalta, com grande ênfase, a qualidade da pesquisa documental, realizada no vasto acervo doado pelo arquiteto para o *Canadian Center for Architecture (CCA)*, na cidade de Montreal, e *The Getty Research Institute*, parte do *Getty Center*, na cidade de Los Angeles.

Frederico de Holanda ressalta que ao investigar a forma na arquitetura, a autora coloca a tese “na boca de cena, e já isso, por si só, chama a atenção, mormente quan-

do a norma no nosso campo (e isso vale para as outras teses no conjunto que me coube avaliar) é denegrir uma abordagem estritamente formal". E destaca que:

A perspectiva teórica do trabalho também é clara e oportuna, posto que estética – a sua perspectiva – não tem recebido na reflexão crítica brasileira o status que mereceria. Destaca, ainda a pertinência da crítica do diagrama *funcionalista* de Alexander. [...] Enquanto a linguagem de padrões de Alexander visa criar um vocabulário de 'contingências', os diagramas de Eisenman visam transcender tempo e espaço. Faltou comentar quão normativa é a proposta de Alexander, quão precária é sua leitura da história, e quão insatisfatórias são suas classificações de cidades naturais e cidades artificiais (ainda que entendamos o contexto pós-funcionalista em que a dicotomia foi formulada).

E conclui que, por meio do seu estudo, "fica clara a especificidade de seu trabalho em arquitetura como linguagem autônoma. Esta é a chave de Eisenman, esta é a chave desta tese, o que implica um gratificante sopro de renovação na teoria crítica da arquitetura no Brasil." Aspecto que também é observado por Paulo Afonso Rheingantz em seu parecer final: "Trabalho denso, muito bem estruturado e apresentado, ricamente documentado e ilustrado, retrata com acuidade e profundidade a contribuição de um dos mais importantes produtores e pensadores da arquitetura contemporânea [...]"

D

A tese nos brinda, como visto, além das suas qualidades intrínsecas, com a perspectiva de expandir, por inteligente provocação temática, novos estudos no seio da comunidade científica e profissional interessada no projeto como objeto específico de investigação e, mais ainda, como investigação, *per se*. As casas experimentais de Eisenman encaixam-se exatamente neste limiar entre os clássicos procedimentos de investigação científica associados ao nosso campo em sua diversidade inerente, e o desenvolvimento de soluções objetivas para a resolução de um problema arquitetônico. É, de fato, uma investigação por projeto e não uma investigação sobre o projeto ou sobre métodos que dão suporte ao projeto. Evidentemente está associada ao projeto – objeto que contém informações que dão suporte à realização de determinado objeto habitável, e aos meios de constitui-lo, sejam eles de natureza puramente processual ou relacionado aos fundamentos teóricos aos quais estão associados.

Programas doutorais, como os oferecidos por instituições britânicas, como a *Bartlett School of Architecture*, *Architecture Association School of Architecture* e *Edinburgh School of Art*, vêm enfrentando o desafio de to-

mar os processos e procedimentos de projeto como, forma, meio e objeto de investigação. Tomam-no como parte do conhecimento específico do campo da arquitetura, mas segundo perspectiva multidisciplinar, interdisciplinar e, em alguns casos, transdisciplinar. Em tais ambientes, digamos acadêmicos – expressão que evito, tendo em vista sua acepção corrente associada ao sentido de conservadorismo, o ato de projetar também é meio de investigação. A diagramática exposta por Gabriela Izar também o é.

Contamos, todos os interessados em ampliar as bases, os meios e os objetos de investigação em arquitetura, com esta belíssima literatura para estimular nossa reflexão sobre o assunto.

E

Finalmente, o documento que tenho em mãos – uso a expressão metaforicamente, pois não o tenho como objeto concreto, mas sim como objeto digital, deve ser publicado, no sentido próprio da palavra: tornado público. Ajudará a preencher uma lacuna na nossa literatura, como já destacado, e será, em particular, do interesse específico por parte dos investigadores que conseguem distinguir os campos específicos da teoria e da história da arquitetura.

Diagramática é uma demonstração clara de que a rede de programas de pós-graduação em arquitetura e urbanismo, após ter passado por as etapas de implantação, expansão e consolidação, têm se colocado, com o suporte das diversas agências nacionais de fomento à pesquisa, na fronteira da investigação científica internacional. E o Prêmio Anparq, em suas diversas categorias, a vem reconhecendo e divulgando, particularmente por meio deste seu periódico – a revista *Thésis*.

Espero que este sistema de formação de pesquisadores e de produção do conhecimento, da maneira como o conhecemos e como o ajudamos a atingir tal patamar de qualidade, se mantenha íntegro e se fortaleça nos tempos que se avizinham. Gabriela Izar é um dos seus gratos rebentos. Queremos ter o prazer de conhecer suas futuras produções, desenvolvidas, quiçá, com o suporte das instituições públicas de fomento à pesquisa e, certamente, com a contribuição da nossa comunidade acadêmica, cuja devoção ao conhecimento permanecerá e a ANPARQ, em seu conjunto de atribuições, continuará a cumprir o seu papel de colocar a nossa produção e o contexto em que está inserida em permanente escrutínio.



THÉSIS

Passagens



Avenida Sete por sete

Xico Costa

Xico Costa é Doutor pela Escuela Superior de Arquitectura de Barcelona - ETSAB; Professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPB; Professor do Mestrado e Doutorado dos Programas de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPB e da UFBA.

O objetivo deste ensaio é propor uma reflexão sobre de que maneira podemos utilizar a imagem, numa lógica dialética, para recuperar, no âmbito da representação, a idéia de cidade como: [1] espaço indissociável da materialidade e da ação humana [SANTOS, 1994]; [2] resultado do tempo e da história como um agora [BENJAMIN, 1994]; lugar da simultaneidade [LEFEBVRE, 2008].

Quando inicialmente pensado, tinha como objetivo fazer uma escrita sobre uma série de registros vídeo-gráficos feitos na Avenida Sete, em Salvador da Bahia, com os quais se pretendia recuperar a experiência propriamente dita, vivida em campo, a partir dos índices enunciados pela documentação visual; algo semelhante a ler apontamentos de uma experiência etnográfica. Mas esses registros se perderam.

Diante do pavor pela perda, acudiu-se a registros visuais existentes que permitissem remeter aos enunciados da experiência; na distância de imagens criadas sem qualquer relação com o objeto empírico mas que poderiam constituir fortes índices em relação ao objeto teórico ou conceitual. Afinal, o desafio era poder narrar, visualmente, a experiência das imagens registradas e perdidas da Avenida Sete e, a partir daí, produzir reflexões teóricas e conceituais ligadas àquela rua.

Sendo assim, vasculhou-se o universo de registros imagéticos mais improváveis: o Atlas da Direção Geral de Geodesia e Cartografia Adjunta ao Conselho de Ministros da URSS [1968], o livro de Tecnologia de la Medición [CASILLAS, 1958], a coleção de posters de propaganda comunista de Michael Wolf [WOLF, 2003], o Atlas Maior de Joan Blaeu [edição fac-símile daquela de 1665], o catálogo da obra completa de Frans Post [LAGO, 2006] etc., etc., etc.



Afinal, utilizou-se as eletrographias de Eadweard Muybridge, um catálogo de 1902 da Sears Roebuck, a filmografia de Almodóvar, os paradigmáticos diagramas que explicam o corte de carne de vacuno, sínteses morfológicas de traçados urbanos de cidades, a obra de Walter Benjamin e, finalmente, as tipografias de um editor digital de texto. **Tudo sob umas condições rigorosamente intuitivas.**

Acabado o trabalho, esta experiência narrativa, remeteu, de certa forma ao pensamento visual de J. Ruskin segundo o qual, através deste tipo de pensamento, seria possível se desprender da lógica lineal em favor da justaposição e simultaneidade, algo evidentemente central na idéia que defendemos de cidade. E sendo assim, o investigador “poderá se perder em divagações quando achar necessário, divertir-se com as cores, com aproximações e distâncias; com texturas; associará assuntos nunca antes associados; usará o recurso da metáfora para valorizar suas associações”, como afirma Amaral [2013] referindo-se ao juízo de alguns estudiosos sobre a idéia de pensamento visual em J. Ruskin.

Mas existe ainda um aspecto da aproximação que está, paradoxalmente, relacionado com uma idéia de distanciamento [COSTA, 2005] presente no fato de que o registro visual do objeto empírico não nos aproxima, necessariamente, do nosso objeto conceitual ou teórico. De fato, na semelhança dita profunda “os acontecimentos não são nunca idênticos, mas semelhantes, impenetravelmente semelhantes entre si” [BENJAMIN, 1996b].

Portanto, livre das evidências dos registros do objeto empírico, procurou-se reconstituir uma experiência com a Avenida Sete, de Salvador da Bahia, a partir de registros que se assemelhassem àquilo que constituía uma referência ao objeto teórico e conceitual. Para isto, a Apresenta-se, em fim, a Avenida Sete em sete aproximações imagéticas de sete partes cada uma, acreditando que as imagens não servem tanto para representar e sim para fazer-nos pensar sobre cidade, arquitetura e urbanismo através daquilo que nos permite a semelhança.

“Foi a semelhança que permitiu, há milênios, que a posição dos astros produzisse efeitos sobre a existência humana no instante do nascimento.” [BENJAMIN, 1996b]

Tipografias digitais [primeira semelhança]



Os primeiros tipos foram criados tendo como referência direta o corpo humano [LUPTON, 2006] tanto ao que se refere a semelhança anatômica com determinadas posturas, assim como pelo fato do seu processo de execução estar estreitamente vinculado com o trabalho da mão. Portanto, falar de tipos, letras ou fontes significa também falar de semelhança com corpos, processos, espacialidade, materialidade e ação; ou a indissociabilidade entre a materialidade e a ação humana como determinantes do espaço [SANTOS, 1994].

Por outro lado a agrupação de letras, em corpos maiores como as palavras ou frases, produzem diferentes texturas, densidades e silhuetas, remetendo a variáveis particularmente valorizadas por um tipo de urbanismo de aparências; a cidade do espetáculo. Reunidas estas palavras e frases, remetemos a uma forma de organização espacial, estabelecida pela diagramação. Rompe em certa medida, embora evidenciando a idéia de sequência, com a lógica lineal de leitura da via.

A fonte **American Typewriter**, que associamos ao segmento 1 da Avenida Sete das tipografias digitais, remete a um estilo clássico e até nostálgico mas mostra também uma grande legibilidade presente no ponto de início da Avenida Sete [Farol da Barra].

Em contraste, a fonte **Giddyup**, associada ao trecho da Barra, sacrifica esta legibilidade em nome de uma espécie de graciosidade, que tão pouco chega a ser clara. Parece procurar esconder o gesto duro por trás da sinuosidade de suas maiúsculas.

Subindo a Ladeira da Barra a **Handwriting-Dakota** se inclina meio apática num esforço de subida mas também ressalta certas surpresas para o corpo e para o olhar.

Uma vez subimos a ladeira, a **Eccentric** nos apruma o movimento e o olhar, impondo um movimento horizontal contínuo mas também uma verticalidade forçada através de uma cintura alta e pernas longas como num anúncio de moda.

A **Bordeaux Roman**, como um traço separador, aparece no trecho seguinte estabelecendo um papel de articulação ou costura, refletindo a condição ou o papel urbanístico pouco definido do trajeto que vai do Campo Grande ao Forte São Pedro [Passeio Público].

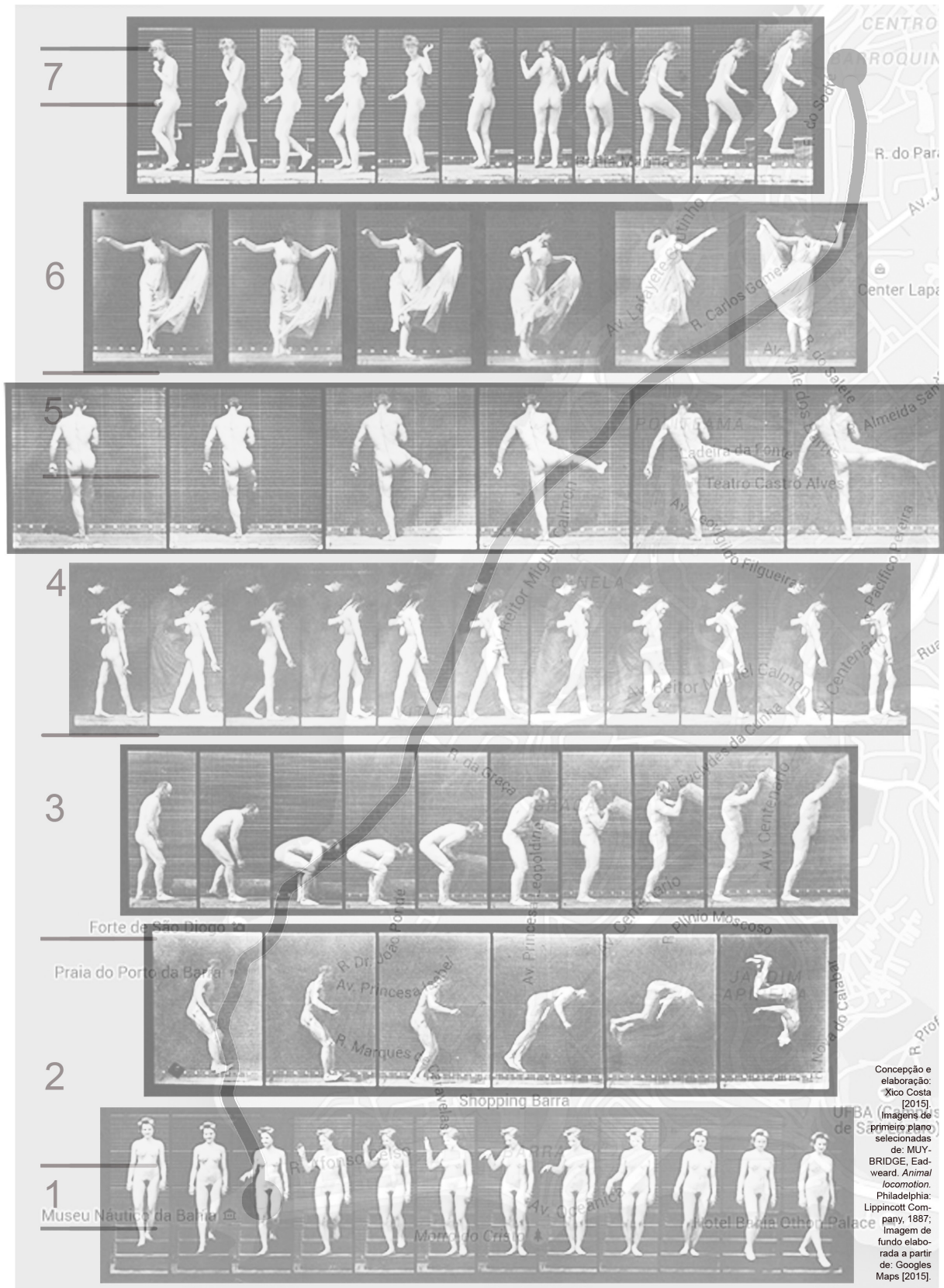
O trecho correspondente ao que muitos acreditam ser a verdadeira Avenida Sete, em sua parte de intenso comércio, a fonte **Stencil** apresenta uma cara mercantil despojada de falsos reclames. Também é a única a se sobrepor em duas linhas, realçando certo equilíbrio e simetria daquilo que acontece em ambos lados desse trecho da rua.

Como ponto final do trajeto de nossa Avenida Sete, a Praça Castro Alves se apresenta concentrada mas, ao mesmo tempo, desagregada em seus elementos. O movimento curvo das letras aparece como um gesto refratário entre edificações que, embora forme um conjunto desde o ponto de vista sintagmático, desestrutura-o desde o ponto de vista paradigmático.

Em conjunto, destacam os trajetos correspondentes a Barra, Corredor da Vitória e Comércio, todos estrategicamente separados por espaços que podem ser associados a idéia de fronteira, ponte, pausa, articulação ou porta.

A espacialidade do conjunto mostra diversidade e simultaneidade e sua leitura pode ser feita de cima para baixo ou de baixo para cima mas também a partir de qualquer um dos trechos. Porque numa rua entramos e saímos por suas dobras e rugosidades, entre caracteres e letras ou saltando frases inteiras.

Eletrographias do movimento animal [segunda semelhança]



A eletrographia é um invento do fotógrafo e investigador inglês Eadweard Muybridge que, no final do século XIX e antes da invenção do cinema, enfrenta o desafio de registrar o movimento dos animais. Muybridge utilizou uma série de câmeras instaladas paralelamente ao percurso do motivo a ser fotografado, mas também séries de câmeras frontais e em diagonal, controladas por temporizadores que regulavam os disparos. O resultado foi uma impressionante série de conjuntos de fotografias publicados no livro *Animal Locomotion* [MUYBRIDGE, 1887]. Esse trabalho, ainda hoje, é considerado o melhor estudo visual sobre o movimento humano e animal. As sequências apresentadas aqui correspondem a registros realizados com séries paralelas de câmeras mas também com câmeras frontais que registram corpos que se movimentam dentro do enquadre de captura da câmera.

Embora tenha centrado o esforço em registrar a forma do movimento, a idéia essencial que se desprende do trabalho de Muybridge em relação a uma semelhança possível com nosso objeto é aquela do tempo e da ideia de patrimônio histórico. São registros essencialmente temporais em cuja estrutura sintagmática [dentro] é possível identificar índices e enunciados através de uma relação paradigmática [fora]. A importância dessa semelhança está no fato de que, necessitando a referência histórica do status de visibilidade da dimensão patrimonial do lugar, é preciso subverter esta visibilidade, buscando aquilo que não se evidencia. Esta dimensão, por ser patrimonial, é construída a partir da interpretação sobre o espaço urbano existente que aportaria uma dimensão de lugar, mas a qual se sobrepõe a patrimonial. Não observando a imagem do objeto empírico, mas a imagem do objeto conceitual, podemos observar a dimensão de lugar sugerida pelas sequências. Sendo assim, podemos pensar que o vigor da forma arquitetônica é enfraquecido pelo gesto patrimonialista que aborta a transformação. Na espessura do tempo [JEUDY, 2008], e na força dos elementos reconhecíveis historicamente, se vislumbraria sua fraqueza.

Na sequência [1] vemos uma mulher descendo uma escada onde identificamos um movimento lento e suave que se rompe, também suavemente, com um movimento de mão que acena, no meio da sequência, e uma perna que avança solitária, no fim da sequência. Remete a uma idéia de tempo mas principalmente a uma idéia de tempo que se quer eterno como aquele que envolve o conceito de patrimônio histórico. Nos dois gestos que rompem, se adivinha um desejo de desestabilização desse tempo ao qual poderíamos associar uma fortaleza, que lentamente incorpora o aceno de um farol, e uma esquina, onde se ergue um edifício, moderno; ambos são gestos solitários. O **Farol da Barra** e o **Edifício Oceania**, que dominam as massas construídas deste ponto da nossa Avenida Sete, constituem registros de tempos que são referências de desejos de cidade que ficaram, possivelmente, estagnados no gesto do objeto empírico.


O contraste com o movimento registrado na sequência seguinte fortalece esta idéia: uma pirueta rompe com a imposição do tempo monótono do entorno. São imagens que levam a refletir sobre memória, patrimônio, conceito de história e a condição da sociedade e das questões que ela encerra [CHOAY, 2001]. Portanto, não importa aqui refletir sobre o gesto material do monumento mas sobre a força que se estabelece na relação entre materialidade e ação do corpo social. Na **Barra**, lugar do claro enfrentamento entre estratégias e táticas, o controle material não parece ter tornado lento o gesto que interpreta o desejo da ação humana. Um gesto que, no segmento da **Ladeira da Barra [3]** parece robusto e esforçado, aludindo certa ausência de conflitos por uma imposição da necessidade de um determinado gesto; aquele necessário a submeter um tronco de madeira a um determinado movimento. Introduzindo um novo contraste, a sequência do **Corredor da Vitória [4]** apresenta um corpo esguio e cabisbaixo que se deixa guiar por uma figura obscura e episcopal, próprio da utilização do conceito patrimonial como elemento pacificador. No trecho **[5] entre o Corredor da Vitória e o Comércio**, um corpo parece desenhar um arco, erguendo uma perna e demarcando um intervalo com um giro. Com as mãos abertas e vestida com um traje claro e leve, um corpo gira completamente e nos faz pensar no efeito que tem o vigor do **Comércio [6]** sobre todos os sentidos do corpo. Finalmente, a confusa imagem de um corpo que parece subir mas que na verdade desce ou parece caminhar de frente quando na verdade caminha de costas, sugere a ambiguidade da **Praça Castro Alves [7]**, ou seria o contrário?

Catálogo de sapatos da Sears [terceira semelhança]

7

Boys' Steel Shod Lace, \$1.45 and \$1.35.


...FOR DRESS...
 We make this shoe from the very best selection of English calfskin over a handsome London toe last, with full perforated tip, genuine dogskin top, and best white oak sole leather bottom. The shoe is fitted in the best possible manner, custom back stay, stitched with silk and linen, and the plump outsole filled with brass shims, heel fitted with hardened steel shims, and three perfect circles, making a shoe practically indestructible. Weight averages 25 to 30 ounces.



6

Men's College Football Shoes, \$2.65.

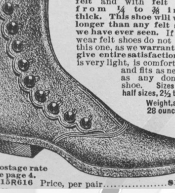
No. 108667 Those of our patrons who play football and have had occasion in the past to buy dress-like football shoes, undoubtedly know that the average price for such a shoe as we are here offering you is from \$4.00 to \$6.00 per pair.



5

Ladies' Felt Button, \$1.50.

Made from fine beaver felt and with felt sole thick. This shoe will wear longer than any felt shoe we have ever seen. If you wear felt shoes do not pass this one, as we warrant it to give entire satisfaction. It is very light, is comfortable and fits as neatly as any dogskin shoe. Straps and half sizes, 2 1/2 to 8. Weight about 28 ounces.



For postage rate see page 4.
 No. 108610 Price, per pair..... \$1.50

4

WOMEN'S PATENT LEATHER COLONIAL, \$1.35.

THE LATEST FAD IN A LADIES' DRESS SHOE
IS THE COLONIAL PATTERN, which we herewith illustrate. This shoe is not all the rage in the large cities, many there are wearing the Colonial shoe almost exclusively in their winter clothing. We quote an excellent review of this pattern made with respect to both fit and especially adapted to general and street wear. The most heretofore illustrious reviewer.


IS MORE ESPECIALLY ADAPTED TO HOUSE AND CAREER WEAR.
 This shoe is made with an entirely new pattern from inside a strong, waterproofed leather to the inside, which will give the shoe its place in the shoe.

This Shoe is Made of Good Patent Leather Stock, lined with genuine kangaroo and genuine hand turned sole, white oak rubber, and a rubber heel.

Being on hand and ready for sale at \$1.50 per pair. Those wanting the very latest shoe should buy in a hurry for this shoe will be sold in order this week.

Half and half sizes, 9 1/2 to 11. Widths, D, E, and F.


No. 108685 Price, per pair..... \$1.35



3

Men's All Rubber Arctics, \$1.17.

DO NOT BUY A SMALL SIZE




Weight, 34 oz. For postage rate see page 4.

No. 108110 Men's All Rubber Arctics, made from heavy duck and covered with rubber, making the most durable arctic shoe produced and one that can be cleaned with sponge and water. Sizes 6 to 12. No half size. Price per pair..... \$1.17

2

Parker's Arctic Socks, 19 Cents.




Fleece lined, unequalled for house, chamber, bath room, and especially desirable for inside of rubber boots.

No. 15R1637	Men's sizes, 6 to 11..	\$2.25	Per doz	Per pair
No. 15R1639	Ladies' sizes, 3 to 7..	2.25	19c	19c

1

Soudan Calf Cowboy Boot, \$4.50



No. 108111 This boot is made of the Soudan cowhide calf stock, which is very soft and pliable, practically indestructible and has the most practical stock we have ever seen for a riding boot. Made with all-arch top, heavy stitched oak soles, and the S-Block construction covers heel. Those wishing the very best and who wish to be had in any price will be glad to order this one first to order the best in color. Sizes, 4 to 12. No half size. Shipping weight averages 30 pounds. Price, per pair..... \$4.50 For postage rate see page 4.

Concepção e elaboração: Xico Costa [2015].
 Imagens de primeiro plano selecionadas de: *The 1902 Edition of The Sears, Roebuck Catalogue*, [Facsimile Edition]. New York: Gramercy Books, 1993;
 Imagem de fundo elaborada a partir de: Google Maps [2015].

A Sears, Roebuck Co, dos Estados Unidos, começou a publicar catálogos para a venda a domicílio de seus produtos em 1888. Tinha como destinatário principal a enorme quantidade de domicílios rurais situados nas pequenas propriedades criadas através da política de distribuição de terras, estabelecidas pelo Homestead Act, desde 1862 [EMMET, 1965]. Nesse, o governo oferecia 65 hectares de terra a todo aquele que a tivesse tornado produtiva por um período de 5 anos. Com o programa Rural Free Delivery, estabelecido pelo governo estadunidense, oficialmente a partir de 1893, a entrega de encomendas pelo correio nas áreas rurais passa a ser gratuita.

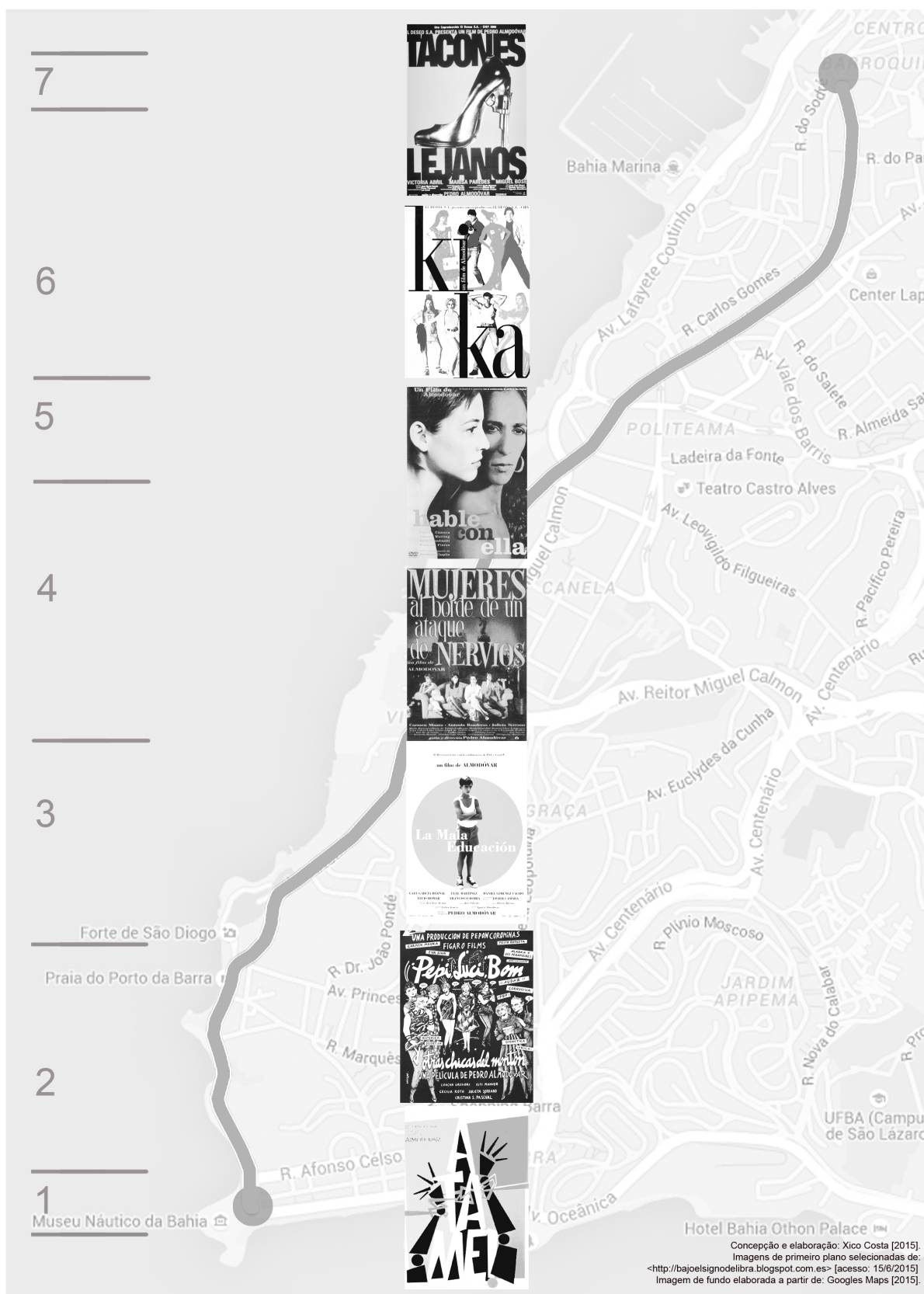
Esse catálogo, portanto, sugere uma relação entre a posição dos corpos dos indivíduos e a lógica de constituição de um território; a intervenção sobre as distâncias como materialização de uma forma política de pensar o futuro. Uma política de valorização do gesto que toca o corpo contra a política da visibilidade dos gestos retardados. Retardo que no Brasil corresponde a estes gestos que buscam a visibilidade espetacular como prática de política urbana sem que ainda tenham sido realizadas as obrigações mais elementares. Na escala da globalização e na escala da rua, embora claramente diferentes, é possível, encontrar evidências que sugerem esse desajuste.

O sapato traz indícios sobre a relação material do corpo, que pisa, e do chão que é pisado. Tem uma lógica mecânica mas também cultural. Sugere uma prótese mas também um dispositivo hierárquico por remeter a uma idéia de pertencimento a determinada "cidade" ou parte da cidade. Principalmente porque sugere "[...] que corpo e cidade se configuram mutuamente e que, além dos corpos ficarem inscritos nas cidades, as cidades também ficam inscritas e configuram os nossos corpos" [JACQUES, 2012].

A **bota** sugerida para o setor do Farol da Barra [1], remete ao rigor e formalidade do espaço do controle e tem, de certa forma, uma importância topográfica desproporcional ao seu papel real. O **Parker's Arctic Socks** [2], obviamente, não remete a um uso mas uma condição de leveza na forma de pisar; pisa a praia, ou melhor, pisa com a cultura da praia. A **bota de cano baixo** é aquela mais adequada a um montanhista, mas também é aquela necessária para subir a Ladeira da Barra [3], evidenciando a mediocridade das "ligações entre as diferentes partes do organismo urbano" [SANTOS, 1996]. O **sapato de salto** e detalhe decorativo, associado ao Corredor da Vitória [4] apresenta, em certa medida, a idéia de que forma e função vão se distanciando e que o papel de auxílio ao ato de caminhar pode não ser mais a principal função do calçado. Mas, apesar disso, o desenho robusto do salto nos deixa supor certa desconfiança desse novo status. É um desenho adequado para impressionar territórios lisos mas também para garantir seu desempenho em terrenos rugosos. A **bota** do setor do Passeio Público [5] se adequa a superfícies acidentadas e garante a proteção do tornozelo mas tem também um detalhe decorativo, dessa vez mascarado de funcional; nove botões bem alinhados. A **bota com cravos** [6] tem uma utilidade desportiva mas também é útil em superfícies urbanas escorregadias. Equipa o indivíduo, como um acessório que lhe dá mais corpo. Finalmente, no setor da Praça Castro Alves [7], temos o gesto, talvez de sedução, de um **sapato** que mostra seu interior.

O sapato seria um dos objetos que configuram este corpo que relaciona-se "com tudo o que faz parte do seu contexto de existência: objetos, idéias, lugares, situações, enfim; e a cidade pode ser entendida como um conjunto de condições para essa dinâmica ocorrer" [JACQUES, 2012]. A semelhança aqui sugerida, portanto, considera que "[...] a experiência urbana fica inscrita, sob diversas escalas de temporalidade, no próprio corpo daquele que a experimenta e, desse modo, também o configura" [JACQUES, 2012].

Posters de filmes de Pedro Almodóvar [quarta semelhança]



Concepção e elaboração: Xico Costa [2015].
Imagens de primeiro plano selecionadas de:
<<http://bajoelsignodelibra.blogspot.com.es>> [acesso: 15/6/2015]
Imagem de fundo elaborada a partir de: Google Maps [2015].

“Mi objetivo no es transgredir, pues la transgresión implica un respeto y una consideración hacia la Ley”, afirmou Almodóvar para Cahiers do Cinéma [STRAUSS, 2001].

Sem dissociar-nos dos enredos dos filmes, aqui sugerimos certa aproximação com os elementos que configuram a visualidade gráfica com a qual são apresentados alguns filmes, do cineasta espanhol Pedro Almodóvar, nos cartazes de propaganda. Almodóvar tinha um especial cuidado pela apresentação gráfica nos títulos e créditos dos filmes e não era diferente em relação aos cartazes. Em comum, os enredos, a forma narrativa e estas grafias, remetem a uma perspectiva de cidade baseada na idéia de clandestinidade. Clandestinidade que está associada a uma forma de resistência em relação a determinado modelo de cidade, impulsionado desde as instituições, que nega seus aspectos fundamentais: conflito, diversidade, complexidade, simultaneidade.

Sugerimos, nessa aproximação, uma incursão a necessidade de enfrentamento dessa idéia de espaço público a serviço da apropriação capitalista da cidade. Processo que se estabelece em paralelo com a abdicação dos agentes públicos de sua missão de garantir os direitos democráticos fundamentais, contrastando com o notável autoritarismo com que estabelecem o controle sobre ruas e praças, rebaixando seu papel a mero suporte de grandes operações imobiliárias [DELGADO, 2011].

[1] Em “**Átame**” todas as portas e janelas estão sempre fechadas. É extremamente artificial e barroca como um “Fantasma da Ópera” exagerado; a paisagem dramática a serviço da idéia de publicidade e da cidade do espetáculo.

[2] Para Almodóvar, embora sendo “**Pepi, Luci, Bom y otras chicas del montón**”, desde o ponto de vista formal, seu filme mais imperfeito, a grande quantidade de “defeitos” teria dado lugar a um estilo particularmente próximo do underground americano [STRAUSS, 2001].

[3] Como a criança no disco vermelho, o espaço público desse setor da Avenida Sete remete a uma idéia de isolamento e impermeabilidade. Como diria o personagem Paquito, apresentando o personagem Zahara numa das cenas do filme: é uma mistura de deserto, casualidade e cafeteria.

[4] Em “**Mujeres al borde de un ataque de nervios**”, as portas e janelas estão sempre abertas, mas as mulheres estão ao borde de um ataque de nervos; a pacificação dos espaços públicos está na essência do discurso capitalista que gentrifica.

[5] Espaço da solidão, da espera, da sorte ou do azar, que virá.

[6] Em “**Kika**”, embora todas as portas e janelas apareçam abertas, como seus personagens, também todos escondem algo; é uma história em que cabe qualquer coisa. “Es así que el espacio público vendría a ser ese dominio en el que ese principio de solidaridad comunicativa se escenifica, ámbito en el que es posible y necesario un acuerdo interaccional y una conformación discursiva coproducida” [DELGADO, 2011].

[7] Em “**Tacones Lejanos**” a idéia era espalhar cartazes, um dia antes da estréia, por toda cidade de Madrid anunciando um show de um dos personagens do filme, mas que somente ocorre no próprio filme. Tinha como objetivo lograr que a ficção tivesse suas próprias consequências; introduzir a ficção na vida real da cidade e dar vida a um personagem que somente existia no filme. A Praça Castro Alves toca a Ladeira da Montanha e a Avenida Chile, vítimas do ânimo real e voraz de lucro do capitalismo neoliberal que cria cidades de mentira.

“En lugar de la amable arcadia de civilidad y civismo en que debía haberse convertido toda ciudad segun lo planeado, lo que se mantiene a flote, a la vista de todos, continúan siendo las pruebas de que el abuso, la exclusión y la violencia siguen siendo ingredientes consubstanciales a la existencia de una ciudad capitalista.” [DELGADO, 2011]

Diagramas de corte da carne vacuna [quinta semelhança]

7

6

5

4

3

2

1

Museu Náutico da Bahia

Forte de São Diogo

Praia do Porto da Barra

R. Afonso

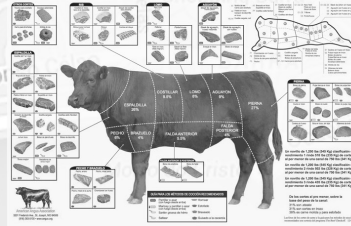
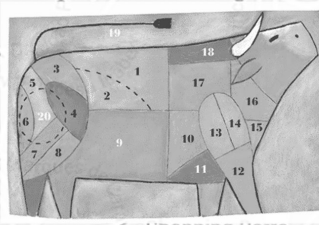
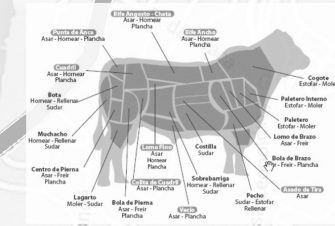
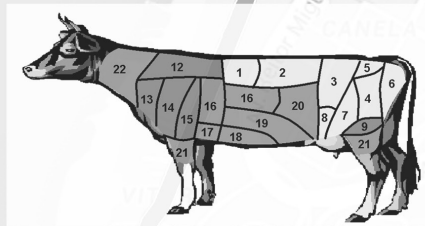
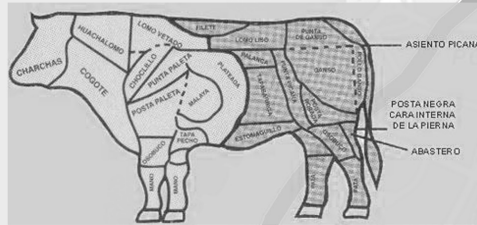
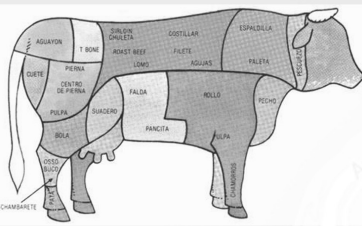
Shopping Barra

JARDIM APIPEMA

UFBA (Campus de São Lázaro)

Hotel

Concepção e elaboração: Xico Costa [2015].
 Imagens de primeiro plano selecionadas de:
 [1] http://www.buenosairesparachicas.com/>
 [2 e 6] http://www.gastrosoleir.com/>
 [5] http://www.gastronomiaycia.com/>
 [3 e 4] https://lolovera50.wordpress.com/>
 [1.] http://www.cocinadehomens.com/>
 Imagem de fundo elaborada a partir de: Google Maps [2015].



Diagramas são usados para representar simbolicamente o curso, resultado ou variações de algum processo ou ação [BENDER, 2010]. Mais que objetos de representação, são particularmente úteis como formas de pensar através da esquematização visual. Alguns tipos de diagramas se tornaram paradigmáticos, sendo utilizados repetidamente para explicar determinados processos. Esse é o caso do diagrama que explica os cortes da carne vacuna.

Embora uma vaca na Argentina não tenha diferenças anatômicas importantes em relação a uma vaca na Espanha ou no México, a cultura culinária determina diferentes formas de proceder o corte da carne. Estes diagramas revelam esses procedimentos mas também a cultura que subjaz ao gesto do corte: de forma hierárquica, definem partes, utilizam limites precisos ou sobrepostos, aquilo que é de primeira, segunda, terceira, dianteira, traseira, nobre... Também se utilizam da abstração, desenhando ou não de forma realista, a cara do animal, ou dando uma forma gestual ao animal. Resultado de um olhar anatómico mas também clínico, estes diagramas revelam juízos de valores semelhantes àqueles mapas e gráficos estatísticos utilizados cada vez mais para explicar aspectos econômicos e sociais da cidade. O uso de diagramas, como já observamos tem a vantagem de não se referir diretamente ao objeto empírico, mas ao seu congêneres conceitual.

A lógica deste olhar, é a de que não basta atuar sobre o continente, ou seja, sobre a estrutura físico-espacial, mas é necessário atuar também sobre o conteúdo, ou seja, a estrutura sócio-espacial. Este reconhecimento sócio-topográfico representa uma incursão mais além da relação metafórica entre anatomia e cidade, produzindo o discurso que fundamentará as práticas da nascente disciplina do urbanismo na segunda metade do século XIX [COSTA, 2010], mas também as que, estarecidos, observamos no início do século XXI.

Como subsídio às leituras associativas que possam ser feitas dessa série de imagens e seus respectivos setores da nossa Avenida Sete, destacamos os seguintes detalhes sobre cada um dos diagramas:

- [1] É o único em que o animal aparece em sua integridade física ainda que “grafitado”;
- [2] Acentua-se um gesto e uma forma heterodoxa com uma profusa utilização de cores para as diferentes partes;
- [3] É o único em que as partes do corte são apresentadas de forma homogênea, utilizando-se uma única cor;
- [4] Além de apresentar um corpo mais alongado que os demais, é o único que classifica as carnes como de Primeira, Segunda e Terceira, diferenciadas no diagrama pela cores;
- [5] Classifica as carnes pela posição Dianteira ou Traseira;
- [6] Repete a variedade de cores utilizada em [2] mas, diferente daquele, constrói uma pose ortodoxa para o animal;
- [7] Apresenta uma sobreposição e até certa ambigüidade em relação a indicação dos cortes ao utilizar linhas mas também cores para determinar as áreas de corte.

Reflexões sugestivas para garantir ou resgatar a condição de que, na rua, “teatro espontâneo, torno-me espetáculo e espectador, as vezes ator. Nela efetua-se o movimento, a mistura, sem os quais não há vida urbana, mas separação, segregação estipulada e imobilizada” [LEFEBVRE, 2008].

Tipologias de traçados viários [sexta semelhança]



As imagens utilizadas nesta sexta série são de padrões espaciais do centro de algumas importantes cidades do planeta: **[1] Copenhague; [2] Paris; [3] Toronto; [4] São Francisco; [5] Nova Iorque; [6] Roma e [7] Mississauga**. Registram a forma urbana através do desenho das ilhas espaciais e delimita, essencialmente, espaço privado [preto] e espaço público [branco]. Considerando tipos de registros gráficos como esse, os estudos que tratam do padrão espacial procuram “estabelecer relações entre espaço e sociedade, a última entendida como um sistema de probabilidades de encontros [HOLANDA, 2002]. Sendo assim, os padrões gráficos formados por continuidades e descontinuidades de espaços públicos e privados revela, espacialmente, a potencialidade destas relações. Sendo assim, parece óbvia a importância da relação entre forma urbana e atividade socioespacial.

Mas aqui o que propomos é certa subversão deste potencial, fazendo uma relação entre diferentes morfologias de traçados viários de outras cidades e os diferentes segmentos de nossa Avenida Sete. A subversão é dupla: se por um lado utilizamos padrões espaciais de segmentos de outras cidades que não Salvador, também associamos um padrão espacial de uma parcela de cidade com a de uma parcela de rua. Construindo uma relação de semelhança entre o que seria a morfologia do sistema socioespacial interno de segmentos de nossa Avenida Sete e a representação bidimensional das ilhas espaciais de diferentes cidades, pretendemos refletir sobre questões relacionadas com a percepção do espaço público visitado, mas também sobre o uso de métodos cartográficos e outros procedimentos metodológicos de apreensão e análise do espaço urbano [Sintaxe Espacial].

Portanto, utilizando registros imagéticos de diferentes objetos empíricos [San Francisco, Paris, Barcelona etc.], procuramos uma semelhança hipotética com nosso objeto conceitual, ou seja, o sistema socioespacial interno dos segmentos da nossa Avenida Sete.

Assim, é interessante constatar que, recuperando a memória da experiência vivida na Avenida Sete, propõe-se uma relação de semelhança entre o sistema socioespacial interno de cada uma das partes de nossa Avenida Sete, com o padrão de ilhas espaciais das citadas cidades:

- [1] Farol da Barra e Copenhague;
- [2] Barra e Paris;
- [3] Ladeira da Barra e Toronto;
- [4] Corredor da Vitória e São Francisco;
- [5] Passeio Público e Nova Iorque;
- [6] Comércio e Roma;
- [7] Praça Castro Alves e Mississauga [Ontário].

“Sendo assim, se por um lado temos formas de aproximação que nos podem deslumbrar pela precisão técnica, por outro temos formas de distanciamento que nos podem aproximar por sua abertura intuitiva e prática. Neste último caso, invoca-se a cidade da simultaneidade da materialidade e da ação do homem. Aquela para a qual as formas de apreensão e, especialmente, a simultaneidade entre alteridades, imagem e etnografia poderá ter uma grande relevância. Porque aqui tratamos da necessidade de uma postura eminentemente ativa e relacionada com a materialidade da cidade e onde o próprio autor, nos procedimentos de apreensão, análise ou representação, através da imagem ou da narrativa, é parte constituinte de seu próprio discurso.” [COSTA, 2015]

Textos de Walter Benjamin [sétima semelhança]

7

“As demolições como fonte do ensino teórico da construção.”

BENJAMIN, Walter. Obra de los pasajes, C 6 a, 2. In: BARJA, Juan [DIR]. *Atlas Walter Benjamin*. <<http://www.circulobellasartes.com/benjamin/index.php>> [acesso: 15/6/2015; tradução: Francisco Costa]

6

“Folheto de uma loja parisiense de tecidos nos anos trinta: «Senhoras e senhores, os suplico que deem uma olhada indulgente às observações que agora seguem; o intenso desejo de contribuir a sua eterna salvação me leva a apresentá-las. Permitam-me ter sua atenção sobre o estudo das Sagradas Escrituras, assim como da extrema baixa nos preços que fui o primeiro em aplicar aos meus artigos de gênero de ponto».

BENJAMIN, Walter. Obra de los pasajes, G 1, 4. In: BARJA, Juan [DIR]. *Atlas Walter Benjamin*. <<http://www.circulobellasartes.com/benjamin/index.php>> [acesso: 15/6/2015; tradução: Francisco Costa]

5

“Ritos de passagem: assim se chamam, no folclore, as cerimônias que unem a morte, o nascimento, o casamento ou a transição para a adolescência. Na vida moderna, todas estas diferentes transições resultaram, progressivamente, menos reconhecíveis e vividas.”

BENJAMIN, Walter. Obra de los Pasajes, O 2 a, 1. In: BARJA, Juan [DIR]. *Atlas Walter Benjamin*. <<http://www.circulobellasartes.com/benjamin/index.php>> [acesso: 15/6/2015; tradução: Francisco Costa]

4

“Há uma legenda que atribui a madame Haussmann, num salão, a seguinte e ingênua reflexão: «É bastante curioso: sempre que compramos um imóvel, vai passar por ali um boulevard».”

BENJAMIN, Walter. Obra de los pasajes, E 5, 4. In: BARJA, Juan [DIR]. *Atlas Walter Benjamin*. <<http://www.circulobellasartes.com/benjamin/index.php>> [acesso: 15/6/2015; tradução: Francisco Costa]

3

“Quando o dinheiro, a indústria e a fortuna se desenvolveram, foram feitas fachadas, e as casas adquiriram certas formas que serviriam para sinalizar diferenças de classe.”

BENJAMIN, Walter. Obra de los pasajes, E 7, 3 In: BARJA, Juan [DIR]. *Atlas Walter Benjamin*. <<http://www.circulobellasartes.com/benjamin/index.php>> [acesso: 15/6/2015; tradução: Francisco Costa]

2

“Procurar a superação dos conceitos de ‘progresso’ e ‘período de decadência’. São as duas caras de uma mesma coisa.”

BENJAMIN, Walter. Obra de los pasajes, N 2, 5. In: BARJA, Juan [DIR]. *Atlas Walter Benjamin*. <<http://www.circulobellasartes.com/benjamin/index.php>> [acesso: 15/6/2015; tradução: Francisco Costa]

1

“[...] e nenhum rosto é tão surrealista quanto o rosto verdadeiro de uma cidade.”

BENJAMIN, Walter. O Surrealismo. In: *Obras escolhidas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996. p.28.



“Vá fotografar a puta da sua mãe!!!”

Esta é a única imagem sobrevivente das anotações vídeo-gráficas da Praça da Piedade, no setor 6 da nossa Avenida Sete. A frase gritada pela senhora quando filmada, ainda que pareça vulgar, foi na verdade uma bela demonstração de resistência.



Referências

- AMARAL, Cláudio Silveira. John Ruskin. ***Iluminista ou adepto da filosofia da Idade Média?*** Arquitextos, São Paulo, ano 13, n. 152.01, Vitruvius, jan. 2013.
- BARJA, Juan [DIR]. **Atlas Walter Benjamin**. <<http://www.circulobellasartes.com/benjamin/index.php>> [acesso em 15/6/2015].
- BENDER, John e Michael Marrinan. ***The Culture of diagram***. Stanford: Stanford University Press, 2010. BENJAMIN, Walter. A Doutrina das semelhanças. In: Obras escolhidas. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996. p.113.
- BENJAMIN, Walter. **A Imagem de Proust**. In: Obras escolhidas. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996. p.39-40.
- BENJAMIN, Walter. **O Surrealismo**. In: Obras escolhidas. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996. p.26.
- CHOAY, Françoise. **A Alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.
- COSTA, Xico. **Imagem e Cidade. Aproximações que distanciam, distanciamentos que aproximam**. Belo Horizonte: Anais do XVI, 2015.
- COSTA, Xico. **Síntese gráfica. Funes, el memorioso, e o Colégio de Cartógrafos do Império**. Drops, São Paulo, ano 05, n. 010.06, Vitruvius, mar. 2005.
- COSTA, Xico. **Imagem e experiência de apreensão da cidade**. In: JACQUES, Paola Berenstein, Fabiana Dultra e Washington Drummond. Experiências metodológicas para compreensão da complexidade da cidade contemporânea. Salvador: EDUFBA, 2015.
- DELGADO, Manuel. **El espacio público como ideología**. Madrid: Catarata, 2011.
- EMMET, Boris. **Catalogues and Counters: A History of Sears, Roebuck & Co**. Chicago: The University of Chicago Press, 1965.
- HOLANDA, Frederico de. **O Espaço de exceção**. Brasília: Editora UnB, 2002.
- JACQUES, Paola Berenstein. **Elogio aos errantes**. Salvador: EDUFBA, 2012.
- JEUDY, Henri-Pierre. **O Destino dos patrimônios**. In: COSTA, Xico. A Invenção do patrimônio. Cadernos PPGAU FAUFBA, Ano 10, N°úmero Especial, Salvador, 2008.
- LEFEBVRE, Henri. **A Revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- LUPTON, Ellen. **Pensar com tipos**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- MUYBRIDGE, Eadweard. **Animal Locomotion**. Phyladelphia: Pensilvania University, 1887. [disponível em: <<http://www.muybridge.org/>>]
- SANTOS, Milton. **A Urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- SANTOS, Milton. **Manual de Geografia Urbana**. São Paulo: EDUSP, 1996.